



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

Turismo e Serviços



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Turismo e Serviços

índice

29.11.1999	003
16.12.1999	067
29.02.2000	083
20.03.2000	107
28.03.2000	226
09.05.2000	277
02.06.2000	397
17 e 18.06.2000	436
07.08.2000	522

Turismo e Serviços

29.11.1999

- Paulo Julião – Deputado. Coordenador do grupo temático Turismo e Serviços
- Maurício Abdala – ABEOC-São Paulo
- Mário Carlos Beni – Coordenador do Departamento de Turismo e Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes da USP
- Luís Renato Ignarra – Presidente da Associação Paulista de Albergues da Juventude e professor da Faculdade de Turismo Anhembi Morumbi
- Pedro d'Aléssio – BBTUR
- Armando de Arruda Pereira – OBRAF, União Brasileira dos Promotores de Feiras e do SINDIPROM
- Nabi Abi Chedid – Deputado. Relator do grupo temático Turismo e Serviço
- Jarbas Favoretto – Representante do Conselho Estadual de Turismo
- Magda Ramos Ventura – SEBRAE
- Horácio Neves –
- Leonel Rossi – Diretor Internacional da ABAV

SR. PRESIDENTE – O objetivo da nossa primeira reunião de trabalho efetivo, a primeira foi no dia da posse dos Conselheiros, é o de tirar um cronograma e uma proposta de trabalho, de encaminhamento para essa discussão.

Realmente, a discussão é bastante ampla, e como nós explicamos na primeira reunião, o nosso prazo vai até abril, maio, quando então todas as discussões de cada tema serão apreciadas pelo Grande Conselho, para até o fim do ano que vem tirar a grande proposta do Conselho como um todo, do Fórum São Paulo Século 21.

Na última vez, alguns companheiros que estavam presentes ficaram de trazer alguma sugestão, algum dado. Olha, nós efetivamente estamos fazendo a discussão mesmo dessa questão. Eu acho que este tema é por demais importante para estarmos arriscando de nossa parte propostas. Então, nós viemos realmente sem uma proposta de trabalho.

Como eu disse, nós queremos, dentro do possível e dentro das possibilidades, fazer ainda neste ano algum trabalho, alguma reunião de discussão de algum tema específico da matéria.

Essas seriam as nossas palavras iniciais e assim fica aberta a palavra, para continuar os nossos trabalhos.

SR. MAURÍCIO ABDALA (Abeoc-São Paulo) – Tomei a liberdade de trazer um tema. Dentre os 14 temas propostos para a discussão hoje, eu escolhi o item 3, que é Turismo e Lazer, tendo em vista que estamos aqui na Assembléia, onde os Deputados podem fazer as leis, alterá-las, aprimorá-las ao máximo, com a colaboração de todos os nossos colegas.

Nesse tema que estou pretendendo debater, ou propor para que os colegas todos complementem, é o problema das estâncias, os balneários, áreas do Litoral de São Paulo e todos os locais de Turismo, os atrativos turísticos estão sendo destruídos pela população local e pelos próprios turistas.

Então, eu fiz aqui, e vou entregar para cada um deles, alguns fatos que estão acontecendo em todo o Estado e algumas propostas, para que todos colaborem, complementando o que achar necessário.

A primeira é totalmente absurda, mas as outras são mais viáveis.

Então, eu gostaria de, se fosse possível, passar esta lista aqui. Trata do problema do IPTU dos imóveis. Eu cito como o caso clássico a Prefeitura do Guarujá, que pega toda a verba, é a principal fonte de renda do Guarujá é o IPTU, e em vez de utilizá-la para o Turismo, é utilizada para a periferia, porque conversando com o Prefeito e com alguns Vereadores, ele fala: “Maurício, você é um turista. Você não vota. Eu prefiro agradar aqueles que votam, porque assim eu serei reeleito. E vocês, turistas, não podem fazer nada.” Então, toda a verba de Turismo é desvirtuada, é utilizada em outros setores.

Então, uma das propostas é no sentido de que os 10% do Governo Estadual, que quem controla são os Deputados, que esses 10% da receita estadual para os municípios turísticos sejam diretamente utilizados no segmento Turismo nessas estâncias, nesses locais turísticos.

Essa é apenas uma das propostas e gostaria que os demais colegas também colaborassem.

Eu fiz uma coisa mais ampla e não me situei somente em hotelaria, agência de viagens ou coisas pontuais. Eu tive uma visão mais genérica por causa de onde nós estamos, que é a Assembléia Legislativa, e tenho certeza de que os Deputados poderão colaborar muito com isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE – Está colocada a posição do Maurício Abdala, que representa a Associação Brasileira de Empresas de Eventos – Abeoc, a proposta do item 3 das propostas previstas inicialmente como subtemas, dentro do tema Turismo e serviços, como uma primeira discussão. Fica em aberto.

SR. MÁRIO BENI – Sr. Presidente, eu gostaria realmente, ainda diante desse item, de lembrar que na última semana nós fizemos uma reunião, em que Vossa Excelência esteve presente, o que muito nos honrou, na Universidade de São Paulo, onde o grupo de alunos de Doutorado e Mestrado está desenvolvendo um trabalho no sentido de estabelecer um levantamento criterioso dos *clusters* turísticos do Estado de São Paulo, naturalmente envolvendo também a faixa litorânea, notadamente o litoral Centro, o Litoral Norte e o Litoral Sul.

Esse conceito de *clusters*, atualmente apenas um Estado brasileiro trabalha com clusters, que é a Bahia, que já definiu os *clusters* turísticos em número de sete e vem obtendo excelentes resultados do ponto de vista de planejamento estrutural, de planejamento estratégico e da fixação de uma política estratégica regional, dentro de um planejamento integrado de desenvolvimento sustentável do Turismo.

Então, eu acho que esse aspecto que o Maurício abordou é importante. Apenas gostaria de destacar que eu não sei ainda, e não sustentaria aqui a proposta, no Guarujá nós estamos fazendo exatamente o contrário. Nós estamos com um projeto de Turismo Habitacional, em que aqueles que entrarem no “pool” imobiliário terão a redução do IPTU, exatamente para que possam integrar este “pool” imobiliário. O que se pretende fazer no Guarujá é exatamente o que já foi feito em Miami, o que já foi feito em outras instâncias turísticas de grande concentração, de grande densidade populacional, de Turismo e segunda residência, porque evidentemente Vossa Excelência, que foi Prefeito de São Sebastião, sabe muito bem que o Turismo sedentário residencial, a segunda residência, pouco contribui para o Município. Além do pagamento do IPTU, além das despesas, enfim de manutenção da segunda residência geralmente as pessoas descem com toda a compra feita em São Paulo e efetivamente pouco gastam nos locais onde têm a sua segunda residência.

O Guarujá tem uma incidência muito grande disso. Nós fizemos um estudo detalhado. Estamos agora terminando uma análise de demanda para que exatamente se possa mudar o perfil dessa cidade e gerar aí em torno de 90.000

leitos-dia, com um “pool” exatamente de segunda residência, levando em conta que a tendência do Turismo interno é o Turismo regional. Aquilo que se previa, e o Rossi ainda tocou nesse assunto na última reunião que nós tivemos, está acontecendo. Da ordem de 30% a 40% dos pacotes internos revelavam um fim de ano promissor, e na verdade estamos aí atravessando uma fase muito difícil.

Isso nos leva a crer que o próximo verão vá fazer com que o Turismo regional se intensifique. E no caso da Baixada Santista e Litoral do Estado de São Paulo nós todos sabemos que não há alojamentos hoteleiros capazes de suportar essa demanda do turismo regional.

Então, nós vamos ter novamente locações da segunda residência, que vem caracterizando o Turismo sedentário residencial no Litoral, com a locação de imóveis, sem gerar um novo fluxo, é sempre o mesmo daqueles locais, não gerando realmente um efeito multiplicador na economia local.

De tal sorte que estamos terminando um estudo jurídico. É algo que não pode ser comparado ao “time sharing”, porque a característica principal é a cessão de uso para a locação. Isso envolve, evidentemente, aspectos jurídicos que estamos desenvolvendo em função de uma pesquisa, porque nem todos nós temos de considerar que essa oferta está extremamente não concentrada, espalhada, geralmente ali na região central do Guarujá. Como exemplo, estou colocando o Guarujá. E, evidentemente, há problemas de condomínios que impedem, às vezes, a locação, a colocação do imóvel no “pool”. Isso está sendo feito junto às imobiliárias locais, com a grande maioria. Nós estivemos reunidos, ainda na semana passada, com o Secretário de Planejamento e com o Diretor de Turismo do Guarujá, no sentido de pesquisar efetivamente quantos imóveis estariam realmente em condições de se colocar à disposição do “pool”, como foi feito efetivamente em Miami, em Torre Molinos e em outras regiões com características muito próximas ao Guarujá.

É a única saída que nós realmente estamos vendo para esse tipo de fluxo sedentário residencial, levando em conta que, efetivamente, e daí a razão de eu

colocar, trazer isso aos companheiros desta Comissão, porque é muito importante. Hoje, para se construir algo em torno de 90.000 leitos levaria em torno de 10 a 15 anos e se gastaria algo em torno de 12 a 15 bilhões de dólares. Esses leitos já estão prontos. É uma questão de estabelecer uma forma de gestão, como foi feito efetivamente em outras regiões com essas características. Então, realmente, o problema é sério. Ontem ainda fiz um levantamento com o Juiz de Direito do Guarujá. Guarujá tem uma média de hasta pública, veja bem, não é efetivamente a primeira fase de se pedir o penhor ou coisa desse tipo. É hasta pública mesmo. Imóveis que vão à hasta pública da ordem de 10 a 12 por mês, por falta de pagamento de IPTU ou eventualmente das despesas de condomínio etc.

Então, isso é sério realmente. E a solução que nós estamos sentindo é esta para o Litoral. Vossa Excelência que vem de uma experiência administrativa, numa das cidades do Litoral Norte, São Sebastião, sabe perfeitamente o que estou dizendo. Razão por que eu também coloco esta questão como prioritária para discussão desta Comissão. Lembrando também essa importância que Vossa Excelência pôde constatar no seminário da USP, que é a importância do modelo de gestão.

Nisso eu chamo a atenção, porque em inúmeras regiões do Estado de São Paulo, algumas até com 10 anos, já fizeram o seu Plano-Diretor de Desenvolvimento Turístico, como no caso do Contur e tantos outros, e que não impulsionaram ainda o desenvolvimento turístico por falta de um modelo de gestão. E essa questão precisa ser efetivamente considerada. A própria Embratur, enquanto sistema institucional de Turismo, está questionando o seu modelo, e provavelmente saindo para um modelo novo de concepção de Agência Nacional de Turismo com um Conselho e a própria Agência de Desenvolvimento.

Então, esse modelo gestor é muito importante e eu gostaria de registrar aqui e destacar esta importância, para ser discutida por esta Comissão.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE – Interessante e importante a palavra do Professor Mário Beni. Nós estivemos presentes lá na USP, onde acompanhamos uma discussão muito importante e muito diferente a respeito de uma equação do Turismo por áreas de bacias hidrográficas e tudo o mais.

Eu perguntaria ao professor Mário Beni, nós propusemos, dentro da temática Turismo e Serviços, 14 temas, que foram colocados, não necessariamente aqueles que devemos discutir. Então, eu perguntaria, para que o senhor sugerisse, em qual desses subtemas poderíamos estar discutindo essa questão, ou se se acrescentaria, ou se substituiria alguns temas por aqui.

Mas, antes disso, até com a intenção de começar o mais rápido possível, nós talvez não completamos as informações iniciais. E, por isso, peço vênica para retornar ao início. E proporia que inicialmente lêssemos a ata da reunião anterior, que eu me permito ler, pois o Nabi fez uma pequena cirurgia na vista, e eu, então, vou poupá-lo.

(É lida a ata da reunião de 18 de novembro de 1999.)

SR. PRESIDENTE – E de acordo com o que foi sugerido aqui na primeira reunião, nesta reunião já estão presentes convidados, fazendo parte o sr. Horácio Neves, que é o representante da Associação de Analistas da Imprensa Especializada no Trade Turismo, e o sr. Waldemar Peti Coutinho, representado pelo sr. Luiz da Silva Blai, que é da Associação Brasileira dos Cartões de Crédito, que foram dois segmentos que se sugeriu que convidássemos. Nós não conseguimos contatar ainda as transportadoras, transportes rodoviários. Fizemos algumas incursões na área dos sindicatos. Se alguém quiser que entidade seria interessante, mais representativa...

SR. – Associtur. Associação dos Transportadores Turísticos do Estado de São Paulo. A Diretora é a Magna Ardito. Ela não veio porque não foi convidada, senão ela estaria aqui. Depois eu passo os dados.

SR. PRESIDENTE – Veja, parece que a idéia que foi colocada na primeira reunião foi a de se convidar alguma associação que representasse, o mais genericamente possível, os transportadores, incluindo aí para se escolher os transportadores de turismo e os transportadores intermunicipais, que também geram esse tipo de ... Então, eu não sei se é isso mesmo que vocês têm como sugestão.

SR. – Seria bom vir a Associtur e convidar o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado. Mas a área específica. Porque têm associações de empresas de Turismo, essas também deveriam participar, porque elas realmente é que estão mais inseridas no setor e têm uma legislação própria.

SR. PRESIDENTE – Perfeito. Todos concordam que essas duas entidades devam ser convidadas para sua participação? (Pausa.) Aprovado.

Desculpem, mas era isso que eu deveria ter colocado no início da reunião.

Prosseguindo, o Professor Luiz Ignarra.

SR LUIZ RENATO IGNARRA – Ainda como transporte, existe o Sindicato das Empresas Aéreas, o Isneia, que também deveria ser convidado.

SR. – Sindicato Nacional dos Transportes Aéreos.

SR. – Por ser Sindicato Nacional, a sede é no Rio de Janeiro, dificilmente eles virão.

SR. PRESIDENTE – É. Nós contatamos e eles até se colocaram à disposição para participar de algumas das reuniões que fizemos, específicas. O sr. Luiz falou sobre isso. Continua com a palavra o sr. Luiz Ignarra.

SR LUIZ RENATO IGNARRA – Complementando o que o Professor Mário Beni colocou. Eu havia sugerido que discutíssemos a questão da gestão do Turismo no Estado de São Paulo, notadamente a estrutura atual da Secretaria de Esportes e Turismo. Existe um projeto desenvolvido dentro da Secretaria, que se encontra com o Secretário Angarita. Talvez pudéssemos resgatar esse projeto e discutir a viabilidade da sua implementação aqui.

SR. PRESIDENTE – Perfeitamente. Nós já estamos pesquisando na Assembléia a informação do Belezza, que é lá da Embratur, a respeito de uma discussão que já teve aqui na Assembléia, em que um projeto de lei já está sendo providenciado. Nós vamos requisitar também esse estudo.

Eu não sei se fui muito claro no início. Nesta reunião, a idéia era elaborar um cronograma de trabalho, se possível, e eu acho que seria importante que se marcassem pelo menos algumas datas, que possamos deixar já pré-agendadas, para que cada um dos senhores, e eu sei da ocupação e da correria que é essa área, possa se programar também para participar.

E diferentemente do que eu falei no começo, da importância de se fazer algum trabalho ainda este ano, isso não é fundamental. Hoje já é dia 29, amanhã será 30, o último dia do mês, nós não temos muitos dias realmente, achamos que no máximo até o dia 15 poderíamos discutir isso aqui, então, necessariamente, não precisaria ser neste ano. Mas se possível, melhor ainda. Então, que discutíssemos esse cronograma e o tema inicial para prepararmos um seminário, convidando inclusive outras pessoas que não estão no Conselho, mas que também são importantes dentro dessa área do turismo.

SR. PEDRO D'ALÉSSIO – Meu nome é Pedro d'Aléssio, da BBTUR. Agradeço a lembrança que alguns companheiros fizeram. O seminário que procuramos, tentamos realizar em 1997 aqui na Assembléia, chama-se 1º Siletur – Seminário Internacional de Legislação para o Desenvolvimento do Turismo, que procuraria reunir, enfim, o melhor que se tem de conhecimento da legislação em outros países, que apóiam o desenvolvimento do Turismo, para que pudéssemos, enfim, beber nas fontes mais avançadas, adaptar o que fosse necessário e poder produzir uma legislação mais adequada, para o desenvolvimento do nosso setor turístico.

Eu vou passar às suas mãos um pequeno folheto. Esse seminário foi inicialmente marcado, com o apoio do Presidente Paulo Kobayashi na época, para maio de 1998, mas, depois, em função do ano eleitoral, ele sofreu um adiamento para o segundo semestre, e aí ficou pior ainda, porque as eleições estavam em curso.

E, depois, conversando agora com o Presidente Macris, pude apresentar essa idéia. E ele falou: “Bom! Agora tem exatamente o Fórum São Paulo Século 21, e que vai ter uma Comissão de Turismo, então seria o caso de colocar nesse Fórum uma nova oportunidade para esse seminário, que eu considero bastante importante para aprofundar, e poderia coroar talvez os trabalhos desta Comissão. Ela poderia colher sugestões do setor amplamente, detalhar, digamos, as propostas mais interessantes, colher a experiência internacional também e levar isso a um debate final aqui na Assembléia, no ano 2000.

Então, naquela altura, foi constituída uma Comissão Técnica, que era mais ampla do que esta aqui, aquela Comissão procurava ter uma representação exhaustiva do setor, no plano técnico, não no plano político, falo político no plano instituição, porque os Presidentes das entidades deveriam comparecer no seminário. E a preparação mesmo seria absolutamente técnica.

Então, passo às suas mãos esse pequeno folheto, apenas para registrar na memória aí da nossa reunião, eu tenho a memória de tudo o que foi discutido, e aqui na Presidência também tem uma cópia.

Então, depois poderemos retomar esse assunto, se os companheiros considerarem adequado.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE – Perfeito. Fica aqui registrado. Realmente, eu lembro dessa iniciativa. Fica colocada aqui também em discussão. Acho que nessa discussão certamente uma legislação a respeito do turismo terá de ter, acho que uma das coisas importantíssimas uma Casa de Leis que está propondo essa discussão, e acho que no final deverá sair alguma coisa que sugira uma mudança, uma proposta de legislação a ser discutida aqui na Assembléia.

SR. ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA – Armando de Arruda Pereira, da União Brasileira dos Promotores de Feiras – Ograf e do Sindiprom.

Acho importante essa iniciativa do Pedro, para todo o “trade” é muito importante, mas existe, quem sabe, um início que pudesse ser feito dentro da Casa, que é consolidar tudo o que existe de legislação no Estado, porque na verdade nós não conseguimos ter isso. Não existe um trabalho ainda que tenha consolidado toda a legislação. Quer dizer, todo mundo acha que tem uma lei, ou já ouviu falar, mas não sabe nem o que está em vigor.

Não sei se é viável tecnicamente, mas se isso fosse consolidado, poderia ser um subtema, para ser discutido em alguma comissão e ver o que tem, se existem conflitos, o que está efetivamente vigente no nosso Estado a respeito de Turismo e de legislação turística. Quem sabe aí no fim coroar com um seminário da discussão e da melhoria e do aperfeiçoamento.

Essa é a nossa sugestão, se viável for. Obrigado.

SR. PRESIDENTE – Está registrado aqui, e isso é uma questão de levantamento. Nós providenciaremos.

Só para uma informação. Tem um projeto de lei de minha autoria, que está pronto para a Ordem do Dia aqui na Casa, e até ele está para discussão se entra ainda neste ano para aprovação. Seria um projeto de lei que transfere aos Municípios o direito de legislar sobre o uso das praias. Hoje, o uso das praias tem uma lei que é do tempo do Paulo Egydio. Então, nós propusemos essa lei com a idéia de que cada Município tenha a sua característica própria. Nem sempre o que um Município tem como tendência o outro possa ter a mesma. Então, essa matéria, respeitada evidentemente uma legislação estadual pertinente, cada Município teria a sua Câmara Municipal para definir o uso adequado das praias, de acordo com as características do seu município. Apenas para complementar.

SR. NABI ABI CHEDID – Pela oportunidade, Deputado, já há uma consolidação na área de Turismo na Casa. Nós não podemos apresentar agora porque na parte da manhã, na segunda-feira, a área administrativa da Casa funciona no período da tarde, a partir das 12 horas. Mas, na próxima reunião, nós poderemos trazer.

E há um projeto, um trabalho que foi iniciado, por meio de uma Comissão de Deputados para a consolidação de toda a legislação. Mas esse trabalho paralisou, entramos no novo ano legislativo, e acho que podemos retomar, por uma sugestão que foi dada aqui, que é muito oportuna.

SR. – Se me permite Deputado, desse projeto eu gostaria de ter conhecimento, como todos os demais, se fosse possível então uma cópia, porque se dermos total liberdade aos políticos dos Municípios, veja já o que está acontecendo nos balneários e estâncias turísticas de todo o Estado de São Paulo e do Brasil inteiro. Se for para o Nordeste, a situação está até pior.

Então, a proposta seria que os vereadores, que os políticos da região poderão utilizar, mas desde que seja criado um Conselho de Proprietários, aqueles que são diretamente afetados por aquela região, possam opinar também. Como é o caso, de repente, de uma praia, que faz um zoneamento, autoriza a construir edifícios de 10 andares, 20 andares, naquela praiazinha especial.

Daí gostaria que os moradores também tivessem possibilidade de opinar e tivessem o poder de voto ou de veto. E não se convoca os moradores, e sabe-se que não vai ninguém. Mas se existir um Conselho de proteção contra os políticos do Município, seria interessante alguma coisa nessa linha. Não sei se ficou claro.

SR. PRESIDENTE – Não. Ficou, talvez eu que não tenha sido claro. Essa questão a que você se refere é uma lei federal, que é a Lei Lehmann, que regulamenta o parcelamento e uso do solo, e isso é competência do Município, por meio da Câmara de Vereadores. O que eu me referi é aos usos específicos da área da praia. Os usos possíveis na areia da praia. Além de algumas leis específicas, como não poder levar cachorro, não poder isso e aquilo, temos algumas questões como as relacionadas ao jetski, futebol. Então, para que cada município regulamente, no âmbito do seu território, essas questões, de acordo com as características de cada município. Não interfere nessa questão da legislação de parcelamento e uso do solo.

SR. MÁRIO BENI – Senhor Presidente, gostaria de requerer à Presidência, ouvido o Plenário, a inserção de um tema no elenco sugerido pelo Conselho, que eu encaminhei à Mesa, que é Política e Gestão do Desenvolvimento Regional, Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo.

SR. PRESIDENTE – Perfeito. Fica aí, então, a proposta para se incluir aqui, entre os 14 temas existentes, a proposta de estratégia e desenvolvimento...

SR. MÁRIO BENI – Não. Política e Gestão do Desenvolvimento Regional, Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo.

SR. NABI ABI CHEDID – Eu queria dar uma notícia aqui ao Maurício Abdala, nesse documento que apresentou, que entre várias sugestões, propõe que toda a verba do governo estadual seja repassada aos Municípios turísticos, seja vinculada aos atrativos turísticos do próprio Município, não podendo ser utilizada para outros fins.

A Emenda Constitucional que apresentamos, que fomos os autores, da destinação inicialmente, como eu disse na última reunião, e 100%, que foi reduzida para 10%, da receita do Município, por parte do Estado, ela vincula a aplicação em atrativos turísticos. Se realmente houver algum Município que assim não esteja agindo, os senhores podem denunciar porque, na semana passada, eu denunciei ao Secretário do Turismo que estava havendo um desvio dessas verbas para outras obras que não as turísticas, e ele tomou as providências, inclusive mandando refazer convênios que estavam sendo assinados.

SR. – O que está faltando é fiscalização!

SR. DEPUTADO NABI ABI CHEDID – Não. Não. Às vezes o Conselho, há um Conselho de Prefeitos que aprova essas obras. É formado por prefeitos e por membros da Secretaria.

Então, eu fiz essa denúncia, e o Secretário imediatamente tomou providências no sentido de refazer, não vou citar aqui por uma questão ética qual foi o Município, mas ele mandou refazer todos os outros contratos em que, porventura, houvesse desvio de destinação.

SR. PRESIDENTE – Fica em discussão a proposta do professor Mário Beni de incluir aqui, entre os subtemas, um tema com a denominação de Política e

Gestão do Desenvolvimento Regional, Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo.

Não tendo discussão. Em votação. Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. (Pausa.) Aprovado. Está incluído aqui o 15º subtema do temário, se quiserem até anotar em suas pastas, Política e Gestão do Desenvolvimento Regional, Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo.

Continua em aberto para as propostas de cronograma, metodologia.

SR. – Salvo melhor juízo, parece que quem recebeu o material hoje não tem a relação dos temas. Então, se isso pudesse ser distribuído!

SR. PRESIDENTE – Perfeito.

SR. MÁRIO BENI – Senhor Presidente, eu creio que antes de nós definirmos o cronograma ou começarmos a imaginar como ele se configuraria, seria importante, pela representação multissetorial do Conselho, talvez agrupar-se por temas. E a partir daí se desenvolver efetivamente um cronograma em razão dos temas propostos, amplamente ampliados, reduzidos ou agrupados. Não sei.

SR. PRESIDENTE – Não. A proposta seria, então...

SR. MÁRIO BENI – É. Eu imagino que como o Conselho é integrado por vários segmentos do “trade” turístico, evidentemente haverá interesse, em razão do temário, em se agrupar por temas. E a partir daí, então, se definir um cronograma de trabalho para que todas essas áreas elencadas no temário fossem efetivamente contempladas no desenvolvimento de propostas etc.

SR. PRESIDENTE – Naquela primeira reunião, nós começamos a sugerir, na ocasião o Deputado Nabi fez uma sugestão para que ficasse para esta reunião, a escolha de um Relator ou um representante entre os Conselheiros que pudesse estar mais proximamente a nós, para que possamos...

SR. – Mas um Relator de acordo com o tema.

SR. PRESIDENTE – Veja. Esta Comissão tem nos Deputados um Coordenador e um Relator. Então, certamente vai sair desta Comissão um relatório final do que for discutido até o final. A proposta que eu tinha feito, como sugestão, que se colocasse em discussão com vocês, que entre vocês, Conselheiros, nós designássemos um Relator, um Sub-Relator, vamos chamar assim.

SR. MÁRIO BENI – Eu tenho a impressão, Senhor Presidente, se me permite, que o próprio Relator é o Deputado Nabi ou Vossa Excelência, que são os dois que coordenam. Haveria Sub-Relatores em função de cada grupo de trabalho. Aí teríamos a figura do Sub-Relator.

SR. NABI ABI CHEDID – Marinho, eu entendo o seguinte, Deputado, a partir do momento em que a sua sugestão, no sentido de agrupar, cada agrupamento terá um Sub-Relator, que depois fornece o resultado do trabalho ao Relator.

SR. MÁRIO BENI – Eu indico o nobre Deputado Nabi como Relator geral da Comissão e do Conselho.

SR. NABI ABI CHEDID – Eu quero deixar claro que nós dois fomos escolhidos, estamos no mesmo nível, mas eu fiz questão, numa homenagem ao meu querido amigo, o Deputado Paulo Julião, para que presidisse, porque é um ex-Prefeito, um Deputado batalhador, que conhece, convive no Litoral, conhece todos

esses problemas, eu fiz questão de que ele comandasse, e aqui, como seu auxiliar mais direto, me sinto orgulhoso disso.

SR. PRESIDENTE – Eu não tenho auxiliar. Nós estamos no mesmo nível. São dois Deputados que coordenam e relatam esta questão.

Mas eu quero insistir na sugestão, sr. Mário Beni, apenas para que vocês percebam o sentido da idéia, e até para que fique essa sugestão. Mas a idéia é que nós teremos de ter um elo de com cada um dos senhores. Eu imaginava que se talvez tivesse um Sub-Relator geral entre os senhores, facilitaria essas discussões, não num dia como hoje, em que estão todos reunidos. Depois que saímos de uma reunião dessas, há trabalhos para serem feitos. Então, seria esse o sentido. Mas se prevalecer a idéia de um Sub-Relator para cada tema levantado, também é uma idéia.

SR. NABI ABI CHEDID – Permita-me uma sugestão, que cada proposta que alguém fizer, que traga por escrito, o que facilita bem o serviço da Mesa.

SR. JARBAS FAVORETTO – Conselho Estadual de Turismo – Fui convidado para esta reunião acho que na quinta-feira. Não sabia e não poderia ter me preparado. Eu queria saber se teríamos tempo para apresentar as nossas sugestões numa próxima reunião. Até porque eu preciso fazer uma reunião do Conselho Estadual antes de trazer alguma coisa oficial do Conselho Estadual.

SR. PRESIDENTE – Perfeito. Esta é uma Casa em que estamos tratando desse tema com a mesma amplitude do próprio tema. Então, tem todo o tempo que o senhor...

SR. JARBAS FAVORETTO – Com licença. É que além desse aspecto de trazer alguma sugestão, eu queria só aproveitar a oportunidade para dizer ao senhor a respeito de algo que já foi mencionado aqui. Há poucos anos atrás, o Conselho Estadual providenciou um parecer jurídico sobre essa questão de uso de praias. E parece que satisfez aos Prefeitos que estavam interessados na ocasião. E se o senhor achar conveniente e útil, eu trarei na próxima reunião esse parecer, que deve servir para subsídio de uma visão geral.

SR. PRESIDENTE – Perfeito.

SR. NABI ABI CHEDID – Eu vou apresentar uma sugestão. Nós precisamos de uma divulgação, além daquela que a Casa faz na área de Turismo. Então, houve um convite de nossa parte, do Deputado Paulo Julião e da minha parte, para o Dr. Horácio Neves, que é o Presidente da Associação dos Jornalistas de Turismo do Estado de São Paulo. Assim, gostaria de propor que ele fosse indicado, além da atribuição que vai ter neste Conselho, nesses agrupamentos, de comandar esse processo de divulgação do que nós estamos fazendo. E, por meio dessa associação, buscar trazer, vamos dizer, sugestões que seriam muito úteis por parte da própria população aonde chegam esses jornais, ou onde são editados esses jornais.

SR. MÁRIO BENI – De pleno acordo. Apoiado.

É importante que se estabeleça uma via de duas mãos. Acho que a colocação final de Vossa Excelência realmente é muito oportuna. É importante divulgar, sim, o que estamos aqui debatendo, discutindo. Mas é importante que possamos receber também as sugestões, as questões que são colocadas. E melhor do que ninguém os veículos de comunicação, coordenados aí pelo Horácio, são de extrema valia para as discussões deste colegiado.

SR. PRESIDENTE – Perfeito. Aprovado.

SR. – Senhor Deputado, eu queria já colocar um tema pontual, para ver se conseguimos inserir em algum subtema, que pode se pensar muitas vezes que seria no setor de urbanismo, mas não é. É o centro da cidade de São Paulo, que é importante turisticamente e para os serviços de turismo. Inclusive, eu acredito que esteja na Assembléia um projeto de lei, para que os órgãos administrativos do Governo Estadual usem os prédios que se encontram no centro da cidade, para uso administrativo governamental. Parece que tem um projeto na Assembléia, já aprovado, do Marcos Mendonça.

E não existe turismo numa cidade se você não tem o centro urbano dela em ordem e arrumado.

Eu trabalho com agência de viagens há 36 anos na cidade e tenho visto, do nosso setor de Turismo e Serviços, a cidade se esvaziar. A Av. São Luiz, onde nós tínhamos antigamente todas as companhias aéreas – Não é, Horácio? – aquilo foi se esvaziando por uma degradação urbana.

Se você vai fazer um “tour” receptivo na cidade de São Paulo, você tem vergonha de mostrar o centro da cidade. E não existe cidade sem um centro, centro histórico.

Então, eu entendo que seria, em algum desses subtemas, colocarmos isso, porque nós temos falado do Interior, das praias e tudo isso, e nós temos de colocar a cidade, que é o centro nevrálgico do Estado. E sem recuperação urbana da cidade, o turismo sofre muito. Nós vemos agora a tentativa de recuperação, inaugurando hoje o novo Mappin, o Extra Mappin, inaugurou outro dia um “shopping center”. E ao mesmo tempo tem um prédio do Itaú totalmente vazio, colocado à venda no lado, e a degradação dos vendedores e tudo isso.

Então, se for possível, colocaremos este tema num dos subtemas.

SR. MÁRIO BENI – Senhor Presidente, pela oportunidade, eu gostaria de cumprimentar o companheiro Rossi, pelo que ele coloca. Eu tive oportunidade, já há alguns anos, de presidir a então, Empresa Paulista de Turismo – Paulistur, hoje Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo. Naquela época, nós nos preocupávamos muito com este aspecto. São Paulo é a terceira Capital do globo, não tem o seu turismo receptivo organizado, infelizmente. Não há possibilidade, não há sequer um terminal turístico na cidade de São Paulo. O Horácio se lembra bem desse período, em que nós propugnávamos para a colocação, enfim, a construção de terminal turístico. Você se recorda, Horácio? Lembramos da Praça Roosevelt, que depois eventualmente foi descaracterizada, mas já naquele período, hoje é possível, em função de tráfego etc. Veja, qualquer cidade tem hoje, evidentemente, o seu terminal turístico, onde é possível, até em algumas cidades como Londres etc., se fazer o “check in” antes de se embarcar e ir até o aeroporto. Mas aqui, infelizmente, não temos nem isso. E, realmente, os turistas que aqui vêm ou ficam ao sabor dos programas realmente organizados pelos hotéis, algumas agências que fazem o receptivo. Mas São Paulo, por exemplo, não tem um “city tour” como existe em outras capitais, da própria Municipalidade. E é lamentável, porque uma cidade nessas proporções que não se preocupa realmente com o seu turismo urbano, ou seja, para aquelas pessoas. E é preciso se destacar que São Paulo é o maior centro emissor, mas é o maior centro receptor do país também. Portanto, o que o Rossi coloca é extremamente importante.

E eu gostaria de acrescentar ainda outro aspecto, que cabe a nós também discutir, que é o lazer urbano em São Paulo. Levando em conta que uma população de aproximadamente 10 milhões de pessoas, e me referindo apenas à cidade de São Paulo, se nós considerarmos a conurbação de São Paulo, a Grande São Paulo, vemos aí as publicações que nos mostram que até 2015 teremos alguma coisa em torno de 23 milhões de habitantes. Seremos ainda o terceiro maior centro urbano do planeta, já tendo ultrapassado o México, perdendo apenas para Tóquio e Xangai. São as previsões que se tem.

Então, levando em conta que hoje apenas 18% da população se deslocam, conseguem sair fora de São Paulo, para dilatar os seus horizontes e buscar alguma perspectiva de recreação, lazer, entretenimento, o que fazer com esta grande massa que permanece na cidade de São Paulo?

Acho que essa é uma questão muito importante, que deve ser discutida, debatida. E eu proponho que o lazer urbano esteja efetivamente presente no temário, porque é fundamental para uma cidade como São Paulo, que não consegue fazer com que sua população tenha efetivamente recreação, lazer, entretenimento, e a grande maioria permanece à frente da televisão assistindo os programas de domingo que são oferecidos, por absoluta ausência de projetos e instalações e equipamentos de lazer e recreação.

SR. PRESIDENTE – Só para esclarecimento, entre os 16 grupos temáticos, o Grupo Temático nº 6 tem a temática Cultura, Esportes e Lazer.

SR. NABI ABI CHEDID – Mas eu entendo que na nossa, não como membro do Conselho, mas tanto o Presidente da Anhembi como o Secretário da Cultura, quando houver o agrupamento dos temas, que eles sejam convidados para participar. Eu estive com o Secretário Marcos Mendonça, e ele está realizando um grande trabalho aqui na Capital, que entendo que todos devem conhecer e até incentivar e dar condições para colaborarmos, não atravessando o outro Conselho. Está certo? Esta é a minha opinião.

SR. MÁRIO BENI – ... Porque está interligado. Veja bem. Para o turismo receptivo, ou seja, o turista estrangeiro ou eventualmente o receptivo interno que chega a São Paulo, quando desenvolve atividades de recreação, lazer e entretenimento, evidentemente ele está, na condição de turista, desenvolvendo atividades de lazer. Para quem reside na cidade de São Paulo, as atividades desenvolvidas são eminentemente de recreação e lazer. Então, há uma interface

direta e eu acho que a sugestão do Deputado Nabi é extremamente importante e deve ser registrada, para que haja essa interligação entre a nossa Comissão e a Comissão de lazer.

SR. NABI ABI CHEDID – É. Porque entre os pontos que aqui estão, turismo, deveres e negócios, turismo de lazer, turismo de terceira idade, turismo de massa. Então, nós estamos falando, infra-estrutura básica para turismo. Isso acho que se encaixa.

SR. – Esse tema se encaixa no nº 6, que é infra-estrutura básica para o turismo.

Quando eu disse do centro urbano, isso reúne uma série de coisas. Nós, por exemplo, do setor de turismo, temos um problema muito grande no centro, da parte de segurança de todos os hotéis que pertencem ao centro expandido de São Paulo. Então, tudo isso é de interesse turístico.

E quando eu digo a degradação do centro, isso é importante para nós porque o turista, no momento em que não venha mais para o centro, e mesmo a própria população, você descaracteriza a cidade, inclusive turisticamente. É isso que eu digo. Porque para nós é muito importante.

SR. NABI ABI CHEDID – Eu quero até dizer que entre as conversas que temos tido na área política de Governo até passa a idéia também de mudar a sede do Governo, retornar ali aos Campos Elíseos. Há uma idéia nesse sentido. É uma idéia bem avançada. Então, essa a idéia para poder retomar realmente, para impor, vamos dizer, uma seriedade maior.

E há, em relação aos hotéis, aos pontos de turismo, teatros etc., um esquema muito bom, por parte da Secretaria de Segurança, que dá um apoio muito grande. Depois nós vamos ter de discutir isso também e apresentar sugestões.

SR. PRESIDENTE – Olha, a idéia desse tema Turismo e serviços, ao mesmo tempo em que se tem aqui outro chamado de Cultura, Esportes e Lazer, a idéia da Assembléia foi levar esta discussão em âmbito de todo o Estado de São Paulo. Acredito que São Paulo é o maior receptor de turismo em função do seu turismo de negócio praticamente.

SR. NABI ABI CHEDID – Então, eu acho que a questão de São Paulo é uma metrópole. E hoje se discute em profundidade a questão de seu território. Esse megaprédio que agora está sendo discutido, eu já vi algumas discussões pela CBN. Tem um ex-Secretário de Obras, que trabalhou comigo quando prefeito, Sr. José Magalhães Júnior, que foi Presidente do IAB, que tem me passado algumas informações, ele faz parte de algumas discussões nessa área. Eu acho que isso aí está até maior. Se fôssemos nos concentrar um pouco nessa questão, acho que teríamos só um tema para se discutir. Mas de toda maneira eu acho importante, que tanto dentro da infra-estrutura básica para o turismo, como o incremento do turismo na Grande São Paulo, no Litoral e nas Estâncias, que eu acho que em qualquer um dos dois essa discussão sobre centro é unânime. Acho que todos têm consciência da importância de revitalizar o centro de São Paulo como histórico e até como referência para todos os direcionamentos do Turismo na cidade de São Paulo. Então, isso vai ser discutido realmente.

SR. MÁRIO BENI – Senhor Presidente, pela ordem. Pela oportunidade, eu gostaria de lembrar a Vossa Excelência, à Casa, o Pedro d'Aléssio compareceu, nós estivemos reiteradas vezes, a convite da vereadora Adailza Sposati, na Câmara Municipal de São Paulo, que realiza um trabalho muito interessante sobre este aspecto de turismo e lazer na cidade de São Paulo. Eu acho que seria oportuno que de alguma forma essa Comissão Permanente da Câmara Municipal de São Paulo, que tem uma Comissão de Turismo e Lazer, com propostas aprofundadas nesse setor, de alguma forma pudesse se integrar, pela importância e pela oportunidade,

gostaria então que fosse registrado. É uma Comissão Permanente de Turismo e Lazer na Câmara Municipal de São Paulo, não sei exatamente quem é o Presidente atual...

SR. JARBAS FAVORETTO – O Presidente atual é o vereador Mohamad Murad.

SR. MÁRIO BENI – Isso. Era a vereadora Adailza, agora é o Murad. Mas ele, de alguma forma, poderia estar colaborando com esta Comissão, a Comissão Permanente da Câmara Municipal de São Paulo, no que concerne à cidade de São Paulo, que eventualmente, pelas suas proporções, e pela megalópole que representa, e a Grande São Paulo, eu acho que teríamos de considerar como um caso específico dessa Comissão, como colaboração da Câmara Municipal.

SR. JARBAS FAVORETTO – Sr. Presidente, eu queria endossar a colocação do Mário Beni. Essa Comissão da Câmara é composta por sete Vereadores, um de cada partido, que estão fazendo um trabalho muito bom. Embora tivessem começado a tratar apenas de gastronomia, eles passaram a gastronomia, lazer e turismo, e estão realizando um trabalho muito bom. As reuniões são às quintas-feiras, às 15 horas, e eu tenho estado em todas elas.

Mas queria lembrar também que é um Conselho da edilidade. E nós temos na Capital de São Paulo um Conselho Técnico, que é o Contur, cuja existência é estabelecida por lei, que também está à disposição de tudo isso que está sendo dito aqui.

Em relação ao que foi citado sobre o receptivo, eu queria pedir permissão para acrescentar algo mais, que acredito que não seja novidade para quem está circunspecto à área, porque é coisa que tem algumas reclamações de décadas.

Na verdade, existe na Capital um roteiro turístico muito bem feito, sob a égide da Secretaria de Esportes e Turismo e patrocinado por uma companhia aérea. E eu

acho interessante, porque a companhia aérea é americana. Nenhuma brasileira se propôs a financiar. Mas, de qualquer forma, não se olha o tamanho do presente e agradecemos e estamos fazendo esse roteiro. Ele é gratuito, partindo do terminal turístico intermodal da Barra Funda. As pessoas interessadas pagam apenas o ingresso nas casas, nos museus, quando tem cobrança de ingresso.

E quero que os senhores saibam também que no âmbito municipal, o Sindicato dos Guias e o Sindicato do pessoal da Associtur, das transportadoras já ofereceram um projeto para fazer visitas na mesma base na Capital. Porque, infelizmente, a política sempre separa o Estado do Município. Quer dizer, quando o Estado faz alguma coisa, ele deixa o próprio do Município de lado, e vice-versa. Infelizmente, é uma coisa difícil de conseguirmos chegar lá, mas qualquer dia vamos unir os interesses do Turismo, que não tem, não pode ter bandeira partidária.

De qualquer forma, esse trabalho vem sendo feito. E eu quero que os senhores saibam que em termos de receptivo, uma das coisas que nós achamos muito engraçado, perdoem-me a colocação, que todo mundo se mostra preocupado com os problemas de turismo, mas as coisas do dia-a-dia não se consegue resolver. Um insignificante estacionamento para receptivo em Congonhas, nós estamos lutando, eu há mais de 20 anos. Não sei se o Leonel começou antes. Mas na verdade, em Cumbica, nós conseguimos, por meio da Abav, Sindicato das Agências, baias nos dois lados lá, para poder estacionar ônibus, mas é um verdadeiro inferno, porque nós disputamos com quadrilhas organizadas, que estão aí, mas ninguém vê. Nós chegamos a ponto de, às vezes, o turista ter de subir e descer do ônibus andando, porque se ele parar é multado. Isso não é de hoje. Isso tem décadas.

Nós temos problemas sérios. Hoje, nós já estamos disputando com motoristas de táxi. Porque em cada poste tem um ponto. Existe um abuso. Eles têm um abuso total, parece que eles têm direito livre. Quer dizer, não se respeita. Quer dizer, eles já param em Zona Azul etc.

Então, dificulta para nós. Porque aí vem o estacionamento nos hotéis. Em âmbito municipal foi criado o Pare, é um projeto de estacionamento na porta de hotel, e um dos modelos evidentes e claros que vocês devem conhecer é o Hotel Eldorado, da São Luiz, onde foi feito o primeiro Projeto Pare, para ônibus e carros de agência de turismo. Hoje consegui iniciar lá dentro um ponto de táxi comum. Além do que, a parte de espera, de expectativa que os técnicos chamam, tem um ponto ali, para três ou quatro carros no máximo, mas ficam 20 fazendo fila e ocupando o leito carroçável. Aí, para fazermos um “city tour” ou para fazer um traslado, o turista tem de ter paciência, porque o que ele fica conhecendo primeiramente é o sufoco no trânsito.

Então, são coisas elementares e não adianta nome bonito ou rótulo interessante. O que precisa é partir para coisas práticas.

Tenho ouvido ultimamente que o Governo Municipal e o Governo Estadual estão em boa harmonia. Eu acho que seria uma ocasião de se aproveitar alguma coisa para se fazer.

E em termos de receptivo, nós temos outras coisas que não adianta perder tempo aqui agora. Mas, por exemplo, fazer um turista descer de um carro, de um veículo de turismo, porque o rodízio manda parar às 5 horas, é outro absurdo que ninguém vê.

Nós propusemos para a CET, embora não sejamos ouvidos, ou pelo menos o pessoal de lá é surdo, também pode ser a outra hipótese, que os veículos das agências de viagem receptivas fossem autorizados individualmente, quer dizer, *de per si*. Ou seja, precisa ser agência, precisa ter Embratur, o veículo precisa estar vistoriado, precisa ter uma plaqueta. Quer dizer, nós não estamos pedindo muito. Apenas autorização para mais ou menos 20 ou 30 veículos. Nem isso conseguimos.

Infelizmente, nós vamos continuar dando tiro, estilingada, reclamando, esperando que um dia alguém possa nos ajudar. E acredito que os Srs. Deputados, o Dr. Nabi, que eu conheço há mais de 40 anos, um excelente dirigente, empresário de experiência espetacular, formou inclusive a família, os irmãos, ensinou os irmãos

a trabalhar e a progredir, já comprei vários ônibus de uma das empresas dele, o Dr. Nabi deve ter experiência do que sofre o dono de uma empresa. Parece que vive ricamente, com o dinheiro sobrando. Mas o senhor sabe que o problema que nós temos em garagem é um negócio horrível. Imagine se o senhor conseguir superar tudo isso, e na hora em que sai, o senhor tem multas por várias razões. Ninguém ajuda no que precisa. Fazer coisas mínimas, feitas por agências especializadas etc., possam fazer de São Paulo um cartão de visita que não mostre apenas a cidade boa, com suas características, mas que mostre também que nós somos governados por pessoas inteligentes.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE – O sr. Tássilo, Presidente da Abred, tinha pedido a palavra.

SR. TÁSSILO SEIBER – Eu quero parabenizar as palavras do colega, pois realmente nós participamos juntos no Contur e em outras lides do Município e do Estado de São Paulo. Eu tenho estado aqui, Srs. Deputados e Senhores, ouvindo e me questionando. Eu estou dividido em seis partes e não em duas, Estadual e Municipal. A cada Município que eu penso, penso no Estado, como é que o Estado vai interferir no Município, como é que o Município sai dessa ou como é que o Estado entra nessa. Não sei. Eu estou aqui, estamos aqui trabalhando nisso.

Por exemplo, no item 6, infra-estrutura, eu coloquei aqui, por exemplo, os monumentos públicos. Quando vem um turista, vem um pessoal de fora, é uma vergonha você mostrar o que nós chamamos aqui de monumentos públicos. Aí vem a pergunta: A quem compete a manutenção, a limpeza dos monumentos públicos? Parte estadual, parte municipal. Não sei. Calçadas. Idem. As pontes. Passa-se por um viaduto, é outro problema, porque estão todos habitados embaixo. O primeiro fogo que der, são os viadutos todos interrompidos aqui em São Paulo, sr. Deputado. Eu não entendo como pessoas normais, políticos, prefeitos andam por essa cidade

e não vêem cidades construídas embaixo de viadutos. A ponto de, na semana passada, uma sem-teto dizer que não tem mais teto nem embaixo de viaduto, porque está tudo ocupado.

Quer dizer, nós temos realmente problemas estruturais, sociais graves e falta de amor à cidade. A impressão que eu tenho é essa, porque parece que todos que vêm a São Paulo, e mesmo os que nascem aqui, estão aqui por obrigação. Eu não sei. Falta alguma sensibilidade, cidadania. Falta alguma coisa. Não é solidariedade ao próximo, porque isso nós temos todo dia. Nós ajudamos dentro do possível todo dia.

Gente, nós precisamos criar algum *slogan* de amor, de respeito. A ponto de sermos agora, como foi dito aqui pelo professor, ser a terceira cidade maior do mundo, com problemas, eu vou nominar outros países, mas piores do que esses países que os senhores devem ter idéia que estou pensando.

De maneira que vejo aqui, que realmente este Fórum me entusiasma, seria o turismo da Hidrovia Tietê-Paraná. Este é um macrotema que nós temos aqui, definido pelo professor Mário Beni. Isto, sim, é uma macroidéia do Estado de São Paulo. O restante aqui é um choque de Municípios e Estados, que temos de estudar a quem compete qualquer coisa. Eu agradeço.

SR. NABI ABI CHEDID – Aquilo que depender de uma legislação estadual, o nosso desejo é realmente executar. Nós dissemos aqui na abertura, lá no saguão onde foi a abertura, que nós enviaríamos o resultado deste Fórum, nós vamos enviar às autoridades competentes. Mas aquilo que não for realmente executado, não houver providências e que for da alçada da Assembléia Legislativa, se for legislação estadual, o que nos compete como Deputados, nós vamos agir.

Agora, no Município, nós vamos sugerir, envidar esforços, apresentar sugestões. Acho que nessas próximas reuniões que tivermos, nós poderemos, não como membros do Conselho, como eu disse, convidar pessoas até da área do

Município, para que venham falar e ouvir também. Este é o sentido do Fórum. É aflorar os problemas e buscar soluções.

SR. PRESIDENTE – Estão inscritos aqui, pela ordem, o sr. José Garcia da Costa e em seguida o sr. Pedro d’Aléssio.

Eu só queria lembrar que hoje nós estamos cada um se manifestando sobre as diversas questões mais gerais ou específicas, mas que na verdade, hoje, a nossa idéia maior é a de elaborar um temário, escolher um tema para se iniciar as discussões, um calendário e até uma dinâmica de encaminhamento dessa questão. Apenas para retomarmos. Eu sei que hoje é importante essa união toda e os assuntos realmente são apaixonantes. E nós acabamos nos baseando numa área somente.

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – Eu gostaria de acrescentar aqui alguma coisa sobre tudo o que já foi dito, dizendo que o Estado é hoje o pai de 645 Municípios. Nós temos nos municípios, hoje, municipalizadas diversas áreas, no caso a saúde, a educação, a agricultura.

Eu acho que dentro desse tema do turismo deveria haver mais ou menos um tipo de municipalização também. Porque, como foi dito aqui, logo de início se falou do Guarujá, no Litoral Norte, um Município riquíssimo, onde estão sendo apontadas muitas deficiências aí no turismo.

Depois se falou muito aqui de São Paulo também, que acredito seja o maior município turístico do Brasil.

É preciso, então, que o Governo veja todos os municípios do Estado e que cada município assuma a sua responsabilidade dentro desse programa de turismo, em que o município invista, faça o seu investimento e o Estado faça também o seu investimento. E dentro desses dois recursos, que consigamos desenvolver o turismo no Estado de São Paulo todo.

E nós vemos aqui também que no item 10 fala-se no incremento turístico na Grande São Paulo, no Litoral e nas Estâncias. Todos sabem que hoje existem cinquenta e poucas estâncias, mas existem centenas de municípios aí com um grande potencial de turismo e que não têm a mínima infra-estrutura, onde não se recebe hoje nem uma mínima verba, para se fazer um evento assim para a população.

Então, eu digo assim, não fazer uma municipalização obrigatória, mas em que o Estado coloque o dinheiro em todos aqueles municípios que também colocaram o seu. E naqueles que quiserem organizar o turismo. Como é o caso aqui de São Paulo, onde hoje sabemos que a Prefeitura tem condições de investir muito no turismo. E o Estado também vai colaborar com aqueles que primeiro cuidaram bem do seu turismo.

Nós temos notado que os maiores problemas de turismo aqui de São Paulo estão ligados com a Prefeitura.

Então, o que eu queria dizer seria isso. Seria uma espécie de municipalização também do turismo, porque é lá que acontece tudo, ou de bom ou de mau. Ali a prefeitura, o prefeito, os vereadores, a população é que sentem aquela necessidade, o que é preciso é o que pode ser feito. Logicamente, orientados pelo Estado, que deveria ter as linhas de como funcionar esse turismo.

SR. PRESIDENTE – Está registrado. Com a palavra o sr. Pedro d'Aléssio.

SR. PEDRO D'ALÉSSIO – Sr. Presidente, o senhor como um Deputado que vem de uma cidade, de um município turístico como São Sebastião, sabe muito bem, e o Deputado Nabi Chedid também, pela sua experiência, como todos nós aqui, que o turista chega num município, ele chega em determinado local, ele não chega no Estado. Então, naturalmente, um Fórum como este, dedicado ao Turismo, acaba sempre trabalhando os temas municipais e as questões pontuais acabam tomando conta das nossas preocupações. Mas nós temos aqui, como somos um

Fórum estadual, sabemos que os principais protagonistas do receptivo turístico, que é o que nos interessa, são naturalmente os hotéis, as agências de viagem e as transportadoras, mas, em última instância, o principal protagonista é a população, porque é a população que recebe o turista. Portanto, as atrações turísticas são riquezas que pertencem à população e naturalmente esta Casa, o Parlamento, é o fórum ideal para trabalhar uma legislação que proteja e desenvolva essas atrações turísticas que são riquezas que pertencem à população, e que elege os Deputados.

Portanto, eu acho que nós deveríamos tentar conter na pauta os temas em âmbito do Estado, que possam efetivamente contribuir para a melhoria do desempenho do nosso setor. Eu selecionaria aí quatro temas importantes. O primeiro deles é a questão tributária. No âmbito tributário, nós podemos, efetivamente, criar uma legislação que ampare o desenvolvimento do setor, que ampare os hotéis, que ampare as agências de viagem e que possa também produzir recursos para a manutenção e a proteção de reservas naturais do patrimônio histórico, de todos os elementos que compõem essas atrações turísticas que são a nossa riqueza.

Também não há um destino São Paulo, do mesmo modo que não existe um destino Brasil. Porque aqui sempre se trabalhou muito, vamos promover o destino Brasil. Não existe. Na verdade é um multideestino brasileiro. São Paulo, do mesmo modo, como um Estado extenso e amplo, nós temos um multideestino paulista. Então, cada região tem de compor e promover as suas atrações.

Assim, ao lado da questão tributária, existe a questão da regionalização, os Conselhos Regionais de Turismo, ou algo assim, e a partir deles, aliás, antes deles, o próprio Conselho estadual de Turismo, que já existe por lei e que tem uma composição bastante interessante e abrangente. E hoje está conduzido pela Secretaria de Esportes e Turismo, por um brilhante Secretário, que vem do setor, que é um homem bastante experiente e que pode nos ajudar muito na promoção dessa regionalização.

Eu diria, ainda, que voltando um pouco, desculpem, ao tema da tributação, do mesmo modo que existem leis para a área de cultura municipal e estadual, que protegem o desenvolvimento da cultura, e a cultura é um dos elementos das atrações turísticas, a cultura produz o palco e o turismo a platéia, nós tínhamos, do mesmo modo, de produzir uma legislação que apoiasse o turismo, que apoiasse os hotéis, a infra-estrutura, as agências de viagem, os transportadores de modo especial, mas em especial os hotéis e as agências, porque estes são os agentes principais. Porque os transportadores jogam um papel importante, mas quem está à frente desse processo do receptivo são as agências e os hotéis.

Então, uma legislação que pudesse, se nós conseguíssemos chegar a projetos de lei que sejam examinados por esta Casa e que conduzam o Executivo estadual e o orçamento do Estado, ou parte dele, para a proteção dos agentes principais do nosso receptivo, nós teríamos dado um grande passo.

Eu separo a questão tributária, a questão da regionalização e a questão da ecologia, porque, hoje, muitos dos empreendimentos que nós desenvolvemos no Estado necessariamente têm uma interface com o a, que é bastante importante, muito importante. Nós vimos recentemente alguns grandes empreendimentos no Estado terem bastante dificuldade para se desenvolverem, em função dessa legislação. A proteção ao meio ambiente é fundamental, absolutamente necessária, mas ela não pode ser um agente paralisador dos investimentos no setor.

Nós sabemos que é muito difícil para conseguir recursos para o desenvolvimento do setor. Conseguir engenharias empresariais e financeiras que possam apoiar esse desenvolvimento e em função de uma interpretação um tanto localizada e reduzida da legislação do meio ambiente, muitas vezes se pode prejudicar esses investimentos.

Logo, preservar o meio ambiente é fundamental, repito, absolutamente necessário. O turismo não pode ser um agente predador. Ele tem de ser um agente preservacionista e ele, por natureza, o é. Certo? Só não é quando não há uma legislação, no plano urbanístico local, que permita controlar os excessos. Porque

naturalmente o turismo é uma ação preservacionista. Só que nós vimos aí exemplo recente de algumas ONG's, que por uma interpretação local muito limitada, acabam prejudicando investimentos de grande magnitude, que custam muito serem concebidos e conseguir-se o acordo para isso, para que se execute determinado projeto. E, no entanto, no final das contas, acaba sendo prejudicado.

Então, a tributação, a regionalização e a interface com o meio ambiente compõem as três vertentes maiores, digamos, ou o arcabouço maior desse processo legislativo que nós devemos desenvolver neste momento, e que com muita propriedade os senhores conduzem aqui em São Paulo. E a Assembléia desempenha um papel bastante importante nesse sentido.

Diria também que há alguns projetos, alguns eixos, alguns projetos estruturadores, como o da Hidrovia Tietê-Paraná. Então, esses grandes projetos também devem ser contemplados.

Se nós conseguirmos fazer do Conselho Estadual de Turismo um órgão que se articule com o Executivo num contraponto deste Fórum no Parlamento, poderemos chegar a propostas bastante interessantes e talvez inéditas, que vão colocar São Paulo na dianteira desse processo legislativo, que pode se expandir para o Brasil todo e que é muito importante. Eu diria também que essa regionalização tem de se desdobrar num programa estadual de municipalização do turismo. Nós temos o PNMT, por que não termos o programa estadual de municipalização?

Então, no âmbito desse programa estadual de municipalização, nós poderíamos estar tratando as questões locais. E no âmbito do Estado, do Conselho Estadual de Turismo, tratar as questões maiores, como a tributação, a interface com o meio ambiente e o apoio à infra-estrutura e às agências de viagem e aos hotéis etc.

Em termos gerais, acho que isso deveria conduzir e deveria compor o pano de fundo do nosso temário. Assim, o tema dos nossos trabalhos poderia ser

bastante reduzido. Nós temos, todos esses temas que são procedentes, mas eles podem ser reagrupados.

E sugeriria à Relatoria e à Presidência, no sentido de procurar a reagrupação desses temas, talvez isso pudesse ser feito por um pequeno grupo deste Fórum, na medida que este Fórum, essas pessoas que aqui estão conhecem bastante o setor e não têm só a visão do seu segmento, têm a visão global do seu setor, todos aqui são pessoas de ampla visão. Então, um pequeno grupo poderia sugerir esse agrupamento de acordo com esses grandes temas: tributário, regionalização, municipalização, enfim, interface com o meio ambiente, a promoção, que também é muito importante. É um aspecto fundamental.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE – Considero uma colocação muito importante a do Pedro d'Aléssio. Nós estamos buscando exatamente racionalizar, da melhor maneira possível, essa discussão, para que tenhamos resultados efetivos dessa discussão que congrega pessoas tão importantes e tão significativas dessa área.

Então, esses temas propostos, desde o início nós dissemos, foi apenas alguma coisa para se começar a discutir. E, realmente, quando se pensa que estamos chegando já no fim do ano, que vai ter pouco tempo neste ano, que vamos retomar essas discussões em fevereiro e que nós temos de produzir alguma coisa até maio, eu recebo as colocações do Pedro D'Aléssio como uma coisa muito importante para discutirmos.

SR. MÁRIO BENI – Pela oportunidade, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o companheiro Pedro D'Aléssio, aliás velho companheiro de várias outras Comissões e estudos. Eu acho que ele sintetizou, de uma forma muito feliz, o agrupamento natural dos temas, quando coloca o tributário, a regionalização, que está presente exatamente no tema que eu propus, e quando ele coloca a legislação e a ecologia.

Quando nós, da Universidade de São Paulo, nos propusemos a desenvolver, a pensar um modelo estratégico de planejamento e de gestão, exatamente nos inspiramos nas bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. É o único Estado que tem já organizados Comitês de Bacias, que envolvem um trabalho de planejamento da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, com a Secretaria do Meio Ambiente.

Então, em termos de planejamento, nós temos uma base de dados muito importante.

Assim, o que inspirou os alunos de Mestrado e Doutorado da USP a desenvolverem esse trabalho, sob minha orientação, foi exatamente nesse sentido. Porque nós temos a base de dados já existente e temos a base geográfica. É claro que daí nós podemos avançar rapidamente para um conceito de *clusters*, definir os *clusters* e criar um modelo de desenvolvimento sustentável para o turismo, baseado na base geográfica das bacias hidrográficas e da base de dados que já amplamente existe, com um trabalho conjunto da Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e da Secretaria do Meio Ambiente.

Então, é preciso, Sr. Presidente, que nós lembremos, e o Pedro conhece bem isso, que neste Estado, como na maioria dos Estados brasileiros, há uma superposição de planejamentos. Nós temos de aproveitar o que já existe efetivamente.

Essa foi a razão, Vossa Excelência assistiu a exposição, nós estamos partindo desse conceito da base geográfica para chegar efetivamente lá.

Então, eu acho que esses três temas gerais propostos pelo Pedro D'Aléssio são muito felizes. Nós poderíamos trabalhar efetivamente em cima disso.

E eu queria lembrar, e ele destacou com muita propriedade, a calha do Tietê. E, lamentavelmente, por um lado, não vou entrar no mérito, se foi importante a privatização da Cesp, ela acabou com um dos setores mais importantes que existia na Cesp, que era exatamente o Departamento de Recursos Hidroviários, presidido pelo engenheiro, professor, meu colega da Escola Politécnica de São Paulo,

Joaquim Riva, que fez um extremo esforço de mais de dez anos, desenvolvendo um planejamento de transportes e um planejamento de turismo da calha do Tietê.

Então, a calha do Tietê, toda a região foi amplamente planejada, em todos os seus aspectos. E eu gostaria que a Presidência convidasse o Engenheiro Joaquim Riva, que foi recentemente, pelo fato da privatização da Cesp, transferido, hoje ele atua junto ao Departamento Hidroviário do Estado, mas soube que já se aposentou. Ele está se dedicando somente à carreira docente na Escola Politécnica, desenvolvendo um trabalho também muito importante. Eu gostaria que fosse sugerido o nome dele à Comissão de Transportes, porque ele desenvolve também um planejamento e desenvolveu por muitos anos um planejamento integrado e estratégico da multimodalidade dos transportes no Estado de São Paulo. Então, ele é importante nas duas Comissões.

Eu gostaria também, nesse sentido, de que a Presidência convidasse a Deputada Elbi Brandão, Presidente da Comissão Permanente de Turismo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Com a Deputada Elbi Brandão, durante dois anos, eu trabalhei intensivamente com essa Comissão e chegamos a um modelo de gestão no Estado de Minas, que é exatamente aquele que o D'Aléssio colocou. Existe um Conselho Estadual de Turismo que é um pouco diferente do nosso, porque ele tem um caráter deliberativo. Ele realmente define a política estadual de Minas. Ele não é paritário. Ele realmente tem uma presença maciça da iniciativa privada.

E, finalmente, agora, recebi a informação da Deputada Elbi Brandão que em outubro foi aprovada a criação da Agência de Desenvolvimento de Turismo de Minas Gerais, que transformou a Turminas em Agência de Desenvolvimento.

Então, eu acho que Minas foi a pioneira no modelo moderno de gestão em turismo. Manteve-se a Secretaria de Turismo, era Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e ficou só Secretaria de Turismo. A ela está vinculado o Conselho Estadual de Turismo, deliberativo, e a Agência de Desenvolvimento.

Assim, seria muito interessante o depoimento da Deputada Elbi Brandão, para que nós pudéssemos efetivamente também contar com esse depoimento e com essa experiência realmente criativa e extremamente importante do Estado de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE – Eu queria ressaltar que essas indicações de pessoas importantes nos vários temas que estamos se dispondo a discutir, no momento oportuno elas realmente poderão ser indicadas como convidadas para determinadas reuniões. Porque realmente se abrimos o espaço, não conseguimos encaminhar.

Só para esclarecer ao sr. Mário Beni, quando foi privatizada a Cesp, ficou uma lacuna de como ficaria a questão da navegabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná, em função, acima de tudo, das eclusas, de quem era a responsabilidade, a manutenção. Essa questão gerou aí um mal-estar. E hoje essa coisa está definida. O Dersa está retomando essa questão da liderança, da retomada dos estudos então existentes. Eu estou acompanhando isso. É o engenheiro Ricardo Goulart que está nessa linha. Então, nós estamos retomando essa questão da Hidrovia Tietê-Paraná.

Eu só queria lembrar a todos, antes de sair, que tem uma folha de cadastro que distribuimos, para devagarinho o pessoal ir preenchendo, para nos entregarem no final da reunião, vai ficar mais fácil depois o nosso contato.

E também quero registrar que lá atrás, sentadinho, está o Wagner, que eu não tinha lembrado. O Wagner é do Seade. As nossas Assessorias, a minha e a do Nabi, tiveram um encontro com o Seade, naquela nossa primeira reunião, para verificar no que o Seade poderia nos ajudar com os dados para esta discussão. E ao se colocar para o Seade o que que nós estávamos pensando, não era bem aquilo que eles estavam pensando para nós na área do turismo.

Então, exatamente ele está aqui para definirmos melhor os dados que queremos, que gostaríamos de ter, para que eles possam programar-se, para tirarem de todo o material que eles têm lá, para poder nos ajudar nessa discussão.

Eu também queria lembrar que este temário que está aqui sendo apresentado foi um temário que foi proposto, e no fim acabou sendo aprovado pelo Grande Conselho.

A sugestão, dentro da idéia do Pedro, é que tentemos juntar ao máximo esses subtemas. Então, juntar aí quatro, cinco que julgemos pertinentes num só e assim transformaremos os 14, 15 temas em três, quatro, cinco temas, e que sejam analisados sob a óptica a que você se referiu. É uma idéia para não fugirmos do regulamento que já definiu esses temas, agrupando-os. Então, fica aí um complemento da sua idéia.

SRA. MAGDA RAMOS VENTURA – Magda, do Sebrae.

Eu só queria, até complementando a colocação do Pedro d'Aléssio, dizer que concordo plenamente com ele, com a questão da amplitude de se trabalhar grandes temas. Mas a pauta, o temário é Turismo e Serviços. Nós nos focamos muito na questão do turismo. E turismo é, antes de tudo e essencialmente, prestação de serviços. Eu estou me identificando com várias das questões que estão sendo abordadas aqui, porque no Sebrae estou coordenando os trabalhos na área de turismo e estou iniciando um trabalho na área de cultura e artesanato também. E nós nos esbarramos a todo o momento na dificuldade da gestão, da questão de serviços, da qualificação de mão-de-obra. Na questão da gestão da qualidade de serviços. E acho que isso para nós tem se mostrado como o grande obstáculo para o desenvolvimento do turismo como um todo. Inclusive, em alguns municípios, quando nós trabalhamos, o pessoal fala: “Bom! Nós temos isso, temos aquilo, temos todo esse potencial. O que falta para virarmos uma potência em turismo?” Eu falo justamente isto; Faltam serviços.

Então, eu apóio, é superoportuna essa questão dos grandes grupos, mas um dos temas deveria ser uma política de qualificação e especialização dos serviços permeando toda essa questão do desenvolvimento do turismo.

SR. PRESIDENTE – Eu acho que essa questão que você abordou é importante. E o trabalhador vem se colocando na posição de se especializar, em cursos que caminhem para essa melhoria. Não sei se foi a isso que você se referiu.

SRA. MAGDA RAMOS VENTURA – Deixem-me ser mais específica então. Por exemplo, nós acompanhamos, todo final de ano há uma corrida desenfreada, por exemplo, eu vou citar um caso específico, cursos realizados pelo FAT, de qualificação de mão-de-obra. Mas essas iniciativas são feitas de forma aleatória. Elas não são feitas de forma estratégica e que estejam permeadas por uma política de desenvolvimento, de viabilização do setor. São feitas assim, a toque de caixa, porque saiu o recurso, porque tem de cumprir calendários e tudo o mais. E nós temos uma carência enorme para essa questão.

O que eu penso é justamente numa política que crie uma estratégia de desenvolvimento, de qualificação desses serviços e aprimoramento, de incentivo até de desenvolvimento de atividades nessa área, estou citando a questão da qualificação como um ponto crítico, mas passa por políticas de incentivo, por tributação, por toda essa questão.

Não sei se ficou mais claro.

SR. PRESIDENTE – Não. Eu acho que você esclareceu e eu entendi e acho que você tem toda a razão. Eu ia até dizer, porque agora mesmo, na semana passada, lá em Caraguatatuba iniciou-se um curso para 3.800 pessoas, aberto, praticando, abarcando todos os serviços, todos não, mas uma boa parte aos relativos a turismo. Desde, sei lá. Mas eu acho que não é uma coisa planejada, não é uma coisa que talvez pudesse, junto com o Sebrae, ser mais bem organizada.

SR. JARBAS FAVORETTO – Presidente, eu queria aproveitar, quem sabe eu consigo sintetizar. Eu tentei agregar aqui em cinco grupos. Um seria infra-estrutura

porque abrangeria toda a parte de equipamentos, serviços e transporte. Outra seria legislação tributária. Uma terceira, planejamento e regionalização integrando tanto a parte de planejamento e sua decorrência, que seria uma regionalização. E o que nós, do “trade”, sempre achamos importante, porque não basta só você ter o produto, mas é preciso informar, se nós quisermos a movimentação das massas, comunicação e marketing. E, baseado nas dificuldades que o Pedro colocou, que na verdade, o FAT – eu também represento um sindicato – o dinheiro só vem no dia 29 de novembro, não dá para fazer curso em fevereiro. Então, nós temos de integrar Federal, Estado e os Municípios. E eu chamaria esse quinto grupo, faria quase o final, que seria o grupo de integração. Todos os temas aqui podem caber dentro desses. A minha proposta é de cinco temas maiores ...

SR. – Ponha qualificação na prestação de serviços e formação de recursos humanos, que ela está se referindo e fica completo.

SR. – ... Dentro da infra-estrutura. Está certo? Eu só queria fazer essa sugestão de ordem prática. Porque o meu setor, que é turismo de negócios, que foi referido como o que movimenta o maior número de pessoas na nossa cidade, nós temos 6,5 milhões de visitantes, nós temos problemas básicos com a cidade, mas que envolvem o Governo do Estado. Por exemplo, o Anhembi, que o Pedro já dirigiu, não tem um braço do Metrô. E tem feiras que recebem 400.000, 500.000 pessoas em quatro dias. E nós não conseguimos, por exemplo, do CET, que mude a mão de uma rua que sai da estação do metrô da rodoviária, quase que ele vai até a Penha para voltar para o Anhembi, porque o CET não muda a mão de uma rua. Então, o ônibus fica dando passeio pela Marginal até chegar lá.

Então, eu queria sugerir esses cinco temas. Obrigado.

SR. – Acrescente a qualificação na prestação de serviços e formação de recursos humanos. Concorda, Mário? Acrescente este grande tema, porque aí vai contemplar toda essa área que você está falando.

SR. MÁRIO BENI – Perfeito.

SR. LEONEL ROSSI – Eu queria dizer o seguinte. Nós, da iniciativa privada, somos mais objetivos. O problema é que nós começamos a montar uma filosofia, montar um tema e vamos terminar em maio sem objetividade.

Então, o que ele falou agora é a parte objetiva. A iniciativa privada sente falta de determinadas coisas. Não adianta sairmos daqui com uma filosofia maravilhosa, como vai ser o turismo em 2050. Vamos entrar em assuntos objetivos e diretos.

Quando eu falei da cidade, quando ele está falando do braço do metrô, essa é a parte objetiva que nos interessa. Agora, parece que foi no sábado que abriu o novo parque em Vinhedo, para quem montou aquilo e gastou 250 milhões de reais, o objetivo era o seguinte. Tinha uma boa estrada ali. Tinha um terreno. E ele gastou aquilo e vai tentar ganhar dinheiro e tomou todo o cuidado para não fracassar, igual ao do Rio de Janeiro. Então, essa é a parte.

Nós, da iniciativa privada, partimos disso aqui. Assim, eu quero que já nas nossas próximas reuniões tenhamos coisas objetivas. E não vamos ficar fazendo uma filosofia do assunto todo e vamos chegar em maio com uma coisa grandiosa, mas não entramos naquele problema que nos interessa tentar resolver.

Quando eu digo objetivos, eu volto a dizer aos senhores, há coisas que são do Estado, não é isso? Vamos voltar a dar exemplos. No nosso setor, temos já um terminal turístico que fica lá na Barra Funda. Só que existem ônibus de turismo ainda que chegam na Av. Ipiranga e ficam embarcando passageiro, irregularmente, à noite.

Ora, ao lado existe um carro da Polícia Militar que é estadual. A obrigação deles era multar e proibir esse ônibus de estar lá.

São as pequenas coisas que não são solucionadas. Certo?

Quando tem uma pessoa que começou a vender alguma coisa que foi proibida pela prefeitura, tem a Rádio patrulha do lado e a Rádio patrulha não diz absolutamente nada, porque não é com ela. Como não é com ela? Se aquilo é proibido, tem que tomar medidas. São essas pequenas medidas que vão resolver os nossos problemas. Nós estamos cansados de coisas grandiosas e que não levam a nada. Se nós pudermos ser mais objetivos em coisas que interessam diretamente, solucionamos uma série de coisas para o próximo milênio.

SR. PRESIDENTE – É o que nós estamos buscando aqui.

SR LUIZ RENATO IGNARRA – A minha sugestão é semelhante à do Armando. Eu só iria sugerir quatro áreas, em vez de cinco, porque essa questão da infra-estrutura, o que dá para ser trabalhado aqui está incluso acho que na questão da legislação. Então, eu sugeriria que se elencassem esses quatro grupos, que seriam: legislação, regionalização, promoção e capacitação de recursos humanos. E aí nós nos dividiríamos nesses quatro temas e começaríamos a trabalhar objetivamente, como o Leonel está solicitando.

SR. HORÁCIO NEVES – Obviamente, o turismo é muito vasto, e todos nós aqui sabemos isso de cor. E aquilo que o Pedro falou, meu companheiro de mais de três décadas, e o Leonel a mesma coisa, também perto das quatro décadas, vale pelo seguinte. *Vox populi, vox dei*, e os jornais diariamente nos trazem aí as quatro maiores preocupações da população, e estamos todos aqui em função da população, são emprego, segurança, educação e saúde. E esses quatro segmentos afetam a vida de todos nós.

E me disse uma vez o Jayme Lerner, lá em Brasília, esse inovador da vida urbana, que o lugar só é bom para o turista se for primeiro para a sua população. A

frase que o Caio usa a toda a hora, porque ele achou muito simpática e o Caio anda pelo Brasil inteiro.

Então, o que é que nós temos aqui? Um problema de emprego, e este, segundo os sociólogos, levam à marginalidade. O desempregado é um potencial marginal, hoje, amanhã ou agora.

Temos aqui um problema também muito sério, que é o problema da educação. E nós vimos nos jornais, e novamente aqui a voz do povo, nos últimos 30 anos a qualidade do ensino básico no Estado de São Paulo chegou a um ponto baixíssimo. Está no jornal da semana passada, na capa da Folha saiu isso.

E temos os outros dois assuntos, que são a segurança – haja vista essa grande celeuma que está havendo agora sobre segurança, tolerância zero e outras teorias, isso sobre a unificação das polícias. E depois temos o problema da saúde.

Ora, esses quatro itens, eu me permito apresentar aqui quatro sugestões práticas, em função da própria sugestão do Leonel e da observação do Pedro, de que são coisas infra-estruturais.

Vamos a qualquer um, não importa a ordem. Vamos ao problema da mão-de-obra. Como disse o Leonel, o parque temático, que abre amanhã as portas para o público, emprega 1.800 diretamente. E mais 4.000 indireta. Custou 250 milhões. Logo ali adiante, a fábrica da Honda custou o mesmo dinheiro e emprega 250 empregados. Isto quer dizer que a tecnologia desemprega e a sociedade de serviços emprega. E emprega gente com baixa qualificação. Quer dizer, menos marginais no mercado.

Nós temos, hoje, também, dentro da evolução tecnológica, esta loucura que é o “fast food”. Ora, o “fast food” leva o serviço a zero. Por quê? Porque obriga você a ir ao caixa, pegar o seu dinheiro, pegar a sua bandeja, trazer à mesa. Depois, constrange-o, depois de ter pago caro, a levar a bandeja de volta. Porque se você não levar a bandeja de volta, você é mal-educado. Até lá, muito obrigado e as pessoas olham para você.

Se nós multiplicarmos todas essas lojas de “fast food” que existem hoje no Estado de São Paulo por um número de empregados de mesa, balcão, disso, daquilo lá e daquilo outro, nós verificamos que o serviço aqui foi a zero e o desemprego é de dezenas de milhares de pessoas.

Não somos contra o avanço ou o progresso, mas somos contra certos abusos. E onde está o abuso? O abuso está na seguinte posição. Você levanta-se da mesa, outro indivíduo se senta à mesa, absolutamente suja, melecada, vergonhosa. Mas o empreendedor ganhou esse emprego.

Então, cabe ao Estado, isto é, Secretaria de Saúde do Estado, decretar, baixar uma lei, uma norma e afixar um grande cartaz em todas as lojas de “fast food”, que diga o seguinte, ou com um texto melhor, talvez o Pedro possa melhorar o meu texto, o Leonel conhece bem o mercado: Recomenda-se a todos os usuários que não removam as bandejas da mesa, por questões de higiene, que deverão ser retiradas por um servente, que procederá à higienização de todas as mesas após o uso.

Nós temos aqui mais ou menos uns 20.000 a 25.000 empregos criados para gente com baixa qualificação. Porque é um absurdo que uma pessoa sente-se a uma mesa que não foi higienizada, o indivíduo pode ter algum problema de saúde e, enfim, a mesa fica ali, ele põe lá os seus produtos, essas coisas todas. Então, de saída, uma ação do Governo do Estado pode levar à criação de dezenas de emprego aqui.

Temos outro problema agora. Vamos passar para o problema de segurança. O problema mais sério da segurança. Fala-se na unificação das polícias. Vai acontecer. Vem de cima para baixo. Vem de Brasília e tal. Chega aos Estados. Só que eu queria lembrar o seguinte. Há um conceito errado na formação do policial, porque o policial, hoje, aquele que entendemos uniformizado, é formado diante de uma característica militar. Então, todo militar, por princípio, combate o inimigo. E o inimigo dele é o povo. Então, dou-lhe uma pistola e a primeira coisa que ele faz é puxar o gatilho. Na medida que aumenta a repressão, aumenta o crime. Aumenta

aquilo que hoje os sociólogos condenam, que é o policial matar demais. Então, nós temos de tirar o conceito de quartel da polícia. Polícia é polícia, não militar. O militar é formado para combater e derrotar o inimigo. Ora, o policial não pode ser feito para combater e derrotar o povo. Ele foi feito para defender o povo. Então, assim sendo, a polícia tem de perder o conceito de quartel, voltar ao conceito de polícia civil e ter o uniforme apenas para mostrar ao povo que a autoridade está presente. E não o militar com metralhadora. Porque nós vemos aí publicamente esses comandos que vão proteger os presos, eles andam com metralhadoras, como que a dizer assim: Qualquer coisa, eles puxam o gatilho e matam toda aquela gente. É um conceito errado. Então, temos de desmilitarizar a polícia como conceito de formação.

Temos o conceito de educação. A educação brasileira passou por uma reforma séria, quando Darcy Ribeiro, Ministro da Educação de João Goulart, no ano de 1962, criou a Lei de Diretrizes e Bases. Fantástico. Era um negócio assim para a Suécia, Dinamarca, Noruega. Mas não para o Brasil. Eu sei isso porque eu acompanhei a educação dos meus três filhos e via em casa, *pari passu*, o que acontecia com eles.

Criou-se um conceito absurdo de bimestres. Não dá para dividir o ano em bimestres. Não há cabimento. Não consegue. Esses bimestres levam a um excesso de provas, a um estresse brutal dos alunos. E o que acontece? Os professores não têm tempo de corrigir as provas, dão notas por terem entregue a prova, mas não lêem a prova. Não têm tempo.

Então, essa reforma tem de se adequar a uma realidade socioeconômica brasileira, que não pode imitar gratuitamente o progresso daquilo que se entende como primeiro mundo, mas levar em consideração muitas diferenças. Eu reconheço que, às vezes, as pessoas estão dentro do problema, mas não vêem. É preciso olhá-lo de fora para dentro. Eu nunca cuidei de educação.

Assim, nós temos de criar o conceito de trimestres, para diminuir a carga dos professores e diminuir o estresse dos alunos. E aí nós teríamos as aulas em fevereiro, março e abril. Um “break” para se fazer o trabalho do primeiro trimestre.

Depois aulas em maio, junho e julho. Depois, férias em agosto. Depois, finalmente, setembro, outubro e novembro.

A partir desse instante, nós verificamos o seguinte. O Estado de São Paulo com as suas férias de julho para agosto. Que loucura. Exatamente.

O Estado de São Paulo, por uma medida unilateral, passa as férias para agosto. E deixa de competir com o restante do Brasil no mês de julho. Então, abre dois meses de férias para o Estado de São Paulo e resolve o seu problema de qualidade de ensino.

Aparentemente, esta é uma decisão que depende, única e exclusivamente, de uma canetada do Sr. Governador. Porque a Lei de Diretrizes e Bases, essa que criou essa fantasia, assim igual à Constituição de 1988, maravilhosa nas suas intenções, já está na sua 29ª emenda, porque na prática a teoria é outra, segundo Joelmir Beting, então, nós temos de levar em consideração certas peculiaridades.

Resolvemos o problema da carga do ensino, da carga dos professores, da carga dos alunos e ganhamos um mês de férias para todos os paulistas, no mês de agosto. Não competimos mais em Campos do Jordão com os mineiros, Santa Catarina nos aviões, o Leonel deve gostar até da idéia, porque passa a ter dois meses para vender, o Jarbas e tudo o mais. Muito bom.

E aí, nós, com pequenas medidas práticas de impacto imediatos, podemos começar a resolver algumas dessas coisas.

Eu poderia me alongar com mais revoluções ou propostas revolucionárias. Mas só queria lembrar o seguinte. De modo geral, políticos e Executivo não gostam de grandes mudanças. Porque grandes mudanças implicam, às vezes, prejudicar os interesses da afilhada do motorista, porque depois chega em casa: Não. Não. Isso aí vai criar um problema. Então, O político tradicional gosta de ir agitando as coisas da área do Executivo. Normalmente, quem faz as revoluções é o legislativo, que joga as leis e o Executivo que se vire.

Mas vamos ficar por aqui, antes que as coisas comecem a ficar complicadas. Eu poderia falar sobre mais assuntos. Mas são só esses três. É só para dar uma

amostra do que se pode fazer de prático, num trabalho como este aqui, a partir da ação do Governo do Estado tudo o que eu falei. Eu poderia falar, por exemplo, do caso da Febem, um negócio muito sério. Mas talvez isso vai-se numa sessão inteira. Não. Vamos ficar por aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE – É muito importante. Essas questões vêm sendo debatidas, e, infelizmente, não é só uma canetada. Hoje, a população está organizada e ela resiste a essas questões. Então, as mudanças radicais que não passaram por uma discussão com a sociedade, e o conceito seu sobre a desmilitarização da polícia é o tema que mais se discute hoje e como se fazer isso, porque há resistência da corporação. Mas, hoje, é esse o conceito que impera entre quem decide para alcançar esse objetivo.

SR. – Senhor Presidente, se me permitir, gostaria que as palavras do Horácio Neves fossem transcritas e distribuídas para todos os presentes, para podermos complementar o que for necessário.

SR. PRESIDENTE – A sessão está sendo gravada. Faremos isso.

SR. DEPUTADO NABI ABI CHEDID – Eu quero cumprimentá-lo e dizer que o nosso objetivo não é entrar numa rotina. É apresentarmos algo que seja revolucionário mesmo. Pode ter certeza disso.

O problema das férias é um problema muito objetivo. Fala-se muito e falta coragem de fazer. É preciso, como acabou de dizer, que o Poder Legislativo apresente isso. E que o Poder Executivo procure se adequar. Eu acho que nós temos de dar as idéias, transmiti-las. E o porta-voz é o Poder Legislativo. É que a população não utiliza muito o Poder Legislativo, como acho que pode utilizar nesse Fórum.

SR. PRESIDENTE – Olha, dizem que uma reunião boa é no máximo de duas horas.

SR. – Aí nós teríamos de decidir cinco ou quatro...

SR. PRESIDENTE – É nisso que eu vou chegar.

SR. – Aprovar e estabelecer Sub-Relatores ou Coordenadores desses grupos, para que possam acontecer reuniões.

SR. PRESIDENTE – Nós até deixamos correr um pouco, porque acho que todas as intervenções, para uma primeira reunião, foram pertinentes, cada um colocou o seu ponto de vista sobre todas as questões. Mas eu sugeriria que agora nos encaminhem para duas questões. Primeiro, definir esses quatro, cinco agrupamentos, para que possamos racionalizar essa discussão. E que a partir desse reagrupamento, que se defina alguns Conselheiros que possam subcoordenar cada um deles. E que, num terceiro momento, se defina o que começamos a discutir para preparar esse material para uma próxima reunião, dentro de um calendário que vamos definir aqui.

Então, eu acho que dá para partir para esse encerramento. Seria o ideal, evidentemente, se possível.

Fizeram umas três ou quatro propostas.

SR. – Eu só queria perguntar ao Presidente se os grupos não podem ser formados e depois cada grupo decide o seu “modus operandi”, escolha o seu Relator, em vez de escolhermos o Relator primeiro. É uma sugestão.

SR. PRESIDENTE – Pode. Não há problema nenhum. Talvez o mais importante agora seja definir os temas em que agruparíamos essas discussões.

SR. JARBAS FAVORETTO – Sr. Presidente, eu só queria fazer um registro, antes de terminar, por favor.

Foi muito bem citado pelo d'Aléssio, o Conselho Estadual de Turismo, e a colocação que ele fez, acho que o Conselho apóia, assim como a colocação que o Mário Beni fez também.

Eu só queria deixar registrado, para o seu conhecimento, que só na reunião de hoje aqui tivemos nove membros do Conselho Estadual de Turismo. E acredito que embora sejamos secretário Executivo do Conselho, eu quero que o senhor saiba que quando o senhor tiver esse grupo de pessoas, deve ter pelo menos uns 10 Conselheiros. Automaticamente, o que está aprovado aqui, deverá estar aprovado lá.

SR. PRESIDENTE – Perfeito.

SR. JARBAS FAVORETTO – Espero que o senhor me compreenda, para fazer o registro, que o senhor está com membros aqui que respondendo aqui, vão defender lá também. Está bom?

SR. PRESIDENTE – É importante.

Eu também queria lembrar que este Fórum, que é o Fórum maior, tem uma sistemática que já foi mais ou menos, tem um grupo que define, que já estudou a sistemática e a sistematização dessas discussões. Então, eu acho que nós não estamos sozinhos nessa discussão. Na medida que levantamos essas questões aqui, isso é levado para essa Comissão que está coordenando o Fórum como um todo. E o nosso grande papel aqui é nos reunirmos e aí passamos qual é a idéia do

Fórum e esse agrupamento desenvolve, mudando aqui e ali e encaminhando, e alterando aquilo que for mais produtivo.

E como o senhor falou, nós queremos exatamente ser objetivos. E para ser objetivo, acho que esta discussão valeu, porque acho que todos concordaram que esses temas devem ser agrupados. Acho que não tem nenhuma dúvida.

SR. – Não.

SR. PRESIDENTE – Quais foram as propostas apresentadas? (Pausa.)

Enquanto agrupamos aqui as propostas que foram apresentadas, eu estou com o calendário, se nós estipulássemos o dia 15 como último dia do calendário deste ano, se bem que nós podemos alterar, para nós não tem nenhum problema. Parece que ficou mais ou menos resolvido que segunda-feira é um Bom-dia para todos. Não é isso? Então, nós teríamos uma segunda-feira, dia 6, e outra segunda-feira, dia 13. A outra segunda-feira, dia 20, acho que já seria até muito próxima. Então, nós teríamos duas segundas-feiras em que poderíamos fazer mais uma reunião, e dessa vez até para o início da discussão de algum tema escolhido.

SR. – Sr. Presidente, nós fixaríamos hoje os temas?

SR. PRESIDENTE – É. A idéia já é sair daqui com os temas fixados.

SRA. – Estamos acabando de agregar.

SR. PRESIDENTE – Eu só quis adiantar enquanto eles estão aqui...

Então, dia 13, eu acho que poderia ser um Bom-dia . Porque são 6 e 13. Então, dia 13, às 10 horas da manhã, ficamos agendados para uma próxima reunião. E desta reunião, nós já sairíamos hoje com esses temas definidos. (Pausa.)

Houve uma proposta aí de se dividir isso tudo em quatro temas: Infra-estrutura, Legislação estadual, Comunicação e Planejamento.

Dentro da Infra-estrutura estaríamos agrupando turismo de eventos e negócios, equipamentos; Turismo na Hidrovia Tietê-Paraná; Segurança e Transporte.

SR. – Sr. Presidente, há uma inadequação. Desculpe. Infra-estrutura não inclui isso. Não é o conceito de infra-estrutura. Portanto, nós não poderíamos...

E acho que a sugestão que o d'Aléssio deu contempla tranqüilamente. Regionalização, Planejamento, tudo bem. Legislação...

Planejamento, tudo bem. Pode ser substituído Regionalização e Planejamento. Tudo bem. Legislação, Formação e Capacitação, foi lembrado. Tributário, que é fundamental. E a interface com o Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE – Então, vamos lá. Nós tentamos aqui enquadrar na proposta de racionalização os subtemas que estavam dentro da programação. Vamos tirar de lado, para não tumultuar.

Então, vamos lá. Infra-estrutura seria um dos temas?

SR. PRESIDENTE – Não. Infra-estrutura vai ser tratada em todos os outros temas.

SR. – Mas o que seria. Qual é a sugestão?

SR. – Não. Eu ficaria com Regionalização, Planejamento, Legislação, sim, porque estaria...

SR. PRESIDENTE – Deixem-me só acompanhar aqui, para não nos perdermos e vamos agregando. Então, eu já tirei infra-estrutura, que é geral e cabe em todos os temas. Legislação estadual, que é o que nos compete. Perfeito?

SR. – Certo.

SR. PRESIDENTE – O segundo tema seria Comunicação e Marketing, que falamos aqui antes.

SR. – Certo.

SR. PRESIDENTE – O quarto caiu para terceiro, seria Planejamento.

SR. – Como se eu não estivesse entendendo. Onde que entraria Transporte, por exemplo?

SR. PRESIDENTE – Em todos.

SR. – Planejamento.

SR. – Não. Nesses quatro itens, onde que entraria.

SR. PRESIDENTE – Em todos.

SR. – Ponha em Planejamento Estratégico. Infra-estrutura é tudo.

SR. – Planejamento é uma coisa.

SR. – E Política e Planejamento abarca tudo o que você está colocando Política e Planejamento. Pronto. Aí está incluído o que você imagina, a parte de transportes, a parte de comercialização, mercado, tudo.

SR. PRESIDENTE – Vamos tentar maior objetividade, Sr. Presidente? Para amparar o desenvolvimento do setor, precisamos criar uma estrutura de incentivos para isso, principalmente tributária. É preciso proteger as iniciativas e criar incentivos. Incentivos que suem a legislação tributária e tal, que possam amparar a infra-estrutura, os centros de convenções, os hotéis, os restaurantes.

SR. – Mas isso não está na legislação estadual?

SR. – Do mesmo modo que existem incentivos para a cultura, pode existir para o turismo.

SR. – Mas não está na legislação?

SR. – Existe na própria legislação os termos infra-estrutura, planejamento. A infra-estrutura é a base. É a educação, saúde, transporte e tudo isso. Os planejamentos são os projetos feitos para resolver os problemas de infra-estrutura. Esta que é a diferenciação. Infra-estrutura é o básico nosso. Projeto, planejamento é a forma de se fazer, resolver a infra-estrutura.

SR. – Está certo.

SR. PRESIDENTE – Legislação estadual, eu acho que contempla o que o Pedro sugeriu. Isenções tributárias, incentivos municipais, tudo o que possa ser discutido e proposto.

SR. – E a interface com a legislação do Meio Ambiente. Esse exame talvez. Precisamos de instrumentos legais que compatibilizem essa coisa....

SR. PRESIDENTE – Eu acho que na temática legislação estadual, que poderemos, quando discutir, encaixar todos esses temas. Concorda?

SR. – Legislação e Tributação seriam juntas.

SR. PRESIDENTE – Estou pegando os temas em que há consenso: Legislação Estadual. Concordam que as questões levantadas cabem aqui? Tudo bem.

O segundo seria Comunicação e Marketing.

SR. – E a Tributação também encaixa.

SR. – Sr. Presidente, eu manteria, então, Política, Planejamento e Gestão. Eu acho que aí, então, realmente contempla todos os aspectos. Política, Planejamento e Gestão. Porque se não colocar isso, o aspecto de gestão, que é o mais sério de turismo, fica fora.

SR. PRESIDENTE – Nós estamos com três grandes temas por enquanto: Legislação Estadual, Comunicação e Marketing, Política, Planejamento e Gestão.

SR. – Como a discussão foi em criar subgrupos, nós estamos compactando de novo. Acho que na verdade o subgrupo é que vai levar. Quer dizer, o planejamento é global. Os subgrupos vão formar, vão discutir temas específicos. Senão vamos agrupar tudo de novo. Planejamento é amplo, Infra-estrutura é ampla. Tem de escolher temas que englobem quatro ou cinco grandes temas para reunir o

grupo, senão nós não vamos conseguir. E dividir por especialidade, inclusive, dos profissionais que estão aqui. Está certo? Porque senão nós vamos voltar de novo. Planejamento é tudo.

SR. – Por exemplo, em turismo, transporte é a parte mais importante.

SR. – Está em Política e Planejamento.

SR. – Mas aí fica muito abrangente. Então, nós voltamos de novo. Quais são os itens importantes? Transporte é importante? Comunicação é importante? Legislação é importante?

SR. – Ficam como subtemas de Política e Planejamento em que foi colocado. Se você for colocar cada subitem, nós vamos ter 28 temas.

SR. PRESIDENTE – A infra-estrutura que tínhamos colocado inicialmente, eu entendi que em todos os temas cabe, a Infra-estrutura está inserida.

SR. MAURÍCIO ABDALA – O PMDI, o PDTI, em todos os grandes planejamentos da cidade de São Paulo e do Estado de São Paulo é utilizada essa terminologia. Na infra-estrutura são os assuntos básicos. E daí para frente é como todos. Então, é pegar o PMDI, o PDTI e todos os projetos que inclusive existem na legislação. Nós estamos tentando alterar uma coisa.

SR. MÁRIO BENI – Maurício, desculpe. Quando você não coloca o termo política, eu concordo com você. Infra-estrutura é parte do Planejamento. É até amplo. Agora, quando você coloca Política, Planejamento e Gestão, Infra-estrutura já está aí.

SR. PEDRO D'ALÉSSIO – Eu queria dizer que quando se fala em tributário, legislação do Estado, legislação do Estado é tudo. Mas o que nos interessa na legislação tributária? No capítulo tributário o que nos interessa são os incentivos fiscais para o desenvolvimento do turismo. Este é um ponto-chave. E aí você pega a Infra-estrutura, obviamente, todos os elementos que compõem a Infra-estrutura, inclusive Transporte.

Segundo, a compatibilização, o exame da legislação ou o reexame da legislação do Meio Ambiente, no que se refere aos investimentos na área do turismo, para compatibilizar isso aí.

A regionalização é outro ponto bastante importante. Então, programas de municipalização têm de estar no âmbito dessa regionalização.

Então, eu diria que você tem três grandes temas aqui: a área tributária, a área do Meio Ambiente e a área da Regionalização. Eu acho que esses três podem conter todos os demais.

SR. PRESIDENTE – Se formos dividir nessa linha, Pedro, nós vamos ficar com três temas dentro de uma temática maior, que é a legislação. Eu concordo com tudo o que você disse. Só que na hora em que você for discutir legislação estadual, vamos estar incluindo essas questões a que você está se referindo.

SR. PEDRO D'ALÉSSIO – Legislação estadual é muito ampla. Mas está bom. Legislação estadual específica.

SR. PEDRO D'ALÉSSIO – Dá licença. Cada subgrupo vai gerar a sua própria necessidade de alteração ou criação de nova legislação. O que se está entendendo é que aqui formou-se um Conselho. Agora, se o Conselho pretende desmembrar, para que se criem grupos de trabalho, nós temos de escolher os temas para os grupos de trabalho. Planejamento é do grupo inteiro. Nós temos de fazer subgrupos com temas específicos. Senão nós não vamos chegar a nada.

SR. PRESIDENTE – Pedro, é o caso de se chamar aqui a Cetesb, ou alguém do Meio Ambiente para vir aqui. O Ministério Público para vir aqui. A idéia é essa. Essa discussão não ficaria só conosco. Na hora em que definirmos um seminário sobre legislação estadual, nós definiríamos em discussão aqui, convocando esses agentes que não estão no Conselho, mas que são importantes até para esclarecer todos nós sobre a problemática. Para debater e para sair.

SR. MÁRIO BENI – Esse item Projetos Estruturadores também deveria, para contemplar esses grandes projetos.

SR. MÁRIO BENI – Projetos Estruturadores. Como esse da Hidrovia. Tem uma ação territorial...

SR. PRESIDENTE – Deixe-me ir por partes. Legislação Estadual, então, nenhuma dúvida.

Esse segundo, sobre o qual ninguém falou nada, Comunicação e Marketing. Tudo certo?

SR. – Está.

SR. PRESIDENTE – E isso que o sr. Mário Beni acabou agrupando aqui: Política, Planejamento e Gestão? Perfeito? Alguém quer acrescentar?

SR. – Formação de recursos humanos.

SR. – É o quinto.

SR. PRESIDENTE – Um quarto tema que se propõe é Formação de recursos humanos, que é a qualificação na prestação de serviços.

Que a Magda, do Sebrae, levantou. Formação de recursos humanos.

Acham que esses quatro itens contemplaram todas as propostas que queremos discutir? (Pausa.) Legislação Estadual. Comunicação e Marketing. Política, Planejamento e Gestão.

Eu estou ouvindo aqui alguma colocação de que se esse tema Política, Planejamento e Gestão não estaria muito amplo.

SR. – É totalmente. Tudo.

SR. MÁRIO BENI – Não. Aí entra naquela discussão novamente. Aí vamos cair novamente em Infra-estrutura.

SR. – Só que aí não vamos dividir o grupo.

SR. PEDRO D'ALÉSSIO – Eu acho que fica muito genérico. Mesmo na legislação, mesmo colocando nesses termos, eu acho importante separar na legislação esses três pontos. O capítulo da Tributação. Incentivo Fiscal. Compatibilização com o Meio Ambiente. Precisamos verificar a legislação do Meio Ambiente. E a Regionalização. Esses três itens, Tributação, Meio Ambiente e Regionalização estão dentro da Legislação.

SR. PRESIDENTE – Dentro da legislação. Eu sei. Mas, Pedro, o que estamos falando é que nós não estamos discutindo os subtemas de cada um desses temas. Então, na hora de levantar essa questão, vai ficar definido durante essa discussão.

SR. – Vocês é que vão desdobrar.

SR. MÁRIO BENI – Eu vou insistir em Política e Gestão porque é fundamental. O problema do turismo é a Política e Gestão.

SR. – Os senhores vão desdobrar e apresentar o trabalho e o Conselho é que vai decidir.

SR. PRESIDENTE – A Regionalização entraria onde?

SR. MÁRIO BENI – Política e Gestão.

SR. – O principal é chegarmos a alguma coisa. Ficar discutindo o nome da criança é indiferente.

SR. – Eu diria o seguinte. Cada um que estiver aqui traga na próxima reunião o tema que ache importante.

SR. – E aí nós decidimos.

SR. NABI ABI CHEDID – A idéia está lançada. Eu acredito que a sua sugestão é importante, porque na próxima reunião fazem a apresentação e nós decidimos.

SR. – Deixa para a próxima reunião.

SR. PRESIDENTE – Não. Vejam. Se deixar para a próxima reunião, para cada um trazer, vamos ficar patinando. Então, a sugestão, aproveitando essa idéia, precisamos definir aqui uma data, para que vocês nos mandem essas idéias e, juntos com a Comissão de Sistematização da Casa, numa próxima reunião, nós

acrescentaríamos algumas questões respeitando as idéias, e dentro das sugestões oferecidas, alguma coisa já para já objetivamente debater. Porque senão vamos vir outra vez aqui e não estaremos objetivando, como foi falado.

Nós estamos na era da Informática. Tanto eu como o Nabi temos *e-mail*. Acho que fica fácil para todo mundo, não fica? Em uma semana, nesta primeira semana que está começando hoje...

SR. NABI ABI CHEDID – Eu entendo o seguinte. Vamos entrar em recesso. Nós temos de deixar estruturado, mesmo não funcionando a Assembléia, para que aja um trabalho por parte dos senhores, para nós na reabertura trabalharmos já a todo o vapor. Então, eu acho que deveríamos fazer uma reunião no dia 6, deixando reservada a data do dia 13, se houver necessidade, para definirmos isso. Porque depois vamos ficar a segunda quinzena de dezembro e o mês de janeiro fora de atividade. E os senhores teriam tempo suficiente para desenvolver esse trabalho e nós voltarmos em fevereiro já a todo o vapor. Porque senão não vai dar tempo, até abril, de realizar o que pretendemos, pela amplitude dos assuntos que foram aqui tratados. Então, a minha proposta é fazer uma reunião no dia 6, não adianta mandar por *e-mail* etc., discute, define. Se houver necessidade de uma reunião no dia 13, nós repetiremos. Se não houver, já fica definido no dia 6. A minha proposta é essa.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Eu só queria saber se a proposta do Leonel Rossi exclui a que nós fizemos até agora. Porque, com todo o respeito, se formos listar problemas, eu vou mandar aqui 20 problemas de novo. Está certo? E nós vamos discutir de novo a mesma coisa, como é que conseguimos, 20 de cada um, agrupar em grandes temas. Cada um vai trazer um problema. Vai trazer o problema do ônibus que não pode parar na frente do hotel, que não pode parar em Congonhas. E nós vamos continuar sem saber como agrupar isso.

SR. LEONEL ROSSI – Não. O que eu disse foi num sentido mais abrangente. Por exemplo, se alguém aqui acha que o problema do transporte é um problema crucial, então ele vai trazer sobre o problema do transporte que ele colocou.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Mas as várias entidades, Leonel, estão representadas. Cada um vai dizer que é importante. Evento é importante. Transporte é importante.

SR. LEONEL ROSSI – Não. A única coisa que eu diria é que cada um trazendo um tema, aí dentro desse tema, nós agruparíamos e formaríamos. Porque, na realidade, ninguém ouviu quase, nós só fizemos discussões assim comuns. Eu fiz um cálculo, nós vamos ter até maio, aproximadamente, umas 20 reuniões, se forem feitas assim, mais ou menos isso, no máximo.

SR. LEONEL ROSSI – Se forem duas por mês, então será menos.

SR. NABI ABI CHEDID – Eu acho que depende da evolução do nosso trabalho. Nós não temos de definir se vamos fazer dias por mês, ou três ou quatro. Nós vamos sentir a evolução do nosso trabalho, porque nós queremos fazer um bom trabalho. O objetivo é esse. Se houver necessidade de fazermos quatro por mês, vamos fazer. Nós é que vamos avaliar, de acordo com o andamento dos trabalhos. Essa é a minha opinião.

SR. – Permita-me, Deputado, eu aqui verificando, por exemplo em termos de nossa associação, do nosso trabalho, eu já teria quatro itens que poderia trazer até desenvolvidos aqui, que seria Infra-estrutura básica para o turismo, Treinamento e Reciclagem de Recursos Humanos, Incentivos aos Pequenos, Médios Empresários e Setor de Entretenimento. A respeito desses itens, eu poderia trazer do meu setor idéias e pautas para discussão. Por exemplo.

SR. PRESIDENTE – Olha, eu acho que na medida que mais ou menos definimos esses quatro temas – Legislação Estadual, Comunicação, Política e Formação de Recursos Humanos....

SR. – Então, vamos partir desses quatro.

SR. PRESIDENTE – ... A idéia era realizar um seminário.

SR. NABI ABI CHEDID – Eu acho o seguinte. Se realmente cada representante conseguir agrupar, como acabou de ser feito agora, se os senhores assim o fizerem e trouxerem, nós elaboraremos na próxima reunião uma divisão de tudo isso. Não vamos ficar discutindo aqui se deve ser dessa ou daquela forma. A parte prática, a partir do momento em que os senhores nos trouxerem subsídios na próxima reunião, aí nós vamos decidir. E que deve ser no dia 6.

SR. – A minha sugestão foi esta, que cada um trouxesse alguma coisa.

SR. NABI ABI CHEDID – E nós faremos isso aqui. Está certo?

SR. PRESIDENTE – Querem anotar os *e-mails*? É tudo minúsculo e junto, é lógico: nchedid@al.sp.gov.br e o meu é pjuliao@al.sp.gov.br. Eu acho que na hora em que essas idéias vierem, poderemos tentar sistema-tizar. Porque, é lógico, um não vai saber o que o outro apresentou e talvez possamos já fazer, juntar um pouco as idéias.

Deixem-me entender. Seria dentro desses temas ou vocês proporião outros?

SR NABI ABI CHEDID – Não. Nós decidiríamos na próxima reunião, em acontecendo no dia 6, nós decidiríamos isso com os elementos que forem trazidos. A minha sugestão é essa.

SR. ROBERTO GHELLER – No meu caso, poderemos fazer em comum acordo com o São Paulo Commercial Bureau. Podemos fazer com Comunicação, dentro dessas áreas que eu acredito sejam as nossas áreas de trabalho e do nosso conhecimento. O setor Hidrovia do Tietê, por exemplo, fica difícil eu me manifestar.

SR. – Eu pediria também que mandassem para nós todos os dados, esses quatro itens também.

SR. PRESIDENTE – O sr. Luiz da Silva, da Abecs, até já deixou a sugestão dele, que é Tributação. O restante é o mesmo. Ah, não. Infra-estrutura para turismo. Formação de Recursos Humanos. Legislação e Tributação. Comunicação e Marketing. Não é para discutir, senão regredimos. Já é a sugestão que seria enviada por *e-mail*.

SR. PRESIDENTE – Dia 6 ou dia 13?

SR. NABI ABI CHEDID – No dia 6 seria uma intermediária.

SR. PRESIDENTE – A sugestão do Nabi é dia 6. Se não houver necessidade de outra, aí no dia 6 encerraria. Fica dia 6 então?

Dia 6 seria para eleição dos temas e escolha dos grupos que vão debater.
OK?

SR. DEPUTADO NABI ABI CHEDID – Se conseguirmos formalizar tudo no dia 6, não haverá reunião no dia 13. Se não conseguirmos, marcamos para o dia 13.

SR. MÁRIO BENI – Sr. Presidente, eu só queria lembrar que no dia 6 há uma reunião do sistema Institucional de Turismo lá em Termas do Rio Quente. Eu não vou poder estar porque estou convocado. Então, o setor todo de Turismo vai estar em termas do Rio Quente, porque é uma data já da reunião do setor do turismo nacional.

SR. DEPUTADO NABI ABI CHEDID – Então, quer deixar só para o dia 13?

SR. MÁRIO BENI – Eu acho preferível.

SR. DEPUTADO NABI ABI CHEDID – Mas aí é para decidir tudo.

Tem de fechar, porque senão vamos ficar aí em fevereiro praticamente sem fazer nada.

SR. PRESIDENTE – Então, no dia 13, nós vamos oficializar. E deverá ser num desses três auditórios.

Eu quero agradecer a presença de todos e a participação importante.

16.12.1999

- Paulo Julião – Deputado. Coordenador do grupo temático Turismo e Serviços
- Armando de Arruda Pereira – OBRAF, União Brasileira dos Promotores de Feiras e do SINDIPROM
- Magda Rita Iglesias – Representante da Associtur - Associação dos Transportadores de Turistas, Industriários, Colegais e Similares de São Paulo
- Moacir Firmino dos Santos – Presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários
- Cleide – Assessoria do Fórum

SR. – Bom-dia a todos. Gostaria de manifestar minha satisfação de poder retomar essa reunião no dia de hoje e, principalmente, porque é uma data complicada para todos – inclusive, aqueles que não puderam comparecer não o fizeram por razões relevantes. Embora sejam poucos os presentes, vamos tentar adiantar os trabalhos e o correto seria fazer a leitura da ata da reunião anterior, mas vou pedir a dispensa da leitura uma vez que os presentes receberam, cada um, cópia da ata mencionada.

Confirmaram presença para esta reunião: Sr. Jarbas Favoretto, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Turismo; Sra. Magda Rita Iglesias, representante da Associtur – Assoc. dos Transportadores de Turistas, Industriários, Colegiais e Similares de São Paulo; Sr. Moacir Firmino dos Santos, Presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários.

Na pasta que cada um dos senhores receberam, além da cópia da ata da reunião anterior há também cópia da composição do conselho com a inclusão dos três membros mencionados e cópia da proposta do temário a ser examinado conforme tínhamos combinado.

Gostaria também de comunicar que recebemos apenas dois *e-mails*, um do Professor Luiz Ignar e outro do Sr. Armando.

Antes de colocar em votação o temário que todos os senhores tem cópia em mãos, vamos discutir a proposta de organização temária. Foram consolidados cinco grandes temas: 1º) Legislação e a Consolidação e Organização Estadual sobre Turismo, Integração da Legislação Estadual, Federal e Municipal, Organização Tributária de Incentivos, Flexibilização da Legislação Ambiental e Mudanças do Calendário Escolar; 2º) Regionalização e Turismo, *Clusters* Turísticos, Modelo de Gestão do Desenvolvimento Turístico, Hidrovia Tietê-Paraná, Municipalização do Turismo; 3º) Infra-Estrutura Turística, Parques Temáticos, Estruturas de Entretenimento, Serviço de Alimentação, Serviços de Hospedagem, *Pools* de Segundas Residências para Locação, Serviços Financeiros, Cartões de Crédito; 4º) Serviços Públicos de Apoio ao Turismo, Segurança, Transportes, Recuperação do

Centro da Cidade e do Patrimônio Cultural em Todas as Cidades com Capacidade Turística, inclusive São Paulo, e Organização de Turismo Receptivo; 5º) Capacitação de Recursos Humanos, Política de Qualificação e Especialização de Serviços, Conscientização Turística e Comunicação e Marketing Turístico, Promoção Turística, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Massa, Turismo da Terceira Idade, Lazer, Ecoturismo e Turismo Cultural.

Nessa proposta de temário, qualquer subtema que porventura venha a ocorrer se enquadrará num desses temas, porque se fossemos analisar tudo o que ocorre em matéria de turismo, com certeza não caberia nesses cinco grandes temas.

SR. ANISIO – Gostaria que nosso colega Arruda discorresse sobre a Carta Nacional de Turismo de Goiás que especificou todos os detalhes, e todos nós, infelizmente, deveríamos esquecer a reunião passada e seguir a metodologia dessa carta, que vai ser aplicada em todo o Brasil.

SR. ARRUDA – Quanto à proposta de organização do temário, tenho duas sugestões a fazer. Primeira, mudar o Turismo de Terceira Idade para um nome mais adequado como Turismo da Melhor Idade, pois essa é a nomenclatura que está sendo usada atualmente; segunda, no item 4º) Serviços Públicos de Apoio ao Turismo, inverteria um pouco a ordem para Recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural, porque falamos somente do centro da cidade de São Paulo mas, na verdade, devemos também ter uma preocupação com todo patrimônio histórico e cultural em todo o Estado de São Paulo, pois assim vai ficar mais “iluminado” para se criar os destinos políticos, uma vez que se todo o patrimônio do Estado não tiver em ordem, dificilmente poderemos fazer um roteiro turístico sem esbarrar em coisas do tipo: “Essa cidade não, porque está feia, vamos pular.”, só que não dá para pular, porque a cidade vai ficar no meio do caminho.

Estivemos ontem em Brasília participando do Conselho do Turismo Nacional e trouxemos um documento chamado Carta de Goiás. A nossa proposta temática praticamente é idêntica a essa Carta, e para tentar sistematizá-la talvez pudéssemos fazer uma adequação em termos de nomenclatura, porque os assuntos são os mesmos.

SR. ANÍSIO – No final da discussão vamos ter uma proposta que seja compatível com a terminologia que está sendo usada nesse Congresso Brasileiro; sendo assim, aceitamos a sugestão do prezado colega na tentativa de adequar a nomenclatura baseada na Carta de Goiás e também a sugestão da mudança dos temas Turismo para Melhor Idade e Recuperação dos Patrimônios Históricos e Culturais do Estado de São Paulo.

Por outro lado, deverá ser enviada a todos os conselheiros cópia da proposta da Carta de Goiás juntamente com o que for deliberado no dia de hoje.

Em virtude de não ter havido nenhuma manifestação para discutir a proposta da Carta de Goiás, vamos passar à votação. Em votação, a proposta apresentada que inclui algumas alterações apresentadas pelo companheiro Armando e com observação do evento do Primeiro Congresso Brasileiro das Cidades Turísticas; no transcorrer dos trabalhos esses temários serão adaptados dentro do possível a essas diretrizes em caráter nacional.

Em discussão. Aqueles que tiverem de acordo com o temário permaneçam como se encontram. Aprovado com as alterações propostas.

Na última reunião discutimos a questão dos subgrupos. Num primeiro momento, houve a idéia de que fossem tiradas algumas sub-relatorias por temas. Existe uma proposta de cronograma de atividades com sugestões de datas e temas – inclusive poderíamos realizar três seminários: o primeiro em 21 de fevereiro, numa segunda-feira; o segundo em 20 de março, numa segunda-feira; o terceiro em 17 de abril, numa segunda-feira. No Primeiro Temário discutiríamos a Legislação e Regionalização do Turismo; no Segundo Temário, Infra-Estrutura Turística e

Serviços Públicos; no Terceiro Temário, Capacitação dos Recursos Humanos e Comunicação e Marketing Político.

Inicialmente pensamos definir alguns relatórios para cada um desses temas, e de acordo com a proposta apresentada pelo Professor Luiz Ignarra, entendemos ser mais abrangente, de cada seminário, por ocasião da sua instalação, dez conselheiros estudarem a Legislação e dez conselheiros estudarem Legislação e Turismo, ficando a critério dos conselheiros o enquadramento para efeito de discussão – e assim por diante em relação aos outros seminários.

Por outro lado, todos os conselheiros estariam incumbidos de convidar a quem de direito para enriquecer o nosso seminário e assim recebermos maior gama de informações possíveis para chegarmos ao final dos trabalhos com alguma idéia que represente esse segmento do turismo. Dentre esses seminários poderão surgir grupos de trabalho devido ao surgimento de alguns temas específicos.

A idéia é que a cada seminário os vinte conselheiros seriam separados em dois grupos de dez, ou seja, os dez que vão estudar a Legislação podem-se organizar de tal forma que o trabalho fique mais bem dividido e os resultados sejam mais eficientes.

A ordem da proposta dos temários, cuja cópia todos os senhores vão encontrar nas respectivas pastas, seria a mesma ordem dos temas dos três seminários. O primeiro seminário abrangeria os temários Um e Dois; o segundo, Três e Quatro; e o terceiro, Cinco e Seis.

SR. – Não seria o caso de identificarmos o interesse de quem se encontra presente para começarmos a combinar algumas atividades ou deixaríamos isso para janeiro?

SR. – A idéia é excelente. Por exemplo, hoje se encontram presentes seis conselheiros e a sugestão é ter dez conselheiros para discutir cada tema, ou seja,

entre os seis presentes, se conseguirmos enquadrá-los nos temários, tudo bem, ficando em aberto a sugestão.

SR. – No caso da mudança do calendário escolar, existe uma série de estudos que eu poderia coletar e apresentá-los, ou seja, poderia assumir essa parte do calendário.

SR. – A idéia de que dez conselheiros fiquem responsáveis por cada temário é exatamente para que nos subtemas possam dar a sua contribuição. Preferiria que se enquadrassem ou na legislação ou na regionalização e no decorrer dos trabalhos cada um se dispusesse a fazer aquilo que tem mais condições.

SR. – Gostaria, se for possível, que seja convidado o Professor Joandre, que é um jurista especializado em legislação turística, pois atualmente todas as entidades de turismo o consultam por ser um advogado especialista nessa área. Não lembro o nome completo dele.

SR. – Vamos fazer algumas sugestões via *e-mail* a todos os conselheiros informando-os dessas sugestões e, até fevereiro, esperamos que os senhores nos informem os nomes das pessoas que gostariam que fossem convidadas para esse seminário.

SR. – Gostaria de saber da possibilidade de a Assembléia Legislativa compilar toda a legislação estadual existente.

SR. – Aos conselheiros presentes nesta reunião ficam garantidas as suas participações conforme escolheram, e aos demais conselheiros que não se encontram presentes a minha idéia é relatar-lhes o que aconteceu nessa reunião e

que nos dêem a primeira e segunda opção, e quando nos reunirmos faremos a distribuição de acordo com o número de conselheiros, porque senão cada um vai preferir participar de um grupo ou outro e vou ficar sem opção para formar os grupos.

SRA. CLEIDE – A idéia é que haja três seminários: um em fevereiro, um em março, um em abril. Depois o fechamento, que vai ser discutido pelo conselho sobre, a data, para a elaboração do relatório final. Nos subgrupos que vão trabalhar cada um dos itens para o seminário, a idéia é que ou por meio de trabalhos próprios que cada um já deve ter ou por meio de consultas a outras entidades, universidades, eles possam levantar o que existe hoje dentro de cada item e quais as propostas para que o setor possa melhorar, ou seja, o grupo trabalharia dentro dessa idéia. No seminário seriam levantados os pontos principais a serem discutidos e em seguida seriam convidadas pessoas especializadas para debater os assuntos considerados, pelo grupo, mais nevrálgicos e assim sair alguma proposta efetiva para melhorar o setor.

SR. – Na última reunião, o Deputado Nabi se comprometeu a entregar o *kit* a respeito da legislação sobre o turismo – uma sugestão do Sr. Sérgio Belleza, que é um dos conselheiros do grupo – e também o Deputado Kiko Junqueira tinha feito um estudo com vários técnicos da área e nós ficamos responsáveis em buscar esta proposta, este anteprojeto. Da minha parte, fiquei direto no telefone, conversei com a Silvia e com a Cleide, que trabalham no nosso gabinete, e a única coisa que encontramos é uma legislação específica a respeito das estâncias existentes no Estado de São Paulo – inclusive foram aprovadas pela Assembléia Legislativa mais cinco Estâncias, cuja cópia os senhores vão encontrar nas respectivas pastas.

A minha preocupação com o turismo é muito grande, porque realmente é o setor que mais gera empregos, é o setor que faz funcionar esse país, só que é o

mais achincalhado, o mais sacrificado, é o que menos recebe incentivos, só não existe organização porque “quebra-galho” para tudo.

No dia 21 de fevereiro, numa segunda-feira, vai haver esse seminário com o apoio de todos os órgãos de divulgação, mas na minha opinião vai ser necessário fazer outro seminário com toda a compilação do que existe tanto no âmbito federal quanto no estadual e no municipal.

SR. ARMANDO – Sr. Presidente, será que não daria para inverter a ordem dos seminários, pois a legislação passará a ser um assunto tão importante – apesar de estarmos numa casa legislativa – ou seja, começar pelos itens 3 e 4 e deixar o 1 e o 2 como 5 e 6? Porque sem tempo, sem preparação, vamos começar a trabalhar sem condições para os itens mais importantes.

SR. – Existe uma publicação anterior ao governo Montoro, ou seja, um livro de trezentas páginas, exemplar único, com toda a legislação pertinente à área de turismo, que está na Biblioteca da Secretaria de Esportes e Turismo. A Assembléia Legislativa solicitou à Secretaria de Esportes e Turismo esse livro e até agora não teve retorno. Portanto, a pesquisa pode começar a partir desse livro. Inclusive, existem leis nesse compêndio que são paralisantes da atividade econômica da totalidade do Estado de São Paulo que nunca foram revogadas. Por exemplo, existe uma lei onde nenhum empreendimento pode ser construído num raio de tantos quilômetros de qualquer massa de água no Estado de São Paulo, quer dizer, compreende qualquer construção na cidade de São Paulo, teria que ser aprovada pela Secretaria de Esportes e Turismo, o que é um absurdo.

SR. – Na verdade não temos em mãos as leis do mecanismo do negócio do turismo, dos serviços turísticos, o que levaria mais tempo para juntá-los.

SR. – Gostaria de me desculpar pelo atraso e também dizer que o seminário que tentamos fazer no ano passado, nesta Casa, embora não tenha sido realizado, permitiu a produção de um material relativamente vasto nessa fase técnica, só que não ficou nenhuma cópia na Casa. Todo esse material encontra-se em meu poder e o coloco à disposição dos presentes.

Por outro lado, concordo plenamente com a sugestão do Armando de inverter as etapas para primeiramente produzir um certo consenso a respeito dos temas-chave e depois partir para a regionalização e, no final, a legislação.

Vejo com muita satisfação que essa oportunidade se enseja como a seqüência natural daquela tentativa que, embora não realizada, envolveu várias pessoas na sua discussão técnica preparatória.

SR. – Portanto, atendendo a sugestão do Sr. Armando, ficaríamos com o item Legislação acoplado a Comunicação e Marketing Turístico.

SR. PEDRO – Começaríamos com Infra-Estrutura, Serviços Públicos e Capacitação. Na verdade seriam três seminários, não é?

SR. – De acordo com a sugestão, o primeiro seminário seria o 3 e o 4. O segundo seria o 5 e o 6. O terceiro seria o 1 e o 2. Feito esse remanejamento, vamos dividir novamente os grupos em dois. (Pausa para divisão dos grupos).

Portanto, entre os presentes ficaram definidas as respectivas participações, conforme solicitadas. Com os demais conselheiros que não se encontram presentes faremos contato pedindo para efeito de participação que escolham ou a primeira ou a segunda opção, e assim formamos dois grupos com dez participantes.

Gostaria de fazer um comentário. Quando a Casa começou a organizar esse Fórum São Paulo Século 21, teve um pessoal de Assessoria e Metodologia, e um dos participantes dessa área propôs – e foi aceito pela Casa – que fosse usada uma metodologia inglesa que apregoa o máximo de agregar pessoas desiguais, como é

o caso do grande conselho, ou seja, colocar elementos do MST lado a lado com elementos da Fiesp, enfim, quando todos ficam juntos descobrem que todos têm dor de barriga, que todos têm problemas com transporte urbano. Ou seja, a partir de pontos comuns podemos construir uma pauta cujos resultados podem gerar uma eficácia comprovadamente muito boa e assim a Assembléia Legislativa resolveu caminhar nessa direção.

Faço esse comentário pensando nas pessoas que participarão desses seminários para que reflitam de “a” a “z”, porque muitas vezes ficamos pensando nos grandes nomes, nas pessoas mais conhecidas e geralmente aquelas pessoas que não são tão conhecidas nos seus municípios mas que possuem alguma experiência turística muito boa podem também ser convidadas a participar dessas discussões, o que contribuirá para que possamos encontrar as melhores alternativas.

Em seguida vamos falar do Relatório do Seade.

SRA CLEIDE – O Seade vai entregar até o final do ano um relatório completo apresentando todos os dados que constam dessa estrutura que os senhores têm em mãos. Será um livro com todos os dados estatísticos que se propuseram a levantar. No ano que vem, um técnico do Seade virá explicar esse relatório que todos nós iremos receber antes de começarmos nossa primeira reunião.

SR. – Esse relatório será uma síntese das informações que a Seade entregará para o Fórum da Assembléia nessa questão do Turismo e Serviços. Esse material será enviado a todos os conselheiros do Fórum tão logo a Seade entregue a esta Casa.

Em termos de pauta, era o que tínhamos para o dia de hoje, e partindo para a fase final vamos dar a palavra a quem quiser se pronunciar.

SR. LUIZ – A organização operacional desses grupos que vão estudar a estrutura turística e serviços públicos vai ficar por conta de cada grupo ou a coordenação será feita de outra forma?

SR. – Creio que a organização será feita em conjunto, apesar de nós como agentes da organização do Fórum na parte de turismo termos que encaminhar essas questões, mas a nossa idéia é que seja um trabalho conjunto. Embora não estejam presentes todos os conselheiros para deliberação do temário a fim de escolhermos quem teria mais disponibilidade de estar à frente de cada área, vamos tentar fazer por telefone a partir de hoje até fevereiro. Teria alguma sugestão?

SR. – Sim, tenho. Uma vez que as datas dos seminários já estejam todas marcadas, poderíamos fazer um calendário com uma reunião pelo menos preparatória.

SR. – Para podermos organizar o seminário até fevereiro, esse grupo tem que conversar antes, não é? Portanto, é preciso estabelecer um calendário de reuniões preparatórias para o grupo. Gostaria de colocar à disposição dos conselheiros a sede da entidade, onde temos uma sala que comporta 50 pessoas mais equipamentos de suporte. Está situada na Rua Oscar Freire.

SR. – Portanto, aceitamos a sugestão de uma reunião preparatória que poderia ser feita numa segunda-feira. Uma sugestão seria marcar a primeira reunião do próximo ano. A Casa retoma os trabalhos no dia 1º de fevereiro e a nossa primeira reunião poderia ser no primeiro dia disponível. O dia 1º de fevereiro cai numa terça-feira.

SR. PEDRO – Tendo em vista esse cronograma de atividades preparatórias pelo qual obrigatoriamente temos que passar, essa data sugerida para o primeiro

seminário em meados de fevereiro está um pouco em cima. Pergunto se é possível retardar trinta dias antes, porque o primeiro seminário será no dia 20 de março. Ou seja, precisamos nos reunir em fevereiro porque vai ser preciso fazer umas duas ou três reuniões pois na verdade são dois seminários.

SR. – São três.

SR. PEDRO – Sim, são três, mas os dois temas são complementares e exigem que todos os conselheiros participem dos dois, embora atuando num ou no outro mesmo que sejam concomitantes e sendo realizados ao mesmo tempo; praticamente são dois seminários paralelos. Enfim, a preparação para ambos em janeiro e fevereiro não será suficiente. Por exemplo, no dia 17 de fevereiro estaremos realizando o primeiro seminário, ou seja, corremos o risco de chegar no dia dessa reunião de fevereiro e termos que adiá-lo, entendeu? O melhor seria nos prepararmos para nos reunir no dia 20 de março para não correremos esse risco.

SR. PEDRO – Poderíamos fazer em maio em vez de em abril.

SR. – Perfeito. Você tem razão, porque o carnaval será no começo de março. A sua sugestão é muito boa, portanto o nosso calendário seria: 20 de março, 17 de abril e 15 de maio. Ou seja, no dia 20 de março vamos discutir os temas dos itens 3 e 4; no dia 17 de abril os temas dos itens 5 e 6; no dia 15 de maio os itens 1 e 2, uma vez que invertemos a ordem por causa do tema Legislação, que é o que vai dar mais trabalho e, na verdade, será o pré-resumo.

SR. – Vamos partir para a parte final da nossa reunião e antes de fazê-lo tínhamos combinado, na reunião anterior, deixar em aberto para quem quisesse se manifestar sobre os assuntos tratados e outros que fossem apontados pelos senhores conselheiros. Outrossim, vamos deixar marcado para o dia 07 de março

às 10 horas, numa segunda-feira, e provavelmente será realizado num dos três auditórios da Casa.

SR. – Gostaria de saber se os grupos já estão formados.

SR. – Não, a idéia para cada seminário é dividir os 20 conselheiros em dois grupos de 10 e cada conselheiro participaria via telefone, via contatos, a fim de formatarmos o item de cada seminário, uma vez que serão discutidos dois temas em cada seminário, apenas para efeito de participação na formatação, porque durante o seminário a participação será de todos.

SR. – Sim, mas a idéia é fazer a apresentação dos temas, ou seja, para esse seminário cada um prepararia eventualmente o tema para fazer uma exposição. Seria uma espécie de debate?

SR. – Essa metodologia será definida na primeira reunião, ou seja, a metodologia do seminário é que seria definida na reunião de 07 de fevereiro.

SR. – Ou seja, a partir de hoje, nessa reunião, até o dia 07 de fevereiro, cada um dos senhores que se encontram presentes e os demais que serão contatados, forneceriam as suas sugestões para podermos definir essa metodologia. A cada seminário faríamos a reunião com cada grupo de dez conselheiros, e assim conseqüentemente os demais seminários.

SR. – Porque a idéia será levantar todos os problemas que foram discutidos na reunião anterior para que possam sofrer alguma alteração de legislação no sentido de solucioná-los, ou seja, nas reuniões preparatórias vamos identificar

possíveis ações que a Assembléia Legislativa venha a solucionar como possíveis obstáculos ou acelerar algum processo ou estimular alguma coisa nesse sentido.

SR. – Gostaria de informá-los que o governador Mário Covas está acompanhando com muito interesse esse fórum e dispôs-se, por parte do Executivo, a acatar o que for possível dentro do seu governo e o que estiver dentro da sua competência, inclusive as idéias que possam ser repassadas para os demais municípios como sugestão da mudança da legislação. Inclusive tive oportunidade de dizer para o governador que o turismo é a maior fonte geradora de empregos, que requer o menor investimento, comparado com as indústrias, não recebe nenhum tipo de incentivo por parte do governo e precisamos discutir qual tipo de incentivo poderia ser colocado à disposição do turismo. O BNDES já tem alguns incentivos tipo financiamentos, embora o sul do país seja penalizado ao contrário do nordeste, beneficiado devido às condições favoráveis.

Quem acompanha os trabalhos do Congresso Nacional pode observar que existe uma grande discriminação em relação ao sul do país pois a maioria dos congressistas é do nordeste e também porque todos imaginam que o sul do país é rico e não precisa de incentivos para o turismo, esquecendo que os impostos que são arrecadados no sul, setenta por cento, retornam para o desenvolvimento de várias regiões do país. O que fica no sul, na verdade, é a renda dos Estados, porque os impostos arrecadados, que são mais da metade nacional, voltam e são redistribuídos na sua grande maioria para o norte, nordeste, centro-oeste.

SR. – Mais da metade, ou seja, mais de 50% do turismo brasileiro é feito pelos paulistas.

SR. – Outra coisa gostaria de esclarecer. No período que antecede o nosso seminário entre outras coisas, volto a repetir, que cada conselheiro vá pensando em convidar pessoas, entidades para participarem do primeiro seminário dentro dos

temas que vamos discutir. Cada conselheiro pode fazer a sua sugestão a esta Casa para que ela faça o convite.

SR. – Gostaria de informar que o nosso colega Favoretto optou pelo Item 4. Gostaria de convidar todos os conselheiros presentes que no dia 21 faremos uma visita técnica ao Hotel Royal Plaza de Campinas, que é o maior hotel do Estado de São Paulo, incluindo almoço, e em seguida faremos também uma visita ao Hopi Hari, que é o novo parque situado próximo a Campinas.

SR. – Com referência ao próximo dia 21 para visitar o Centro de Convenções do Hotel Plaza e o Hopi Hari, gostaria de informar que coloco à disposição dos amigos ônibus para nos levar, ou seja, podemos levar apenas os conselheiros e um convidado para cada conselheiro, não sendo permitido levar crianças, porque a visita será técnica. É só entrar em contato comigo amanhã, até as 17 horas. O ônibus vai sair do Anhembi.

Gostaria de fazer alguns registros. Em primeiro lugar, parabenizar a eficiente assessoria desse fórum. Em segundo lugar, o meu atraso deveu-se à reunião que participei na Câmara Municipal, a qual precisei dar preferência uma vez que o Conselho da Capital está disputando uma verba de quatro milhões de reais para o ano 2000. Como todos sabem a Câmara Municipal atravessa uma fase difícil que ninguém consegue saber se essa lei passa ou não passa.

Por outro lado, devemos ter uma reunião do Conselho Estadual de Turismo provavelmente no dia 21 de janeiro, e gostaria de saber da possibilidade do seu comparecimento, por meio da sua assessoria, para podermos enviar o ofício. Caso não seja possível comparecer nessa data, podemos convidá-lo para a reunião de fevereiro. Vou passar as datas para a sua assessoria para o senhor fazer a sua escolha da data que for mais conveniente.

Para seu conhecimento, fizemos uma reunião nessa semana e propusemos uma alteração na própria lei do conselho com algumas sugestões em relação a

estâncias etc., mas na verdade, o que nós queremos é jogar confete no senhor. O trabalho que o nobre deputado está fazendo é muito importante e queremos que seja transmitido por meio dos Anais do Conselho Estadual assim como teremos a chance de conhecê-lo mais de perto. Estou procurando ser bem franco, porque é a forma mais rápida de chegar a algum lugar. Obrigado.

SR. – Agradeço as suas amáveis palavras e estender o convite ao nobre Deputado Nabi Chedid que tem sido um grande companheiro nessa área, um grande incentivador e um grande conhecedor do tema turismo. Particularmente não vou viajar em janeiro, vou estar no litoral. O único dia que não abro mão e durante toda a minha vida reverencio é o Dia de São Sebastião, que é no dia 20 de janeiro. Nesse dia carrego o seu andor, que o faço desde criança. Vou confirmar com a minha assessoria se posso comparecer em janeiro ou fevereiro. Com certeza aceitarei o seu convite. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, apenas gostaria de dizer algumas palavras para os senhores fazerem uma reflexão: as reuniões que foram agendadas para o nosso seminário poderiam ser feitas fora da Cidade de São Paulo, caso pudessem trazer alguma contribuição para a divulgação e a participação de algum segmento mais interessante. Cada um dos senhores pode refletir a respeito e na próxima reunião discutiremos a sua viabilidade.

Embora os trabalhos desta Casa tenham se encerrado quase às duas horas da manhã com votação do Orçamento Estadual e aprovação das contas do governo do ano passado, gostaria de dizer aos senhores que somos talvez o único deputado que ainda esteja trabalhando nesta Casa, o que quer dizer que nos leva a crer que valorizo não só os senhores como nós que estamos participando desse trabalho apesar de estarmos engatinhando dentro desse tema que é o turismo. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

29.02.2000

- Paulo Julião – Deputado. Coordenador do grupo temático Turismo e Serviços
- Armando Arruda Pereira de Mello – Diretor Executivo da UBRAFE-União Brasileira dos Promotores de Feiras
- Magda Iglésias – Associtur
- Jarbas Favoretto – Representante do Conselho Estadual de Turismo
- Leonel Rossi – Diretor Internacional da ABAV
- Luís Renato Ignarra - Presidente da Associação Paulista de Albergues da Juventude e professor da Faculdade de Turismo Anhembi Morumbi
- Maurício Abdalla – Ex-presidente da ABEOC
- Tássilo Seiber – ABREDI
- Clóvis Menezes – Conselho Estadual de Turismo

SR. PAULO JULIÃO – Boa-tarde, senhores. Quero agradecer a presença de todos e dizer que, ao contrário das nossas sessões da Assembléia, ou seja, mesmo não havendo quorum regimental, vamos começar a reunião.

Como de praxe, o nosso primeiro item é a leitura da ata da reunião anterior, mas a sugestão é sempre dispensar a leitura da ata. (Pausa.) Então, fica dispensada essa leitura.

Queremos agradecer o trabalho dos conselheiros e seus representantes, que participaram dos subgrupos tratados na reunião anterior para organização do seminário, e o empenho dos coordenadores, Armando e Magda.

O objetivo desta reunião é integrar o trabalho realizado pelos dois subgrupos, para finalizarmos a organização do seminário, que ocorrerá no dia 20. Os senhores devem ter recebido uma minuta da programação, de acordo com a proposta que os subgrupos fizeram nas suas reuniões fora da Casa.

Conforme o comunicado que enviamos por *e-mail* para todos, a pauta de hoje é a seguinte: uma apresentação sucinta, do professor Armando Arruda, do trabalho realizado no subgrupo Infra-Estrutura Turística; em seguida, d. Magda Iglesias fará a apresentação do subgrupo Serviços de Apoio ao Turismo; depois, discutiremos e definiremos a proposta da organização do seminário – palestrantes, debatedores indicados e, finalmente, teremos uma rodada de assuntos de interesse geral.

Queremos registrar que a revista da Fiesp/Ciesp, na sua edição do dia 21 de fevereiro, trouxe uma matéria sobre o Fórum Século 21 da Assembléia, com o título “Debate pode mudar São Paulo”. É importante essa comunicação à medida que, no contexto geral do Fórum, há uma expectativa muito grande, o que aumenta a nossa responsabilidade.

Com a palavra, o Armando, para fazer um relato das discussões que aconteceram por ocasião das reuniões no seu grupo.

SR. ARMANDO ARRUDA – Obrigado, Deputado. Em primeiro lugar, quero agradecer a presença de todos que compuseram o nosso grupo. Fizemos duas

reuniões, quando procuramos coletar os dados para a apresentação do dia 20, e decidimos também o seu roteiro.

A apresentação será feita pelo professor Ignarra e, em seguida, uma pessoa convidada, representante de cada um dos principais setores, responderá às questões feitas pela platéia.

O nosso ciclo de perguntas e respostas será coletivo; não vamos separar um horário para cada uma das entidades. Os representantes dos grupos ficarão à disposição de todos que comparecerem ao seminário. Uma coisa muito importante a ser registrada é que a formatação dessa apresentação será feita pela Escola de Comunicações e Artes. Procuraremos seguir a Carta de Goiás, daquele trabalho, porque já está ordenado; ou contrapondo, ou estando de acordo, ou apresentando novas sugestões. De qualquer forma, seguiremos o roteiro estabelecido nesse encontro com grandes profissionais do turismo.

Tivemos um percalço: o Seade desapareceu. Creio que isso vai prejudicar um pouco a seqüência. Estávamos esperando alguns dados, mas, aí, recebi uma informação: “Entre na Internet e pegue os dados.” Só que não vai dar tempo para eu fazer o serviço deles. Acredito que isso possa atrapalhar um pouco. Fiz algumas indagações ao Cepam, mas eu não sei do que ele dispõe.

A Ubrafe, o Sindicato e a Abeoc têm intenção de prestar uma colaboração efetiva para o grupo de Turismo e Serviços. Portanto, gostaríamos de receber uma série de informações sobre todas as regiões administrativas do Estado e, assim, termos condição de fazer uma recomendação – o Fórum deve ter essa proposta – para o futuro do desenvolvimento de todas as regiões. Não ficar vendo, simplesmente, uma cidade ou um lado. Para tanto, precisaríamos desses dados. Se não for do Seade, que seja colocado outro instrumento do Estado que nos dê essas informações. São poucas perguntas, porém de todas as regiões administrativas do Estado.

Quero agradecer os meus parceiros de comissão que foram excelentes. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Soubemos que o subgrupo do Armando foi muito concorrido, portanto, queremos parabenizar esse trabalho.

A informação que tivemos da Casa foi que houve um primeiro contrato com o Seade, que se expirou com as informações gerais, e, agora, ele está sendo retomado. Eu não sabia desse fato. O Deputado Nabi e eu vamos pressionar a presidência da Casa para que isso seja resolvido o mais rápido possível.

Pela sua exposição, acredito que estamos no caminho correto. Os senhores nos trazem a macro e a microvisão. Ou seja, além da macrovisão de uma política de turismo, o senhor traz também, desde que seja possível, algumas sugestões de micro para as regiões que compõem os pólos de turismo do nosso Estado. Já dá para perceber que estamos trilhando na direção certa.

Na seqüência, d. Magda, da Associtur, fará uma exposição do grupo dela.

SRA. MAGDA IGLESIAS – Em primeiro lugar, quero dizer que estamos tentando heroicamente coordenar este grupo. Se não fosse o apoio da Cleide, da Silvia e do Mauro, não teríamos conseguido.

Tivemos bastante dificuldade, primeiramente, em identificar o caminho a seguir, porque o título estava muito genérico – Serviços Públicos de Apoio ao Turismo – e o senhor o colocou de maneira que realmente nos satisfizesse, Serviço de Apoio ao Turismo, porque nosso enfoque não está sendo só a visão do lado público do serviço, mas também de entidades privadas.

Tivemos dificuldade no tópico de segurança, principalmente, e transportes, que, no nosso ponto de vista, são os transportes voltados exclusivamente ao turismo. Então, é o transporte terrestre turístico. Não estamos vendo o transporte aéreo nem qualquer outro.

Um detalhe importante a ser ressaltado é que, quando foram definidos os integrantes dos outros grupos, deveríamos ter determinado um equilíbrio melhor na participação, porque quase todos optaram pelo Infra-Estrutura, para onde foram pessoas competentes e de peso. Nós, de sete entidades, tivemos de nos contentar

com três. Não tivemos a participação das outras entidades por problemas particulares que foram justificados.

Organizamos o nosso seminário de forma a identificar representantes em cada tópico dos serviços públicos – Transporte, Segurança, Recuperação do Patrimônio Histórico e Organização do Turismo Receptivo – para falar a respeito. Inclusive, convidamos o sr. Leonel Rossi, que estou conhecendo agora, mas gostaria de tê-lo conhecido antes. Seria uma honra.

Quanto ao tempo, foi colocado uma hora de exposição para o primeiro grupo e meia hora para nós. É muito complicado definir o tempo dessa exposição, porque, como não fizemos a coleta do material que vai ser exposto, não sabemos se o expositor vai demorar 30 minutos; esperamos que seja em 30 minutos, no mínimo, e, no máximo, em uma hora. Vamos tentar, com cada um, identificar o tempo mínimo necessário para a exposição.

Gostaria de solicitar que, como no grupo anterior, não tivesse uma abertura em nosso subgrupo. Ou seja, por que é necessário fazer uma abertura nos Serviços Públicos de Apoio ao Turismo? Falar sobre cada um antes de entrar neles? E por que o grupo do início não precisou também fazer isso?

Quem está abrindo o grupo temático Turismo e Serviços, no fundo, são os próprios coordenadores, ou seja, os Deputados, e eles poderiam falar do contexto geral dos dois grupos, e não só do grupo de cima. Estamos sendo desprivilegiados novamente.

Quero agradecer o trabalho do sr. Jarbas Favoretto, que muito me ajudou em coletar, identificar os representantes, fazer os contatos e conseguir as confirmações.

Muito obrigada.

SR. PAULO JULIÃO – Abordamos neste seminário o que conseguimos, mas, certamente, com a participação de outras pessoas, isso será ampliado.

Quando a senhora citou transporte, na minha visão, ao falar em Transporte e Turismo, não nos estamos referindo necessariamente ao transporte direto que dá

apoio, a levar e trazer o turista. É uma máxima que o bom transporte coletivo no município faz parte da infra-estrutura necessária para um bom turismo.

Como o Fórum é amplo, a visão também tem de ser bastante ampla no relatório final. Isso, naturalmente, acontecerá no decorrer dos trabalhos.

Feitas as exposições sobre as discussões para a organização do Fórum, passaremos ao item 3, Discussão e Definição da Proposta de Organização do Seminário.

Antes de abrir a palavra, quero dizer que, hoje, precisamos sair desta reunião com uma programação fechada, caso contrário, não dará tempo de elaborar convite, postagem, etc. Então, precisamos, da melhor forma possível, ou, pelo menos, a ideal, definir os pontos para providenciarmos, neste restante de semana, o que for necessário na parte administrativa.

Dessas reuniões, já saiu uma programação para o seminário, e embora esteja colocada a presença do Deputado Vanderlei Macris, ele não poderá participar da abertura, por causa de compromissos assumidos anteriormente. O Deputado Arnaldo Jardim, o grande Relator de todo esse seminário, estará presente.

A Magda fez referência ao tempo, mas é que está prevista uma abertura para as 9 horas.

Está com a palavra o Dr. Jarbas Favoretto, do Conselho Estadual de Turismo.

SR. JARBAS FAVORETTO – Sr. Deputado, é que, de manhã, o Dr. Nabi está enfeitando a abertura, e à tarde não. Ela está com ciúme.

Srs. Deputados, somos profissionais que vivemos no dia-a-dia, e não temos só sonhos pela frente. Temos necessidade de algumas realidades.

Entre as coisas elementares das nossas dificuldades, há o capítulo de conscientização. Temos de conscientizar a população, autoridades, intermediários. É o “abc” da conscientização.

Em certos aspectos, brigamos por detalhes que, aos senhores, podem até parecer uma coisa insignificante, mas, para nós, têm muita importância e, se deixarmos passar em brancas nuvens, podem prejudicar até a freqüência.

Por exemplo, o senhor deu o título que a Magda repisou e eu gostaria que fosse corrigido já. Às 14 horas, é Serviço de Apoio ao Turismo; é preciso tirar esse “público”.

No painel seguinte, temos Segurança. Perdoem-me as nossas autoridades constituídas, mas nossa segurança está lamentável. Aliás, creio que não temos segurança nenhuma. Temos outras áreas de segurança, como Conselho de Segurança da Polícia Militar, etc. Eu proponho que coloquemos Segurança ao Turista, porque só Segurança é muito genérico, e, dessa forma, será direcionado ao segmento.

O Deatur, por exemplo, Departamento de Atendimento ao Turista, recebeu, esta semana, não sei por que milagre, três peruas, que farão ronda nos hotéis tradicionais e nos pontos de visitação do turismo cultural. Coisa que estava faltando.

No painel das 15 horas, eu gostaria que os senhores concordassem que o tema fosse alterado para Transporte Turístico Rodoviário, porque, *data vênia*, não tivemos nenhum motivo para nos preocupar com turismo aéreo, já que a carência, as necessidades, inclusive os conflitos de legislação, estão mais no turismo rodoviário. Sabemos que, há 10 anos, isso era 70% das vendas de excursões e, hoje, não chega a 20. Está caindo cada vez mais e não sabemos o que vai acontecer.

O painel seguinte é Recuperação do Patrimônio Histórico Cultural. Por que esse enfoque? A razão desse enfoque é que estamos acompanhando alguma coisa no Interior de São Paulo.

As cidades perdidas no contexto normal e tradicional do turismo estão contratando arquitetos para fazer recuperação de fachadas, prédios antigos. Não importa se está sendo recuperado pelo Condephaat. Tem cidadezinha que fechou

acordo como companhia de tinta e estão pintando todas as casas da praça principal. Isso não é conservação do patrimônio; é uma recuperação mesmo.

Eu creio que houve uma inversão no rascunho que mandamos e pedimos às queridas meninas que nos assistem que o vejam. Quem tem de fazer é o Emanuel Massarani. Esse homem foi no Horto Florestal de São Carlos e fez uma reviravolta lá. Até os *spot lights*, ele pegava coisa no ferro-velho da companhia para fazer. Ele fez várias coisas muito interessantes e tudo do ferro-velho. A recuperação que ele fez da Sala São Paulo aqui na Sorocabana é algo elogiável. O cidadão parece que nasceu para isso.

O Marcos Mendonça, meu amigo, por ser titular da Cultura, foi convidado para ser debatedor. Então, se um Secretário foi convidado para fazer a palestra, que fosse colocado outro Secretário para debater. Eu pediria que houvesse essa inversão, porque os dois se dão muito bem.

Nos eventos que realizo no Interior, quando costumo levar 100 pessoas – 40 jornalistas, 40 conselheiros e 20 autoridades –, tenho convidado sempre os dois e é muito bom; é uma harmonia espetacular. Um ajuda o outro, e espero que os dois ajudem a nossa Comissão a obter resultado. Sobre o Turismo Receptivo, o Dr. Leonel Rossi está aqui, e eu gostaria que ele falasse.

Quero que os senhores me perdoem a maneira de me expressar, mas entendam que estou falando com o coração, e tenho certeza de que é algo que vai chamar público para cá.

SR. PAULO JULIÃO – Após as considerações feitas pelo Jarbas Favoretto, coloco em discussão. Como coordenação e relatoria do grupo, vemos como pertinentes todas essas observações. Todos concordam? (Pausa.)

Não tendo discussão, aprovadas as alterações propostas pelo Jarbas Favoretto, com relação à complementação dos subtítulos do seminário; na palestra das 14 horas ficará Serviços de Apoio ao Turismo; às 14h30min, Segurança ao

Turista. No painel das 15 horas, em vez de Transporte, ficaria Transporte Turístico Rodoviário.

SR. – Quanto ao Transporte Turístico Rodoviário, aceitamos discutir qualquer coisa. Mas se quisermos falar no aéreo, precisamos fazer um painel separado.

O Dr. Leonel Rossi é especialista nos dois, diretor internacional da Abav, e tem uma visão espetacular de como é feito o receptivo nas outras cidades, que é o que nos interessa. Estamos aqui para copiar coisa boa, e também precisamos copiar as coisas dos outros países.

Eu gostaria de ouvir o Dr. Leonel. Na minha opinião, se entrarmos no Receptivo Aéreo, gastaremos um painel só para discutir por que o ônibus não pode encostar no Aeroporto de Cumbica para pegar turista. Isso o Dr. Leonel pode falar.

SR. PAULO JULIÃO – Embora com a visão de que o transporte rodoviário seja o mais importante e adequado para a discussão e o encaminhamento das palestras seria nesse sentido, para não constranger ninguém, poderíamos colocar Transporte Turístico, deixando o rodoviário inominado. No decorrer dos trabalhos, se aparecer alguma coisa sobre Transporte Aéreo, poderá ser exposto o pensamento dos debatedores.

SR. JARBAS FAVORETTO – Eu concordo, retiro a minha colocação sobre isso e endosso a sua, mas gostaria de ouvir a opinião do Dr. Leonel.

SR. PAULO JULIÃO – Antes, quero reforçar as propostas feitas pelo senhor. Ficou faltando o painel das 15h30min, que ficaria, em vez de Patrimônio Histórico Cultural, Recuperação do Patrimônio Histórico Cultural, e uma inversão entre os Secretários Marcos Mendonça e Massarani, que tem uma Secretaria Especial de Recuperação de Bens Culturais.

Eu vou deixar esses assuntos para a discussão. Agora, ouviremos o Dr. Leonel Rossi, da Abav.

SR. LEONEL ROSSI – O Turismo Receptivo no Estado como um todo é muito falho. Qualquer turista que chegue em São Paulo – seja nos aeroportos, seja rodoviário, seja por automóvel – tem grandes problemas.

O que apresentamos, sem inventar muito, é o que acontece, no mundo, no turismo receptivo. Podemos ver em outros países, mesmo da América Latina, como se faz esse tipo de turismo.

Os problemas são tão abrangentes que, numa cidade metropolitana como São Paulo, há problema até de legislação. Aqui quase não tem empresa que faça turismo receptivo, são poucas, porque existe uma concorrência muito grande dos táxis, de pessoas não qualificadas, com custos lá embaixo, já que não pagam impostos. Então, não temos uma qualidade desse turismo. Isso é para dar um pequeno exemplo do que acontece.

Se não houver uma legislação e uma fiscalização, nunca teremos turismo. Turismo receptivo não é só a Van, o ônibus, ou o carro, que vai buscar no aeroporto, mas uma série de itens. Hoje, na cidade de São Paulo, para fazer um *tour* pela cidade, se não fosse um acordo entre a Secretaria e a Continental Airlines, não teria condições, porque não tem um ônibus sequer. Até há pouco tempo não tínhamos um *tour* específico de ônibus. Vejam a dificuldade.

É tudo isso que vamos abordar.

SR. PAULO JULIÃO – Leonel, com relação às propostas do Jarbas, você está de acordo?

SR. LEONEL ROSSI – Sim.

SR. PAULO JULIÃO – Com a palavra, o sr. Luiz Ignarra.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Eu sou da Associação de Albergues e quero dizer que concordo com as observações do Jarbas, mas tenho uma dúvida em como as pessoas serão convidadas para esse seminário.

Eu imagino que, se mandarmos um convite Fórum/SP do Século 21, temário Infra-Estrutura Turística, não vai atrair ninguém. Podemos explicar o objetivo do seminário anterior ao programa ou incrementar o título dos assuntos. Se eu falar Problemas Legais da Infra-Estrutura Turística, se eu falar Problemas da Legislação Tributária da Hotelaria Paulista, eu sei que uns 50 donos de hotéis vêm participar. Se eu falar simplesmente Seminário sobre Hospedagem em São Paulo, é mais um seminário sobre o mesmo assunto.

Se no convite estiver explicitado o objetivo do seminário, basta só colocar os temas que estão aqui. Caso contrário, em cada palestra será necessário explicar o que será discutido.

SR. PAULO JULIÃO – Aprovo totalmente a idéia e o objetivo. No convite, além desses títulos, as comissões podem criar subtítulos para complementar.

SR. MAURÍCIO ABDALA – Estou-me retirando hoje, é o meu último dia, e quero apresentar o novo presidente da Abeoc, Dr. Alexandre, que irá dar continuidade às atividades. Quero também agradecer aos Deputados Julião e Nabi a oportunidade que estão dando ao setor de turismo e todos os companheiros que aqui estão batalhando.

Agora, às 6 horas, tomo posse na Associação Brasileira de Dislexia, que cuida de crianças menores. Agradeço mais uma vez a colaboração de todos.

SR. PAULO JULIÃO – Fica registrada a mudança de comando na Abeoc. Queremos agradecer ao sr. Maurício Abdala pela participação que teve até agora e desejar-lhe todo o sucesso na nova empreitada comunitária. Damos também as boas-vindas ao Dr. Alexandre e o convidamos a se integrar ao grupo, para darmos uma resposta correta para a questão do turismo no século 21.

Entendi a que o professor Luiz Renato se referiu. Estamos falando do Fórum de Turismo e queremos trazer para a Casa outros segmentos da sociedade. Procuramos escolher as pessoas mais representativas de cada temática que forma o grande Fórum. É evidente que muitas pessoas importantes da área de turismo não estão aqui. O seminário é exatamente para que essas pessoas venham participar.

Na coordenação, recebemos o telefonema de uma entidade que se organizou o ano passado, o cone leste Paulista, que é todo o *trade* do turismo do Vale do Paraíba e do Litoral Norte. Eles se reúnem há algum tempo, agora tomaram conhecimento do Fórum e querem participar.

Nós, que estamos trabalhando neste Fórum com os senhores, estamos inseridos no contexto da importância do que se pretende, do ideal que estamos buscando.

Quanto à pertinência da observação do Renato sobre o alcance das informações, eu tenho dúvidas sobre o que significa este Fórum para a população de uma maneira geral. Essa observação merece, por parte dos senhores, uma reflexão para decidirmos o que fazer.

SR. ARMANDO ARRUDA – A colocação do professor é bastante correta e acredito que simplesmente o Infra-Estrutura Turística abrir os assuntos que serão temas, não só da apresentação como dos debates, já pode esclarecer os interessados que receberão os convites e deixar aberto para a presença de todos.

O Deputado colocou muito bem, pois não seremos absolutos no assunto, trataremos de algumas matérias do assunto. No caso de Infra-Estrutura, somente

quatro itens serão tratados. Pode-se colocar Infra-Estrutura Turística e os assuntos debatidos serão os quatro tópicos. Com isso, o convite fica elucidativo e abre bem a perspectiva do que se pretende apresentar.

SR. PAULO JULIÃO – Armando, eu gostaria que você esclarecesse a proposta.

SR. ARMANDO ARRUDA – No convite que será impresso e divulgado, colocar que às 10 horas será feita a apresentação de Infra-Estrutura Turística pelo professor Ignarra; haverá a apresentação e serão tratados os seguintes assuntos: Parque Temático, Alimentação, Hospedagem e Serviço Financeiro.

Na verdade, o que se vai falar na apresentação, como ponto de partida desse grupo é demanda, a nossa inserção nessa demanda e o que pretendemos, como País e como Estado, atingir da demanda. E fazer uma exposição do que está acontecendo nesses quatro itens.

É o que o Deputado falou muito bem, não vamos tratar do turismo pontualmente, completamente. Vamos apresentar um quadro de demanda mundial e, desses quatro temas, algumas observações. É simplesmente um acerto na forma do convite a ser distribuído. Seria explicar em que se traduz Infra-Estrutura Turística e o que são esses quatro casos nesses temas.

É isso professor? Será que eu entendi?

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – A minha preocupação, Armando, é não transmitirmos um seminário sobre a importância do turismo, porque isso já cansamos de falar.

Por exemplo, serviço de alimentação – na reunião que estava, vi o pessoal listar uns 30 problemas gravíssimos. É deixar claro que esse seminário visa debater estas questões: a questão da saúde pública, lei do silêncio, ou seja, tudo que está, de alguma forma, intervindo nesse setor.

Não sei se seria como o Jarbas falou de fazermos uma apresentação antes, dizendo: trata-se de uma discussão sobre aspectos legais sobre essas atividades.

SR. PAULO JULIÃO – Eu gostaria que o Armando concordasse com o professor.

SR. ARMANDO ARRUDA – Na verdade, isso ficou mais ou menos implícito. O que se pretende nessa abertura é falar da demanda, oportunidades, benefícios, problemas e algumas soluções. Não vamos conseguir apresentar o problema em todas e, menos ainda, a solução.

Eu acredito que ele tem razão quanto ao convite, que deve deixar claro a proposta do seminário – tratar de alguns assuntos –, e não dar a entender que todos poderão ser tratados.

SR. TÁSSILO SEIBER (Abredi) – Boa-tarde, senhores. Permitam-me complementar no serviço de alimentação, poderíamos acrescentar “e entretenimentos”, porque já damos a abrangência que queremos – entretenimentos e alimentação; alimentação é um entretenimento, é lúdico por si.

SR. JARBAS FAVORETTO – Se esse seminário não tiver ninguém, mas dois ou três Deputados que nos ouçam, eu já estou felicíssimo. Hoje, quando vim para cá, estava pensando: se estamos numa Casa de Leis, temos de fazer um seminário dos problemas mais graves, que possam ser amenizados ou até resolvidos pelas leis feitas nesta Casa.

Concordando com a sugestão do Luiz Renato, nós que temos responsabilidade dos painéis não podemos perder tempo com bobagens. Temos de ir direto ao ponto, porque o tempo é curto. Pretendemos realizar e conseguir alguma coisa.

Eu disse à tarde, numa reunião que fizemos com a Magda e o Jerônimo, seu pai é um excelente líder, que não podemos colocar, no caso dos transportes, metade do que ele queria. Precisamos “concentrar o chumbo onde a caça é mais fácil”. Se não houver um monte de Deputados para assistir, ficarei frustrado.

Logicamente, convidarei o pessoal das nossas lides, mas quero deixar registrado que a importância é conseguirmos, entre aspas, “dar tiros em Deputados”. Precisamos alcançar isso.

No mais, acredito que todos estamos na mesma direção, caminhando juntos. Em relação ao cone leste da vida, se vai atender um “cone” aqui, tem 40 “cones” no Interior. Eles têm amparo em Conselho Estadual, que eu represento, e em outras categorias. Quanto a pedir para vir, já deveria ter vindo; não se pede, mas se vai.

Aqui não estamos preocupados se tem muita gente ou não. O que interessa é o resultado. Entendo que essa comissão tem de fazer um serviço bonitinho – como futebol, não é Nabi? –, ganhar dos outros. Perder, sabemos que não vamos.

SR. PAULO JULIÃO – Nessa pasta de informação para vocês, talvez tenha faltado a idéia do convite. Numa primeira sugestão, o convite seria um cartão-postal; teríamos, na frente, o logotipo do seminário da Assembléia, o nome do nosso grupo e, na outra face, iria bem reduzido “O Fórum São Paulo Século 21 convida para o Seminário Turismo, Infra-Estrutura e Serviços de Apoio – no dia 20 de março ...” Aí, vêm os nomes das pessoas e a programação.

Não cabe muita coisa nisto aqui. Dentro da linha do Luiz, talvez se, dentro do tema principal – Turismo Infra-Estrutura e Serviço de Apoio –, houvesse algo de maior apelo, iria ao encontro do que ele está pensando.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Talvez até no título – Seminário: Turismo, Infra-Estrutura e um subtítulo alertando que vamos tratar dos problemas que afetam esse setor. Poderia ser Turismo, Infra-Estrutura e Serviço de Apoio, principais problemas legais do setor. Isso é para alertar as pessoas que não vamos fazer um

seminário só de promoção no nosso setor; é um seminário que visa discutir os problemas que afetam o setor.

SR. – Desculpe, discutir os problemas e propor soluções.

SR. – A tese é essa. Nesse caso, é sair das demandas, e a apresentação vai tratar “oportunidades, benefícios, problemas e soluções”. Podemos até sugerir que isso seja colocado no convite, para dizer o que será debatido sobre tais assuntos.

O interessante é que o painel terá uma diversidade não só de propostas como de entidades que foram convidadas. Isso vai dar um leque diferente. Não tem um tema único, portanto, apresentará uma diversidade fantástica.

Na parte que foi citada do jurídico, das leis da Casa, temos um dia que iremos tratar de legislação. Um dos seminários será legislação. É até uma sorte que a nossa apresentação seja das primeiras, porque talvez algumas das coisas colocadas podem até ser discutidas e apresentadas para o grupo que está tratando de legislação. Sabemos das dificuldades que algumas lei trazem no nosso setor, algumas até complicadas, e elas vão ser tratadas especificamente.

Então, essa abordagem – “oportunidades, benefícios, problemas e soluções” – pode dar uma abrangência na nossa abertura, depois, podemos focar, nos outros debates, os problemas legais, as importações, os impostos, as mudanças de regra de jogo – como os parques temáticos –, financiamento para hotéis, etc.

Acredito que a diversidade é que vai dar um norte ou um sul diferente.

SR. PAULO JULIÃO – Nós precisamos ir ao plenário, porque está havendo uma votação e voltaremos em cinco minutos. Enquanto isso, o Jarbas assume a Presidência.

SR. JARBAS FAVORETTO – Luiz Renato, no debate das 11 horas, o que está sendo colocado aqui é algo que o Tássilo acrescentou, e nós precisamos saber se, realmente, é para acrescentar.

Às 11 horas, temos: Parques Temáticos e Estruturas de Entretenimento; depois, Serviço de Alimentação. Como é a sua colocação?

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Eu imaginei a palavra “lazer”, mas não sei se caberia; “entretenimento”, eu atropelei.

SR. JARBAS FAVORETTO – Eu acredito que assim tenha ficado bom. O “lazer” poderia ficar no entretenimento. Concorda?

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Está bom.

SR. – O primeiro item poderia ficar Parques Temáticos exclusivamente, porque o tema é importante. Os investimentos são muito grandes, e as dificuldades são imensas.

O segundo item, Serviço de Alimentação e Entretenimento; o terceiro, Hospedagem; o quarto, Serviços Financeiros.

SR. JARBAS FAVORETTO – Em votação Parques Temáticos. (Pausa.) Aprovado. Depois, ficou Serviços de Alimentação e de Entretenimento. (Pausa.) Aprovado. Hospedagem. (Pausa.) Aprovado. Serviço Financeiro, também está aprovado.

SR. – Para complementar, aproveitando a sua presença, Jarbas, temos o Alan, o Percival, e o Serson como debatedores, e pedimos a inclusão do Luiz da Silva Blake, para responder sobre serviços financeiros. No nosso seminário, cada

um responde por um setor, e ele se enquadra no setor financeiro. Por isso, pedimos sua inclusão.

SR. JARBAS FAVORETTO – Todos estão de acordo? (Pausa.) Aprovado. Com a palavra o professor Renato Ignarra.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – A minha observação é a mesma dele; estava faltando um financeiro.

SR. JARBAS FAVORETTO – Não sei por que o nome do Deputado Vanderlei Macris foi riscado aqui.

SRA. MAGDA IGLESIAS – O Secretário avisou que ele não pôde comparecer.

SR. JARBAS FAVORETTO – Se ele não veio em uma reunião, não tem por que vir.

SR. – Jarbas, eles não são desse grupo. Um é o Presidente e o outro é Relator do Fórum inteiro. Eles não têm nada a ver com a gente.

SR. JARBAS FAVORETTO – É verdade. Então, a parte da manhã está deliberada.

SRA. – Como ficou a palavra-chave para pôr no convite? O sr. Ignarra estava sugerindo divisões.

SR. JARBAS FAVORETTO – Tem Turismo, Infra-Estrutura e Serviços de Apoio. Alguém tem uma sugestão de subtítulo?

SR. ALEXANDRE (Abeoc) – A proposta é a seguinte: Turismo Infra-Estrutura e Serviço de Apoio, uma Proposta para o Século 21.

SR. JARBAS FAVORETTO – É uma sugestão. Estou esperando o Luiz Renato escrever a dele. D. Magda, alguma sugestão?

SRA. MAGDA IGLESIAS – Por que não colocar Seus Problemas e Possíveis Soluções?

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – O texto diz “Convida a participar do Fórum 21”. Poderia incrementar um pouco essa frase, dizendo “Convida V.S.^a a debater, com os Deputados Estaduais, os principais problemas do setor turístico”, e aí continua.

SR. PAULO JULIÃO – Excelente. A sua proposta nada tem a ver com a do Alexandre da Abeoc, que sugere seja colocado na capa “Turismo Infra-Estrutura e Serviços de Apoio”, depois, mais embaixo, em letras menores, “Uma Proposta para o Século 21”.

SRA. – A proposta da Magda é Seus Problemas e Possíveis Soluções.

SR. JARBAS FAVORETTO – Eu voto contra, porque acredito que não caiba isso. A proposta do Luiz Renato é a mesma sua, só que mais envolvente. A proposta é “O Fórum São Paulo Século 21 convida V.S.^a a debater, com os Deputados Estaduais, os principais problemas do setor turístico”.

SRA. MAGDA IGLESIAS – Nós estamos falando do subtítulo; esse aí é o convite. Eu proponho que sintetize o título.

SR. JARBAS FAVORETTO – Vou colocar em votação, primeiramente a proposta do Alexandre. (Pausa.) Aprovado. Segundo, a proposta do Luiz Renato. (Pausa.) Aprovado. Se as duas estão aprovadas, a da Magda não tem lugar. A única coisa que vai ficar fora da sua proposta é a expressão “possíveis soluções”.

O próximo item da pauta é Assuntos de Interesse Geral – colocar em discussão a alteração das datas do seminário. O papel que temos aqui é o seguinte: “tendo em vista o trabalho que a organização desses seminários requer de cada um dos conselheiros, todos com inúmeros outros compromissos, e da necessidade de atendermos a um prazo mínimo de 20 dias para elaboração do material gráfico, colocar em discussão a proposta de alteração das datas anteriormente agendadas para os demais seminários; Capacitação de Recursos Humanos, Comunicação e Marketing Turístico do dia 17 de abril, transferir para o dia 8 de maio”. Qual é a razão dessa mudança? Provavelmente eles querem ver o que acontece no primeiro para organizar o seguinte. Eu encaminho à votação favorável.

SRA. MAGDA IGLESIAS – Eu concordo, desde que seja dado o mesmo tempo que foi dado para o primeiro grupo.

SR. JARBAS FAVORETTO – Sempre será. Só que quero lembrar a você que, definindo esses dois primeiros seminários, nada custa irmos adiantando o expediente dos outros, dentro do possível. Vamos ver a votação da alteração da votação de Recursos Humanos, Comunicação e Marketing. Estão todos de acordo? (Pausa.) Aprovado.

O outro seminário Legislação e Regionalização do Turismo, que estava marcado para o dia 15 de maio, pelo mesmo motivo, passa para 19 de junho. Então, aprovado um, aprovado o outro.

A palavra está aberta para os senhores conselheiros. O sr. Clóvis fará uso da palavra.

SR. CLÓVIS MENEZES – É importante o que estamos realizando, mas o que me preocupa é o futuro. Quem pode nos responder é o caro Deputado Nabi.

Esses seminários trarão idéias, propostas, mostrar as dificuldades que temos no meio turístico, mas a seqüência é importante. Como saberemos se os assuntos levantados e abordados, as ponderações, serão considerados posteriormente pela Assembléia, pelo legislador?

Nesses 25 anos que atuo na atividade turística, a cada legislação somos obrigados a correr atrás do legislador, porque modifica a Casa. Todos os conhecimentos antigos se perdem, normalmente, esvanecem-se. De repente, o legislador cria uma nova lei e a coloca em prática, prejudicando, às vezes, um grande segmento.

Vou dar um exemplo. Há 15 anos, surgiu um projeto de lei em Brasília, dando normas para funcionamento de parques; era para adaptar todo e qualquer equipamento de diversão para deficientes físicos. Saiu de um dia para outro; o legislador julgou importante, colocaram em votação e foi aprovado. Não foi ouvida nenhuma comissão, não foi ouvido um fabricante de equipamento, não foi ouvido nenhum operador de equipamento.

Para se ter uma idéia, até hoje, nos Estados Unidos, não existe legislação obrigando que qualquer equipamento seja adaptado para deficiente físico.

Há 15 anos, no Brasil, tentamos inovar e foi criada uma norma, mas não são todos os equipamentos que são possíveis de ser adaptados. É humanamente impossível. Não há como colocar um equipamento no *sky-diver*, que cai da torre, para paraplégico. Se o indivíduo é deficiente cardíaco, deficiente físico, não pode usufruir daquele aparelho. Não dá, por exemplo, para fazer a montanha-russa sair a 2 km/hora.

Nos Estados Unidos, todas as associações, usuários, fabricantes, parques, reuniram-se e estão elaborando uma norma que deve entrar em vigor até junho.

Há 15 anos, consegui segurar em Brasília; há oito anos, outro Deputado federal pediu uma nova lei. Eu tive que correr atrás para parar novamente. Há oito meses, saiu outra. A cada legislação, não importa o que foi feito no passado, esquece-se e começa tudo novamente.

Seria importante, aproveitando essa união com o empresariado, criar alguma conduta na Assembléia no sentido de formar uma comissão permanente, que possa ser ouvida quanto às leis que atinjam os assuntos abordados no seminário; ou que os conselheiros sejam permanentes nessa comissão. Ao ter uma lei específica sobre hotéis, por exemplo, a comissão será ouvida.

Creio que isso mostrará para todos a continuidade do trabalho, e caso não realizemos um trabalho estupendo, que tenha seqüência.

SR. NABI ABI CHEDI – A finalidade do nosso Fórum é justamente buscar, junto à sociedade e a todos os setores do Estado, sugestões para o lançamento de um grande programa.

A parte que pertence ao Legislativo, que atuássemos no sentido de transformar em lei aquilo que realmente pode ser feito pela Assembléia. A outra parte que pertence ao Executivo ou a outros poderes, atuaríamos no sentido de apresentar sugestões resultantes deste Fórum.

A sua sugestão é válida, mas é difícil manter uma estrutura durante várias legislaturas para acompanhamento. Pode-se implantar um acompanhamento de toda a aplicação de legislação, com relação ao que for discutido aqui, mas não é fácil.

É o que senhor acabou de dizer: a cada legislatura surge um Deputado com uma idéia, que apresenta um projeto de lei por sugestão de alguém, de um setor da sociedade. O senhor está pedindo que haja vigilância, para que fosse respeitada uma legislação, e que os problemas fossem discutidos antes de aprovados.

Dentro do processo legislativo, é muito difícil, mas podem ser criados dispositivos para esse acompanhamento. Entendo que, a partir do momento em que estabelecermos algumas regras decorrentes do resultado desse trabalho que está sendo realizado, poderemos atenuar, dando condições para que matérias que possam vir a ser apresentadas ou discutidas sejam abordadas anteriormente e o cidadão ou o próprio parlamento não seja surpreendido por um projeto. O que é muito comum. Concordo plenamente.

Estou aqui há 38 anos. Isso é verdade. Às vezes, numa legislatura, um Deputado apresenta um projeto, e um colega apresenta outro, revogando esse anterior. Estamos até discutindo critérios éticos no Colégio de Líderes. Essa matéria foi muito discutida no final do ano passado, e agora queremos uma definição sobre isso.

Não é fácil, mas, à medida que forem criados alguns dispositivos, alguma comissão ou algo que possa fazer esse acompanhamento, poderemos estar vigilantes para que não sejamos colhidos de surpresa, o que, às vezes, acontece.

Apesar de não ser fácil, há condições de atenuar a possibilidade dessa violência praticada.

SR. CLÓVIS MENEZES – Fico satisfeito por haver uma possibilidade, porque assim o trabalho pode ter uma continuidade.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Quero fazer um esclarecimento não só ao sr. Clóvis como a todos aqui. No Conselho Estadual de Turismo, que não tem remuneração e que não é indicado pelas autoridades – somos indicados por nossas entidades –, já debatemos esse assunto que tem um nome diferente, é a comissão que cuida da acessibilidade, ou seja, o acesso dos deficientes às coisas.

Na reunião do Conselho, levei esse assunto, várias pessoas foram expor, formamos uma comissão – convido o senhor a fazer parte, e tenho certeza de que vão recebê-lo de braços abertos – e encarregamos o sr. Sérgio Belezza, Delegado

da Embratur em São Paulo, de capitanear esse grupo. Inclusive, já trouxeram algumas soluções que estão sendo feitas.

O senhor perguntou quanto ao futuro, e queremos dizer que já foi dado o pontapé inicial nesse sentido. Essa Comissão está preocupada tanto quanto o senhor e alguma solução será recomendada.

SR. CLÓVIS MENEZES – Creio que não fui feliz na colocação. Eu só dei um exemplo, como existem exemplos na parte de restaurante. Eu quis exemplificar a dificuldade; não levantei o problema da civilidade.

Posso citar, como exemplo, seguro em parque de diversões, em hotéis. A Prefeitura, há cinco meses, queria obrigar que cada freqüentador desses locais recebesse um boleto de seguro. Assim, a pessoa, ao entrar num hotel, receberia uma ficha de seguro; ao entrar em um cinema ou em um parque de diversões, a mesma coisa. É totalmente absurdo. Não viram o enfoque operacional.

A preocupação é esta: leis que prejudicam o ambiente empresarial.

SR. PAULO JULIÃO – Sr. Clóvis, a idéia da Assembléia de criar o Fórum Século 21 partiu de uma proposta séria, que os próprios membros do Conselho Geral do Seminário dão com muita clareza.

O Governador Mário Covas compareceu ao lançamento do seminário e, de acordo com a sua manifestação, no que couber ao Executivo, as propostas apresentadas pelo seminário serão consideradas. Assim, o Governador se propõe a acatar o que for proposto pelo Fórum.

O Seminário já foi foco de editorial tanto da *Folha de S. Paulo* como do *Estadão*. Portanto, já conseguimos passar a sua seriedade e importância.

Concluo, dizendo que, das discussões do Seminário, caberão observações como a feita pelo senhor, sobre a pertinência ou não do seguro, como as coisas funcionam e como deveriam funcionar. Se o consenso dos seminários sugerir que há que se mudar, é justamente o que será apresentado como propositura.

Quanto maior a sensibilidade das propostas, tanto maior será a perspectiva de que elas não caiam no vazio ou tenham de ser modificadas daqui a dois, três anos. Portanto, depende de nós encontrarmos essas alternativas.

Com a palavra o Jarbas.

SR. JARBAS FAVORETTO – Na sua ausência, aprovamos todos os itens que nos foram passados, e deixei a minha proposta por último.

Eu proponho uma alteração na capa do convite. No rodapé, está escrito “dia 20 de março, às 9 horas, auditório tal”. Se é um convite que vamos mandar para várias pessoas, algumas poderão pensar que o Auditório Teotônio Vilela é lá no Nordeste. Eu sugiro que se tire a palavra “auditório”, e coloque Assembléia Legislativa. Em lugar nenhum está escrito isso e é o mais importante.

SR. PAULO JULIÃO – A idéia é entregar esse *folder* para os participantes que vierem ao seminário; o convite é o menor em forma de cartão-postal mas consideraremos sua observação e vamos colocar que o Fórum se realizará na Assembléia Legislativa. É importante que isso fique claro no convite. Não tendo mais nada a discutir, fazemos uma proposta de agendamento para a próxima reunião: dia 28 de março às 17 horas. Seria uma reunião de avaliação do seminário do dia 20.

Embora não tenhamos nenhuma reunião até o dia 20, a comunicação da nossa assessoria com os senhores será permanente. No mais, é procurarmos fazer o melhor, para que possamos trazer propostas que contribuirão para o desenvolvimento de São Paulo e do Brasil.

Muito obrigado a todos.

20.03.2000

- Arnaldo Jardim - Deputado. Relator geral do Fórum São Paulo Século 21. Representante do Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa
- Nabi Abi Chedid - Deputado. Relator do grupo temático Turismo e Serviço
- Paulo Julião - Deputado. Coordenador do grupo temático Turismo e Serviços
- Sérgio Belleza - Professor. Representante do Sr. Caio Luiz de Carvalho, Presidente da Embratur
- Marcos Arbaitman - Secretário de Esportes e Turismo do Governo do Estado de São Paulo
- Nilce Sinhorini - Prefeita de Ilha Bela
- José Garcia Costa - Prefeito de Joanópolis
- José Ricardo dos Santos - Secretário de Cultura de Santo André
- Benedito Inacio Judici - Vereador do Município de Joanópolis
- Humberto Carlos Mucili - Representando Márcio Junqueira de Souza e Silva, diretor presidente da MTU
- Clóvis Almeida - Diretor da ADIBRA
- Alexandre Verfel - Presidente da ABEOC-SP
- Júlio Serson - Presidente da ABIH-SP
- Armando Arruda Pereira Melo - UBRAFE. Representante dos promotores de feiras
- Percival Maricato - Presidente do Conselho de Administração da ABREDI – Associação Brasileira de Restaurantes Diferenciados
- Luiz da Silva Bley - Diretor-Executivo da ABECS – Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços
- Antônio Reinales - Vice-Presidente da ABIH
- Aristides de La Plata Cury Diretor- Executivo do SPC&VB São Paulo Convention & Visitors Bureau
- Benedito Júdice - Vereador do Município de Joanópolis
- Virgílio de Carvalho - Coordenador de Turismo do Estado de São Paulo

- Magda Rita Ardito Iglesias – Suplente da presidência da Associação dos Transportadores de Turistas Industriários Colegiais e Seminários do Estado de São Paulo – Associtur
- Demétrio Hossne – Titular da Delegacia de Polícia de Aeroportos e Proteção ao Turista - Deatur
- Jarbas Favoretto – Presidente da Associação dos Núcleos de Turismo do Estado de São Paulo e secretário executivo do Conselho Estadual de Turismo
- Olavo Reino Francisco – Titular da 2ª Delegacia de Polícia da Seccional Sul
- Dagoberto Gonçalves – Diretor de operações do DER
- Emanuel von Loveinstein Massarani – Secretário especial de recuperação de bens culturais
- Alexander - Diretor presidente da Fundação Pró Memória de São Caetano do Sul e professor da USP
- Leonel Rossi - Diretor internacional da ABAV

SR. HUGO – Na reunião de hoje vamos falar de “Turismo-Infra-Estrutura e Serviços de Apoio”, uma proposta para o Século 21, uma realização do Grupo Temático Turismo e Serviços, do Fórum São Paulo Século 21, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Convidamos o Exmo. Deputado estadual Arnaldo Jardim, relator geral do Fórum São Paulo Século 21, neste ato, representando o Exmo. Deputado Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa. Convidamos também o Exmo. Sr. Deputado estadual Paulo Julião, Coordenador do Grupo Temático, o Exmo. Sr. Deputado estadual Nabi Chedid, relator deste Grupo Temático, o Dr. Marcos Arbaitman, Secretário de Esportes e Turismo do Governo do Estado de São Paulo e o Sr. Sérgio Belezza, representando neste ato o Sr. Caio Luiz de Carvalho, Presidente da Embratur.

Gostaríamos de registrar as presenças da Exma. Sra. Nilce Senhorini, Prefeita de Ilha Bela, Exmo. Sr. José Garcia Costa, Prefeito de Joanópolis, Sr. José Ricardo dos Santos, Secretário de Cultura de Santo André, Sr. Vereador Benedito Inácio Judici, do Município de Joanópolis, Sr. Márcio Junqueira de Souza e Silva, diretor presidente da MTU, neste ato representado pelo Sr. Humberto Carlos Mucili, Sr. Clóvis Almeida, Diretor da Adibra, Sr. Alexandre Verfel, Presidente da ABEOC-SP, Sr. Júlio Serson, Presidente da ABIH-SP, Sr. Armando Arruda Pereira Melo, da Ubrafe.

Passo, então, a palavra ao Exmo. Sr. Deputado estadual Arnaldo Jardim.

SR. ARNALDO JARDIM – Muito obrigado, bom-dia a todas as senhoras e senhores aqui presentes, aos Srs. Conselheiros do Grupo Temático e, particularmente, a nossa saudação e agradecimento pela presença aqui do Dr. Marcos Arbaitman, Secretário de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo.

Sinto alegria de ver a seriedade do trabalho deste Grupo Temático, tão bem conduzido pelo Deputado Paulo Julião, Coordenador dos trabalhos e pelo Deputado Nabi Chedid, nosso relator do Grupo Temático de Turismo e Serviços, do

Fórum São Paulo Século 21. Agradeço também a presença do Sr. Sérgio Belezza que representa aqui Dr. Caio Carvalho.

Meus amigos e minhas amigas, estamos vivendo um momento muito importante na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que tem gerado um entusiasmo muito grande em todos os parlamentares, especialmente no Presidente Deputado Vanderlei Macris, que tenho a honra de representar neste instante. O Deputado Vanderlei Macris decidiu fazer do Fórum São Paulo Século 21 o marco de sua administração aqui na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, baseado na certeza de que o Poder Legislativo tem, com o desenvolvimento do Fórum, uma ocasião e oportunidade significativa para poder fazer jus a sua tarefa, de ser o formulador de uma visão de desenvolvimento para o Estado de São Paulo.

Dr. Marcos Arbaitman, que tantas vezes nos dá a lição e se emociona com a história de São Paulo, sabe muito bem que, o que se comemora na Bahia hoje e temos também o orgulho de saber, que foi aqui que o processo de urbanização no país se iniciou de fato. Daqui partiram as bandeiras que ultrapassaram o Tratado de Tordesilhas, dando o formato final ao nosso país. Aqui a mão-de-obra migrante veio substituir a mão-de-obra escrava, dando outro salto de qualidade a todo nosso processo de desenvolvimento econômico nacional. Foi aqui também que se iniciou a industrialização do nosso país.

E que papel o Estado de São Paulo vai desenvolver nesta nova quadra de desenvolvimento do nosso país, no início do século, na abertura do novo milênio? Como será esta função de São Paulo? Estamos exatamente nos dedicando a buscar a resposta disso com o desenvolvimento do Fórum São Paulo Século 21. Não simplesmente uma resposta fruto de um exercício teórico, mas uma resposta fruto de um processo de reflexão que reúna os políticos, as forças vivas e dinâmicas da sociedade. Que tenha não só a força do argumento final, da coerência da proposta que vai ser elaborada, mas que o processo de desenvolvimento dessa proposta, a ser feita de uma forma integrada com a sociedade, já garanta perenidade e possibilidade de que efetivamente essa visão se implante. Por isso, o

Fórum acertou muito quando constituiu o Conselho, como temos, representativo da coordenação geral do Fórum. Agradeço sobremaneira o esforço que os senhores conselheiros têm feito, acompanhando o funcionamento desse Grupo Temático.

A Assembléia Legislativa de São Paulo fica em júbilo com a presença dos senhores nesta Casa. O Sr. Presidente Vanderlei Macris pede, e faço isso com muita honra, que eu seja o portador da sua saudação a todos os senhores e senhoras e, particularmente, do nosso agradecimento pela forma dedicada com que o Deputado Paulo Julião vem coordenando estes trabalhos, como também ao nosso querido Deputado Nabi Abi Chedid que, com sua experiência especialmente neste setor, com o Deputado Paulo Julião, possa relatar e concluir aqui os trabalhos.

Não vou falar sobre turismo e nem sobre a oportunidade do que isso significa para o desenvolvimento do Estado que, sem dúvida, é uma das atividades que, com uma implantação mais rápida, mais geram empregos. Não vou falar da cadeia em torno do turismo, porque todo setor agregado a isso, de infra-estrutura, tudo que demanda do ponto de vista de formação e envolvimento da cidadania, certamente será objeto deste seminário. A mim cabe parabenizá-los por este funcionamento. Neste instante que transmito a coordenação dos trabalhos ao Deputado Paulo Julião, quero dizer da nossa alegria de poder receber, tenho a certeza de que muito rapidamente, as conclusões e propostas do setor de turismo para o novo momento do desenvolvimento urbano do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Bom-dia a todos, agradeço a presença de todos os senhores, especialmente dos Srs. Conselheiros, do nosso querido Secretário da Secretaria de Turismo, Dr. Marcos Arbatman, da Embratur, representado neste ato pelo Sr. Sérgio Belezza que também faz parte do nosso Fórum, como conselheiro. Quero dizer também da importância do trabalho conjunto desta coordenadoria com a relatoria do Deputado Nabi Abi Chedid, grande conhecedor da questão de turismo do Estado de São Paulo, e decano dos nossos deputados na Assembléia Legislativa. Com muita honra fazemos essa parceria.

Como os senhores talvez tenham acompanhado, porque não tenho visto, o seminário “Turismo Infra-Estrutura e Serviços de Apoio” que estamos realizando hoje, faz parte dos trabalhos do Grupo Temático Turismo e Serviços do Fórum São Paulo Século 21, que vem sendo realizado nesta Assembléia desde o dia 18 de novembro de 1999.

O Grupo Temático Turismo e Serviços é composto por 20 conselheiros, representando as mais expressivas entidades ligadas ao turismo. Temos aqui o Dr. Marcos Arbaitman, representado na comissão pelo Dr. Virgílio Carvalho, que é o coordenador de turismo no Estado, Sr. Sérgio Belezza, Diretor da Embratur, Sr. Leonel Rossi, Diretor Internacional da ABAV, Sr. Aristides de La Plata, Diretor do SP Convention & Visitors Bureau, Sr. João Meireles Júnior, Presidente do Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB, Sr. Júlio Serson, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Hotéis – ABIH, Sr. Néelson de Abreu Pinto, Presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo, representado pelo Sr. Antônio Melo, Sr. Armando Arruda Pereira Mello, Diretor-Executivo da União Brasileira das Montadoras de Feiras – Ubrafe, Sr. Clóvis Menezes, Presidente da Associação das Empresas de Parques de Diversões do Brasil – Adibra, Professor Dr. Luiz Renato Ignarra, Presidente da Associação Paulista de Albergues da Juventude e professor da Faculdade de Turismo Anhembi, Sr. Pedro Dalessi, Diretor Comercial da Bebetur, Sra. Magda de Ramos Ventura, da Divisão de Desenvolvimento e Turismo do Sebrae, Sr. José Garcia da Costa, Presidente do Fórum de Projetos de Serras e Águas e prefeito de Joanópolis, Sr. Alexandre Leite, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Organizadoras de Eventos – ABEOC, Sr. Tácito, Presidente da Associação Brasileira de Restaurantes Diferenciados – Abredi, Sr. Mário Bene, Coordenador do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA-USP, Sr. Luiz da Silva Bley, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito – AB ECS, Sr. Horácio Neves, Presidente da Associação dos Jornalistas de Turismo, Sr. Jarbas Favoretto, Presidente da Associação dos Núcleos de

Turismo do Estado de São Paulo e Secretário do Conselho Estadual de Turismo, Sra. Marta Rita Ardito Iglesias, vice-presidente da Associação dos Transportadores de Turistas – Associtur, Industriários, Colegais e Similares do Estado de São Paulo.

Evidentemente, este Conselho ficou limitado ao número de 20 conselheiros, deixando de fora até seguimentos importantes, razão pela qual dentro desta dinâmica de discutir a questão de turismo, estão programados este seminário e mais dois, exatamente para que a contribuição venha de todos os ramos da área do turismo.

Queremos também informar que depois de várias reuniões que tivemos, foram levantados os principais temas a serem debatidos. Este é o primeiro seminário de uma série que estaremos realizando. No próximo seminário que tratará da “Capacitação dos Recursos Humanos, Comunicação e Marketing Turístico”, previsto para o dia 8 de maio, estaremos abordando política de qualificação e especialização dos serviços, capacitação de recursos humanos, conscientização política, promoção turística, turismo de negócios, eventos, turismo de massa, turismo da melhor idéia de lazer, ecoturismo e turismo cultural.

Finalmente, no dia 19 de junho estaremos realizando o último seminário, cuja temática principal será legislação e regionalização do turismo, subdividido em alguns temas importantes, como consolidação da legislação estadual, integração da legislação estadual, federal e municipal, legislação tributária e de incentivos, flexibilização da legislação ambiental, mudança do calendário escolar, custos turísticos, modelos de gestão do desenvolvimento turístico, a hidrovía Tietê-Paraná e a municipalização do turismo.

Assim sendo, em meu nome e também do Deputado Nabi Abi Chedid, que terá pela frente a importante tarefa de relatar as conclusões dos nossos trabalhos, agradecemos a todos os srs. Conselheiros pela contribuição que têm dado a esse andamento do Fórum, o pessoal da assessoria dos nossos gabinetes, meu e do Deputado Nabi, bem como do Fórum geral da Assembléia, sem o que ficaria muito complicado estarmos aqui hoje.

Quero dizer também que estamos juntos nesta importante tarefa de pensar e de propor sugestões para o fortalecimento do turismo em nosso Estado. A Assembléia Legislativa e o Governador Mário Covas já fizeram um compromisso no sentido de que os resultados advindos deste Fórum estarão respaldados pelos trabalhos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, o que dá um caráter formal de efetiva implantação das idéias que daqui surgirem, como disse, o nosso relator, na sua abertura. Esperamos que São Paulo, como o maior centro emissor e receptor de turismo no nosso país, possa aperfeiçoar a sua legislação e adotar uma política efetiva para o setor.

Os senhores estão presentes aqui hoje, para que, juntos, possamos construir esta nova meta de transformar realmente o turismo numa economia. Já está provado que houve uma mudança radical no perfil dos países que trataram o turismo como uma coisa importante.

O Brasil tem tudo para fazer do turismo uma indústria que gere recursos, divisas e economia. Há sempre alguém que conteste, às vezes, alguns números, mas não se pode negar que a Espanha, que era um dos maiores exportadores de migrantes para o nosso país, por exemplo, e somos testemunhas vivas disso, saiu de uma situação de dificuldade tremenda na sua economia por meio do turismo. Temos outros vários exemplos que todos aqui conhecem.

Agradeço mais uma vez a presença de todos vocês, dizendo que estamos confiantes que, ao término deste seminário, a Assembléia, junto com a sociedade, procurará dar um direcionamento para realmente alcançarmos esses objetivos que, ao final, é a busca da qualidade de vida, do bem comum e de uma sociedade mais justa.

Passo a palavra agora ao Sr. Sérgio Belezza, representante do Presidente da Embratur.

SR. SÉRGIO BELEZZA – Bom-dia a todos os senhores. O Dr. Caio Luiz de Carvalho, Presidente da Embratur, num imprevisto de última hora, não podendo

comparecer na sexta-feira, atribuiu-me a honrosa designação de aqui representá-lo. Pediu-me também que transmitisse ao Exmo. Sr. Deputado Arnaldo Jardim, relator-geral, representando neste ato o Sr. Presidente, ao Deputado Paulo Julião, Coordenador do Grupo e ao Deputado Nabi Abi Chedid, relator deste Grupo Temático, o seu abraço amigo e a certeza de que ele está dando todo o apoio. Infelizmente, ele não pôde comparecer.

Quero também dizer que o Dr. Caio transferiu-me também a incumbência de transmitir aos senhores e senhoras presentes, presidentes de entidades, Sr. Júlio Serson, ex-diretor adjunto da Secretaria de Esporte e Turismo, a outros presidentes de entidades e, em especial, também ao nosso operoso Secretário de Estado de Negócios, Esporte e Turismo, Dr. Marcos Arbritman, ao Sr. Paulo Egidio Carvalho, nosso Coordenador de Turismo do Estado de São Paulo e aos palestrantes do dia de hoje, jornalistas presentes, o que ele pediu que eu dissesse na parte que diz respeito ao turismo.

Nunca se falou tanto em turismo como hoje, a começar pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso que levou o turismo como atividade séria. Acabou-se a idéia de que turismo é fanfarras ou concurso de miss. Por meio dele, o Ministério de Indústria e Comércio e depois o Ministério de Esporte e Turismo, criou atividade turística como coisa séria neste país. A partir disso, tivemos a felicidade de ter um governador que encontrou, também, nesse anseio, um motivo de levar a indústria do turismo como uma das prioridades de geração de emprego etc. Numa felicíssima oportunidade, convidou o bem-sucedido empreendedor do ramo de turismo, com profundos conhecimentos neste setor, e que hoje leva a Secretaria de Esporte e Turismo como atividade principal da sua vida, prejudicando até seus interesses pessoais e familiares, de que sou testemunha. Dentro da Secretaria de Esportes e Turismo tivemos a felicidade de encontrar técnicos como Virgílio Carvalho, um bacharel de turismo, com pós-graduação em turismo. Temos um “staff” dentro da Secretaria de Turismo que realmente é técnica e que leva o turismo como coisa séria.

Agora, vendo na Assembléia Legislativa o turismo como parte importante de seu trabalho, estamos chegando à conclusão de que hoje o turismo está se fechando num círculo de coisa importante, o que há muito tempo estava sendo esperado.

Dentro da minha modesta posição, com quase 20 anos de experiência no ramo, fui indicado pelo Exmo. Dr. Marcos Arbatman, para ocupar uma representação dentro da Secretaria, e a Coordenação de Atribuições delegada da Embratur dentro do Estado de São Paulo. Exerço a função por um convênio subordinado à Secretaria em todas as partes que ela atua e me senti muito feliz quando fui indicado por este Secretário que, conhecendo o turismo, me deu essa honrosa incumbência, a qual estou procurando exercer com a máxima vontade.

Quero também dizer da importância do que hoje vai ser tratado e da atenção que o assunto nos merece, pela investidura que temos aqui da Assembléia Legislativa. Parabéns a todos, ao Governo do Estado, ao nosso Presidente da República, ao Dr. Marcos Arbatman que, com seus técnicos, está levando isso de forma séria. Parabéns especialmente aos Exmos. Srs. deputados que viram que São Paulo é o principal Fórum gerador de turismo no Estado de São Paulo. Muito obrigado aos senhores.

SR. PAULO JULIÃO – Antes de passar a palavra ao Dr. Marcos Arbatman, que vai encerrar esta abertura, peço ao Deputado Nabi Abi Chedid que seja o porta-voz de um projeto de lei que estamos dando entrada, hoje, nesta Casa, em homenagem a este segmento tão importante para o nosso país.

Com a palavra o Deputado Nabi Abi Chedid.

SR. NABI ABI CHEDID – Meus senhores e minhas senhoras, bom – dia. É com satisfação que estamos aqui reunidos nesta primeira etapa deste trabalho que vem sendo realizado com muito brilhantismo pelo nosso Grupo Temático. Saúdo todos os membros, conselheiros e todos aqueles que têm colaborado. Uma

saudação especial ao Secretário Dr. Marcos Arbaitman, um homem vencedor na área de turismo que, com sua experiência, tem dado à Secretaria um ritmo acelerado, dinâmico e empresarial. Saudamos também o nosso Deputado Arnaldo Jardim, relator do Fórum São Paulo Século 21, brilhante deputado, grande líder, homem de larga experiência, bem como o nosso companheiro Deputado Paulo Julião, ex-prefeito de São Sebastião, deputado, que conhece o turismo e toda a problemática, principalmente do litoral. Nossas saudações ao nosso querido amigo Dr. Belezza, representante do Dr. Caio, ao Coordenador do Turismo, enfim a todas autoridades aqui presentes.

Devemos dar uma marca toda especial para que este Fórum, além das suas conclusões, fique historicamente marcado e anualmente lembrado por todo o Estado. Assim sendo, o Deputado Paulo Julião e eu decidimos apresentar um projeto de lei cujo teor é o seguinte:

“Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Art. 1 – Fica instituído o “Dia do Turismo” a ser comemorado no dia 20 de março de cada ano.

Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação.

Justificativa: A presente propositura tem por finalidade homenagear uma atividade exercida por muitos profissionais que lutam para trazer turistas de todas as partes do mundo e divulgar as nossas belezas territoriais e culturais do Estado.

O Estado de São Paulo é o centro econômico e financeiro do país e se destaca pelo representativo turismo de negócios motivados pelos grandes municípios industriais, sendo responsável por 70% do fluxo total de turismo no Estado. Entretanto, os atrativos do Estado não se resumem apenas aos negócios. Localizado em região privilegiada, São Paulo possui uma grande riqueza natural que favorece as atividades voltadas à exploração dos recursos naturais, mormente o ecoturismo e o turismo de aventura.

A Assembléia Legislativa, no dia 16 de agosto do ano passado, instalou, em sessão solene, os trabalhos do Fórum São Paulo Século 21. Trata-se de um debate

multidisciplinar e suprapartidário, envolvendo os membros desta Casa e toda a sociedade paulista.

Como membros desta Augusta Casa legiferante, somos responsáveis pelo Grupo Temático do Fórum sobre turismo e serviços que envolve diferentes segmentos da iniciativa privada. Para um melhor aproveitamento do tema, foi dividido o assunto, de comum acordo entre os conselheiros, da seguinte forma: legislação, regionalização do turismo, infra-estrutura turística, serviço de apoio ao turismo, capacitação de recursos humanos e comunicação e marketing turístico. Serão realizados três seminários para debater com a sociedade, sendo que o primeiro foi marcado para o dia 20 de março, dando início aos nossos trabalhos que pretende dar um novo tratamento à atividade turística do nosso Estado. Esse dia será o marco histórico para o turismo paulista. Por esta razão é que será sempre comemorado no dia 20 de março de cada ano.

Diante do exposto, apresentamos o presente projeto de lei a fim de prestar justa homenagem aos profissionais do turismo paulista pelo seu incansável e notável trabalho em prol da difusão e reconhecimento das nossas potencialidades.

Sala das sessões. Deputados Nabi Abi Chedid e Paulo Julião.”

Puxando um pouco a sardinha para minha brasa, quero destacar o que nós vivemos. Participamos e somos originários da região que possui o melhor clima e as estâncias hidrominerais. Temos em Atibaia o segundo clima do mundo, uma represa que abastece 35% de água de São Paulo e uma reserva turística muito grande ainda a ser explorada. Quero destacar aqui a presença, entre nós, do Prefeito de Joanópolis, José Costa e do Presidente da Câmara de Bragança, Dr. Arnaldo de Carvalho Pinto. Aproveitamos esta oportunidade para também saudar todos os prefeitos dessa região.

SR. PAULO JULIÃO – Dando seqüência a nossa abertura, antes de passar a palavra ao Dr. Marcos Arbaitman, quero, em nome da minha região, registrar a presença da Prefeita Nilce Sinhorini, que comparece aqui como município

estritamente de turismo. Com a presença da sra. Prefeita, fica demonstrada a importância que muitos não dão ao turismo, além, evidentemente, da presença do Prefeito de Joanópolis.

Com a palavra o nosso grande Secretário, Dr. Marcos Arbatman.

SR. MARCOS ARBAITMAN – Minha responsabilidade ficou maior. Quero dizer a todos que estou realmente emocionado de ver que finalmente no nosso país e no nosso Estado se leva turismo a sério. Quando chegamos, tivemos uma conversa com o Deputado Arnaldo Jardim, que não poderia ser a pessoa melhor para ser o relator de todo este processo da inovação de analisar o século 21, do ponto de vista de repensar São Paulo, que o Deputado Vanderlei Macris, Presidente desta Casa, em tão boa hora instituiu. No setor de turismo, vocês são mais testemunhas do que eu próprio da certeza do resultado positivo desta reunião de pessoas tão ligadas ao turismo, ao colocar o Deputado Paulo Julião, não só como ex-prefeito de São Sebastião, como a maior autoridade a respeito de qualquer coisa relacionada ao Porto de Iguape, Jacareí, São José, até o extremo do litoral norte, e Oxalá novamente São Sebastião possa contar com o seu trabalho direto, mesmo que V. Exa. venha fazer falta aqui na Assembléia, mas também como coordenador deste Grupo Temático.

Da mesma forma, o relator, nosso querido amigo Deputado Nabi Abi Chedid que não é apenas o dono do roteiro das águas, e falamos isso no melhor sentido, ou de Bragança, mas também de Atibaia, Joanópolis e toda a região que tem um grande valor. Quem teve oportunidade de assistir ao filme que está passando em todos os aviões com destino a São Paulo, de empresas que estão cooperando com a ajuda da Embratur, pôde perceber o grande destaque que está sendo dado a este assunto. Aqui o Sérgio Belezza que, de verdade, trabalha no 1.º andar do Edifício Contigo, na Rua São Bento, onde está instalada a Embratur e onde está instalado o escritório de Caio de Carvalho, um homem da maior seriedade, extraordinário do ramo de turismo e que ama este setor. Ficamos muito felizes que o Sérgio atue na

Secretaria representando a Embratur, moralizando o setor. Não é preciso fiscalizar 10 agências de viagem, mas sim cooperar com o empresariado, para que este ramo seja respeitado e crescente como é em todo o mundo.

A sra. Nilce Sinhorini, aqui presente, prefeita de Ilha Bela, onde fomos várias vezes, sabe a importância e seriedade que a Secretaria tem para desenvolver Ilha Bela. Por exemplo, assinamos com ela quatro ou cinco convênios, da maior importância para recuperar a entrada de Ilha Bela, o “Peer” que há 25 anos está abandonado. Está fazendo um, vai fazer o outro. Dou este exemplo, porque pelo segundo ano consecutivo, o sr. Governador está respeitando a lei criada em 1989 ou 1990, pelo Deputado Nabi Abi Chedid, de proteção às estâncias. Isso alcança toda a área turística das 56 estâncias turísticas climáticas, hidrominerais que temos no Estado e que beneficia não só Joanópolis, Ilha Bela, mas todos esses municípios.

Como empresário não tive ainda, e não vou ter, posso assegurar de público, a coragem de ser político. Mas se eu fosse político, queria ser como esses que estão aqui. O que vemos na Câmara Municipal de São Paulo é uma vergonha para todos nós. É inacreditável que o dinheiro público tenha sido desviado de tal forma, com a cidade devendo, hoje, 14 bilhões. Uma obra como a das Águas Espraiadas, como diz a “Folha de S. Paulo” custou 840 milhões. Houve engano desse jornal que fala em 700 e pouco. No entanto, a obra não vale mais do que 10 ou 20 milhões. Imaginem, por exemplo, esse valor aplicado em recuperar as ruas, asfaltá-las, iluminá-las, cuidar de perueiros, dos ambulantes, e o que isto beneficiaria o turismo da nossa cidade. Mesmo com a agressão que estamos sofrendo nestes últimos oito anos, temos uma cidade de atração mundial. Que a cidade seja boa para o turista que vem para cá, mas que seja boa também para quem mora nela. Muitas cidades, hoje, dos 645 municípios estão atuando assim. Mas a nossa Capital, se Deus quiser, ainda vai melhorar. Precisava dizer isto, com a franqueza que sempre tenho. Como já disse, não tive a coragem de ser político, mas se fosse, embora reafirmo que jamais serei, gostaria de ser como os Deputados Arnaldo Jardim, Paulo Julião e

Nabi Abi Chedid, que têm amor pelo que fazem, que são pessoas que se dedicam ao trabalho, prejudicando até os seus próprios negócios.

Quero dizer também que estamos completando dois anos, três meses, 17 dias e seis horas à frente da Secretaria, com um amor enorme e com uma dedicação que jamais deveria fazer. Ou seja, não roubamos um centavo, não desviamos um real. Não existe corrupção, gorjeta ou propina. Estamos construindo 326 ginásios de esportes. Um ginásio, hoje, custa em média 152 a 154 mil reais. Há cinco ou seis anos ele “custava” (entre aspas) 1 milhão 750 reais. Estou pegando um exemplo do esporte, para vocês saberem que todos os investimentos feitos pela Secretaria de Esporte e Turismo, em Joanópolis, ou que a sra. Nilce recebe em Ilha Bela ou que qualquer município recebe, não precisa nem agradecer. Se a sra. prefeita vier à Secretaria ganha uma paçoca ou pé-de-moleque, que compro do meu bolso, porque o sr. Governador não permite, felizmente.

O sr. Governador Mário Covas, um estadista, que tenho a honra e o privilégio de servir, deixando a minha empresa para fazê-lo e também o vice-Governador Geraldo Alckmin, por quem tenho uma estima incalculável por ver o seu trabalho, dedicação, lealdade e espírito público, nestes dois anos e meio – realmente é uma maravilha que um médico anesthesiologista dedique a sua vida ao serviço público – afirmou na abertura do Fórum e que reitero agora. Ou seja, tudo que for decidido aqui no Fórum, pensando em São Paulo no século 21, a nossa Secretaria dará seqüência. Não estamos preocupados com orçamento, porque esta Assembléia nos dotou de um excelente orçamento. A iniciativa privada ajuda bastante o turismo em São Paulo, podem ter certeza, vai crescer.

O sr. Virgilio de Carvalho, Coordenador de Turismo na Secretaria de Esporte e Turismo, na próxima quarta-feira, estará conosco, bem com o Sr. Caio de Carvalho que será homenageado. Todos seguramente já receberam o convite e nos encontraremos na Secretaria às 10 horas e 30 minutos. Depois vamos para um almoço de inauguração de mais uma delegacia de polícia – Deatur para proteger turistas. Estão todos convidados para o almoço na própria Secretaria. Isso tudo

acontecerá com patrocínio, porque o governo não paga, felizmente. Teremos um prazer enorme em recebê-los. Nesta oportunidade, peço desculpas ao sr. Luiz Ignara, porque estamos entrando no horário da primeira palestra. Também vejo aqui pessoas tão amigas como Clóvis Menezes, Percival Maricato que, como sempre, já estava preparando material, quando aqui cheguei, o Júlio Serson, Presidente da ABIH, nosso companheiro e amigo e Armando Arruda Pereira de Melo.

À tarde, vamos continuar com o tema “Serviços de apoio ao turismo”. Às 14 horas e 30 minutos, o Demétrio Hossne vai falar da Deatur e do desenvolvimento desta área.

Vou ser o mais objetivo possível para respeitar o horário e dar continuidade a este segmento tão importante do turismo, no qual acredito porque trabalho nele há 32 anos. Trata-se de um ramo muito sério e que precisa ser levado com seriedade.

O Deputado Paulo Julião citou há pouco que a Espanha exportava mão-de-obra para toda a Europa e inclusive para o Brasil e hoje está precisando de mão-de-obra, assim como Portugal. Mas a Espanha, como todos sabem, recebeu no ano passado 58 milhões de turistas estrangeiros. O Brasil, em 1998, recebeu 4 milhões e 818 mil. No ano passado, Cainho ainda não terminou os dados, parece que crescemos 7 a 8% e devemos ter chegado a 5 milhões e 572 mil turistas provenientes do exterior. O Brasil tem 9 milhões de quilômetros de costa. Só o Estado de São Paulo tem 616 quilômetros de costa. E o Brasil todo, com esta maravilha de costa, recebeu só 5 milhões de turistas, enquanto que a Espanha com seus 58 milhões de turistas, tem no turismo a sua maior riqueza, a sua maior indústria, e é o setor que mais emprega. Cada apartamento de hotel de quatro ou cinco estrelas construído na Espanha, como agora, se Deus quiser, também estará acontecendo no Brasil, e mesmo que Deus queira, é preciso a nossa ajuda também, se cria de um meio a dois empregos diretos. Um emprego é gerado com o hotel tipo da categoria Ibes, que é de serviço mais simples e rápido e muitos estão sendo instalados no interior.

A Bolsa de Negócios que estamos apresentando, e cada um vai receber também parte deste material, tem, além do cadastro de projetos, manual do investidor, orientações de como pode investir em São Paulo com os recursos do Bndes, Fungetur, Prodetur. Criamos todas as facilidades para isso. Reitero aqui para todos que estão sendo construídos 157 novos hotéis no Estado de São Paulo. O Deputado Paulo Julião estava me falando de um hotel em São José dos Campos, mas é o quarto que está sendo construído em um ano. É uma região riquíssima, que não tinha infra-estrutura. Estamos falando de um programa de infra-estrutura e serviço de apoio. Qual é a infra-estrutura? É o hotel, o restaurante, o teatro, a estrada. Sábado fomos a um Fórum do Conselho Estadual de Turismo para Campos do Jordão e que alegria andar numa Carvalho Pinto, uma estrada maravilhosa. A viagem em si já é uma alegria. Chegar em Campos do Jordão que, apesar do que se passou lá, está totalmente recuperado. O Sr. Governador deu 720 casas novas e não tem mais ninguém morando na encosta e nunca mais vai morar. As pessoas vão morar em casa de alvenaria. Quer dizer, quando não há corrupção, quando há seriedade, todos são beneficiados. Quando acabar a corrupção no Brasil vamos viver no melhor país do mundo, porque existem dinheiro e recursos. Não é necessário nem aumentar impostos, pode-se fazer como o Governador Mário Covas que diminuiu o valor do imposto.

Deve-se investir corretamente. Por exemplo, o Estado este ano está investindo 37 bilhões e 500 milhões aprovados pela Assembléia Legislativa, deve descontar 4 bilhões e 100 milhões para pagar a dívida de oito anos desastrosos, mas vai terminar pelo quinto ano consecutivo rigorosamente equilibrado. É como queremos a nossa casa, mas o dinheiro investido em benefício da população. Isto cria negócios, comércio, gera empregos, faz um país melhor. Se não tivesse o Sr. Governador assumido com uma dívida de 71 bilhões e se este valor tivesse sido investido, podemos imaginar que estaríamos vivendo na Europa e não com a condição de termos que receber os nossos irmãos, por exemplo do Nordeste, onde também aconteceu o roubo, o assalto do orçamento. Lembrem-se do João Alves

que, sozinho, teve que inventar que ganhou na loteria esportiva 200 vezes, de tanto que roubou do orçamento. Esse dinheiro iria irrigar terras dos nossos irmãos do Nordeste. Em vez de irrigar terras, naturalmente na situação que se encontravam, por sobrevivência, eram jogados em cima dos caminhões, com sete ou oito filhos e mandados para São Paulo ou Rio de Janeiro. Hoje, temos 3 milhões e 100 mil irmãos nossos em favelas, em situação muito difícil, com o Estado tendo que prover alimentação, transporte, saúde e escola. No entanto, nem tudo é possível ser feito. Se 2% ou 3% deles, lamentavelmente, caírem na criminalidade, serão 40 a 50 mil. Em novembro, numa reunião, o Sr. Governador disse se isso interessa ao turismo. Depois de receber as penitenciárias no Estado que recebeu, com 51 mil presidiários, construiu 24 novos presídios, pensando com isso aliviar e resolver o problema penitenciário. Hoje, existem 87 mil presos nas penitenciárias, totalmente lotadas. Todos os centros e distritos policiais estão absolutamente abarrotados. Mensalmente, as Polícias Civil e Militar prendem 8.200 pessoas, das quais mil a duas mil permanecem presas. A razão principal não é só o combate à criminalidade que deve ser feito e melhorado, com mais viaturas, mais comunicação, como diz o Deputado Paulo Julião. Tudo tem que ser feito, mas precisamos de um pouco mais de justiça social, dar emprego para milhares de pessoas que não têm, que não venham para cá 3 a 4 milhões de nossos irmãos do Nordeste. Aqueles que descerem que venham como Caetano Veloso. Nós os recebemos como irmãos, como este país recebeu os meus pais que vieram da Europa. Evidentemente que os nossos irmãos do Nordeste têm um direito ainda maior.

Quero dizer que apresentei ao Sr. Governador, no começo da nova gestão – eu já estava um ano na gestão anterior – 36 ações no campo de turismo. Fazendo uma análise com toda a nossa equipe, composta de profissionais, chegamos à conclusão que as 36 ações foram alcançadas. Precisamos, com a ajuda deste Fórum, criar novos desafios, para enfrentá-los, desenvolvê-los e resolvê-los. Vou citar dois. Há 30 anos a Capital do Estado de São Paulo esperava um terminal rodoviário para saírem as excursões, que saíam da Av. Ipiranga, da rua Vergueiro,

do meio da rua. Hoje, esse terminal está funcionando magnificamente no Terminal da Barra Funda, com metrô, com serviços, com confeitaria, com informações por computação sobre o embarque, com decência, com dignidade para a pessoa que quer ir para o interior.

Finalmente, uma esperança que tínhamos desde 1908, quando os portos foram abertos por Dom João VI, Santos ganhou também, há um ano, o terminal marítimo de passageiros em Santos. O Deputado Paulo Julião ficou sabendo disto hoje. Gostaria que todo mundo soubesse. Só no ano passado 58 mil passageiros embarcaram com dignidade, em vez de embarcarem no meio de bagagens e mercadorias. Eram esses os dois desafios. Mas existem muitos, que juntos poderemos resolver. Não estamos dizendo que vamos resolver tudo. Mas temos a certeza de que juntos podemos fazer.

Já vi que passei 14 minutos e não quero ultrapassar mais, embora eles não me deram tempo. O Deputado Paulo Julião disse que posso falar uma hora e meia, mas não vou ultrapassar os 20 minutos.

Quero terminar entregando a vocês um folheto com resumo do que está sendo feito em turismo de aventura, turismo ecológico, turismo cultural, turismo de negócios, porque São Paulo tem uma atração fantástica . Precisamos de mais centros de convenção. Dois ou três grandes estão sendo terminados agora. Vamos ampliar o nosso Anhembi. Infelizmente, para vocês terem uma idéia, apesar de que a maioria sabe, o Anhembi não tem ar-condicionado. Mas se parassem de roubar o que arrecadam com o estacionamento, que dá 150 mil reais por dia, quando tem feira, a soma de três dias daria para colocar o ar-condicionado. Estou reiterando o que é corrupção, o que isto machuca todos nós, machuca o mercado, prejudica a cidade, a comunidade e o país.

O calendário prévio de eventos 2000 já está pronto e vai ser distribuído quarta-feira. Já falamos da Bolsa de Negócios. O calendário de eventos está também na Internet, assim como está tudo, principalmente o setor de despesas, que informa cada centavo investido pela Secretaria. Isto está aberto para qualquer um

que queira nos dizer que pode conseguir melhor, porque temos o maior interesse nisso.

Quero dar um exemplo do que é possível fazer com os recursos da Embratur e com o apoio que recebemos do Caio de Carvalho. É este folheto, por exemplo, que terminou no ano passado, mas não me lembro de ter existido, ou seja, um guia que leva você ao litoral sul, ao litoral norte, aos 616 quilômetros de costa e cita cada cidade – é claro que São Sebastião recebe um tratamento especial, porque não teríamos mais 5 minutos aqui – e tudo que o turista precisa saber para poder chegar em condições e usufruir dos melhores lugares do mundo. Não é preciso ir para a Espanha, que nem praia tem, e consegue atrair 58 milhões de pessoas. Tudo isso transformado em coisa séria, profissional e competente, por meio dos roteiros de São Paulo que vendam produto e não só a imagem. Não adianta só mostrarmos a imagem bonita de São Paulo, se não vendemos o produto. O que é o produto? Litoral norte, sete dias, hotel de três estrelas ou de quatro estrelas, quanto custa, onde reserva, onde se informa, como chega. Isto é vender o produto. Para que isso seja possível, é preciso também que a cidade seja boa para quem mora nela. Estamos investindo e trabalhando muito com a Deatur.

Hoje à tarde, às 14 horas e 30 minutos, o sr. Demétrio vai pormenorizar, mas quero adiantar que com ações firmes e sérias vamos ajudar a comunidade, como esse porta-esperança, na Vila Nova Cachoeirinha, que era a favela do Boi Malhado e que se transformou na Colina da Esperança. Como esta, o mesmo acontecerá em 18 pontos da periferia de São Paulo, nos piores locais, Capão Redondo, Jardim Ângela, Jardim Helena, Capela do Socorro, que será a próxima a ser inaugurada, Jardim Cruzeiro e Grajaú, para que os meninos que hoje têm 7 a 8 anos, daqui a 10 anos não sejam os criminosos desta famigerada Febem, que vai ser extinta. Há 10 anos largamos essas crianças, que agora se transformaram em delinquentes. Quem sabe se tendo uma oportunidade isso não vai acontecer. Praticamente está terminando a construção da Vila Olímpica, na Raposo Tavares, e mais 800 crianças

terão um lar para se transformarem em cidadãos. Quem salva uma criança salva toda a humanidade.

Peço a todos que ainda não conhecem que venham conhecer conosco o Programa do Menor pelo Esporte Maior que já tirou 102 crianças de rua.

Sr. Coordenador, Deputado Paulo Julião, Sr. Relator, meu querido amigo Deputado Nabi Abi Chedid, Deputado Arnaldo Jardim, uma figura extraordinária, amigo, com todo carinho, quero agradecer enormemente a oportunidade que me deram.

Se me permitem vou repetir a expressão de um jornalista paulista, Alcântara Machado, que diz o seguinte:

“Da minha terra, por minha terra, para a minha terra tenho vivido. Incapaz de servi-la o quanto devo, preso-me amá-la o quanto posso.”

SR PAULO JULIÃO – Agradecendo a presença de todas as ilustres autoridades presentes para a Mesa de abertura, declaro encerrada esta abertura. Peço três minutos para retomarmos à Mesa, para darmos início ao primeiro debate. Muito obrigado.

SR. HUGO – Vamos dar início a este primeiro debate cujo tema é “Infra-estrutura turística, parques temáticos, serviços de alimentação e de entretenimentos, hospedagem e serviços financeiros.”

Convidamos o Deputado Paulo Julião, já presente na Mesa, o palestrante Professor Dr. Luiz Renato Ignarra, Presidente da Associação Paulista de Albergues da Juventude e Professor da Faculdade de Turismo Anhembi Morumbi.

Os debatedores serão o sr. Clóvis Menezes, Presidente da Adibra, sr. Percival Maricato, Presidente do Conselho de Administração da Abredi, Sr. Júlio Serson, Presidente da Abih-São Paulo, sr. Luiz da Silva Bley, Diretor Executivo da ABECS e o mediador sr. Armando Arruda Pereira Mello, da Ubrafe.

Neste primeiro debate, teremos a colaboração do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA – USP.

SR. PAULO JULIÃO – Dando início ao Fórum propriamente dito, teremos, agora, como anunciado, as palavras do Professor Dr. Luiz Renato Ignarra, que vai falar sobre a infra-estrutura turística, parques temáticos, serviços de alimentação e de entretenimentos, hospedagem e serviços financeiros. O Professor Renato deverá falar por cerca de 30 minutos. Posteriormente, os debatedores farão as suas considerações, por 10 minutos cada um. Depois, o sr. Armando Arruda Pereira, da Ubrafe, como mediador, estará recolhendo as perguntas dirigidas a quem os senhores quiserem para fazermos o debate sobre a questão.

Com a palavra o Professor Luiz Renato Ignarra.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Secretário de Esporte e Turismo, é com muita honra e satisfação que recebi esta incumbência de relatar os resultados da nossa comissão, que trata dos assuntos de infra-estrutura turística e serviços turísticos. Sou um modesto relator deste grupo, que teve a participação de duas dezenas de lideranças do setor do turismo, que, de forma voluntária, deixaram os seus afazeres para se reunir inúmeras vezes aqui nesta Casa, a fim de debater as questões que eles consideram importantes serem discutidas fora do setor.

Nesse sentido, quero primeiro colocar que as palavras são do grupo, e não minhas, embora eu concorde com todas elas. Nosso objetivo, evidentemente, dado a platéia que nos ouve, não é mostrar a importância do turismo, porque todos vocês estão cansados de saber disso. Viemos trazer aqui problemas que afetam o desenvolvimento do nosso setor. Peço desculpas aos Srs. Deputados e ao Sr. Secretário, porque o que será colocado aqui talvez possa parecer como uma crítica à situação atual. Evidentemente, o objetivo não é esse. O objetivo é colocar ao Poder Legislativo os problemas que o nosso setor sofre.

De qualquer forma, retomo a palavra dos antecessores que falaram da importância do turismo. Até preparei alguns slides para mostrar, mas por problemas técnicos, vou ter que apenas relatar esses números para os senhores. No ano 2000 temos uma estimativa de 680 milhões de turistas internacionais circulando pelo mundo. O Brasil, conforme colocado pelo Sr. Secretário, recebeu apenas 5 milhões de turistas. Isto significa que o Brasil não consegue captar nem 1% do fluxo internacional. Dá 0,78%. Se formos fazer uma comparação com outros países, veremos que o turismo no nosso país está ainda engatinhando. Por exemplo, a cidade de Hong Kong, que se diga de passagem é menor do que a cidade de São Paulo, recebe 9 milhões de turistas por ano, isto é quase o dobro que o Brasil inteiro recebeu no ano passado, que foi o seu melhor ano. Então, a atividade aqui ainda é muito pequena diante do potencial que tem.

Dentro dessa realidade, o Estado de São Paulo tem uma participação muito grande, maior do que os próprios paulistas consideram. É muito comum ouvirmos dos paulistas, que São Paulo é o maior emissor de turistas do país. Isso é uma verdade. De fato é. Mas raramente ouvimos falar que São Paulo é o maior receptor de turistas do Brasil. E é, de longe. Para os senhores terem uma idéia, desses 5 milhões de turismo internacional, o Estado de São Paulo recebe 35%. Ou seja, mais de um terço de turistas estrangeiros que vêm ao Brasil, chegam pelo do Estado de São Paulo. Uma pesquisa desenvolvida pela Universidade do Estado de São Paulo, para a Embratur, mostrou que existe um mercado doméstico, sem contar o que a USP chamou de turismo rotineiro, que é aquele turismo feito nos fins de semana ou feriados prolongados, próximo da cidade onde moramos, como, por exemplo, para Santos, São Sebastião. Excluindo esse turismo existe um mercado de 40 milhões de turistas domésticos, por ano, aqui no país. E 18% desse mercado destinam-se a São Paulo. O segundo Estado não tem 10%. Assim sendo, o maior mercado receptor de turismo internacional e doméstico fica no Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo tem 34% da população brasileira, quase 50% da produção industrial brasileira, quase 25% da população trabalha no setor de

serviços e uma participação de quase 40% nas exportações brasileiras, além da participação já citada na área do turismo. Se formos pensar em termos de receita, essa participação é ainda maior, porque no Brasil, conforme estatísticas da Embratur, o gasto do turista estrangeiro é em média de 67 dólares por dia. Em São Paulo, esse gasto é de 13,50 por dia, isto é, 50% a mais do que o gasto médio no Brasil. Em termos de estabelecimentos turísticos, com certeza, uma estatística subestimada da Embratur, temos 113 mil estabelecimentos turísticos no país. Desses 113 mil, 36 mil estão no Estado de São Paulo. Veja que são 31,7%. Temos uma estimativa também, que imagino subestimada, de 1 milhão e 500 mil empregados do setor turístico do Brasil. Desses 1 milhão e meio, 450 mil são do Estado de São Paulo. O que significa 31% também.

Além dessa participação grande, temos um volume de investimentos muito grande, acontecendo no Estado de São Paulo. O sr. Virgílio, depois, poderá detalhar melhor isso, mas existem dados da Secretaria de Esportes e Turismo que mostram que de 1999 até o ano de 2005 serão investidos 7 bilhões de reais em novos empreendimentos aqui no Estado de São Paulo.

Diante dessa realidade, de que o turismo é uma força econômica grande no nosso Estado, ele não é importante para o Nordeste, ou seja Bahia, Ceará etc., mas é importante para o Estado de São Paulo, porque tem uma participação, que alguns estudos mostram, de algo em torno de 4% do PIB paulista. Isto é, pelo menos 4% do PIB de São Paulo são representados pelo setor de turismo.

No entanto, o turismo na estrutura governamental do Estado de São Paulo, com certeza, não tem essa mesma importância. Tenho dados, talvez antigos, o sr. Coordenador depois pode me corrigir, dizendo que o orçamento da Coordenadoria de Turismo do Estado de São Paulo é 0,05% do Orçamento do Estado. Ora, se o turismo participa com, 4% na economia paulista, imagino que ele deveria ter, pelo menos 4% do Orçamento do Estado, e não tem.

Outra questão: com todo o respeito ao Secretário atual, que é o primeiro empresário do turismo que assume o cargo de Secretário de Turismo, quero dizer

que o turismo é uma atividade muito importante para fazer parte de um órgão junto com o esporte. O governo federal já havia percebido isso e, agora, houve um retrocesso criando o Ministério do Esporte e Turismo. E São Paulo é um dos poucos Estados que mantêm ainda o turismo junto com o esporte.

A outra questão diz respeito ao pessoal. Não sei qual é o número de funcionários públicos do Estado de São Paulo e nem sei quantos existem na Secretaria de Esportes e Turismo. Mas a Coordenadoria tem apenas 30 funcionárias. Novamente, digo que não é a mesma proporção à importância que o setor possui.

O Estado de São Paulo é um dos poucos Estados que possui um fundo voltado para a melhoria das estâncias turísticas. No entanto, a avaliação dos conselheiros que se reuniram aí é de que esse fundo tem sido mal utilizado pelos municípios. O montante de recursos desse fundo, embora saiba que grande parte dele não tem sido liberado, tecnicamente é mais dinheiro do que a verba da Embratur para promover o Brasil inteiro. Essa verba para melhoria das estâncias turísticas tem sido utilizada em obras de portais de entrada da cidade que, via de regra, tem posto de informação fechado, sem funcionário.

Vou relatar muito rapidamente os problemas de cada subsegmento, porque, depois, os senhores representantes vão estar debatendo com os senhores. A área de hotelaria emprega diretamente no Estado de São Paulo cerca de 130 mil pessoas, que não é pouca coisa. Se formos computar em diretos e indiretos, podemos falar tranquilamente em cerca de 500 pessoas empregadas no setor de hotelaria. Com referência à hotelaria existe sempre uma restrição de que as diárias da hotelaria brasileira, principalmente de São Paulo, são muito caras. Parte da hotelaria é cara, comparativamente ao poder aquisitivo da população brasileira. São caras por vários fatores. Existe grande parte da hotelaria com tarifas extremamente baixas, evidentemente em função da demanda. A baixa demanda leva a isso. Se tivesse uma demanda elevada seria diferente. Essa baixa demanda é em função de vários aspectos que gostaríamos de discutir. Existe uma carga tributária municipal

muito elevada na hotelaria, a começar pela questão do IPTU. A hotelaria é enquadrada como indústria e não como empresa prestadora de serviços, por isso paga tarifas mais elevadas do que os setores prestadores de serviço. Existe, especialmente em São Paulo e em alguns centros regionais, uma carência de espaços de eventos para garantir demanda na hotelaria na baixa estação. Em muitos municípios, o fluxo turístico é influenciado por uma infra-estrutura de saneamento deficiente, como pontos de água, problema de esgoto nas praias e assim por diante. A sinalização turística é extremamente precária. Não temos, por exemplo, na cidade de São Paulo, nenhum local, a não ser o desembarque no Aeroporto, sinalização em outra língua que não seja o português, como se não houvesse mais de 1 milhão de turistas estrangeiros visitando a nossa cidade. Outra questão colocada pelo setor de hotelaria é a capacitação profissional que ainda é deficiente.

Na área federal existe uma carência de crédito para pequenos e médios empresários. A disponibilidade de financiamento sempre beneficia os grandes empreendimentos. Os prazos de financiamento não são adequados para o período de maturação de investimento hoteleiro. Os prazos máximos de financiamento no Brasil são de 10 anos, quando um empreendimento hoteleiro de grande porte precisa de 15 a 18 anos para sua maturação. É uma reivindicação do setor que o BNDES tenha uma diretoria específica para tratar do turismo, porque todos os roteiros que o BNDES oferece para a pessoa buscar o financiamento, são voltados para as grandes indústrias. Falta essa adaptação.

Na área de bares e restaurantes a geração de empregos é ainda maior. Temos no Estado de São Paulo uma estimativa de, aproximadamente, 700 mil empregos diretos no setor de bares e restaurantes. Esse setor tem inúmeros problemas. Citarei apenas alguns e depois os representantes do setor vão debater a respeito com os senhores. Foi criada a obrigatoriedade de aquisição de equipamento emissor de cupão fiscal. Todos os empreendimentos são obrigados a comprar esse equipamento. Mas ninguém se preocupou em discutir com os

empresários a aplicabilidade disso. Então, agora, os donos de bares e restaurantes estão pagando impostos sobre os 10%, porque ninguém se preocupou em verificar essa questão. Para esse setor que vive da área de alimentos e bebidas, o ICMS grava bastante os impostos desse setor. Existe carência de cursos tanto para funcionários, quanto para os empresários para se aperfeiçoarem. A despeito de todo o investimento feito na Deatur, ela não consegue ainda, por falta de veículos, atender a todas as necessidades do setor. Outra grande dificuldade é a questão da promoção. A vida noturna de São Paulo é riquíssima, mas não existe a informação de qualidade e, principalmente, da quantidade para esse volume de turistas que chegam a São Paulo. Para terem uma idéia, existe uma estimativa do Convention Bureau que a cidade de São Paulo recebe, anualmente, algo em torno de 8 milhões de turistas, entre internacionais, domésticos e viagens rotineiras. Quando o Anhembi ou a Secretaria faz 100 mil mapas turísticos não está conseguindo atingir nem 1% da demanda. Existe uma infinidade de órgãos fiscalizadores do setor, por exemplo, Contru, Psiu, Ecad, Semave e muitos outros que fiscalizam o setor, criando muitos óbices para o funcionamento do setor e, muitas vezes, sem discutir a sua aplicabilidade com o setor. Proíbem fumar, proibiram mesa nas calçadas, tudo é proibido no setor. Existem alguns impedimentos para o setor contratar sua coleta de lixo. O restaurante paga a taxa de lixo e depois a prefeitura obriga o setor a contratar a coleta de lixo.

Os parques temáticos empregam, hoje, 150 mil pessoas no Estado de São Paulo. No ano de 1999 existia uma estimativa de atendimento de 5 milhões de usuários no conjunto dos parques temáticos. Existe uma previsão de novos investimentos no setor do Estado de São Paulo da ordem de meio bilhão de reais. Em 1999 o faturamento desses parques foi da ordem de 210 milhões de reais. Também é um setor muito importante na economia do Estado. No entanto, esse setor também possui alguns problemas. Primeiro, são investimentos elevados que exigem prazos maiores de financiamento. Depois, todos os equipamentos dos parques temáticos e dos parques de diversões são enquadrados com o bens de

consumo. Por conseguinte, possuem tarifas de importação extremamente elevadas. Na verdade, esses equipamentos são como máquinas que entram numa fábrica, isto é, são bens de capital e não bens de consumo. Se fossem enquadrados como bens de capital, evidentemente teriam um custo de importação menor.

Outro problema, já discutido amplamente no setor, diz respeito ao calendário escolar. A simples organização do calendário escolar, fazendo com que o ano letivo termine em dezembro e se inicie sempre em março, ajudaria muito o setor. Com todo o respeito aos alunos da Faculdade Anhembi Morumbi presentes aqui, sabe-se que mais de 50% dos freqüentadores dos parques são estudantes. A lei obriga meio ingresso para todos os estudantes. Trata-se de uma lei que mexe diretamente na rentabilidade desses parques.

Acho que já coloquei problemas demais para debatermos. Agradeço a atenção e depois os segmentos do setor estarão à disposição para os debates. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Registro as presenças aqui do sr. Aristides de La Plata Cury, Diretor Executivo do SP Convention Bureau, da sra. Maria Regina Santos, Presidente da Contur, de Ubatuba.

O próximo palestrante é o sr. Júlio Serson, representando a Associação de Hotéis.

SR. JÚLIO SERSON – Primeiramente quero, em meu nome e em nome da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis, parabenizar a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo na figura dos Deputados Paulo Julião e Nabi Abi Chedid pela iniciativa do Fórum São Paulo Século 21 Pensando São Paulo e dizer da minha satisfação de voltar esta Casa, onde tenho grandes amigos. No primeiro mandato do Governador Mário Covas fui Secretário de Esporte e Turismo, junto com o Secretário Marcos Arbatman, e tive a satisfação de conhecer como funciona esta Casa e a importância dos trabalhos, não só dos deputados, mas de toda a equipe

técnica, das assessorias e a qualidade do serviço prestado para o Estado de São Paulo e para o Brasil.

É com grande honra que, em nome da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, a qual tenho a satisfação de presidir, participo deste Fórum, assim participou também a nossa equipe, por meio da sra. Gláucia e do vice-Presidente Antonio Reinales. Este Fórum, só pelo nome “Pensando São Paulo” já dá uma dimensão muito importante daquilo que imaginamos para o nosso Estado e para a nossa cidade. Efetivamente, o turismo passa por momentos bastante positivos dentro do Estado de São Paulo. Hoje, o Governador Mário Covas e o Poder Legislativo, principalmente estadual, percebem a importância desse setor, assim como o Poder Executivo, em âmbito estadual, por meio do Secretário Marcos Arbaitman, e do nosso prezado amigo Virgílio de Carvalho, hoje um homem torcedor na Coordenadoria de Turismo do Estado. Mas efetivamente este nosso setor ainda não é totalmente valorizado. Digo isso graças à experiência de quem convive com outros Estados da federação. Um Fórum como este, com uma Mesa como esta, coordenada pelo nosso amigo Luiz Renato Ignarra, na figura do qual saúdo todos os demais componentes da Mesa, sabe da importância desse setor. Só o setor de hotelaria fatura hoje, no Brasil, mais de 1 bilhão de dólares. Desnecessário dizer o que representa isso em termos de arrecadação de impostos, principalmente porque o setor hoteleiro paga desde taxa de coleta de lixo, como disse o Professor Luiz Renato, até imposto de renda em âmbito federal. Ou seja, um setor que tem crescido por iniciativa própria e, fundamentalmente, com recursos próprios. Basta dizer, quando as fontes de financiamento eram mais ativas e me remonto ao tempo principalmente do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, que 92% dos recursos aplicados no setor de hotelaria resultaram em empreendimentos hoteleiros. Dificilmente outro setor teve o grau de aproveitamento que o setor de hotelaria conseguiu ter. Com isso, quero dizer que o recurso destinado para hotel virou hotel. Os outros 8% ocorreram por causa de problemas de inadimplência ou desistência de se fazer um empreendimento ou coisa desse tipo.

Infelizmente, por motivos pessoais, tive que voltar à minha empresa, deixando a Secretaria de Esporte e Turismo, porque gostaria de estar lá privando da companhia do Sr. Secretário e de toda a equipe técnica que trabalha muito para o setor de turismo. Hoje, a realidade de São Paulo nesse setor não é a mesma em termos federais. Assim como foi dito anteriormente que o poder público aqui em São Paulo e a Assembléia Legislativa também participam disso, querendo fazer um papel de parceiro da iniciativa privada, em outros Estados e em âmbito federal isso não acontece. O poder público ainda tem uma função de fiscalizar, de policiar, de verificar, como até há pouco tempo acontecia – hoje isso está mudando um pouco – e chegava aos nossos estabelecimentos hoteleiros, os quais foram construídos com recursos próprios, com espírito empreendedor do empresário, para ver se a lâmpada estava queimada, se o tapete estava um pouco mais gasto etc. Acho que o Brasil não precisa mais disso. O Brasil precisa do poder público como parceiro da iniciativa privada, como elemento impulsionador de novos empreendimentos, cuidando efetivamente da saúde, habitação e tratando de promover o Brasil no exterior.

Mesmo esse número de 5 milhões e meio de turistas estrangeiros que a Embratur divulga, não quero polemizar neste momento, é produto, na verdade, de uma mudança de metodologia, acredito eu, muito mais do que a realidade dos fatos. Não sou nenhum especialista em estatística, mas temos algumas aqui. O Brasil historicamente recebia 2 a 4 milhões e meio de turistas. Com a mudança de metodologia esse número passou, no primeiro momento, para 4 milhões e meio, depois para 5 ou 5 milhões e meio. Mas mesmo que esse número seja realidade, como bem disse o Professor Luiz Renato, ainda é muito pouco. Ou seja, é menos de 1% do movimento mundial de viagens e turismo. O Brasil tem um potencial muito grande para desenvolver nesse setor. O lado negativo, efetivamente, é que estamos com um número muito baixo. Mas o lado positivo é que, enquanto a Espanha, como foi dito, tem perto de 60 milhões de turistas estrangeiros, tendo muito pouco para crescer, porque pode conseguir chegar a 61 ou 62 em época de grandes eventos, o

Brasil tem um potencial e um caminho muito grande para ser seguido. Por isso que todos nós devemos lutar, governo e iniciativa privada juntos no sentido de revertermos esse quadro. Claro que existem condições básicas. A cidade de São Paulo não pode continuar desse jeito se não revertermos o quadro da cidade. O grande produto turístico nosso é o de negócios. Nós, hoje, não estamos mais perdendo eventos, apesar de todo trabalho do Convention Bureau muito bem dirigido pelo sr. Aristides, na hora de captarmos um evento vamos competir com Buenos Aires, Montevideu e, muitas vezes, vamos perder. Não é à-toa que hoje o grande pólo receptivo de turismo no Brasil é o Rio de Janeiro, porque está sendo feito um trabalho de toda a sociedade civil no sentido de tornar o Rio de Janeiro novamente o grande portão de entrada do Brasil.

Repito que o problema de São Paulo não é o Rio de Janeiro, Salvador ou Recife. O problema de São Paulo, na verdade, é Buenos Aires, Nova York, Tóquio, na hora de um grande evento, porque o turismo também está muito globalizado. Assim como hoje qualquer atividade econômica sofre influência da globalização, evidentemente o setor de turismo também passa por esse momento e também sofre a concorrência internacional.

Quero apenas deixar uma mensagem positiva. Acho que o fato de nos reunirmos aqui sob a coordenação do Deputado Nabi Abi Chedid e do Deputado Paulo Julião, mostra que o setor está começando a ter a devida importância. Se outras coisas não bastassem, só isso já é um passo muito positivo e aqueles que militam no turismo, há bastante tempo como eu, sentem diretamente isso. O setor de turismo passa a ter, realmente, o apoio de todos os poderes públicos. Claro que só apoio não é suficiente. Precisamos partir de idéias concretas, porque o potencial de São Paulo passa pelo litoral, pelo Vale do Paraíba, por Campos do Jordão, Araraquara e por todos os 645 municípios que, hoje, percebem na indústria turística um grande apelo.

Sou procurado na Associação de Hotéis e mesmo como empresário hoteleiro por várias cidades que descobriram que o turismo é uma alternativa de

desenvolvimento. Várias cidades que querem oferecer condições para novos empreendimentos turísticos, para novos hotéis e assim sucessivamente. Mas sabemos que a vontade não basta. Precisamos ter infra-estrutura turística bastante concreta. Cada cidade, e vejo aqui representantes de vários municípios, precisa descobrir qual é, efetivamente, a sua vocação turística.

Também descobri que fontes de financiamento não são tão abundantes assim. Diria que, básica e unicamente, temos o BNDES financiando empreendimentos turísticos no Brasil. O BNDES, como bem disse o sr. Luiz Renato, acaba privilegiando, até por questões de características de instituição, grandes empreendimentos, sem contar a burocracia que envolve esse órgão. Existe muito dinheiro no BNDES para a indústria turística. Mas conseguir esse financiamento é muito difícil. A minha empresa está construindo um empreendimento fora de São Paulo. Costumo dar esse exemplo que vivo na pele. Tivemos e temos recursos do BNDES para esse empreendimento. Só que eu levei oito meses para conseguir aprovar toda a documentação. Eu que tenho a felicidade de ter uma empresa com certa estrutura, certo porte. Costumo dizer mais do que isso. Só faltou ao BNDES me pedir a passagem de navio com a qual os meus avós emigraram para o Brasil, como documentação da empresa. O restante eles quiseram absolutamente tudo. Esta é uma realidade que vivemos e cabe a todos nós mudarmos isso. Para isso, precisamos apoio do Poder Legislativo, do Poder Executivo, dos Poderes Executivos municipal, federal etc. Em todos os âmbitos precisamos do apoio para isso.

Quero repetir a resposta a uma pergunta que me fazem constantemente, depois de conversas como esta. Difícilmente os senhores encontrarão outras fontes de financiamento, a não ser o BNDES. Portanto, para entrar na fila, para conseguir recursos do BNDES, que tem realmente a vantagem de ter recursos disponíveis, o caminho é muito árduo e muito difícil.

Quero reiterar para os senhores, senhoras e alguns estudantes aqui presentes que, apesar de todas essas dificuldades, sou um entusiasta do setor de

turismo e do setor de hotelaria. Acredito que o Brasil está no caminho certo e tem como grande alternativa de desenvolvimento o setor de turismo e de hotelaria. A nossa vocação, e digo isso extrapolando um pouco as fronteiras do Estado de São Paulo, tem muito a ver com turismo, com a indústria prestadora de serviços. Só o setor de hotelaria emprega, hoje, mais de 600 mil pessoas de forma direta, seguindo o raciocínio dos números do Professor Luiz Renato. Imaginem o potencial que temos por aí, com a vantagem que o setor de turismo fixa o indivíduo no local. O indivíduo no litoral de São Paulo, que há pouco tempo trabalhava vendendo coco na praia, na hora de um empreendimento hoteleiro, vai ser aproveitado na recepção, na limpeza, na parte de manutenção do hotel e, assim, sucessivamente. Ou seja, temos a grande possibilidade de fixar o indivíduo no seu local, inclusive evitando problemas como esses que o Sr. Secretário Marcos Arbaitman falou na abertura, de migração exagerada de pessoas dentro do Brasil. O turismo tem outra grande vantagem também. Exportamos um produto com o produto aqui dentro. Recebemos moeda forte. Diz-se que a hotelaria no Brasil é cara. Mas a hotelaria no Brasil não é cara comparativamente a outros lugares do mundo, porque essa hotelaria de 200 a 250 é feita para turista estrangeiro. Ela não é feita para o turista brasileiro. O turista brasileiro tem uma hotelaria bastante acessível. Pode até ser feita para o turista brasileiro. Não somos contra isso. Mas precisa ser entendido que o preço de hotéis de luxo é feito em termos de preços internacionais. Diria ao senhores e senhoras, sem medo de errar, que qualquer hotel de luxo, em São Paulo, na Av. Paulista, na Marginal ou mesmo no centro da cidade, não fica a dever absolutamente nada a nenhum hotel de grande porte de cidades como Nova York, Londres ou Paris, que, além de tudo, são mais caras. Existem alguns empreendimentos diferentes porque são voltados para o turista estrangeiro que pode, efetivamente, pagar uma tarifa mais alta. Esse dinheiro fica no Brasil, no respectivo município e Estado, gerando empregos e pagando impostos. Temos, de acordo com trabalho feito pela Coordenadoria de Turismo, dirigido pelo sr. Virgílio Carvalho, 157 novos

empreendimentos surgindo no Brasil. Quero dizer que esses empreendimentos vão surgir a médio e longo prazos.

É importante dizer também, antes de eu finalizar, que nós, da Associação e como empresários, temos que trabalhar com os números do dia-a-dia, com o compromisso da folha de pagamento todo dia 5, com o pagamento dos impostos que vencem no final do mês. Não adianta pensarmos na hotelaria e mesmo no setor de turismo como algo isolado do restante da realidade brasileira. Com isso, quero dizer que no Brasil estamos vivendo um momento de recessão na economia, embora a tendência seja começar a se reverter, se as notícias se concretizarem. Tenho a impressão de que o sr. Percival, na sua exposição, vai falar um pouco sobre isso. Mas se vivemos um momento de recessão, ela afeta também os números e o desempenho do setor de hotelaria. Uma cidade com 18 a 19% de taxa de desemprego, ninguém pode imaginar o setor de hotelaria como uma ilha de prosperidade, dentro de um momento difícil como o que vivemos. É claro que um hotel projetado hoje leva de dois a quatro anos para ser feito. É claro que acreditamos no setor de turismo não para amanhã ou depois de amanhã. Acreditamos no setor de turismo a longo e a médio prazos. Apesar de, hoje, as taxas de ocupação estarem baixas, acreditamos que esse quadro vai ser revertido à medida que o Brasil volte a encontrar o caminho para o seu crescimento econômico. Repito que não podemos imaginar que o setor de hotelaria seja uma ilha de prosperidade uma vez que somos – essa teoria de desenvolvimento turístico é americana e não minha – de certa forma, conseqüência, principalmente no turismo de negócios, do desempenho de outros setores. Repito, acredito no nosso setor e que temos condições de reverter esse quadro. Várias cidades estão dando mostras disso. Conversava recentemente com um grande hoteleiro do Rio de Janeiro, pelo telefone, dizendo que invejava as taxas de ocupação de lá. Só para vocês terem uma idéia, o Rio de Janeiro fechou os meses de janeiro e fevereiro com taxa de ocupação ao redor de 82 a 85%. É taxa de ocupação para dar inveja à cidade de Nova York que chega em média, por ano, a 90% de ocupação. Dizia, então, ao meu

amigo hoteleiro: “Puxa, vocês estão com esta taxa de ocupação.” Ele respondeu: “Pois é, Júlio, passamos 10 anos amargando taxas de ocupação baixíssimas.” Efetivamente foi o que aconteceu no Rio de Janeiro. Por problemas com a Rede Globo, com o poder público estadual etc. o Rio de Janeiro teve 10 anos de muitas dificuldades. Hoje, está se recuperando.

Quero aproveitar esta oportunidade para dizer também aos senhores que a recuperação do Rio de Janeiro é extremamente positiva para São Paulo. O Rio de Janeiro é, e sempre será, o ponto mais conhecido do Brasil no exterior. Como disse no meio da nossa conversa, devemos lutar não para superar o Rio, Recife ou Fortaleza, mas sim para que mais gente venha ao Brasil, que parem no Rio, em Foz do Iguaçu, que vá ao litoral de São Paulo, seja Guarujá, Santos ou Ubatuba. Enfim, que conheça o que o Estado de São Paulo e o Brasil têm de positivo.

Quero deixar esta mensagem otimista para os senhores e senhoras, ficando inteiramente à disposição de todos. Não vou me alongar mais para não tomar tempo. Peço licença aos Srs. Deputados e ao sr. Luiz Renato para me ausentar, porque tenho um compromisso ao meio-dia na Nove de Julho e a nossa palestra, infelizmente atrasou um pouco. Peço ao sr. Deputado permissão para que tome assento à mesa, no meu lugar, o sr. Antônio Reinales, vice-Presidente da Associação de Hotéis, que está gabaritado ou mais do que eu, para conversar com vocês. Continuaremos participando do Fórum São Paulo Século 21 Pensando São Paulo que está acontecendo nesta Casa, porque sem o apoio do Poder Legislativo estadual fica muito difícil alcançar os nossos objetivos. Tenho certeza de que os objetivos da indústria paulista turística serão alcançados. Até porque não resta alternativa para o Brasil, a não ser apostar, de uma vez por todas e definitivamente, na indústria turística. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Agradecemos a sua palestra e entendemos os seus compromissos. Convidamos o sr. Antônio Reinales, vice-Presidente da Associação

de Hotéis para fazer parte da Mesa e depois participar dos debates. Adiantei a palestra do sr. Júlio Serson, exatamente em função desse seu compromisso.

Na seqüência ouviremos a exposição do sr. Clóvis Menezes, Presidente da Associação das empresas de parques e diversões do Brasil – Adibra.

SR. CLÓVIS MENEZES – Bom-dia senhores e senhoras, Srs. Deputados, autoridades presentes. Pela Adibra, estamos fazendo um acompanhamento das posições dos parques temáticos e parques de diversão no Brasil. Vou fazer um resumo para que possam entender a posição atual desse segmento hoje.

Até o início da década de 90, a atividade parques temáticos não existia no Brasil. Os parques de diversões tradicionais enfrentavam um grande período de decadência. A participação dos parques no mercado turístico nacional era praticamente inexistente.

Forma de atuação – Os parques temáticos são empreendimentos de lazer que desde o advento da Disney, na década de 50, nos Estados Unidos, transformaram o conceito e o fluxo de turismo mundial. Voltado para as pessoas de todas as idades, com atrações familiares, eles despertam interesse de milhões de pessoas. Nos Estados Unidos, 300 milhões de pessoas visitam os parques temáticos, gerando 8,7 bilhões de dólares. Na Europa, o número é bem menor. São 75 milhões de visitantes e na Ásia 115 milhões de visitantes. Só como simples idéia e comparativo o parque de maior visitação no mundo é a Tóquio-Disney, com 17 milhões de visitantes.

Situação atual do segmento no Brasil. – Existe uma associação internacional denominada IAPA que reúne os maiores empreendedores de parques do mundo. Eles analisam o Brasil como um grande mercado potencial. Há anos a IAPA tem feito intercâmbio com os parques no Brasil, de tal forma que a nossa ligação tem sido cada vez maior com a associação internacional. Em 2002 assumirá a presidência da associação internacional, pela primeira vez, um brasileiro, sr. Alan Baldachi. Isto é um orgulho para o segmento e mostra a penetração que está tendo o Brasil nos

segmentos do parque. Isto está sendo visto com bons olhos pelos investidores, pelos fabricantes e pelos empreendedores do ramo.

Os parques temáticos só conseguiram se desenvolver aqui no Brasil na década de 90 com apoio do Governo Federal que nos isentou dos impostos de importação. Para terem uma idéia, uma montanha russa de madeira, como vocês têm conhecimento do Hopi-Hari, na origem custa 4 milhões e meio de dólares. Pelas taxações normais essa montanha russa viria ao Brasil por 12 milhões de dólares. Isto é, quase três vezes mais. Com a isenção de impostos, consegue-se trazer esta montanha russa, hoje, por 8 milhões de dólares. Ou seja, não é total ainda, porque não é considerado, como dissemos antes, como bem de capital. Então, é cobrado como bem de consumo, em que incide o ICMS que o Estado cobra sobre o valor.

A partir da década de 90, e a única exceção que existia na época era o Beach Park, de Fortaleza, criado em 1990, surgiram os seguintes parques: Beto Carreiro World, Parque da Mônica, de São Paulo, Parque do Gugu, em São Paulo, Terra Encantada, no Rio de Janeiro, Hopi-Hari, em São Paulo, Mexic Park, no Estado de São Paulo. Os parques aquáticos são Wet'n Wide, de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, Veneza Park, em Pernambuco, Paradise Park, na Bahia, Rio Water Plant, no Rio de Janeiro, Hot Park, em Goiás e Fantasy Aquae Park, em São Paulo. Somente nesses parques citados, foram aproximadamente gerados 9 mil empregos diretos, totalizando, aproximadamente, 20 a 25 mil diretos e indiretos.

Alguns parques conseguem atrair multidões anualmente, como Beto Carreiro World, com uma previsão de 1 milhão e 800 mil pessoas para este ano, o Parque do Gugu, em São Paulo, 650 mil pessoas por ano, Terra Encantada, no Rio, 1 milhão e 300 mil pessoas. Com isso, foi iniciado no Brasil uma grande mudança do fluxo turístico interno. O Hopi-Hari e o Playcenter, de São Paulo prevêm para o ano de 2000 receberem aproximadamente 3 a 4 milhões de pessoas, vindas de todos os Estados da federação e de outros países da América do Sul, principalmente do Mercosul.

Perspectiva. A desvalorização do real em face do dólar e a retirada dos incentivos e isenção de impostos de importação, o IPI e a cobrança do ICMS são mortais para o contínuo crescimento da indústria do parque. São os principais gargalos para a indústria. Para o crescimento do setor há necessidade de retomar os incentivos fiscais, reduzindo o peso do imposto de importação do IPI e do ICMS. Elaborar programa específico no BNDES, que é o problema de todo o segmento, alongando o prazo de financiamento para 15 anos, utilizando uma menor taxa de juros e facilitando, hoje, o empréstimo. Hoje é exigido, por exemplo, 130% de garantias reais. Não só há dificuldade no número de papéis e documentação necessários, mas também só grandes empreendimentos, com grande base, conseguem dinheiro. Tendo dinheiro ou tendo a garantia, realmente não precisa do financiamento do BNDES. Considerar equipamentos de parques temáticos como bens de capital. Estimular bancos estaduais e de desenvolvimento a abrirem linhas específicas para parques temáticos e outros ramos e não somente hoje como agentes no BNDES.

Os parques em operação enfrentam, hoje, dificuldades com o calendário de férias escolares, como já levantado, e alguns problemas com as legislações estaduais que restringem o funcionamento de parques e criam dificuldades. Foi comentado, por exemplo, a lei que consegue dar 50% de desconto para a UNE, que gera problema para grande parte da atividade turística. Vejam o problema da Fórmula 1, que está tendo dificuldades. É feito um grande investimento e o legislador não levou isso em consideração ao elaborar a lei. Ela foi muito genérica. Existem, por exemplo, atividades na parte de teatros que estão em grandes dificuldades também para vender os seus ingressos. Shows a serem efetuados em Salvador, às vezes são cancelados porque mais de 60% são estudantes. Com a venda do ingresso pela metade do preço, não há rentabilidade e são obrigados, então, a cancelar o show. São pormenores que acontecem, porque quando foi gerada a lei não consultaram pessoas da área, nem dos segmentos, o que resultou em problemas que continuam prejudicando todo o segmento geral até hoje.

Esse é um resumo geral e ficamos à disposição, para esclarecer algumas dúvidas, após a participação dos demais palestrantes.

SR. PAULO JULIÃO – O próximo palestrante é o sr. Percival Maricato, Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Restaurantes Diferenciados – Abredi.

SR. PERCIVAL MARICATO – Bom-dia senhores, cabe-me falar do setor de bares e restaurantes. Também tenho alguma experiência em turismo, porque participo do Conselho Municipal e do Conselho Estadual, como todos os demais membros da Mesa, sou da opinião de que ele é uma solução para os problemas nacionais. Ele geraria mais renda, mais empregos, mais serviços. É impressionante o potencial turístico do nosso país. Ele resolveria até problemas, como estamos vendo, de cultura e de meio ambiente, indiretamente, na medida que valorizaria as tradições de uma cidade ou as atrações naturais de uma cidade. Então, ele ajudaria na questão da educação. Na medida que será necessário para quem quiser atrair o turista, ajudaria até na questão de saúde, de saneamento etc. Na medida que desenvolvesse a economia, ajudaria muito a reduzir a criminalidade. Esta linha mágica que temos à disposição realmente é muito importante.

Não participo da opinião de muita gente da área de turismo de que o governo, com todo o respeito aos políticos, e a sociedade em geral, tem uma consciência clara da importância para o país. Para mim, não tem. Sou amigo do Caio desde a faculdade, admiro muito o trabalho dele, mas há uma coisa que me decepciona no Caio e que não é por problema dele. É a dificuldade de trazer recursos para o turismo. Este é problema dos Secretários estaduais, municipais e existe em todo lugar. Isto mostra que esta consciência realmente não existe. Para mim, a consciência só existe quando se aplica na prática. Não adianta nada a pessoa discursar, falar, falar e nada de prática, a coisa não acontece.

Vou dar um exemplo recente para os senhores, daquela fábrica da Ford, na Bahia. Vimos o que aconteceu, o que os políticos fizeram, tudo foi aprovado a toque de caixa, milhões de reais foram emprestados, subsidiados, houve isenção de impostos. Realmente se mexeu com 10 bilhões no pacote todo para resolver o problema dessa empresa multinacional, a segunda que mais fatura no planeta. Ou seja, tem recursos que não acabam mais. Alguém já viu ou pensou em coisa parecida, apenas 10% desse montante para a área de turismo? Acho que ninguém viu e parece-me que isso nem vai acontecer. É claro que os governos estaduais, municipais, federal enredam em seus problemas, em suas máquinas. Quem vai cortar esse nó e aplicar como merece na área de turismo? Acho difícil saber como isso vai ocorrer.

Uma das soluções, e o Júlio Serson disse bem, pelo menos acho de gradual importância, são seminários como este, a tentativa de conscientizar, empurrar, organizar a sociedade civil, que não será um problema só do turismo, mas do país. Coloco outra questão fundamental que leva os governos a se enredarem, que é o problema da economia. Um problema grave que enfrentamos. Falou-se do problema do desemprego e cito apenas duas estatísticas recentes que saíram nos jornais, uma do IBGE em que ficou declarado que a renda da população caiu 5,3% no ano passado. Já estava ruim, imaginem como ficamos. Uma estatística da Confederação Nacional de Indústrias diz que a massa de renda paga na indústria caiu em 9%. Tem mais uma interessante que é o IGPDI, da Fundação Getúlio Vargas, isto é, o crescimento do preço de serviços ou dos produtos monopolizados no interior da sociedade, que repetiu no ano passado, é de 20%. O IPC que mede o índice de inflação ao consumidor é de 8%. Esta é outra dificuldade que vemos dentro da sociedade. Ou seja, os preços do governo e das empresas que monopolizam o mercado é 20%. O repasse para o consumidor foi de 8%. Quem engoliu isso? Foram os parques temáticos, os hotéis, os bares e restaurantes, as lojas. Isso vem acontecendo continuamente, mostrando como é grave o nosso problema. Isso reflete também o pior inimigo do turismo no país que é o dualismo social. Vivemos

em duas sociedades: uma que ganha muito bem e a outra que ganha muito mal. Isso gera problemas gravíssimos. É raiz da criminalidade. Existe uma ausência de moralidade e de ética, porque é difícil conseguirmos explicar, como falou o Sr. Secretário aqui, para um cidadão que, às vezes, está desempregado ou que ganha 150 reais para sustentar a família que ele deve não cometer infrações à lei quando sabe que do outro lado 1% da população ganha 30 a 40 mil. Ou quando lê, como li na Folha de S. Paulo, ontem, que existem 120 processos de corrupção e que só um foi condenado.

Vivemos numa sociedade que precisa ser consertada por inteiro para atrair turistas. Não adianta termos Foz do Iguaçu, grandes praias, e quando a pessoa pára no farol pedem dinheiro, vai do hotel até a praia é assaltado, com os camelôs pontilhando etc. Há esse dualismo social, essa má distribuição de renda. Sempre explico isso aos empresários do meu setor, porque parecem não entender ou pensam que empregado e distribuição de renda ainda são coisas de comunista. Sabemos que nada é pior do que uma população sem renda, porque ela não vai entrar no meu restaurante. Acho que o mercado de restaurantes diferenciados de São Paulo não chega a 10% da população. Dez por cento podem entrar pela porta principal, mas 90% só podem entrar pela porta dos fundos para trabalhar de auxiliar na cozinha e com muito custo, porque não entendem de higiene ou educação e é uma mão-de-obra péssima. Esses 90% entram pelos fundos e, talvez, um dia, cheguem a servir no salão. Algumas vezes as pessoas perguntam por que em Nova York o preço é melhor. Por causa desse grande mercado que gera economia de escala. Em Nova York é o contrário, ou seja, 90% podem entrar pela porta da frente e gastar no restaurante, freqüentar um hotel, um parque temático ou lá o que seja. Esta seria a realidade que deveríamos viver.

O meu setor tem tentado contribuir para o turismo. Por isso, montamos a Abredi, há 14 anos, que hoje tem quase 500 membros, os mais prestigiados da cidade. Estamos desenvolvendo uma consciência associativa para esses empresários, mostrando que a maioria dos problemas, inclusive, surge da porta

para fora, como surge no hotel. Resolvemos problemas porta para dentro, o problema é resolver da porta para fora. Como foi bem dito pelo sr. Ignarra, os problemas são criados pelos diversos governos que nunca mandam um agente entrar naquela porta para nos ajudar. Sempre que entra um agente do governo, a gente já treme, porque lá vem problema. O dia que ele entrar e falar: “Eu vim aqui para te ajudar”, vou cair de costas. Evidentemente que não vou acreditar. Vou chamar o sócio para conversar com ele, porque posso perder a paciência e vamos ver o que virá por trás disso aí. Mas isso nunca vai acontecer.

Com isso, estamos dando uma grande contribuição nesse setor que jamais vai receber 1% do que recebeu a Ford baiana, mas que tem 756 mil estabelecimentos no país e 140 mil em São Paulo. Somem isso só por dois sócios, em média, e chegamos a 1 milhão e meio de ocupação direta e em São Paulo a 280 mil ocupações indiretas. Coloquem aí seis funcionários e os senhores poderão verificar que 8 ou 9% da população vivem de emprego de serviço. Numa cidade como São Paulo, é a melhor solução que vejo para a questão do emprego da renda do serviço.

Também defino esse setor como fundamental num critério que, às vezes, não é tão visto. Todo mundo fala e concordo que a cidade para ser boa ao turista tem que ser boa para o cidadão. Nada melhor para o cidadão do que a sociabilidade. É a forma de lazer mais barata que existe e que ele encontra geralmente no bar, no restaurante e até naquele botequim da periferia. Botequim que hoje Salvador, Rio de Janeiro estão valorizando e trabalhando muito. Com todo o respeito às autoridades municipais, estaduais e federais, nunca vi alguém estar preocupado com isso aqui na cidade de São Paulo.

Dessa forma, temos tentado contribuir também criando no empresário uma consciência de cidadão, elevando a auto-estima que a toda a hora é humilhada por esses agentes do governo, a tal ponto de não perceberem sua importância como gerador de empregos. Eles simplesmente ficam disputando a sobrevivência com outro lado da sociedade que é essa fiscalização, desenvolvendo inclusive uma

consciência de ética, de responsabilidade social, demonstrando a ele que, para ter respeito do fiscal, primeiro tem que merecer respeito da sociedade. Ele só vai conseguir isso no momento que a sociedade ver nele um agente de desenvolvimento consciente e capaz de, integrado à sociedade, ajudá-la a se desenvolver. Hoje na Abredi quase 10% dos filiados desenvolvem atividades filantrópicas, de proteção ao meio ambiente, promoção cultural, o que nos deixa muito orgulhosos. Quando começamos a trabalhar nem 1% pensava em coisas como essas ou davam importância a esse tipo de atividade.

Também tentamos ajudar no específico. Chegamos a fazer algo que acho nenhum setor conseguiu fazer, nem mesmo as grandes empresas. Trata-se desta revista que já está no seu terceiro ano. Uma revista que é distribuída, com uma qualidade que ninguém pode questionar, toda ela destinada a colocar na cabeça do empresário a importância da sua atividade para a economia. Esta revista destina-se também às autoridades, jornalistas, mídia, e fala da importância desse empresário que deve ser tratado com respeito, criticado quando deve ser criticado, mas também ser visto pelos aspectos positivos que ele desenvolve com a sua atividade.

Quero falar também da importância da gastronomia e da vida noturna de forma geral. Existe uma pesquisa da Folha de S. Paulo, feita há alguns anos, mas que não canso de citar, junto a 400 turistas da Capital, perguntando o que achava melhor em São Paulo, que lugares frequentou etc. O resultado foi o seguinte: 26% vida noturna; 21% restaurantes; 16% comércio e 15% atividades culturais. Isso mostra a importância dessas atividades econômicas na atração do turista.

Também tenho uma pesquisa da Embratur, que todo final de ano faz uma pesquisa nos aeroportos de sete a oito capitais, na Foz do Iguaçu, perguntando o que o turista achou pior. Se vocês tiverem acesso a esta revista que fez a pesquisa poderão ver que o turista sempre acha pior a limpeza, a sinalização, a segurança, o transporte. Tudo isso fica na faixa de 27% a 28%. Restaurante está em 3,2%. A única coisa que os turistas acham melhor que restaurante são as atrações naturais, porque só 2,2% acham que elas são ruins. Por que essas autoridades que tanto

freqüentam restaurantes não consertam os problemas que realmente atrapalham os turistas. Essas autoridades exigem a colocação de cadeira para gordo, cardápio em braille, cozinha transparente, cortina corta-fogo, cardápio geriátrico. Agora veio uma taxa do Ibama, de 3 mil reais, se o estabelecimento tem forno à lenha. Mesmo o botequim de periferia precisa ter engenheiro, fotógrafo, médico. Vocês estão rindo, mas é verdade. A Norma Regimental nº 9 obriga estudar o esforço ergonômico do funcionário. O dono do estabelecimento tem que contratar fotógrafo – isso se for cumprir a lei, mas é claro que ninguém cumpre. Mas se o fiscal não gostar do empresário, porque cobrou um café dele, vai querer ver o teste ergonômico para verificar como trabalha o funcionário na cozinha. A empresa precisa de engenheiro de segurança e dois médicos, um para fazer os exames normais de saúde, na entrada, na saída, quando tira férias etc. e outro para a higiene, que é o médico-sanitarista.

Essa é a realidade de um setor que, apesar de tudo que faz e apesar de tudo isso que estou falando, foi construído sem uma única isenção dessas que se costumam dar a bancos e companhias limitadas.

Vou mostrar a pesquisa do São Paulo Convention Bureau-Sebrae, feita há um ano e meio, que foi divulgada e coloquei nesta revista. Segundo essa pesquisa, 65,4% de turistas que vieram a São Paulo procuraram vida noturna. O que eles acharam? Ótimo: 88,2%. Bom: 5,9%. Regular: 5,9%. Turistas nacionais: 32,3% procuraram vida noturna em São Paulo e 100% acharam ótimo e bom. Aí vocês me perguntam: “O prefeito vendo esta pesquisa imediatamente saiu para abraçar o dono do restaurante e promoveu o setor, dizendo que é o mais procurado etc.?” Mais procurados só foram os *shopping centers*, mas na hora do ótimo e bom, eles não tiveram a metade do que teve a vida noturna e restaurantes. Mas o que fez o prefeito? Fez uma lei para que tudo feche a uma hora da manhã, além de proibir o fumo, tirar a mesa da calçada etc. É isso que temos tido da prefeitura.

Na última gestão do governo estadual mais de 300 proprietários de restaurantes foram presos pelo Decon. Felizmente, o atual Secretário acabou com

esse órgão. Será que foram presos tantos assaltantes de bancos? Eu não sei. Não estou falando de bar da periferia que vende churrasquinho de gato em frente ao estádio. Não. Estou falando de restaurantes diferenciados. Por que o restante não foi preso, por que todos não foram visitados? Ninguém vai entrar no restaurante com um calhamaço de regras e normas e não achar nada. Por que o restante não foi preso? Os senhores pensem em casa, por que o restante não foi preso. Não é difícil chegar a uma conclusão.

Essa pesquisa do Convention Bureau-Sebrae foi feita também sobre os turistas nacionais. Quem procurou restaurantes: 77,4%. Ótimo: 20,8%. Bom: 79,2%. Regular e mau: zero. O turista de São Paulo é o mais exigente do país e do mundo, porque é o turista de negócio. Ou seja, ele vem a negócio e costuma viajar pelas capitais do país. Por isso, 88,2% disseram que a vida noturna é ótima. Turistas estrangeiros. Quem procurou restaurantes: 100%. Ótimo: 42,3%. Bom: 53,9%. Regular: 3,8%. Não foi a Abredi quem fez essa pesquisa. Foi o São Paulo Convention Bureau e nem sabíamos disso. Só recebemos o resultado.

Como disse, no entanto, não passa uma semana sem recebermos taxa fiscal, impostos, proibição disso ou daquilo. Eu acho que a solução desse setor viria com projetos diferenciados. Montamos clube de gastronomia francesa, italiana, clube da zona norte, organizamos restaurantes, fazemos promoção, distribuição, saímos nas ruas, fazemos mapas (100 mil), boletins, tudo isso com contribuição de cada associado. Cada associado contribui espontaneamente com certa importância e tudo isso é feito. Infelizmente, sabemos que existem entidades que recebem 500 a um milhão de reais. Quando perguntamos o que foi feito e, realmente, às vezes, quando muito, chegam próximo disso.

É o que estamos tentando fazer, chegando à conclusão de que o problema, como disse, é global. É problema econômico, político, de ética, de moralização dentro da sociedade. Dentro do setor aconselharia uma aproximação das entidades diversas, da autoridade, da mídia, para fazer promoções conjuntas. Estamos tentando desenvolver campanha de “happy hour” para deixar a cidade mais alegre,

fazer as casas noturnas abrirem mais cedo, porque o turista quer isso, mas é uma dificuldade. Estamos tentando implementar a reserva nos restaurantes. O brasileiro não atende o horário de reserva, por isso os donos de restaurantes não gostam de aceitar reserva. Enfim, há uma dezena de soluções que estamos procurando nesse aspecto. Mas se o cliente for assaltado na rua ou acontecer como em Curitiba, quando viram que a estrada não é lá essas coisas, ou em Campos do Jordão, a cidade mais rica do país, onde a prefeitura permitiu que caísse uma ribanceira e soterrasse, ou como aconteceu recentemente com um turista no Rio, nenhum esforço vai adiantar, porque isso equivale a uma contra propaganda lá fora, que acredito que seja de alguns milhões de reais. Desfazer a imagem do que aconteceu para mim é uma questão de dezenas de milhões de reais. Portanto, temos que cuidar desses problemas pela raiz. Obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Com a palavra o Sr. Luiz da Silva Bley, Diretor-Executivo da ABECS – Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços.

SR. LUIZ DA SILVA BLEY – Senhores e senhoras e autoridades presentes, o público presente pode estar perguntando por que cartão de crédito estaria representado dentro da discussão da infra-estrutura de turismo. Na verdade, o cartão de crédito atua em todos os segmentos da economia tanto nacional, quanto mundial, porque é um produto mundial.

Acontece que o turismo para o cartão de crédito é extremamente importante. Ele representa de todo o movimento brasileiro que geramos, um meio de pagamento e estimulador de créditos, 20% de toda nossa atividade. Tivemos no ano passado 42 milhões de reais movimentados pelos cartões de crédito, predominantemente com gastos no Brasil. Com a desvalorização cambial houve uma redução bastante grande do consumo de brasileiros no exterior. Hoje, basicamente, os gastos dos brasileiros no exterior devem representar, no máximo, 6% de todo o movimento dos cartões. Já chegou a representar 10 a 12%.

Basicamente, os cartões, apesar de serem um produto mundial, se adaptam à estrutura e à economia de cada país. Logicamente, procuramos estar presentes em todos os segmentos. A origem do cartão de crédito foi dentro de um restaurante, nos anos 50, nos Estados Unidos. A partir daí se transformou num produto mundial. Consideramos, realmente, que o cartão de crédito oferece inteligência que, na verdade, são facilidades e tecnologia para permitir a rapidez com que essas ações são feitas. Nossa luta tem sido no sentido de redução de custo e o trabalho em escala. Procuramos colaborar com todos os segmentos. O turismo para nós tem sido uma área em que se investe bastante. Temos procurado desenvolver parcerias tanto na iniciativa privadas, como também nas áreas governamentais, de forma que possamos concorrer para que se desenvolva um trabalho.

Temos acompanhado, de modo geral, vários segmentos e várias discussões em âmbito governamental, e percebemos que a área de serviços em geral, no Brasil, está relegada e o turismo está inserido nessa área de serviços. Acho que precisamos de uma legislação muito mais forte, até para proteção da área de serviços que é esquecida. Prestigia-se a indústria e o comércio, mas o serviço propriamente nunca foi considerado e trabalhado como deve ser feito. É o grande maior gerador de emprego. O turismo tem uma grande participação como serviço, mas temos uma série de outros serviços agregados e que não são considerados como turismo. Na verdade, existem cidades que são cem por cento turismo. Tudo que gira naquela cidade é turista. Se o turista não for lá, a cidade praticamente desaparece, porque ela não tem movimentação econômica. No entanto, aparecem nas estatísticas algumas, o comércio que não é considerado como turismo, mas que são o grande beneficiário de tudo isso.

Uma parte de restaurantes tem sido considerada como turismo e outra parte não. De modo geral, o grande desenvolvimentista de negócios tem sido, realmente, o turismo. Por isso, fazemos questão de participar, procurando atuar em conjunto com todos os segmentos para que esse segmento, cada vez mais, tenha a importância que merece e deve ser considerado no Brasil. Todas as estatísticas

mostram situações até ridículas em termos de potencial que temos para oferecer aos turistas brasileiros e estrangeiros. Na verdade, o grande papel do governo estadual e do governo municipal é que haja tranquilidade para que as atividades possam ser desenvolvidas de maneira regular e normal. No Brasil, a atividade ilegal, como, por exemplo, a do ambulante, daquele que exerce uma função marginal à atividade econômica, é mais bem tratada que um estabelecimento comercial que gera emprego e tributos ao Estado. Temos uma inversão de valores. Temos que batalhar por isso. Nós, como cidadãos, não temos que defender só as nossas atividades, mas também não ter vergonha de ter lucro, e ter lucro de uma maneira razoável e civilizada. Não se pode ter um lucro predatório que vise destruir uma atividade pelo imediatismo. Temos que resolver o problema social, não jogando barracas nas ruas ou criando situações de controle social como tem acontecido. Temos que procurar resolver o problema gerando empregos. Quem gera emprego são os empresários que estão aqui. O Estado não gera empregos. O Estado tem que nos dar a possibilidade para que tenhamos infra-estrutura, segurança e saúde para que, realmente, a atividade privada possa assumir todo esse papel.

Enquanto no Brasil o segmento de serviço e mesmo a parte turística forem tratados como sendo um apêndice forte do governo, não sairemos desse caminho. Até a divulgação do turismo também tem que ser da iniciativa privada. O Estado tem que nos dar condições para que se trabalhe. Vou extrapolar um pouco o meu produto, mas como cidadão, temos que pesquisar alguma coisa. Estamos observando que principalmente o Estado de São Paulo é o de maior aprimoramento da legislação em todo o sentido. Ele exige uma legislação de primeiro mundo, numa infra-estrutura quase que de Biafra. Aí é que está a grande preocupação. Outros Estados brasileiros estão desenvolvendo trabalhos, muitas vezes, até na fronteira do Estado de São Paulo, usando a estrutura do Estado e no entanto não têm nenhuma legislação que os impeça de fazer qualquer coisa. Acho que as autoridades têm que mudar isso. Na verdade, não é só proteger o Estado. Na verdade temos que proteger o Brasil. Não podemos permitir que uma política

predatória venha prejudicar toda uma estrutura. O Estado de São Paulo é olhado no Brasil como um elemento estranho. Ele tem que ser olhado como um Estado que realmente tem procurado se desenvolver. Não podemos fugir da realidade. Esses depoimentos colocados aqui são uma realidade. Isto acontece no Estado de São Paulo. Em outros Estados isso não acontece ou se acontece é numa escala muito menor. Quem vai julgar a atividade de um estabelecimento comercial, de um restaurante, de um parque temático ou de qualquer coisa é aquilo que ele oferece. O consumidor tem todas as condições de julgar. Se ele está sendo bem ou mal tratado, se aquele alimento está bom ou não. Lógico que a parte sanitária do Estado é fundamental. Ela tem que combater. Por que deixam os ambulantes venderem um monte de alimentos na rua, sem a menor fiscalização? No entanto, os restaurantes são cada vez mais fiscalizados. Não estamos procurando resolver o problema social, mas estamos agravando o problema social. O restaurante que fecha está deixando de ter mão-de-obra. É outro ambulante que vai para a rua vender alguma coisa. Isso, cada vez mais, vai deteriorar a própria qualidade de vida da população.

Na verdade, esse problema é muito sério. O Estado tem que investir nessa área, que é dar condições para que a iniciativa privada realmente toque o turismo. O turismo tipicamente é uma área que precisa gerar lucro. Ele é uma atividade econômica que só funciona se ela tiver retorno. Nenhuma atividade empresarial vai se propor a desenvolver qualquer coisa para que tenha prejuízo. O turismo precisa de apoio e de uma legislação que seja inteligente. Precisamos esquecer do Brasil do século passado. Estamos vivendo ainda uma realidade muito antiga. Todos os legisladores têm que começar a pensar nessa situação. Temos uma carga tributária mal distribuída. Não se leva a sério uma reforma tributária, adequada para que haja uma melhor redistribuição dessa carga tributária. Quer dizer, alguns segmentos pagam muito e outros pouco. A partir daí é que vamos resolver. Enquanto ficarmos discutindo só em cima de uma situação mais artificial não vamos conseguir fazer grandes mudanças. Alguns segmentos e alguns empresários vão ter sucesso, aquele que encontrou um segmento que lhe permita conviver de uma maneira

tranqüila. Mas não é a maioria que vive dessa forma. Essa conscientização é fundamental. Fórum dessa natureza tem que colocar este tipo de problema.

Na verdade, o turismo brasileiro cresceu bastante, só que ele tem muito mais para oferecer. Muitas vezes o que se observa é que se dá alguma coisa. Isso não deve ser feito. Deve-se cobrar um preço razoável. Os parques que são administrados pelo Estado devem cobrar alguma coisa, devem ter maior autonomia para poderem trabalhar. Hoje, o nosso próprio sistema de arrecadação tem uma atividade que gera uma receita. Essa receita vai para um caixa geral, que, de modo geral, devolve para ele só 10 a 20% e fica todo mundo na miséria. Essas coisas teriam que ser melhoradas. É preciso incentivar para que hajam fundações, concessões para grupos poderem explorar de maneira inteligente essas coisas que o Estado tem e basicamente não utiliza.

Tomamos conhecimento de que existem cerca de 80 grandes áreas de reserva ambiental que são basicamente usadas em parques, alguns como áreas turísticas e outras não. É comum esses parques sofrerem invasões porque são mal administrados ou não têm recursos para administrar. Não se permite, muitas vezes, que se cobre algumas coisas ou não se permite a terceirização de atividades dentro desses parques. Temos que criar situações para permitir, realmente, que se desenvolva esse trabalho. Não adianta termos uma legislação que preveja tudo e na hora de punir não pune. Temos que punir quem não cumpre o seu papel, seja aquele que recebeu a delegação por concessão ou porque montou um negócio. Da mesma forma, ele está recebendo uma autorização para ter o seu negócio. Ele deve cumprir o seu papel. Ficarmos simplesmente com lamentações também não resolve. Precisamos ter uma política mais séria nesse sentido. Quer dizer, olhar com mais cuidado todo o problema. O Estado tem que nos dar uma legislação mais adequada, mais moderna, uma infra-estrutura para permitir que se desenvolva a atividade econômica. Se não, talvez, daqui a 10 anos estaremos nesta mesma sala, discutindo os mesmos problemas. Acompanhamos a área turística há muito tempo, e notamos que, realmente, se discute muito e somente agora começou-se fazer

alguma coisa. Precisamos fazer muito mais para recuperar o tempo que já perdemos. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Passada a fase das exposições dos palestrantes programados para esta manhã, na seqüência, para terminarmos a programação da manhã, convidamos o sr. Armando Arruda Pereira C. Mello, da Ubrafe, representante dos promotores de feiras, para ser o mediador do debate que pretendemos fazer com os senhores a respeito do que foi falado até agora.

Com a palavra o sr. Armando Arruda Pereira C. Mello.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Antes de abrir os debates quero agradecer as assessorias técnicas dos Srs. deputados, que nos permitiram desenvolver este trabalho e à Universidade de São Paulo, que foi efetiva na elaboração do mesmo.

Rapidamente quero fazer um resumo do que foi condensado desses setores apresentados nesta primeira parte e que fará parte deste trabalho que está sendo entregue.

Primeiro, colocamos o cenário mundial e estadual. São números que constam do trabalho. Falamos de demanda, isto é que o nosso ramo, como negócio, pressupõe demanda. Falamos de alguns setores de São Paulo, muito bem colocados, como a hotelaria, trabalhos em restaurantes, cartão de crédito e parques temáticos. Evidentemente que nos outros debates que haverão, enfocando principalmente a legislação que deve ser revista, estamos na Casa certa. Estamos na Casa onde as leis podem ser trabalhadas, desde que sejamos ouvidos.

O cumprimento que as entidades do nosso grupo deseja fazer, principalmente para esta proposta dos Sr. Deputado Nabi Abi Chedid e Sr. Deputado Paulo Julião de se comemorar o “Dia do Turismo” no dia 20 de março, que não fosse só um dia a ser comemorado, mas que esta Casa nos recebesse, quem sabe, em todo dia 20 de março para fazermos colocações e nos prepararmos para um dia de debate anual.

Quero fazer uma sugestão para esse projeto, em vez de simplesmente comemorar, e como Sr. Bley disse, não simplesmente voltar para discutir as mesmas coisas. Precisamos ser ouvidos. As entidades que estão aqui são profissionais que militam na área de turismo e precisamos de alguém que nos ouça e que faça a legislação específica.

Outro fato ao qual desejo me referir é que, talvez, não tenhamos trazido nenhuma novidade aos senhores, mas partimos da premissa da Carta de Goiás, que consideramos um trabalho bastante importante, feito pelo setor do turismo brasileiro. Já inventaram a roda, ela é redondinha e precisamos fazê-la girar. Quanto mais nos dedicarmos a melhorar essa rotação, melhores serão os nossos negócios.

Quero, mais uma vez, agradecer a colaboração que recebemos desta Casa e espero que em todo dia 20 de março estejamos aqui de volta para ouvir e sugerir algumas coisas aos Srs. deputados que precisam ter mais perto as entidades que representam os segmentos econômicos. Muito obrigado e abro os debates.

SR. NABI ABI CHEDI – Conversamos com o Deputado Paulo Julião e assessoria, vamos dar uma nova redação ao projeto e, nesse dia, além da comemoração, teremos aqui um fórum de debates com problemas do turismo.

SR. PAULO JULIÃO – Esta é uma amostra de como a discussão é importante. Uma coisa que não estava nem no tema da discussão e vejam como se aperfeiçou uma idéia.

ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA C. DE MELLO – Estamos à disposição para repassar as perguntas para esses três setores: de hotéis, bares e restaurantes, parques temáticos e o famoso cartão de crédito, o nosso santo dinheirinho de plástico.

SR. TÁCITO – Tenho uma pergunta ao sr. Percival. Gostaria de saber como o setor está preparado para receber ECF?

SR. PERCIVAL MARICATO – O ECF é outro drama que vivemos. Num grupo fechado acho que dá para conversar com toda a sinceridade. Todos sabem como funcionam as pequenas empresas no Brasil e que muitas delas, inclusive, não têm correta a sua contabilidade e caixa. Muitas não têm caixa nenhum. Mas essas que têm o caixa e tentam se consertar, agora têm um novo drama, que é colocar o ECF – Equipamento de Controle Fiscal, que custa caríssimo. Não sei como pode uma autoridade vir falar disso, porque, para muitos, é quase metade do faturamento. O ECF tem que ser posto até o fim de maio. Acho que isso vai criar um drama porque metade, se colocar, vai quebrar e vai passar à informalidade. É mais um drama que o setor vive. Temos feito várias reuniões com o Sr. Secretário da Fazenda, mas isso foi imposto em âmbito federal. O Sr. Secretário da Fazenda disse que ele até não se importaria, mas que é obrigado a impor, por ser uma determinação federal. Mas isso mostra como o Estado, em vez de procurar corrigir a relação com o empresário, ou seja, diminuir o tributo para que todos paguem, e até aquele que não paga seria obrigado a pagar ou se sentiria obrigado a pagar, mas continuamos naquele faz de conta. Faz de conta que eu cobro e faz de conta que você paga. Assim, em vez de reduzir o tributo, quer impor a compra de um equipamento desse, impossível de ser comprado pela maioria dos estabelecimentos, que estão numa crise enorme. Até o The Place fechou, como fechou o La Fish, o Le Stango, o La vie France. Os restaurantes de São Paulo estão fechando por falta de clientela. Mas é mais uma incompreensão com a exigência dessa taxa, como diversas outras. Simplesmente o setor não está preparado para isso. Não sei o que vai acontecer e ninguém sabe.

SRA. – Sou estudante de turismo, gostaria de saber se os fiscais do governo freqüentam escolas para verificar como é o trabalho delas nas cantinas. Sei que

eles sempre estão fiscalizando restaurantes. Sei também que as cantinas das escolas estaduais de São Paulo e, principalmente cantinas dos colégios particulares, não têm nenhuma higiene. Elas pegam o dinheiro das crianças, depois pegam o lanche. Existe fiscalização para isso? As crianças estão sujeitas à sujeira, falta de higiene, enquanto os fiscais só vão policiar os restaurantes. O senhor sabe por que acontece isso? Qual o motivo?

SR. PERCIVAL MARICATO – É fácil saber o motivo. Tivemos uma discussão, há algum tempo, na época do governo de Paulo Maluf, quando aconteceu até prisão. O sr. Paulo Maluf ia a todos os restaurantes bons da cidade. A TV Globo foi lá me perguntar, achei ruim e falei: “Por que vocês não vão fiscalizar aqueles que são mais necessários. Sem dúvida, ninguém é contra a fiscalização. Mas vocês não estão vendo que falta certa lógica? Por que a fiscalização não vai até o camelô. Até aprovaram nas peruas”. Eles me perguntaram: “Por que o senhor acha que a fiscalização não vai?” Falei: “Acho que ela não vai, porque se isso tivesse acontecido em São Miguel, a senhora não estaria na minha sala, perguntando o que aconteceu no restaurante tal.” É simples.

Acho que você não tem que esperar nada do poder público que não está em condições, no momento, de chegar a essa suscetibilidade de entrar na cantina de uma escola. Falei da importância da sociedade civil que deve fazer aquilo que pode. Neste caso, se a cantina está numa escola acho que a própria diretoria da escola pode fazer isso. No restaurante, o próprio empresário tem que se autofiscalizar, porque o cliente é exigente. Se você gasta muito dinheiro em marketing, contrata chefe francês, é claro que você tem a pretensão de cuidar da higiene. Uma das coisas que até coloquei no “habeas-corpus” que fiz pela Associação, foi: “Perfeito só Deus.” Chegaram ao cúmulo de prender alguém, porque encontraram uma lulazinha que estava esfriando. O cliente queria lula fria. Você deixa esfriando e o fiscal chega e diz: “Não está nem na geladeira e nem no fogão, então o senhor está preso.” Se ele pega um bife, qual é a sua interpretação? Se você pega um bife na geladeira e

coloca na frigideira, ele te pega nisso. Enquanto o produto estiver em circulação, você vai preso, porque não está nem lá e nem aqui. É o que diz a lei. Um dos grandes problemas com relação ao que acontece na fiscalização não é só a falta de preparo, mas também porque não existe intenção de resolver problemas.

Muitos dos fiscais da prefeitura que fiscalizavam e fiscalizam bancas de flores etc. são motoristas e que depois, por meio de algum amigo ou vereador, chegam a exercer essa atividade de fiscal. A primeira coisa que quero colocar é que ninguém é contra a fiscalização, mas é claro que deveria haver educação e o fiscal até deveria ganhar bem, porque ele ganhando mal é outro grande problema. O fiscal da prefeitura ganha 600 reais. Do jeito que eles agiam, levantavam 20 a 30 mil reais por mês. O que eles iam fazer? Um sujeito ganhando 600 reais ou ficava esperto, como eles diziam, ou era colocado para fora, porque poderia, a qualquer momento, abrir a boca. Enfim, esta é a realidade que vivemos.

O SR. –Boa-tarde, sou diretor de uma entidade assistencial de Bragança Paulista e gostaria de solicitar a seguinte informação. Em que pese todas as dificuldades que o setor de turismo passa, existe alguma sugestão do setor para um projeto de lei ou algum ato que permita um auxílio às entidades assistenciais, partindo dos lucros do setor. Gostaria que o sr. Luiz da Silva Bley respondesse esta pergunta.

SR. LUIZ DA SILVA BLEY – Desconheço que possa haver uma legislação a esse respeito. Não acompanhamos de perto esse aspecto de legislação. Infelizmente, não teria como lhe responder.

O SR – O que solicito é que houvesse uma sugestão para um projeto de lei, com a participação das entidades que vivem do setor de turismo, junto com a possibilidade de lucros, que permitisse um auxílio às entidades que auxiliam os necessitados do nosso país.

SR. PAULO JULIÃO – Dentro da temática turismo, foram elencados uma série de subtemas que foram divididos por seminários.. Um dos subtemas trata da questão da legislação. Acho que essa ocasião é bem apropriada para que haja idéia, porque a finalidade deste Fórum é exatamente trazer idéias, discuti-las e as que forem factíveis, poderem ser objeto do relatório final da proposta do Fórum São Paulo Século 21.

SR. ARISTIDES – Sou do Convention Bureau e queria dirigir uma pergunta ao sr. Antônio Reinales, vice-Presidente da ABIH. Tenho acompanhado a luta incessante do setor da hotelaria e ela é das mais justas. As relações entre os equipamentos de hospedagem, denominados flats e os equipamentos de hospedagem denominados hotéis. Gostaria que o vice-Presidente da ABIH colocasse a este plenário o trabalho que vem desenvolvendo.

SR. ANTÔNIO REINALES – Quero dizer que nós, junto com o Convention Bureau, com o sr. Roberto Melo, que é presidente do Conselho e com a Associação Brasileira dos Hotéis – ABIH, temos desenvolvido trabalhos conjuntos no sentido de que para resolver esse problema que vem acontecendo no mercado, entre os hotéis e os flats, deve existir, realmente, uma legislação mais específica. Infelizmente, a Embratur não se preocupou com esse segmento, porque não houve uma legislação específica para mostrar que ele poderia, com o passar do tempo, ser concorrente da hotelaria. Os hoteleiros perceberam que estava havendo essa concorrência desleal, porque os encargos não são iguais. Queremos deixar claro que nós hoteleiros não somos contra o segmento do flat. Achamos que o flat é um segmento importante, que vem se desenvolvendo, é também um gerador de emprego e de impostos. Porém, sentimos, com o passar do tempo, que não é certo que os encargos que vêm sendo pagos pelas hotelarias, durante o ano todo, não sejam compatíveis com os encargos que os flats vêm pagando. Existem muitas coisas nos flats, para as quais os encargos não estão no mesmo patamar. Por exemplo, seria a parte de

encargos trabalhistas, encargos de ISS, que são diferenciados, tanto na parte de luz e água. São vários requisitos que precisam ser nivelados neste sentido.

Por isso, temos feito várias reuniões com algumas entidades para que realmente tanto a hotelaria, quanto os flats façam uma coisa condizente com o mercado. Até colegas nossos, que também são hoteleiros, têm partido para esse segmento, porque estão vendo que, hoje, é muito mais fácil investir num flat do que numa hotelaria tradicional, por causa dos encargos menores que os flats têm. Temos que trabalhar, junto às autoridades governamentais e municipais, para fazer alguma coisa que nivele o segmento hoteleiro com o segmento do flat. Acredito que com mais algumas reuniões nossas, isso poderá ser resolvido. Precisamos tomar cuidado, porque alguns incorporadores e algumas administrações de flat não têm passado o que realmente está acontecendo com os flats. Alguns investidores desse segmento mostram alguma coisa muito positiva e quando realmente esse investidor, não sei por que motivo, talvez até de conselho ou até imobiliário, com o passar do tempo, vêm que realmente não é aquilo que foi mostrado para ele. Tanto que o Presidente da Embratur disse, numa reunião que tivemos, que também está fazendo alguma coisa para que esse investidor tenha consciência do que está fazendo. Alguns investidores estão se arrependendo, porque estão vendo que não estão tendo um retorno para aquele investimento. Existe o investimento, não somos contra esse investidor, mas que ele procure ver e se conscientize sobre o que está sendo feito. Acho que com mais algumas reuniões com esse segmento todo, possamos resolver todos esses problemas.

SR. PAULO JULIÃO – Ainda sobre este tema, quero dar uma informação de que, independentemente do que a legislação realmente quis dizer a respeito dos flats, em algumas regiões encontramos novos empresários que usam a legislação do flat para disfarçar a ocupação maior do que a região permite e dá uma destinação totalmente diferente, apenas para utilizar uma maior ocupação do uso do

solo. São questões interligadas que acabam dificultando o poder público de liberar mais esse setor.

SRA. LUCIANA – Sou estudante de turismo e gostaria de saber do sr. representante da ABIH quais as expectativas do setor turístico com a construção do São Paulo Tower, que será o maior edifício da América Latina.

SR. ANTÔNIO REINALES – Isso ainda não está definido, porque ainda está em projeto e acho que precisa ser aprovado junto à Câmara dos Vereadores. Mas é muito positivo para a cidade ter um empreendimento como esse, atrelado à hotelaria, shoppings e vários outros segmentos. Infelizmente, está havendo certa burocracia para que esse empreendimento vá para a frente. Mas seria muito positivo, porque ele iria pegar do nicho do mercado e que aproveitaria uma área muito problemática no centro da cidade. Além disso, esse empreendimento vai gerar emprego, renda etc. tanto para o município, quanto para o Estado. Infelizmente, estão ocorrendo problemas burocráticos para que esse empreendimento aconteça. Mas esperamos que isso seja resolvido da melhor maneira possível.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Complementando essa resposta, informo que esse projeto pressupõe, além da parte de hotelaria e escritórios, alguma coisa ligada ao turismo de negócios. Mas, infelizmente, os empreendedores, até hoje, não mantiveram contato com as entidades que representam esse setor. Acreditamos que, hoje, como foi colocado aqui pelo Sr. Secretário Marcos Arbatman, temos uma grande deficiência na nossa cidade para captação de eventos internacionais, que seriam os grandes centros de convenções. Não diria nem grande, mas em ordem. A cidade hoje é carente de um grande centro de convenções, uma tarefa que a hotelaria vem dando resposta. Ela tem feito os hotéis baseados numa ocupação de turismo de negócios e tem feito pequenos centros. A cidade, para ter competitividade mundial e internacional, precisaria, hoje,

ter alguma coisa em torno de 8 mil assentos, que seria um grande evento internacional. São Paulo estaria competindo com qualquer outra grande cidade do mundo. Essa deficiência existe.

Esse projeto já foi a duas apresentações e está sendo traduzido para uma arquitetura mais apropriada para nós, porque é um projeto importado. A nossa área de turismo de negócios ainda não conseguiu ter acesso nem informações para saber se é adequado ou não. De qualquer forma, como está colocado, ele pode ser um fator gerador. É uma zona degradada da cidade e que poderia ser recuperada, onde a infra-estrutura já está colocada. Quer dizer, tudo que se refizer no centro de São Paulo, onde já tem transporte, metrô, energia elétrica, que, cada vez passará a ser um problema, está trazendo um benefício agregado. Já tem uma infra-estrutura, esse pode ser um bom projeto. Precisa saber o que ele é de verdade, os pontos positivos e os negativos. Pode ser que para alguns ele tenha não só pontos positivos, mas tenha algum obstáculo ou pontos negativos. Mas para turismo de negócios ainda desconhecemos o que seja. Só ouvimos que se trata de um pavilhão com 100 mil metros para exposição, que não é bem um projeto ideal para a cidade. Nós realmente temos carência de um grande centro de convenções.

SR. BENEDITO JÚDICE – Sou vereador do Município de Joanópolis. Gostaria de questionar o representante da Associação Brasileira de Indústria e Hotéis, se esta associação conta com algum estudo que indique municípios do Estado de São Paulo, enfim do Brasil, que tenham potencial turístico a ser explorado. Municípios ainda virgens, digamos assim, nesse setor, que tenham potencial a ser explorado, no sentido de indicarem essas localidades para os investidores que estiverem interessados no início dessa atividade.

SR. ANTÔNIO REINALES – Nós, da Associação, temos participado juntamente com o Conselho estadual de algumas reuniões com outros municípios do Estado de São Paulo. Nós, investidores da Associação, sempre temos

procurado, juntamente com a Secretaria do Estado, investidores para essas regiões específicas. Procuramos sempre ver o potencial turístico que existe nessas cidades. Existem muitas coisas para que realmente possa haver esse investimento hoteleiro na cidade. Se a prefeitura local tiver realmente Bolsa de Negócios, que o Virgílio está nos mostrando, que justamente temos cadastrados projetos juntamente com a Secretaria do Estado de São Paulo para que, realmente, aconteça esses investimentos. Gostaria que, depois, o Virgílio falasse um pouquinho disso, porque temos desenvolvido nesse sentido. Às vezes, temos feito algumas reuniões em algumas cidades, quando o Conselho estadual realiza, e verificamos o interesse de procurar alguns investidores hoteleiros para que tenha um empreendimento hoteleiro no local. Mas, algumas vezes, vemos dificuldades da própria prefeitura de estabelecer e ter que colocar este estabelecimento.

Sou um empresário hoteleiro, evidentemente, quando vou investir em um hotel, procuro investir na cidade, quero ter também retorno. Se não houver retorno não existe interesse. Para ter esse retorno é preciso que a cidade também me traga alguma coisa em troca. Por isso temos esta preocupação.

Depois, gostaria que o Virgílio também falasse sobre isso, porque é muito importante. Não é só procurar o hoteleiro e pedir para fazer um hotel aqui etc.. Se não houver condições positivas para construir esse estabelecimento, infelizmente aí fica um pouco difícil. Mas dentro do possível, juntamente com os prefeitos, quando existe esse interesse, procuramos fazer um acordo entre a Associação e o município interessado nesses investimentos.

Gostaria, Virgílio, que você falasse um pouquinho dessa Bolsa que temos procurado fazer juntos.

SR. VIRGILIO – Vou procurar ser bem objetivo, porque o Sr. Secretário já falou sobre isso, de manhã. A Bolsa de Negócios que será lançada no dia 22 já foi levantar em 645 municípios os projetos que existiam disponíveis. Isto não quer dizer que foram esgotados, mas já temos 45 projetos. Dos 9 bilhões que se imagina

investir no Estado de São Paulo nos próximos quatro anos, 7 bilhões já estão viabilizados e 2 milhões e meio se referem aos projetos que estão sendo detectados.

É importante sempre lembrar que a Bolsa não se encerra no dia 22. A partir de agora todos os novos projetos vão sendo recebidos e de mês em mês serão apresentados a novos grupos de investidores. Vai constar disso o manual do investidor no Estado de São Paulo, na área de turismo, e o cadastro de projetos. Isso será circulado já a partir do dia 22. A Bolsa já existe há um ano, quando começaram a ser levantados os projetos e acompanhados aqueles que estavam em desenvolvimento.

Não sei se respondi ao Sr. Vereador e a todos que, por acaso, não se sintam incluídos. Um dado importante é que o turismo tem que deixar de ser matéria-prima para ser produto acabado. Estamos acompanhando tudo isso, hoje aqui na Assembléia e com o apoio de uma Secretaria que tem um Secretário que é da área de turismo. Precisamos também deixar de lado, muitas vezes, a visão romântica do turismo e ver no turismo uma atividade econômica social. De manhã ouvi algumas pessoas que são da área X, falando da área Y. Vamos começar a jogar o lixo no nosso terreno, porque esse vai ser o grande problema para a solução do turismo brasileiro. Se não olharmos para dentro da nossa casa, não vamos resolver o problema do vizinho. Devemos começar na nossa casa. A Secretaria de Turismo está olhando dentro da sua casa, vendo com olhos muito críticos o que é transformar matéria-prima em produto final. Só fazendo a nossa parte, como o passarinho que tentava apagar o fogo da floresta, levando uma gota d'água no bico, sem se preocupar com os outros, não que vai ser desintegrado, mas cada vez mais centrar. A minha contribuição para apagar o incêndio é essa. Então, a Secretaria também, com a Bolsa de Negócios e outras atividades, quer colocar o barco para andar.

Desculpe, Deputado Paulo Julião, vou aproveitar esta oportunidade para responder a pergunta que me fizeram sobre o material da Secretaria. Outro

exemplo, no passado, falavam faltou a vírgula da minha cidade, a fonte que ela não tinha, o portal, como falou o Luiz Renato, hoje ele é interativo. A internet foi feita para a gente interagir. O turismo vai acontecer nos municípios e nas empresas que a comunidade e o empresário quiserem que ele aconteça. Se não, ele pode continuar colocando o seu nome no hotel, esquecendo-se que as marcas crescem, porque tem padrão de serviço e controle de qualidade.

Mas a Bolsa está aberta e ela é *ad eternum*. Quando o Sr. Secretário falou em 157, vou corrigir de uma maneira jocosa, porque eram 157 há um ano, dos quais oito já foram concluídos. O Ibis do Anhembi, o Ibis de São José dos Campos, muitos apart-hotéis que foram terminados. Então, a dinâmica da Bolsa é maior do que a gente consegue acompanhar. Obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Não havendo mais ninguém para debater, antes de encerrar esta primeira parte do seminário, vamos fazer as seguintes observações:

1.º – É importante que cada um dos senhores preencha o material que receberam, porque isso pode passar despercebido. Na parte debaixo do material que vocês receberam tem uma ficha cadastral. É importante que vocês preencham essa ficha, porque vamos usá-la para poder emitir o certificado de participação no final do evento.

2.º – Quero avisar os senhores que o retorno está marcado para as 14 horas. São 13 horas, vamos ver se não atrasamos muito o nosso retorno, embora isso seja compreensível. Informamos aos senhores que no primeiro andar da Assembléia tem uma lanchonete e no quinto andar tem um restaurante que pode ser utilizado.

Embora não esteja participando de nenhuma palestra, quero falar da importante presença do Dr. Virgílio, que vai ficar aqui o dia inteiro. Solicito ao Sr. Virgílio que, em qualquer das discussões, se sinta na obrigação até de interferir quando for o caso, para passar informações a respeito das ações do Estado e para que, também, os participantes possam tomar conhecimento.

Nessa linha, quero dizer que, talvez, tenhamos esquecido de colocar neste seminário, pode ser que coloquemos no outro, a importância da informação na questão do turismo. Cada dia é mais fundamental essa interação. Recentemente, estive numa pequena pousada simples. O seu proprietário me disse que apesar do pouco tempo de funcionamento, ela vive lotada porque colocou na internet e a freguesia dele é oriunda desse tipo de comunicação. Muita gente hoje ainda não tem essa percepção. Não estou falando, evidentemente, dos grandes hotéis, daquelas pessoas que são profissionais. Mas o turismo, na verdade, é composto de uma grande parte de empresários não profissionais específicos neste ramo, mas são pessoas que resolveram investir nesta área.

Antes de darmos por encerrada esta primeira fase, pediria ao Sr. Virgílio que preparasse alguma coisa e, após os debates, no encerramento, daria uns 10 minutos para que fizesse um resumo das suas impressões.

Muito obrigado e espero vocês todos daqui a pouco conosco.

SR. PAULO JULIÃO –Boa-tarde a todos. Retomada, então, a segunda parte do seminário, venho cumprimentar aqueles que não estiveram aqui na parte da manhã. Lembrar, a quem ainda não ouviu, da importância do preenchimento de uma ficha cadastral que se encontra dentro da pasta, porque é com essa ficha que serão emitidos os certificados de participação.

Para compor a Mesa, eu queria chamar aqui o sr. Sérgio Beleza, que é o representante da Embratur, hoje nesse seminário; o Dr. Virgílio, que é o coordenador de Turismo do Estado e chamar a palestrante desse próximo tema, que é Serviços de Apoio ao Turismo, que é a sra. Magda Rita Ardito Iglesias, suplente da presidência da Associação dos Transportadores de Turistas Industriários Colegais e Seminários do Estado de São Paulo – Associtur. Queria, também, chamar aqui para a Mesa, para as duas palestras seguintes, o Dr. Demétrio Hossne, titular da Delegacia de Polícia de Aeroportos e Proteção ao Turista – Deatur, e o próximo palestrante, o Dr. Jarbas Favoretto, presidente da Associação dos Núcleos

de Turismo do Estado de São Paulo e secretário executivo do Conselho Estadual de Turismo. Deixando esclarecido que nessa segunda fase do debate do Fórum, os debates ficaram para às 16:30, quando todas as palestras da tarde forem realizadas. Convido para a Mesa, também, os debatedores da segunda palestra de segurança ao turista, o Dr. Olavo Francisco, titular da 2.^a Delegacia de Polícia da Seccional Sul, e o Dr. Dagoberto Gonçalves, diretor de operações do DER, que será o debatedor do tema transporte Turístico.

Com a palavra a Sra. Magda Rita Ardito Iglesias.

SRA. MARTA RITA ARDITO IGLESIS – Primeiramente, quero desejar boa – tarde a todos. Todos estão esperando, de mim, uma palestra. Mas, vou fazer uma introdução explicando, exatamente, o que foram classificados como serviços de apoio ao turismo, para os palestrantes. Em primeiro lugar, quero agradecer Deputado Paulo Julião, coordenador do grupo de Turismo e Serviços e ao Deputado Nabi Chedid, que brilhantemente estão ouvindo as necessidades de todas as entidades que foram chamadas a trazer os problemas e, até, propor soluções para o turismo de São Paulo.

Eu represento uma entidade que não é muito conhecida, mas que existe e é bastante operante. É a Associtur, uma associação dos transportadores turísticos, que são todas aquelas empresas que transportam pessoas no Estado de São Paulo, por meio de ônibus, microônibus, Vans, o transporte turístico regular dentro da cidade, recepcionando turistas nos aeroportos, os transferindo para os hotéis. Tudo isso dentro de uma regulamentação, que é necessária. O grupo de Turismo e Serviços é composto brilhantemente pelo sr. Sérgio Belezza, da Embratur, sr. Leonel Rossi, da Abave, que ainda não chegou, sr. Aristides de La Prata Cury, que será palestrante hoje, o sr. Jarbas Favoretto, que é secretário do Conselho Estadual de Turismo e dos Núcleos de Turismo, e o sr. Demétrio Hossne e, também, o sr. Emanuel Von Loveinstein Massarani. É muito satisfatório saber que a Assembléia Legislativa, por meio de seus ilustres deputados, está disposta a ouvir o cidadão,

respeitar a sua opinião, garantindo-lhe o direito de participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, principalmente frisando o aspecto turístico dessa cidade e que importantes reflexos causam no turismo do Brasil inteiro. Nós, representantes dessas entidades sérias, operantes, unidas, cada uma com os seus interesses, somos cidadãos que estamos tendo a oportunidade de expor os problemas das nossas entidades e propor soluções e fazer com que as entidades e os convidados que estão aqui, percebam que todas as entidades que fazem o turismo aqui em São Paulo têm um interesse muito grande em o fazer, só que têm uma série de barreiras, que envolvem, inclusive, a própria legislação.

Quero parabenizar a Assembléia por estar ouvindo as entidades e por estar disposta a propor soluções e, até, a criar leis que possam ser usadas em benefício do turismo de São Paulo. Existem quatro tipos de serviços de apoio, que são os mais importantes.

Primeiro, a segurança ao turista, por meio da Deatur, da qual o Dr. Demétrio Hossne é a pessoa competente para falar a respeito. O transporte turístico, como já disse, e que é imprescindível que aconteça de maneira qualificada, mediante de veículos cadastrados pela Embratur e por meio de profissionais competentes, vendo o aspecto rodoviário do transporte.

A recuperação do patrimônio histórico e cultural, sem o qual não existe o turismo, expondo a respeito disso o sr. Massarani. E a organização do turismo receptivo, ao qual o sr. Leonel Rossi, da Abave e o sr. Aristides La Prata Cury, vão expor todas as necessidades primordiais para que o turista chegue e seja recepcionado. Portanto, foi dada aqui uma noção básica do que seriam os serviços de Apoio ao Turismo. Passo a palavra ao sr. Demétrio Hossne, da Deatur. Obrigada.

SR. DEMÉTRIO HOSSNE – Digníssimos Deputados, Dr. Paulo Julião, Dr. Nabi Chedid, cumprimento os membros do Poder Legislativo. Digníssimos representantes do turismo, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, sras. e srs., é

uma honra estar neste Fórum Século 21, para conversarmos sobre segurança ao turista. Sou delegado de polícia de classe especial, tendo ingressado na carreira em 12.6.1970, por meio de concurso público. O art. 144 da Constituição Federal diz que cabe à Polícia Civil a apuração das infrações penais, excetuadas as de competência da União. A polícia turística foi criada em 1985 pelo saudoso Governador Franco Montoro.

Em 1995, o Governador Mário Covas criou a Divisão Policial de Aeroportos, Proteção ao Turista e Dignitários. Em 1999, o mesmo Governador, por meio do Decreto n.º 44.448/99, ampliou a Divisão, conhecida hoje, mundialmente, como Deatur, colocando-a diretamente subordinada ao competente Dr. Marco Antônio, o nosso delegado geral de polícia. Mais uma unidade foi acrescentada à Deatur, a primeira Delegacia de Polícia de Proteção a dignitários, autoridades e representantes consulares, por meio do art. 36 do mencionado decreto.

A divisão policial de aeroportos tem as seguintes unidades policiais: a primeira delegacia de atendimento ao turista é localizada na Av. São Luís, 91, comandada pelo competente Dr. Paulo Sérgio Fleury, assessorado pelos doutores Aloísio Pires de Araújo e Celso do Carmo Jatene e mais 28 policiais, capazes e motivados. A primeira Deatur é responsável pelos mega – eventos, como Fórmula 1, Carnaval, Feira do Automóvel etc. Em março de 1999, no salão dos Pratos do Palácio do Governo, numa reunião em que o Governador Mário Covas incentivava o turismo, o comandante Rolim da TAM afirmou: “Ninguém faz turismo em Korsovo.” Voltamos da reunião, reunimos os nossos policiais, criamos a primeira ronda turística do Estado de São Paulo. Ronda essa que é pioneira no mundo. Só pudemos fazer isso em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, com a Nextel e com a Trend Máxima do Turismo. Os nossos policiais percorrem os hotéis e pontos turísticos. Nos hotéis foram colocados rádios fixos que ficam à disposição dos turistas. O turista que necessitar, aciona o hotel e este a viatura, indo o policial atender o turista *in loco*, com rapidez e eficiência.

A segunda delegacia do Aeroporto de Congonhas, comandada pelo Dr. Mário Moretti, tem 32 policiais que trabalham atacando os crimes contra o patrimônio e protegendo o turista. Em parceria com a Polícia Federal, Receita Federal, Infraero, esses policiais conseguem diminuir a incidência dos crimes contra o patrimônio no aeroporto de Congonhas.

A terceira delegacia de polícia do aeroporto de Cumbica tem 49 policiais comandados pelo Dr. Francisco Bassilli e com o auxílio do Dr. Jorge Esper Ayres Neto, Dra. Viviane, D. Elmo Vieira. Investigam os crimes contra o patrimônio e que causou tamanho temor nos assaltantes que por lá andavam, que informantes disseram terem se mudado para os aeroportos do Galeão, RJ e aeroporto de Buenos Aires. Quadrilhas internacionais de hotéis e aeroportos foram presas em mais de 100 flagrantes no último ano por nossas delegacias.

A quarta delegacia do aeroporto internacional de Vira Copos, tendo 14 policiais comandados pelo Dr. Wilson Roberto que, com muita simplicidade e eficiência, faz com que o número de ocorrências diminua dia – a dia.

A primeira delegacia de proteção a dignitários, autoridades e representantes consulares tem 14 policiais, comandados pelo Dr. Ferreira e pelo Delegado Assistente, Dr. Étore Sobrinho, homem n verdadeira acepção da palavra. Essa delegacia, a partir de amanhã, tem a felicidade de receber para seus quadros a Dra. Viviane Dias Vicente, excelente policial, pois tem os genes de seu pai, o grande delegado presente aqui, Dr. Jair de Castro Oliveira Vicente.

O posto avançado de proteção de turistas e dignitários, em Santos, tem a divisão do capacitado Dr. Paulo Fernando Felipe, também presente, que conseguiu a seção de uso, de 248 m2, onde, de fato, o turista que embarca e desembarca no porto é protegido pela nossa delegacia.

Temos um serviço de inteligência, com policiais leais, inteligentes e capazes, comandados, no cartório, pela escritã Doralice Ramos, e na chefia dos investigadores, pelo investigador Valdir Vasteiro, os quais ajudam-me a criar medidas eficazes de proteção ao turista, estudando dias e horários em que há maior

número de ocorrências. A divisão policial de aeroportos, proteção a turista e dignitários, tem ao todo 158 policiais, sendo 13 delegados de polícia, 27 escrivões, 110 investigadores e oito policiais de outras carreiras, com 28 viaturas. Esses brilhantes policiais trabalham diuturnamente e multiplicam-se, conseguindo proteger os turistas. Temos que ressaltar o excelente trabalho do meu antecessor na Divisão, Dr. Olavo Reino Francisco, que soube preparar ótimos policiais e uma base sólida para a nossa Divisão, fazendo cursos de especialização no próprio Senac. Indubitavelmente, a parceria com a Secretaria de Esportes e Turismo, do incomparável Secretário, Dr. Marcos, e do apoio do Secretário da Segurança Pública, Dr. Marco Vinícius Betelluzi, permitiram-nos obter esses resultados. O importante é superar a expectativa do cidadão e do turista, registrando desde uma simples perda de documentos até flagrante contra quadrilhas especializadas. E, por isso, nos aeroportos, a criminalidade, no último ano, caiu em 71,6%.

Uma cidade só é boa para o turista se também for boa para o cidadão que nela reside. Esta é a filosofia do delegado geral de polícia. O faraó Menés dizia que “feliz do povo que tem uma boa polícia.” Tenham certeza, vocês se orgulharão, cada vez mais, da vossa polícia.

SR. PAULO JULIÃO – Antes de darmos continuidade ao evento, queria registrar, aqui, a chegada do Deputado Nabi Chedid e a presença do Secretário Especial de Recuperação de Bens Culturais, o Dr. Emanuel Von Loveinstein Massarani. Prosseguindo, Dr. Olavo Reino Francisco, titular da 2.º Delegacia de Polícia da Seccional Sul de São Paulo.

SR. OLAVO REINO FRANCISCO – Srs. Deputados, Sras. e Srs., eu vou apenas complementar porque o Dr. Demétrio praticamente esgotou o assunto. No Brasil, não existe nada igual. Um pouco, talvez, na Cidade de Fortaleza. Alguma coisa próxima disso na Bahia e na Cidade do Rio de Janeiro. Nos países integrados à rede de turismo, isso não existe. Talvez o Egito é que se aproxime mais dessa

divisão policial. O que se procurou? O turismo é a indústria branca, não poluente, é, segundo os visionários, o futuro do Brasil. Por um lado acho eu nem tanto. Mas, o mundo se absorve dentro do turismo. E, o Brasil, dentro dos recursos que possuímos, isso favorece essa indústria que está em crescimento.

No vestibular da Fuvest, no ano passado, uma das carreiras que mais despontaram foi justamente a de Turismo. Mas, o turismo, sem segurança a essa pessoa que chega, vamos morrer na praia. Porque vamos montar hotéis, trazer redes de fora, criar toda uma estrutura e gostaria até que a cidade fosse mais limpa. Porque o turista, sem a limpeza! Vamos falar, também, de turismo interno. Isso tudo influi numa cidade limpa, bem sinalizada e a segurança. Se o turista não sentir que está seguro naquele território, ele não volta mais. A propaganda será negativa. O turismo, no Brasil, é importante. Na Cidade de São Paulo e, por iniciativa até do Conselho Estadual de Turismo, foi fundada a Divisão de Proteção ao Turista, que se expandiu e se expandirá muito mais, porque temos secretários que entendem a necessidade, como é o caso dos Secretários do Esporte e Turismo e o da Segurança Pública. Toda a polícia, em si, é informatizada, é escolhida. Esses policiais, que aí trabalham, são todos dedicados a esse tipo de segmento, são treinados para isso e, agora, ganhamos uma delegacia nova que trata dos Consulados.

A minha pergunta, basicamente, é uma só, se dentro da nova concepção do Governo do Estado, Segurança, Secretaria de Esporte e iniciativa privada, por que a Deatur, hoje, ainda não aceita a colaboração dessas empresas privadas para dar agilidade a ela? Enfim, até para que a própria *trade* pudesse se relacionar melhor e ter muito mais acesso a ela?

SR. DEMÉTRIO HOSNNE – Eu agradeço à pergunta. Ao contrário, a Deatur só está progredindo graças às parcerias com a *trade* máxima do turismo. Tanto com a BIH, Abave e com toda a *trade* do turismo. Graças a isso, estamos podendo fazer

com que o turista tenha o tratamento digno e respeitoso que merece. Nada fazemos sem consultarmos antes a trade turismo.

SR. PAULO JULIÃO – Antes de darmos continuidade aos nossos trabalhos, eu queria ressaltar aqui a importância desse seminário com relação aos senhores que estão hoje participando dele. A idéia do seminário não foi apenas para os senhores virem até aqui ouvirem o que os palestrantes têm a dizer. O grande interesse que nós temos é que os senhores que estão nesse seminário, ao final, levantem as questões necessárias para que possamos completar a questão e contribuirmos para que, no final, a proposta São Paulo – Século 21, seja a mais democrática e participativa possível.

O próximo palestrante será o Dr. Jarbas Favoretto, que é o Presidente da Associação dos Núcleos de Turismo do Estado de São Paulo, Secretário Executivo do Conselho Estadual do Turismo e um grande conhecedor desta área. Ele irá falar sobre transporte turístico e, depois, o Dr. Dagoberto Gonçalves, Diretor de Operações do DER, será o debatedor do tema. Com a palavra o Dr. Jarbas Favoretto.

SR. JARBAS FAVORETTO – Muito obrigado, Sr. Presidente, componentes da mesa, especificamente os deputados Nabib e Julião. Quero, também, agradecer o Prefeito da Cidade, onde eu recebi o título de Cidadão, pelos serviços prestados, o Sr. José Luís, o Prefeito de Batatais, que está aí. Antes de tudo, queria um esclarecimento, por que o sr. Jarbas só falará a respeito de transporte, já que o sr. Jarbas tem sido agente de viagem e ficou seis anos como vice-presidente do Sindicato? É que o meu começo foi exatamente o transporte turístico, em que como uma pequena empresa conseguimos fundar a Associtur, a Associação dos Transportadores do Estado de São Paulo e, depois, passei a ser membro da Associação Nacional, Antur, cuja sede é no Rio de Janeiro, fui diretor executivo, depois, a Associtur me contemplou com o título de sócio honorário.

Sr. Presidente, gostaria de esclarecer que não pude me preparar corretamente por duas razões. Primeira, porque não tenho a capacidade de me preparar coordenadamente como os senhores., que são *experts*. Segundo, porque venho de um evento com 90 pessoas em Campos do Jordão. Enfim, vou de improviso e espero traduzir tanto o desejo da categoria como o interesse desta seleta platéia. Hoje, pela manhã, fui até o meu escritório e achei entrevistas minhas à Antur, de 1977, reclamando das mesmas coisas que teria que reclamar hoje. Na verdade, um dos problemas que temos aqui no Brasil é o sistema. Quando algo engrena, muda o Governo e pára tudo. Depois de 31 anos de conselho verificamos que a solução seria os conselhos de turismo.

Gostaria de esclarecer ao plenário e, principalmente aos Srs. Deputados, que é impossível, em alguns minutos, ou horas, colocarmos só os problemas sem buscarmos as soluções. Preciso pedir licença aos líderes da nossa categoria, e temos aqui o Sr. Jerônimo, um empresário pioneiro, que se dá ao luxo de mostrar o museu particular dele, o primeiro ônibus. É um ponto turístico que nos é aproveitado. Mas, vou procurar pedir aos Srs. Legisladores poucas coisas, para deixarem de lado absurdos que temos aqui em São Paulo. O Sr. Mário Covas assinou uma lei estadual proibindo os carros ABC no rodízio e esqueceu que um agente de viagem tem a obrigação de ir ao aeroporto pegar o passageiro no dia em que ele chega e não no dia que o Sr. Governador quer.

Como tem lei estadual e lei municipal vamos citar que esse é um problema que deve ser atendido porque, afinal de contas, não vejo por que tanta proteção para motorista de táxi. Ou é proibido para todo mundo ou, então, temos que ponderar. Outro problema, na hora que começamos a importar um veículo mais aceitável, uma poderosa montadora instalada no Brasil conseguiu modificar a classificação das Vans como microônibus. Não pode haver essa classificação, que só foi posta para haver uma alíquota maior, para onerar a importação. Quero chamar a atenção aqui, seja esses Srs. Deputados, sejam os que não estão aqui, os senhores. não podem ser culpados. Na verdade, os senhores. devem ter

assessores e, às vezes, esses assessores é que podem estar falhando. E, a nossa obrigação é alertar. E a obrigação dos Srs. Deputados é nos ouvir. Quando da ocasião da lei, o legislador se atrapalhou quanto ao sistema de fretamento e ao sistema de turismo. Muitas pessoas não sabem quando um ônibus está fazendo turismo e quando está fazendo fretamento. Quais são os seus limites de tempo, de distância etc. Não sei qual a razão por que acontecem esses problemas no Estado. No âmbito federal nós sabemos o que acontecia. Era eu da Associação Nacional e a Embratur tinha a sua sede, na época, em Brasília, e tudo que se combinava durante o dia, alguém mudava à noite. Era a época da ditadura. Provávamos para o diretor de operações da Embratur, o sr. Mário Mello, que o art. 7.º teria que ser retirado. No dia seguinte, o conteúdo do item 7 passava para outro item. Quer dizer, era o velho golpe de mudar as vírgulas durante a noite. Então, se fazem uma lei que diz: “Somente serão sujeitos à disposição deste regulamento os serviços realizados com o objetivo comercial, sendo considerados para todos os efeitos de relevante interesse social.” Art. 2.º da Lei de maio de 1989. Se a lei já escreve e assina o “relevante interesse social”, não sei por que mais adiante se esquece disso! As leis, normalmente, dessa parte de transporte, fazem quatro páginas para a lei e oito para a punição. Quase todas são assim. Ninguém se preocupa em procurar o desenvolvimento econômico do País em cada setor que lhe diga respeito. Em meados do ano passado, presidia a Câmara Setorial de Turismo Rural e de Lazer. No ano passado, o Sr. Governador Mário Covas chamou todos os líderes do setor de agronegócios e nos pediu empenho para arrumarmos mais empregos. A Federação de hotéis, bares, restaurantes e similares, está com um projeto para conquistar 660 mil novos empregos em dois anos. Já conseguiu mais de 50 mil. E é um projeto interessante, porque prevê 10% para idosos, 20% para deficientes físicos. De qualquer forma, no meu entender, existe uma preocupação com isso, mas na hora de pôr isso em prática, tudo fica diferente. Enfim, esta parte inicial da lei, sempre que posso, rebato. “Compete ao Departamento de Estradas e de Rodagem, autorizar, disciplinar e fiscalizar o serviço.” Mas, podemos ver mais para

frente, que criam artigos meramente de interpretação, que dão ao DER, o poder de julgar. Então, a lei, às vezes, deixa até ao próprio chefe de fiscalização o poder de decisão. Por que, sr. Nabi Chedid, o nosso ônibus tem que ter vistoria em três ou quatro departamentos? Quando um técnico faz a fiscalização em um ônibus, que às vezes é até zero quilômetro, por que o parecer dele não serve? Por que o dono do ônibus tem que pagar várias vistorias? Porque a vistoria não é gratuita. Por que um ônibus para sair tem que apresentar a relação de todos os passageiros, com RG? Na rodovia não se consegue fazer isso. O que estava atrás disso tudo, era que tínhamos que conversar com o sr. fiscal do DNER, às oito horas da noite. O DNER fechava às cinco, seis horas e tínhamos que conversar com o sr. fiscal às oito horas. Era uma fábrica. Uma vez, fui à Embratur, no Rio de Janeiro, notificar um fiscal que “mordia” todo mundo. Removeram o fiscal. Passados oito meses, esse mesmo fiscal estava na divisa de São Paulo com Rio e estava fazendo lá a mesma coisa que fazia antes. O que quero dizer com tudo isso, é que o transportador turístico sofre. Para começar, nem todo transportador turístico tem uma empresa enorme. Então, temos que pensar que algumas agências de viagem que têm o direito de terem ônibus, porque foi criada uma lei pela Embratur que permite isso, a partir da Lei n.º 6.505 e suas derivadas, essas agências não têm a necessidade de terem muitos ônibus. A CVC e a agência Costa chegaram a ter, por exemplo, vinte e poucos ônibus cada uma. Com a queda que houve nesse mercado, essas agências passaram a alugar ônibus de empresas credenciadas. Então, sofre-se de todas as maneiras. A concorrência desleal que a empresa transportadora de linha regular sempre fizeram cima do transportador turístico, principalmente no Interior, é algo catastrófico. Uma empresa interiorana que tenha seus 200 ônibus, usar cinco para serviços gratuitos, não irá lhe custar nada. Mas, enfrentamos na parte aérea, companhias aéreas têm linhas com o Brasil, mas que têm aqui 2 ou 3% somente da sua frota. Se quisessem fazer uma concorrência predatória, poderiam. O decreto do DER, em seu art. 24 diz que: “Os veículos empregados no transporte coletivo e de passageiros terão cores, logotipos e inscrições, símbolos distintos para cada

transportadora e para cada modalidade. Bem como serão diferenciados por caracteres comuns, todas as empresas.” Qualquer um de nós que trabalha no ramo, sabe que a bagunça é total. Não há fiscalização.

Quero saber por que temos quatro páginas de lei e oito de multa e não se fiscaliza nada. O Sindicato de Viagem com o Sindicato de Guias de Turismo, e com o apoio da Embratur de São Paulo, chegamos a fazer blitz na estrada à noite. Não fazemos sempre porque a última que fizemos tivemos que pagar transporte, jantar para os fiscais e contratar estudantes. Fizemos uma blitz de, mais ou menos, três horas. De 102 carros que paramos, somente três estavam absolutamente em ordem e cinco davam para passar. O que mais reclamamos como empresários de ônibus, seja de turismo, seja de fretamento ou de linha regular, é essa baderna que temos de fiscalização, que não existe em cima daqueles que não têm registro.

Os senhores podem perguntar para o Dr. Sérgio Belezza, excelente profissional e excelente dirigente da Embratur que está aqui na Mesa, e nem vou pedir para que testemunhe que não há verba suficiente. Isso realmente não tem. Mas, o Dr. Sérgio pode afiançar que o nosso problema não é só nos ônibus, mas em guias de viagem. Temos lei que regulamenta a nossa atividade, mas não há fiscalização, não temos punição para aquelas agências que não são registradas, porque a Embratur não pode punir uma agência que não seja registrada na Embratur. Se não prestarmos atenção nisso, enquanto nos esforçamos, os piratas estão agindo à vontade. Voltando a esse art. 24, gostaria que simplesmente essa lei que existe fosse cumprida. Quando falamos em ônibus de turismo, pensamos logo no Tietê. Mas, tem o Interior de São Paulo, com 650 cidades. Temos, pelo menos, que cumprir a lei que está aqui. Se não fizermos uma força para, primeiro, cumprir o que está aqui; segundo, para arrumarmos o que está errado, não sei qual o direito que o DER teve de fazer uma lei e especificar numa alínea do mesmo artigo, alínea “d” do art. 24, explicando como tem que se escrever a palavra Turismo no ônibus! Fizemos uma lei na Embratur dizendo que só ela poderia autorizar alguém a escrever Turismo na lataria. Temos empresas boas que têm 50 ônibus, registram

somente 10 ônibus na Embratur e trabalham com 50! Estou aqui falando algo que vai de encontro ao interesse da minha categoria. Não temos nenhum amparo.

Aqui na Assembléia Estadual, vamos tentar fazer com que esse Fórum procure realizar alguma coisa no setor de legislação do Estado. Se, em um final de semana, fomos entre amigos para Campos do Jordão e solucionamos cinco ou seis problemas da cidade, alguns graves, então, os senhores, com uma competência muito maior, com uma assessoria muito melhor, com boa vontade conseguirão muito mais. É preciso ouvir realmente e procurar resolver coisas simples. Os senhores podem.

Se temos uma lei que diz: “A empresa transportadora tem cinco dias para comunicar ao DER, mediante planilhas padronizadas” etc., às vezes, pedem até planilha de custo. Para quê? Já não vêem assuntos tão elementares, tais como se o carro tem freio ou não? para que ver a planilha de custos? Tem que se deixar isso para a fiscalização da Fazenda. Prosseguindo: “... mediante planilhas e dados qualificativos, quantitativos de contrato, segundo norma complementar a ser estabelecida pelo DER.” Quer dizer, além de se fazer uma porção de coisas na lei, ainda se dá o direito de fazer uma complementação a hora que se queira. Nós temos um tratamento fidalgo, educado, mas preferimos um tratamento malcriado que nos atenda. Em 20 minutos não posso arrumar 30 anos de erros. Mas, precisamos dar umas pinceladas. O que não podemos é ter algo que prejudica o funcionamento, porque, dessa forma, estamos incentivando o bandoleiro. Cria-se toda uma série de dificuldades para o empresário correto que quer cumprir a lei, estamos, então, incentivando que esse empresário feche a sua firma e vá para a via clandestina. E qual o imposto que esse empresário irá pagar? O suborno. Não sei se atualmente há suborno ou não. Mas, de qualquer forma, ainda tenho uma série de coisas que gostaria de falar, mas que vou deixar para outra ocasião.

Gostaria de poder ter a participação de outros poderes, porque os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estão fazendo com que os empresários nem mais compareçam às associações, porque foram tomados por um grande desânimo.

Estamos, sinceramente, necessitando de ajuda. Temos orgulho, sabemos que somos empresários de turismo honestos, corretos e cumpridores da lei. Por essa razão, apenas, é que não vamos nos ajoelhar para pedir favores. Queremos aqui, nesta Tribuna, como transportadores turísticos, exigir a atenção que todos nós, profissionais da área, merecemos. Desculpem-me se prolonguei. Obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Para complementar o debate, e antes de darmos a palavra para o sr. Dagoberto Gonçalves, que é diretor de transportes do DER, pediu a palavra aqui o sr. Sérgio Belezza.

SR. SÉRGIO BELEZZA – Gostaria somente de saudar os Srs. Deputados, o coordenador e o relator, o sr. Paulo Julião e o sr. Nabi Chedid, por um projeto de lei que eles dois encaminharam hoje à Assembléia Legislativa para tornar o dia 20 dia do Turismo do Estado de São Paulo. Isso enseja uma comunhão de interesses que, por certo, trará benefícios muito grandes. Parabéns aos Srs. Deputados.

Gostaria, também, de saudar o sr. Olavo Reino Francisco, meu amigo, ao Dr. Demétrio, ao sr. Jarbas, ao sr. Leonel Rossi, que foi presidente, inclusive, da Abav e o sr. secretário que eu respeito e admiro muito, que é o Secretário de Recuperação de Bens Culturais, que é o sr. Emanuel Von Loveinstein Massarani. É uma das grandes competências em matéria de arte e tenho certeza que o Governo do Estado de São Paulo está muito bem servido com um secretário desse nível.

Mas, voltando rapidamente, é preciso se falar em Embratur com alguns problemas. Antes e depois da Lei do Sarney, desse emaranhado de leis federais que existiam antes, durante e depois, disposições que vieram e que, na semana passada, estive em Brasília, de forma a enxugar e pôr em prática aquilo que, realmente, deve ser adotado. Ou por praticidade ou por necessidade da lei em ser modernizada, porque, muita lei, às vezes, acaba atrapalhando. Quando assumi, encontramos uma Embratur, em São Paulo, com um problema seriíssimo. O que o Sr. Jarbas falou é verdade. Para se fazer uma fiscalização nos municípios da cidade

de São Paulo não é fácil. Não podíamos, portanto, continuar naquele sistema. Se não fazemos hoje, a cobertura no setor de transportes rodoviários, incluídos o fluvial e o marítimo, é porque estamos esperando a atualização da lei que será feita, não tenham dúvida alguma, de forma conveniente e honesta. Temos que nos adaptar à situação atual, para que tenhamos um setor reestruturado e, sobretudo, capacitado, e isto agora está começando a ser feito. O trabalho do coordenador de turismo está fazendo com que os seus delegados, espalhados em todo o Estado de São Paulo, possam ter um treinamento e, amanhã, vamos desenvolver a descentralização de atividades de forma que possamos ter, ao todo, um trabalho efetivo. Quero cumprimentar o sr. Jarbas e dizer que ele tem uma participação muito grande. Apenas temos que ver os dados compatíveis com possibilidade de se fazer. É melhor esperarmos para fazermos algo feito, do que se fazer às pressas de forma desonesta, com facilidades vendidas e, na maior parte das vezes, com a conivência daqueles poucos interessados. Por que as transportadoras e as agências de viagem não se unem às suas associações e denunciam essas atividades ilegais? É uma forma de nos ajudar, também, a moralizar. E aqui vai um desafio, em vez de somente apresentarmos os resultados negativos, vamos nos unir às entidades que são profissionalmente bem constituídas e, por meio delas, da Secretaria de Esporte e Turismo, do Sr. Delegado da Coordenadoria, exercer uma fiscalização e atuar na hora certa. Muito obrigado.

SR. SÉRGIO BELEZZA – Eu só queria terminar dizendo o seguinte, eu queria propor à Casa, por aclamação, que constasse um voto de louvor pelo fato dos Srs. Deputados citados terem feito esse projeto de lei.

SR. PAULO JULIÃO – Antes de dar a palavra ao sr. Dagoberto, pediria, por gentileza, ao Dr. Demétrio e ao Dr. Olavo, que já fizeram as suas palestras, que cedessem lugar à Mesa ao próximo debatedor, que é o Dr. Massarani. Gostaria de convidar, também, o sr. Virgílio, que é coordenador do Turismo do Estado e dizer

que o último palestrante, o sr. Leonel Rossi, da Abav, já está aqui presente. Na seqüência, o Dr. Dagoberto Gonçalves, diretor de transporte do DER, fará o contraponto às palavras do sr. Leonel. Mas, antes disso, queria passar uma informação aos senhores. Embora, hoje, a temática seja turismo e serviços, o Fórum São Paulo Século 21 se compõe de todos os temas de interesse da sociedade. Educação, saúde, segurança pública. E, entre outros, tem o seminário que é o Pacto Federativo, que é a questão da representação de São Paulo no cenário da política nacional. Com a palavra o r. Dagoberto Gonçalves.

SR. DAGOBERTO GONÇALVES – Quero agradecer ao convite e parabenizar todos da Mesa, inclusive os Srs. Deputados Nabi Chedid e Paulo Julião. A área de transportes do DER cuida de sistema regular e parte de fretamento. De turismo não. Apesar do decreto citado pelo sr. Jarbas, é um decreto antigo, de 1989, não foi revisto e tem uma série de coisas erradas nele. Eu concordo plenamente. E que o DER não atua. Por exemplo, planilha de custo o DER não exige das empresas de fretamento e nem de turismo, porque turismo não está relacionado com o DER. Este é um item que o DER não tem que interferir. A parte de fretamento do DER é apenas uma forma que o Estado tem de regulamentar alguma coisa para que não interfira no sistema regular, e vice versa. Quanto ao rodízio, hoje ele é só Municipal. Aí, caberia uma pressão em cima da Prefeitura do Estado. A parte de Vans, aceitas como microônibus, no DER não é assim. É apenas para efeito de tributação, de IPVA, e que o Detran classifica assim. Mas o DER não aceita, porque tem uma Resolução do Contran nº 811, que define o que é microônibus e seguimos essa resolução.

Em relação ao Decreto de 1989, quando entrei no DER encontrei uma série de necessidades dentro da área de transportes. A finalidade do DER, em São Paulo, é construir estradas. Transporte coletivo é uma parte menor dentro do DER. Mas, em função disso, encontramos uma série de dificuldades. E uma delas é a do fretamento. E contratamos uma empresa de consultoria que realizou uma série de

levantamentos. E estamos contratando, neste ano, uma empresa que fará um estudo no Estado todo. Em função disso, provavelmente, quando este estudo estiver pronto, vai haver uma proposta de revisão dos decretos, tanto o 912, que é de fretamento, quanto o 913 que é do sistema regular, que também é obsoleto. Esse é um ponto que o DER precisava fazer e que está fazendo.

Também estamos licitando um sistema de terceirização da fiscalização. Esse edital vai ser colocado na praça até o final desse mês e para dar força, justamente, aos nossos fiscais, que estão hoje com a idade média de 64 anos, para que se possa ter um suporte de fiscalização terceirizada, em que se tenha uma tecnologia implantada. Posso afirmar que esse tipo de comportamento, aqui colocado pelo sr. Jarbas, não existe mais nos nossos fiscais.

O DER também não exige previamente a lista de passageiros. Quem exige é o DNER. Só exigimos que se tenha um pré-contrato, no caso de uma fiscalização maior, onde esse transportador tenha a garantia de que não está fazendo serviço clandestino. E o grande problema do DER e do DNER é coibir o transporte coletivo. E o DER tem feito isso. Apreendemos uma média de 300 veículos, entre Kombis e ônibus, clandestinos por mês. É um volume significativo, considerando-se que temos 54 fiscais no Estado. E isso funciona muito à base de denúncias de órgãos de classes, de sindicatos e tem dado um resultado razoável.

Outro ponto citado é a diferenciação de cores entre fretado e regular. Há uma mistura muito grande e isso eu concordo. Isso é do Decreto n.º 912 e o DER jamais cumpriu isso. Em 1993, o Sindicato de Fretamento do Estado de São Paulo entrou com uma ação na Justiça contra o DER para que ele atuasse dessa forma, para que fizesse a diferenciação de cores dentro das empresas. Esse assunto foi para a Justiça e só foi julgado no final desse ano e, realmente, o jurídico do DER entendia que precisava haver uma decisão judicial. A partir da citação do DER, vamos fazer uma diferenciação de cores entre empresa regular e empresa de fretamento. Neste mês, estão sendo publicadas, no Diário Oficial, 2000 multas contra as empresas regulares. Este é o trabalho de um trimestre. Empresas fretadas e regulares. Isso

significa que estão sendo autuadas todas as empresas que estão cometendo qualquer irregularidade. Pode ser do serviço fretado ou não.

A nossa intenção é tornar o DER muito mais ágil e eficiente. À medida que se apreende um perueiro, um empresário de ônibus clandestino, é óbvio que ele vai procurar todos os canais, inclusive o político, para poder soltar aquele veículo. No DER ainda não aconteceu nenhum fato de ter que se soltar um veículo por pressão política. O que ocorre, justamente, é que esse empresário de ônibus clandestino está ligado a um prefeito do Interior.

Então, esse prefeito liga questionando e explicamos os problemas técnicos e jurídicos. Então, o prefeito entende e não pressiona mais. Fiscalização de frota, realmente o DER não faz. O DER credencia profissionais para a empresa. Esse profissional para ser credenciado tem que ter experiência, tem que ter currículo, cursos, formação para aquela atividade. Então, a vistoria mecânica o DER só faz naquele momento. Na renovação dos certificados, as empresas já têm os funcionários credenciados junto ao DER. De qualquer forma, a nossa intenção é, justamente, a revisão do decreto, ouvir toda a sociedade. Basicamente era isso. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Atendendo ao pedido, com a palavra o sr. Jarbas.

SR. JARBAS FAVORETTO – Em primeiro lugar, esqueci de registrar que trabalhei com o atual secretário dos transportes do Estado de São Paulo, o sr. Michael, nos idos de 1970, ele é altamente competente, honesto, correto, é uma figura humana espetacular. E só poderia acreditar que, com a ida do Sr. Michael para a pasta, ela só iria melhorar. E o primeiro trabalho do realizado por ele foi o de cuidar das estradas. Queria deixar registrado aqui, na presença de todos, que não posso falar em nome do secretário do Estado, o sr. Marcos Arbaitman, porque o representante dele está aqui, o Dr. Virgílio de Carvalho, mas em nome dos

companheiros do trade, quero abrir uma linha direta, uma linha vermelha entre eu e o senhor, na secretaria.

Eu só queria a sua concordância para que nós, sem interferirmos no trabalho um do outro, abríssemos um canal de boa vizinhança e, dependendo do assunto, as associações e os sindicatos poderiam ser convidados para que adiantássemos algo dentro da revisão. Assim como tem coisa na lei que não é respeitada, não vejo por que podemos fazer algo que não está na lei.

SR. DAGOBERTO GONÇALVES – Acho isso muito importante. Somente conversando pessoalmente é que conseguiremos resolver os problemas.

SR. PAULO JULIÃO – Antes de iniciar a palestra do sr. Massarani, queria pedir meio minuto para darmos uma recomposição na Mesa e pedir a presença à Mesa, primeiro do Dr. Alexander, debatedor da palestra do Dr. Massarani, que é diretor presidente da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e Professor da USP, e convidar também o sr. Leonel Rossi, que fará a última palestra. E convidar, também, o sr. Aristides de La Prata, do São Paulo Convencion, para próximo debatedor. Gostaria de lembrar aos senhores palestrantes que permanecessem no plenário, porque, ao final da palestra, haverá o debate com as perguntas dirigidas aos debatedores. Relembrar, mais uma vez, o preenchimento da ficha cadastral para a emissão do certificado de presença dos senhores. Lembrar, também, que haverá sorteio de ingressos para os parques temáticos e serão oferecidos. Com a palavra o sr. Massarani, secretário especial de recuperação de bens culturais, para as suas considerações.

SR. EMANUEL VON LOVEINSTEIN MASSARANI – Nobre Deputado Paulo Julião, nobre Deputado Nabi Abi Chedid, Pensando em São Paulo é um dever da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado, do Poder Judiciário e, sobretudo, de todos nós cidadãos paulistas. Parabéns, pois, à iniciativa de pensar, para esse

século que estamos iniciando e com uma reflexão, sobretudo, Srs. Deputados, do nosso passado para podermos projetar o nosso futuro. Às vezes, quando se fala em recuperar e preservar os bens históricos e culturais de uma comunidade, algumas pessoas se perguntam: “Mas, por que dar tanto valor ao passado? Gastar tanta energia e dinheiro com algumas velharias e ruínas? Não seria melhor nos preocuparmos com os problemas do presente? Com os projetos do futuro?” Entretanto, se lembrarmos que a sociedade é um organismo vivo, tão vivo como nós, indivíduos, a perspectiva pode ser outra. Afinal, a nossa identidade pessoal é a memória que temos de nós mesmos.

Somos, hoje, a consciência de todos os fatos que nos aconteceram durante a vida. Alguém que perde a memória, o seu passado, perde também a sua identidade. É o estado de amnésia, doença gravíssima, do ponto de vista psicológico e emocional. Para quem se esqueceu do seu passado, o presente é um pesadelo e o futuro, um mistério. Talvez, uma ameaça. Para o indivíduo perder o seu passado, significa perder todas as suas referências pessoais, familiares, sociais e culturais, perder uma vida. Para a sociedade, perder os elementos materiais e imateriais que testemunharam a sua evolução, é perder o respeito pelos cidadãos e lhes negar o mais fundamental direito de cidadania: a sua história.

A nossa memória pessoal é feita de lembranças que se apagam no tempo, se não fossem reavivadas por algum objeto. Por uma foto antiga ou por um documento reencontrado, por acaso, no fundo de um baú ou de uma gaveta. A memória social e cultural, a preservação dos bens artísticos, culturais e ambientais, entretanto, não pode ficar relegada ao acaso. A sua recuperação e conservação devem ser obrigação dos governos esclarecidos que sabem que o presente traz o passado em seu bojo e que o futuro começa agora. Exatamente, dentro desta ordem de idéias, que o Governador Mário Covas, em vista das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil e em vista dos 2.000 anos de cristandade, resolveu criar em 8 de dezembro de 1997 um programa de recuperação de bens culturais, artísticos e ambientais. Entre as funções mais importantes, diz o art. 2.º,

do decreto de V. Exa., o programa tem por finalidade criar mecanismos para o resguardo, a recuperação, manutenção e revitalização de bens móveis e imóveis, cujas características principais sejam o valor histórico, artístico, cultural, social ou ambiental, que estejam ou não protegidos de tombamento de qualquer natureza.

A nossa secretaria cuida dos bens dos municípios. E colabora mais ainda com uma inovação total, dos bens dos particulares. O Estado não vai socorrer em forma de dinheiro esses particulares. Nós ensinamos como pescar. Não damos o peixe. E, para isso, usamos os incentivos fiscais à cultura. Tanto no âmbito federal, a chamada lei Rouanet, que substituiu a lei Sarney, a lei Alink do Estado e a lei municipal chamada lei Mendonça. E estamos estimulando todas as prefeituras do Interior para que criem as suas próprias leis e incentivos fiscais para ajudar. A Prefeitura de Itatiba criou uma lei específica, com um desconto bastante tentador dentro do IPTU municipal. Essas medidas servem para conscientizar o nosso cidadão, os nossos dirigentes a preservarem a sua memória. As nossas ligações com as demais secretarias têm sido contínuas para fazermos programas em conjunto.

Não há necessidade de guardarmos feudos. Em outros governos, sentíamos que cada secretaria tinha o seu feudo. No Governo do Sr. Mário Covas posso atestar que isso não tem acontecido. Sobretudo na nossa área, em que fornecemos e ajudamos na elaboração de projetos, na fiscalização de obras, no acompanhamento de obras e na intensificação dessas obras para salvarmos o patrimônio. Este tipo de parceria tem sido feito no Interior. Vejo aqui, com prazer, a Prefeita de Ilha Bela, com quem fizemos um protocolo. Hoje temos 77 protocolos e intensificamos levantamentos. Nossas equipes estão no Interior. Temos uma pequena equipe de 35 pessoas que são arquitetos, historiadores, técnicos, exatamente para fazerem esses levantamentos sempre em conjunto, porque a parceria tem que ser total. Então, os prefeitos nos fornecem as plantas, colocam os seus engenheiros e arquitetos em colaboração com os nossos.

E nós temos a visão clara de como deve ser restaurado esse ou aquele monumento histórico ou edificação que mereça ser restaurado. Como bem diz o decreto, não é só o patrimônio histórico tombado. É o que o bom senso diz que deve ser preservado. As nossas ações não se limitam somente a móveis e imóveis. A memória vai muito mais longe. A iconografia de São Paulo tem se perdido. E nós temos encontrado documentos históricos da maior importância e que estão abandonados. E estamos com uma equipe restaurando esses documentos.

Uma equipe nossa, em conjunto com a Unesp, está fazendo um grande levantamento sobre partituras musicais do Vale do Paraíba. Nós descobrimos recentemente que o chamado “Barroco Mineiro”, e eu contexto esta palavra, porque no Brasil não tivemos uma época barroca, tivemos, sim, uma época colonial, e a nossa arquitetura é colonial e a nossa música é colonial, mas tivemos a grata surpresa de encontrar que muito dos mestres musicais de Vila Rica, são oriundos do Vale do Paraíba. Portanto, paulistas.

Na Região de Itu, outra equipe fez um levantamento maravilhoso sobre os mestres de capela da matriz de Itu. E conseguimos, recentemente, interessar uma gravadora a gravar estas peças musicais. Um grupo de São Paulo estará indo, ainda este ano, para a Europa, para fazer uma série de concertos com a música antiga paulista. E o primeiro concerto será oferecido ao Santo padre este ano, ainda.

Temos a parceria, sobretudo, das universidades. Temos convênios com a USP, com a Uniso, Universidade do Vale do Paraíba, com a FAAP, com a Universidade Mackenzie e com a Universidade São Judas Tadeu. Ao todo, 80 estagiários trabalham conosco em todo o Estado de São Paulo. Tudo isso é feito como? Com a iniciativa privada. A iniciativa privada está se conscientizando paralelamente ao nosso cidadão, de que preservar a memória é um grande ato de cidadania. Então, temos tido a oportunidade de verificar que as comunidades estão participando.

Na cidade de Rio Claro, para recuperarmos o Museu do Eucalipto, por exemplo, teve uma mercearia local que nos ofereceu a restauração de 20 janelas e portas. Isso tudo diminuiu o custo. Não estamos à busca de dinheiro para essas restaurações, mas de serviços. O empresário se sente altamente gratificado quando vê que está colaborando. Assim foi feita a Estação Júlio Prestes até a criação da Sala São Paulo, que a Secretaria da Cultura teve que investir gastos especiais. Mas, a sua recuperação como Estação, os seus vitrais, os seus salões foram feitos por meio de manifestações sociais, culturais, em que as pessoas assumiam a responsabilidade de etapas para a sua restauração, o que barateou muito o custo dos investimentos.

Há outro fator que é utilizado por nós, é quando desmanchamos uma edificação que não tem, de fato, conserto. Todos os tijolos, portas, janelas, telhas são restaurados, recuperados em depósitos que temos espalhados pelo Estado, exatamente para serem aproveitados. Neste curto espaço de tempo, já foram restaurados e instalados, dentro do outro programa que iniciamos, por solicitação do Sr. Governador, os museus ferroviários. Cinco mil e tantos quilômetros de estradas de ferro, uma arquitetura das estações maravilhosas. Toda essa história estava se perdendo em face da problemática da privatização. Então, o Museu da Companhia Paulista, em Jundiaí, está totalmente restaurado e foi um dos primeiros eventos que o Sr. Mário Covas participou no início da sua primeira gestão.

Em Sorocaba concluímos o Museu da Estrada de Ferro Sorocabana. Em Campinas, em conjunto com a Associação Brasileira da Memória Ferroviária, estamos restaurando e instalando uma linha de 36 quilômetros, o Museu da Companhia Mogiana. Estamos nos preparando para reunir material histórico da Estrada de Ferro São Paulo – Minas, que terá a sua sede, o Museu em Ribeirão Preto. Finalmente, um em Araraquara. Em todos esses não foram feitos gastos pelo Governo, tudo foi feito com a iniciativa privada.

Em São Paulo, a Casa da Solidariedade, sede de uma ação social que a primeira dama do Estado, a Sra. Lila Covas, vem efetuando na região dos Campos

Elíseos, onde se reúnem mais de 300 crianças diariamente e umas 100 pessoas da terceira idade. Essa antiga casa era dos barões do café. Um dos barões mais importantes, o chamado barão do Itaim. Hoje, está totalmente restaurada. Já apresentamos ao Deputado José Aníbal o projeto de restauração, inclusive, do Palácio dos Campos Elíseos. O Memorial Emílio Ribas, antiga casa de recuperação de doentes da febre amarela, exatamente no núcleo do Hospital das Clínicas, a sua primeira foi concluída no ano passado, graças à colaboração de laboratórios farmacêuticos. E a segunda fase está em andamento.

Em Santos, em janeiro, entregamos o santuário de Santo Antônio do Valombo. Um documento histórico de 1640, pertencente à Ordem dos Franciscanos. Em Iperó, a casa da administração da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, construída em 1810 por um engenheiro sueco, em que D. Pedro II foi por três vezes hóspede, acaba de ser totalmente restaurada numa colaboração que obtivemos e de um convênio que temos com o Ibama e com a colaboração financeira da Petrobrás e do Consórcio que explora o gasoduto Brasil – Bolívia. A Usina de Energia Elétrica da antiga Fábrica Ciané, em Sorocaba, também está hoje concluída. E, temos 77 obras em andamento. Para falar em Ilha Bela, acabamos de apresentar o levantamento completo e o projeto de restauração da antiga Prefeitura, onde está instalada a Casa da Cultura. E, a atenção da solicitação tanto do Legislativo quanto do Executivo de Ilha Bela, está se completando todo o projeto de restauro da antiga Casa da Câmara e Cadeia. A valorização do patrimônio histórico é importante desde que esse patrimônio venha a ser utilizado, após a sua recuperação, em benefício da comunidade. Isso tem sido uma preocupação. A valorização do patrimônio histórico passa, sobretudo, por uma divulgação exercida com grande apoio do turismo, que chamo de turismo cultural. Por isso, felicito a Assembléia por esta iniciativa. Imediatamente, temos que criar correntes específicas para que os imóveis a restaurar, ou os restaurados, sejam objeto de visitas organizadas por parte do público interessado no turismo.

Temos no Vale do Paraíba, na cidade de Lorena, o Centro de Informação Turístico, Cultural e Rural do Vale do Paraíba. Qualquer viajante que for para o Rio, ou que vier do Rio, ou que vá de Minas para aquela área da Dutra, encontrará um serviço que pode informar todas as facilidades turísticas que o Vale oferece. Temos feito algumas viagens, quase que missionárias, sobretudo em paralelo com a Sutaco, a Secretaria do Trabalho. A Sutaco faz um trabalho maravilhoso junto aos artesãos. E, nestes lugares ermos do Vale do Paraíba, da Mogiana, e tudo o mais, estamos incentivando a que o turista que visite este patrimônio, conheça o *atelier* do nosso artesão. A mão bendita do povo brasileiro é fabulosa! Ainda recentemente, quando fui para a Suécia, onde tenho parte dos meus filhos, a Rainha Sílvia estava decantando algumas colchas que um dos meus filhos havia trazido do Vale do Paraíba. Poderá ser uma coisa folclórica contar isso, mas como brasileiros e como paulistas, podemos nos orgulhar, porque a obra de um artesão anônimo está, hoje, sendo usada pela família real sueca.

Nessas viagens ao Interior, sempre perguntamos ao artesão, que ajuda até a restaurar a capela ou a fazenda local: “Sua esposa lhe ajuda? Seus filhos lhe ajudam? O senhor tem uma broa e um cafezinho?” E eles respondem: “Não senhor. Nós somos pobres.” E, então, respondo-lhes: “Todo comprador de artesanato gostaria de experimentar as suas guloseimas locais. Isso aumentaria o seu salário mensal.” Isso chama-se economia informal. E, no momento tão difícil que o Brasil está passando, devemos colaborar nesse sentido.

Temos em estudo, para a região de Itatiba, a criação, também, de um centro de informação turística, cultural e rural da região das águas. Já está funcionando a todo o vapor o roteiro das fazendas históricas da Região de Limeira. Temos um percurso com a fazenda Santa Gertrudes, a Fazenda Ibicaba, em Cordeirópolis, a Fazenda Morro Azul, onde D. Pedro II lá esteve duas vezes, a Fazenda do Quilombo, em Limeira e a Fazenda Citra.

Como os senhores vêem a diversidade da nossa ação é propositadamente para atender às várias demandas. Deixei por último para falar onde se busca a mão-

de-obra, autorizado pelo Governador, o sr. Mário Covas, estamos numa experiência altamente gratificante. Estamos usando 680 educandos do sistema penitenciário de São Paulo. Na maioria das obras que estamos trabalhando, usamos os reeducandos do regime semi-aberto. Posso garantir aos senhores que não tive um dissabor. O convênio nosso com a Funap tem sido de grandes resultados, e a cada dia trabalhado ele tem a remissão de um dia e a cada três meses ele recebe, de nossa parte, um certificado de habilitação artesanal que possibilita a sua reintegração na sociedade ao final de sua pena. Dos 44 soltos, de novembro do ano passado aos nossos dias, temos 32 presidiários já com emprego fixo, evitando, assim, um possível criminoso novamente porque as portas lhe estavam fechadas.

Eu queria agradecer a atenção e pedir dois minutos para passar um vídeo feito pela TV Globo sobre a participação desses presidiários na recuperação do patrimônio histórico do Estado.

SR. PAULO JULIÃO – Enquanto se prepara o vídeo, os nossos cumprimentos pela brilhante palestra do Dr. Massarani. Ouviremos, agora, o sr. Alexander, diretor presidente da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul e professor da USP, para fazer o papel de debatedor.

O SR. ALEXANDER – Srs. Deputados, sr. Paulo Julião e sr. Nabi Chedid, respectivamente coordenador e relator deste seminário, Dr. Emanuel Von Loveinstein Massarani, secretário do Estado de Recuperação de Bens Culturais, minhas senhoras e meus senhores, resta pouco a falar após a palestra do Dr. Massarani, porque ele já conseguiu resumir basicamente tudo. Todavia, gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos nos 10 minutos que me cabem. Em primeiro lugar, gostaria de chamar a atenção para o fato de que os bens, o patrimônio histórico, na verdade, é um conceito um pouco estreito. Efetivamente, o rótulo é importante neste caso. O rótulo que a própria secretaria extraordinária, que o Dr. Massarani dirige, é um rótulo muito mais bem adequado. Efetivamente,

patrimônio cultural não é apenas o construído, como também, elementos imateriais, como a nossa própria memória. Na verdade, há uma tendência muito grande, em nível internacional, em relação a musealização dos lugares da memória. O que significa que os museus deixam de ter aquela visão própria do século XIX, e os lugares da memória, isto é, o meio ambiente e os próprios espaços urbanos, passam a poder ser musealizados. Isto significa que podemos pensar em roteiros de musealização de espaços urbanos, que possam refletir a trajetória histórica, social e cultural de uma comunidade, de uma sociedade.

O Dr. Massarani já colocou isso. De qualquer modo, tenho a impressão de que o Brasil não descobriu adequadamente, ainda, o fato de que a recuperação de bens culturais é uma alavanca fortíssima para a questão do turismo e da indústria turística. Vários países da Europa recebem um fluxo de turistas porque, em primeiro lugar, possuem bens culturais devidamente preservados e que podem ser mostrados. Não é o nosso caso de forma geral, ainda, infelizmente.

A recuperação da Estação Júlio Prestes serve como modelo extremamente interessante. Mas, em termos nacionais, o Brasil ainda não descobriu este filão. De qualquer forma, a recuperação de bens históricos precisa de uma ação mais integrada por parte das comunidades. Nisso incluiria a noção de parceria, não apenas da iniciativa privada, mas nas várias esferas do poder público.

Há programas da União Européia, fundação que tenho o prazer de dirigir, e que está pendurada em dois programas da União Européia. Um sobre a preservação de bens culturais, históricos e há um projeto correlato referente à recuperação de espaços urbanos. Isso não é casual, que a União Européia tenha desenvolvido programas dessa natureza e tenha aceitado parcerias de cidades da América Latina. Não todas, evidentemente.

Entretanto, esta visão que a própria União Européia acaba inserindo em termos de parceria com a América Latina, sinaliza o fato de que a recuperação urbana, o fato de se deter degradação de certas faixas urbanas, podem, não apenas atender a questão da preservação, da musealização da memória, mas, ao mesmo

tempo, atender, e muito bem, a questão da indústria turística. Será um *plus* para exibir. Gostaria de colocar duas questões ao Dr. Massarani. Um deles é um problema que tem efetivamente atingido muitas comunidades e muitas esferas do Poder. É a questão referente à legislação sobre tombamento de patrimônio histórico.

Gostaria de levantar dois temas, portanto. O primeiro, é a questão dessa legislação e os obstáculos colocados por esta legislação para a própria preservação do patrimônio histórico do construído. E a segunda questão é a respeito da possibilidade de capilarizar, mais ainda, esta cooperação de iniciativa privada e poder público, até municipal, do Estado de São Paulo, para a preservação e recuperação dos bens culturais.

SR. EMANUEL VON LOVEINSTEIN MASSARANI – No mês de dezembro estive na Europa e tive a oportunidade de ir a Bruxelas e ter contatos, numa palestra que fiz, sobre os projetos que o Governo de São Paulo está desenvolvendo. Partiu, inclusive, desta reunião nossa, o interesse de secretários de Estado de Bens Culturais Europeus, de virem a São Paulo após os levantamentos que estaremos mandando nos próximos dias, ou até o fim do mês, para a Comunidade Européia. Cada país se demonstrou interessado em participar da comissão dos bens que, eventualmente, as suas comunidades tiveram participação nos séculos passados. Assim, por exemplo, a Espanha gostaria de participar de um projeto de recuperação dos fortes que foram criados ao longo do território paulista e que foram construídos na época do domínio espanhol, entre 1580 e 1640. A Inglaterra mostrou desejo de colaborar para a recuperação de algumas ferrovias. E a recuperação de muitas locomotivas a vapor, que estamos conseguindo guardar com muita dificuldade.

Os suecos que participaram da construção da primeira fábrica de aço, de ferro, no Brasil, em Iperó, estão interessados em participar com uma soma vultosa, para recuperar todas as edificações que existem. A Oficina das Armas Brancas já foi recuperada por nós e está sendo usada para eventos musicais, de balé e de

lançamentos de produtos. Só que existem mais três ou quatro edificações imponentes em Iperó. Poderemos trabalhar num projeto de ecoturismo e, logicamente, com essa parceria, federação, União, Estado e o Município de Iperó. Os italianos também querem colaborar.

Os alemães também, na região e Rio Claro. E a União Européia, sem dúvida, poderá dar uma grande alavancada a essa proteção ao patrimônio histórico. No que tange às legislações protecionistas, elas são de mais de 50 anos. Acredito e tenho algumas sugestões a fazer, e espero que os nobres deputados aceitem essas sugestões num futuro muito próximo para incluírem na sua análise Pensando o Século 21 em São Paulo, algumas modificações sérias em favor de um benefício comum, que são os nossos bens culturais. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Passaremos, agora, o vídeo.

(o vídeo é passado)

SR . PAULO JULIÃO – Um bom exemplo de como junta a recuperação cultural com a recuperação dos nossos infratores. Partindo, agora, para a última palestra, o sr. Leonel Rossi, diretor internacional da Abav, que falará sobre a organização do turismo receptivo e que terá, depois, como rebatedor o sr. Aristides de La Prata Cury.

SR. LEONEL ROSSI – Srs. Deputados, senhoras e senhores, o que seria turismo receptivo ou a organização desse turismo? Vamos pegar um exemplo de uma pessoa que esteja chegando na cidade de São Paulo, individualmente. Por acaso, essa pessoa chegou de avião no aeroporto de Guarulhos. Essa pessoa precisava de informações sobre a cidade de São Paulo. Será que essa pessoa conseguiu folhetos? Ou será que acessou a Internet? Começou, aí, o turismo receptivo dessa pessoa. Desembarcou, então, no aeroporto e queria mais alguma informação. Queria um quiosque para informações turísticas. E, em Guarulhos,

temos esse quiosque. Essa pessoa poderia tomar um táxi ou um serviço de uma empresa de turismo, uma Van ou um carro para levá-la até o hotel. Esse táxi era bom, essa pessoa teve opção de escolha. Tudo isso é o turismo receptivo. Se uma agência de viagem mandou um veículo ir buscar essa pessoa e ela seja estrangeira, esse guia registrado, fala a língua necessária para atender essa pessoa. Quando chegou no hotel, os funcionários desse hotel estão preparados profissionalmente para receber essa pessoa. Tudo isso faz parte. Toda essa organização, por exemplo, o Serviço de Apoio ao Turismo, Segurança ao Turista, transporte turístico, patrimônio histórico, tudo isto faz parte do receptivo. É se atrair uma pessoa a uma cidade como São Paulo. Se esta pessoa estiver em um grupo, que pode ser um grupo de evento, chamado de grupo fechado, ou um grupo de excursão, teremos também esses mesmos esquemas.

Um exemplo que podemos dar e que está aí é a Fórmula 1 em São Paulo. E é um evento que demonstra que na cidade de São Paulo estamos bem como um turismo receptivo. Toda essa estrutura que é montada, aliás, muito bem montada todas as vezes que temos corrida aqui, é uma estrutura que não fica a dever nada em qualquer outro país do mundo. Junto com toda essa parte de transportes, de hotelaria, são feitos eventos paralelos. Tem-se, nos dias de corrida, nenhuma cidade do mundo tem esse número, dezenas de helicópteros que transportam as pessoas à corrida. É, em verdade, que isso acontece aqui, porque temos algum problema com o transporte viário. Temos uma parte da legislação que existe sobre o turismo receptivo, mas que, em alguns casos, ela não é cumprida e prejudica enormemente quando se quer fazer com que o turista, o viajante, o usuário seja bem tratado. No caso, por exemplo, de transporte urbano, ônibus, ou automóveis, há uma concorrência predatória daqueles que não têm esses registros. E as autoridades governamentais pouco têm feito para coibir isto e o turista, às vezes, é muito mal atendido. Algumas vezes, por um preço um pouco mais barato, e, às vezes, com problemas de segurança. Porque não se coíbe, não há uma fiscalização em cima dessas pessoas que não têm registro.

O Estado de São Paulo não é um Estado que receba o turismo internacional, como o Rio de Janeiro, a Bahia, o Paraná, Santa Catarina. Mas, temos cidades praianas, como Guarujá, que os argentinos gostam muito. Então, temos aquele turismo daquelas pessoas que também o fazem com automóvel. Será que essas cidades do litoral, e hoje as do Interior, estão preparadas para ter esse turismo receptivo? A iniciativa privada cumpre muito bem com as suas obrigações, as agências de viagem, os hotéis, os guias turísticos, um pessoal muito bem equipado.

Na parte do Governo, no Estado de São Paulo, durante muitos e muitos anos, a coisa foi de mal a pior. O apoio governamental, praticamente, não existia. Tínhamos uma secretaria de turismo que era um verdadeiro cabide de empregos. De uns tempos para cá isso tem melhorado,mas não é o ideal. Longe disso. Mas, pensamos que poderá melhorar muito. O Estado de São Paulo é muito rico. Tem uma série de instâncias muito interessantes para o turismo. Entendo que o Governo precisa olhar mais, se aprofundar melhor para que tenhamos essa organização do turismo receptivo, que é um todo. No Brasil,temos locais em que o receptivo é tão bom como os melhores lugares do mundo. Mas, a idéia é melhorar. Era isso que tinha a dizer e deixo aqui para o debatedor colocar mais alguma questão. Obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Completando, então, as nossas palestras, o sr. Aristides de La Prata fará o papel de debatedor desse tão importante tema, organização do turismo receptivo. Antes, gostaria de registrar aqui uma presença muito importante, a da sra. Eunice, que é secretária da Presidência da Assembléia Legislativa de Sergipe.

SR. ARISTIDES DE LA PRATA CURY – Um empresário, que também é uma liderança conhecida, o sr. Tasso, costuma dar um exemplo. Uma vez, a filha dele quis comprar um pacote de viagens para Campos do Jordão, e, na agência de turismo do sr. Tasso, havia um folheto vendendo Campos de Jordão nas agências de viagem. Exatamente, os organizadores quiseram que começássemos a

organização de turismo receptivo pela ponta, que é a venda. O agente de viagem tem que ter um produto para vender. Para ter um produto para vender, tem que se organizar em parcerias para o que é simplesmente uma atração turística se torne um produto turístico. A organização mundial de turismo diz que no destino, o visitante conjuga quatro verbos: dormir, comer, comprar e visitar. É isso o que o visitante faz no destino. Ao conjugar esses quatro verbos, o visitante se desloca pela cidade. Ao se deslocar pela cidade, ele quase que se mistura com o habitante permanente da cidade. Ele que é um habitante provisório. Então, esse visitante acaba sentindo os serviços públicos que a cidade oferece e tem aquele contato com a população.

SR. ARISTIDES DE LA PRATA CURY . Na verdade, em enquanto outros setores da atividade econômica a parceria é desejável, no turismo a parceria é essencial. Sem ela não conseguimos fazer uma atração turística. A questão da organização do receptivo no destino, porque, na verdade, o turista visita um local, não visita um país. Visita um local. O PMMT procura organizar o receptivo em torno de conselhos municipais de turismo, porque é uma maneira de se começar a criar o espírito da parceria no destino. Aquele conceito de que “um hotel só não faz o destino”, “um centro de convenções só não faz um destino”, “um bom restaurante só não faz o destino”. Mas, o PMM é uma condição necessária, porém não é suficiente. Passo a palavra para o sr. Virgílio.

SR. PAULO JULIÃO – Com a palavra o Dr. Julião.

DR. – Só queria fazer um adendo que o agente de viagem está para ganhar dinheiro. E, se não tiver um mínimo de estrutura que seja ofertada para ele acontece como numa metrópole como São Paulo, para poder ter um *tour* pela Cidade tivemos que fazer um acordo com a Secretaria e a Continental Lines para ter um ônibus. Todas as agências de receptivos, em São Paulo, que colocam ônibus,

Vans maravilhosas, fracassaram e perderam muito dinheiro porque não havia as pessoas para se fazer essa visita.

SR. PAULO JULIÃO – Antes de iniciarmos os debates, o Dr. Virgílio, que é o coordenador de turismo do Estado, fará algumas considerações.

DR. VIRGÍLIO – Foi muito produtivo o trabalho realizado pela manhã e pela tarde. Os agentes de viagem já fizeram muito em chegar aonde chegaram. Mas, agora, já falta pouco. Só falta se valorizar o produto turístico de São Paulo. Ele já existe, são 1.400 somente da área cultural. Já existe a quantidade de pessoas querendo vir a São Paulo.

A empresa Terra Nobre esteve conosco em Nova Iorque, num *workshop* pequeno, somente voltado para a primeira venda do produto São Paulo. Os resultados estão aí. Temos, também, o Cruzeiro Paulista, um trabalho feito pelo Sebrae. Já são produtos acabados. Somente temos que fazer com que o agente de viagem, em São Paulo, maior vendedor de turismo do Brasil, porque vende 40% do que movimenta o Brasil todo, venda mais São Paulo. Acredite que um programa e R\$ 50,00 multiplicado por mil é a mesma coisa que um de R\$ 500,00 multiplicado por 10. E, aí, os transportadores irão nos ajudar nisso. O momento é de somar. Até porque São Paulo não é a busca de um mercado nacional-internacional. O nosso primeiro mercado é São Paulo mesmo. Somos destino do nosso próprio mercado. São paulistas que querem conhecer Campos do Jordão, conhecer Ilha Bela. Temos uma experiência que, em breve, irá ao mercado e mais uma vez o Governo vai se antepor a isso, mas querendo entregar para a iniciativa privada o mais rápido possível, que é um ônibus que faz, diariamente, a volta aos principais circuitos, como forma de transporte. Uma pessoa que sai de São Paulo fica dois dias em Santos, depois vai a Ilha Bela, depois para São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, sobe a São José, Aparecida do Norte, Campos do Jordão, São Paulo. Diariamente.

Estamos falando de um programa de sete dias que pode custar não mais que R\$200,00 divididos com os cartões de crédito.

O Sebrae, hoje, tem um homem da área política, mas que tem uma visão clara do que é formar empreendedores. Até porque a escola do sr. Sérgio nos ajudou muito a formar empreendedores e é isso que vamos precisar fazer. Precisamos de algo para desenvolver o turismo: financiamento a 12%. Afinal, o cartão de crédito, hoje, tem mais de dez milhões de cartões com renda média de R\$700,00. Se essas pessoas tiverem, a 12% ao ano, viajarão sim, com pacotes de R\$50,00 por mês.

Gostaria de colocar esses dados e dizer, mais uma vez, que nós, mesmo o Dr. Marcos, com 30 anos de experiência, estamos sempre aprendendo. Obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Muito importante essa participação do Dr. Virgílio, ele é um homem que atua, praticamente, na parte executiva da Secretaria de Esportes e Turismo, e teria até muito mais a falar sobre o tema de hoje. Muito bem, passamos para a parte final desse seminário, que seriam os debates. E, para isso, queria esclarecer que além dos debatedores que ainda estão aqui na Mesa, ainda se encontram presentes o Dr. Demétrio, da Secretaria da Delegacia de Apoio ao Turista, Dr. Dagoberto Gonçalves, do DER, a sra. Magda, transporte turístico, Prof. Luís Renato, Dr. Luís Bley, cartão de crédito, o sr. Armando, nosso debatedor das montadoras de feiras. Então, está aberta a palavra para que os questionamentos possam ser feitos. E, não esquecer, que o principal objetivo desse seminário é levantar questões que possam depois fazer parte da proposta desse seminário, desse Fórum para o Turismo São Paulo Século 21.

SR. PREFEITO DE JOANÓPOLIS – Boa-tarde a todos. Sou prefeito de Joanópolis e presidente do Fórum de Serras e Águas e, também, conselheiro. Quase todos os segmentos particulares ligados ao turismo manifestaram as suas preocupações e necessidades.

Como presidente do Fórum de Serras e Águas e conselheiro, preocupo-me muito quanto à infra-estrutura turística dos pequenos municípios, principalmente para o recebimento de turistas. Dizendo assim, de Joanópolis que poucos conhecem, que tem um turismo completamente oposto ao Litoral, tivemos agora, neste Carnaval, uma verdadeira enchente de turistas. E não tínhamos, praticamente, nenhuma infra-estrutura para recebê-los. Joanópolis é um local riquíssimo em águas e em meio ambiente. E não temos apoio para preservar aquilo que está sendo invadido pela população paulistana e de outros lugares. Temos notado que precisamos de escolas profissionalizantes na área de turismo e em outras áreas também.

Temos um Município muito pobre financeiramente, mas muito rico em natureza. Gostaria, então, que dentro desse segmento do Fórum Século 21, que as prefeituras, os municípios fossem bem assessorados e recebessem recursos do Governo para que pudessem realmente receber esses turistas e desenvolvessem as atividades de vocações e potencial turístico que temos.

A minha pergunta seria não só para um debatedor, mas para todos e para os Srs. Deputados, que vejam com mais seriedade, digamos assim, a necessidade desses pequenos municípios, porque não temos condições de fazer parcerias com o Estado financeiramente. Financeiramente, precisamos do Estado.

SR. PAULO JULIÃO – Com a palavra o Dr. Jarbas.

SR. JARBAS FAVORETTO – Só queria deixar registrado aqui que o sr. Prefeito esteve na última reunião da comissão e tive o prazer de abraçá-lo porque, como conselheiro do Estado estive lá por dois dias. Como disse ao sr. no dia da reunião, Joanópolis é altamente turística. Aprovamos o Município como de interesse turístico e o senhor. não era ainda prefeito. O senhor foi comunicado desta aprovação. Pedimos uma data para oficializar a entrega. Temos uma companheira, que é presidente da Associação Brasileira de Folclore, a Sra. Neide Rodrigues, que

mora em Joanópolis e ficou no circuito e o sr. Prefeito da sua Cidade, na ocasião, não deu atenção. Exaustivamente liguei àquele prefeito, perguntando se já havia tomado alguma providência para montar um conselho de turismo ou algo assim.

SR. PAULO JULIÃO – Com a palavra o Dr. Virgílio.

DR. VIRGÍLIO – Sr. Prefeito, Conselho Municipal atuante é formado por empresários, pessoas que queiram ganhar dinheiro. Turismo é da iniciativa privada. Governo tem que fazer chegar estrada, saúde, educação, segurança, saneamento. O restante é ganhar dinheiro. Turismo dá dinheiro. A ação comercial é que deve ser assumida. Turismo é todo dia. É cobrar do agente de viagem, do hoteleiro, da transportadora. São eles juntos que fazem.

SR. PAULO JULIÃO – Tenho aqui três perguntas. Duas são da mesma participante, sra. Cândida de Arruda Botelho, consultora para restauro e programação de atividades para turismo histórico e cultural. As perguntas são feitas ao Dr. Massarani. Existe a possibilidade de convênio para a formação das escolas de formação de receptivo, pessoal de apoio nas próprias fazendas? Há entidades ou institutos para isso? E a pergunta é a seguinte: como credenciar entidades ou propriedades de interesse histórico para receber ajuda técnica e apoio para viabilizar o trabalho?

SR. EMANUEL VON L. MASSARANI – Conheço o seu trabalho e o respeito muito como profissional. A nossa Secretaria está num lugar aprazível hoje, que é o Parque da Água Branca, e se a senhora nos fizer uma visita, terá a nossa equipe à disposição para discutirmos esses problemas. Até mesmo porque, essas estruturas que falamos, esse planejamento de roteiros nas fazendas históricas foi feito em combinação com, por exemplo, a Secretaria de Cultura de Limeira. E os resultados têm sido ótimos. O Bank Boston recebe mensalmente 50 gerentes com as suas

esposas que vêm a São Paulo, e durante 10 dias ficam esses gerentes discutindo problemas bancários e para vender a imagem de São Paulo a esses gerentes. Isso, para nós, é um grande esforço. Mas, eles tinham receio de mandar ao Interior, em razão de problemas de infra-estrutura. Hoje, já podemos oferecer esse tipo de estrutura. Engana-se dizer que os estrangeiros que vêm aqui só querem ficar dentro do luxo. É um erro divulgar isso. O estrangeiro vem aqui também para descobrir a genuinidade do povo brasileiro. A simplicidade do nosso homem do Interior. E as fazendas, como se vivia antigamente, é o que se oferece hoje. No Vale do Paraíba nos baseamos muito num convênio que temos com o Centro das Tradições Tropeiras. É uma fundação nacional. Com ele, estamos revelando a gastronomia, que é um bem cultural. As nossas atividades são muito abrangentes. Não ficamos somente na restauração física de um prédio. Tem muito mais do que isso. Então, Dra. Cândida, disponha da nossa equipe. Permito-me dizer ao sr. Prefeito de Joanópolis que estamos às ordens.

SRA. (SÃO CARLOS) – Boa-tarde. Somos de São Carlos. Faço o convite para que visitem a nossa cidade que está sendo estruturada para receber o turista, por iniciativa privada de um grupo de pessoas. Deixarei aqui um mapa, que acredito seja inédito no Interior. É um mapa bilíngüe da nossa cidade, em que temos um guia, com vídeo também. E antes de recebermos o turista, estamos nos organizando. A nossa Cidade tem grandes duas universidades. A USP e uma Federal. Temos uma Fundação Pró Memória que, no momento, não temos um presidente atuante. Somos curadoras e conselheiras da fundação. Queremos trabalhar e não temos como. A Fundação está instalada numa grande estação ferroviária. A propriedade da Fazenda Santa Maria, onde sou diretora cultural e fiz um museu que já recebe cerca de 70 visitas aos domingos. Temos um turismo de negócios e acadêmicos. Só no ano passado, visitaram a Embrapa 30 mil pessoas que foram embora e não deixaram um tostão na cidade, por falta de informação e integração. Por isso estamos aqui.

Gostaria de perguntar por que não fazer os próximos fóruns nas cidades do Interior? São Paulo é a grande locomotiva, mas toda locomotiva precisa ter os seus vagões. E os vagões somos nós. E, com idéia própria, estamos fazendo uma rota cultural nas fazendas que temos. Cada fazenda mostra um desenvolvimento arquitetônico e econômico, em que escolas de São Paulo podem sair para terem o lazer do meio ambiente, cultural e trazer uma bagagem. Fica aqui uma visita ao Dr. Emanuel, porque fiquei encantada com as suas palavras, para visitar a nossa cidade, o nosso trabalho.

SR. EMANUEL VON L. MASSARANI – Antes de ser secretário especial de recuperação de bens culturais, era superintendente do patrimônio histórico e cultural da ferrovia paulista.

E começamos a fazer o entrosamento com a universidade para a manutenção e restauração da estação, que é uma beleza. Existe, porém, o problema dos feudos, então a Prefeitura não se dava com a reitoria da Universidade, a reitoria da Universidade Federal não se dava com a reitoria da Universidade Estadual, a iniciativa privada tinha o clã da direita, o clã da esquerda. Temos que dar as mãos, vejam, eu não tenho a preocupação de brilhar sozinho na minha vida, acho importante exatamente darmos as mãos.

SRA. – Sim, mas hoje estamos conseguindo conciliar essas pessoas, para poder ter um resultado final positivo.

SR. PAULO JULIÃO – Queria parabenizar as suas colocações; acho que se inseriram perfeitamente no espírito do conceito que temos deste Fórum, e até dizer para a senhora que dentro do próprio Fórum Turismo e Serviços foi feita uma proposta para que fizéssemos, talvez, alguma atividade fora da Assembléia Legislativa. Há uma grande dificuldade pelas pessoas que participam do Fórum com as suas atividades, e temos pouco tempo para terminar esse Fórum, que é agora

em junho. Eu também faço parte da Comissão de Esporte e Turismo da Assembléia, sou Vice-Presidente, e vou também levar essa idéia para a Comissão; quem sabe, independentemente do Fórum, possamos contribuir também com alguma coisa. De qualquer maneira, parabéns pela manifestação, que já está anotada, gravada, e será de muita utilidade para nós. Pretendemos encerrar dentro de 15 minutos no máximo.

SR. JARBAS FAVORETTO – Sr. Presidente, só para deixar registrado que por coincidência a minha agência faz excursão turística para a cidade de São Carlos, e a moça não sabe. Fiz três *réveillons* no Hotel Azuri e dois no Hotel Anacã, inclusive eu passo o *réveillon* no São Carlos Clube, que é um dos melhores clubes do Brasil; só para que os senhores saibam, tem um restaurante francês que apesar de servir o almoço e cobrar salgado, ele ainda tem coragem de cobrar das pessoas o refrigerante e o café o que, do meu ponto de vista, é ridículo; mesmo assim eu faço turismo naquele restaurante francês. A Universidade de São Carlos é um espetáculo – na passagem do ano não se tem um funcionário para nos atender, mas o guardinha da portaria é um dos melhores embaixadores da cidade. Se vocês providenciassem uma união como está sendo dito aqui, principalmente que o Virgílio bem colocou, acho até que ele poderia se estender um pouco mais, vocês tinham um “Contur”, que não era um Conselho de Turismo, era uma Coordenadoria de Turismo, e quando eu ia lá só distribuía camisa de futebol, para pegar voto. O Departamento de Turismo de lá foi fechado por roubo, por desvio de verba. Os prefeitos anteriores, o atual, e talvez o futuro, não se interessam em ajudar coisa nenhuma do turismo, o que estou cansado de falar. Eu escrevo para o Folha de São Carlos, tenho meia página por semana, se você não vê é porque compra outro jornal em vez desse – antes eu escrevia na primeira página, fiquei um ano escrevendo na primeira página, agora passei para a Folha porque tenho meia página em vez de uma pequena coluna cortada de vez em quando; quero dizer que se vocês fizessem como o Rio de Janeiro fez para a Dercy Gonçalves, fizessem um

monumento para o Ronald Golias, vocês teriam uma atração turística espetacular. Eu adoro essa moça; se não me engano ela tem uma fazenda, não podemos dormir lá, mas parece que paga sete reais para fazer um passeio de algumas horas, alguma coisa assim, mas depois falamos sobre isso. Estou cansado; falei com o Presidente da Câmara, cujo nome é difícil pronunciar, Zuaiá, combinei tudo para montar o conselho, mas ele perdeu a Presidência da Câmara e foi tudo por água abaixo. Tem um industrial lá chamado Nelson Mafei, que está até pondo dinheiro do bolso para ajudar com folhetos, não sei, mas vejam, vocês não se reúnem! Se vocês não fizerem uma forcinha junto ao Prefeito, no que me coloco à disposição para ajudar, vamos ficar aqui discutindo sempre. A sua cidade é turística; além de ser a capital do clima, capital da tecnologia, eu preciso de dois dias para mostrar a cidade, mas a cidade é turística, sim, vocês é que não sabem. Peço desculpas, Sr. Presidente, mas não posso ficar quieto.

SR. ... – (Interrupção na gravação) – ... um Legislativo atuante, que mostre o que é São Paulo, que atue junto aos Poderes Federais inclusive, para que tragamos as coisas para São Paulo, verbas, que divulguem São Paulo, assim como faz a nossa Bahia, que temos que dar a mão a eles. De outro lado, temos hoje, eu como ativo ao turismo receptivo, que agradecer a um Secretário de Cultura e a um Secretário de Turismo. Quem hoje diz que em São Paulo não tem o que fazer, ou que no Estado de São Paulo não tem o que fazer, é porque fica trancado entre quatro paredes. E o Secretário de Estado que, a nosso ver, tem dado apoio dentro de suas possibilidades. Às vezes, nos perguntamos: se São Paulo é uma cidade tão ágil, tão rápida, por que o turismo não caminha? É parado. É completamente parado. Quando falamos em turismo receptivo em São Paulo, só se sabe falar que turismo receptivo são empresas que transportam pessoas, o que não é verdade; um táxi, de repente, pode suprir muito bem isso. Mas dar atendimento, serviços, aquilo que São Carlos acabou de falar, teve lá um pessoal da Embrapa, não deixou um centavo, porque não tem turismo receptivo que envolva, que ofereça um

restaurante, que ofereça uma atração turística, que ofereça serviços. Turismo receptivo é a junção de todos os serviços que uma cidade oferece. Isso é turismo receptivo. Turismo receptivo não é *transferring out*, mas é trabalho, é serviço. Quando me pergunto às vezes por que o turismo não caminha em São Paulo, eu participo no Contur, pela Abave, já estive também em reunião do Conselho Estadual, sou suplente também do Conselho Estadual, e o que percebemos é muita divisão de interesses. Hoje, por exemplo, temos há dois anos uma coisa que o Jarbas Favoretto falou, antes de eu entrar nisso ele já cuidava, que era o problema das Vans, ou dos carros que fazem o receptivo; temos um Anhembi totalmente envolvido por problemas que não nos dizem respeito, mas que nos afetam brutalmente – a Prefeitura não tem tempo para nós. Então, o que eles querem desenvolver em termos de turismo receptivo? Nada. É o que vejo. E também envolvido por muita burocracia, como o Dr. Dagoberto colocou do DER – como é que vou levar um turista, ou meia dúzia de turistas que estão aqui para visitar São Carlos num ônibus? Porque qualquer Van que tenhamos circulando pelas estradas não pode fazer. Então, aquele pequeno grupo, de repente, de executivos, que estão em São Paulo, eu poderia levar para qualquer outra cidade aqui do Interior, não pode ser feito, a não ser que eu pegue um ônibus. Temos um projeto há quase dois anos emperrado nas gavetas, nos burocratas, e isso emperra o turismo receptivo. Gostaríamos também que os órgãos do turismo que envolvem São Paulo mostrassem números reais. Não posso aceitar como atuante no setor, que me apareça dizendo que o Rio é o principal portão de entrada. Já foi. Um jornal de turismo há pouco tempo mostrou o Rio de Janeiro como primeiro, Florianópolis como segundo. Quem é que foi defender São Paulo dizendo que essa porcaria está errada, que esse número está errado? Isso tem que ser mostrado para essas pessoas. Temos que defender os nossos interesses. Turismo receptivo é formado por pequenas agências, assim como eu e muitas outras. Não adianta o BNDES falar em três, quatro, dez, vinte bilhões de reais, ou de dólares, o que for; nós precisamos de pequenos valores, e valores acessíveis. Precisamos de apoio. Não queremos

nada de graça, queremos um trabalho sério. O que é de graça não presta e não tem valor. Obrigado. (Palmas.)

SR. PAULO JULIÃO – O Dr. Virgílio, Coordenador de Turismo do Estado, fará uma consideração.

SR. VIRGÍLIO – Além de todas as considerações, você só falou, quem defende, chama-se Marcos Arbaitman, Secretário de Turismo do Estado, até porque os números que saíram não eram verdadeiros; foi uma pesquisa de opinião, em que as pessoas no Brasil todo disseram onde estiveram. Mas os números são outros. São Paulo recebeu, em 1998, um milhão e 249 mil pessoas, Florianópolis recebeu 149 mil pessoas. Será que Florianópolis cresceu sete vezes, e São Paulo conseguiu perder 20 vezes? É um absurdo como se jogam os números nisso. O Dr. Marcos fez, juntamos à própria pesquisa de fronteiras feita pela Embratur em 1998, e queríamos saber da onde e como entraram 791 mil pessoas em Florianópolis o ano passado, só de turismo internacional. Dividam por 365 dias e vejam em que hotéis dormiram, a não ser que considerem a estada em Florianópolis e a hospedagem em São Paulo, que é o único jeito daqueles números baterem. (Palmas.)

SR. PAULO JULIÃO – Queria aproveitar o intervalo e convidar São Carlos para participar de outros dias no debate, pois serão colocados outros temas. Estamos tentando a União Brasileira dos Promotores de Feiras – Ubraf, e do Sindipron, que é o Sindicato das empresas que organizam eventos no Estado de São Paulo. Estamos tentando obter algumas informações do Governo do Estado, que não está sendo fácil, para poder apresentar um trabalho que seria a abertura e a colocação de projetos de infra-estrutura em todo o Estado, para atender essas necessidades. Então, quando se fala que se tem uma cidade que tem duas universidades, e que foram 30 mil técnicos da Embrapa, você garantidamente podem fazer turismo de negócio, só que isso precisa estar estruturado. Gostaria que

vocês comparecessem aos futuros dias quando esses assuntos serão debatidos, que garantidamente a cidade de vocês deve receber um estudo, que vocês devem pedir para a própria universidade fazer e apresentar números de atividades econômicas, setores econômicos, e a visitação que vocês já têm. Isso é muito importante, não vir só num dia, mas acompanhar o seminário todo.

SRA. – ... fazer todo esse levantamento de pesquisa.

SR. PAULO JULIÃO – Sebrae ou Seade?

SRA. – Sebrae.

SR. PAULO JULIÃO – Estamos esperando os números do Seade, que dizem ter tudo, mas não está dando para tirar nem a fórceps. Mas eles vão um dia nos entregar, e aí vamos poder oferecer esse estudo para o Estado de São Paulo, porque estamos pensando em futuro, e o futuro é baseado nos números existentes, em dados que já existam. Não dá para fazer um levantamento do Estado em um mês.

SRA. MAGDA RITA ARDITO IGLESIS – Dr. Massarani, o respeito ao patrimônio histórico deve começar na escola; as informações brilhantes que o senhor transmitiu são, imagino, de desconhecimento da maioria dos presentes e de milhões de cidadãos do Estado de São Paulo. Quando os nossos jovens serão preparados para conhecer, respeitar e amar o nosso patrimônio histórico, e quais as ações do Governo nesse sentido?

SR. EMANUEL VON L. MASSARANI – Fazemos um trabalho junto aos municípios, em que se recupera o patrimônio histórico. Exemplo, Santos, o

Santuário de Santo Antônio do Valongo, nós montamos uma pequena equipe, chefiada pelo próprio Frei Rosântemo, que é o reitor do Santuário, para que ele receba todas as tardes visitantes acompanhados para mostrar quais são os valores artísticos e arquitetônicos do Santuário. Pegamos, inclusive, garotos de rua junto com províncias franciscanas da Imaculada Conceição, para treiná-los com esse espírito. Em Rio Claro, por exemplo, temos o Horto Florestal de Rio Claro, que a propriedade passou da Ferrovia para a Secretaria do Meio Ambiente, mas o núcleo histórico é subordinado a nossa Secretaria e de comum acordo com o Secretário do Meio Ambiente, Ricardo Trípoli, estamos preparando exatamente com meninos de rua ou alguma coisa de um nível maior, por exemplo, dentro do próprio Museu do Eucalipto, que é o único museu de eucalipto existente no mundo, um trabalho com os universitários. O que precisa é a compreensão; no meu tempo de menino nós pagávamos para fazer estágio, hoje com um profissionalismo adiantado, todos querem fazer estágio remunerado. Compreendo bem que tenhamos dificuldades, porém acho que deveríamos rever isto. Temos feito acordos com as universidades exatamente dentro desse espírito e está dando muito resultado. Só que, por exemplo, os nossos museus, tanto o museu ferroviário da Companhia Paulista, em Jundiaí, quanto o museu ferroviário da Sorocabana, quanto o museu do eucalipto, nós formamos pequenas equipes e sempre em convênio com as prefeituras ou então com a iniciativa privada, o que tem dado muito bom resultado.

SRA. MAGDA RITA ARDITO IGLESIS – São ações regionais, não é? Em termos de um programa de governo, que envolva a educação de base, isso ainda não é possível?

SR. EMANUEL VON L. MASSARANI – Possível é, acontece que o Governador Mário Covas recebeu um governo com muita dificuldade, então ele teve que sanear muita coisa; hoje, com a Secretária Rose Neubauer, estamos fazendo um trabalho para recuperar, por exemplo, grupos escolares antigos, por exemplo,

em Itatiba temos o famoso Grupo Escolar Coronel Júlio César Albuquerque, que estava totalmente destruído. As delegadas de ensino municipal agora, então, estão trabalhando conosco para fazer com que as crianças que freqüentam aquele prédio saibam quem o fundou, quem não o fundou, por que essas linhas arquitetônicas, quem foram os personagens que por lá passaram, enfim, é isso que estamos preparando.

SRA. MAGDA RITA ARDITO IGLESIS – Obrigada. Uma pergunta para o sr. Leonel Rossi, por favor: qual é o trabalho que está sendo feito junto ao agente de viagens no sentido de prepará-lo a vender São Paulo e não dar somente importância a vender os destinos internacionais ou ao Nordeste?

SR. LEONEL ROSSI – O trabalho tem que ser feito para aqueles que estão interessados em serem vendidos. O agente de viagem não se prepara especificamente para vender um local. O local é que tem que se preparar para ser vendido. O agente de viagem é simplesmente um intermediário entre partes e, quando aquele local, vamos dizer, uma pequena instância do interior, se prepara, faz todo aquele esquema inclusive com os órgãos governamentais, faz uma promoção, começa haver o interesse, a procura, o agente imediatamente vai entrar e vender aquele local. Vejam o caso do Jarbas, que é especialista em venda no interior de São Paulo, então onde há uma possibilidade, onde há algo a ser mostrado, algo a ser visto, algo interessante, lá está o Jarbas, como outras empresas, fazendo isso. Mas o agente é preparado, a base tem um instituto chamado Instituto Icabave, que nós preparamos em todo o Brasil, ao redor de dois mil agentes por ano dando curso, seja no Estado de São Paulo ou nos outros Estados, eles são preparados para serem profissionais para atender o público. No momento em que um local está preparado para receber esse turista, estamos vendendo. Agora, não vão pensar que o agente de viagem vai vender algo e vai colocar dinheiro em cima para desenvolver aquele lugar. Não. Aquele lugar tem que

tomar a sua vista de desenvolver. Quero dar dois exemplos no Brasil de como se desenvolvem pontos: Maceió e Natal. Até vinte e poucos anos atrás só iriam para Maceió ou Natal ou quem tinha parente para visitar ou se desse pane no avião que estivesse voando para Recife ou para outro lugar, o que aconteceu comigo, que tivemos que descer em Natal, o avião não pôde continuar, e tivemos que dormir na Base Aérea porque não existia nem hotel, só existia um ou dois hotéis, um era o Hotel Reis Magos, que tinha 20 apartamentos. Em determinado momento, juntando os Governos Federal, Estadual, Municipal e a iniciativa privada, se desenvolveu essas duas cidades, que hoje são dois dos pólos de turismo mais importantes do Brasil. Então é o que já foi dito aqui, é preciso reunir a iniciativa privada e governo para desenvolverem um pólo turístico. E neste momento, vejam o que os agentes de viagem operadores vendem de Maceió e Natal; é só olhar os jornais de turismo.

SR. PAULO JULIÃO – O sr. Jonas Tadeu, da Secretaria de Turismo de Guaratinguetá, diz o seguinte: “Considerando que o Vale do Paraíba possui Guaratinguetá, cidade-natal do primeiro beato brasileiro Frei Galvão, e da água miraculosa da Gruta n.º 5 de Lourdes, Aparecida, capital mariana do país, Roseira, local do Mosteiro da Sagrada Face, Cachoeira Paulista, sede do Movimento de Renovação Católica Carismática e água milagrosa de Santa Cabeça, não é hora de se aglutinar esforços, inclusive do Governo do Estado, para se instalar um roteiro da fé, visto ser o Brasil o maior país católico do mundo na concepção do próprio Vaticano? De imediato, não pode ser veiculada peça publicitária sobre essa rota nas várias regiões brasileiras?” Passe essa pergunta ao Dr. Virgílio, que é Coordenador de Turismo do Estado.

SR. VIRGÍLIO – Você esteve sexta-feira em Aparecida, na reunião? Não? Que pena. Você não faria essa pergunta hoje. Foi acertado, inclusive o roteiro da fé do Estado de São Paulo, que será feito em conjunto com o Sebrae, será assinado, e há um compromisso do Padre Marcelo, que esteve no lançamento dos produtos da

Sigma Operadora para o Estado de São Paulo e o restante do Brasil onde isso será feito. Não só os peregrinos e cumpridores de promessas, mas cada vez mais o turismo econômico pelo Estado de São Paulo. A partir do dia 22, embora já esteja na Bolsa de Negócios da Internet, estaremos buscando investidores que sejam da região, para que no futuro nós, que fizemos o esforço para o turismo, não reclamemos que foram as pessoas de fora que vieram ganhar dinheiro na nossa cidade, estamos buscando parceiros no Memorial do Frei Galvão. Afinal, hoje só as freiras reclusas aqui, no Museu de Arte Sacra, não vencem produzir pílulas do Frei Galvão, e lá, hoje, vão 10 mil pessoas em média por fim de semana. Precisamos começar a ter informação da nossa cidade, o que acontece em volta do nosso trabalho, senão vamos correr o risco de não estar presentes quando cair o balão, e depois quando já o rasgaram todo. Acho que respondi a sua pergunta. Veja, não tem que pedir, tem que fazer, essa é a verdade. Não precisa parceria, você faz a rota, veja, aqui só faltou colocar o preço. É agência local que põe o preço e pede para a base vender no Brasil inteiro. É isso que estamos mudando.

A nova posição do turismo é: primeiro, apoio total do Governador, como ele mostrou em 16 de março do ano passado, reunindo 160 empresários, que vão investir nove bilhões de dólares. Agora, energia local, senão corremos o risco de nos reunirmos daqui a alguns anos para chorar que o resultado do turismo na nossa região não está ficando lá, está indo para aqueles que acreditaram e foram investir no que era nosso. Cuidado.

SR. PAULO JULIÃO – Só para informação da platéia, é um caso que merece um estudo, realmente, até deste Seminário. Aparecida, que é a capital da fé no Brasil, recebe por ano sete milhões e 200 mil pessoas, sendo que é uma cidade que, com esse turismo, não tem uma estrutura turística adequada para isso. E não só Aparecida, mas toda uma região que envolve quem tem esse filão na mão de sete milhões e 200 mil pessoas; é um turismo diretamente ligado à Basílica de Nossa Senhora Aparecida. Esse público de sete milhões e 200 mil pessoas não é

trabalhado pela cidade e nem pela região; e agora ainda está crescendo da beatificação de Frei Galvão, que é mais um ponto a somar nessa questão. Está respondida a pergunta.

SR. VIRGÍLIO – Corrigindo, quem viu o filme de manhã fala em seis milhões, mas ele é de 1998. Atualizando, são sete milhões e 200 mil.

SR. PAULO JULIÃO – São dados da Basílica, sete milhões e 200 mil.

SR. VIRGÍLIO – Mais importante, antigamente Aparecida tinha santinho e sanduíche para vender, mas hoje tem o “Medic Park”, tem o apoio doromeiro e assim por diante. Quem dormir, aqueles antigos hotéis que ainda têm nome do dono lá, que não comecem a recuperar as encostas, e tal, vão chorar quando o Ibis, quando o Hilton, e assim por diante, estiverem lá; aí vamos dizer: e agora as multinacionais nos invadiram. Se eu tivesse dinheiro, o primeiro hotel que eu faria aqui no Brasil seria em Aparecida.

SR. PAULO JULIÃO – E olha que a Basílica tem um controle rigoroso dessa questão. As projeções, já estamos em março, já elevam a um número de sete milhões e 800 mil pessoas este ano. As projeções são feitas a cada mês. Temos aqui uma consideração da sra. Arlete Maria Vieira, que é Presidenta do “Lions Club” de Cachoeira Paulista: tendo em vista atualmente a importância do turismo, a quem solicitar providências para fins de divulgação e conscientização para que o Dia do Turista, 20 de março, seja tarjado em contas de luz, telefone, extratos bancários, holerites etc.? Queria agradecer o interesse e dizer que hoje lançamos a idéia, o projeto de lei está sendo apresentado hoje na Assembléia, onde será discutido, mas já ficam aqui as sugestões da sua utilização. Aproveitando uma observação feita aqui no Plenário, solicitaria que o Deputado Nabi Abi Chedid lesse o projeto já protocolado e com a alteração proposta.

SR. NABI ABI CHEDID – Projeto de lei, institui o Dia do Turismo. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta: Artigo 1.º Fica instituído o Dia do Turismo, a ser comemorado no dia 20 de março de cada ano. Parágrafo Único. Nesse dia, o Presidente da Assembléia Legislativa convocará o Poder Público e a iniciativa privada, representativos do setor turístico, para um amplo debate sobre o turismo no Estado de São Paulo. Artigo 2.º Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, e a Justificativa, que já foi lida, que é a mesma.

SR. PAULO JULIÃO – Parece-me que a Prefeita levantou a mão? Mesmo a Prefeita não levantando a mão eu queria, praticamente ao encerrar esse debate, que prometemos seria sexta-feira, temos ainda aqui um sorteio de ingresso, dizer de uma iniciativa da Prefeitura de Ilhabela, que foi importante, que foi o Festival do Camarão no mês de agosto. O mês de agosto acho que em todo lugar é o pior mês para o turismo, a não ser lá para fora, que é verão. E foi um trabalho que começou devagar, sem muito resultado, e hoje o mês de agosto, fora o verão, é um dos melhores meses de turismo em Ilhabela, o que demonstra ser uma questão de criatividade também de muitos municípios.

SRA. – Gostaria de poder levar as minhas filhas para passear no centro, mostrar onde era o correio, o prédio da Light, arquiteturas maravilhosas, a Rua Direita, a Rua São Bento. O ano passado fizemos um trabalho na universidade, sou estudante da Unip, do centro histórico de São Paulo. O que ficou muito gritante na recuperação do centro histórico foi a falta de infra-estrutura, por exemplo, não havia banheiros, aquele mictório a céu aberto, aquele cheiro horrível ao lado daquela igreja maravilhosa do Largo São Bento, mas todo mundo já não quer nem entrar nela. Enfim, está havendo um trabalho inclusive em parceria com a Prefeitura, não sei se continua, mas havia na época, de incentivo para melhorar a fachada, na verdade estamos falando da segunda maior cidade do mundo, que é a cidade que mais recebe turistas no Brasil, e não podemos mostrar o nosso centro histórico, que

é belíssimo, para esses turistas. Por quê? Porque não tem banheiro, porque cheira mal, tem gente de rua, tal. O que poderia ser feito? Porque eu não sei o que fazer. Gostaria de poder levar amigos meus lá e mostrar a cidade que eu nasci, que é linda, que eu adoro, só que não posso porque cheira mal, porque tem indigente, porque tem roubo, vejam, andamos uma manhã inteira e não tinha um lugar para utilizar; só fomos achar um barzinho meia boca na Praça da Sé, que não dava nem para entrar, esse é o termo. Enfim, gostaria de ver a minha cidade melhor. Há alguma coisa a ser feita ou é só chorar?

SR. VIRGÍLIO – Veja, chorar é uma coisa boa; quando fazemos com vontade também ajuda. Você deu vários exemplos, você não entrou, então, no Shopping Light para usar os serviços.

SRA. – É que para ir ao Shopping Light seria preciso tomar o metrô, e nós estávamos passeando, andando pelo centro histórico, e isso ainda é um grande problema, é mal cheiroso etc.

SR. VIRGÍLIO – Desculpe-me, mas acho que estamos indo à cidade em horários diferentes. A cidade não tem a cara que merece, concordo com você, mas ela já tem hoje equipamentos de apoio suficientes para isso. Precisamos organizar a nossa visita, que temos a idéia de que um dos pontos de apoio hoje é o Shopping Light, outro ponto de apoio são as instalações do metrô, e há ruas com dificuldades até de calçamento ainda nos calçadões, mas eu circulo com tranqüilidade hoje na São Bento, na XV de Novembro, durante o dia, até porque o número de camelôs caiu. Aos domingos é mais tranqüilo ainda. Vamos estar assinando dia 22, que é o acordo com a Abave, Embratur, Sindicato de Agências de Viagem e o Pátio do Colégio, que é outro ponto de apoio. Eu costumo almoçar lá, uso a toaleta de lá, que é muito boa. São alguns pontos que eu uso como cliente normal. Agora, tem muito a ser feito, por exemplo, precisamos acabar com as pichações etc., precisamos

escolher melhor os governantes que vêm aí. Agora não adianta chorar, falta um pouco mais de nove meses, isso tudo se resolve.

SR. EMANUEL VON L. MASSARANI – Permita-me, por favor. A sua preocupação é muito válida. Na época em que era Prefeito o sr. Jânio Quadros, eu era Secretário Municipal de Patrimônio Histórico, a preocupação foi tanta que ele conseguiu recuperar 22 banheiros na cidade. Depois que o sr. Jânio Quadros saiu os banheiros foram fechados porque eram mal freqüentados, mas eram mal freqüentados porque não tinha um funcionário que cuidasse deles. Sou favorável inclusive que se pague, por exemplo, cinqüenta centavos, ou um real, que nada se dê de graça, porque isso é uma coisa terrível. Nos lugares onde se paga temos preservação e a qualidade de vida melhorada.

SR. PAULO JULIÃO – Rapidamente, a última pergunta.

SR. SÉRGIO BELEZZA – A última pergunta é o nosso amigo Gil que está fazendo: haveria condições de ser feito um seguro para ressarcir o passageiro no caso de fechamento de agência ou operadora, como aconteceu com a ATI? Temos que dividir essa pergunta em praticamente duas respostas. A Embratur não exige, mas ela recomenda a todas as operadoras, agentes de viagem, que tenham seguro que possa cobrir eventuais problemas. Quando ela diz: “vocês façam”, nós não exigimos, mas se ocorrer um sinistro, vocês serão responsáveis porque não tinha. Então, isso precisa ficar bem acertado porque já existe uma Normativa que fala da necessidade de se ter. É a mesma coisa que o transporte turístico, não confundir com transporte e transporte turístico, que são duas coisas diferentes. As operadoras com frota que trabalham no turismo, obviamente, já têm um seguro; as que não são credenciadas pela Embratur, que são as tais fantasmas, quando ocorre acidente verificamos o contrário. Respondendo parte da sua pergunta, em caso de fechamento da agência: existem duas situações diferentes legais, uma que a

Embratur pode, de acordo com a Legislação, notificar e fechar, fechar sim, cassando o registro dela. Os ressarcimentos terão que ser feitos pela Justiça comum, porque aí a Embratur não tem possibilidade de fazer nenhum trabalho. Mas desta última feita, com o caso da ATI, houve um fato inédito também, que quero reportar-me ao Dr. Demétrio Rosa, aqui presente: imediatamente antes que ela fechasse, no dia 26 de janeiro, nos dias 24, e 12 ou 13 em Campinas, o Deatur já estava abrindo um inquérito policial, já estava expedindo inclusive um pedido de prisão preventiva do responsável. Daqui para frente, quem der golpe no mercado, falando em termos de São Paulo, evidentemente terá as ações da Embratur, do Deatur, que abre imediatamente. Temos então duas situações diferentes: o ressarcimento dos interesses pessoais de perdas e danos, que é feito pela Justiça comum, o processo criminal que está sendo feito em parceria com a Embratur, e a ação imediata da Embratur, que foi tomada em tempo hábil, tudo isso foi feito, notificado e autuado antes que eles fechassem. Obrigado.

SR. LEONEL ROSSI – Queria dar uma palavrinha sobre o assunto. Como falaram em seguro e em operadores e agentes de viagem, queria dizer que a Abave nacional há muito tempo está tentando um seguro, para que as operadoras e agentes tenham seguro para ressarcimento ao usuário, mas tem sido infrutífero, porque as seguradoras no Brasil não têm uma estrutura e uma filosofia para esse tipo de seguro. Todos os estudos que foram feitos, fizemos com as maiores seguradoras que existem no Brasil, inclusive algumas multinacionais, mas até o momento foi infrutífero. Inclusive, há algumas no momento que apresentaram custos altíssimos; alguns casos que checamos com valores do exterior, chegavam de sete a 10 vezes os custos em países europeus. Temos tentado, mas realmente no Brasil não existe ainda uma estrutura ou um esquema de seguros que possa cobrir essa parte de viagens.

SR. PAULO JULIÃO – Tem outra pergunta, que é do Domingos Chiapeta Filho, que fala sobre o Dia do Turismo em 27 de setembro. Esse dia 27 de setembro é o Dia Internacional do Turismo. Não existe calendário oficial, por isso foi muito oportuno, eu até lembrei de uma moção de louvor na ata dos trabalhos de hoje aos Exmos. Srs. Deputados que lembraram de tornar oficial o Dia do Turismo no Estado de São Paulo. Esse dia 27 de setembro é o Dia Internacional de Turismo, e os demais que existem por aí não têm origem oficial a meu ver. Fizemos uma ampla consulta antes de tomar essa iniciativa, não só para saber se não encavalava com alguma outra data, mas, acima de tudo, ouvimos o pessoal do turismo, que nos incentivou a esse projeto. Queria registrar inclusive que o Domingos Chiapeta é o novo representante da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo, cujo Presidente é o Dr. Nelson de Abreu Pinto.

Encerrando o nosso seminário, queria fazer um agradecimento à Secretaria de Esportes e Turismo, na pessoa do Secretário Marcos Arbatman e do Virgílio Carvalho, que é o Coordenador de Turismo do Estado, que ficou aqui até agora colhendo informações, participando, tem vindo nas reuniões de comissão, agradecimento extensivo às entidades que colaboraram agora para a efetivação deste seminário, com material de apoio; à Associação de Bares e Restaurantes Diferenciados – Abred, na pessoa do Sr. Presidente, Tácilo, à Associação de Transportadores de Turistas – Associtur, na pessoa da sra. Magda Rita Ardito Iglesias, e à Associação das Empresas de Parques e Diversões no Brasil – Adibra, por meio do sr. Presidente, Clóvis Menezes, que aliás, gentilmente, está oferecendo, e o Mauro, assessor do Deputado Nabi Abi Chedid, vai sortear agora ingressos para os Parques Hopi-Hari, Playcenter e Parque da Mônica.

SRA. IARA – Queria só fazer uma colocação em cima do que ela falou. Eu sou de Paraibuna, que fica entre a Serra do Mar e Serra da Mantiqueira, sou do Projeto A Roça, vou deixar o material com os senhores, por meio da sua assessora, e vou deixar uma fita com o Dr. Massarani. Quero fazer a seguinte colocação: nota-

se no turismo de São Paulo uma grande preocupação em estar paralelo ao turismo do exterior. O aumento de parques é um exemplo, o próprio nome, que é tudo em inglês. São brinquedos comparados à tecnologia americana. Aí fica uma preocupação: existe investimentos desse porte, com parques, para um turismo forte, voltado 90% para a identidade cultural do Estado de São Paulo? O que além de ser um aspecto ligado à educação, de outro lado vejo que o estrangeiro vai gostar muito mais de São Paulo se tiver uma história de São Paulo para ele conhecer, do que um parque, porque um parque ele tem lá, já está globalizado. Será que reforçar mais a identidade cultural de São Paulo, a história, o gringo não vai querer ficar mais aqui?

SR. PAULO JULIÃO – Fica registrada essa observação, mas eu me permito dizer o seguinte, primeiro, que Paraibuna também não é tão desconhecida assim, sabemos que fica na Rodovia dos Tamoios, é uma cidade histórica de grande importância, mas dizer que o turismo, na concepção da Secretaria de Esportes e Turismo é um negócio econômico; se hoje as pessoas estão investindo nesse tipo de parque é porque tem público para isso. E se tem público para isso, não é o turista estrangeiro, mas acho que o próprio turismo nacional. O que precisamos levar à discussão é que outros tipos de investimento desse porte passem a interessar a outros empresários, para que eles possam investir em turismo que divulgue mais as nossas raízes. Aí é segredo.

SR. – Deputado, queria fazer uma observação só para complementar. Esse trabalho da criação dos parques temáticos no Brasil, tivemos oportunidade de acompanhar desde a época das câmaras setoriais de turismo quando o Caio Luís de Carvalho era Secretário Nacional de Turismo, eles fizeram um levantamento de demanda, chegaram a ponto de fazer uma alteração em alíquotas de importação para poder trazer os grandes equipamentos, com financiamentos que não oneraram os cofres públicos, pelo contrário, geraram empregos, impostos. As estatísticas mundiais comprovam que quem visita os parques está a um raio de até 80 quilômetros em torno do parque. Depois é que começam a vir os turistas.

Difícilmente teremos turistas estrangeiros, embora eles sejam muito bem-vindos para os parques temáticos que aqui estão sendo construídos. A questão da localização dos parques na região de Vinhedo foi uma questão absolutamente atmosférica, que ali é uma região de menor índice pluviométrico do Estado de São Paulo. Lembro-me que uma vez o Secretário de Ciências e Tecnologia estava fazendo esse comentário, aquela região de Jundiaí que tinha uma vocação absolutamente industrial, acabou encontrando no turismo uma grande fonte de geração de riquezas, pela implantação de parques temáticos que não se completam em si, não se esgotam em si no turismo pelo que já falamos aqui. Hotéis serão construídos ao redor, já há agências de viagem vendendo isso no Brasil inteiro, transportadores, as pessoas que estão trabalhando nos parques são da região, então há uma geração de riqueza muito grande.

SRA. IARA – A preocupação é a seguinte, por exemplo, em São Paulo, criança vai muito em parque, ...

SR. VIRGÍLIO – Estamos preocupados com tudo. Vamos ser práticos porque isso também nos interessa. Até um parque que não tem nada a ver, um parque como qualquer outro, que vai ser o Parque do Chico Bento, ele vai ser todo voltado para a nossa zona rural. Além disso, no turismo de São Paulo tudo é possível. Queremos treinar todas as equipes, os empresários e os trabalhadores. Agora, hóspedes nós aceitamos com ou sem experiência, mas todos interessam como o guia de turismo rural, onde a sua cidade está contemplada, Fazenda Renascer, tudo isso, e o próximo guia, vai ter 600 propriedades, então o segmento é de todos. No nosso time, no time do turismo que está reunido aqui, não tem lugar para ficar fora, só tem lugar para ficar dentro. Tem parque temático, tem parque aquático, vejam o que eu digo, sou velho o suficiente para dizer que vocês vão se lembrar disso: hoje nós reclamamos que falta investimento em alguma coisa que está na nossa cidade, daqui a 10 anos vamos reclamar que o dinheiro está indo para outro lugar.

SR. PAULO JULIÃO – Vamos então ao sorteio. Mauro a palavra é sua.

SR. MAURO – Boa-noite a todos. Com a permissão dos Srs. Deputados, a minha intervenção aqui é para proporcionar entretenimentos; agradecer à Dibra, que nos forneceu oito convites individuais do Parque da Mônica aqui na cidade de São Paulo, por isso serão sorteados dois por pessoa; e o Parque Hopi-Hari um convite dá direito a duas pessoas participarem o dia todo lá nos divertimentos. Permito-me fazer a seguinte sugestão: que somente os presentes que estão até agora participem; se forem sorteadas pessoas ausentes, vamos refazer. OK? Vamos começar.

SR. PAULO JULIÃO – Mauro, até para ficar mais informal, vou dar o seminário por encerrado, aí ficaremos mais à vontade aqui. Ao dar por encerrado este seminário de hoje, gostaria apenas de esclarecer aos senhores que tudo o que foi falado aqui foi gravado, será sistematizado, e será enviado a cada um dos senhores que deixaram o seu cadastro aqui. Quero dizer que temos *e-mail*, temos “n” formas de vocês se comunicarem conosco, para que colaborem para esse grande fórum, que é o fórum do turismo. E mais, que as discussões não terminam aqui, temos mais dois fóruns até junho, e os assuntos são os mais diversos. No próximo seminário será feita uma avaliação deste de hoje, considerar esse tempo todo que ficamos aqui e ver de que maneira podemos otimizar para que os senhores, e nós também, não fiquemos tão desgastados como hoje no nosso seminário. Muito obrigado. (Palmas.)

28.03.2000

- Paulo Julião – Deputado. Coordenador do grupo temático Turismo e Serviços
- Nabi Abi Chedid – Deputado. Relator do grupo temático Turismo e Serviços
- Aristides de La Plata Cury – Diretor Executivo do SPC&VB São Paulo Convention & Visitors Bureau
- Luís Renato Ignarra – Presidente da Associação Paulista de Albergues da Juventude e professor da Faculdade de Turismo Anhembi Morumbi
- Clóvis Menezes – Conselho Estadual de Turismo
- Luiz da Silva Brenho – Representante de Paulo Julião da Associação Waldemar Betti, Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços - ABECS
- Domingos Chiapetta – Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares e Similares do Estado de São Paulo
- José Garcia da Costa – Prefeito. Representante do Fórum entre Serras e Águas
- Sérgio Belleza – Professor. Representante do Sr. Caio Luiz de Carvalho, Presidente da Embratur
- Alexandre Leite Vertel – ABEOC, São Paulo
- Natal Léo – Representando a ASDS
- Davilton – Nossa Caixa, Nosso Banco
- Daniel Eduardo Edelbut – Nossa Caixa, Nosso Banco
- Natal Léo – Coordenador de Capacitação e Formação da Contratuh e Fenascon e Depor
- José Garcia da Costa – Prefeito de Joanópolis. Representante do Fórum entre Serras e Águas
- Luís Renato Ignarra – Presidente da Associação Paulista de Albergues da Juventude e professor da Faculdade de Turismo Anhembi Morumbi

SR. PAULO JULIÃO – Acho que já tinha dito aqui para os senhores que na Nossa Caixa Nosso Banco, há uma proposta do Governador de abrir o capital. E a Nossa Caixa está disposta a discutir também como é que ela se viabiliza como um Banco que saiu de uma situação muito complicada no início do Governo Mário Covas, e graças a uma diretoria competente, e a uma seriedade do Governo Mário Covas, hoje a Nossa Caixa em ativos é o quinto Banco do País, *pari passu* ali com o ex-Banco Real. E essa discussão acabou dentro do Fórum São Paulo Século 21, o temário mais apropriado que deu para encaixar foi o nosso temário, o que é uma honra para nós. Portanto, no dia 24 de abril haverá até um primeiro Fórum Nossa Caixa, Século 21, em que será discutido isso. Estarão presentes aqui desde o Secretário Nakano até altas autoridades, Secretários e o pessoal da área bancária.

E por acaso até o sr. Armando e o sr. Aristides levantaram até uma questão, numas das nossas reuniões, ou até no Seminário, a questão da dificuldade de que o BNDES esteja mais perto dos tomadores de recursos e das grandes dificuldades que essa categoria tem no relacionamento com o BNDES. E houve até uma sugestão para que a Nossa Caixa, Nosso Banco não poderia ser esse agente financeiro e tal? Nós até tomamos a liberdade de fazer, via o Mauro, um contato com o Dr. Daniel Eduardo Edelbut – É isso? – é Diretor de Teleinformática e Desenvolvimento da Nossa Caixa, Nosso Banco, e ele se dispôs e está aqui presente hoje, e até porque ele tem, foi uma programação extracurricular aqui, compromissos. E eu até pediria vênias dos senhores, para que antes que entrássemos no item da reunião, que até o Dr. Daniel pudesse, dentro dessa questão que foi levantada, e acho que é de muito interesse para todos nós, já inicialmente fazer uma pequena exposição sobre essa questão, o que a Nossa Caixa, Nosso Banco poderia fazer para ser, se é que já não é, um agente financeiro do BNDES, mas não como os outros bancos. Porque aí vai ficar a mesma coisa. Nós estamos pensando numa questão como um banco social, alguma coisa diferente, até numa área em que o Governador, e todo mundo sabe que é o maior desafio deste século, para transformarmos realmente essa indústria em geradora de

emprego, que é o grande problema deste século, do fim do século e do início do século que se aproxima.

Então, eu convidaria o Dr. Daniel para que daqui da mesa pudesse manifestar-se.

Gostaria, até que antes que o Dr. Daniel se colocasse, anunciar a presença do nosso Relator, Deputado Nabi Abi Chedid, que vai sentar-se aqui conosco. E que cada um dos senhores, até porque o Dr. Daniel não conhece, fica mais fácil que cada um dos senhores use o microfone e se apresente, e diga a sua representação, só para o Dr. Daniel ter uma idéia. E está faltando bastante gente aqui, mas é bem representativo.

SR. ARISTIDES DE LA PLATA CURY – É que está caindo um dilúvio aqui na região perto de São Paulo, aqui na região Sul, e muita gente deve estar com dificuldade de chegar.

Aristides de La Plata Cury, represento o Paulo Julião do São Paulo Convention Bureau, Dr. Roberto Gheller.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – O meu nome é Luiz Renato Ignarra. Eu estou representando a Associação Paulista de Albergues da Juventude aqui e também a Universidade do Morumbi. Mas gostaria de declarar para o nosso convidado que tenho uma empresa de consultoria que há 10 anos desenvolve projetos de financiamento, é a Fungetur, BNDES, e eu diria para o senhor que 90% dos projetos que eu apresento são negados pelos bancos por excesso de exigências, de garantias. Então, o empresariado de turismo tem muita dificuldade de alcançar essas linhas de financiamento.

SR. LUIZ DA SILVA BRENHO – Luiz da Silva Brenho, eu represento o Paulo Julião da Associação Waldemar Betti, Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – Abecs.

SR. CLÓVIS ALMEIDA MENEZES – Clóvis Almeida Menezes, representando a Associação das Empresas de Parques e Diversões do Brasil – Adibra.

SR. DOMINGOS RICARDO CHIAPETTA – Domingos Ricardo Chiapetta, representando o Paulo Julião, Dr. Nelson de Abreu Pinto, da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo.

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – Prefeito José Garcia da Costa, representando o Fórum Entre Serras e Águas.

SR. SÉRGIO BELEZA – Sérgio Belezza, representando a Embratur e sr. Paulo Julião Caio Luiz de Carvalho.

SR. ALEXANDRE LEITE VERTEL – Alexandre Leite Vertel, Paulo Julião da Abeoc, São Paulo.

SR. NATAL LÉO – Natal Léo, representando a ASDS, e o nosso Paulo Julião, o Alemão.

SR. DAVILTON – Nossa Caixa, Nosso Banco, Davilton, Assessorando o Dr. Daniel.

SR. DANIEL EDUARDO EDELBUT – Muito bem. Boa-tarde a todos. Caros Amigos e Deputados Paulo Julião e Nabi Abi Chedid, Srs. Conselheiros, Prefeito de Joanópolis. Agradeço o convite, um pouco em cima da hora. Mas agradecemos o fato de poder estar presente acompanhando o resultado do primeiro Seminário, que foi realizado agora em março. Nós teremos aqui uma alegria muito grande de poder participar do próximo Seminário, que acontecerá no dia 24 de abril, nesta Casa,

comandado, neste Fórum São Paulo Século 21, pelo Coordenador, o Deputado Paulo Julião, e pelo Relator, Deputado Nabi Abi Chedid, em que nós externaremos uma série de assuntos que são do interesse do Estado de São Paulo e do Brasil, como é a abertura de capital da Nossa Caixa, Nosso Banco.

Com a transformação que os bancos estão sofrendo hoje, tanto pelos efeitos da globalização, como pelos efeitos da integração bancária que ocorre hoje no Brasil, a Nossa Caixa, Nosso Banco, que é uma instituição centenária, tradicional, conhecida de todos os paulistas, está caminhando também para um processo de reestruturação e modernização da sua estrutura societária. Nós temos hoje uma estrutura em que 99,9% do capital pertencem ao Estado de São Paulo. E a proposta, que virá mediante projeto de lei, inclusive encaminhada pelo Governador tem várias alternativas, mas certamente irá caminhar para a abertura do capital, não perda do controle, o controle continuará com o Estado de São Paulo, mas abertura de capital, para que o povo paulista possa participar do capital da Nossa Caixa, Nosso Banco. A Nossa Caixa, Nosso Banco é um Banco hoje múltiplo, atua em quase todas as áreas, eu digo quase porque há exatamente algumas áreas em que ele gostaria de participar, gostaria de atuar, e para isso também ele precisa de autorização da Assembléia Legislativa. Tem ramos de atuação em que a Nossa Caixa, Nosso Banco precisa participar, porque os clientes estão pedindo isso. E aqui eu tenho uma amostra viva exatamente disso. Nós hoje não atuamos diretamente na área de seguros. Não atuamos na área de previdência. Não atuamos na área de capitalização. Não atuamos na área de crédito direto ao consumidor. Não atuamos na área de *leasing*. Tem uma série de negócios em que a Nossa Caixa, Nosso Banco, como uma das maiores instituições financeiras do Brasil, ainda não atua.

De qualquer maneira, gostaria de enfatizar um pouco o papel da Nossa Caixa, Nosso Banco, dentro do Estado de São Paulo, a partir de uma nova visão, que é a visão da federalização do Banespa e da futura privatização do Banespa.

Nós já somos, desde maio do ano passado, os administradores do caixa do Estado de São Paulo, do Tesouro paulista, como agentes arrecadadores e repassadores de recursos para municípios, para escolas, hospitais. Administramos o Siafem, que é o Sistema de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. E nesse papel, nós já temos hoje uma responsabilidade muito grande junto aos municípios, junto aos fornecedores do Estado de São Paulo, e também, logicamente, perante todas as empresas públicas que atuam hoje no Estado de São Paulo.

Dentro desse papel, nós temos cumprido, durante muitos anos, e continuaremos cumprindo, um apoio muito grande aos pequenos e médios municípios do Estado de São Paulo. Nós atuamos hoje fortemente na área de planos de melhorias em âmbito de municípios, asfaltamento, guias, sarjetas, iluminação pública, em termos de financiamento de pequenos e médios empreendedores, em termos de agricultura, financiando a agricultura do Estado de São Paulo. Temos um papel muito importante, principalmente junto a profissionais liberais. E também, por ser uma Caixa, um papel muito importante na área imobiliária. Nós temos, provavelmente, uma das maiores carteiras imobiliárias do Brasil. Somos um enorme agente de poupança. Hoje, acredito que devemos ser o quarto agente de poupança no Brasil. E temos uma responsabilidade muito grande como parte do trabalho de desenvolvimento e apoio social ao Governo de São Paulo.

Isso não significa que a Nossa Caixa, Nosso Banco abrirá mão de sua responsabilidade pela integridade do capital e pela integridade dos nossos negócios. A Nossa Caixa, Nosso Banco tem uma responsabilidade com seus acionistas, que é o povo de São Paulo, pela integridade dos seus negócios e pela responsabilidade de manter uma carteira adequada, correta, limpa e com um nível de inadimplência muito baixo. É isso que tem permitido à Nossa Caixa sobreviver ao longo desses anos todos.

Dentro desse papel de responsabilidade social que a nossa Caixa tem, nós somos há um ano, praticamente há pouco tempo, agentes do BNDES. Há pouco tempo. Não éramos. Passamos a ser. O BNDES hoje reconhece a Nossa Caixa, Nosso Banco como um de seus agentes financeiros. E nesse papel, as nossas agências, os nossos 600 pontos distribuídos pelo Estado de São Paulo, desde os menores Municípios até a Capital, estão à disposição dos clientes, desde o menor cliente, que são clientes hoje do microbanco, que são clientes hoje que pedem empréstimos na faixa de R\$1.000,00, até clientes de grande porte, que procuram o banco, eles são atendidos em nossas agências, e recebem apoio, para poderem ter estruturas às suas operações financeiras, desde o pequeno empreendimento até um grande empreendimento também.

A Nossa Caixa se especializou, e não abre mão disso, em apoiar os pequenos e médios empreendimentos. Não somos banco de atacado, somos banco de varejo. E temos a grande sorte, a grande atribuição, a grande responsabilidade de atender primeiro os pequenos. Porque é isso que tem permitido, ao longo desses 100 anos, que a Nossa Caixa, Nosso Banco sobreviva sem sobressaltos, sem grandes problemas, e com uma carteira pulverizada de clientes, que tem cumprido as suas obrigações sempre.

Então, nós nos sentimos orgulhosos até de poder atender, desde o início da Nossa Caixa até hoje, privilegiando sempre os menores clientes. Porque são eles que têm garantido a sobrevivência da Nossa Caixa. Então, é esse papel que nós sempre faremos, temos interesse em fazer e é esse tipo de empreendimento, esse tipo de operação que nós defendemos.

Temos linhas de créditos as mais diversas. Algumas que são subsidiadas inclusive com o apoio de fundos de terceiros. Porque a Nossa Caixa não utiliza recursos do povo paulista para subsidiar operações. Utiliza, sim, de fundos que estejam à disposição ou fundos de aval, ou fundos do BNDES, ou fundos eventualmente do Governo Federal que estejam à disposição e nos quais nós possamos ser agentes financeiros, para repassar esses recursos.

Com recursos próprios, nós temos operações também, com limitações de juros baixos. Somos, hoje, dentro das entidades financeiras com crédito disponível, a que oferece taxas extremamente competitivas. E estamos à disposição dos clientes, sem limitação de valor, por menor que seja.

O nosso nível de exigências é o mínimo que hoje o Banco Central exige para qualquer operação bancária. Tem limitações hoje estabelecidas pela Convenção de Genebra, com relação a como os bancos devem atuar. E essa Convenção de Genebra também é assinada pelo Brasil e o Banco Central exige que os bancos brasileiros a cumpram. Então, tem níveis mínimos de exigências, para garantia dos seus créditos. Mas sempre procuramos diminuir ao mínimo a burocracia e o número de documentos que são exigidos para que as empresas, ou as pessoas físicas, ou as operações de autônomos possam ser realizadas sem maiores problemas.

Enfim, estou à disposição, para esclarecimento de dúvidas e perguntas. Não é a área da minha atuação. A minha área de atuação é a área técnica. Eu trato da Informática do banco. Mas, logicamente, como diretor estatutário, tenho uma responsabilidade de estar a par de todas as operações.

Então, se houver alguma dúvida adicional, eu posso esclarecer. Nós temos, hoje, em todas as agências, gerentes especializados na área de microbanco, na área de crédito rural, logicamente na área rural, na área de crédito comercial para pequenas e médias empresas, enfim. E temos também diretores especializados hoje na área de BNDES, especialistas que atendem exatamente essa área.

SR. PAULO JULIÃO – Então, com essas justificações iniciais, acho que alguém que quiser poderia colocar especificamente a questão que foi levantada no seminário, que era como, na área do Turismo, com os créditos que o BNDES coloca à disposição para o incremento dessa atividade, como é que a Nossa Caixa poderia em São Paulo estar mais próxima dos interessados.

Alguém quer colocar com mais clareza essa pergunta? Mais tecnicamente, vamos dizer assim.

SR. ARISTIDES DE LA PLATA CURY – Não. Na verdade, acho que poderíamos avançar um pouquinho em relação a essa questão do impacto social da atividade turística, o que isso representaria em geração de empregos e geração de riquezas no Estado de São Paulo, a essa vocação da Nossa Caixa, Nosso Banco. É isso que você quer colocar. Nós temos de focar assim. Tendo como pano de fundo o imenso recurso financeiro que o BNDES tem represado, em função das dificuldades de acesso, que principalmente pequenos e microempresários, pequenos empreendimentos têm, pelo fato de os pequenos empresários, os pequenos empreendimentos terem acesso ao recurso do BNDES via algum agente financeiro.

Então, esse obstáculo do agente financeiro, que é superado pelo grande empreendedor, que vai direto ao BNDES, é que nós gostaríamos de discutir a possibilidade de a Nossa Caixa vir a ocupar esse espaço como um projeto de incremento social, de desenvolvimento social do Estado de São Paulo, usando o turismo, que é o maior gerador de empregos do planeta, o maior distribuidor de rendas do planeta, coisa que nós estamos aprendendo aqui no Brasil, e mais ainda aprendendo aqui em São Paulo. Diante inclusive da colocação que o Deputado Julião fez no início, da prioridade que o Governador Mário Covas tem colocado isso desde o ano passado.

Então, isso é como uma introdução à discussão. Nós entendemos que isso depende de avançar tecnicamente dentro da Nossa Caixa, como nós aqui no Conselho Estadual de Turismo também temos condições de avançar isso com experiências que nós temos, de viagens que fazemos no Interior do Estado de São Paulo, principalmente pelo fato de nesta Casa nós estarmos com um grupo temático de turismo, para discutir assuntos como este.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Completando a colocação do Aristides, eu queria colocar o seguinte. A maioria dos Estados brasileiros possui Bancos de Desenvolvimento. O Estado de São Paulo possuía um Banco de Desenvolvimento,

salvo melhor juízo, que foi extinto no Governo do Quércio, se não me falha a memória, e foi absorvido pelo Banespa. E aí o Banespa criou uma carteira específica, um departamento específico para absorver as atividades que o Badesp desenvolvia na época. E lá no Banespa, ao longo do tempo, nós conseguimos aprovar vários projetos de financiamento para Turismo. Depois que o Banespa teve intervenção federal, nunca mais conseguimos algum financiamento para essa área no Banespa. Mais recentemente, parece que o Banespa novamente está trabalhando com financiamento do BNDES.

Muito bem. Além disso, se nós formos ao BNDES, todos os bancos brasileiros são agentes do BNDES, não é? E eu nunca consegui aprovar um único projeto que seja em qualquer banco particular. O banco particular vai privilegiar só aquele cliente muito importante para ele. E, via de regra, ele não tem interesse em financiamentos de longo prazo.

Então nos resta, como nos restou aqui em São Paulo, basicamente trabalharmos com o Banco do Brasil, mais recentemente Caixa Econômica Federal, e mais recentemente ainda a Caixa Estadual, em que eu, particularmente, não tive nenhuma experiência ainda. Mas mesmo no banco do Brasil. Mas, mesmo no Banco do Brasil, parece que a regra é, quem decide o financiamento é a agência, é a Regional do banco. Então, cada um tem a sua exigência.

Alguns gerentes do Banco do Brasil chegam ao absurdo de só dar financiamento para quem tem conta lá não sei quantos meses. Outros, na hora em que o cidadão vai pedir o financiamento, obrigam a comprar cartão de crédito, seguro, colocam “n” exigências, contrapartidas, para que a pessoa tenha acesso ao financiamento.

E outro obstáculo bastante difícil para o setor de turismo, e parece que é competência de cada agência do banco decidir isso, é a garantia que se vai oferecer. Então, parte-se no mínimo de 140% do valor de financiamento como garantia.

Mais recentemente, o BNDES lançou o Fundo de Aval, parece que com o limite de até R\$500.000,00, não sei se é verdade isso, mas também parece que a competência de permitir que o empresário se utilize do Fundo de Aval é do agente financeiro. Então, o agente financeiro vai analisar se o empresário pode ou não pode utilizar o Fundo de Aval.

Então, realmente é um sistema que eu entendo que, principalmente, é de uma instituição pública, ela tem de preservar o patrimônio e não pode emprestar sem ter a garantia de que vai retornar o dinheiro. Mas o fato é que se essas instituições financeiras forem fazer uma pesquisa no empresariado do turismo sobre quem pediu dinheiro e quem conseguiu, vai ver que o objetivo dessas linhas de financiamento de fomentar o setor não está sendo atingido.

SR. – Na parte técnica eu não tenho muito conhecimento. Mas na parte prática, eu acho que alguns pontos devem ser considerados com muita atenção.

Tudo que nós vimos, o que o professor Ignarra falou é uma realidade. O gargalo está no agente financeiro. Existe o recurso. As taxas que são cobradas são muitos acessíveis. Há o interesse da iniciativa privada. Há o interesse do município. O que está faltando é passar pelas exigências, que na minha opinião são resultados, são efeitos, porque a causa chama-se a garantia que o agente financeiro tem de preservar as suas condições, evidentemente. É aí que a coisa está se esbarrando.

Tem de se rever, dentro da parte de garantia, o que que é viável. Se nós estamos tratando com o município, os problemas atinentes a esse município. Se estamos tratando com a iniciativa privada, o estudo de viabilidade econômica que todo banco, que todo agente financeiro sabe fazer muito bem, deve verificar se há capacidade técnica e interesse financeiro naquele empreendimento e rever o problema da garantia. Porque eu acho que a garantia também está sendo distribuída com uma parcela bem maior para o agente financeiro e uma parcela bem menor para o BNDES.

Então, parece-me que para fazer, partir para uma solução, nós deveríamos, salvo melhor juízo, começar pela causa dos problemas levantados, que querem isso, querem mais aquilo, querem mais, que na minha opinião nada mais é do que uma voltinha em torno do problema chamado causa. A causa, na minha opinião, é a falta de garantia que o agente financeiro sente no empreendimento, e ele não quer arcar com o prejuízo decorrente disso.

SR. – Eu gostaria de explanar o seguinte. A Federação, a Associação Brasileira de Hospitalidade, Gastronomia e Turismo, fizemos a parceria, no ano de 1999, em que o pequeno e o microempresário do ramo de hotelaria e restaurantes conseguem, por meio do convênio efetuado com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, a juros baixíssimos, o financiamento desde o pagamento da folha de pagamento do 13º mês, que foi oferecido, como outros empréstimos, a prazo de 24, 12. Quer dizer, existe um programa que foi firmado com a Superintendência da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Foi procurada a Nossa Caixa e infelizmente não deu prosseguimento na época. Eu gostaria que fosse apreciado também pela Nossa Caixa. Eu poderia dispor do que foi oferecido às nossas entidades. E o procedimento de que o pequeno empresário tivesse essa oportunidade.

Quando nessa ocasião o Dr. Daniel fala que a Nossa Caixa, Nosso Banco não era com o BNDES, e é a partir de agora, ocorreu de um diretor nosso, proprietário de diversos hotéis, que ficou numa instituição bancária pleiteando para uma reforma no estabelecimento, girava em R\$60.000,00, e pediram garantias inúmeras de bens. Ficou dois anos o processo lá e não foi autorizado.

Então, a dificuldade que foi demonstrada aqui pelos nossos Conselheiros é tirar esse empecilho que existe da garantia. Eu acredito que seria um caminho para a Nossa Caixa conseguir, e com a diversidade que tem de produtos que ainda não são ofertados, não é?

SR. PAULO JULIÃO – Como eu disse, nesta reunião, acho que este assunto é empolgante, e até nos remete a uma longa discussão até das idéias que nós temos. Eu mesmo poderia dar um exemplo para os senhores aqui. Há dois ou três anos, fui procurado por empresário de hotelaria, que estava querendo montar um hotel lá em Pindamonhangaba, terra do Vice-Governador. E o Gerente do Banco do Brasil não se dignava a atendê-lo. Ele me procurou e nós fomos falar com o Dr. Geraldo Alckmin, que na mesma hora ligou para o Gerente Regional do Banco do Brasil e só assim que o cliente foi atendido. Lógico que não saiu, ele não conseguiu. Mas pelo menos ele foi atendido. A única coisa que eu queria até que vocês confirmassem, e que me informaram naquela ocasião, é que uma das razões para que essa dificuldade exista para o Banco, é que o BNDES parece que joga, paga uma taxa de *spread* muito pequena para os agentes financeiros e cobra do agente financeiro a responsabilidade por uma eventual inadimplência do cliente. Parece que esse é o gargalo, não do Banco do Brasil, da Nossa Caixa, mas de todos os agentes financeiros. Então, eu nem sei se era o caso, se isso é verdade, que talvez nesse seminário, em que até nós queremos a presença do Caito aqui em algum momento, em que no final, talvez até nas conclusões, se for o caso, nós pudéssemos até fazer um pleito para que o BNDES, sei lá, refletisse, revisse alguns gargalos que os senhores entendam que devam, se for o caso, fazer parte do nosso Relatório final. Nem sei se está correta essa informação que eu passei. Mas eu dizia no começo que esta reunião, na verdade, é para nós avaliarmos o último seminário. Então, eu acho que já deu para cada um colocar as suas premências aí. Até para levar e nos trazer no final até do próximo Seminário, até já vir preparado com alguma coisa efetiva, quem sabe até para sairmos contentes daqui.

SR. DANIEL EDUARDO EDELBUT – Ótimo. As observações que foram colocadas aqui são absolutamente pertinentes. Eu estou Diretor da Nossa Caixa, Nosso Banco, mas não sou. Eu também pertencia, e vou voltar a isso quando

terminar o meu mandato, à pequena iniciativa, ao pequeno comércio. E eu sofri as mesmas conseqüências, as mesmas coisas que todos aqui colocaram.

Agora, eu estou do outro lado do balcão e vejo o que acontece também deste lado. E nós encontramos o seguinte.

Quando o BNDES empresta por meio de um agente financeiro, e só faz isso mediante agente financeiro, a não ser em grandes operações estruturadas, privatizações, operações semelhantes, em que ele entra diretamente com grandes empreendimentos internacionais ou grandes empresas nacionais, o agente financeiro que recebe um *spread* de 2% é responsável por 100% do crédito. Ou seja, se o financiado não cumprir a sua obrigação, o *spread* de 2% paga 100% da inadimplência. Então, o agente financeiro tem uma enorme responsabilidade. Se ele outorga, a juros subsidiados, com recursos do BNDES, a um financiado R\$1.000.000,00, para financiar em 60 meses, um empreendimento, um projeto qualquer, o agente financeiro, com o *spread* de 2%, paga 100% do crédito, na data certa, ao BNDES, mesmo que o financiado não pague um tostão. Então, essa responsabilidade faz com que todos os agentes financeiros, desde o Banco do Brasil até o Banco Boston, cobrem, exijam garantias adicionais de 120, 130 ou 140%, para garantir o seu crédito. Por quê? Porque o BNDES não arca com nenhum prejuízo. Ele recebe sempre, na íntegra, e na data certa. Porque o banco, independentemente de ter recebido ou não recebido, terá de pagar e recolher ao BNDES, na data certa, o valor que foi emprestado. Daí essa questão. É uma questão que logicamente precisa ser discutida, precisa ser levada a uma discussão maior. Não é com o agente financeiro, é com o próprio BNDES, até que ponto a responsabilidade deve ser na íntegra do agente financeiro, com esse *spread* que ele tem. Está certo? E aí, então, colocar a discussão de outra forma.

Se o BNDES pode arcar com metade do prejuízo, não pode arcar com nada, ou se deverá arcar com tudo. Enfim, é uma discussão que tem de ocorrer. Porque da maneira em que está colocada hoje, da maneira em que está estruturada, digamos, boa parte das operações, o agente financeiro não tem alternativa. Ou ele

se garante ou ele arca com o prejuízo. Não tem muitas alternativas. Mas este é um assunto que poderá ser discutido. Eu não sou especialista. Não sou especialista em BNDES. Não sou especialista em crédito. Não é a minha seara. Eu acho que é um assunto extremamente rico. Tem de discutir. Tem especialista hoje na Nossa Caixa, o Diretor de Estratégia de Mercado, que pode tratar com vocês horas sobre este assunto. Eu posso marcar inclusive na Caixa com eles, para as pessoas que tiverem interesse ir lá conversar com ele, levar essa discussão adiante, acho que isso seria o mais apropriado. Mas ele estará no seminário como participante, com certeza. Mas eu não quero fazer o Seminário hoje. Está certo? Acho que esse seminário tem data para acontecer. E esse vai ser extremamente rico, se vocês puderem participar e estar presentes também, e colocar as suas idéias, colocar essas reivindicações que estão sendo colocadas aqui. Porque, com certeza, daquilo vai resultar alguma coisa. Vai resultar alguma coisa.

Com relação à questão de contrapartidas, que foi colocada aqui, eu lhes garanto o seguinte. Nós não vamos exigir nem seguro, nem cartão de crédito porque não temos. Está certo? Então, pelo menos por enquanto.

Então, eu acho que na Nossa Caixa vai encontrar uma facilidade maior nesse sentido. Está certo? Não podemos nem fazer isso, porque a maioria dos nossos clientes nem tem condições de fazer isso. Nós exigimos, sim, que o cliente seja cliente do banco, há algum tempo, meses talvez, ou seja, ter alguma experiência, nós queremos ter alguma convivência com o cliente, conhecer o cliente. Nós não podemos ter uma pessoa chegar hoje no banco e dizer: Olha, eu quero R\$1.000.000,00. Credite na minha conta amanhã. Precisamos ter uma convivência. Não exigimos nada de mais. Mas como somos um banco em que, de nossos 600 pontos, 500 estão no Interior de São Paulo, a convivência do gerente com os seus clientes é muito grande. Nós vivemos em cidades, estamos presentes em cidades que só têm a Delegacia, a Prefeitura, a Igreja e a Nossa Caixa. Somos uma instituição dentro da cidade. E temos uma participação muito grande na convivência com os munícipes. Então, fazemos questão de conhecer os nossos clientes. Certo?

Então, nessa área de turismo, o Interior do Estado de São Paulo é muito rico, tem condições de crescer muito mais. Mas é muito rico. Nós temos muitos clientes que são ou bares ou restaurantes ou hotéis ou pousadas ou casas de fazenda ou outros tipos de atividades vinculadas ao turismo e que são nossos clientes há muitos anos. Não é de hoje. E, certamente, essa convivência só tem nos ajudado e tem ajudado também aos próprios clientes. E estamos interessados, muito interessados que o turismo no Estado de São Paulo, o turismo no Interior do Estado de São Paulo cresça muito, porque nós vamos crescer juntos.

Estamos à disposição. Gostaríamos que os senhores estivessem presentes no dia 24 de abril, a partir das nove e meia da manhã, no Seminário que vamos fazer aqui, em que certamente haverá espaço para discutir esses assuntos e outros assuntos também sobre a Nossa Caixa e sobre as oportunidades de negócios que se tem.

Muito obrigado.

SR. SÉRGIO BELEZZA – Saindo para um lado mais prático, eu queria fazer uma proposta. Evidentemente, nós vamos poder contar, para esses pequenos investimentos, já que sabemos que os grandes investimentos às vezes são feitos diretamente, tem um mínimo de 7 milhões de dólares, de 70 milhões de dólares, uma coisa assim, que então pudéssemos conhecer o elenco daqueles que principalmente vão atuar no mercado, num caso em que isso possa ser viável. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Caixa Econômica Estadual. Que pudéssemos saber, desses órgãos financeiros, qual o elenco de exigências que eles fazem para determinados financiamentos. O grupo poderia constituir uma comissão interna, inclusive o professor Ignarra é especialista nesse assunto, de se poder amanhã oferecer subsídios, em termos de Governo Federal, no sentido de amenizar possíveis entraves que existem para o próprio agente financeiro. Quem sabe se consegue um trabalho, por meio da Casa, desta Comissão, de se levar algumas sugestões práticas que possam ir ao encontro, se não nós vamos eternamente ficar

com o problema da garantia, com o problema de não poder atender. Eu acho que é acender uma lâmpada na escuridão. É melhor.

A segunda, não é proposta, é uma alternativa. Existe hoje o Fundo imobiliário, que é mantido com recurso da iniciativa privada, que passa pela Bolsa de Valores, e que ela tem trazido recursos substanciais para a construção de hotéis. Vimos agora, recentemente, Higienópolis, o shopping que foi construído, parques temáticos etc.

Poder-se-ia, sim, convidar para fazer uma palestra sobre Fundo Imobiliário, que seria uma alternativa também dentro do assunto que está sendo discutido.

Então, a primeira é uma proposta de se conhecer qual é o elenco desses três órgãos financeiros. E a segunda, a possibilidade de se conhecer alguém do metier, de Fundo de Investimentos Imobiliários, a fim de que possamos ver uma alternativa para o caso.

SR. PAULO JULIÃO – Perfeito. Eu acho até que a Secretaria poderia anotar essas questões, e o Fórum até oficiar aos órgãos referidos, ou convidando ou solicitando essas informações. Talvez até explicando a temática e convidando-os a participar até desse Fórum da Nossa Caixa ou de outros que entendamos mais necessários.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – São dois comentários e reforçar a proposta do Sérgio.

Primeiro, porque o Diretor falou, a exigência do tomador de um financiamento, para implantar um empreendimento turístico. Não é ter meses de conta na Caixa. Também é uma exigência difícil de ser cumprida. Não estou julgando se ela é importante para o banco ou não. Mas para o empresário, é complicado isso. Está certo?

Mas outra observação. Excluindo as grandes companhias aéreas, todos os dados indicam que o grau de inadimplência no setor de turismo é bem menor do

que 2%. Está certo? Vocês não ouvem notícia de hotel falindo, de nada. Então, não existe esse risco tão grande de emprestar dinheiro para o setor de turismo.

Mas acho que caberia, como o Sérgio colocou, nós designarmos três Conselheiros, quatro Conselheiros aqui, e a Nossa Caixa designar um técnico que seja especializado nesse assunto, e nós então faremos algumas reuniões preparatórias para ver o que que poderíamos levar no próximo Seminário.

SR. PAULO JULIÃO – Perfeito.

Fechando, eu queria concluir também, aproveitando até o que Luiz falou de lá, eu acho que a experiência deste Fórum São Paulo Século 21, eu acho que vocês devem estar acompanhando. Como eu já disse, foi editorial do Estadão, da Folha e mesmo em alguns jornais importantes do País tem sido citada essa discussão que está havendo em São Paulo.

Então, eu acho que depende da capacidade de cada um de nós, que estamos fazendo parte desses seminários, dos temas diversos que compõem o Fórum, procurar fazer, dar um resultado final do nosso trabalho quanto mais forte, melhor. Tanto melhor quanto possível. Por que isso? Porque há o compromisso do Governador Mário Covas, pelo Executivo de São Paulo, da Assembléia Legislativa, de com a força desses poderes nós encaminharmos adequadamente aquilo que for o resultado do consenso, das providências necessárias que seriam dos diversos setores que estão discutindo aqui na Assembléia. Desde Saúde e Educação até a questão do Turismo.

E especificamente na questão do turismo, eu acho que, como você falou aqui, é o maior gerador de emprego do mundo. O grande desafio do próximo século vai ser a questão do emprego. E estamos tratando de uma atividade que é a que gera o maior número de empregos, com o menor capital, na comparação com as indústrias.

Então, eu acho que vai depender de nós produzirmos um bom relatório, para que tenhamos parceiros como o Governo do Estado, a própria Assembléia, para

podermos trabalhar com as outras esferas de Governo, Federal, como é o caso do BNDES, para podermos levar as nossas reivindicações.

Eu queria agradecer ao Dr. Daniel, e antes que ele se retire, gostaria que ele apenas lesse a formação, não o programa desse seminário que haverá aqui no dia 24, que fica mais para a área de Serviços do que para a área de Turismo, mas que é de interesse de todos nós. Só ler o programa.

SR. DANIEL EDUARDO EDELBUT – O Seminário ocorrerá no dia 24 de abril, aqui no Hall Monumental da Assembléia Legislativa. Prevista a abertura às nove e meia da manhã. E o primeiro painel, que vai ser às nove e meia da manhã, o painel de abertura, com a coordenação do Deputado Nabi Abi Chedid e a participação na coordenação também, principalmente na referência ao assunto Nossa Caixa, Nosso Banco, a importância do assunto, do Deputado Paulo Julião. Está prevista a presença do Dr. Geraldo Alckmin, Vice-Governador; do Secretário da Fazenda, Dr. Yoshiaki Nakano; do Deputado Dimas Ramalho, representando o Grupo Temático da Cidadania; do Paulo Julião, da Nossa Caixa, Nosso Banco, Dr. Geraldo Gardenalli; a Presidenta da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Célia Leão; e do Paulo Julião da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o Sr. David Zaia.

Esse primeiro painel vai tratar da abertura de capital. A Nossa Caixa, Nosso Banco prevê abrir o capital, e esse primeiro painel vai discutir esse assunto.

Logo após o almoço o assunto é Expansão da Nossa Caixa no mercado e alternativas. Hoje, nos Bancos múltiplos, metade da receita é banco comercial. A outra metade da receita é exatamente desses outros negócios que hoje a Nossa Caixa não tem. Como é cartão de crédito, como é seguro, capitalização, *leasing*, corretagens, Fundos etc. Outros negócios. E esse segundo painel vai discutir exatamente esse assunto. E aí vai coordenar a Mesa o Deputado Ary Fossim. Quem vai fazer a explanação é o Diretor de Produtos da Nossa Caixa, Nosso Banco, Dr. Sérgio Gonçalves. E estarão presentes o Dr. Alkimar Moura, ex-Diretor

do Banco Central; um dos ex-Vice – Paulo Julião da Nossa Caixa, Nosso Banco, e Deputado nesta Casa também. Em gestão anterior, Dr. Fernando Vasco Leça, atualmente Paulo Julião do Sebrae – São Paulo. E o Secretário de Economia e Planejamento, Dr. André Franco Montoro Filho.

Esse primeiro painel termina por volta das quatro horas da tarde e começa, então, o último painel, que é a Capitalização da Instituição.

Hoje, a Nossa Caixa, Nosso Banco tem um patrimônio líquido de 1 bilhão de reais e possui o tamanho, como o Deputado Paulo Julião muito bem colocou, de um Banco Real. O Banco Real tem um patrimônio líquido de 4 bilhões de reais. Então, nós estamos seriamente empenhados em aumentar o patrimônio líquido da Nossa Caixa, Nosso Banco e não somente vender ações. Para quê? Para facilitar exatamente esse trabalho de cumprir o seu papel dentro do Estado de São Paulo e até fora do Estado de São Paulo.

A Nossa Caixa, Nosso Banco, mesmo sendo um dos 10 maiores bancos brasileiros, não tem nenhuma agência fora do Estado de São Paulo. Então, tem a necessidade de abrir novas agências, tanto dentro do Estado, principalmente na Capital, onde a presença nossa não é tão forte, como em outros Estados brasileiros. E esse último seminário vai tratar exatamente deste assunto, a capitalização da instituição, a maneira de poder capitalizar a instituição.

Quem vai coordenar a Mesa será a Deputada Célia Leão. O Vice – Paulo Julião de Finanças da Nossa Caixa, Nosso Banco fará a exposição sobre o assunto, que é o Dr. Joaquim Elói de Toledo. E quem vai comentar e debater será um dos membros do Conselho do Fórum São Paulo Século 21, o Dr. Antoninho Marmo Trevisan. O economista da USP também, o Dr. Ernesto Carvalho. E depois haverá um encerramento e debates com todos os presentes, sobre os diversos assuntos que foram tratados durante o dia.

Esse é o resumo da apresentação.

Senhores, muito obrigado. Srs. Deputados, muito obrigado pelo convite.

SR. PAULO JULIÃO – Queria agradecer a presença e as colocações do Dr. Daniel, e pedir desculpa aos senhores porque eu tenho um compromisso, que foi agendado extrapauta. Eu pediria que o Deputado Nabi comandasse esta reunião nesta tarde. Depois nós acompanharemos tudo o que estiver acontecendo aqui. O Deputado Nabi certamente fará melhor do que eu.

Muito obrigado. (Pausa.)

SR. NABI ABI CHEDID – Faremos o possível para substituir o nobre Deputado Paulo Julião, o que não é muito fácil. Mas tenho certeza de que terei a compreensão e a colaboração dos senhores.

Então, nós temos aqui o item 1 da pauta: Avaliação do Seminário Turismo e Infra-estrutura e Serviços de Apoio. Os participantes do Seminário receberam ao final questionários de avaliação, não foi? Estou aqui seguindo um roteiro que me foi passado. Tivemos retorno de cerca de 35 questionários preenchidos, cujos resultados tabulados a Assessoria já distribuiu a todos os presentes.

Nós sentimos aí pelos números que a avaliação foi positiva – Não é? Ou não estou sendo realista aqui? – em todos os quesitos. Tivemos muitos problemas de ordem formal, mas esses problemas podem ser corrigidos. O exemplo parece-me que foi numa segunda-feira, o serviço de limpeza demorou para chegar, quando deveria estar tudo certinho. Até o Secretário ficou no meio da.... então, houve um atraso nisso e as providências já foram tomadas junto à direção da Casa. E em nome da Casa, nós pedimos desculpas e escusas pelo ocorrido.

Então, eu gostaria de ouvir as críticas e sugestões de cada Conselheiro, o que é muito importante. A palavra está aberta.

SR. – Estou colaborando. Não é crítica, não. Estou colaborando.

Gostaria de manifestar que foi a primeira vez, hoje, oficialmente, e no dia 20 participando, de congratular-me com o Projeto de Lei do Dia do Turismo. Porque nós temos o Dia Internacional do Turismo, não é, Beleza? Dia 29 de setembro.

SR. PAULO JULIÃO – Nós aprovamos, conseguimos aprovar o, requerimento de urgência, praticamente no dia seguinte, a nossa reunião foi na segunda-feira, foi protocolado na segunda, e na terça-feira foi aprovado na reunião de líderes esse pedido de urgência, que foi colocado na sessão extraordinária da terça-feira, no dia seguinte. E foi aprovada essa urgência. Eu acredito que agora vai tramitar mais rapidamente, e no máximo em 60 dias o projeto estará aprovado.

SR. – Fazendo uma análise da avaliação, ela não antecede os cumprimentos que eu pessoalmente quero fazer ao Sr. Relator, ao Sr. Coordenador, e em especial a essa eficiente Assessoria, à Cleide, ao Mauro e à Sílvia, que trabalharam muito, e nós vimos aqui um Seminário, o primeiro que foi realizado, com um sucesso relevante. Porque qualidade dos palestrantes, 67%, debates, 57%, eu acho que aqui já disse tudo.

No que diz respeito ao comentário da falta de divulgação, eu não concordo implicitamente, porque acho que houve a divulgação. O que não houve foi a receptividade a essa divulgação.

Eu costumo dizer, e sempre repito, que a galinha é melhor exemplo de marketing, porque quando ela bota um ovo, todo mundo sabe. Mas é preciso que ela seja ouvida.

Em absoluto, eu quero comentar que houve falta de capacidade na divulgação. Ela foi eficiente. O que eu acho, como colaboração, é que nós temos de ter uma imprensa especializada turística, não desmerecendo a da Casa, não. A Assessoria Jurídica da Casa é supereficiente, competente, política, social e até esportiva. Mas na área da imprensa turística, o setor está muito cheio de cacique e pouco índio. Precisa uma especialização em lidar com aqueles que realmente mexem com o turismo, se não eles não vêm. E parece que divulgação teve, o que não teve foi a receptividade ao que foi dado para divulgar.

Então, eu quero fazer depois com o Sr. Deputado uma sugestão, e quem sabe oferecer até alguns nomes, funcionários da Assessoria de Imprensa da própria

Secretaria, que poderiam dar uma colaboração, especificamente com uma vivência de 20, 30 anos na área de turismo. E fazer o trabalho que hoje a dona Cleide, que o Mauro e a Sílvia fazem de telemarketing, porque ela me ligou duas vezes para dizer: “O senhor tem de vir aqui. O senhor tem de vir aqui.”

Então, a sugestão que eu faço é a seguinte: que passe a ter uma Assessoria de Imprensa turística especializada.

No mais, os meus cumprimentos.

SR. PAULO JULIÃO – A sugestão é muito boa e importante, e acho que tem de ser adotada.

SR. – Eu também vou fazer comentário do comentário. De sete itens aqui, acho que só um eu posso concordar. Falta de participação de autoridade política do Estado. Bolas! Deputado presente. Secretário de Turismo presente. Que autoridade ele quer aqui? Governador!

SR. – O Coordenador Turístico presente no Seminário não tem?

SR. – Pois é. Então, quem fez esse comentário não sabe o que está falando.

Falta de divulgação. Concordo com o que foi dito. Apenas e tão-somente, eu também tenho de fazer um reparozinho, que foi feito em cima da hora o convite. Eu não tive tempo de distribuir todos os convites. Então, aí é normal. Isso aí não é uma falha. É normal quando se faz a primeira vez etc.

Necessidade de participação de estudantes e bacharéis em Direito. Necessidade não é bem a colocação correta. O que eu acho que deve etc., tudo bem, é bom para eles e tudo o mais. Agora, isso aqui deve ser aquelas duas professoras que me deram carona até a cidade, lá da Faculdade Santana. Acontece que é um trabalho que pode ser feito por meio da Secretaria de vocês aí, de fazer

um ofício para o próximo evento, fazer um ofício protocolado para as Diretorias das Faculdades, colocando à disposição, para não ter de ficar ouvindo isto aqui. Porque não acho que a colocação seja esta.

Pedido de apostila. Mas como apostila? Não é curso. É brincadeira! Sabe, não devia nem estar aqui.

Muito assunto importante para pouco tempo. Mas nós vamos ter sempre isso. Qualquer seminário de um dia, para colocar essas coisas, sempre vai ser assim. E nós temos de chegar aqui e dar uma estilingada o mais rápido possível e não pegar muito alvo, se não você perde a força e acabou. É normal isso aqui.

Não foi respeitado o tempo para cada palestrante e para o início dos trabalhos. Mas isso também é normal. Isso nem precisa nem colocar aqui. Está certo? Quando nós estamos no horário para começar, o público também chega atrasado. Então é brincadeira.

A única coisa, necessidade de outros eventos do gênero, é a única coisa válida aqui.

Eu queria registrar os meus comentários a respeito desses comentários porque eu acho que nem deviam estar aqui seis desses sete.

SR. LUIZ – Eu gostaria de sugerir, com relação a dias da semana, que se evitem sexta e segunda. Eu acho que basicamente todas as pessoas que têm atividades intensas têm dificuldades exatamente nesses dois dias da semana.

SR. PAULO JULIÃO – Plenamente de acordo.

SR. LUIZ – A questão é de dias de pico de atendimento. Quer dizer, a sexta-feira é a consequência de toda a semana, e a segunda também é sempre o rescaldo que tem os problemas.

Então, seriam terças ou quartas os dias ideais para o Seminário. Isso aí nós observamos inclusive de modo geral quando se realiza esse tipo de evento. De modo geral se evita. A não ser que seja um programa que tem de trazer fim de semana, então se estende a segunda. Mas de modo geral se evita isso.

SR. PAULO JULIÃO – A observação é válida. Eu acredito que a opinião de todos é a mesma com relação às segundas-feiras, ou é indiferente? Porque se for o caso, então, alteraríamos a data do próximo seminário, que está marcado para o dia 8 de maio, que é uma segunda-feira.

SR. PAULO JULIÃO – Quarta-feira. Estão de acordo todos?

Nós vamos trabalhar nesse sentido e confirmaremos para o dia 10 essa mudança. Perfeito?

SR. – Então, para fazer um comentário sobre os debates. Aquilo que deu para presenciar, e não os números apresentados aqui na avaliação. Acho que os debates, para os palestrantes, ficou um pouco aquém do que se esperava. Os que foram levantados pelos presentes estavam um pouco fora do foco. Por outro lado, isso mostra que o pessoal estava interessado muito aqui em falar e colocar suas dúvidas, os seus problemas. Então, fica uma dúvida. Talvez, conversando com o nosso companheiro, se numa próxima deixasse um espaço talvez no início, para que sejam levantados esses problemas. E que não interfiram, então, depois durante o seminário. Porque são levantados assuntos paralelos. Não tinham nada a ver com os assuntos discutidos, mas eram assuntos importantes para quem apresentou. E, logicamente, merecem a sua resposta. É uma sugestão talvez para ser analisada.

SR. – É que eu percebi várias vezes que, em alguns debates que tive oportunidade de acompanhar, que a plenária estava muito mais interessada em aproveitar a sapiência dos expositores, em relação a questões que eles trouxeram

de suas origens, questões muito ligadas à cidade deles ou aos empreendimentos deles enfim. E isso de certa maneira acabou norteando o debate e não a exposição, a própria conferência ou a palestra em si.

Então, uma forma de se resolver isso, e a organização acho que até poderia pensar numa maneira de fazer, aliviar essa expectativa, vamos dizer assim, essa ansiedade do Plenário, se em determinado momento, ou no início dos trabalhos, houvesse uma chance das pessoas escreverem as suas perguntas, o que gostariam de ver respondido no debate. E nesse meio tempo, pessoas com especificidades sobre o assunto, membros da própria Casa, do Conselho Estadual de Turismo, especialistas no setor poderiam eventualmente até preparar alguma coisa para que pudesse ser apresentada num debate final, alguma coisa assim. Só trocando idéia aqui um pouquinho.

SR. – Você está falando para fazer isso no início ou na ficha de inscrição? Porque no Congresso da Vale já chegou a se fazer na ficha de inscrição.

SR. – Para dizer o que você quer ver debatido no nosso Congresso?

SR. PAULO JULIÃO – A sugestão é boa. Nós vamos tentar viabilizar.

SR. – Eu queria pedir licença aos meus colegas Conselheiros para fazer alguns comentários no sentido que eu acho que é o nosso papel, de aperfeiçoar o nosso trabalho aqui. Não é isso? Então, eu gostaria que todos entendessem não como uma crítica às pessoas. Mas, primeiro, aos meus alunos, eu sempre ensino que numa pesquisa como essa é bom, quando existe ótimo, significa que tem problema. Está certo? Se o cara não colocou ótimo, colocou bom, todo mundo, isso é até técnica, não é? Colocamos as alternativas e o cara começa no ótimo. Porque a primeira ele olha e já... Então, se não colocou ótimo no horário e no debate é porque ele estava com alguma restrição. Está certo? E, de fato, nós chegamos aqui

e o plenário não estava arrumado. O Sr. Secretário, infelizmente, teve de ficar aí uma hora esperando, e eu imagino que a agenda do Secretário não é tão fácil assim. E depois também essa questão que o Jarbas colocou, eu entendo, mas acho que tem de ter uma disciplina de horário de palestrante. Porque não pode, nós estamos lá com um horário, cada um vai falar 15 minutos. Aí um fala meia hora, 40 minutos, é evidente que chega no fim do dia, ninguém tem mais tempo, e para o que as pessoas queriam debater não sobra mais tempo. Está certo?

Então, essa questão aqui que eles reclamaram, eu acho que é procedente. Acho que deveríamos trabalhar essa questão, de no próximo tentar começar no horário, ou pelo menos com uma tolerância máxima aí de uns 15, 20 minutos. E ter um pouco de disciplina. Alguém tem de estar na mesa, com o relojinho ali, olha: Mais um minuto. Só mais dois minutos.

Agora, quanto a comentários sobre falta de divulgação, é lógico que não foi falta de divulgação. Mas nós tivemos problemas de divulgação. Realmente tivemos, não é? Eu cheguei a receber convites e depois me retiraram os convites da mão porque não tinha. Então, tinha pouco convite. Chegou em cima da hora. Tinha material que não tinha data. Programa que não tinha data.

Então, eu acho que se nós, quando é que vai ser o próximo mesmo? Que dia? No dia 10 de abril.

SR. – De maio não é? Nós estamos no dia 28, nós temos 40 dias para... Então, nós temos de dar um limite. O convite tem de sair no máximo, não sei quantos dias...

SR. PAULO JULIÃO – Aqui nós temos uma programação, pela oportunidade – desculpe interrompê-lo – nós temos uma programação em que nós entendemos que deve estar concluído o trabalho para o próximo, até o dia 11 de abril.

SR. – Ou seja, o Jarbas, o Paulo Julião da Abeoc poderia dar essa orientação técnica para nós.

SR. PAULO JULIÃO – Os nomes de palestrantes, debatedores confirmados, tudo um mês antes praticamente.

SR. – Eu só queria um aparte na sua palavra, para poder falar antes dele. Eu queria saber por que a Casa, a Assembléia, aqui a Casa, sei lá, Comissão, não sei, por que não contrata uma das firmas da Abeoc para cuidar dessa parte?

SR. – Perfeitamente.

SR. – Eles vão fazer um desconto, não vão cobrar muito. E dar para uma firma especializada e vocês saem fora do circuito, vocês só comando. O que vocês querem? Eles organizam detalhes, cuidam da divulgação etc. E, ao mesmo tempo, vocês estão prestigiando uma das firmas da Abeoc, isso se a Abeoc não quiser fazer de graça. Não sei. Mas, de qualquer forma, eu quero chegar por aí.

SR. PAULO JULIÃO – Sendo de graça, é uma bela promoção.

SR. ALEXANDRE LEITE VERTEL – A Abeoc fará. A Abeoc -São Paulo fará de graça, mas quer contar com a ajuda da Assessoria da Casa. (Palmas.)

SR. PAULO JULIÃO – Ajuda total.

SR. NATAL LÉO – Uma questão de ordem. Em nome da classe trabalhadora, eu queria, realmente eu levei, depois de terminado o Seminário, eu levei ao Alemão, que é o nosso Paulo Julião da Central, os objetivos e o que foi discutido dentro do

Seminário. Para nós foi uma alegria verificar que empresários estão procurando abrir empregos. Tendo uma série de dificuldades tremendas para conseguir os seus financiamentos e buscar alguma coisa. E eu sou o responsável pela área de qualificação e formação profissional na área do sindicalismo. Realmente pode ter existido uma série de falhas em termos de, como você falou, demorar para arrumar o local. Mas ficamos muito contentes, e por isso que peço desculpas a vocês, que fazem parte do Conselho, se autoconvidou para participar deste grupo. Porque nós vimos que realmente teríamos muita coisa em ajudar vocês no sentido do trabalhador, principalmente da área do turismo, que faz parte, a Federação e a Confederação fazem parte da nossa Central. Então, eu digo a vocês, e volto a repetir também o que foi dito, a divulgação. Realmente ela chegou muito em cima, não deu basicamente para se arrumar e trazer, porque o próprio convite, quando você dá um tema genérico, você fica em dúvida para quem vai enviar o convite, ou quem você vai designar para vir representar a entidade. Por acaso, eu vim. E por acaso deu certo, no sentido de que eu trabalho na área de formação. Mas eu julgo que vocês estão no caminho certo e nós queremos trazer da Central nossos parabéns, porque nós vimos a possibilidade de abrir empregos. Para nós isso já foi um... Por isso eu tomei a liberdade de pedir ao Deputado Julião que nós gostaríamos de participar ativamente. Então, nós estamos à disposição na área de formação. Nós fazemos parte em termos nacionais. Estamos indo amanhã para Manaus, para fazer outra parte de formação sindical em âmbito de Brasil inteiro. Então, parabéns. Estamos à disposição. E, se possível, realmente, na hora de enviar esses convites, que isso ocorresse um pouquinho antes, para nós nos prepararmos e trazer pessoas de fora, de outros Estados também.

SR. PAULO JULIÃO – Muito obrigado pelas suas palavras e a satisfação de tê-lo conosco.

O problema é o seguinte. Tivemos problemas de gráfica. Tivemos de mandar imprimir novamente, véspera de Carnaval, ficaram prontos. Aí veio o Carnaval e

tivemos de distribuir em cima da hora. Agora nós estamos com um tempo maior e valeu a lição, não é? Está certo?

Alguém mais?

SR. – Eu vou fazer uma observação. Eu acho que se realmente todos os convites fossem distribuídos e tivesse vindo todo mundo, não caberia no local em que foi colocado.

SR. – Nós vamos ter de tomar cuidado com isso. No próximo, provavelmente vamos trazer muito mais gente, graças à repercussão do primeiro.

SR. – Não. Não. Nós já tínhamos tomado providências com relação a isso. Quando passaram a mim e ao Deputado Paulo que foram distribuídos 3.000 convites;

SR. PAULO JULIÃO – Nós já tínhamos preparado o Plenarião da Assembléia para poder estar pronto. Ia depender, vamos dizer, da presença de público, sendo que nós íamos transferir do Theotônio para o Juscelino.

(Fora de microfone.)

SR. PAULO JULIÃO – Com a palavra o prefeito de Joanópolis.

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – Só repisando o que já falaram, realmente os convites chegaram um pouco tarde, não é? Eu encaminhei os convites para os municípios lá do Serras e Águas, que são 11. E tiveram cinco presenças aí. Da Universidade São Francisco esteve uma pessoa. Da Fesb lá estiveram mais duas. Estiveram presentes cinco pessoas.

Aqui, quando disseram que talvez faltassem aí políticos, não é, no caso, talvez quisessem dizer que faltou convite assim para a área de Educação, Saúde, Meio Ambiente, que poderiam participar também dessas palestras, o que é muito importante aí na área de turismo.

Os palestrantes foram convidados?

SR. PAULO JULIÃO – Palestrantes, não. Mas os convites às autoridades foram enviados. Porque essas áreas não são áreas especificamente nossas, porque outros grupos abrigam essas áreas.

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – É. Assim falamos por causa da grande ligação que tem o turismo com tudo isso. E nós notamos também que na área empresarial, o pessoal está muito bem e está muito positivo o que eles estão pedindo, que é a desburocratização das coisas, facilidades para que eles possam desenvolver o seu papel no turismo. E faltaria a participação dos governos federal, estadual e municipais, que pouca coisa têm feito aí na área de turismo.

SR. – Eu queria fazer só um comentário, que diz respeito à participação do sr. Natal, que foi comentada aí. Veja bem. O Governo Federal, hoje, pelo que se sabe, tem duas prioridades. É o turismo e a agricultura. Porque são inevitavelmente os maiores geradores de emprego. Se considerar o que nós falamos hoje, de programas de BNDES, para a construção de hotéis, sejam eles pousadas, hotéis etc., cada quarto de hotel construído gera de 0,4 a 6 empregos diretos e indiretos. Então, na hora em que nós estamos discutindo um programa de financiamento para a construção, para empreendimentos turísticos, ou seja para a infra-estrutura de municípios, nós estamos, isto sim, resolvendo um grande problema da atualidade no Brasil.

Então, eu quero só registrar, como oportuno, um trabalho feito recentemente, como homenagem ao Nelson de Abreu Pinto, que ele conseguiu, com a Frente

Sindical e com o Sindicato Patronal, estabelecer um núcleo lá dentro, de encontro de empresário e de empregado que quer o emprego, e hoje aquilo é feito graciosamente para ambas as partes, trazendo o interesse de ambas as partes para uma coisa comum, que é o problema do desemprego no Brasil.

Então, esses fatos que nós estamos aqui discutindo têm uma repercussão direta na geração de empregos.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Uma coisa que eu esqueci de comentar, não sei se seria uma questão de discutirmos aqui, mas não seria o caso de a autoridade convidada, no caso do nosso seminário foi o Secretário de Esporte e Turismo, ser colocada para falar no final do Seminário, em vez de falar no começo dele? Porque, sinceramente, eu senti que ficou meio distante a apresentação do Secretário do nosso objetivo. O Secretário, evidentemente, estava com o palanque dele, ele fez um discurso do que que o Governo está fazendo, o que a Secretaria faz é apresentar os problemas e aí debater com o Secretário esses problemas.

Então, não sei se seria o caso de termos uma abertura.

SR. PAULO JULIÃO – É que ele deixou o Coordenador de Turismo para falar. Mas eu acho que tem de ser examinada essa possibilidade realmente.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – É. Ou determinar a abertura...

SR. – O Coordenador do Seminário...

SR. PAULO JULIÃO – Ficou o Seminário todo.

SR. LUIZ RENATO IGNARRA – Até mesmo porque a platéia já ouviu o Secretário falar quinhentas vezes sobre isso. Então, acho que ele desperdiçou o

tempo dele falando o que ele estava fazendo, sendo que todo mundo já sabe o que ele está fazendo.

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – Estou de pleno acordo com o Ignarra. Realmente o Ignarra tem razão. O Secretário poderia ter sido o último, teria ouvido o que todo mundo falou e não falaria algumas coisas que não devia ter falado.

SR. – O que que ele não deveria ter falado?

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – Por exemplo, umas coisas que não aconteceram e ele falou que estava acontecendo na Secretaria de Turismo.

São aqueles programas que ele falou que está em funcionamento, e eu já estive três vezes com ele em reuniões e nenhuma delas aconteceu.

SR. – Mas fala um só programa que não está acontecendo.

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – Por exemplo, o plano que ele propôs para os municípios, da Criança Fora da Rua, nós fizemos o projeto do jeito que ele fez e não foi cedido nada para isso daí. Ele falou algumas outras coisas que não acontecem.

SR. – Que mais? Não. Essa daí eu já tenho resposta. Quero saber se tem mais alguma.

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – No caso de colaboração com o município que a Secretaria faz e realmente não está fazendo.

SR. – Bom! Hoje teve uma homenagem para o Farhat, da Federação Paulista de Futebol, agora do meio-dia às duas horas, ele recebeu um troféu etc., porque a Federação Paulista de Futebol deu para o projeto das crianças cem mil reais. O projeto tirar criança da rua, eles fizeram lá, já tem um espaço pronto, inaugurado, não sei onde, eu não fui na inauguração, mas eu soube que o Covas já deu o sinal verde para ele fazer mais 20. Porque ele fez aquele sem dinheiro do Estado. O Covas mandou fazer mais 20, que dá dinheiro.

Agora, eu sou do turismo há muitos anos, e quero dizer a você que não me agrada ver um Secretário de Esportes e Turismo fazendo ação social. Porque eu não sei o que faz a Secretaria de Bem-Estar Social, que não faz nada. Então, precisa fazer outro Secretário. Tá?

Eu não sei qual é o projeto de criança para a sua cidade, mas eu juro que eu vou ver amanhã.

E essa outra coisa que você falou, de ajuda ao município, você precisa colocar bem. Eu já falei para você que enquanto não receber o diplominha de cidade de interesse turístico, você não pode reclamar nada. A sua cidade. Não culpa a sua. Culpa do prefeito anterior.

Por sinal, hoje, eu pus uma carta no correio para você, com um modelito para você seguir rapidinho, que é para ajudarmos a sua cidade. Eu sei que você não tem culpa de nada. Já disse e vou repetir.

Agora, eu não concordo que você desanque paulada no Secretário que não ajuda o seu município porque os prefeitos anteriores do seu município não fizeram por merecer. Pelo contrário, deram as costas. Eu devia cobrar as ligações que eu fiz para lá da minha casa.

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – Eu já tive umas três reuniões com o Secretário, a primeira delas foi numa Universidade, onde nós não pedimos nada. Ele é que prometeu.

SR. – Não. Eu vou cobrar isso para você amanhã. Amanhã, às 9 horas, eu estou cobrando isso para você.

SR. JOSÉ GARCIA DA COSTA – Eu gosto muito do Secretário. Ele é muito sério. Toda vez que ele fala, fala muito bonito. Gosto muito. Mas, realmente, de efetivo não aconteceu.

Nós temos um programa parecido a esse que ele faz, de tirar criança da rua, e realmente a Secretaria de Turismo não tem ajudado.

Eu digo porque a Secretaria de Turismo está ligada com os municípios. O município tem recebido muita gente de fora, não só Joanópolis, como na região lá, e não tem recebido. Se não for estância, não tem auxílio nenhum, nenhum, nenhum. Nem mesmo para um simples evento a Secretaria de Turismo não liberou nada.

SR. – Lei de estância é lei estadual. E as outras cidades não têm lei.

SR. PAULO JULIÃO – Se me permitem, por gentileza, nós estamos saindo um pouquinho da matéria. Mas aqui vale tudo no sentido das pessoas ficarem à vontade para falar. Mas eu quero dizer que sou o autor do projeto de lei que cria a Estância de Joanópolis. Ele ainda não foi aprovado porque o CONDEPHAT mudou de prédio e os processos ficaram lá três, quatro meses nas gavetas aí, esperando uma decisão, que deve acontecer na próxima segunda-feira. Porque, realmente, quem não conhece, já que foi levantado isso, para encerrar o assunto, Joanópolis, mas o Jarbas conhece, não tem idéia do que é Joanópolis. Joanópolis tem tudo o que Campos do Jordão tem, menos infra-estrutura e menos investimento. Com o tempo, eu acho que a área do turismo, na medida que isso for divulgado, vai despertar para algo que está incrustado ali na Mantiqueira e que realmente é muito bonito e espetacular.

SR. – Eu queria colocar agora do ponto de vista de financiamento. Eu acho que nós estamos com muita esperança em cima do BNDES. Quando na verdade, acho que para as pequenas e médias, e principalmente para os pequenos empreendimentos, o Estado de São Paulo tem condições de estimular coisas nesse sentido. Eu acho que vamos aproveitar que a Nossa Caixa está abrindo a sua estrutura, eu acho que nós devemos realmente pedir que se crie, por meio da Nossa Caixa, empreendimentos para favorecer os pequenos, do contrário não vai sair nunca. O BNDES pode esquecer para a pequena, ele não vai conceder porque acaba sendo muito caro. O BNDES está preocupado com as privatizações. Isso vai levar muito tempo ainda. E todo recurso do BNDES vai ser deslocado para esse ou para grandes empreendimentos. Então, nós temos aí ainda a área de energética, nós temos as telecomunicações, nós temos muita coisa, e o dinheiro do BNDES não é suficiente para impulsionar tudo isso. Logo, eles não vão se preocupar com alguém que está precisando de cinco mil reais, dez mil reais, vinte mil reais. Acho que nós temos de criar um programa dentro da Nossa Caixa para isso, que era o que o Badesp se propunha a fazer, ele foi claro...

SR. PAULO JULIÃO – Perfeito.

SR. – Porque eu acompanhei isso, porque eu também trabalhei no Estado durante 15 anos. Fui o fundador da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, Prodesp. Então, eu conheço bem essa estrutura. Acompanhei desde aquela época tudo isso. Inclusive, como eu atuo na área administrativa-financeira, busquei muito dinheiro na área federal, para desenvolver empresas e assim por diante.

Então, eu acho que o que está precisando no Estado de São Paulo é isso. Porque o BNDES se preocupou com o Nordeste, para empreendimentos que foram gerados lá. Para o Estado de São Paulo muito pouco. Então, os agentes financeiros não estão preocupados em estimular isso, porque eles não vão se preocupar com

2% de uma taxa de administração para estimular uma inadimplência ou a possibilidade muito grande de não receber.

Eu acho que os pequenos empreendedores, se for um projeto bem estruturado, e com orientação adequada, com certeza vai pagar o seu empréstimo e vai pedir mais. Porque na verdade o risco maior é dos grandes empreendimentos realmente poderem quebrar. Os pequenos empreendimentos, se forem bem conduzidos, se tiverem uma assistência técnica adequada, e o Estado de São Paulo tem condição para isso, com certeza vai se impulsionar muita coisa dentro da área do turismo. Quer dizer, um pequeno estabelecimento, uma pequena pousada. Quer dizer, para grande hotel não precisa, porque os grupos internacionais estão vindo aí e vão trazer dinheiro. Está certo?

Logo, eu acho que nós precisamente, exatamente precisamos é gerar emprego nesses pequenos grupos.

SR. PAULO JULIÃO – Justamente. A sua colocação está perfeita e eu acho, já está aqui na pauta, que nós já podemos decidir a Comissão que vai manter esses contatos com a Caixa. Porque eu acho que o canal hoje, na minha opinião, fiquei ouvindo tudo aqui etc., chama-se Caixa Econômica do Estado. Por quê?

SR. – E a Assembléia tem um grande papel que vai aprovar a modificação do banco ou não.

SR. PAULO JULIÃO – É isso aí. O grande canal hoje para investimentos menores, é justamente a Nossa Caixa Nosso Banco. Então, nós temos de trabalhar em cima disso. Nós poderíamos formar já a Comissão. E, realmente, a partir do momento em que nós tivermos subsídios, quem vai decidir é a Assembléia. E nós já estamos antecipando o conhecimento das dificuldades, para podermos amanhã aprovar aquilo que interessa.

Porque nós vamos aprovar a abertura de capital? Vamos. Em que condições? Aí é que nós vamos impor as condições. Está perfeito? Vamos ser claros. Porque, realmente, quando tinha o Badesp, eu me lembro bem, sou Deputado há 38 anos, infelizmente ele perdeu as suas finalidades porque era o BNDES paulista. Perdeu a sua finalidade. Então, o Banespa iria suprir isso, quando foi extinto o Badesp. E o fez relativamente. Mas quem pode fazer nesse momento é a Nossa Caixa Nosso Banco. Então, eu gostaria que os senhores formassem a Comissão, fica a critério dos senhores. Mas vamos defini-la agora, de três, quatro membros, para que mantenham esse contato urgente. Porque eles virão aqui para vender o peixe, no dia 24. Está certo ou não? Então, nós temos de vender o nosso.

SR. PAULO JULIÃO – A contrapartida é vendermos o nosso peixe. Então, os senhores querem isso? Tudo bem. Em contrapartida, nós queremos isso.

Vincular dentro de uma possibilidade.

Algo realmente exequível. Está certo ou não?

Estou indicando o sr. Luiz Blei para fazer parte dessa comissão.

SR. – Ele disse que existem técnicos e diretores afins na área.

SR. PAULO JULIÃO – Justamente. Justamente. E vai passar pela Assembléia.

Então, nós podemos já antecipar essa discussão. E os senhores, nós todos aqui, os membros da Comissão, que vão nos trazer esses subsídios, depois desse contato, para saber o que eles pensam, o que eles querem, que não é só quererem, nós também vamos querer, os senhores vão nos ajudar muito. Eu digo nós, em termos do grupo. E nós, Deputados. Podem ter certeza disso. Tanto o Paulo Julião como a mim, como portadores dessas conclusões à própria Casa, para os demais Deputados da Casa.

SR. – Então, na emenda, no embalo do Jarbas, eu sugiro o Luiz Renato também.

SR. – E por que não o prefeito lá? O sr. Prefeito sabe os probleminhas da área. Não é?

SR. JARBAS – Você topa? Você tem uma representatividade, uma autenticidade muito profunda dos problemas.

SR. – A dificuldade, Jarbas, é que a linha de crédito seria para a iniciativa privada. Não sei.

SR. JARBAS – Nós sempre estamos falando de linhas do BNDES, que seriam exclusivamente para a iniciativa privada. Em princípio.

SR. – Essa infra-estrutura estaria dentro da política governamental.

SR. – O senhor está desconvidado.

SR. – Mas, por outro lado, a Nossa Caixa tem linhas de financiamento para os municípios. Então, poderia incluir o turismo também.

SR. PAULO JULIÃO – Poderia incluir tudo isso. Então se justifica a colocação do Jarbas.

E se justifica que o prefeito represente, porque realmente ele vai representar os Municípios no relacionamento município – Estado.

SR. – É que perto da cidade dele tem Nazaré Paulista, eu conheço vários hoteleiros ali, que estão uns estabelecidos e outros ainda não, que eles ainda lutam com o problema. Um probleminha minúsculo mas...

SR. – Eu tenho mais uma sugestão a fazer. O Schiapeta, que é o representante da Hotelaria, dos Hotéis, Restaurantes. Ele representa. São 95.000 estabelecimentos.

SR. PAULO JULIÃO – Já temos quantos?

SR. – Se o prefeito entrar, cinco.

SR. PAULO JULIÃO – O Aristides tem de participar.

SR. PAULO JULIÃO – cinco, está bom? Tem mais alguém?

SR. – Não. Está bom.

SR. – Vamos combinar onde nós poderíamos, porque aí vai ter de se reunir.

SR. PAULO JULIÃO – Por favor. A missão dos senhores é importante.

SR. PAULO JULIÃO – É importante para o Fórum e é importante para o parlamento de São Paulo, porque, repito, os primeiros subsídios que nós vamos receber vai ser a partir desse trabalho que os senhores vão realizar.

SR. – Então, para deixar claro, essa primeira incursão dessa Comissão seria levantar o pensamento da Nossa Caixa Nosso Banco em relação ao assunto.

SR. PAULO JULIÃO – Justamente. Se eles pedirem opiniões, já começa a ser feito.

SR. – Levantamos o que eles estão pensando em fazer. Para depois voltarmos a esta Casa aqui e discutirmos o que nós queremos pedir.

SR. – E aí tentamos fechar. O ideal seria que nós fizéssemos esse circuito antes do dia 25. Se não for possível, nós vamos tentar marcar um seminário de turismo, em que nós convidaríamos a Nossa Caixa.

SR. PAULO JULIÃO – Eu acho que ele tem de ser feito antes do dia 25, antes do dia 24, não é? Tem de ser antes do dia 24, porque eles vão vir aqui vender o peixe, e nós vamos ter de fazer o aperto, começar a apertar aí.

SR. – Nós teremos de fazer uma reunião com eles, imediata, e depois nós faríamos uma nossa, antes do dia 24, para sabermos o que nós vamos pedir a eles no dia 24.

SR. – Nós faríamos a nossa reunião antes de fazer o contato lá. Depois, logo em seguida, faríamos com a Caixa. Nós também não vamos contar para eles o milagre, está certo? Nós precisamos definir o que nós queremos.

SR. PAULO JULIÃO – Os senhores fazem a reunião entre os senhores.

SR. – Se não eles virão aqui se defender. Nós não temos de contar o milagre para eles. Eu acho que devemos sentir os subsídios deles. Mas não contar o nosso plano.

ossa antes. Vamos marcar na terça-feira.

SR. PAULO JULIÃO – Vamos dar uma coordenada. Os senhores se reúnem, decidem rapidamente. Nós, eu falo o Julião e eu, com a Assessoria, tomaremos providência para agendar uma audiência – Está certo? – no tempo disponível que os senhores sugerirem. Acertamos. Os senhores vão para a reunião.

Em seguida, se houver necessidade, se a matéria for realmente, vamos dizer, interessante, e eu acredito que será, nós faremos uma reunião no dia 24. Porque se não nós não vamos chegar no dia 24 atirando para todos os lados. Está certo? Tem de ser uma colocação e um pensamento uniformes, está certo?

SR. – Aristides, eu queria fazer apenas um comentário. Que não se esquecesse – Aristides e prof. Ignarra – de obter deles o elenco de financiamento que eles têm.

SR. – E as dificuldades que eles têm, pois em conjunto nós podemos até removê-las na grande parte.

Aristides, a moça foi olhar, está chovendo aí fora. Aproveita e faz uma reunião. Acaba essa, você pode fazer.

SR. PAULO JULIÃO – Pode fazer a reunião.

SR. – Está chovendo mesmo. Não está chovendo? Está chovendo, vocês vão se molhar mesmo.

SR. PAULO JULIÃO – Olha, eu vou terminar a reunião logo. Tem mais só um ponto. Seriam dois. Da Comissão, que eu ia colocar, mas, pela oportunidade, foi antecipado. Seria o nº 2, passou a ser nº 1. Em seguida, eu vou dizer, tem um ponto só para definir, que vai depender dos senhores também. E os senhores podem fazer

a reunião agora, e nós amanhã ligamos para agendar só a audiência para os senhores. Está certo?

SR. PAULO JULIÃO – Então, o outro seria o quê? Organização do próximo Seminário. Por gentileza. Organização do próximo Seminário. Aristides. Organização do próximo Seminário. Capacitação de recursos humanos, Comunicação e Marketing Turístico. Conforme aprovado em reunião, são os seguintes os temas a serem abordados: Política de qualificação e especialização dos serviços. Capacitação de recursos humanos. Conscientização turística. Promoção turística. Turismo de negócios e eventos. Turismo de massa. Turismo da melhor idade. Turismo de lazer. Ecoturismo e Turismo cultural.

Então, os grupos têm de ser organizados, como foi feito da outra vez, não é isso?

SR. – Questão de ordem. Eu só queria fazer uma pergunta. Quando diz capacitação é capacitação do empregado que trabalha na área de. Capacitação de mão-de-obra.

SR. – De mão-de-obra, não é? Ah, então está bom. Nós gostaríamos de estar presentes.

SR. PAULO JULIÃO – Tem alguma dúvida? O que os senhores sugerem?

SR. – Mas os grupos já não estavam formados?

SR. – Não. Foi só no começo e parou. Porque na verdade aqui está o grupo que participou do Seminário anterior.

SR. PAULO JULIÃO – A idéia é a de que todos os grupos participem de todos os seminários. Nosso trabalho está sendo muito brilhante. Queremos aqui agradecer até a colaboração que os senhores têm dado.

SR. – Você vai receber um financiamento para comprar um ônibus. Arruma um financiamento de ônibus, e tudo bem.

SR. – Olha, com toda a sinceridade, com essa disposição, se atacar esses alvos, que são prioritários em solução de problemas que até agora ninguém teve a coragem de atacar, eu acho que a Assembléia, por meio deste Fórum aqui, pode trazer resultados maravilhosos em benefício do turismo.

SR. PAULO JULIÃO – É o nosso objetivo. E, Sérgio, nós sabemos que o Governo Federal vai lançar um grande pacote em maio.

SR. – E tem dinheiro para o BNDES, Congetur etc.

SR. PAULO JULIÃO – Tem dinheiro para tudo. Então, nós estamos antecipando que vamos ter a Carta de São Paulo, conforme foi discutido amplamente.

SR. – Nosso agente financeiro vai ter de estar lá.

SR. PAULO JULIÃO – Justamente. Justamente. Eles entraram no processo, na área de serviços, aproveitaram o gancho. E nós vamos aproveitar também o gancho...

SR. – E inclusive para infra-estrutura para os Municípios. O que fizeram no Norte e no Nordeste é um exemplo.

SR. PAULO JULIÃO – Aqui há uma sugestão, pela oportunidade, da Assessoria, que poderia colocar metade nos primeiros quatro itens. E depois são seis aqui.

SR. – Quais são os quatro itens? Repita, por favor.

SR. PAULO JULIÃO – Política de qualificação e especialização dos serviços (1). Capacitação de recursos humanos (2). Conscientização turística (3). Promoção turística (4). Turismo de negócios e eventos (5). Turismo de massa (6). Turismo da melhor idade (7).

SR. – Esse entra no de massa.

SR. PAULO JULIÃO – Turismo de lazer (8). Ecoturismo (9) e Turismo cultural (10).

SR. – Olha, qualidade é uma coisa, importante aliás. E a reciclagem, como é que se diz...

SR. – A Capacitação, são dois itens que poderíamos...

SR. – Então! A minha sugestão, se me permite, os três primeiros temas estão relacionados com capacitação.

SR. PAULO JULIÃO – O terceiro é Conscientização turística. Formação, qualificação e conscientização. Está certo?

SR. LUIZ RENATO – E os demais são ou segmentos ou produtos turísticos.

SR. – Espera aí. Espera aí. Luiz Renato desculpa. Você deu uma idéia boa, juntar os três primeiros. Vamos já fechar isso, antes de mais alguma coisa. O senhor concorda, Paulo Julião? Fecha mais.

SR. – Vejam bem. Os sete são segmentos de turismo, que são tratados no marketing.

SR. PAULO JULIÃO – Se me permitem, então, seriam dois grupos: Política de qualificação e especialização dos serviços (1). Capacitação de recursos humanos (2). Conscientização turística (3). Estes serão um grupo.

SR. – Capacitação de um modo geral, não?

SR. – Capacitação, qualidade.

SR. PAULO JULIÃO – Os outros são: Promoção turística. Turismo de negócios e eventos. Turismo de massa. Turismo da melhor idade. Turismo de lazer. Ecoturismo e Turismo cultural. Isso seria outro bloco.

SR. – É promoção e segmentação turística.

SR. – Acrescenta Turismo Rural.

SR. – Na área de lazer, o lazer e a sensibilidade para os deficientes, que não está aí. Isso é importantíssimo.

SR. PAULO JULIÃO – Acrescente em turismo.

SR. – Tem Sebrae, tem alguns outros da área promocional. Então, para não sobrecarregar. Porque se não esse grupo vai acabar assumindo...

SR. – Questão da ordem. Na realidade seria sair as duas grandes Comissões daqui hoje. Uma de Capacitação, que trabalha em Capacitação.

SR. – E a outra de Promoção. É isso, não é?

SR. PAULO JULIÃO – Oito agora.

SR. – ... Nós podemos fazer subgrupos, não podemos?

SR. PAULO JULIÃO – Podemos. O grupo é que vai definir.

SR. – Agora, anota aí que numa situação é melhor nos concentrarmos numa especificação que já existe. Nós temos a Câmara Setorial de Lazer e Turismo no Meio Rural. Eu fui o primeiro Paulo Julião. Porque Lazer e Turismo no Meio Rural já juntam dois numa só e já existe uma Câmara Setorial para desenvolver isso. Assim, nesse caso, se for permitido, eu já ponho para andar esse grupo. Aí já vem mastigado.

SR. PAULO JULIÃO – Já está permitido. Já está autorizado. Beleza.

SR. SÉRGIO BELEZZA – Queria fazer outra sugestão. Na área de capacitação, que eu comento como Capacitação Profissional, pedir a participação, e ela será bem-vinda e também bem acolhida, do Senac e do Sebrae, que já têm plano de trabalho de capacitação com recursos do FAT.

SR. PAULO JULIÃO – Perfeito. Está perfeito. Está anotado. Alexandre.

SR. ALEXANDRE VERTEL – Capacitação e Educação é uma coisa só. Capacitação e Educação é um assunto só, não é?

SR. PAULO JULIÃO – Perfeito.

SR. ALEXANDRE VERTEL – E nos produtos ficou faltando Turismo de Entretenimento, que é diferente do Turismo de Lazer.

SR. – Sim. Mas isso também para nós é fácil. Para nós é fácil porque nós temos a Associação Brasileira de Parques Temáticos. Isso nós pegamos fácil.

SR. PAULO JULIÃO – Aí vão ser incluídos Parques Temáticos, Turismo Religioso, que também não está citado aqui, mas que faz parte do Turismo de Massa. Eu acho que aí depois os senhores vão dando continuidade.

SR. PAULO JULIÃO – É. Vão analisando.

SR. – Não. Essa parte é fácil porque nós já temos a Associação, que está na nossa mão no Conselho.

SR. PAULO JULIÃO – Dos senhores que estão aqui presentes, para facilitar o trabalho da Assessoria, são dois grupos, nós gostaríamos da manifestação aqui dos senhores sobre que grupo. O Grupo 1 é o da Qualificação e Capacitação. O Grupo 2 é aquele volumoso, está certo?

SR. – Deputado, permite. Eu, como sou professor, tenho de sair para dar aula.

SR. PAULO JULIÃO – Não. Vamos terminar em dois minutos.

(Passa-se à formação dos Grupos.)

SR. – Sebrae e Senac no Grupo 1.

SR. – Agora, eu acho que Comunicação e Marketing poderia ser um grupo à parte. É um assunto...

SR. – Aí é Promoção. Como é que faz?

SR. PAULO JULIÃO – Se os senhores me permitem, consultamos os demais por telefone ou, porque se nós colocarmos, daqui a pouco eles querem que mudem de um grupo para outro, sei lá.

SR. – Não tem importância. Ninguém vai achar ruim por isso, não. Ou eles querem trabalhar, ou como é que é?

SR. PAULO JULIÃO – Quer que coloque já?

SR. – É. Vai colocando. Se ele quiser fazer parte de dois!

SR. PAULO JULIÃO – Quais são os nomes? Virgílio, Coordenador de Turismo.

SR.– Que é que tem o Virgílio? O Virgílio não vai poder fazer parte de grupo. Ele vem no fim.

SR. – Um Coordenador.

SR. – Por que não pode?

SR. – Mas ele poderia designar um diretor dele para um grupo e outro para outro grupo.

SR. – Pede ao Virgílio, pela Secretaria, indicar dois, um para cada grupo.

SR. – Mas não ele pessoalmente, porque ele só viaja.

SR. PAULO JULIÃO – Se me permitem, até por uma questão de ética, não vamos escolher quem deve ficar neste ou naquele. Aqui houve a livre escolha. Eu acho que é um trabalho a mais para a Assessoria, e ela vai consultar.

SR. PAULO JULIÃO – Agora, os senhores têm de escolher um Coordenador para cada grupo. (Pausa.) O professor fica no primeiro?

SR. PAULO JULIÃO – O Jarbas, o segundo. Ele é fanático.

SR. – Eu gostaria de marcar já com a Assessoria uma reunião, para cuidarmos da organização do evento.

SR. PAULO JULIÃO – Já está à disposição. A Assessoria está liberada para marcar ainda hoje. Até 11 de abril, o resultado, para que ninguém depois reclame que demorou para imprimir, que chegou atrasado o convite etc.

SR. – Esse grupo já é para o dia 20 e não sei o quê?

SR. – O Grupo Financeiro, dia 6-4, às 15 horas.

SR. PAULO JULIÃO – Esse outro grupo que é para o dia 24, que é o problema da Caixa.

A nossa próxima reunião será no dia 11. Nós vamos fazer a reunião do Conselho no dia 11, para preparar para o dia 10 de maio.

09.05.2000

- José Rui Veloso Campos – Presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria
- Nelson de Abreu Pinto – Presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo; Presidente da Confederação Nacional do Turismo e da Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo
- José Ferreira Neves – Vice-Presidente da Contratuh e Presidente da Federação do Comércio Hoteleiro e de Restaurantes
- Natal Léo – Coordenador de Capacitação e Formação da Contratuh e Fenascon e Depor
- Murad – Vereador e Presidente da Comissão de Turismo da Câmara
- Mário Carlos Beni – Coordenador do Departamento de Turismo e Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes da USP
- Virgílio de Carvalho – Coordenador de Turismo do Estado de São Paulo
- Marcelo Vilela – Professor. Representante da Associação Brasileira dos Bacháreis em Turismo do Estado de São Paulo
- Maris Canton – Professora, diretora da ABEOC e professora da FGV
- Karen Decker – Coordenadora de turismo da Universidade Anhembi Morumbi
- Maria José Chiaretta – Professora da Universidade Ibero-Americana
- Roberto Santiago –
- Henrique Pacheco – Deputado
- Rogério Gomes – Presidente da Federação dos Empregados de Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo
- José Rui Veloso Campos – Presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria
- Brasil – Professor, representante do prof. Mário Beni

- Massarini – Secretário de Bens Culturais do Estado de São Paulo
- Sérgio Salazar – Professor universitário em turismo
- Antônio Carlos Cimino – Presidente do Sindicato de Jornais e Revistas de Bairros
- José Humberto Fonseca – Diretor de Marketing Turístico
- Eliás Borges Nogueira – Secretário Municipal de Turismo de Bonito, do Mato Grosso do Sul
- Maria Alice Pacheco Nardi – Diretora de Divisão da Secretaria de Esportes e Turismo
- Valter Estevão Júnior – Representante da Adjori-Associação de Jornais do Interior do Estado de São Paulo
- Manfred Tade Peters – Proprietário do Hotel Porto Grande em São Sebastião
- Luiz da Silva Blei – Membro do Conselho de Turismo da Assembléia
- Josimar Tadeu – Unital
- Carlos Esteves – Subprefeito de São Francisco Xavier, distrito de São José dos Campos
- Edir Sales – Deputada
- Maria Alice Pacheco Nardi – Diretora de Divisão da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo
- João Evangelista de Melo Neto – Engenheiro. Diretor do Parque Estadual de Campos do Jordão
- Carlos Alberto Têfelo – Assessor Técnico de Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura. Membro do Conphat
- Armando Arruda Pereira de Mello – Diretor Executivo da UBRAFE-União Brasileira dos Promotores de Feiras
- Alexandre Vect – Presidente da ABEO/SP
- Aristides de La Plata Cury – Diretor Executivo do SPC&VB São Paulo Convention & Visitors Bureau
- Manfred Del Peters – Empresário
- Angélica –

SR. PAULO JULIÃO – Convidamos, para compor a Mesa, o representante de Turismo e Relações Públicas da ECA-USP, o Sr. José Ferreira Neves, vice-presidente da Contrato. Temos a satisfação, também, do Sr. Roberto Santiago, vice-presidente do SDS Nacional. Convidamos o Sr. Marcelo Vilela, vice-presidente da Arbetur. (palmas)

Agradecemos a presença de todas as autoridades. Passamos, neste instante, a palavra ao Exmo. Sr. Vanderlei Macris, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

SR. VANDERLEI MACRIS – Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Sr. Marcos, secretário de Estado de Esporte e Turismo, neste ato também representando o Sr. Geraldo Alckmin, vice-governador do Estado de São Paulo. Caro Deputado Paulo Julião, que é relator e coordenador do grupo temático, importante Grupo de Turismo e Serviços do Fórum São Paulo Século 21, e demais Srs. integrantes da Mesa, Srs. deputados, Srs. e Sras., gostaria de dar as boas-vindas a todos neste Seminário, participando, com sucesso, dos trabalhos até então desenvolvidos no grupo temático, que está contribuindo decisivamente para a formulação de um projeto estratégico de desenvolvimento para São Paulo. Pela Assembléia Legislativa, como presidente da Casa, gostaria de registrar minha grande satisfação com mais este evento promovido pelo Fórum São Paulo Século 21. Aliás, já era otimista com esta proposta do Fórum e agora vejo que, pelo desenvolvimento dos trabalhos, essa expectativa está se superando; na verdade, são inúmeros eventos que quase diariamente ocorrem nesta Casa, vinculados ao Fórum e aos 16 grupos temáticos que o compõem. Acabo, neste momento, de chegar de um auditório no 3º andar desta Casa, onde lá estivemos com 2 secretários de Estado, de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, num grande debate sobre a questão do saneamento ambiental no limiar do Século 21 e a questão do lixo urbano, também sendo discutidos pelo Fórum. Basta compararmos os temas para verificarmos a abrangência de cada um desses temas. O Fórum está

recuperando a idéia de que o parlamento não deve cuidar apenas das leis. Deve, também, ser um instrumento da sociedade na formulação de idéias. E esse é o papel destacado que o Fórum São Paulo Século 21 tem desempenhado ao longo desses últimos meses. São 16 meses de proposta, de discussão, de debates, de levantamentos. O que queremos neste momento é dizer que o nosso Estado é um dos maiores, se não o maior, destinos turísticos que temos no país. Por isso, o debate que se faz sobre essa questão é fundamental. Sobretudo se pensarmos no turismo que se realiza associado a negócios. Estou confiante que o resultado deste evento de hoje há de dar uma grande contribuição para o trabalho do Fórum e, sem dúvida nenhuma, a Assembléia Legislativa se sente muito honrada com a presença de todos os Srs. O Deputado Paulo Julião, que é o coordenador do grupo temático, a partir deste momento passa a presidir os trabalhos desta reunião. Portanto, gostaria de agradecer em nome do parlamento paulista a presença de todos os senhores. Permito-me pedir licença aos Srs., porque dentro de alguns minutos, abrirei uma reunião com 14 líderes partidários para discutirmos a pauta da semana dos trabalhos da Assembléia Legislativa, que estão em andamento. Muito obrigado a todos os senhores. (palmas)

Queremos convidar para fazer parte da Mesa o Exmo. Sr. Emanuel Massarani, secretário de Recuperação de Bens Culturais.(palmas) Passamos, neste instante, a palavra ao coordenador do grupo Turismo e Serviços, o Sr. Deputado Paulo Julião.

SR. – Gostaria de cumprimentar o Sr. Paulo Julião e o Deputado Vanderlei Macris, que com sua dinâmica e com seu trabalho nesta Casa tem feito dessa Assembléia Legislativa realmente a caixa de ressonância das discussões do interesse da sociedade do Estado de São Paulo. E o Fórum São Paulo Século 21 é o grande alavancador desta discussão. Gostaria de cumprimentar o Sr. Secretário do Estado, o Dr. Marcos Arbatman, de Esporte e Turismo, que nesse momento representa também o vice-governador, Dr. Geraldo Alckmin. Queria cumprimentar a

todos os integrantes da Mesa e dizer a todos que este é o 3º seminário que estamos realizando dentro desse grupo temático. Composto por 21 conselheiros, que representam as mais expressivas entidades ligadas ao turismo, órgãos públicos e universidades, nosso grupo vem se reunindo deste novembro do ano passado para fazer um diagnóstico no setor e apresentar propostas que possam fortalecer o turismo em São Paulo nas próximas décadas. São Paulo, como maior portão de entrada de turistas do Brasil, deve estar cada dia mais preparado para essa atividade que mais cresce no mundo. Temos todas as condições para que São Paulo desponte no cenário nacional e mundial como centro turístico. Seja pelas excelentes oportunidades de negócios, seja por suas riquezas naturais e culturais. É preciso implementar novos empreendimentos turísticos no Estado. Por isso, no seminário Nossa Caixa Século 21, que realizamos no último dia 24 de abril, além de discutir a questão da capitalização dessa importante soma financeira, o grupo Turismo e Serviços apresentou à Nossa Caixa Nosso Banco uma proposta para estimular o crédito a pequenos e médios empreendimentos turísticos que não são abrangidos pelos empréstimos hoje disponíveis em nível de BNDES. Além de gerar riquezas, o turismo é um dos setores que mais emprega mão-de-obra. Por isso, nesse seminário de hoje, estaremos discutindo a capacitação dos recursos humanos, levando-se em conta o papel das instituições de ensino, a atuação da iniciativa privada e a visão dos próprios trabalhadores. Na parte da tarde, estaremos debatendo a comunicação e o marketing turístico. Para o próximo seminário, que irá realizar-se no dia 20 de junho, estaremos focalizando a questão da legislação e regionalização do turismo. Agradeço, desde já, a participação de todos. Sejam bem-vindos.(palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Agora, passemos a palavra ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Esportes e Turismo, o Sr. Marcos Arbaitman.

SR. MARCOS ARBAITMAN – Bom-dia. É um prazer estar de novo aqui na Assembléia Legislativa, com a dignidade que esta Casa tem com a visibilidade, o respeito da população, agora aumentado significativamente com a presença do Presidente Vanderlei Macris, pois como disse o Sr. Deputado Paulo Julião, querido amigo tão ligado ao turismo, o Deputado Vanderlei Macris deu uma dignidade a esta Casa. De modo que, neste momento, o governo do Estado de São Paulo tem aqui nesta Casa quatro secretários de Estado. Este é o respeito que o Executivo tem por uma Casa séria. E como aqui está um nobre e digno vereador, nós auguramos que a nossa Câmara Municipal também se eleve ao nível e chegue a esta dignidade e a este respeito.

Quero destacar, também, o trabalho do Sr. Deputado Nabi Abi Chedid e de todas as entidades que têm cooperado no sentido de transformar este ramo num produto sério, como é o caso de Nelson de Abreu Pinto, que está numa campanha, não apenas agora, de reduzir os impostos para seus filiados, que são apenas 360 mil bares, restaurantes e hotéis no Estado de São Paulo, e que lançou com o governador uma campanha de criar 300.000 novos empregos em São Paulo e 600.000 empregos no Brasil, diretamente ligados ao turismo.

Nesta abertura, queria destacar aos senhores que escolheram este ramo do turismo, que sou empresário, não tive a coragem de ser político. Se o fosse, queria ser deste nível, porque, realmente, há uma descrença da população em relação aos nossos políticos, no geral – é injusto incluir os bons com os maus, mas realmente temos que fazer uma grande campanha com todos nós, ligados ou não ao turismo, pois é fundamental também para a moralização da nossa ética, dos nossos costumes. Precisamos lutar contra a corrupção, ela é mãe de todos os males. Precisamos ter as nossas cidades agradáveis para recebermos o turista. O turista só pode ir a uma cidade que é boa para quem mora nela. No Interior do Estado, a cada dia nós temos novas oportunidades de turismo. Ainda agora, recebi de São Carlos os novos hotéis-fazenda. No primeiro livro da Secretaria, tínhamos quase 300 hotéis-fazenda. No segundo livro, saímos com 614 hotéis-fazenda e agora

estamos editando o terceiro. Estamos próximos de termos 1.000 hotéis-fazenda no Estado de São Paulo. Temos um potencial fantástico com as estradas. E o turismo é inexorável. O Ministério de Turismo precisa também levar em consideração esse ramo tão sério que todos nós abraçamos. Transmito uma palavra muito especial, que nos chamou o Dr. Geraldo Alckmin. Ele nos pediu para transmitir a todos um grande abraço. Um grande estadista e um homem extraordinário.

Acredito no turismo. É meu ramo há 30 anos. Em boa hora a Assembléia Legislativa, pensando no presente, que é o Século 21, e no futuro do nosso país, levantou o Fórum Pensando São Paulo. Bom-dia e muito obrigado a todos.(palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Vamos passar, imediatamente, ao 1º painel, convidando o Professor Dr. Luís Renato Narra, presidente da Associação Paulista de Albergues da Juventude e Prof. da Faculdade de Turismo Anhembi Morumbi para que faça a sua palestra.

SR. LUÍS RENATO NARRA – Exmo. Sr. Deputado Paulo Julião, Exmo. Sr. Secretário de Turismo, Dr. Marcos Arbaitman, e senhores aqui presentes também, quero declarar que é uma honra, uma satisfação muito grande para nós sermos recebidos novamente aqui nesta Casa de Leis. É um fato inédito a Assembléia Legislativa abrir as suas portas para que a sociedade organizada venha discutir as suas questões relativas ao desenvolvimento. E o convite para o setor de turismo tem uma razão muito forte, porque hoje esse segmento é um dos mais propícios ao desenvolvimento, notadamente na área de geração de empregos.

O turismo é uma atividade intensiva de mão-de-obra. Ele tem essa possibilidade de resolver um dos principais problemas da nossa conjuntura econômica, que é a questão do desemprego. Mas, ao mesmo tempo em que o turismo tem esse poder de gerar empregos, de gerar renda, de desenvolver regiões que são pouco desenvolvidas, tem também problemas. Assistimos com tristeza regiões do litoral de São Paulo que passam por um processo de favelização.

Assistimos, recentemente, uma catástrofe em Campos do Jordão, em que a população de baixa renda sofreu com deslizamentos. E essa população deriva evidentemente da atividade turística. Então, ao mesmo tempo em que o turismo é um mecanismo, é um instrumento para o desenvolvimento, também tem problemas de geração, de subemprego, de criação de processos de favelização e assim por diante. Então, perante essa situação, organizamos esse debate com o intuito de, a partir dele, conseguirmos identificar elementos que possamos trazer para a Assembléia Legislativa e a Assembléia, por meio dos Srs. Deputados, possa influir nas questões que emperram o desenvolvimento do setor. Para isso, nossa idéia foi trazer um representante da área de capacitação de recursos humanos, então convidamos o Sr. José Rui, que é presidente da ABDEHT, com a intenção que fale não só da capacitação de bacharéis, mas de todo o setor. Capacitação essa, também, em que temos inúmeros problemas. Temos uma oferta de cursos de capacitação muito aquém da necessidade do mercado. Temos a estimativa de cerca de 6 milhões de empregos no Brasil com o crescimento de 3% a 4% ao ano. Então, o setor demanda cerca de 200.000 novos trabalhadores por ano. Todos nós estamos presenciando uma proliferação de cursos de Turismo no Brasil. Há cinco anos, tínhamos 30 cursos. Hoje são mais de 300 cursos, porém poucos com qualidade, com professores capacitados.

Então, temos que discutir também essa questão da qualidade de capacitação. Trouxemos, também, um dos maiores representantes do empresariado turístico do Brasil, o Dr. Nelson de Abreu Pinto. Trouxemos, também, o presidente do maior sindicato de trabalhadores na área do turismo, o Sr. José Ferreira Neves, vice-presidente da Contrato. Então, a nossa idéia é que cada um fale 20 minutos, a visão de cada um dos setores e, depois, temos aqui debatedores de peso, como o professor Mário Beni, o Sr. Marcelo Vilela, o Sr. Rubens. O objetivo é apenas de esquentar um debate em que queremos que a platéia discuta quais são os problemas relativos à capacitação de recursos humanos no setor. Então, por enquanto, fico por aqui.

SR. PAULO JULIÃO – Queria agradecer as palavras do professor Luís Ignarra, e antes de dar prosseguimento ao evento, dizer da nossa satisfação de ter estado com o secretário de Esporte e Turismo, que precisa se retirar, mas que deixa em seu lugar outra pessoa muito importante, o Dr. Virgílio de Carvalho, que é o coordenador de Turismo do Estado de São Paulo, a quem convido, também, para fazer parte da Mesa.(palmas)

Gostaria de registrar aqui que o grupo temático Turismo e Serviços, que tem a nossa coordenação, tem também a relatoria do Sr. Deputado Nabi Abi Chedid, que nesse dia, infelizmente, teve um compromisso das suas atividades particulares ligadas ao esporte e não pôde estar presente aqui, mas é parte integrante e importante nessa coordenação. Gostaria de deixar registrado aqui que, no decorrer dos trabalhos, os integrantes da Mesa haverão de se manifestar a respeito das discussões. Então, nessa apresentação teremos as palavras do Dr. José Rui Veloso Campos, que é o presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria.

SR. JOSÉ RUI VELOSO – Bom-dia. Deputado Julião, Deputado Nabi Abi Chedid, Sr. Virgílio de Carvalho, enfim, integrantes da Mesa, agradeço a oportunidade de participar de um evento marcante e sério como esse. Tentarei ser breve e colocar um cenário das tendências e perspectivas sobre educação e trabalho em Turismo e Hotelaria no Brasil, sobretudo no Estado de São Paulo. Sabemos que o turismo surgiu como atividade organizada no meio do século passado. E surgiu como atividade de massa depois da Segunda Guerra. Já a hotelaria acompanha, de alguma forma, o desenvolvimento do homem. Surgiu na Europa como um negócio familiar, e ainda isso é muito forte lá. Nos Estados Unidos, ela tem um caráter mais empresarial, em razão do tipo de colonização norte-americana.

No Brasil, ela é um negócio familiar e surgiu no final do século passado, mais no Rio de Janeiro. A hotelaria se caracterizou, no Brasil, por um aspecto bem

provinciano e não organizado. Isso pelo fato, também, de termos um tipo de colonização não organizado de marcha para o interior do país. Os fatores que impulsionaram isso foram: o processo de colonização, o tipo de desenvolvimento dos centros urbanos, o longo período de escravidão e a forte cultura escravocrata. No Brasil, a hotelaria nasceu em meados do século passado e cresceu no começo do século, sobretudo com os cassinos e as estações termais. Parou um pouco nos anos 60. Depois, teve-se um estímulo com a criação da Embratur, mas não foi tão grande. Ela parou nos 70 e retomou nos anos 80, mas muito devagar, crescendo sensivelmente a partir de 94. O turismo interno no Brasil cresceu com a indústria hoteleira nesse período de 68 a 88, sobretudo com os meios de transporte. Os fatores que vão obstaculizando o turismo são as estradas, que hoje começam a melhorar, mas ainda são estradas muito ruins; os preços altos das companhias aéreas e os preços altos dos hotéis. Os hotéis e seus equipamentos, na verdade, ainda são pouco competitivos. A década de 90 trouxe-nos uma marca interessante, sobretudo para regiões desenvolvidas como o Estado de São Paulo, pois recebemos novas bandeiras.

Na área de alimentação, o McDonald's; na área de hospedagem foi o Hilton. Mas tivemos um *boom* de parques temáticos, de alimentação e de hospedagem. Essas marcas, ainda que bastante discutidas do ponto de vista cultural, deram-nos uma contribuição inegável, que é o processo de produção dessa alimentação e a qualidade que isso trouxe para esse serviço. Essa mudança na economia, que tivemos nos últimos anos, gerou novos investimentos, que se deslocaram do setor financeiro para um setor mais produtivo, sobretudo na construção civil. Esses investimentos na área de hotelaria estavam previstos, por diversas associações, na faixa de quase 5 bilhões de dólares e deve-se registrar que o turismo externo trouxe, em 1996, um registro de quase 2 milhões de pessoas. Esse quadro agora é sobre o número de empresas. Quanto aos hotéis no Brasil, o levantamento que registramos foi de 18 mil empresas, em 97, empregando 290 mil pessoas, com uma projeção de 250 mil pessoas para 2002. Restaurantes: 1.350.000 restaurantes, com

uma previsão de 7.000 a 8.000 para 2002. Empresas de transporte empregando 600.000 pessoas, quase 700.000. Parques temáticos, 15.000 pessoas. Eventos e convenções, sobretudo no Estado de São Paulo – temos a possibilidade de empregar um número muito grande de pessoas. Temos que considerar, para isso, desde as montadoras de *stands* de feiras etc. que trabalham nesse setor. E este painel inclui também os temporários e as pessoas que trabalham do começo ao fim de um evento dessa natureza. As colônias de férias, albergues, *campings* e marinas, que nos surpreendeu. O Brasil tem quase 1.000 marinas e os empregados temporários somam 2.200.000. Este é um quadro que nos leva, no ano de 2002, a 14.500 pessoas empregadas nessa área. Do ponto de vista da educação, os cursos começaram livres. No ano de 46, tivemos a criação do Senac e do Senai. Começou nos anos 50 a formação na área de base: garçom, camareira. Enfim, atendimento para restaurantes. E, também, ajudantes de cozinha. Os cursos superiores começaram na década de 70. O marco disso é a Faculdade Anhembi Morumbi. Sei que o Dr. Tupã diz que não foi exatamente a Anhembi Morumbi, mas sim a ECA, da USP, que iniciou o primeiro curso. Mas foi a Anhembi Morumbi, em 71. E o curso de Hotelaria, de nível superior, começou em 74, na Universidade de Caxias do Sul. Em 1990, o Brasil tinha 7 cursos superiores de Hotelaria e 21 cursos superiores de Turismo. Em 2000, essa conta não é precisa, mas registramos 21 cursos superiores de Hotelaria, mais de 50% deles na região Sudeste. Só a cidade de São Paulo deve ter por volta de onze cursos. E 150 cursos superiores de Turismo.

Quero chamar a atenção dos senhores que cada curso desses tem, em média, duas entradas de 50 alunos por ano. Quer dizer, cada curso tem 100 alunos entrando. Se multiplicarmos por 150 cursos, veremos quantos alunos têm. Agora, por outro lado, esses cursos têm uma média de evasão de 15%. Os fatores de crescimento dessa oferta das escolas são simples: houve uma queda de demanda para as licenciaturas nas escolas. Então, as faculdades e universidades oferecem cursos e houve uma queda para licenciatura. Houve uma explosão do Brasil para a área. O Brasil acordou para o turismo e a mídia explorou bastante isso.

Outro fato curioso é que a USP tinha, numa época, 25 vagas para Turismo. Então, apareceu no jornal que eram 40 candidatos por vaga. Claro, uma boa universidade, não é paga, então tem uma demanda grande. Mas para 25 vagas. E isso gerava uma expectativa. Houve um grande volume de investimentos hoteleiros. O Brasil tem diversos parques hoteleiros em desenvolvimento hoje. Há uma grande oferta do serviço de alimentação. Ou seja, estamos falando de um grande crescimento do setor de serviço, como já se apregoava. Do ponto de vista das escolas, faço uma pequena diferenciação entre o que chamamos de curso e escola. E não é uma questão semântica. O curso, na verdade, entendemos como mais um programa dentro de uma instituição superior de ensino. Aquela universidade que tem curso de Filosofia, de Matemática, de Geografia, de Economia, monta também um curso de Hotelaria ou de Turismo. Outro, são aquelas escolas que fazem disso uma cultura. Então, tem a sua escola que trabalha também com Gastronomia, com Culinária. Mantém, no seu corpo de funcionários, pessoas que são da área, que investem, que mandam seus empregados, seus professores para congressos, seminários etc. E na outra é apenas mais um curso. Qual o perfil das escolas hoje? Elas têm um grande número de alunos por sala de aula. Infelizmente, são poucas as publicações técnicas. Registram-se aqui as instituições que têm produzido no Estado de São Paulo bastante material a respeito. Não há investimento na formação de docentes. São poucas as instituições que pagam para seus docentes participarem de programas e não possuem bons laboratórios. Estamos fazendo levantamento para a nossa associação daquelas escolas que efetivamente têm laboratórios na área. Que tenha cozinha que permita a todos os seus alunos trabalharem nela. Que tenha um sistema para os alunos operarem etc. O perfil dos docentes: eles são titulados para as disciplinas no núcleo básico. O MEC exige que só um terço dos docentes podem ser não titulados, mas na área de Turismo e de Hotelaria são muito poucas as pessoas tituladas.

Portanto, em um curso de Turismo, na média, ou de Hotelaria, os titulados estão em outras áreas. Nas áreas de Economia, de Administração, às vezes um

doutor em Sociologia, em Filosofia. Em geral, as aulas são renda complementar para o professor. Perfil do aluno: cerca de 70% é do sexo feminino; não fala inglês. Esse é um assunto muito sério, sobretudo para se trabalhar em cidades grandes como São Paulo, por exemplo. Não viajam com frequência. É comum encontrar aluno em curso de Turismo que não viaja. As pessoas pretendem trabalhar com um produto com o qual nunca interagiram. Isso é algo sério. Não têm hábito de leitura. São pouco informados. Lêem pouco jornal, não vêem bons programas de televisão. Então, se tem muita dificuldade para desenvolver o aluno. E o aluno tem dificuldade em geografia política. Ele não lê. Tem dificuldade de informação. A nova LDB tem favorecido essa possibilidade de uma graduação mais flexível. Os cursos seqüenciais, no nosso entendimento, vêm resolver um problema que é grave. Os alunos têm dificuldade em pagar. Registre-se aqui, também, que a imensa maioria desses cursos de Turismo e de Hotelaria estão em instituições particulares, numa média de R\$ 550,00 para o Estado de São Paulo. Então, esses cursos aparecem como uma solução de rápida empregabilidade. E o mestrado profissional, ou uma alternativa ao mestrado acadêmico, forma melhor e ajuda a preparar melhor o indivíduo para a sua vida profissional. O nosso entendimento é que as escolas privadas têm feito bastante para formar, dar uma formação melhor às pessoas. O que ocorre é que temos um fato perverso. O migrante, por exemplo, que vai chegando na região Sudeste está perdendo espaço, na medida em que as empresas podem contratar um sujeito que acabou agora uma faculdade, ele sabe muito mais do que um migrante que chegou agora. Ele passa a ocupar o espaço desse migrante. Um outro fato interessante, sobretudo no Estado de São Paulo, o principal S do Sistema S que deve favorecer essa formação, que é o Senac, por força da sua arrecadação compulsória, mudou um pouco a sua missão. Trabalhei no Senac durante 10 anos e montei uma faculdade etc. São cursos todos pagos. Um curso do Senac, hoje, para formar as pessoas em nível superior custa, em média, R\$ 700,00. Para se formar um chefe de cozinha, custa R\$ 800,00 por mês. Fora alojamento e tudo mais. Há, no nosso entendimento, uma distorção do uso do

recurso. Poderia se investir muito mais na formação de base, de cursos gratuitos, para formar esta mão-de-obra que está necessitando dessa formação e que é necessária. Um outro ponto interessante é que os sindicatos e associações deveriam receber mais recursos do FAT para treinar as pessoas dentro das suas regiões. De acordo com a sua região. O que eu quero dizer é que a certificação ocupacional vai se dar no Brasil. Têm várias instituições trabalhando nessa perspectiva. No ano de 2006, teremos a integração do Mercosul nessa área de profissionais. E como isso se dá? A certificação ocupacional nada mais é que a criação de standards que se tem. Ou seja, quais são as competências necessárias para um sujeito ser chefe de recepção ou para o sujeito ser um agente de viagem? São essas as competências. Aquele que tem dois anos de experiência nessa área, se candidata nessa instituição. Faz um teste oral e recebe o seu certificado. Certificado de que esse cidadão está apto a trabalhar dentro daquela ocupação. Isso dará uma grande distorção na educação.

No cenário futuro, teremos, com certeza, uma diminuição dos cursos. Vamos ter um aumento de bons docentes. Vamos ter novas ocupações, com melhor qualificação. Os hotéis econômicos já são um retrato disso. Eles não têm mais aquele porteiro, aquele chefe de recepção. Eles têm um agente hoteleiro 1, 2, e 3, que faz tudo. Temos recursos, hoje, de estações de telefonia em que não se precisa de um funcionário para ficar atendendo. Essa pessoa atende ligações enquanto, por exemplo, arruma a mesa do café da manhã. Por fim, teremos menos pessoas, mas mais qualificadas. É interessante pensar no profissional do ano 2000. Antes de se pensar em empregabilidade, insisto na oportunidade de trabalho e faço aqui uma diferenciação. Empregabilidade pressupõe vínculo e uma relação trabalhista. Enquanto a oportunidade de trabalho pressupõe renda, iniciativa e a criatividade. Esse profissional deve ter duas coisas: elegibilidade e flexibilidade. Uma são as competências adquiridas e a outra é a percepção de mundo. Na competência adquirida o profissional pode ter informática, idioma, recreação, planejamento, consultoria, viajar. E a flexibilidade é a leitura, cinema, eventos, associações,

estágios etc. Enfim, aquilo que o profissional agrega da sua percepção de mundo. O importante é que tenhamos clareza do futuro desse mercado para quem estuda, para quem emprega e para quem possa legislar a respeito. Agradeço e fico à disposição. Muito obrigado.(palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Queremos agradecer as palavras abalizadas do Presidente da Associação Brasileira dos Dirigentes de Esporte e Turismo. Antes de passar a palavra para o próximo palestrante, queria registrar aqui na Mesa a presença da professora Marisa Canton, Diretora da ABEOC. Ao mesmo tempo, aproveito para agradecer a esta entidade, na pessoa do Presidente Alexandre Leite, a colaboração no material gráfico desse evento. Queria também deixar uns recados. Primeiro, que todos devem preencher aquela ficha cadastral que os senhores receberam do Fórum São Paulo Século 21. Inclusive devem os senhores depositar essas fichas na urna, porque no final do dia – mesmo para quem não esteja aqui – vão ser sorteadas duas estadias para duas pessoas em uma pousada em São Sebastião, na praia de Maresias. Com o intuito também da certificação da presença dos senhores aqui hoje. Na seqüência, teremos a palavra do Dr. Nelson de Abreu Pinto, presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo, Presidente da Confederação Nacional do Turismo e também Presidente da Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo, que vai falar sobre a atuação da iniciativa privada na questão do turismo.

SR. NELSON DE ABREU PINTO – Caro Deputado Paulo Julião, caro deputado Nabi Abi Chedid, nosso Presidente Vanderlei Macris, inicialmente o empresariado deseja manifestar a sua congratulação com esta Casa, porque este evento é o marco divisor na história do Legislativo do Estado de São Paulo, pois ao chamar a sociedade organizada, questionando questões para a formatação do novo modelo de Estado e fazendo parte desse grupo de trabalho Turismo e Serviços que V. Exa. coordena, não tenho dúvidas do êxito desse trabalho. Tenho a felicidade de

ter nesta Mesa meus companheiros de trabalho, o Sr. Ferreira Neves e o Sr. Roberto, que como representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor do Turismo, Hospitalidade e Serviço, estão identificados conosco, empresários, na busca de soluções não apenas para o Estado de São Paulo, mas o nosso modelo é o Brasil. Tivemos a felicidade de o orador que nos precedeu, o professor Rui Veloso, já ter deixado a matéria bastante aplainada com o histórico, com as colocações brilhantes aqui apresentadas, e vamos deixar mais documentos, fatos concretos para esta Casa, para que possamos voltar aqui e debatermos nas comissões em que o nosso conselheiro tem feito a sua presença constante.

No interior do Estado temos cidades com uma viabilidade de turismo receptivo de montanha, de campo, de praia e as nossas cidades reúnem, realmente, uma excelência nos aspectos de pesca, fluvial. É só pegarmos, por exemplo, a chamada “Califórnia Paulista”. Temos muito que mostrar no nosso interior e a capital tem uma vocação natural de realizar Congressos, Eventos, ser uma capital no aspecto natural, gastronômico e, porque não, entendemos que São Paulo tem o destino lógico de ser a capital do turismo e negócios do Mercosul. Este é o nosso grande sonho, porque entendemos que esta cidade, a segunda maior cidade do mundo, rapidamente precisa dar condições de vida que possam ser traduzidas no sentido de atrair para São Paulo esta questão de ser São Paulo a capital dos negócios do Mercosul e uma das principais do mundo. Entendemos que, sem dúvida nenhuma, o Brasil, no próximo milênio, estará sendo cada vez mais descoberto pelas crescentes correntes mundiais de turistas de todo o Universo, como um dos principais pólos turísticos, pelas suas características exclusivas, pela natureza exótica.

Temos a nossa Amazônia, o Pantanal, a Costa Atlântica, os canais fluviais estão sendo muito procurados pelo ecoturismo. Todos sabemos que chega de se falar no Brasil em termos de praia, Carnaval, mulata. Entendo que temos que fazer do ecoturismo o principal apelo para que essas correntes mundiais, efetivamente, cheguem rapidamente no Brasil. E as capitais, São Paulo principalmente, a grande

cidade do mundo, a nossa querida capital mundial da gastronomia, tem um papel muito importante nessa questão. É, sem dúvida, hoje o turismo o grande gerador de empregos ao menor custo. Todos sabem que, por cerca de 10 a 20 mil reais, está-se criando emprego, principalmente na área do setor gastronômico. Todos sabem também que 80% da mão-de-obra do turismo mundial está presente no A&B, alimento e bebida da hotelaria e no setor da gastronomia, do turismo mundial.

Quero agradecer ao prof. Veloso quando disse que o problema do custo da hotelaria já começa a ser suavizado pelos hotéis de categoria econômica, e o crescente número de novos hotéis que surgem, nesta faixa, deverá suprir efetivamente essa demanda, reduzindo os custos da hospedagem. Quanto à gastronomia, todos sabem que temos hoje, pela variedade, pela multiplicidade de oferta, um milhão e meio de estabelecimentos que vendem alimentos, que vendem hospedagem, que vendem serviços, que vendem lazer para o turismo. Mas, na gastronomia, por esta multiplicação, encontra-se facilmente, a partir de R\$ 1,50, R\$ 2,00, R\$ 3,00, oferta de alimento dentro do poder aquisitivo da grande massa da população. Por falar em poder aquisitivo e para encerrar a minha exposição, quero abrir um espaço maior para o Sr. Ferreira Neves e para o Sr. Roberto falarem por mim. Acredito que é exatamente essa questão, a falta de poder aquisitivo da população brasileira, que temos que socorrer rapidamente – esse aspecto vital da sociedade brasileira do qual poucas personalidades se ocupam; o empresariado responsável se perfila hoje no desmascaramento da globalização em países em desenvolvimento como o Brasil.

Temos que unir rapidamente capital e trabalho e mostrarmos ao governo que há necessidade de uma ação política forte, e que a iniciativa privada responsável, como nós, está presente nessas questões. Parabéns ao legislativo de São Paulo, mais uma vez. E acredito que é possível, sim, sair da crise. Crise, tire o “S” e crie. Temos nos nossos sindicatos os cursos de formação que a Senetur vai levar para todo o Brasil, principalmente com o apoio da Contrato e da SDS, que terão o seu registro no Ministério do Trabalho e aí, sim, estaremos ajudando os trabalhadores e

a sociedade. São 3 bilhões de recursos que são canalizados para uma confederação sediada no Rio de Janeiro.

Meus amigos, estou aqui muito mais para colaborar com todos os senhores, com os professores, com a nossa universidade, com todas as faculdades, com as escolas técnicas. Queremos, sim, que o Legislativo nos dê um norte, um parâmetro nesse Estado de São Paulo. Gostaria que, efetivamente, pudéssemos ter uma legislação moderna dentro do Estado. Nos preocupam certos aspectos de fobia. A questão, por exemplo, da bebida, que em exagero faz mal à saúde, à família e à sociedade. Mas um copo de vinho, de cerveja, nas refeições, é um complemento da refeição. Então, ao generalizar, a legislação estadual coloca na vitrine dos nossos bares e restaurantes um impeditivo para que se tome um copo de cerveja, um copo de vinho. Há necessidade de uma nova legislação quanto à bebida. Encerro dizendo que o maior programa já feito no país é este, de gerar 660 mil empregos. E ele virá por meio desse Programa BRED Sindicatos. É um programa simples. Sem a indústria colaborar. Temos 150 empresas líderes da indústria ofertando descontos de até 30% para que o restaurante, o bar e a lanchonete possam reduzir o custo ao consumidor. O objetivo é reduzir custo ao consumidor. O objetivo é gerar mais negócios com preço mais favorável, mais acessível ao poder aquisitivo da população que está aviltado.

Gostaria de deixar aqui a posição clara e consciente do empresariado lúcido desse país, que não admite que a população brasileira não tenha poder aquisitivo para morar, para comer, para lazer e para turismo. Temos que rever esse quadro. Muito obrigado a todos.(palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Gostaria de agradecer as brilhantes palavras do Sr. Nelson e sua representação de todas as entidades de que ele participa, que são de grande importância para enriquecer nosso debate. Queria informar ao Sr. Nelson que é de nossa autoria um projeto de lei que tramita nesta asa, que exclui dessa exigência de venda de bebidas alcoólicas a área do perímetro urbano dos

municípios cortados pelas rodovias. Embora, evidentemente, tenhamos que concordar que a bebida é uma das grandes razões dos acidentes de trânsito e que estão corretos o Legislativo e o Executivo quando propõem que na beira das estradas não se venda bebidas. Mas há casos em que as estradas se confundem com as avenidas. E, nesses casos, estamos tendo alguns problemas no litoral Norte, que é onde atuamos, que não sabemos como irão ser resolvidos. Mas a lei está em tramitação nesta Casa.

Gostaria de convidar, agora, o último palestrante deste período da manhã. Em seguida, teremos a parte dos debates. Convidamos o Sr. José Ferreira Neves, que é vice-presidente da Contrato e presidente da Federação do Comércio Hoteleiro e de Restaurantes.

SR. JOSÉ FERREIRA NEVES – Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, é para nós uma grande satisfação estarmos participando deste debate. E damos tanto valor a esse debate que estamos presentes eu, o companheiro Roberto Santiago, também diretor e fundador da Contrato, presidente de uma federação e vice-presidente da SDS; e o companheiro Rogério, presidente da Confederação de Turismo do Estado de São Paulo. Minhas senhoras, meus senhores, para nós, trabalhadores, depois de ouvirmos tudo o que foi dito, quase que não sobrou muito. Não que sejamos os últimos, mas o que disse o Sr. Nelson é de suma importância. Sabemos muito bem que neste país a maior fonte de emprego é o turismo, que nunca foi prestigiado. Talvez o maior responsável por isso seja o governo Federal e o Congresso Nacional, porque nunca criaram o Ministério do Turismo. Por exemplo, num hotel, o que primeiro acontece? O que precisa para um hotel funcionar? Primeiro é a presença. Todos vão ao hotel mais bonito. Como funciona? Chega-se num hotel, já tem que haver o atendimento na rua, talvez por um capitão-porteiro ou um mensageiro. Chega-se na recepção, é obrigatório que nessa recepção tenha, pelo menos, um funcionário que fale idiomas para receber aquele turista que está chegando e que não fala a nossa língua. Então, o mensageiro leva o hóspede até o

apartamento. Vai abrir as cortinas e falar como funcionam os aparelhos eletrônicos. Qual o horário do funcionamento do restaurante, da boate, se tiver. E, se possível, falar onde se encontram os museus, supermercados etc. Darei um exemplo aos senhores. Se o senhor vai hoje a Ribeirão Preto, o senhor pagará cinco pedágios, a R\$ 4,80 cada um. Chegando lá, o preço do hotel está na faixa de R\$ 70,00, R\$ 90,00, R\$ 110,00. Se o senhor passar uma noite com sua família, o senhor irá gastar, no mínimo, R\$ 400,00. Agora vamos para o litoral. Chegando no litoral, a SABESP cobra R\$ 3.000,00 de água e R\$ 3.000,00 de esgoto. E ainda cobra uma taxa poluidora. Qual o incentivo que se tem para se fazer turismo e para se manter funcionários? Aqui em São Paulo temos o maior apoio, na figura do Sr. Nelson. Ele tem a melhor escola de hotelaria, que conheço, do Brasil. Ensina cozinheiro etc. Cozinheiro hoje é uma profissão que qualquer um gostaria de ser, porque um cozinheiro de primeira classe tem o seu salário na faixa de R\$ 7.000,00 a R\$ 8.000,00. Então, a nossa mão-de-obra, hoje, é de suma importância para o país, e só não temos mais empregos, mais trabalhadores no comércio hoteleiro devido ao governo federal, porque ele não faz nada. Até hoje não recebemos nada do FAT para cursos. Tudo o que fizemos foi com o nosso próprio esforço. O trabalhador hoteleiro é um mestre. Ele é educado. Ele faz de tudo para agradar. Não temos incentivo de nada. Temos 400 e poucos sindicatos de turismo e hoteleiro; cinquenta federações. A luta nossa é diária. Por exemplo, temos até um curso chamado Sindicalismo e Cidadão para demonstrar aos trabalhadores o que eles representam. Todos os países têm cassino. A Espanha, que não tem indústria, que não tem quase nada, tem cassino. E aqui não pode, porque aqui vai formar bandido. Os senhores querem mais bandido do que nós temos aqui? Minhas senhoras e meus senhores, nós temos aqui o nosso coordenador da Fenacom. Gostaria que o professor Natal fizesse uma demonstração aqui. Depois, nós encerramos.

SR. NATAL – Bom-dia. Por que os senhores estão tão sérios? Por que não dão um sorriso? Primeiramente, eu queria agradecer a oportunidade que está sendo

dada ao trabalhador que vem conviver aqui com os senhores. Agradeço ao Legislativo estadual, a presença do Legislativo municipal, por meio do Sr. Murad. Gostaria que fosse feito um debate desse Fórum também na nossa Câmara. Faço hoje uma função que queria passar aos senhores. Sou coordenador de capacitação e formação da Contrato e Fenascom e Depor. Então, tentarei passar aos senhores a nossa visão, a visão do trabalhador a respeito do que precisamos em capacitação de recurso humano. O movimento vem a bastante tempo preconizando a necessidade urgente de ser ativada uma política de capacitação de recurso humano, que não vise somente a formação de profissionais altamente qualificados. Mas que venha acompanhada de um programa que garanta um processo gradativo e constante de atualização e requalificação profissional aos trabalhadores que atuam no mercado. Pois só assim poderemos atingir os índices de qualidade tão exigidos e necessários para o setor de turismo e serviços. Esta é a nossa visão. Qualifica-se um profissional, mas não se tem um *feedback*. Então, tem que se ter uma qualificação constante. Entendemos que 3 setores influem definitivamente para a qualificação, que são: o governo, as empresas e as instituições de ensino. Esses 3 segmentos é que realmente influem numa melhor qualificação. O nosso papel de sindicato é fazer o meio de campo. O sindicato está em 3 pontos fazendo a ligação para que isso aconteça. Isso para que aquele trabalhador que está no centro receba qualificação. Temos, por sua vez, 4 pontos, que sem eles nunca poderemos melhorar a qualificação: meio sindical, instituição de ensino, setor empresarial e governo. Dependemos exclusivamente desses 4 grupos para que possamos melhorar a qualificação. Irei fazer alguns desafios a essas 4 áreas. Irei falar o que precisamos de cada um desses 4 pontos. *Governo*: precisamos que realmente o governo atenda às nossas solicitações da Carta de Goiás, um instrumento feito a 4 mãos e que dava toda a diretriz de legislação. *Instituição de ensino*: primeiro, criar cursos novos, elaborados em conjunto com o meio sindical, porque sabemos do que o trabalhador precisa. Segundo: redução e custo dos cursos atuais. Um curso leva 3 anos, 720 horas a um custo realmente muito alto. Terceiro: equilibrar a escolaridade

exigida no curso, que normalmente é segundo grau, para aquilo de mercado, que é primeiro grau. Quarto: criar cursos rápidos para aplicação em baixa temporada a custos acessíveis. O que precisamos do *patronal*: primeiro, elevar para 90 horas ao ano o treinamento em reciclagem. A hora média, hoje, não passa de 40 horas. Segundo: viabilizar o acesso ao idioma estrangeiro. Terceiro: utilizar para treinamento profissionais especializados. Quarto: possibilitar, sempre que possível, o treinamento no local do trabalho. Quinto: criar políticas para se utilizar a baixa temporada como período de reciclagem de qualificação profissional e não de aviso prévio. Sexto: estimular a qualificação como forma de melhoria profissional, carreira. Sétimo: participar, em parceria com o movimento sindical, para elevar o nível de escolaridade. Oitavo: provisionar mais recursos para a área de pessoal. Nono: analisar se é melhor qualificar o seu pessoal ou terceirizá-lo. Décimo: ao definir os requisitos pessoais, na admissão, para os cargos de setor, atribuir valores diferenciados para a qualidade profissional, do que é a escolaridade. Outro ponto é que seminários e palestras ocupam um tempo menor e podemos fazer reciclagem. Não só os cursos.

Agora falarei do *movimento sindical*. Primeiro: criar comissões sindicais de qualificação profissional. Todas nossas entidades já têm um departamento de formação profissional. Queremos ativar o mais rápido possível um programa de incentivo à educação profissional. Atuar intensivamente para melhorar a competência dirigida ao setor nas matérias comunicação, idioma e informática. Propiciar aos desempregados cursos de reciclagem – isso já estamos fazendo. Programar, sistematicamente, em conjunto com a área patronal seminários e palestras como instrumentos de qualificação e reciclagem. Criação de um sistema de bolsas de estudo em parceria com o patronal. E por último, elaborar com a área patronal uma nova grade de curso específico que o setor necessita e propor a instituição de ensino. Enfim, essa Carta diz tudo o que a área precisa. Muito obrigado.(palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Encerramos a parte das palestras e passaremos agora às palavras dos debatedores convidados. Após o que, teremos um debate com os presentes aqui. Antes de passar rapidamente a palavra para o Dr. Mário Carlos Beni, que é o Coordenador do Departamento de Turismo e Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes da USP, queria fazer um agradecimento especial ao professor Antônio Carlos, que é o coordenador do curso de Turismo e Hotelaria da FMU, que está prestigiando o nosso evento. (palmas)

Pediria aos debatedores que tentassem sintetizar as suas colocações. Então, cada um terá cinco minutos.

SR. MÁRIO CARLOS BENI – Deputado Julião, Vereador Murad, rapidamente queria pontuar algumas colocações que foram feitas. Foi bem colocado que o problema do turismo nacional é estrutural. Realmente, só acredito que possamos dar ao turismo a importância significativa como gerador de emprego e oportunidades de trabalho, por meio de inúmeros perfis de negócios, incrementando a própria circulação da moeda, promovendo a captação de divisas, além de provocar um efeito multiplicador da economia quando alguns problemas estruturais do turismo forem corrigidos. Ouvimos falar muito aqui do problema da hotelaria. Temos uma hotelaria absolutamente equivocada. Dos 38 milhões de brasileiros que viajam no turismo interno do país, apenas 11,4% utilizam hotéis e 6% agências de viagem. Então, vejam que uma hotelaria que tem uma taxa de ocupação de 38%, tem um tempo de amortização do investimento em torno de 36 anos – foi a última pesquisa feita pela Universidade de Pernambuco. Então, como é possível, com esses problemas estruturais, se pensar numa mão-de-obra evidentemente qualificada para a oportunidade de trabalho gerada? Ainda mais lembro que o Brasil não tem hoteleiro, tem donos de hotéis. O que é absolutamente diferente. Eles preferem, ainda, pagar uma mão-de-obra não qualificada do que ter efetivamente aquele funcionário qualificado, por exemplo, pelo Senac. Então, esses problemas estruturais são absolutamente importantes e é efetivamente por meio de fóruns

como esse que vamos detectar esse tipo de problema. O Dr. Rui colocou que novos investimentos na ordem de 5 bilhões de dólares estão sendo investidos no país. Sabemos como, o Dr. Rui acompanhou e sabe. Temos pesquisas e sabemos que em alguns Estados brasileiros, como a Bahia, por exemplo, haverá uma oferta hoteleira em torno de 60 mil leitos/dia para uma demanda de 32. Como é que fica isso? Continuamos equivocados na perspectiva de alojamento hoteleiro nesse país. Evidentemente, concordo com o Sr. José Rui sobre os cursos, o perfil dos cursos, das escolas. Acho que em curtíssimo prazo teremos esse problema resolvido por meio dos cursos seqüenciais, do mestrado profissionalizante para a titulação necessária para ao corpo docente e, efetivamente, coroando isso tudo, com a certificação ocupacional. São 243 cursos de turismo no país. Claro que o Provão também vai qualificar as escolas que têm que permanecer para não ficar esta loucura que estamos assistindo, com, a cada semana, um novo curso superior de turismo sendo implantado. O Brasil já tem 4 vezes e meio o número de cursos superiores de turismo que tem a Europa, que tem apenas 50 cursos superiores da área. A Europa toda. O Sr. Nelson colocou o aspecto da globalização. A globalização tem as costas muito largas porque tudo estamos debitando à globalização e esquecemos que precisamos pensar e termos uma visão holística, integrada, sistêmica e verificarmos que os efeitos da globalização nos causam dificuldades desde que não nos organizemos, desde que não tenhamos um planejamento integrado para o nosso turismo. O Sr. José Ferreira Neves, complementado pelo professor, mostrou a visão do trabalhador. De alguma forma, já mostrei isso. Acho que a responsabilidade não é só do governo, é principalmente do empresário. Cada vez mais estamos necessitando de uma administração compartilhada. O Estado não pode ser responsabilizado e ter aquela característica que sempre teve, de provedor. O Estado já não é mais provedor. É incentivador que, por meio do sindicato e do terceiro setor, vem aproximar mais o empresariado para que essas iniciativas voltadas à mão-de-obra tenham efetivamente condições. Era muito rapidamente isso que queria colocar. Insisto que precisamos pensar muito

mais no aspecto estrutural, porque é nele que vamos encontrar as respostas às nossas preocupações. O sucesso do empenho da atividade de turismo depende da mão-de-obra, pois o valor residual do produto turístico, após o seu consumo, não se constitui num bem material, mas numa experiência satisfatória ou não de um tempo vivido. Muito obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Gostaria de agradecer ao professor Mário Beni. Na verdade, o professor é o decano dos professores universitários de Turismo. Uma das pessoas mais respeitadas nessa área. Muito nos honram as suas palavras e lamentamos que ele tenha que se retirar daqui a pouco porque tem alguns compromissos a que não poderá faltar. O próximo debatedor é o vice-presidente da ABBTUR, Sr. Marcelo Vilela, que está substituindo a Professora Marlene Matias, que não pôde comparecer.

SR. MARCELO VILELA – Senhoras e Senhores, Bom-dia. Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de estar participando desta Mesa, representando a Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo do Estado de São Paulo, e até aproveitando a oportunidade para falar, explicar um pouco melhor, porque acredito que muitos dos senhores aqui presentes não conhecem a entidade. Gostaria de dizer sobre a preocupação inicial da ABBTUR São Paulo e Nacional, não é mais uma simples questão de reserva de mercado, mas, sim, da ocupação do espaço no mercado de trabalho dos bacharéis, por meio de uma atuação séria. Recentemente tivemos a criação do Código de Ética do Bacharel em Turismo, baseado numa formação superior sólida. Minha linha de raciocínio será, mais ou menos, a mesma do Sr. Beni, que é sobre a explosão de cursos dessa área no nível superior. Temos que repensar a qualidade desses cursos, visto a dificuldade em se encontrar professores titulados. Temos uma grande dificuldade em encontrar professores capacitados, com experiência didática e técnica na área. Vemos um grande surgimento de cursos sem a reflexão séria a respeito dessas questões. A

ABBTUR vai se preocupar principalmente com a atuação do bacharel em Turismo, mas não podemos ignorar a formação de nível técnico. Foi mencionada, também, a existência do Provão, e esse é também um outro ponto importante, porque será um indicador dessa qualidade que se está tendo da formação superior. O que teria a colocar é isso. Obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Agradeço as palavras do Sr. Marcelo. Antes de passar a palavra para a Professora Marisa Canton, que é Diretora da ABEOC e também professora da FGV, gostaria de registrar a presença do professor Paulo Silas Flores, coordenador de Turismo da Faculdade São Marcos. (palmas)

SRA. MARISA CANTON – Bom-dia a todos. Agradeço muito a oportunidade de estarmos aqui e, à medida que se desenvolveram todos os debates, nos sentimos gratificadas e motivadas a discutirmos, cada vez mais, e refletirmos sobre assunto que, sem dúvida nenhuma, é fundamental e essencial para o desenvolvimento do setor tão discutido, de foco tão atual e hoje relevante dentro do setor da economia, que é o turismo. Minha área de atuação é eventos. E os eventos, dentro do contexto turismo de eventos e de negócios, têm-se desenvolvido de uma forma fantástica. A hotelaria tem aquele modelo que não pode viver sem ele. Hoje, a hotelaria tem, na área de eventos, sua grande estratégia de marketing, de manutenção, de relações públicas etc. O que noto, e me parece que não é um modelo específico da área de eventos, mas é e poderá ser extrapolado, na verdade é que estamos bem assessorados do ponto de vista de cursos de graduação, bacharéis de Turismo. Temos 160 escolas ou faculdades de Turismo pelo Brasil. E o país inteiro está muito preocupado em ter cursos de especialização de pós-graduação e não de mestrado.

Então, hoje os senhores podem imaginar que não existe um Estado do Brasil que não tenha curso de Turismo, tendo, inclusive, curso de especialização, pós-graduação em turismo. Curso de mestrado, que eu tenha conhecimento, nós temos

na Universidade de São Paulo e na UniVale. Em 1971, houve a primeira turma de Turismo na Faculdade Anhembi Morumbi que se formou em 1974; dali para cá, temos percebido investimento no setor, mas em nível de cúpula, de gestão, de pessoas que vão gerenciar o setor. E o que estamos vendo, não só como professores, mas como empresários do setor, é que há falta de cursos de operação e apoio operacional, de pessoal que vá trabalhar diretamente no setor, porque esse pessoal é o nosso cartão de visita. Então, há realmente a necessidade de uma revisão do processo socialmente. Infelizmente, o Brasil ainda não tem uma cultura social. E a partir daí, as gestões e as estratégias ficam fragilizadas. Mas chegaremos lá.

Por exemplo, esse Fórum é um grande *start*. Quando se começa a desenvolver uma linha de compensação em cima do setor, isso já é um grande momento. Aqui, reitero as palavras do Prof. Rui, quando ele diz dos valores. Realmente, é um curso caro e é a preocupação que se tem realmente nesse sentido. Os senhores vêem a incoerência. Estamos oferecendo cursos bons, mas a um nível que a sociedade não pode adquirir. Está disponível apenas para uma minoria. Então, temos que rever o processo, porque nós gestores, administradores das empresas de turismo, não vamos ser nada a partir do momento em que não tenhamos equipes e um setor operacional condizente e com qualidade para suportar e criar a tal da estrutura do turismo. Pena que o prof. Beni já saiu, porque ele sempre diz aos seus alunos o caso de Cancun, que Cancun se tornou o que se tornou, porque o investimento, realmente, foi primeiro de base. Desde os marceneiros, o pessoal que atendia no aeroporto, o pessoal que ficava no hotel carregando mala. E, quando toda a população estava pronta, aí, realmente, se foram buscar os grandes gestores, administradores, que encontraram campo realmente sedimentado para poderem trabalhar. Gostaria de dizer que recentemente tivemos a oportunidade de ter aqui no Brasil um dos maiores *experts* em treinamento, o Dr. Allan Brenant, da Escola Suíça de Hotelaria, que deu um curso aqui em São Paulo. Inclusive estava presente o prof. Antonio Carlos, da FMU.

A fórmula que se passou nesse curso de uma semana foi: “Não basta só ensinar. Tem que se ensinar, depois tem que treinar. Depois tem que vivenciar e depois, ainda, fazer um *feedback* desse treinamento.” Ou seja, a importância de um treinamento contínuo e de se ter as escolas não só em função de projetos que são aprovados pelo MEC, mas que, na realidade, não são reais. Então, o que queria realmente deixar aqui registrado é que, na verdade, tudo o que foi dito foi um aprendizado. Foi uma forma, até, de quem está no setor refletir novamente sobre o assunto, e cada vez mais o que estou levando desse encontro é a certeza da necessidade de se refletir sobre o processo estrutural do sistema de ensino no setor de turismo. Obrigada. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Nossos agradecimentos à prof. Marisa. E antes de chamar o Dr. Roberto Santiago, queria também registrar a presença da prof. Karen Decker, que é subcoordenadora do curso de Turismo da Universidade Anhembi Morumbi, e da prof. Maria José Chiaretta, que é da Universidade Ibero-Americana.

SR. ROBERTO SANTIAGO – Deputado Henrique Pacheco, a todos os senhores aqui da Mesa, ao Deputado Paulo Julião, coordenador do grupo de trabalho e futuro prefeito de São Sebastião, meu amigo Murad, senhores empresários, companheiros sindicalistas, quero aqui parabenizar a iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo no sentido de está pensando no nosso Estado para o Século 21. Vou me ater principalmente à questão dos recursos humanos com uma visão crítica. Não adianta existir a grande vocação do hoteleiro, do trabalhador na hotelaria se não existir infra-estrutura para atender esse turista e se não existir crescimento econômico do nosso país. Quando se fala em turismo, não se pode ter a visão específica e olhar isso para dentro do hotel e para dentro da agência de viagem. Turismo é uma coisa que, dentro da sua órbita, tem vários outros trabalhadores, várias outras categorias envolvidas – se não me engano, são 15 categorias que estão envolvidas na área do turismo. Aí, escutamos aqui na Mesa

que o Estado tinha que estar um pouco distante dessa coisa, como se a responsabilidade do que está acontecendo hoje no Brasil fosse algo exclusivo dos hoteleiros e dos trabalhadores em hotéis. Ou seja, a solução, é evidente que podemos apontar caminhos para essa solução, mas passa também por uma política de incentivo do governo federal. O Sr. Neves colocou muito bem aqui que não teve nenhum recurso do FAT até hoje, só para o ano 2000 o FT está liberando 270 milhões de reais para qualificação desta mão-de-obra, que a prof. Marisa colocou que é o pessoal de base. Acho que aí está a importância desse Fórum, no sentido de pressionar o governo, porque recurso tem para poder treinar essa mão-de-obra que está embaixo. É de suma importância isso, mesmo porque é São Paulo que alavanca o turismo no Brasil, apesar de ser visto como a terra do trabalho. E o Estado tem sim que participar e canalizar recurso, porque o país hoje, com a crise de emprego que se tem, com a indústria eliminando postos de trabalho, precisa criar postos de trabalho e tem um potencial turístico muito grande. Por que, então, o Estado não deve investir no turismo? Deve sim. O liberalismo está colocado de tal maneira que, daqui a pouco, não vamos mais precisar ter Estado. É obrigação sim. Esse setor é um setor que vai crescer e precisa de apoio, de investimento, precisa de treinamento, porque se essa mão-de-obra não tiver esse treinamento, de nada adiantará o investimento do setor privado, do setor público. Gostaria de numa próxima oportunidade ser um dos palestrantes, porque tenho muito mais coisa a falar. Muito obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Queria agradecer ao Sr. Roberto por suas brilhantes colocações. Terminada essa fase dos debatedores, e antes de passarmos a palavra ao auditório, gostaria de falar que o Dr. Beni saiu, mas deixou aqui o seu representante, o Sr. Brasil. Queria ler um telegrama que recebemos: “Exmo Sr. Deputado Paulo Julião, coordenador do Fórum de Turismo, representado pelo secretário de Esportes e Turismo, Marcos Arbatman, congratulo-me com a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pela abertura dos seminários de

capacitação, recursos humanos, comunicação e marketing, turismo, que certamente contribuirão para o alcance de objetivo do Fórum São Paulo, pela ótica do grupo temático turismo e serviços, importantes segmentos da nossa economia. Geraldo Alckmin Filho, vice-governador do Estado de São Paulo.” Antes que comecemos a fazer esses debates, quero passar a palavra rapidamente ao Sr. Deputado Henrique Pacheco.

SR. HENRIQUE PACHECO – Deputado Paulo Julião, na pessoa de quem quero cumprimentar todas as pessoas que estão aqui na mesa, manifestando, desde logo, o meu apreço e as importantes contribuições que têm dado ao longo dos anos no segmento do turismo. Mas, queria aproveitar a oportunidade para falarmos da questão da formação. Tenho visto, acompanhado, o trabalho do importante líder sindical Nelson de Abreu Pinto, e me preocupo com a formação extremamente básica. Temos inúmeras escolas de Turismo, como foi aqui realçado. Recentemente, apresentei um projeto na Assembléia, descentralizando a Unesp, a Unicamp e a USP, porque o único curso gratuito, imagino eu, funciona na USP. Um aluno que mora em Cidade Tiradentes, extremo leste da cidade, fica impossibilitado de cursar a universidade pública. Mas não queria tocar nesse tema aqui, pois ele é objeto de um outro debate, mas quero falar o seguinte, que me preocupo com a formação essencialmente básica.

Tenho tentado, dentro de meus limites – sou uma pessoa ligada ao movimento de moradia e movimento popular – no sentido da formação daquela mão-de-obra que vai atuar na padaria da periferia, que vai atuar no pequeno bar, no pequeno estabelecimento e que, às vezes, por falta de uma formação comete erros e coisas que poderiam ser resolvidas. Por exemplo, chega-se no bar e pede-se um americano. A pessoas que está atendendo talvez vai pensar duas vezes no que é esse americano. Então, temos uma mão-de-obra que está colocada no mercado que está operando, mas que não está qualificada no nível desejado para o nosso segmento de hotelaria. E aí, estou entendendo hotelaria de uma maneira mais

ampla, que são os pequenos restaurantes. Então, nesse debate queria ensejar uma proposta no sentido que estimulássemos a formação básica desse segmento, daqueles que atuam hoje nesses pequenos pontos de comércio e que, exatamente, podem gerar o primeiro emprego. Essa mão-de-obra, se fosse treinada, poderia dar uma grande contribuição e melhorar o nosso padrão de atendimento nos nossos bares. Então, queria deixar aqui um programa para que pudéssemos comentá-lo, já que somos milhares de estabelecimentos, para que pudéssemos atender a essa demanda tão carente que vejo precisando desse suporte. Era essa a minha fala. Muito obrigado. (palmas)

SR. ROGÉRIO GOMES – Boa-tarde a todos. Meu nome é Rogério Gomes. Sou Presidente da Federação dos Empregados de Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo. Gostaria de encaminhar duas perguntas. Compartilho com as palavras dos nossos amigos sindicalistas, dos professores, de todos aqueles que fizeram as suas colocações. Gostaria de saber do professor José Rui e também do nobre Deputado Julião, são duas perguntas. Do professor eu gostaria de saber qual a perspectiva que os educadores de turismo têm no sentido de trabalhar em conjunto com o movimento sindical, conforme é uma de nossas propostas, para melhorar essa formação? Entendemos que os trabalhadores têm necessidades e essa parceria seria muito viável, muito produtiva para nós. E também gostaria de encaminhar uma pergunta para o Deputado Paulo Julião no sentido de que, quando falamos de estrutura, uma das coisas que tem que ser ressaltada é que o turista preza por segurança, como todos nós. E segurança pública é algo que está relacionado, interligado com turismo. Nós não faríamos turismo para um lugar que não nos fornecesse um mínimo de segurança. E na cidade de São Paulo, hoje, é difícil conscientizar o turista de que a cidade pode fornecer um pouco de segurança. Então, é essa a questão da segurança pública; qual a perspectiva que podemos ter e como podemos encaminhar isso para o nosso turista?. De que forma poderíamos discutir isso? Obrigado pela oportunidade.

SR. JOSÉ RUI – Obrigado por sua pergunta, por sua atenção. Com relação à parceria entre professores e sindicato, certamente que é uma parceria produtiva. Ocorre, no entanto, que precisamos diferenciar uma parceria entre professores e sindicatos de uma parceria entre instituições de educação e sindicatos. Os primeiros teriam toda a vontade de trabalhar numa ação dessa natureza. Ocorre, porém, que professor é um assalariado. E qualquer parceria nesse sentido implica certamente, a remuneração do professor. Temos experiência de fazer, por meio do programa nacional de municipalização de turismo, a parceria de professores e de instituições. As instituições se negam a fornecer um professor que dê algumas horas para treinar o agente multiplicador de turismo nessas comunidades. Há muita dificuldade da instituição de educação fornecer o professor. Os professores têm muita vontade. Trabalhei muitos anos no Senac e vejo a dificuldade dessa ação tripartite que deveria ser mais forte. O Senac e o FAT são dois recursos que estão disponíveis e pouco trabalhados para a área de base. Penso que o FAT deveria ser utilizado em sindicatos e em instituições. O sonho ideal que pessoalmente sempre tivemos é de termos uma instituição mais forte, junto com as faculdades, com o Senac, um programa de formação de formadores. Essa formação é fundamental para que se atue dentro da empresa. “*Training the job*”. As instituições têm toda uma vontade em fazer isso. É fundamental treinarmos a base, sem ela o mundo de serviços não caminha. Estou de acordo com o senhor, mas não sei como conseguiríamos fazer uma parceria dessa natureza. Obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Só para complementar a primeira pergunta, aqui já é uma das propostas da subcomissão de capacitação de recursos humanos. Desse grupo, entre outras, é a criação de um centro de capacitação de recursos humanos para o turismo gerido por um conselho das associações de classe patronais e laboriais com apoio das instituições de ensino para a captação de verbas a fundo perdido de instituições internacionais. Com relação à segurança, sabemos que é um sério problema no nosso Estado e, como de resto, na questão do turismo, não é só

a segurança, a saúde, um bom transporte coletivo, um bom sistema de conservação de áreas verdes, de informações. Mas, especificamente com relação à segurança, o que temos de efetivo são as Deaturs, que foram criadas aqui, onde tínhamos 4 delegacias ligadas diretamente ao turismo. Além disso, existem algumas viaturas móveis que são deslocadas para essas grandes festas de peão – por exemplo, Barretos.

Temos, também, reforços de policiamento no litoral e no pico da temporada. Mas, outras medidas devem ser incrementadas, e exatamente o objetivo desse Fórum é que no final façamos uma série de propostas que serão encaminhadas ao governo do Estado de São Paulo. Mas, concordo com o senhor, há uma discussão permanente no grupo, que é a questão da Segurança. Há estatísticas que uma das questões que mais aflige o turista é a segurança. Também usará a palavra para fazer algumas considerações que deveriam ter sido feitas no início e também fará uma pergunta, o vereador Murad, que é da Câmara do Estado de São Paulo e também presidente da Comissão de Turismo da Câmara.

SR. MURAD – Um Bom-dia a todos, ao Deputado Paulo Julião, coordenador deste grupo, quero cumprimentar a Mesa, os que estiveram presentes na abertura, os que expuseram no painel e os debatedores. Primeiramente, fico marcado pelo trabalho que está sendo desenvolvido aqui na Assembléia Legislativa e pelo trabalho que tem sido desenvolvido em prol do setor de turismo e de tudo aquilo que ele pode abarcar. Nós, nesses últimos 3 anos, na comissão de apoio e desenvolvimento ao turismo, gastronomia e lazer da Câmara Municipal do Estado de São Paulo, temos procurado realizar um trabalho para que se alavanque, cada vez mais, o turismo na nossa cidade. Mas, ainda vemos muitas aberrações.

Na cidade de São Paulo não temos uma Secretaria de Turismo. A nossa cidade tem uma direção muito grande no setor de negócios e eventos. Mas, temos dentro da cidade de São Paulo várias outras partes da nossa cidade que podem ser desenvolvidas como turísticas, sejam elas na parte de lazer, sejam na parte de

gastronomia e outros pontos turísticos, religiosos ou não. E nós que moramos na cidade, desconhecemos todos esses pontos. Estamos aqui com os professores da área, mas sentimos que existe um grande vazio, que é justamente no setor técnico e profissionalizante. Estão sendo criadas muitas faculdades, está-se privilegiando os cursos privados em detrimento do curso público. Sabemos que nesses últimos 30 anos se criou muitas faculdades. Acho isso muito importante, mas estamos, dessa forma, elitizando os nossos cursos universitários e isso não pode acontecer. Temos que ter o espaço de todos os setores.

E a minha pergunta seria que, da forma que estamos desenvolvendo, estamos dando muita atenção ao desenvolvimento do turismo na nossa cidade, no nosso país, que é muito mais por um processo empírico do que científico. Sentimos hoje que existe uma posição muito grande para que, com esse ensino e esse preparo, todos os nossos alunos e estudantes possam ir para a prática. Então, já existe uma tendência muito grande que esse ensino seja feito de uma forma científica e prática. E a pergunta que faria justamente ao Sr. Veloso é que, dos dados que foram levantados, principalmente da parte de hotelaria, como é que vai ficar o setor hoteleiro no país, uma vez que os investidores internacionais têm dinheiro disponível para que eles possam emprestar e ter uma disponibilidade grande de valores por um período com uma carência muito grande para que eles possam investir no Brasil? O período de retorno no setor hoteleiro do Brasil é de 6 a 10 anos. É um espaço de tempo muito curto. Então, a pergunta seria, em termos de investimentos e de crescimento do turismo, do setor hoteleiro e do setor de gastronomia aqui dentro da nossa cidade, que é o setor que está dando um número maior de empregos a um custo muito baixo. Obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Passarei a palavra ao Sr. Virgílio, que é o coordenador de turismo do Estado de São Paulo, e que poderia passar essas informações.

SR. VIRGÍLIO – Bom-dia a todos. Os investimentos no Estado de São Paulo são da ordem, hoje, de 9 bilhões previstos para os próximos 3 anos. Isso só na iniciativa privada, na área de hotéis, de marinas, de eventos e parques temáticos. Desses 9 bilhões, 7 bilhões já estão equalizados e definidos pela iniciativa privada e 2 bilhões fazem parte da bolsa de negócios e oportunidades. É um trabalho conjunto do SEBRAE São Paulo com a Secretaria de Esportes e Turismo tentando atrair os investidores para esses pequenos negócios que representam investidores de primeira viagem. Dentro desses investimentos, isso gerará algo na ordem de 300, 360 mil novos empregos, e esses empregos em toda a pirâmide de aproveitamento profissional e a um custo aproximado de 24 mil reais. Então, na preparação da cidade, segundo nosso boletim mensal, recebemos 24 milhões de pessoas no ano passado via Congonhas e via Guarulhos, fora o que entrou pelo interior do Estado de São Paulo, já que temos vôos que têm origem no interior. Então, quando falamos em estatísticas de importância, precisamos refletir com muito cuidado esses números, porque quando nós vemos todo o movimento que o Estado da Bahia faz, e tem que fazer, para levar os seus 2 milhões de turistas, isso acontece por mês. Precisamos mudar a cidade de São Paulo. O principal portão de entrada não pode ser pichado, criticado e mal amado por nós que vivemos aqui. A maioria das pessoas que vive na cidade ainda não ama o lugar que vive. E esse restauro da escolha dos próximos dirigentes passa para a solução do turismo. então, pichações, insegurança. O Governador Mário Covas, que é um homem de propostas, de plano de governo, deixou claro que não está fazendo nada para as próximas eleições, ele está fazendo para as próximas gerações. E é por isso que a maioria de nós não está vendo o que está sendo feito pelo turismo. Ou seja, o rio que já passa paralelo ao Rio Pinheiros, onde os esgotos são captados; a reformatação do transporte urbano na região de Pinheiros – vamos estar vivendo e ocupando espaços da maior beleza. Vamos poder tomar um trem na Estação da Luz e chegar a Jurubatuba passeando ainda por um rio um pouco poluído, mas com uma beleza que mostra a nossa cidade. Em breve, áreas que foram privatizadas mostrarão praças de

alimentação – pasmem, na usina elevatória da Traição, teremos a vista mais bonita da cidade de São Paulo, com a Avenida Paulista de pano de fundo, toda a Av. dos Bandeirantes, todas as marginais vistas ao 4º nível acima do Rio Pinheiros. Ainda com um pouco de odor, mas logo isso será sanado. A visão é de renovação e essa renovação tem que ser feita não só pelos dirigentes, pois, a cada momento desse trabalho, desse fórum, sentimos a contribuição que as comissões deram ao Fórum na preparação dos trabalhos, chegando à proposta concreta da área de recursos humanos feita por esta Comissão. As discussões feitas, a ação tomada, em seguida, pelos dirigentes, pelos legisladores que não só já tomam posições firmes, a Semana do Turismo, o Dia do Turismo, a Semana de Conscientização Turística do Estado de São Paulo – vai caber a nós, estudantes, trabalhadores, empresários, oficializar e fazer acontecer. No lugar onde nascemos é que vamos fazer a transformação. Mas, mais do que isso, a proposta muito clara, como o Deputado Paulo Julião tem colocado, que é a vontade de renovar o orçamento do Estado de São Paulo. Conforme foi muito bem colocado pelo Sr. Luís Renato, que já esteve na Coordenadoria de Turismo do Estado de São Paulo, na reunião passada, vamos ter 0,025% do orçamento para a área de turismo. Agora, só um seminário como esse, a ação conjunta nossa é que vai transformando e estamos sentindo tanto do Executivo, do governador Mário Covas, como do Legislativo, a vontade de nos ajudar a crescer, estudantes, trabalhadores e empresários. Acredito, vereador, que refletindo, e temos sempre sentido o seu apoio e a sua vontade de mudar a casa onde está vivendo, que isso nos ajuda muito. Porque aí a nossa porta de entrada terá um símbolo forte de uma cidade que caminha para o século 21, com a vontade de ser uma cidade moderna, justa, mais solidária e, principalmente, mais atraente a quem vive nela. Temos certeza que isso vai caminhar em resultado desse trabalho, também. Muito obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Gostaria de dizer o seguinte: fui prefeito duas vezes, portanto, estamos falando de município. Há um lema em que acredito piamente, que

“um bom município para se fazer turismo é o município em que a população vive bem”. Assim, acho que, o administrador, acima de tudo, deve planejar e deixar uma cidade boa para os seus moradores. À medida que isto aconteça, naturalmente o turista será bem tratado, porque, acima de tudo, o morador gosta da cidade. Então, acho que as colocações do Sr. Virgílio foram nessa linha. Turismo é um conjunto de questões. Mas, continuando, o Sr. Domingos, que ficou no lugar do prof. Nelson, tem dois minutinhos para complementar aquela pergunta sobre mão-de-obra.

SR. DOMINGOS – Sr. Paulo Julião, presidente e relator da Mesa, na pessoa de quem cumprimento os demais membros, a respeito da mão-de-obra, foi falado muito aqui da formação básica, e conforme o nobre Deputado Henrique Pacheco comentou, é necessária a formação básica. Esclarecemos que o sindicato de São Paulo tem cursos básicos na escola de Hotelaria João Dória Jr. É uma escola onde há desde a função, o aprendizado mais simples até o chefe de cozinha. Temos uma confraria gastronômica onde o principal, que foi falado pelo nobre Dep. Henrique Pacheco, temos até a função do chapeiro. Quer dizer, então aquele problema do botequim, do bar da Zona Leste como foi dito, pode ter certeza que aqueles que comparecerem e formarem-se na nossa escola terão toda a estrutura. Obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Estamos aqui com o horário adiantado. Vou distribuir algumas fichas e se alguém tiver mais alguma pergunta, pode fazer por escrito, que no período da tarde responderemos. Mas, antes de terminar, ainda temos uma pergunta que nos foi passada por escrito. Antes disso, o prof. Brasil, que representa o prof. Mário Beni, tem algumas considerações a fazer em cima das palavras do nobre vereador, que fez uma consideração em cima das palavras do prof. Mário Beni.

SR. BRASIL – Só por questão de esclarecimento, o prof. Mário quando se referiu ao tempo de retorno do investimento na hotelaria, de 36 anos, na realidade, ele está tratando do que chamamos dos grandes conglomerados. E, na realidade, há um pensamento hoje, na academia, de uma certa crítica ao direcionamento de recursos para esse tipo de equipamento em detrimento de equipamentos mais enxutos. Então, só para que fique registrado, o tempo médio não seria de 36 anos, que se refere a investimentos na ordem de 300 milhões de dólares ou acima disso.

SR. PAULO JULIÃO – Muito obrigado, Sr. Brasil. Então, a última pergunta que faremos e já deixando esclarecido que temos duas sugestões fora outras que possam ter: aqui na Assembléia Legislativa, no 5º andar, temos um restaurante que funciona para todos e ao lado também tem um bom restaurante, na marquise do Parque do Ibirapuera. Mas, temos uma pergunta escrita, do Sr. João Evangelista de Mello Neto, que é do parque estadual de Campos do Jordão. Ela é dirigida ao Dr. Massarani, que é o nosso secretário de bens culturais do Estado de São Paulo. Como tem o governo do Estado trabalhado para manter e recuperar os bens culturais públicos localizados nos parques, campos de pesquisa e hortos, como de Rio Claro, de Campinas, de São Paulo, de Campos do Jordão e Pindamonhangaba, para a valorização de tais espaços públicos com o incremento de recreação e de atividades culturais para atender à grande demanda de visitação? A pergunta é muito oportuna. A presença aqui do Dr. Massarani, que é uma pessoa muito competente e que está fazendo um grande trabalho no Estado. Dr. Massarani com a palavra.

SR. MASSARANI – Muito obrigado, Sr. Deputado. O grande motivo do Governador Mário Covas, desde a primeira gestão, é exatamente a parceria. E, dentro dessa ordem de idéia, estamos fazendo um trabalho tanto com a Secretaria de Turismo, que está se desenvolvendo cada dia mais, quanto com a Secretaria do Meio Ambiente – no campo, por exemplo, do Horto Florestal de Rio Claro, toda a

parte histórica desse Horto está subordinada a nós. A propriedade do Horto é da Secretaria do Meio Ambiente após a privatização da Fepasa, mas continuamos mantendo lá o museu do eucalipto, que é o único no gênero no mundo, temos a casa dos barões de Piracicaba, que foi totalmente restaurada e que é um ponto de encontro para estudos e seminários que organizamos dentro desse campo. No caso de Campos do Jordão, estamos preparando uma visita com a nossa equipe para recuperar, inclusive, um antigo moinho que ali se encontra. Então, estamos fazendo levantamentos em várias áreas. Por exemplo, com a Secretaria do Meio Ambiente também temos em Pissinguaba um antigo moinho de farinha de milho e já estamos preparando, fizemos todo o levantamento e estamos até conseguindo verbas do Exterior para recuperar esses tipos de imóveis, que são históricos mas que são um ponto de atração turística. O prof. João Evangelista, pelo qual tenho um carinho especial, ele está fazendo um trabalho maravilhoso em Campos do Jordão. Ele cuida daquilo com um carinho muito especial, e faz um trabalho junto com a comunidade e, sobretudo, com os menores carentes. Ele está formando pessoalmente e está incentivando a recuperação dos viveiros locais. Ainda recentemente, lançamos o projeto 500 Pinheiros para Pinheiros, porque no Bairro de Pinheiros constatamos que não havia um pinheiro plantado em todo o bairro. A rainha Vitória da Inglaterra, nos ano de 1860, escreveu para o seu representante, aqui em São Paulo, pela sua curiosidade de como se vivia na paulicéia. O representante britânico disse: “Majestade, é uma cidade maravilhosa, provinciana, mas naturalmente muito utópica. Imagine, Majestade, que em São Paulo o cemitério encontra-se na Consolação. A cadeia encontra-se na Liberdade, e em Pinheiros, não tem um para contar a história!” Então, para desmentir esse representante de Sua Majestade britânica, em conjunto com o secretário Marcos Arbatman, plantamos 500 pinheiros brasileiros, que são pouco conhecidos como tais. Está aqui o prof. João Evangelista, que é o grande preservador desse pinheiro, a quem eu peço uma salva de palmas. (palmas)

Mas, queria completar. Sr. Deputado, algo me deixou muito impressionado, onde aprendi muito hoje. O sindicalista Natal olhou para o público e para nós e disse que estávamos com o olhar severo. Isso me faz pensar, quando era diplomata na Europa, na campanha que foi lançada na França, onde havia uma série de problemas internos. Estamos precisando lançar no Brasil a campanha do Sorriso e essa campanha tem que ser lançada aqui nesse Fórum. Obrigado. (Palmas.)

SR. SÉRGIO – Boa-tarde a todos da Mesa, a todos os presentes. Meu nome é Sérgio Salazar, sou professor universitário em Turismo, com enfoque mais voltado ao turismo em meio ambiente. Queria aproveitar e colocar uma questão ao Sr. Rui, que não está presente no momento, mas coloco a questão à Mesa, com relação à preocupação que tenho com a formação dos professores. Parece que há um consenso aqui de que é um pouco difícil encontrar professores especializados voltados para o turismo. Gostaria de saber da Associação Brasileira de Dirigentes, ou de algum dos coordenadores aqui presentes do curso de Turismo, se podem citar ou se há alguma iniciativa de melhorar a qualificação desse professor ou incentivar a sua qualificação e que tipo de estratégia política há para esse incentivo? Obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Passo essa pergunta ao Prof. Luís Renato, que também é professor universitário das Faculdades Anhembi em Turismo.

SR. LUÍS – Infelizmente, não tenho nenhuma notícia para dar favorável a esse aspecto, com a exceção de uma iniciativa muito isolada da Embratur, recentemente, de trazer professores espanhóis para dar um curso de aperfeiçoamento a professores universitários de Turismo. Foi uma iniciativa que levou 15 pessoas a fazerem o curso uma semana em Brasília. Realmente, alertei para essa questão. Se queremos um turismo de qualidade no Brasil, temos que investir na capacitação. E, para isso, temos que capacitar os professores. Temos

dois cursos de mestrado em São Paulo, hoje, o da USP e o da Ibero-Americana e temos uma necessidade muito maior do que a capacidade dessas duas instituições de formarem professores. Então, o que tenho visto em São Paulo, pelo Interior e até em outros Estados, são pessoas recém-saídas do bacharelado sem a menor experiência profissional no turismo e dando aula nas faculdades. Então, não tenho nenhuma resposta positiva para o senhor, mas acho que é um problema bastante sério.

SR. PAULO JULIÃO – Embora tenha chegado uma pergunta aqui, estou preocupado, porque são 13h15. Então, deixaremos para respondê-la na parte da tarde e damos por encerrada essa parte do programa, agradecendo a presença e convidando-os para o debate da tarde, que será sobre comunicação e marketing, com debatedores bastante importantes da área. A parte da tarde, inclusive, será um pouco mais dinâmica, com debates e com a participação do público. A primeira palestra é sobre o Papel da Imprensa na Promoção Turística, na qual vão falar o presidente do sindicato dos jornais aqui de São Paulo e o presidente da associação dos jornais do interior do Estado de São Paulo. Depois, haverá a apresentação de alguns projetos, como o Passaporte Brasil, com o Secretário Municipal de Turismo de Bonito, que foi convidado especialmente para fazer essa palestra aqui à tarde. A seguir, Viagem pelo Brasil e o debate, depois Turismo da Melhor Idade, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Negócios e Eventos, seguidos por um debate final. Muito obrigado pela presença de todos os senhores.

SR. – Este é o Grupo Temático de Turismo e Serviços do Fórum São Paulo Século 21. Para presidir a Mesa Diretora dos Trabalhos desta tarde, queremos convidar o Exmo. Sr. Paulo Julião, Deputado Estadual e Coordenador do Grupo Temático Turismo e Serviços. (palmas) Queremos convidar para fazer parte da Mesa o Sr. Antônio Carlos Cimino, Presidente do Sindicato de Jornais e Revistas de Bairros. (palmas) Temos a satisfação de convidar também para fazer parte da Mesa

o Sr. José Humberto Fonseca, Diretor de Marketing Turístico. (palmas) Também contamos com a presença do Ilmo. Sr. Eliás Borges Nogueira, Secretário Municipal de Turismo de Bonito, do Mato Grosso do Sul. (palmas) Completando a Mesa Diretora dos Trabalhos, temos a satisfação de convidar a senhora Maria Alice Pacheco Nardi, Diretora de Divisão da Secretaria de Esportes e Turismo. (palmas) Passamos a palavra, então, ao Deputado Paulo Julião, Coordenador do Grupo Temático Turismo e Serviços do Fórum São Paulo Século 21.

SR. PAULO JULIÃO – Boa-tarde a todos, queria agradecer a presença, dizer da nossa satisfação em recebê-los aqui neste 3º Seminário que estamos realizando dentro do Fórum São Paulo Século 21, pensando em São Paulo dentro da temática Turismo e Serviços. Já tivemos hoje, na parte da manhã, um debate em que discutimos a questão da capacitação da mão-de-obra para sustentação do turismo. Neste segundo período da tarde, estaremos discutindo a questão da comunicação e marketing turístico, a parte de turismo de negócios, eventos, tudo dentro da questão de marketing turístico. Nesse segundo painel vamos debater a comunicação e o marketing turístico. Além de todos os membros do nosso grupo que contribuíram para a realização deste seminário, quero agradecer e registrar aqui as homenagens ao Conselheiro Jarbas Favoreto, que coordenou a organização desse painel e que é um dos nossos conselheiros do Fórum de Turismo e que hoje, por razões de saúde, não pôde comparecer. É inegável a importância da comunicação e de estratégias de marketing para aumentar o fluxo turístico do nosso Estado. Não só a promoção e a divulgação dos nossos atrativos são fundamentais, como também o aprimoramento de todos os segmentos que possam atrair turistas. Nesse sentido, estaremos discutindo na primeira parte deste painel o papel da imprensa na promoção turística e os projetos “Passaporte Brasil”, “Voucher único” e “Viagem ao Brasil”. Embora seja reconhecidamente o maior centro de negócios do país, São Paulo tem inúmeros atrativos naturais e culturais. Como filho e ex-prefeito de uma cidade balneária – São Sebastião – , cuja região represento, que é o Litoral Norte do

Estado, posso até ser suspeito por falar das belezas naturais dessa região e do seu grande potencial turístico. Mas essa referência me diz que é inegável que somos privilegiados por nossas praias ao longo de toda costa de São Paulo, de Norte a Sul. Além do que, temos as estâncias climáticas, hidrominerais, além de tantos outros municípios que embora não tenham a denominação de estâncias, são municípios que se destacam pelas suas belezas, como Joanópolis, sem contar Campos do Jordão, Barretos, Bragança e quase todos os municípios do Estado de São Paulo, que hoje estão encontrando no turismo alguma forma de desenvolver o seu município, com certeza, com muito sucesso. São inúmeras as opções de turismo que podemos explorar no nosso Estado. Desde o turismo religioso, cujo exemplo é Aparecida do Norte, que atrai muita gente – no ano passado mais de 7 milhões e 200 mil pessoas. Hoje, pela progressão, pelas estatísticas já feitas, pelo número de visitantes, já se fala em quase 8 milhões para este ano. Bem como, passando para o turismo náutico, rural, ecológico, cultural, de lazer, de negócios, as opções são imensas.

Infelizmente, como não teremos tempo para tratar de todos os segmentos neste seminário, na segunda parte deste painel será apresentado o turismo da melhor idade, que é o que se dizia antes da 3a. idade e que estamos tratando agora como da melhor idade; o ecoturismo e o turismo cultural. Mas todos os demais segmentos poderão ser abordados durante os debates, o que só servirá para enriquecer o nosso temário e o nosso debate. Aliás, todos esses segmentos, embora não estejam fazendo parte dos seminários, fazem parte das nossas discussões dentro do Conselho, onde temos 21 Conselheiros que representam todos os segmentos de *trading* do turismo, nos quais se discutem também essas questões ligadas ao turismo e dos quais no final sairá uma proposta para o desenvolvimento do turismo no Estado de São Paulo.

Por fim, estaremos apresentando o turismo de negócios e eventos, porque São Paulo como centro econômico e financeiro do país tem inegável posição de

destaque nesse segmento que representa 70% do fluxo total de turismo no nosso Estado.

Antes de passar a palavra para os primeiros debatedores, queria fazer alguns lembretes. Primeiro, que dentro da pasta que os senhores receberam – alguns talvez não tenham estado na parte da manhã, então estamos dando os avisos – há um formulário para preencher, nessa parte que é destacável, para depois podermos emitir o certificado de participação. Essa mesma ficha que será depositada naquela urna também será importante, porque no final do evento, hoje, vamos sortear duas estadias para duas pessoas para um fim de semana em São Sebastião, na praia de Maresias. Portanto, quem não colocar na urna não concorre. Também gostaria de pedir aos participantes que eventualmente não puderem ficar até o fim do seminário, se puderem preencham um questionário de avaliação do seminário, que se encontra com a nossa Assessoria que o está distribuindo, porque é muito importante para nós. Com a avaliação que os senhores fizerem dos seminários, procuraremos aperfeiçoar, melhorar e até corrigir alguns erros que certamente cometemos no trabalho que é juntar o pessoal todo, com a colaboração de todos, mas sempre pode ficar alguma coisa.

Nessa área de Comunicação e Marketing, o Conselho do Grupo Temático Turismo e Serviços entendeu que era importante duas palestras: uma, que é a primeira, será dada pelo Presidente do Sindicato de Jornais e Revistas de bairros da cidade de São Paulo, o Sr. Antônio Carlos Cimino, e na segunda está prevista a presença do Presidente da Associação de Jornais do interior do Estado de São Paulo, que é o Sr. Valter Estevão Júnior. Em seguida, teremos uma primeira rodada de debates sobre essa questão da imprensa na promoção turística.

Convido, então, para fazer uso da palavra o Sr. Antônio Carlos Cimino, Presidente do Sindicato de Jornais e Revistas de bairros da cidade de São Paulo.

SR. ANTÔNIO CARLOS CIMINO – Boa-tarde, senhoras e senhores, Deputado Paulo Julião, senhora Maria Alice Pacheco Nardi, Exmo. Sr. Elias Borges

Nogueira, José Humberto Fonseca, companheiros, amigos, o tema é fascinante e longo. Procurei sintetizar o que eu acho que venha a ser o papel da imprensa, principalmente a entidade à qual dirijo, que é o Sindicato de Jornais e Revistas de bairros da cidade de São Paulo. Fiz uma linha dorsal e depois no bate-papo mais descontraído em perguntas e respostas iremos, se possível, esclarecer dúvidas. Mesmo porque, tenho um tempo para expor.

Amigos, mais do que informar, orientar, formar opiniões, nós jornalistas ajudamos a fomentar o turismo nacional e internacional, criando no leitor o desejo de ir e vir, mostrando-lhe todas as condições e dando opções de escolha.

A imprensa como um todo, a mídia impressa, eletrônica, tem fundamental importância nesse processo. E hoje, mais do que nunca, a imprensa de bairro, a chamada mídia alternativa, precisaria e deveria ter uma participação bem maior no contexto geral do turismo, pois representa grande força de divulgação, visto que hoje somos 210 jornais e revistas de bairros em São Paulo, sendo a segunda maior imprensa alternativa do mundo, com cerca de 2 milhões de exemplares por semana, projetando 8 milhões de eleitores aqui na Capital, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, com 1.100 jornais considerados de bairros.

As autoridades constituídas precisam olhar com outros olhos e com os olhos mais abertos para essa grande imprensa, que é a imprensa de bairro. Esta é ainda muito pouco utilizada, tanto pela divulgação oficial quanto pela economia privada, sem nenhum apoio publicitário e mercadológico e que consistem em novos e bons turistas.

Divido aqui o turismo em dois: o doméstico e o internacional. São dois segmentos que deverão ter tratamentos diferenciados na visão da imprensa, tanto no econômico quanto no jornalístico. Porém, para os dois casos temos que fazer uma verdadeira faxina nas cidades – no meu modo de entender – , colocando as coisas nos seus devidos lugares. Os empresários lutam como loucos, investem em seus negócios e, sem dúvida, investiriam bem mais se as prefeituras e os governos estaduais e o governo federal fizessem um pouco mais para que eles pudessem

investir. No caso da capital, por meio da prefeitura e por meio do Anhembi, Feiras e Eventos, talvez por sua política um pouco desencontrada, ainda não foi definido o seu rumo. Portanto, não consegue fazer o que lhe compete. Ou então, por incapacidade dos seus dirigentes, ou por legislação, ou ainda por falta de tempo. Pequenos exemplos: a cidade continua suja, cheia de marreteiros por todos os lados, o centro então é um absurdo. Visitar o centro velho é uma odisséia. Parece que a denunciada máfia dos fiscais ainda existe. Quem passa próximo da Praça da Sé, Ladeira Porto Geral, Parque D. Pedro, não volta mais à nossa cidade. Essa situação envergonha a todos nós. E ainda pior, próximo do Palácio das Indústrias, sede do governo municipal; em Pinheiros, na rua Teodoro Sampaio, considerada a rua dos móveis finos da cidade, ninguém consegue andar em suas calçadas; a Praça da República tem cheiro de xixi; o Largo da Concórdia no Brás; o Largo 13 de Maio em Santo Amaro; no centro, as ruas Sete de Abril, Barão de Itapetininga, entre outras. Mais do que palavras, são as imagens que chegam ao exterior, parece que alguns esquecem que hoje vivemos no mundo globalizado, cujo início pode-se fichar no primeiro governo de Margareth Thatcher, no Reino Unido, seguindo imediatamente para a eleição de Ronald Reagan, nos Estados Unidos e consolidado com o fim do comunismo, com a queda do Muro de Berlin. Vivemos no mundo globalizado, em que todos sabem de tudo. Ratifica-se que uma cidade só terá êxito turístico se tiver dirigentes sérios com vontade de fazer, com responsabilidade e inteligência. Assim, tanto para a orla quanto as capitais e interior mudarão a imagem do Brasil. Volto a dizer, primeiro precisamos lavar a casa, maquiá-la e lhe dar segurança. Mas segurança de verdade: bandido na cadeia, turista passeando e gastando na cidade. Sabem que já cheguei a pensar e me perguntar: será que há algum marketeiro maluco, que acha e pensa que a bandidagem traz turistas? Não é possível. Os presídios, os menores se rebelando na Febem, os baderneiros que invadem prédios fazendo com que todos fiquem sem segurança. Para o turismo crescer, precisamos ter um país tranqüilo, sereno, sério e equilibrado. Não podemos ser vistos lá fora como um país de desatinados, de

favelados, de mendigos e de miseráveis, que parte da falsa intelectualidade faz questão de mostrar ao mundo. Hoje, somos a 9ª economia do mundo. Em 2001, seremos a 5ª. com poder de compra. Precisamos vender uma imagem melhor, dar empregos, criar divisas, fomentar negócios, gerar recursos para melhorar as condições do nosso povo. O turismo é a grande alavanca para que isto aconteça. Poderemos criar mais de um milhão de empregos em dois anos. Chegamos agora à percepção de um novo sistema de idéias estabelecidas pelo mundo virtual, pela Internet. Com este processo instantâneo de informações, via de regra, na área política do turismo vivemos um vasto currículo de enganos. Porém, há tempo de realizarmos tudo. Precisamos de temperos modernos para serem adequados aos nossos momentos, com tomadas de decisões rápidas, ágeis, pois no mundo globalizado só vencerá quem for inteligente e rápido. Pessoas arrojadas, com vontade de contribuir e fazer com muita determinação e disciplina.

Com boa vontade, união de esforços, gente séria, com bom projeto, não faltarão patrocinadores. E será possível mudar a fisionomia do país. Precisamos estar atentos ao meio ambiente. E aqui peço a atenção dos nobres deputados: nesse final de semana, peguei a Imigrantes com destino à capital; nesse pequeno percurso há cerca de 400 painéis de vários tamanhos. Nesse pequeno universo, uma verdadeira poluição. Senhores, quem pega uma estrada para o litoral ou para o campo, quer ter um visual verde, quer ter uma visão melhor, não quer ver mais propaganda, seja ela qual for. São pequenas coisas como estas que serão necessárias coibir. Precisamos ter uma política organizada, voltada para o turismo. Há que se pensar no Beabá. Selecionar todas as cidades e realinhar a sua verdadeira vocação. Existem cidades perdendo dinheiro por falta de orientação técnica para a exploração do turismo. Esse primeiro passo tem início com prefeitos e secretários. Posteriormente, com as lideranças comerciais e industriais da cidade. Cabe aí um curso intensivo na importância do turismo para a cidade, em sua cidade e como fomentar negócios na sua região. A cidade precisa, antes de se promover, saber receber, saber oferecer. É preciso ter uma metodologia diferenciada para

cada uma delas. Depois, como interessados diretos, hotéis, restaurantes, casas de espetáculos, museus, teatros e tantos outros. Porém, precisam ter preço e qualidade de serviços, asseio e carinho pelo turista, e, sem dúvida, melhorar as condições das nossas estradas. No Brasil temos que pensar no miúdo para colher o grão. Temos a elite com 4,9% da classe rica, da classe média alta 7,4%, da classe média, 13,3%, da classe média, média, 26,9%. Temos neste contexto 52,50% de ótimos consumidores do turismo nacional. E se preciso for, mudar a mentalidade de certos dirigentes sindicais ligados ao turismo, despindo-os de vaidade exagerada e o personalismo, para trabalhar em grupo, perdendo a grande oportunidade, talvez, de passar para a história como realizador e não como um velho pavão, querendo ser mais realista que o rei, fazendo mais para si e para os seus apaniguados do que para o turismo. Isto aqui na Capital.

Com um plano bem elaborado, gente séria, bem intencionada, a imprensa fará cada vez mais a sua parte, participará cada vez mais na promoção do turismo e do mundo que o envolve, pois sabemos exatamente qual é o nosso papel, de promover, fomentar, incentivar e destacar as personalidades do mundo turístico.

Amigos, para terminar, temos pleno conhecimento de que a imprensa e a grande maioria que vive direta ou indiretamente do turismo são da melhor qualidade e têm ótimas intenções. Basta dizer este momento. Só temos que agradecer às pessoas que fizeram e ainda fazem muito pelo turismo, lembrando, ao mesmo tempo, que ainda há muito por fazer. Não criaremos prosperidade se não estimularmos negócios; não fortaleceremos os fracos se não dermos oportunidades a eles; não ajudaremos o país se não trabalharmos.

O jornal de bairro presta um serviço à população, talvez um pouco mais do que a chamada grande imprensa, porque chegamos à casa do leitor de graça, porta a porta, em bancas de jornal, em prédio e no comércio. Então, mais do que informar, nós damos a oportunidade, incentivamos a leitura. Nós, por experiência, temos leitores, hoje cativos do Jornal da Zona Leste, empresa que represento, que não tinham o hábito e não gostavam de ler. E hoje lêem, compram jornais diários,

compram revistas e compram livros. Então, o nosso papel no contexto de leitura é de suma importância, pois temos aqui na capital 8 milhões de leitores.

Obrigado pela oportunidade de expor alguma coisa do que penso e estou às ordens para futuras perguntas. Obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Queria registrar que por uma falha, acabei não anunciando a composição da Mesa. Tem aqui o Antônio Carlos Cimino, Presidente do Sindicato dos Jornais e Revistas de Bairros, Valter Estevão Júnior, Presidente da Associação dos Jornais do Interior do Estado, que será o próximo palestrante, e já estamos também aqui na Mesa com o Secretário Municipal de Turismo de Bonito, Eliás Jorge Nogueira que vai falar sobre o *Voucher* único. Estamos na Mesa também com o Diretor do Projeto Passaporte Brasil, Sr. José Humberto Fonseca e estamos aguardando o Sr. Ermantino, que vai falar sobre viagem ao Brasil, e a presença da senhora Maria Alice Pacheco Nardi, Diretora da Divisão da Secretaria de Esporte e Turismo, que vai falar sobre o turismo da melhor idade.

Antes de prosseguir, queria registrar o recebimento de uma carta endereçada a este coordenador: “Em razão de compromisso assumido com a Presidências deste Instituto nesta mesma data, para participar da transmissão e posse do novo Ministro de Esporte e Turismo, Sr. Carlos Andrade Melis em Brasília, lamentamos não poder comparecer ao evento em referência. Ao ensejo, agradecemos pelo honroso convite, formulando nossas considerações de apreço e estima. Sérgio Beleza, Embratur São Paulo”. Relembrando que o Sérgio Beleza representa a Embratur, como Conselheiro deste Fórum de Turismo e Serviços.

Tem a palavra o Presidente da Associação de Jornais do Interior do Estado de São Paulo, Valter Estevão Júnior.

SR. VALTER ESTEVÃO JÚNIOR – Boa-tarde, senhoras e senhores, amigos da Mesa, representamos a Adjori – Associação de Jornais do Interior do Estado de São Paulo que congrega 430 jornais em todo Estado de São Paulo. Os jornais de

bairro como Cimino disse, os jornais do interior, ainda são uma das poucas entidades vivas que defendem a democracia e continuam vivas por força própria, mesmo tendo algumas pessoas trabalhado contra ou a favor, é um grupo que sempre continua caminhando, apesar de não ter o seu reconhecimento, apesar de ter um trabalho diferente hoje, que luta contra a globalização. Enquanto em todo o mundo se vê a globalização, se pegarmos os grande jornais hoje, todos eles estão com as mesmas matérias, muda um pouco a forma de falar, mas são as mesmas matérias, enquanto que os nossos jornais do interior e da capital falam daquilo que a população está vivendo naquele momento no seu bairro, na sua cidade, o seu dia-a-dia, que é o que a pessoa quer saber. Porque o que está nos grandes jornais acaba saindo na TV Globo, nos grandes noticiários à noite e isso no outro dia já não é mais novidade. E o que acontece com o aniversário, a festa, a pracinha, está no jornal do bairro, que ainda tem aquela raiz que, com certeza, é a maior fonte histórica do seu bairro, da sua cidade, assim como no jornal do interior. Apesar disso e além de tudo, tem uma distribuição gratuita como bem disse o Cimino. É importante. Os jornais costumam dizer que o jornal da capital tem 500 mil exemplares, vamos dizer que seja verdade, que não haja nada de encalhe, que fique tudo no Estado de São Paulo. Dos 500 mil exemplares, 250 mil têm que ficar na Capital, sobram 250 mil para serem distribuídos em 600 municípios. Fazendo uma conta rápida vai sobrar 300 jornais para cada cidade. Mas Campinas não pode ficar com 300 jornais, Ribeirão Preto não pode, ABC não pode. De onde vão tirar? De outras cidades. Então, com certeza, a maioria dos municípios do Estado terão menos de 100 exemplares dos jornais da capital na cidade. Enquanto que qualquer jornal hoje, da capital ou do interior, tira no mínimo 5 mil exemplares, que é o número mínimo com que as gráficas trabalham hoje. Estou dando esses dados pela importância do resultado do que é publicado. Quando as pessoas fazem uma publicação também nesses jornais do interior é muito mais fácil elas terem o conhecimento daquele fato do que num jornal que tenha 80, 100 páginas. É muito mais fácil ela ter o conhecimento, chegar àquela notícia e ver esse resultado. Da

mesma forma que hoje o interior do Estado é o segundo grande mercado do País, o turismo também, para todo o País, sai do interior do Estado de São Paulo. Então, para quem tiver que divulgar alguma coisa de importante no Estado de São Paulo, o melhor meio de comunicação é o jornal do interior, é o jornal local. Esses números são comprovados em pesquisas e temos até um anuário, chegamos a publicá-lo e vemos que hoje, além da notícia local que interessa à pessoa, o segundo ponto principal que ela lê – isso em dados levantados – é o esporte. Então, a maioria das pessoas acaba nem lendo primeiramente a manchete, a maioria delas já vai direto ao esporte, principalmente na faixa dos homens. O terceiro lugar fica para a polícia, as pessoas gostam ainda de ler polícia, e o quarto lugar é o turismo. Estão achando que é pouco o quarto lugar? Não é não, porque vamos dizer que tenha 15 assuntos diferentes no jornal, ser o quarto lugar é muito importante. Por que? Porque chama a atenção, todo mundo quer lazer, porque sabemos que o lazer faz parte da vida. Todo mundo quer lazer e quer saber, mesmo que não possa ir àquele local, pagar etc., mas as pessoas procuram saber quanto custa para poder participar. Então, acho que o jornal do interior, o jornal da capital, é um grande veículo para divulgação dos acontecimentos, inclusive do turismo. Precisa haver um relacionamento melhor entre essas duas atividades, jornalismo e turismo, para divulgação e para haver um resultado realmente concreto. A questão também do custo. Sabemos que para fazer uma mídia num grande jornal da capital, uma página, daria para fazer no mínimo em 50 jornais do interior. E quando falamos de jornais do interior a pessoa já pensa naquele jornal mais humilde, realmente é um jornal mais humilde, mas existem jornais hoje no interior que têm uma qualidade que, se tirarmos o título de cima, não se sabe falar, não fora o tamanho e a espessura, se é o *Estadão*, se é a *Folha de S. Paulo*, se é o *Diário de Ribeirão Preto*, se é o *Correio Popular* de Campinas ou se é o *Diário do Grande ABC*, que é o maior jornal regional do país, que só não está entre os 5 por uma questão de tiragem e não de mentiragem. Porque se começar a entrar nessa linha de mentiragem, logicamente o Diário hoje estaria entre os 5 maiores jornais do país.

Tenho certeza, ainda, de que as notícias publicadas nos jornais hoje serão história nos livros de amanhã. E essa história vem se concretizando, vem tendo a participação da população. Isso é importante, porque o jornal acaba tendo aquela razão dele, de servir à população. E para nós que trabalhamos com o jornal, a coisa mais gostosa é você estar na rua e alguém comentar a sua matéria. Não precisa ser a favor ou contra, porque o gostoso é saber que as pessoas estão lendo e o jornal está cumprindo o seu papel de ser um órgão informativo e prestador de serviços. Logicamente, existem os problemas. A coisa que mais dói em nós é quando alguém comenta uma coisa que desagrada. No nosso caso, por exemplo, de revisão. Existem algumas coisas que são engraçadas, mas nos deixam mordidos, doidos, quando alguém liga no jornal e diz: “essa frase não está concreta, não está correta, o português está errado”. Outro dia, o vice-governador contou uma história para nós que é verídica, que saiu um anúncio fúnebre no jornal e a pessoa na hora de ditar trocou a palavra enlutado por enlatado. Então, dizia que era um dos membros da família Sardinha, que o Sr. Oswaldo Sardinha tinha falecido e que convidava para fazer parte da missa etc., e a família agradecia enlatada pela solidariedade. Parece engraçado, quando se lê é engraçado. Mas quando outra pessoa no outro dia, ou alguém comenta isso, para nós é muito ruim, nos sentimos machucados, porque não queremos que haja erro. Mas o erro realmente acaba acontecendo. E hoje tem esse problema na questão da indústria das ações com outros jornais. Existem hoje empresas especializadas que passam o tempo lendo jornais só para procurar problemas. Da mesma forma que tem esses *lobbies*, tem os *lobbies* também a favor da questão da mídia do turismo. Quando interessa um certo local, acabam fazendo um *lobby* entre as pessoas que escrevem sobre turismo para divulgar mais aquela cidade ou outra. Agora, o que precisa é haver esse relacionamento para o agente de turismo procurar o jornal, explicar as suas necessidades e não simplesmente enviar um *release*. Porque acontece o *release*? No nosso jornal recebemos mais de 100 *releases* por dia, e normalmente 101 vão para o lixo. Então, é preciso ter uma afinidade de saber por que publicar isso ou aquilo.

Para concluir, acredito que esse relacionamento tem que partir do agente ligar para o jornal, explicar o que está acontecendo naquela cidade. Tem um colega, nem sei se ele está aqui, o Jarbas, que costuma fazer isso: liga, questiona, pede para publicar – tem que ter esse tipo de trabalho para realmente ter a divulgação. Tenho certeza que o melhor agente, a maior publicidade para o turismo no país, hoje, são os jornais do interior e da capital.

Era somente isso. Muito obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Queria registrar a presença do Prefeito de Jurumirim, o Sr. Benedito Tadeu Favero. Dentro dessa primeira apresentação, o papel da imprensa na promoção turística, com as exposições do Antônio Carlos e do Valter, teríamos agora uma parte de debates. Temos o microfone volante, quem quiser fazer alguma colocação, perguntar, questionar alguma coisa a esse respeito é só levantar a mão que levamos o microfone até aí. (pausa) Todo mundo concordando? (pausa)

Cleide, o meu amigo Maneco, que é proprietário de um hotel em São Sebastião, vai fazer uma colocação.

SR. MANFRED TADEU PETERS – Somos proprietários do Hotel Porto Grande em São Sebastião. Senhor Antônio Carlos Cimino, o senhor tocou no assunto referente à publicidade nas rodovias. Um fato que me chamou a atenção é a favelização de áreas que seriam ditas de preservação ambiental. Temos um exemplo claro que é a favela, se não me engano, “Dakota 70”, na Rodovia Anchieta, que é uma área de preservação ambiental e está dentro do Parque da Serra do Mar. Temos outros municípios no Litoral Norte de São Paulo que estão tendo problemas – até 10 anos atrás não existia o problema de favelas nas encostas ditas áreas de preservação ambiental. Temos o problema, a lei existe, só que não é aplicada. Qual a sua observação a esse respeito?

SR. ANTÔNIO CARLOS CIMINO – Fico pasmo quando acontece uma coisa dessas e não sou só eu. A lei existe e não é cumprida. De quem é a falha? De quem fez a lei ou de quem não cumpre a lei? O senhor tocou em um ponto interessante. Vindo nesse final de semana da Imigrantes para cá, vi que a Serra do Mar está tombada, se não me falha a memória, pelo governo Montoro. E há uma população que mora ali. Essa população está crescendo e conseqüentemente aumentando o número de barracos. Ninguém está tomando providências. Não temos dúvidas que dentro de 5 anos teremos aqui uma favela da Rocinha, seja lá o nome que queiram dar, aqui, tão próximo, na Serra do Mar, que é área de manancial, está tombada, e nem o governo Estadual, nem os prefeitos municipais estão interessados nisso. Há uma área em São Vicente, com aproximadamente 2 milhões de metros quadrados, que é de um proprietário. Ele está tentando falar com o prefeito de São Vicente para fazer um conjunto habitacional para 800 apartamentos populares, na faixa de 28 mil reais. Há três meses ele está tentando agendar com o prefeito de São Vicente e ele não o atende. Não vai pedir nada, pois a área já é dele, vai colocar dinheiro próprio, não é dinheiro do CDHU, e o prefeito de São Vicente não o atende. Como é que se explica? Então, há falta de vontade política, porque o empresariado está aí, quer investir, quer fazer. Agora, para o prefeito – para certos prefeitos, é evidente, não podemos generalizar – quanto pior, melhor. Porque enquanto estiver esse estado de coisas ele vai lá prometer que vai melhorar e pede o voto. Porque a hora que estiver tudo bonitinho, vai pedir voto para que, se está tudo bem? Vai melhorar o quê? Então, com esse estado de enganação é que precisamos tentar acabar. Dentro do possível, dentro do Jornal da Zona Leste, dentro das palestras que faço em faculdades, em locais para os quais sou convidado, quando o tema envereda por esse assunto, eu sempre comento: nós temos que exigir dos políticos e estamos na casa deles, mas temos que pedir a eles que façam, que peçam, que zelem. Veja, esse exemplo continua. Então, estamos lá com uma sub habitação crescendo a cada dia, não tem água, não tem esgoto, é evidente, estamos no morro, entre, não sei se é exatamente São Vicente ou São Bernardo, é divisa de municípios, mas

estamos na Serra do Mar, devastando a Mata Atlântica, destruindo a parte dos riachos que existem lá, porque estamos poluindo com esgoto, porque não tem fossa, não tem nada, não tem canalização de esgoto. O que acontece? O turista que vem para São Paulo viaja, falo muito no turismo doméstico, porque há um poder de compra muito grande, estamos com 52% de gente que gosta e tem dinheiro para gastar. Não está viajando mais porque falta segurança, não está viajando mais por haver muitos pedágios, não está viajando mais por insegurança, estradas ruins. Quando observo esse estado de coisas, por exemplo, uma poluição visual enorme – eu tive a paciência de vir contando, são mais de 400, de todos os tamanhos, todos os tipos de informações, é plaquinha de quilometragem, placa de sinalização, é placa de propaganda, tem de tudo. Então, puxa vida, a cidade de São Paulo já está que não se consegue – em todas as ruas *banners*, *outdoors*, todos os “*doors*” da vida – , que quando se chega em casa não sabe nem onde é o quarto. E tinha uma lei, não sei se essa lei ainda vigora, que nas estradas não poderia ser colocada propaganda publicitária. Como certas rodovias foram privatizadas, se elas têm um limite de privatização, os empresários querem faturar, venha de onde vier o dinheiro. Não vamos ter condições de ver mais mato nas estradas de tanto painel que terá em todas as rodovias privatizadas. Não tenho dúvidas. Precisamos coibir isso, ou não?

SR. PAULO JULIÃO – Só queria complementar a resposta, quando fala em 400 placas na Imigrantes, assustei-me com o número, mas não ia contestar. Mas, agora, incluindo as placas de quilometragem, as placas de aviso de trânsito, necessários, é diferente. Mas também gostaria de fazer um observação, porque como deputado e como ex-prefeito acabamos tendo contato com toda essa problemática, principalmente no Litoral Norte, mas enfim, projetando, isso acontece em todo lugar. A questão não é puramente de desleixo e de, como foi falado aqui, quanto pior melhor. Até porque hoje é muito diferente de antigamente, a sociedade civil está organizada, a própria Constituição prevê essa organização, e essas

cobranças, elas existem dentro da sociedade. O que ocorre é que são diversos níveis de poder de polícia para a solução dessas questões que acabam falhando nas ações conjuntas e acabam realmente contribuindo para que essas questões aconteçam em prejuízo do turismo.

Mas por outro lado, o progresso e o incremento real do turismo acabam trazendo para as regiões em desenvolvimento uma população que é a que sustenta não o turismo, mas a construção do turismo. São os empregados da construção civil, são aquelas pessoas que vêm em busca de novos trabalhos. Então isso vai fazendo com que, na dificuldade de habitação, essas áreas sejam ocupadas. E realmente, precisa uma ação para que haja uma solução. Quanto à questão das placas, posso afirmar categoricamente que não é proibida a colocação de placas ao longo das estradas, independente de privatizações. Existe uma norma no DER que normatiza essa colocação de placas. Inclusive, essas placas tem que ter uma certa distância da estrada, não podem tirar a atenção do motorista, e portanto não podem ser colocadas em lugares perigosos. Pode até haver algumas transgressões, mas em geral esses painéis, essas placas de painéis de propaganda enormes que vemos, em geral estão dentro da regulamentação do DER. Pode-se até lamentar, mas não são realmente ao Deus dará, são controladas.

SR. LEANDRO – Boa-tarde, meu nome é Leandro. Em relação ao assunto de devastação, acho que não é um problema só da classe baixa da população, visto que domingo agora saiu na primeira página do Estadão um *resort* enorme em Angra dos Reis que devastou uma área que é considerada de preservação. Então é um problema que vem de vários níveis, tanto dos baixos como da própria elite e dos próprios grupos hoteleiros que vêm aqui para o Brasil e se instalam onde “bem querem”. Também não há fiscalização nisso. O problema não é só da classe baixa, o problema é também da própria elite e do grupo hoteleiro. Teria que ser revisto isso também. É uma colocação que queria fazer.

Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Como colocação está feita. Realmente, também li o Estadão de domingo e vi essa matéria. Pela minhas experiência também posso dizer que é exatamente isso, muitos empreendedores com uma desconscientização total acabam gastando milhões e milhões para construir um hotel ou construir um condomínio e acabam jogando o seu esgoto na praia ou num córrego próximo, que no fim vai para o mar, enfim, sem os cuidados que deveria ter. O pior não é isso, o pior é que em geral quando aprovam o projeto, apresentam um sistema de saneamento adequado pelas normas exigidas, só que na hora de construir acabam não fazendo. Mas acho que são debates como esse que servem para buscar soluções.

SR. LUIZ DA SILVA BLEI – Faço parte do Conselho de Turismo da Assembléia, não vou fazer pergunta, mas gostaria que o Valter me fizesse uma avaliação sobre a indústria de multas com a municipalização do controle de estacionamentos nas cidades, principalmente as empresas locadoras de veículos. Existem problemas seríssimos, porque os turistas alugam veículos, transitam por várias cidades e vão levando multa em todo lugar que param. Então, acho que o Valter, como tem experiência do interior do Estado, gostaria que ele fizesse algumas colocações porque acho que é extremamente importante para o turismo e para uma revisão até de legislação com relação ao assunto.

SR. PAULO JULIÃO – Deixe-me fazer só uma interferência como coordenador. É lógico que o debate do turismo acaba ensejando todos os assuntos. Mas, depois da exposição agora dessa sua pergunta, talvez tentássemos encaminhar as perguntas e as discussões em cima dessa temática, desse painel agora, que foi a questão do papel da imprensa na promoção turística. E depois, no final, tem uma parte de debate geral, colocaríamos essas questões que são importantes, mas que fogem às vezes do tema, como fugiram todas as que

respondemos até agora. Mas, de qualquer maneira, só para podermos organizar melhor.

SR. – Sou de São Bernardo do Campo, região do Grande ABC e lá também se implantou a indústria do turismo como em todo o Estado. A prefeitura de Santo André arrecadou o ano passado 19 milhões de reais só em multas. Não sei se conhecem o ABC, para ir para o ABC, daqui, é 15, 20 minutos, há a Av. do Estado que chega a ter 4 pistas e lugares em que a velocidade é de 50/60 km por hora, vai para 80 e volta para 50 km por hora. Então, realmente é uma forma de arrecadar para a cidade. O ABC hoje está tentando dar um ar de turismo, trabalhar esse lado do turismo, principalmente a cidade de Ribeirão Pires que está no pé da Serra, mas todo mundo lá sofre para chegar nessas cidades, existem todas as pegadinhas para multar com os radares. Isso realmente trabalha contra o turismo da região, porque a pessoa que vai pela primeira vez ao ABC, não tem jeito, vai ser multada, porque vai passar num desses radares e não vai ter como se livrar deles. Então, acho realmente que a indústria do turismo hoje precisa dar um basta, um chega para lá, porque isso trabalha contra todas as cidades e contra a população, principalmente contra o comércio local que envolve também o turismo.

Mais uma coisa ainda com relação à divulgação, já que é o assunto, a Diguere fez um contrato com o Bureaux de São Paulo de Hotéis e fez um anúncio cooperativado. Então, como eu dizia, se no *Estadão* uma página custa 50 mil reais, a Diguere conseguiu a mil reais cada página num desses grandes jornais do interior e fez um anúncio cooperativo, cada hotel, foram 17 hotéis da capital que participaram e dividiram esses mil reais entre os 17, acabou saindo muito barato.

A questão da permuta também é uma coisa que funciona muito com os jornais hoje e acaba saindo muito barato para o agente, para o hoteleiro. Temos um contrato com a Associação de Hoteleiros de Bertioga. Hoje permuta-se, porque às vezes nem o dono do jornal quer ir, mas ele acaba dando para um funcionário e acaba saindo o anúncio, uma forma de divulgação que sai muito barata para o dono

do hotel, e em contrapartida para o jornal também é bom. Isso também foi feito com hotéis de Campos do Jordão, de Bertioga, Peruíbe e agora tem uma rede de *flats* aqui de São Paulo que também fez um contrato conosco, a Riema. Então, a permuta é sempre uma forma muito boa. Convidar o jornalista a ir até a cidade, ver o que acontece lá, fazer essa divulgação, é uma parceria excelente. É ruim quando acaba tratando como um favor. Acontece muitas vezes isso, a pessoa é convidada para ir até a cidade para conhecer e poder divulgar, quando chega lá é tratada como se estivesse ali fazendo um favor. É o contrário, tem que ser uma parceria e tem que ser bom para os dois lados. Quando é bem tratado, a matéria vai ser boa, sair maior e tudo mais. Estive, inclusive, em Bonito e conheci lá o Lago Azul, o pessoal foi muito atencioso, trouxe material, acabaram levando a gente em vários pontos da cidade para explicar. Tem que ser uma parceria, vale a pena.

SR. JONAS – Boa-tarde, sou de Guaratinguetá, aproveitando o ensejo do tema, a cidade de Frei Galvão, o primeiro beato brasileiro. Mas vou fazer uma pergunta para o Sr. Valter. A minha perspectiva é apenas local, Guaratinguetá e, no máximo, nossa região. O senhor tem uma perspectiva Estadual, tendo em vista a dimensão da Associação. O que podemos observar é que a chamada imprensa local é maniqueísta. Se ela está a favor do prefeito, se tem verbas do prefeito, tudo que vem em favor da cidade ela se manifesta positivamente. Caso contrário não. Então pergunto: o que a Associação faz em termos da ética dessa imprensa nas várias cidades do interior do Estado?

SR. VALTER ESTEVÃO JÚNIOR – Como em qualquer área, tem o bom profissional e o mau profissional. Isso não temos como controlar. A questão de ter o vínculo com o prefeito da cidade é até por sobrevivência dos jornais menores. Muitos jornais menores começam tendo uma participação com a prefeitura e se pessoa tiver um equilíbrio maior ela consegue ter a sua independência. Nessa questão de ser bom para o prefeito ou não, não temos como intervir. Porque é uma

empresa, a entidade não tem como falar: pode publicar isso ou pode publicar aquilo. Ela vê dentro da ética o que não seja contra a dignidade, contra a população, isso acatamos quando vem alguma coisa para a comissão de ética. Agora, a questão do turismo está fora disso, porque normalmente ela não tem que divulgar o turismo da sua cidade. Quando ela é procurada é para divulgar o turismo de uma cidade fora da sua localidade. Então, quando vem alguma coisa para a gente, apuramos, se for coisa realmente de ética, podemos trabalhar. Nesse caso de ele ter uma ligação com o prefeito ou não, às vezes não se tem nem como provar e é o que acontece na maioria das vezes.

SR. PAULO JULIÃO – Queria registrar aqui que Guaratinguetá, que está aqui representada, está tentando e lutando para se inserir dentro do roteiro do turismo religioso. Guaratinguetá teve agora o primeiro beato brasileiro, Frei Galvão, que é o primeiro caminho para se tornar santo, e São Paulo tem até essa característica, temos hoje o maior turismo religioso do Brasil em Aparecida, com quase 8 milhões de pessoas por ano. E Guará e Aparecida são vizinhos. Então é mais uma atividade que, juntando as duas cidades, pode ser alguma coisa de bastante fomento econômico, geração de empregos etc.

Parabéns e obrigado pela presença.

SR. JOSIMAR TADEU – Sou da Unital, queria fazer uma pergunta para o Sr. Antônio Carlos Cimino: fico preocupado quando reparo a linha editorial de alguns jornais de bairro que simplesmente recebem um *press release* da Assessoria de Imprensa, seja da prefeitura, seja da Prefeitura de São Paulo – só num determinado bairro existem 5 jornais que publicam quase que com as mesmas palavras. Exemplo, só na região do Ipiranga.

Outra coisa, para o Sr. Elias, alguns jornais das cidades do interior, lamentavelmente, fazem e escrevem a postura do prefeito que discrimina o jornal que fala contra. Por que isso?

SR. ANTÔNIO CARLOS CIMINO – Você tem razão. Antes de responder a sua pergunta, vou me permitir mencionar o nome do Gaspar que tem um jornal de bairro também, meu companheiro, do Mateus, que é meu companheiro do Zonal da Zona Leste, do Chiapeta, que é nosso amigo também, mas veja, acho que é burrice de quem mandar o *release*. Se eu tenho uma região com 5 jornais, quem faz o *release* teria que ter o bom senso de mandá-lo diferenciado para os jornais que são do meu bairro. Porque se interessar para o editor colocar aquele texto ele coloca. Claro que ele não vai telefonar para o jornal concorrente e falar: “escuta você vai publicar essa matéria, não vai?” Então, parece-me mais que é uma burrice de quem manda o *release*. E isso é comum, Tadeu, porque as assessorias de imprensa querem fabricar notícias, querem desovar suas matérias que mandam para a redação, e publique quem quiser, quem puder. Há falta de critério. A mesma coisa no interior, se na mesma cidade existem dois ou três jornais e há interesse do governador de mandar uma notícia, ela é mandada, a mesma notícia só que com texto diferenciado. Porque o editor do jornal ou o jornalista, via de regra, não vai, como chamamos na imprensa, cozinhar a matéria para fazê-la ficar diferente, ele vai publicar do jeito que veio. Então, parece-me que falta aí um critério, um carinho por fazer. Se tivesse um carinho, bom, eu vou mandar a notícia para tal cidade e lá há três jornais, duas rádios, eu faço 5 textos do mesmo assunto, só que textos diferenciados. Vou criar a audição no caso da rádio, vou criar a audição no interesse da notícia diferenciada, no caso de jornal a matéria será diferenciada, a manchete será diferenciada, a fotografia será diferenciada. Já tive oportunidade, por exemplo, sou da Zona Leste de São Paulo e na região, como falo a você, recebo a mesma fotografia, o mesmo assunto e todos os jornais locais também recebem. Via de regra publico o jornal no sábado. No domingo eu vejo uma matéria com a mesma fotografia, a mesma matéria, o mesmo assunto, do governo ou da prefeitura, seja lá qual for. Eu hoje evito, falo pela redação do Jornal da Zona Leste, muito o *release*, primeiro porque eles mandam gratuitamente e jornal custa dinheiro para fazer. Então eu evito o *release*. Quando é notícia, porque existem dois tipos de matéria, o

que é notícia, quando há realmente o fato, e o que é texto, que até peço, brincando naturalmente, que continuem a mandar textos, esses textos bobos em que o papel serve para rascunho. Porque, realmente é falta de critério, falta de assunto, matéria mal feita, mal escrita, mal direcionada, como o que o Valter falou, como em todo segmento profissional existem os bons e existem os ruins, e no nosso caso não é diferente. Então, há falta de critério sim das assessorias de imprensa, há comodismo das assessorias de imprensa dos governos, tanto estadual como municipal, falo de São Paulo, porque só fazem a matéria, tiram xerox e mandam para os 210 jornais de bairros, falo pelos jornais de bairros. Mas é isso, Tadeu.

SR. PAULO JULIÃO – Estamos com mais de uma hora de atraso, fico com as duas últimas perguntas. Pediria que fossem respondidas de forma bem sucinta e em seguida vamos para o outro painel. Quem tiver mais perguntas, pode preencher um formulário que fica para no fim respondermos.

SR. CARLOS ESTEVES – Sou subprefeito de São Francisco Xavier, que é um distrito de São José dos Campos. São Francisco Xavier é uma APA, é uma área de proteção ambiental. Como foi falado, respondido pelo Sr. Antônio Carlos Cimino, com relação às encostas, favelização, problemas na área de preservação ambiental, permanente, que é beira de rio, as pessoas tendem a fazer construções nessas áreas. Isso gera uma desvalorização geral dos municípios. Por outro lado, há alguns prefeitos que não querem se chocar, não querem entrar em rumo de colisão com determinados aspectos. Só que a lei ambiental brasileira prevê que as promotorias do meio ambiente tomem conta dessas áreas. Há o DPRN, que é o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais, que cuida para que isso não aconteça, há o Ibama também. Então, na verdade, quando se fala que o prefeito não está vendo, na verdade não é o prefeito, algumas áreas de proteção ambiental têm que ser olhadas pela promotoria do meio ambiente. E pelo que eu saiba, todas as áreas do Estado de São Paulo e fora dele, têm um promotor que é responsável

pela área. Em São Francisco Xavier, por exemplo, temos o Dr. Roberto Carraminha que vai atrás, realmente em São Francisco não se consegue construir uma casa a menos de 30 metros do rio, que é dentro da área de proteção ambiental. Acredito que os promotores de meio ambiente dessas áreas não estão olhando adequadamente. Seria conveniente que o Antônio Carlos Cimino, representando a imprensa, verificasse isso. Essa é a minha pergunta. Porque realmente tem que ser feito o que deve ser feito. Área de proteção ambiental tem que ser controlada, todas as encostas são de proteção, principalmente as áreas de várzeas e outras áreas que são, em primeira instância, colocadas como área de construção de favelas. Queria fazer essa colocação e essa pergunta ao Sr. Antônio Carlos Cimino.

SR. PAULO JULIÃO – Fica registrado como uma colocação e a resposta fica para o debate final, devido ao adiantado da hora. A última pergunta.

SR. – Tivemos há dois anos um evento internacional em São Sebastião que foi a “Witprad”. Durante esse período notou-se um fato curioso. O jornal local com certeza cobriu, o jornal de São José dos Campos cobriu o assunto, A Tribuna de Santos também. Aqui em São Paulo aconteceu um fato extremamente curioso, o jornal O Estado de S. Paulo cobriu o assunto, deu até certo destaque a isso, junto com dois jornais que são da mesma propriedade, O Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde. Em contrapartida, tivemos o jornal Folha de São Paulo que praticamente noticiou dois eventos, o primeiro evento que foi a chegada da regata e o segundo evento que foi a largada da regata, porque o governador esteve lá presente com o Ministro da Marinha. Por que quando se tem um evento dessa magnitude, um evento internacional aqui próximo, praticamente Fórmula 1 dos mares, alguns jornais simplesmente desprezam a notícia?

SR. ANTÔNIO CARLOS CIMINO – Olha, aí é muito do editor, o que é notícia, eu vejo esse fato como notícia, sem dúvida nenhuma eu publicaria. Mas depende

muito do editor. E aí é pessoal, é como digital, cada um tem uma idéia do fato. Eu publicaria, com certeza. Não posso agora criticar ou defender um ou outro, mas eu se fosse o editor publicaria.

SR. PAULO JULIÃO – A que ele se refere é uma regata chamada “Witprad”, que é uma regata de Fórmula 1 dos mares, é uma volta ao mundo, e o Brasil teve, agora no ano retrasado, uma passagem, a única escala no Brasil foi em São Sebastião. Houve realmente esse fato curioso, o que houve foi mídia no mundo inteiro e a Folha de São Paulo acabou não cobrindo aqui a chegada e a saída, e neste ínterim, aconteceram “n” eventos com divulgação em toda mídia televisiva, inclusive internacional, com notícia no mundo inteiro realmente. Mas isso no jargão jornalístico talvez seja a linha que chamamos da escola do Chateaubriant. Depois procure saber o que significa isso.

SR. ANTÔNIO CARLOS CIMINO – O fato é que é uma judiação, às vezes num momento desses, não sei se esse evento é anual, de 4 em 4 anos, pior ainda, porque deixa saudades um evento desses. Acho que é uma obrigação dar uma notícia dessas. Mas é editoria. Pega-se um editor que, nesse caso, deve ser editor de esporte, ele acha que o Palmeiras, São Paulo ou Corinthians vai dar mais leitura. Ao passo que tem leitura para todo mundo e existe gente ávida por esse tipo de notícia. E não tem, é uma pena, é uma judiação.

SR. VALTER ESTEVÃO JÚNIOR – E tem aquela questão também de quem faz, de quem passa a notícia. Porque se é uma pessoa que simplesmente passa o fax, normalmente vai ficar no bolo, é mais difícil de ler. Se é uma assessor de imprensa que liga, explica, manda foto, convida e tudo mais, já há a possibilidade de levantar a expectativa para o fato.

SR. PAULO JULIÃO – Para encerrar, nesse fato não faltaram informações e não faltou interesse, porque foi notícia para o mundo inteiro. As próximas perguntas que alguém tiver de fazer, deixe por escrito que vamos dar o encaminhamento. Queria rapidamente passar para a segunda parte, que já se faz tarde. Estamos exatamente com uma hora de atraso agora. A segunda parte desse debate é sobre o Marketing Turístico. Selecionamos entre as várias opções que tínhamos para debater aqui hoje, esses três projetos: “Passaporte Brasil”, “*Voucher Único*” e o “Viaja Brasil”. Existem outros, evidentemente, mas esses são alguns exemplos de iniciativas que entendemos que podem contribuir sobremaneira como exemplos para que outras idéias apareçam para incrementar o turismo.

Inicialmente, para falar do projeto “Passaporte Brasil”, o Sr. José Humberto da Fonseca, que é o seu diretor.

SR. JOSÉ HUMBERTO DA FONSECA – Muito obrigado pela apresentação, Deputado. Senhores presentes à Mesa, até pelo adiantado da hora vou ver se consigo fazer o mais rápido possível. Mas o que gostaríamos de falar, vou falar por meio da transparência e vai ficar mais fácil para podermos seguir. Antes de colocar a transparência, queria só fazer um preâmbulo: o turismo, com todos os males e bens, com tudo o que tem de ruim, como foi colocado aqui este painel, ele ainda tem coisas espetaculares. E como não podemos resolver alguns assuntos da parte da pessoa da iniciativa privada, os que possamos resolver, vamos tentar. Então, basicamente o turismo é hoje a segunda indústria em faturamento no mundo. Todo mundo sabe disso. Todos os índices turísticos brasileiros são voltados em cima de hotéis, companhias aéreas, locadoras de veículos. E existe o problema ainda da permanência média do turista em determinada localidade. Quem é hoteleiro sabe disso. Aumentar um dia de permanência média num hotel significa as vezes dobrar, ou significa 50% ou 30% do faturamento daquela localidade. Mas, acreditamos que ninguém vai para um hotel ou para uma cidade se não existe o atrativo turístico, quer seja ele natural, quer seja ele cultural ou qualquer que seja. Então, para que

possamos agregar valores à localidade, a coisa que hoje mais faz falta é a informação. Por exemplo, estamos aqui com dois sindicatos de jornais locais, de revistas, de jornais do interior e de revistas de bairros, o que acho perfeito, porque se capilariza a notícia e se informa a pequenas localidades aquilo que é interessante. Mas também há de se ver o outro lado da história. O ideal seria desenvolver um projeto com o qual pudéssemos dar a cada cidadão que se locomove de uma cidade para outra, uma grande central de informação turística, por meio da Internet e por meio do Calcentro, ou seja, do telefone. Qualquer pessoa poderia ter acesso a essa informação e com isso ela poderia estar na localidade e agregar valores, como o que se faz numa cidade como São Vicente, São Sebastião, Santos, Guarujá. Só vai à praia ou pode fazer outras atividades culturais, gastronômicas ou esportivas. Então, essa central de informações teria como principal fonte a informação do que vai acontecer naquela localidade. Por isso, estamos desenvolvendo e materializando o maior projeto brasileiro de integração *on line* de turismo e entretenimento do mundo. O Brasil vai ser o primeiro país no qual vai existir uma grande central de informações de turismo e entretenimento. No Brasil existe pouca integração entre o hotel, a companhia aérea e a atividade turística cultural. Por exemplo, em São Paulo existem mais teatros e casas culturais do que toda América do Sul junta. A cidade de São Paulo tem mais shows e espetáculos de teatro do que toda a América do Sul, comparando com a Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, e Colômbia, com tudo isso. Mas quem vem para São Paulo não sabe nem quantas peças estão em cartaz hoje. Não sabe nem quantos bares, quantas *boites*, quantos restaurantes, quantos shows acontecem todos os dias em São Paulo, nem o paulistano que mora aqui, quanto mais o camarada que vem de fora. Se pegarmos Nova York, teremos em 8 quadras para a direita ou para a esquerda, para cima ou para baixo, se pegarmos a Broadway, visitaremos 70% do atrativo turístico de Nova York. Porque tudo se concentra naquela localidade. Em São Paulo, temos Zona Norte, Zona Sul, Vila Olímpia, Itaim, Vila Madalena, Moóca, vários bairros só dentro da cidade de São Paulo que têm um cem números de

atividades que poderiam fazer com que o turista ficasse um dia a mais aqui, aumentando em média 30% a permanência média do turista aqui em São Paulo. Por exemplo, indo para a Costa, Litoral Norte ou Litoral Sul de São Paulo, é muito difícil você ir em um determinado local e saber todas as atividades que se vai fazer em São Vicente, São Sebastião, em Maresias, em todas aquelas praias maravilhosas que tem na nossa costa. É muito difícil uma pessoa que saiba tudo o que tem para se fazer naquela localidade. Então, por meio desse projeto, estaríamos dando essa informação para todas as pessoas que quiserem viajar para mais de 1.800 municípios turísticos brasileiros. Por meio de um convênio realizado com a Embratur ele passa a ser a maior central de informações de reservas e um programa de fidelidade somado no projeto. Fizemos uma parceria com a Embratur e por meio dessa parceria estamos colhendo as informações do programa nacional da municipalização do turismo. Cada município poderá jogar a informação, seja ela a informação bruta do turismo local, e abastecer com as novidades que estão ocorrendo na sua cidade. A partir dessa localidade, estaremos informando para 4 milhões de pessoas por meio da Internet, e para quase 30 milhões de pessoas que estão em viagem no Brasil, tudo o que acontece naquele município. Então, esse convênio foi fechado com a Embratur, com o Fórum Brasileiro dos Conventions Visitors Bureaux e com as Secretarias Estaduais Municipais de Turismo e de Cultura. O que acontece? Com essas parcerias estaremos colocando *on line* todas as informações dos municípios turísticos brasileiros, aqueles que se tornam oficiais, aqueles que quando mandamos para a Embratur se faz o Calendário Nacional de Turismo. Hoje temos 5 milhões de turistas que vêm ao Brasil todos os anos. São 35 milhões de brasileiros que viajam de uma cidade para outra, pelo menos dois dias por ano. Trinta e cinco milhões de pessoas se locomovem no Brasil. E 30 milhões de usuários de entretenimento que moram nas grandes capitais brasileiras que se utilizariam dessa central de informação. Por outro lado, vamos colocar mais de 100 mil estabelecimentos que estarão oferecendo os seus locais, como bares, *boites*, restaurantes, cinemas, casas de teatro, hotéis, companhias aéreas e locadoras de

veículos, que estarão dando informação e recebendo as reservas por meio do *site* e por meio do Calcenter. Com isso, vamos dar um atendimento via Internet e Calcenter integrando todos os municípios turísticos brasileiros. Por exemplo, a Secretaria Estadual de Turismo de São Paulo poderá saber naquele momento quantos turistas estão hospedados na cidade, ou quantos turistas que vão para determinado hotel estarão almoçando, jantando, ou indo a um teatro ou a uma casa de espetáculo naquele dia. Porque todas as pessoas que ficarem e fizerem as reservas por meio do sistema estarão cadastradas e receberão um cartão, como este aqui, que será distribuído gratuitamente àqueles que acessarem o sistema. A partir desse número do cartão e do nome da pessoa, ele acessa o sistema de reservas e o sistema de informações gratuitamente. Então, com isso ele poderá fazer reservas de restaurantes, bares, casas noturnas, hotéis, companhias aéreas, locadoras de veículos, cinemas. Temos hoje, estamos lançando em São Paulo a partir da semana que vem, a maior revista *on line* de Turismo e Entretenimento. Com isso, de um lado, ele vai ter toda a informação como se fosse uma grande revista eletrônica, de entretenimento, que não vai falar só de hotéis e companhias aéreas, vai falar o que o camarada estaria fazendo naquela localidade. E por isso ele terá que ficar no hotel, conseqüentemente, ou alugar um carro, ou comprar uma passagem rodoviária, uma passagem aérea. Vai ter dicas e notícias de roteiros, mapas, curiosidades, gastronomia, e matérias quentes sobre todas as notícias dos municípios. Toda a coordenação editorial desse projeto estará a cargo do Silvio Lancelotti, que é hoje o editor de gastronomia, mas foi o subeditor de Veja, subeditor da Revista Isto É e da Revista Senhor. Este Cartão Passaporte Brasil agrega um programa de fidelidade. Por exemplo, cada vez que a pessoa fizer uma reserva num determinado local, aquele restaurante, aquele hotel, aquele bar ou aquele cinema, poderá dizer o seguinte: na quinta vez que você vier ao meu local, ao meu estabelecimento, você ganha um presente ou um brinde, ou um desconto, ou uma cortesia, qualquer que seja. Então, cada estabelecimento poderá oferecer para todas aquelas pessoas, o público-alvo, vantagens adicionais, criando o maior

programa de fidelização. Todo estabelecimento que entrar no projeto é obrigado a oferecer um desconto e uma vantagem para o usuário, quer seja um desconto em dinheiro, quer seja uma vantagem em produto. Ou seja, o restaurante pode oferecer uma garrafa de vinho ou um desconto de 5% a 10%, e por aí vai, cada estabelecimento deverá oferecer um desconto. Todos os serviços agregados estarão incluídos dentro do Passaporte Brasil. Então, ao receber um cartão desses, que vai ser distribuído via uma campanha publicitária que vai ser divulgada a partir da primeira semana de junho, vocês terão a possibilidade de acessar o sistema. Além disso, estaremos disponibilizando a maior campanha publicitária voltada ao turismo já realizada no Brasil. Eu fui Diretor de Marketing da Embratur na época do governo Sarney, na época do João Dória Júnior, fizemos um projeto e colocamos 10 milhões de dólares em publicidade na época. Ele divulgava que o Brasil é bonito, o Brasil é lindo, viaje pelo Brasil. É muito importante falarmos que o Brasil é lindo, que o Brasil é bonito, viaje pelo Brasil. Mas, se não colocarmos alguma chave para que ele possa acessar os serviços de cada localidade, não existe como contabilizar o resultado dessa campanha. Como se vai saber, dizendo assim: São Paulo é maravilhoso. Venha para São Paulo. No dia seguinte, vocês acham que vai ficar lotado o hotel? Vai entrar mais gente no restaurante? Não. Aquilo é uma campanha institucional. Com o “Passaporte Brasil” estaremos criando uma campanha de até 30 milhões de reais, divulgando constantemente a atividade turística brasileira, divulgando as cidades, os municípios, divulgando todos os locais turísticos, e cada vez que alguém fizer uma reserva entra automaticamente um dinheiro no sistema, que estará novamente divulgando e propagando o turismo no Brasil. A nossa capacidade de atendimento será de um milhão de pessoas por dia na Internet. Ou seja, estamos capacitados com tecnologia suficiente para atender um milhão de pessoas por dia. Vamos distribuir, a nossa idéia é distribuir gratuitamente, nos dois primeiros anos, 10 milhões de cartões, para fazer com que cada pessoa dessas 10 milhões de pessoas possa acessar cada localidade de entretenimento e turismo neste país. Já temos cadastrados em São Paulo, hoje, mais de 5 mil

estabelecimentos para fazer o lançamento do site em São Paulo, que estarão aceitando reservas. Nossa idéia é chegar no final do primeiro ano com 30 mil estabelecimentos cadastrados e no final de 3 anos com 100 mil estabelecimentos. Acreditamos que poderemos fazer a realização de mais de 12 milhões de reservas em dois anos no Brasil. Atendimento de 100 chamadas por dia no Calcenter. É importante deixar claro o seguinte: a Internet é um grande canal de comunicação. Mas hoje somente 5 milhões de pessoas acessam constantemente a Internet por dia. O que acontece? Se há 30 milhões de pessoas viajando, não necessariamente essas pessoas poderão acessar a Internet. Então, estaremos colocando um Calcenter, ou seja uma central de atendimento que a pessoa poderá chamar do orelhão, do hotel, da rua, de onde for, e acessar os sistema. Basta ele citar o número do seu cartão e sua senha que ele acessará o sistema gratuitamente. Então, com isso, consegue-se a materialização do maior projeto de integração *on line* de turismo e entretenimento no Brasil.

Muito obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – Quero registrar aqui a presença da Deputada Edir Sales, que está aqui prestigiando o nosso evento. Se tiver disponibilidade e quiser fazer parte da Mesa será um prazer. Senão, fique à vontade. Queria também registrar aqui a presença da coordenadora do Curso de Turismo da UNIP, professora Débora Cordeiro Braga e dizer que estão presentes os alunos de turismo do Campus Santana. Aliás, as universidades têm dado uma contribuição importante nesses eventos, inclusive algumas delas considerando como carga horária a presença nesses nossos seminários.

O próximo expositor é um convidado especial que mandamos buscar no Mato Grosso do Sul, é o Secretário Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Indústria e Comércio de Bonito, que vai falar sobre um projeto que eles têm lá de “*Voucher Único*”, é o Sr. Elias Borges Nogueira. Seja bem-vindo, Elias. Antes que você

exponha, quero dizer que estive lá recentemente, sou testemunha da beleza e da organização que Bonito tem na parte do Turismo Ecológico.

SR. ELIAS BORGES NOGUEIRA – Muito Boa-tarde a todos, Exmo. Sr. Deputado Paulo Julião, coordenador dos trabalhos, demais colegas da Mesa, vou pedir para que eu faça a exposição rapidamente, ali em pé, ao lado do painel. Bonito, no Mato Grosso do Sul, é um caso bastante singular e pode ser que alguns dos municípios aqui presentes possam compartilhar da experiência que vivemos lá no município, só que também na maioria dos municípios que já procuraram a cidade de Bonito como modelo de marketing turístico, da forma como ele é praticado no município, muitas vezes não foi possível a sua implementação na totalidade. E vamos estar dizendo no decorrer da palestra por que isso não é possível. Já que estamos falando em marketing turístico, não poderia deixar de apresentar a cidade de Bonito para vocês; a localização dela, logicamente, é no Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste, e no Mato Grosso do Sul ela localiza-se na região Sudoeste do Estado, já na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, e nós estamos no planalto ainda, mas também estamos distanciados da planície pantaneira a 150 quilômetros. Isso é também para dizermos que temos uma região bastante singular, que é uma região de relevo característico, totalmente permeada por rios subterrâneos, os quais propiciam também a precipitação de vários carbonatos, a limpidez que se dá nas águas de Bonito. Por isso também temos uma rede de drenagem extremamente ampla que propicia hoje termos lá no município, que é o que um dos palestrante disse anteriormente, a necessidade de que se tenha o atrativo para que as pessoas nos procurem, e nós temos hoje lá licenciados ambientalmente, perante o município e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, com todo o seguro devido, catalogados e registrados 25 atrativos turísticos só no município de Bonito. Para que possamos entender de que maneira o município passou a utilizar o “*Voucher Único*”, que nada mais é do que o ingresso dos atrativos turísticos no município: Em toda essa área, como em todo o Mato Grosso do Sul primeiramente, a base de sustentação

econômica era a agricultura e a pecuária; devido a essas belezas e à visitação constante das pessoas que iam visitar os seus parentes naquela localidade, houve uma demanda crescente e aí então partiu desses proprietários rurais e das pessoas que já moravam no município a organização primeira desse setor. Então tudo começou mais ou menos em 93, com a primeira formação do curso de guia de turismo para condução dos visitantes que chegavam a Bonito. E a partir daí foi acontecendo a maturidade do *trading* no desenvolvimento de toda a questão turística do município, que culminou com a elaboração do *Voucher Único*. Esse é um primeiro histórico, que diz que o município, em 93, tinha somente 30 profissionais cadastrados e licenciados pela Embratur para fazer a condução dos visitantes aos atrativos turísticos. Para que pudéssemos desenvolver o turismo da maneira que se encontra hoje no município, houve por bem – e a questão ecoturística passa por aí – que se permeasse, principalmente, a sustentabilidade do município por meio da percepção de que a comunidade, principalmente a marginal à atividade turística, pudesse ganhar com essa atividade. Então, a partir daí também houve a capacitação de vários segmentos da sociedade que poderiam estar num segundo momento engajados e hoje já estão engajados com toda a atividade turística do município, levando em consideração essas linhas que estão sendo expostas. Antes de chegarmos na concretização do *Voucher Único*, é salutar dizer que em 94, devido a um pouco de insegurança, instabilidade na formatação do *Voucher Único*, foi realizado um seminário estratégico com as lideranças do município para que pudéssemos discutir com a comunidade a forma de turismo que nós estaríamos desenvolvendo no município. Daí então, graças a Deus, após uma semana de discussão, saíram várias metas que estamos implementando – já implementamos algumas delas e a principal foi a formação, por meio de lei municipal, na qual toda a sociedade participa disso, há um engajamento de todos, e posteriormente a criação do ingresso que é o acesso aos atrativos turísticos de Bonito. Foi instituída, então, em 95, para que qualquer pessoa que fosse visitar os atrativos de Bonito portassem esse *Voucher* unificado, contendo as informações

inerentes ao percentual de ganhos de cada segmento envolvido na atividade turística. Inclusive a municipalidade, em 95, também com a criação do *Voucher* Único, foi instituído já antes de ter uma linha, agora com PNMT que foi desenvolvido pela Embratur. Antes da criação do Conselho Municipal instituído pela Embratur, o município de Bonito tinha já o seu Conselho Municipal de Turismo instituído e com o seu fundo próprio de turismo também instituído no município.

Para que os senhores tenham idéia do que vem a ser esse *Voucher* Único, é um ingresso que temos para todos os atrativos turísticos do município, que é composto de 5 vias carbonadas, uma delas fica com o guia de turismo, uma com a Agência de Turismo, uma com o proprietário do sítio, uma com o visitante e outra com o município para o recolhimento do ISS, que é totalmente feito pela Prefeitura Municipal. Está um pouco ilegível aqui, mas o funcionamento é exatamente dessa forma. As agências de turismo local recebem esse *Voucher* da Prefeitura, da Secretaria de Turismo, que tem toda numeração controlada pela Secretaria. O visitante que queira ir aos atrativos turísticos, compra já os passeios mediante esse *Voucher*, nele já está embutido na hora que ele faz a contratação do valor do passeio, o ganho e a contratação também do guia de turismo, pois todos os atrativos de Bonito são acompanhados por meio dos guias de turismo formados pela Embratur. Recentemente, estamos começando mais uma turma no município. Depois do passeio fecha-se esse círculo, no qual a prefeitura, todas as quintas-feiras, recebe esses *Vouchers* da Agência de Turismo que é responsável pelo seu retorno à prefeitura.

Essa é uma outra questão bastante importante. Quando da instituição do Conselho Municipal de Turismo, concomitante ao *Voucher* Único foi também criado o Fundo Municipal de Turismo que tem um caixa específico com uma destinação de um atrativo turístico do município, pois toda renda desse atrativo turístico é revertida para esse fundo, que faz o fomento de toda atividade turística no município. Então, todo material promocional que é fabricado pelo Conselho Municipal de Turismo, como venda de cartazes, *folders*, fitas de vídeo, CD-ROM, é revertido também para

esse fundo. Esse fundo é administrado pelo Conselho, logicamente. Mais uma outra questão. Participamos de todas as feiras de turismo em nível nacional e algumas no exterior também.

Relativamente à capacitação do setor turístico do município, esse fundo também o fomenta, além do orçamento próprio da Secretaria de Turismo, e é um grande parceiro na capacitação de toda atividade turística no município. Então, temos alguns números que fechamos no ano passado. Este ano já estamos no terceiro curso de guia de turismo no município, além da capacitação de todo *trade* turístico também.

Isso é só para mostrar a quantidade de visitantes que recebemos ano a ano. Esses números são totalmente monitorados pelo município e o nosso percentual de crescimento vem passando: de 96 para 97 foi de 13%, de 97 para 98 foi de 14%, de 98 para 99, foi de 15% e acreditamos que isso possa estar ainda em crescimento. Todas essas fotos de fundo são de atrativos turísticos lá do município. Essa é de uma gruta em visita hoje lá no município. Também, só a título de informação, essa é uma pesquisa que realizamos. Durante 6 meses ela foi instituída pelo curso de turismo da Universidade Católica D. Bosco, da Capital de Campo Grande, que apresentou – essa é uma pequena contribuição – uma média de gastos/dia de turista no município, que é de 100 reais; a média de idade dos visitantes é em torno de 32 anos; a permanência, isso é uma constância mesmo e pode se verificada, é de 4 dias, o número mínimo de passeios que são visitados é de 4 passeios e também um outro questionário que foi aplicado é que 91% dos turistas que visitaram o município gostariam de retornar. Acrescente também o aumento do número de leitos. Hoje, em 2000, temos 4 mil leitos; número de empregos diretos, hoje já é 3.500 empregos diretos que temos no município; também por conta do crescimento da atividade turística, hoje somos o único município do Estado do Mato Grosso do Sul em que temos 82% de esgotamento sanitário com o devido tratamento. A arrecadação do turismo no ano passado girou em torno de 21 milhões de reais. Esses são alguns projetos que estão em andamento, há alguns que estão em fase

de conclusão também, pois existe o grande problema do licenciamento das cavidades. Em todo País se dá dessa maneira e temos agora lá duas grutas que estão para serem abertas à visitação pública, em que o empresariado, o setor privado vai tocar os seus empreendimentos no entorno dessas grutas. Então, no município de Bonito, temos os planos de manejo no interior dessas cavernas, que também servirão como exemplo de que temos uma grande parceria nisso tudo e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul é a grande parceira no desenvolvimento dessas pesquisas científicas.

Ficaremos, então, para as perguntas que forem formuladas, aqui está o nosso telefone, o nosso e-mail está ali é: smtur@Bonitoonline.com.br. As informações adicionais que porventura sejam necessárias serem fornecidas, estamos à inteira disposição.

Muito obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO Confirmamos que no final do evento as perguntas que foram formuladas por escrito não serão respondidas. Quero, democraticamente, combinar com os senhores: esse projeto Viagem ao Brasil, que seria a próxima palestra, o pessoal não veio. Então, agora teríamos o debate e em seguida um *coffee break*. Queria ver com os senhores, como foram duas palestras que explicaram o “Passaporte Brasil” e o “Voucher Único”, não sei se os senhores preferem já fazer o debate ou deixar para o fim? Estou perguntando à platéia, o que acham? (pausa) Fazemos o debate agora? Está bom. A minha pergunta é mais por causa do adiantado da hora, a minha preocupação é que passe muito da hora e sei que muita gente tem compromisso e temos ainda 4 apresentações: “Turismo da Melhor Idade”, “Ecoturismo”, “Turismo Cultural”, “Turismo de Negócios de Eventos” e depois os debates finais. Acho que talvez pudéssemos fazer esse debate no final, incluindo as perguntas sobre esses dois temas. (pausa) Perfeito? Então, antes de irmos para um pequeno intervalo de 10 minutos, em que procuraremos ser bem

rigorosos, quero registrar e passar a palavra para a Deputada Edir Sales, que está prestigiando o nosso evento.

SRA. EDIR SALES – Boa-tarde, estou aqui para, inclusive, prestigiar primeiro os dois, o relator e o coordenador Deputado Nabi Chedid, que não se encontra, Deputado Paulo Julião pela brilhante idéia de desenvolver o trabalho desse grupo temático, que é importantíssimo, porque sabemos que o turismo é o grande “boom” do Século. Ele, realmente, é o maior investimento que temos hoje. E para dar o meu aval, testemunho, estive em Bonito há 15 dias e realmente pude confirmar, presenciar, participar daquela beleza, daquela natureza viva, daquela água viva, e fui recebida pelo Secretário de Turismo, o Sr. Eliás Nogueira, que veio fazer a explanação hoje, e pelo Prefeito de Bonito, Nercy dos Santos – realmente é uma cidade maravilhosa, não é Deputado?, o senhor também esteve presente. Então, hoje, só vim a essa reunião para falar meio minuto, para agradecer em público a atenção que esta Deputada recebeu na cidade de Bonito, pelo Secretário Elias e pelo Prefeito de lá, e dar o meu testemunho de que Bonito vale a pena conhecer, quem não esteve lá, vale a pena conhecer, é uma cidade maravilhosa, o turismo lá é desenvolvidíssimo, uma cidade com apenas 17 mil habitantes que tem o desenvolvimento – como ele falou, 82% da cidade tem esgoto, está tudo feito, maravilhoso – então só para dar esse testemunho e agradecer em público ao Secretário a atenção que recebi lá. E, mais uma vez, parabenizar o Deputado Paulo Julião e o Deputado Nabi Chedid pela brilhante idéia desse grupo temático. E também parabenizar o meu amigo Antônio Carlos Cimino que fez muito bem a palestra e explanou muito bem sobre esse assunto.

SR. PAULO JULIÃO – É isso aí. Embora estejamos discutindo aqui uma proposta para o desenvolvimento do turismo para São Paulo, foi muito bom ouvirmos e sabermos das belezas naturais de Bonito para que possamos ter como exemplo as suas ações para aplicarmos aqui no Estado de São Paulo, sem prejuízo

de que alguém vá visitar Bonito, pois logicamente São Paulo é o maior emissor de turistas deste país, portanto, queremos que também uma parte visite o nosso Estado. Esse que é o sentido desse seminário e dessa proposta do “Pensando São Paulo – Século 21”.

Então, vamos rapidamente ao *coffe break* e voltamos em 10 minutos.

Muito obrigado.

(Intervalo.)

SR. – Senhoras e senhores, convidamos a todos que retornem aos seus lugares para que possamos adentrar na última etapa do evento “Capacitação de Recursos Humanos, Comunicação e Marketing Turístico”. Queremos convidar a todos aqueles que estavam à Mesa para que retomem seus lugares. Deputado, por favor. Queremos lembrar que o “Fórum São Paulo Século 21” está sendo presidido pelo Deputado Vanderley Macris e tem como relator-geral o Deputado Arnaldo Jardim. O Grupo Turismo e Serviços tem como coordenador o Deputado Paulo Julião, como relator o Deputado Nabi Abi Chedid. Queremos, então, completar a nossa Mesa com os palestrantes desta segunda etapa do nosso evento, período da tarde. Queremos convidar para fazer parte da Mesa o Sr. Alexandre Leite Verfel, Presidente da ABEOC; (palmas) Sr. Aristides de La Plata Cury, Diretor Executivo da SPCVB. Queremos também convidar para fazer parte da Mesa o Sr. Armando Arruda Pereira de Melo, Diretor Executivo da UBRAF. (palmas) Convidamos também para fazer parte da Mesa, nesse instante, o Sr. Carlos Alberto Degelo, Assessor Técnico de Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura. (palmas) Convidamos também o Sr. João Evangelista de Melo Neto, Diretor do Parque Estadual de Campos do Jordão. (Palmas) Completada a Mesa, passamos a palavra ao Deputado Paulo Julião, para iniciar esta última etapa do evento “Capacitação de Recursos Humanos, Comunicação e Marketing Turístico”.

SR. PAULO JULIÃO – Senhores, retornando, lembramos que os senhores não devem esquecer de preencher essa ficha de inscrição que está em suas pastas para efeito de certificado e para um sorteio que vai haver de duas estadias para duas pessoas, em São Sebastião, na Praia de Maresias. E também que a avaliação que os senhores vão fazer do evento, que está com os nossos assessores numa folha à parte, é importante para aperfeiçoarmos, melhorarmos e corrigirmos as nossas falhas. Quero, também, antes de prosseguir, registrar a presença dos membros do Conselho Municipal de Turismo da nossa querida São José dos Campos, presentes, bem como professores e alunos da área de turismo da nossa querida Univale, que é a Universidade do Vale do Paraíba. Também, a presença do Conselho Pró Turismo, do Cone Leste Paulista e da Delegada Regional de Turismo do Vale do Paraíba, Dra. Judith. Prosseguindo, então, agora teremos a palestra da Dra. Maria Alice Pacheco Nardi, Diretora de Divisão da Secretaria de Esportes e de Turismo do Estado de São Paulo, que falará sobre o tema Turismo da Melhor Idade.

SRA. MARIA ALICE PACHECO NARDI – Boa-tarde a todos, Boa-tarde Deputado Paulo Julião, Boa-tarde aos demais componentes da Mesa. Vou tentar dar aqui uma pincelada no que é o programa Clube da Melhor Idade. Esse programa foi lançado em 1984, pela Secretaria de Esportes e Turismo, com o objetivo principal de estimular este segmento a viajar na baixa temporada. Isto é compreensível, porque na sua maioria essas pessoas são compostas por aposentados e não têm necessidade de viajar nas épocas de pico do turismo. Além disso, a Secretaria proporciona, porque é uma Secretaria de Esportes e Turismo, não poderíamos também deixar de prestigiar o esporte. Então, mantemos vários cursos de hidroginástica, natação, ioga, tai chi chuan, artesanato, temos um bellissimo coral e essas atividades são gratuitas para os idosos e são atividades permanentes. E isso nos satisfaz muito, porque serviu de modelo para os Clubes da Melhor Idade do Interior. Hoje em dia quando fazemos uma pesquisa, quando fazemos um cadastramento dos clubes do interior, verificamos que eles seguem o

nosso modelo, mantêm as mesmas atividades que mantemos. No Estado, temos cadastrado cerca de 36 mil idosos, e na região da Capital atendemos cerca de 3 mil pessoas. Fora essas atividades, temos também um ciclo de palestras que é realizado no auditório Caio Pompeu de Toledo, da Secretaria, abordando sempre temas de interesse dos idosos. Temos também o que chamamos de eventos especiais que são: concursos de beleza, festas juninas, bailes, bailes do Dia das Mães, eventos no mês do idoso que é em setembro etc. Então, mantemos todas essas atividades. Participamos da Folia da Faria, que agora mudou para o sambódromo, este ano, e houve assim uma receptividade muito grande por parte desse segmento, que compareceu com 800 componentes, todos eles fantasiados com vários blocos e muito entusiasmados. Agora, a nossa principal dificuldade, apesar de todos os nossos esforços, é conseguir divulgação na mídia. E aí aproveito os representantes que estão aqui presentes para que se sensibilizem para esse segmento, que está crescendo cada vez mais. Temos uma pesquisa da Organização Mundial de Saúde que diz que em 2025, o Brasil será o 6º país em envelhecimento. Então, isto é um número significativo. Outra preocupação da Secretaria é mudar a imagem do idoso, não vê-lo mais como um transtorno para a sociedade, um pedinte, uma pessoa incapacitada, mas mostrá-lo como uma pessoa ativa, capacitada, participativa, um consumidor em potencial.

Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigada. (Palmas.)

SR. PAULO JULIÃO – Queria agradecer a Dra. Maria Alice Pacheco Nardi e dizer que acho que todos sabem que quase toda cidade tem o seu Clube da 3ª Idade, ou da Melhor Idade, e que, talvez, seja um segmento que para muitos passe até despercebido, porque no intercâmbio que fazem, acabam usando acomodações que não da hotelaria, e muitas vezes, talvez, os empresários de turismo pudessem até tentar uma aproximação, porque poderá até ser vantajoso.

SRA. MARIA ALICE PACHECO NARDI – Permitindo, Deputado, é um grande filão. É um grande mercado que está aberto aos empresários.

SR. PAULO JULIÃO – O próximo palestrante é o Eng. João Evangelista de Melo Neto, que é Diretor do Parque Estadual de Campos do Jordão e vem fazendo um trabalho que vem merecendo muita atenção e elogios pelo conceito de que para se preservar é preciso conhecer, e que encontra no próprio seio da Secretaria de Turismo e dos ambientalistas até divergências. Até por isso, o convidamos para falar sobre Ecoturismo.

SR. JOÃO EVANGELISTA DE MELO NETO – Obrigado. Boa-tarde a todos, quero agradecer especialmente ao Deputado Paulo Julião, nosso companheiro nas áreas naturais do Litoral Norte, e ao Deputado Nabi Abi Chedid, por essa oportunidade de estarmos nesse Fórum maravilhoso, em contato com a comunidade. Porque nós que somos gestores das coisas públicas, funcionários públicos responsáveis pelas unidades de conservação, estamos num momento de transição em que assistimos um Estado, anteriormente imenso, obeso, ineficiente e dispendioso, sendo substituído por um Estado menor, em que a sociedade deve ocupar espaços no desenvolvimento de funções, antes nas mãos somente daquele Estado ineficiente. Isso não é engenho meu, mas são diretrizes de governo que fazemos cumprir nas nossas unidades. Fazemos isso em Campos do Jordão, como deve ser feito nas unidades do litoral, no imenso Parque Estadual da Serra do Mar, que vai desde Ubatuba, divisa com Parati, até Peruíbe, próximo ao Litoral Sul. Nas nossas unidades do interior onde administramos grandes áreas, o governo do Estado detém mais de 800 mil hectares de terras do Estado. Nas mãos desse Poder Público, temos 3% da superfície do Estado, que sem exagero nenhum podemos falar que temos o que há de mais belo em paisagens e em belezas cênicas. Estão contidos em nossos parques reservas e estações ecológicas. Nesse tema do Ecoturismo vamos enfatizar a necessidade de que tais espaços, da comunidade, da

sociedade paulistana, sejam efetivamente utilizados para o desenvolvimento. Nestas 80 unidades que englobam parques, reservas, estações ecológicas e áreas – as estações experimentais que são áreas de produção – , podemos gerar hoje, sem exagero, 10 mil empregos diretos com o incremento do uso público ou do Ecoturismo, do Turismo Ambiental nessas unidades. Podemos, em curto prazo, abrindo tais áreas ao conhecimento e à usufruição para comunidades envolvidas, gerar esses 10 mil empregos e, sem exagero, falar que estaremos gerando nas cidades envolvidas, que são cerca de 250 municípios na cidade de São Paulo, outros 100 mil empregos. Esses empregos dão conta de atividades desde a monitoria do visitante, do turista, do usuário dos nossos parques e reservas, passando pelas atividades necessárias de proteção dessas áreas, de proteção do próprio visitante, e pelas atividades de produção, como produção de mudas e sementes e os trabalhos de manutenção. Então, além do apelo econômico que se faz nesse momento, colocamos em debate com os senhores que significa geração de renda, também a geração desses empregos. E uma obrigação do Poder Público, porque se não está sendo feita, e efetivada, implementada agora, é porque ainda existe uma margem entre a vontade da comunidade, agora neste momento representada pelos senhores, e o imobilismo da administração. A demanda existe, os locais estão aí para serem aproveitados, falta apenas que se aproxime o discurso da prática, eliminando essa disfunção de diretrizes de um governo que nós servimos que manda trabalhar junto com a comunidade, mais os problemas e entraves que existem para que isso seja implementado. Então é um momento de participação. Os nossos parques e reservas não podem mais servir como entrave do desenvolvimento, como soe acontecer na Serra do Mar, em que nada se pode fazer. Não pode o caçara cortar a madeira para confeccionar um remo, não pode o faminto tirar um palmito, não pode, enfim, fazer nenhuma atividade porque o Estado não detém a estrutura. Alega que “não temos funcionários, não temos guardas, não temos, enfim, uma estrutura funcional e física para suportar essa atividade”.

SR. – Não pode, enfim, fazer nenhuma atividade porque o Estado não detém a estrutura e alega que “não temos funcionários, não temos guardas, não temos estrutura funcional e física para suportar essa atividade”. Alguns conhecem o Parque de Campos de Jordão e hoje, apenas nesse parque, recebemos um número de visitantes próximo ao de Bonito, no Mato Grosso do Sul, recebemos em toda a sua área de mais de cento e cinquenta mil visitantes anualmente. Poderíamos, com melhor estrutura, receber o dobro. A visitação é paga. O público usuário é quem paga a manutenção do nosso parque, e em muitas outras áreas isso poderia estar sendo feito, mas, muitas vezes está sendo feito de maneira incipiente, em áreas administradas pela Secretaria, o que poderia ser maximizado, gerando empregos e trazendo renda para essas comunidades. Exemplifico: o compromisso da administração pública com os municípios, os quais tomam significativas parcelas das suas superfícies.

O Parque de Campos do Jordão abarca um terço do município de Campos. Temos oitenta e três quilômetros quadrados nas mãos do Estado dentro de um município que tem duzentos e sessenta quilômetros quadrados. Portanto, até nesse aspecto é uma responsabilidade do governo estadual estar dinamizando, favorecendo o uso público por meio do ecoturismo, do turismo saudável, o uso indireto das nossas unidades de conservação. Esse exemplo que temos hoje, no Parque Estadual de Campos do Jordão, deveria ser implementado nas outras oitenta unidades gerenciadas pelo governo do Estado em duzentos e cinquenta municípios paulistas.

Queremos hoje ser vetores do desenvolvimento, afastarmos aquela idéia de que para conservar não se pode permitir o uso; ao contrário, protege e conserva quem conhece e quem dá valor àquele determinado bem. No aspecto de geração de empregos, a geração se dá sem o paternalismo público que usualmente vemos, sem o empreguismo público. Há sete anos quando assumimos a direção do Parque de Campos do Jordão assinalávamos a freqüência de noventa e dois funcionários do Estado, e nós, os barnabés, da carreira de pesquisador científico. Hoje assinam

a freqüência vinte e nove, e o parque está melhor hoje com certeza e melhor do que estava há sete anos, graças à participação e à ingerência administrativa da iniciativa privada. E nós não vamos conseguir que os nossos parques e reservas, ambientes naturais, a riqueza paisagística de São Paulo, sejam colocados a serviço do desenvolvimento do Estado se não fizermos um trabalho de co-gerenciamento, de uma gestão participativa. Se reduzimos de noventa para trinta funcionários estaduais, hoje temos mais cem pessoas trabalhando no Parque Estadual de Campos do Jordão, e na iniciativa privada, por meio de pequenas empresas familiares que desenvolvem a atividade de prestação de serviços de hospedagem, restaurantes, cantina, artesanatos, produção de mudas, enfim, tudo o que serve para agradar o nosso público visitante, sem a necessidade de dispêndio de recursos. E quem paga tudo isso? É o visitante do parque estadual, seja do Parque Estadual de Campos do Jordão, seja do Parque Estadual da Ilha Anchieta, seja do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, quando vão visitar as cavernas e assim por diante. Um potencial muito grande para os senhores ocuparem, ocuparem sem tardar, ocupar um espaço que o Estado está deixando desocupado. Vocês ocupem esse espaço e desenvolvam atividades porque temos um Estado incompetente para bem fazer, sem recursos disponíveis, temos outras áreas e tantas outras com necessidades mais prementes como segurança, educação, saúde pública que não podemos estar aqui exigindo dos donos dos recursos orçamentários do Estado, os senhores deputados, o senhor governador, recursos para a nossa área de meio ambiente e para a nossa área de turismo quando vemos que não temos segurança pública por falta de recursos talvez, quando vemos que não temos uma assistência de saúde adequada e muitas outras necessidades, e a área de turismo e a área de meio ambiente têm condições de se auto-sustentarem. Quem mantém hoje o Parque Estadual de Campos do Jordão é o visitante desse parque que deixa ali uma receita de ingresso e que alimenta uma pequena indústria turística que ali temos, desde jovens monitores que fazem o acompanhamento e os passeios em trilhas, escaladas em montanhas e outras atividades esportivas até o prestador de serviços

de respaldo alimentício, o comércio de artesanato que gera empregos para aqueles artesãos que nem conhecemos, dos confins do Estado de São Paulo, que chegaram até nós por meio de um trabalho bonito da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, o seu produto, o produto do seu esforço e da sua arte para ser comercializado no parque. Quem paga é o visitante no mais saudável princípio do usuário pagador, sem paternalismo, sem exigir dispêndio do governo.

Para que outras áreas passem a ter uma vida independente, com alto sustentação, realmente é necessário um recurso inicial e cabe ao Estado fazê-lo e o faz dentro da sua obrigação, sem onerar e sem tirar recursos de outras áreas mais prementes. Ele faz esse pequeno investimento e logo uma unidade começa a produzir e se auto-sustentar como o Parque de Campo do Jordão. Portanto, esse imenso potencial de riquezas naturais nas mãos do Estado deve ser compartilhado, agora, em sua gestão com a comunidade. É o trabalho do Estado junto com a administração local, com as prefeituras. Por exemplo, temos no Parque de Campos de Jordão vinte funcionários públicos municipais, o que é um modelo de integração com o município, pois é saudável para o município colaborar com a administração do parque, com a gestão dessa unidade de conservação, porque se torna um importante atrativo aos visitantes para esta região.

O parque hoje deve representar um retorno de desenvolvimento e o que procuramos colocar nesse Fórum para os senhores é que por meio do debate saiam diretrizes para que o governo do Estado e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente trabalhem efetivamente junto com a comunidade, junto com os interesses da comunidade que os senhores tão bem representam nesta Casa. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Gostaria de anunciar a presença do nobre Deputado Nabi Abi Chedid, que é o relator desse grupo temático Turismo e Serviços, que se encontrava no Rio de Janeiro tratando de assuntos de interesse do esporte do país.

Tem a palavra para falar de Turismo Cultural o Assessor Técnico de Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura, ex-diretor do departamento de museus e membro do Conphat, Sr. Carlos Alberto Têfelo.

SR. CARLOS ALBERTO TÊFELO – Boa-tarde nobre Deputado Paulo Julião, nobre Deputado Nabi Abi Chedid, Sras. e Srs. Primeiramente, gostaria de registrar o nosso agradecimento em ter sido convidado a participar deste evento e, por ser a primeira vez que a área de cultura participa de um projeto cujo objetivo principal é o desenvolvimento e o incremento turístico, na medida em que a atividade cultural, na visão de todos nós, representa um peso extremamente significativo para os negócios de turismo, e creio ser esta a oportunidade para que a gente possa mostrar um pouco desse trabalho que nós da área da cultura vimos realizando.

Como a nossa especialidade é cultura, seja na área da produção, seja da difusão, certamente não temos nenhum modelo ou fórmula pronta para trazer para os senhores, cuja especialidade é a atividade política. Mas temos alguns pontos com os quais gostaríamos de suscitar discussão e avivar a reflexão de todos para que essas atividades, sejam elas de caráter público, sejam de caráter privado, caminhem passo a passo e paralelamente, mas que tenham no produto final, cujo objetivo é o cliente ou o nosso contribuinte, tenham o mesmo objetivo, que é o de proporcionar, com qualidade, aquele serviço ou aquela atividade que ele busca.

Para estabelecer uma linha de raciocínio, vou fazer a leitura de alguns pontos que considero sejam nosso mote de reflexão.

Preliminarmente, temos que analisar a cultura e a arte como bens passíveis de aproveitamento turístico do ponto de vista de quem as produz. Temos que visualizar o bem ou o produto cultural como atividade inerente ao comportamento humano, como reflexo do comportamento humano, o que não se realiza sem esse mister.

Portanto, diferente da potencialidade turística dos elementos naturais existentes e aproveitáveis como tal, o que certamente impõe um tratamento

adequado e diferenciado em alguns casos. Desta forma, o aproveitamento turístico dos bens artísticos e culturais passa a ter dois enfoques aparentemente contraditórios entre o restrito e o abrangente. Restrito na medida em que a classificação deverá ater-se ao turista que busca a satisfação do encontro com a arte, com o conhecimento, a informação e o prazer decorrentes do produto originário da inteligência e da criatividade humana e das próprias restrições que o uso impõem às atividades artísticas e culturais. Fora disto estaremos usufruindo do conteúdo dos bens legados pela natureza ou por outra atividade humana não considerada como evento cultural.

Dentro desse princípio geral, vamos nos defrontar com o segundo item, que é o abrangente que encerra toda a gama de atividades originadas daquela disposição humana, o que certamente faz das atividades culturais e artísticas a mais ampla dentro das possibilidades de aproveitamento turístico. Sempre que imaginamos as possibilidades de aproveitamento da cultura para o turismo, vamos nos lembrar num primeiro momento das atividades já conhecidas e daquelas que tradicionalmente temos informação ou participação, mas que certamente não representa o universo potencialmente importante e abrangente dos bens culturais.

Ainda que não seja a nossa especialidade o turismo, podemos nos aventurar afirmar que entre outras divergências, o assim chamado turismo cultural possui características próprias, entre as quais podemos destacar o compromisso com os propósitos da visita, ao contrário do turismo de lazer, que preconiza o descompromisso e o lazer puro e simples. Assim, nós podemos dizer que o turismo cultural pode ocorrer por duas razões básicas: a espontânea e a induzida. A primeira em que o indivíduo, por vontade própria, programa a sua atividade turística na busca de uma satisfação, para atender uma necessidade pessoal sedimentada no conceito de absorção de informação, conhecimento ou comparatividade, além, é claro, da busca do prazer, que não se faz sem a disposição de querer e obedecer a algumas regras nesse processo de uso do bem cultural como bem turístico. Essa atividade pode estar contida num programa turístico de outra natureza, de uma

natureza mais convencional, mas nem por isso pode abrir mão dessas convenções, dessas características e de usufruir da atividade turística que o bem cultural impõe.

A outra é a atividade turística induzida, que vem para atender uma necessidade individual ou coletiva e cuja iniciativa pode não partir do próprio participante, mas do agente fomentador como é o caso do turismo relacionado com a atividade escolar, empresarial, ou mesmo social. Aqui vale ressaltar que especialmente os equipamentos e as atividades públicas, nos campos das artes e da cultura, oferecem seus produtos primordialmente buscando mais o cumprimento das suas obrigações condicionais no Estado do que propriamente o oferecimento de algo que tenha razões de atração turística. Primordialmente essa é a função de propiciar ao cidadão o acesso aos meios universais da arte e da cultura. À medida que essas funções têm como premissa coleta, preservação, pesquisa, formação e difusão do universo cultural, os equipamentos tornam-se elementos receptivos de turismo, cabendo, portanto, às instituições turísticas trabalharem e difundirem esses conteúdos.

Portanto, podemos afirmar que o agente motivador do turismo cultural está muito mais no desejo e na iniciativa do turista do que propriamente na disposição do agente receptor em produzir os bens ou serviços visando o turista. São conteúdos que têm a função de proporcionar uma ampla gama de interesses além do propósito exclusivo da fruição e do prazer. Não podemos nunca nos esquecer que a existência dos bens culturais não tem ocorrência espontânea. Ela é produto da vontade do homem e, portanto, o estímulo talvez seja o fator mais importante para a sua existência e aprimoramento. Logo, não se trata de um produto que encontramos pronto na natureza bastando apenas a adequação para o uso turístico; o bem cultural reveste-se de complexidade muito maior do que aquele, portanto, está na vontade e na disposição do homem em produzir e disponibilizar esses bens.

Quanto à existência desses bens, temos que distinguir aqueles de caráter permanente, com endereço certo, bens materiais, corpo diretivo e tudo mais que um equipamento cultural possa exigir, e outros, que chamamos de eventos que não

possuem essas características. Com isso podemos nos aventurar em afirmar que oferecer esses produtos culturais como atração turística depende de uma preparação maior dos agentes, o que certamente difere das opções mais tradicionais, pelo menos para o turismo receptivo brasileiro.

Quanto à potencialidade da área cultural, creio que não cabe aqui nenhum raciocínio comparativo com outros países, mas sim a disposição de inserir com mais vigor esses produtos culturais como parte da atividade humana que reflete a cultura de uma nação e o interesse de conhecimento e fruição das pessoas.

Vemos com muita satisfação o negócio de turismo ser tratado não só com muito profissionalismo, como vem sendo feito de algum tempo para cá, mas também com a formação escolar adequada para o profissional, como, por exemplo, a existência da cadeira de museologia, história da arte, nos cursos superiores de turismo. Posso assegurar que os nossos profissionais trabalham com muita capacidade o conteúdo cultural que, com toda segurança, pode ser objeto de demanda turística nacional e internacional. Os nossos equipamentos culturais e atividades artísticas, se não completamente adequadas a essa demanda, poucos ajustes exigem para que isso ocorra. Somente para citar alguns, e ainda os mais conhecidos, podemos afirmar que o Estado de São Paulo possui equipamentos e atividades culturais da mais alta qualidade e em quantidade entre as maiores cidades da América Latina para oferecer aos turistas os nossos museus, as nossas orquestras, os nossos teatros, os nossos bens preservados do patrimônio histórico, jardins botânicos, zoológicos e parques temáticos.

São essas as nossas considerações, de forma singela e até primária pude colocar, nesse instante, para os senhores, mas como disse no início, espero tenham sido pontos de reflexão para os procedimentos legislativos e os procedimentos dos senhores e senhoras que militam ou trabalham na área de turismo. Coloco-me à disposição para responder quaisquer perguntas e reitero, em nome do Secretário do Estado e da Cultura, Marcos Mendonça, a oportunidade de estarmos presentes à esta Casa representando aquele órgão do Executivo paulista. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Gostaria de convidar para fazer parte da mesa o Professor Virgílio Carvalho, Coordenador de Turismo do Estado e representando, neste momento, o Secretário de Estado de Esportes e Turismo, Dr. Marcos Arbaitman. O próximo tema é Turismo de Negócios e Eventos e vai ser exposto por três expositores: o Diretor-Executivo da Ubrafe – União Brasileira dos Promotores de Feiras; o Diretor-Executivo do SPC&VB – São Paulo Convention & Visitors Bureau; e o Presidente da Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Congressos e Convenções. Iniciando a sua exposição sobre turismo de negócios e eventos, convido para fazer uso da palavra o Sr. Armando Arruda Pereira de Mello, Diretor-Executivo da Ubrafe – União Brasileira dos Promotores de Feiras.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA DE MELLO – Sras. e Srs., Boa-tarde, Srs. representantes de prefeitos, Srs. prefeitos, professores e estudantes. Início falando nos estudantes porque estamos tratando do Século 21 e espero que os senhores assumam os nossos lugares. Queremos agradecer inicialmente aos Deputados Paulo Julião e Nabi Abi Chedid pelo apoio que deram ao desenvolvimento do nosso trabalho, ao nosso coordenador, hoje adoentado, Sr. Jarbas Favoreto, e aos assessores legislativos Cleide, Mauro e Silvia, sem os quais teríamos muita dificuldade em conseguir apresentar aos senhores este trabalho. Gostaria de agradecer também a colaboração do Presidente da Abeoc/SP, Sr. Alexandre; ao companheiro Aristides, do Convention Bureau; ao Professor Ildemar Silva Brasil; ao Professor Mário Beni, da USP; ao Professor Ignarra, e o programa de televisão Feiras e Negócios, que trata do nosso segmento.

Representamos duas entidades: a Ubrafe – União Brasileira dos Promotores de Feiras, criada em 1986 e que hoje congrega 35 associados que realizam em São Paulo uma média de 170 eventos anuais, locando dois milhões de metros quadrados, tendo como clientes 45 mil empresas expositoras, mais de 100 mil marcas e um público visitante de 6,5 milhões. Entre esses visitantes que temos na região da grande São Paulo, uma grande parte são paulistas, paulistanos e

brasileiros, uma grande parte dos turistas que transformam São Paulo no maior mercado receptivo do Brasil.

Pela manhã, no início desse trabalho, fez-se referência à Carta de Goiás, e acreditamos piamente que esse documento é o parâmetro, o divisor de águas do verdadeiro e completo trabalho do turismo do nosso país.

No primeiro painel foram apresentados ainda os números do turismo no mundo: nas Américas, no Brasil e no Estado. Hoje iremos apresentar para futura discussão de todos, um antigo conceito, filhas comerciais do patrimônio e da comunidade. Uma afirmação inicial: todas as regiões têm condições de realizar eventos profissionais e de negócios. Vamos começar por um exemplo de São Paulo.

São Paulo é um pólo de decisões econômicas financeiras e um centro de negócios do Mercosul. Sua infra-estrutura está em constante desenvolvimento para realizações de feiras, congressos e outros eventos. Temos em São Paulo o Complexo Anhembi, o Center Norte, o International Trade Marketing, o Centro de Exposições Imigrantes e o MartCenter, além do suporte extenso da rede hoteleira e de *flats* que permitem o crescimento do número de eventos realizados na cidade. Afora isso, temos os eventos que são realizados na nossa cidade que movimentam todo o “trade” turístico, como: Fórmula Um, Maratona, Bienal de Artes Plásticas, Carnaval, Turismo Cultural – como foi citado pelo palestrante que me antecedeu, os nossos museus são da melhor qualidade na América Latina – e exposições especiais, além de um sem número de convenções de empresas.

O que é necessário divulgar é que cada cidade, ou cada região, deve estruturar-se para a realização de eventos de negócios, envolvendo as atividades originárias na sua própria região, as suas atividades industriais, comerciais bem como as de lazer.

Por gentileza, para terminar essa parte de São Paulo gostaria que passassem o vídeo.

(Exibição do Vídeo.)

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA DE MELLO – Esse vídeo que acabamos de assistir foi realizado a pedido da Comissão desse Fórum, em rede nacional, e afora isso, temos três revistas relativas a esse segmento: Feira & Companhia, Fundamental e Revista dos Eventos. O turismo de negócios na sua parte de estruturação interna vem atendendo às necessidades de mercado. Temos além das empresas eminentemente nacionais, que fazem parte da estruturação do nosso negócio, todas as multinacionais internacionais que estão presentes no Brasil. Quer dizer, hoje o Brasil está inserido como um país integrado num grande calendário mundial de eventos. Os eventos circulam por todo o mundo, em cada um dos seus segmentos econômicos, em cada momento numa determinada região do mundo. Portanto, com a presença das empresas multinacionais estamos inseridos e participamos desse grande calendário internacional.

Gostaríamos de deixar uma mensagem para todas as outras cidades além de São Paulo: Porque as Feiras são importantes ou por que os eventos são importantes para as suas cidades e para os seus cidadãos? Quando uma Feira é realizada, existe também desenvolvimento, aproximação de mercados produtores e consumidores ativando canais de distribuição. Essas atividades começam em cada uma das regiões, o que propicia negócios diretos. Normalmente permitem a manutenção e a criação de novos empregos nos setores envolvidos, porque a cada momento em que se ativa uma atividade dum determinado setor econômico, consegue-se gerar novos negócios que provocam a manutenção e a criação de novos empregos. Vendas imediatas: Todo evento, quando tem alguma atividade comercial que não seja só de características de política de relacionamento institucional, ele ativa as vendas e se desenvolvem novos negócios, criam-se novos espaços para negócios, se transfere informações tecnológicas ou transferências de conhecimentos.

Por que os eventos são importantes para as cidades onde são realizados? Porque geram um fluxo turístico no qual o ganho é geral de toda a comunidade, movimentam agentes de viagens, transportadoras, hotéis, táxis, restaurantes e lojas comerciais. Geram integração e movimentação para as comunidades, geram receitas de serviços para as empresas dedicadas aos setores desses segmentos. Provam o equilíbrio da distribuição, e o segredo dos mercados é manter cada vez um maior número de produtores e distribuidores finais. A sociedade não se interessa pela concentração da produção ou da distribuição, em que os equipamentos de alta tecnologia substituem rapidamente um número cada vez maior de postos de trabalho. É, na verdade, na geração de empregos que nós acreditamos que todas as cidades ou todas as regiões do nosso Estado possam se organizar para fazer as suas atividades de eventos de negócios.

Gostaria de dar um exemplo comparativo mantendo o mesmo conceito de feira como patrimônio da sua comunidade e falando um pouco das dificuldades. *Messe*, na Alemanha, é uma palavra mágica. Quando chegamos na Alemanha com todo conhecimento da língua que nós não temos na maior parte das vezes, mas se você falar: “Estou indo para *Messe*”, as portas se abrem, as suas amostras são liberadas, os seus folhetos estão disponibilizados. Normalmente aqui no Brasil, quando chega um expositor do estrangeiro, e a nossa língua é tão difícil quanto o alemão para eles, ele diz: “Estou indo para o Anhembi”, que é uma marca com trinta anos de investimento. Provavelmente a mercadoria dele será arrestada pela alfândega, os seus folhetos serão taxados e serão entregues provavelmente quatorze dias depois do final da realização da feira. Esses países do exterior costumam ter uma contribuição, e tem sido dito aqui, em todos os painéis, que as cidades estão integradas no turismo. Lá, além da recepção normal, nas cidades-feiras, que são inúmeras, estou citando apenas o caso da Alemanha, mas temos na Itália, na Espanha, Portugal, enfim, a cidade inteira está trabalhando para essa atividade. Além do esforço receptivo do turismo, também existe o esforço receptivo em atender aquele turista de negócios.

Continuando com esse exemplo de comparação, fazemos um alerta para os estudantes, para os representantes das prefeituras: que o setor público tivesse especial atenção quando fosse organizar um evento na sua cidade, na sua região, tentasse evitar as palavras *não, não pode, é proibido*. Devemos tentar dentro das leis, das normas, dos conceitos de segurança, sempre procurar resolver os problemas. Costumo brincar em algumas palestras dizendo o seguinte: Uma exposição náutica; duas horas antes da sua inauguração chega um pequeno iate de 55 pés que era a atração principal no centro do pavilhão. Há um pouco de conflito entre o expositor que quer chegar com o seu barco e a organização que está com a feira montada. Não diria para ele que não haverá solução. Diria para o expositor: “Agora nós vamos ter que resolver.” Provavelmente vamos resolver encontrando outro local, criando uma situação para que o fato econômico seja positivo, porque imprevistos acontecem e eventos comerciais e feiras são atividades de altíssimo risco, porque começam a trabalhar com muito antecedência, num país onde as regras econômicas são relativamente voláteis, onde acontecem grandes mudanças de uma hora para outra. Por exemplo, no ano passado, tivemos uma mudança cambial. Imaginem que de um modelo importador como era o Brasil, passou-se para um modelo exportador. Acontece que as feiras, os expositores, os negócios já tinham sido acertados um anos antes. Conclusão, houve um grande esforço de todos os organizadores para mudar o público visitante, para mudar os expositores e fazer com que o evento fosse um grande sucesso.

Como podemos investir num negócio de feiras? Vou apenas mencionar tópicos, e depois as pessoas interessadas poderão se dirigir à entidade cujo trabalho está à disposição. Normalmente começamos com um trabalho de planejamento e pesquisa quando você tem essa incumbência ou detectou um nicho de mercado. Começamos com esse planejamento, com essa estruturação, um custo de pavilhão, um custo de promoção, um custo da sua infra-estrutura de realização e também o custo de gestão e de administração do projeto como um todo. Qual é normalmente o tempo de maturação de um evento, de uma feira comercial? No

mínimo quatro anos. Raramente se consegue fazer um evento e obter um resultado positivo no primeiro, no segundo ou no terceiro ano. Pode até acontecer, mas sempre se deve calcular uma maturação de quatro anos.

Uma coisa muito importante que gostaríamos de passar por meio dessa mensagem para todo o Estado de São Paulo, é a abrangência de uma Feira. Uma Feira pode ser regional, cujos produtores locais estão voltados para o mercado local e da região. Por exemplo, uma feira nacional, com produtores locais e de outras localidades, voltados para o mercado nacional e integrado com outras regiões, e um evento internacional, cujos produtores nacionais e locais estão tratando de atingir outros mercados, tais como o Mercosul e outros mercados internacionais.

Quando me referi ao calendário mundial, é um dado a que precisamos estar sempre atentos, porque dificilmente vamos conseguir sucesso num evento se existir conflito com uma data dum evento que tradicionalmente é realizado em outro país.

Motivação do visitante. Normalmente os compradores visitantes buscam participar duma feira na qual a oferta de produtos justifique os seus custos de viagem. Muitas vezes a oferta da cidade ou do Estado onde se realiza a Feira influencia essa decisão. Por exemplo, temos o mercado calçadista, que é um segmento importante da economia brasileira, e temos Estados produtores no Sul e no Nordeste. Realizamos as grandes feiras em São Paulo, o que parece estranho, só que o mercado consumidor e o mercado financeiro estão em São Paulo. Portanto, temos uma Feira em janeiro, a Couromoda, e uma Feira em julho, a Francal. Essas duas feiras esgotam ou fazem a transferência dessa produção de calçados e do setor de couro pelas duas temporadas, as duas “sezões” do ano.

Um dos focos errados que muitas vezes assistimos é o do pequeno produtor ou daquele que não dispõe de verbas suficientes para alavancar uma campanha nacional porque deve concentrar as suas atuações nos seus mercados de entorno e regionais. O grande problema das feiras regionais é que muitas vezes nascem pensando como eventos nacionais e até internacionais e, não raro, divulgam números inflacionados e rapidamente começam a perder aqueles visitantes que

acreditaram nas informações divulgadas e se decepcionaram com a realidade encontrada. Pior ainda é quando esses números transcendem as fronteiras do país, pois o visitante estrangeiro e expositor insatisfeito gera frutos negativos para todo um setor.

O sucesso depende de toda a comunidade, é a nossa tese de turismo. Quer dizer, a cidade precisa estar em ordem, precisa estar limpa, precisa estar arrumada e assim poder atender a um evento e recebê-lo. Para o sucesso de um evento precisamos do compromisso de todos: agentes de viagens, hoteleiros, sistema de transporte local, táxi, ônibus, metrô, representantes das empresas expositoras, jornais, revistas, rádios e televisão, além do compromisso do poder público de receber bem esse visitante proporcionando tranquilidade e segurança.

Por fim, não menos importante, estamos convencidos de que é necessário realizar uma campanha valorizando a nossa atividade, uma campanha que possa orientar expositores e visitantes para tirarem o máximo proveito daquilo que ultrapassa a simples arte de negociar.

Assim sendo, para o Estado de São Paulo recomendamos que a Secretaria de Esportes e Turismo e os órgãos de planejamento do Estado se dediquem e dêem suporte técnico a pelo menos as quinze regiões administrativas em que o Estado está dividido e, com suporte das dezenove cidades do Estado onde se localizam as universidades públicas, que se objetivem projetos destinados a criação e estudo de realização de eventos para que as vocações de cada uma dessas regiões possam ser confirmadas por meio de congressos, feiras e eventos em geral. Um exemplo, tal como foi dado a respeito da cidade de São Paulo, na região administrativa central do nosso Estado temos mais de oitocentos mil habitantes, três universidades, rede hoteleira instalada, indústria e comércio desenvolvidos, alto valor de impostos recolhidos, e ela tem a possibilidade clara de gerar eventos, de gerar transferência de conhecimentos e de apresentação da sua produção econômica.

Agradeço a todos os senhores pela paciência de ouvirem essa longa explanação e passo a palavra para o presidente da Abeoc/SP, o Sr. Alexandre Vect. Muito obrigado.

SR. ALEXANDRE VECT – Boa-noite a todos. Invertemos a ordem do programa. Constava antes a fala do Aristides.

O ano de 99 foi muito pesado para todos os brasileiros porque foi um ano de crise econômica e os nossos negócios regrediram praticamente cinco anos. Não faturávamos o que faturamos no ano passado desde cinco anos atrás. Apesar de o número de eventos ter crescido. No ano passado fizemos setenta e três mil eventos na cidade de São Paulo. No vídeo apresentado, o Cacá falou em cinqüenta mil, mas estamos considerando os eventos com mais de cinqüenta participantes. No Estado foram cento e cinco mil eventos. Foram dez milhões de convencionais ou visitantes nesses eventos, gerando cem mil empregos diretos e indiretos. É muita gente.

Hoje, todos os indicadores econômicos estão apontando para um crescimento da economia. Ontem o Fraga, Presidente do Banco Central, previu um crescimento de 4% na economia para o ano 2000. Dezembro e janeiro, normalmente são meses mornos para os organizadores de eventos, porque acontecem poucos negócios, só que esse ano, nesses meses, não parou, o que é um indicador de que os negócios estão sendo retomados. Com alguma cautela estamos prevendo um crescimento para o setor de organização de eventos entre 10% e 15% no ano 2000, no Estado de São Paulo. Não só na cidade. A cidade de São Paulo fica com o grosso, mas achamos que o Estado de São Paulo vai realizar alguma coisa em torno de 120 e 130 mil eventos nesse ano de 2000.

Nós somos o maior promotor e organizador de eventos da América Latina, mas estamos muito longe de atingir o potencial que sabemos que temos, que sabemos poder atingir. Regiões economicamente muito fortes não fazem eventos por absoluta falta de estrutura. Por exemplo, a cidade de Campinas que é a segunda economia do Estado de São Paulo, a nona economia do país e faz

somente 1% dos eventos do Estado. Essa disparidade precisa ser corrigida. Ribeirão Preto é uma cidade riquíssima e lá fazem o Agrishow que tem duzentos e cinquenta hectares de exposição. É muita gente, e poucas feiras no mundo têm esse tamanho. O faturamento de 99, como disse o Cacá no vídeo, foi de 1,8 bilhão de dólares, mas alguma coisa estamos fazendo errado.

Há dois anos, participando dum evento na Federação do Comércio, e o Armando encontrava-se presente, assistimos uma apresentação do Ciro Batelli, que é aquele brasileiro que gosta de cassinos e foi vice-presidente da Rede Caesar Hotéis em Las Vegas e que quer trazer os cassinos para o Brasil. Naquela ocasião perguntei a ele qual era o faturamento da cidade de Las Vegas só com eventos, sem jogo. Respondeu: no total foram 11 bilhões de dólares. A cidade de Las Vegas cabe no Bairro do Ibirapuera. A cidade de São Paulo inteira faturou 1,8 bilhão de dólares. Onde é que estamos errando? Sabemos onde está o erro. Somos, aproximadamente, no Estado mil e quinhentas empresas de organização e promoção de eventos. Nem todas têm nível internacional, infelizmente. Precisamos treinar os nossos profissionais, apesar de que isso foi dito na parte da manhã, na parte treinamento, mas precisamos treinar os nossos profissionais no sentido de trazer qualidade para os eventos que é o trabalho que realizamos. A Abeoc/SP, em conjunto com o Ubrafe e o Sindiprom está oferecendo treinamentos realizados por profissionais da área, profissionais associados nas mais diversas áreas onde são necessários, desde como contratar serviços até como organizar um evento profissionalmente, passando por relações públicas até atendimento a estrangeiros. O ideal seria que esses cursos fossem gratuitos – ainda não podem ser, não é possível, mas estamos trabalhando para tal fim.

Gostaria também de citar as especialidades profissionais envolvidas na organização de um único evento de porte médio. São cento e vinte e sete especializações profissionais: médicos, cozinheiros, recepcionistas, montadores, encanadores, eletricitas, motoristas, manobristas, faxineiros, seguranças, advogados e até organizadores de eventos.

Gostaria de dar um recado para os estudantes que são a maioria dos presentes nesse seminário, são os nossos sucessores: estamos tentando deixar um caminho bastante plano para poderem trilhar num futuro bastante próximo, mas esse futuro depende, principalmente, de vocês. Temos, hoje, o auxílio dos deputados da Assembléia Legislativa que se sensibilizaram com o nosso meio, mas são vocês os responsáveis pelo nosso futuro e pelo futuro de vocês. É o que tinha a dizer. Muito obrigado.

SR. – Boa-noite a todos. Vou direto ao assunto. Todas as vezes que vejo esses números financeiros, esses trilhões de dólares...

SR. PAULO JULIÃO – Permita um aparte apenas para dizer que você é o Aristides. É preciso se identificar para a nossa platéia.

SR. ARISTIDES – Tem razão, sou o Aristides. (risos). Sou Diretor-Executivo do SPC&VB São Paulo Convention & Visitors Bureau e espero que até o final do nosso papo entendamos melhor que bicho é esse.

Estava falando que quando vejo esses números tipo três trilhões de dólares, viagens como apareceu no vídeo, os números que foram colocados pelo Cacá no programa, inclusive já foram superados, porque essas entrevistas foram ao longo do ano e, por isso, temos números mais recentes que apontam uma pujança econômica ainda maior, quero dizer: o que a gente tem a ver com isso. Parece que isso só acontece em São Paulo. O que é que eu tenho a ver no meu negócio com esse “numerão”. Não estou vendo nada nesse “numerão”.

Gostaria de falar a todos vocês o seguinte: Além do que já foi dito da geração de eventos na cidade do Estado de São Paulo e antes até mesmo da ampliação da oferta, todas as cidades podem captar eventos, qualquer cidade pode captar eventos, porque existem eventos de todos os tipos, tamanhos e naturezas. Quando falamos em captação de eventos, ou seja, alguém decide onde vai fazer o próximo

evento, que são aqueles eventos programados quando alguém decide onde vai ser feito o próximo evento. Ou seja, são eventos profissionais ou que tem uma empresa por trás ou uma entidade que faz um evento de classe profissional. Por exemplo, congresso de médicos ou convenção de vendas de uma empresa. Quer dizer, alguém decide a viagem de muitos. Essa é grande vantagem do turismo de eventos. Enquanto no turismo tradicional a cidade para trazer o visitante precisa sensibilizar, motivar milhares ou milhões de potenciais consumidores turistas para realizar centenas ou milhares de viagens, no turismo de eventos acontece o contrário. Muitas vezes você fala com dezenas de pessoas que decidem a viagem de centenas de pessoas, ou seja, você fala com centenas de pessoas que vão decidir a viagem de milhares de pessoas. Portanto, existe uma relação custo/benefício muito interessante para a cidade.

O evento acontece em todas as épocas do ano. É possível trabalhar a sazonalidade do turismo da cidade trazendo eventos na época que interessa, então, vamos captar o evento no período que seja interessante para a nossa cidade, para a nossa região. Essa é a segunda vantagem do turismo de eventos.

A terceira vantagem do turismo de eventos é que o turista de eventos gasta mais porque normalmente há uma pessoa jurídica por trás dele, há alguém pagando uma parte da sua viagem, sobrando dinheiro para ele sair “detonando” na cidade. Outra questão bastante interessante é que o turista de negócios normalmente pede nota fiscal porque precisa reembolsar as despesas que teve no destino, enquanto o turista de lazer não pede nota fiscal nem gasta quase nada, porque muitas vezes há turista que leva “matula” e não gasta nada no destino, pois o cara está “Durango Kid”. Ao contrário, quando o turista viaja por meio da empresa, está “bancado” e viaja “bonito, senta em cima” porque quer gastar o dinheiro e pede nota fiscal para pedir o reembolso, o que é muito bom porque gera imposto.

Outra grande vantagem é que de repente esse turista chega no destino e conjuga os quatro verbos que a Organização Mundial de Turismo diz que o visitante conjuga no destino, que são: dormir, comer, comprar e visitar. São esses os quatro

verbos, além de comer e beber, porque os caras são no barzinho, ou seja: dormir, comer, beber, comprar e visitar. Ao fazer isso ele gasta dinheiro na cidade mesmo que o motivo da viagem tenha sido um evento. Ele foi lá por causa do evento. Ele nem sabe onde está indo. Como é que eu chego nessa cidade que nem sabia que existia?! Mas a convenção está acontecendo nessa cidade e ele acaba chegando nela. E gasta o dinheiro nessa cidade. Além de gastar dinheiro, de repente ele fala: “Pô, não sabia que tinha esse hotel, não sabia que tinha essa cachoeira, não sabia que tinha esse restaurante, que legal!” O que acontece? Vira turista e volta depois, levando a família e tudo o mais. Ou se não fizer, volta falando bem da cidade, que é a maior propaganda que existe, a propaganda boca a boca. Por todos esses motivos, as cidades começam a se organizar para disputar a preferência por quem decide o evento. Como meu pai dizia: “Quando a coisa dá dinheiro, é que nem mulher bonita, você tem que tirar de alguém, porque senão está dando sopa.” Quer dizer, sempre tem alguém na frente, não é?

Portanto, quando o evento é bom, você está disputando com alguém que está querendo esse evento e as cidades começam a se estruturar melhor, se organizar melhor, para disputar a preferência daquele evento. Vou citar três exemplos de eventos fora da Cidade de São Paulo. Por exemplo, um evento na Bahia. Para levar o evento para Salvador foi preciso dar uma “garibada” no Centro de Convenções e começar a levar os caras que decidiam os eventos para passar um fim de semana em Salvador. E organizaram tudo isso. Pegaram os transportadores, pegaram os restaurantes, os hotéis, enfim, todo mundo dava um pouquinho, e aí, quando o cara chegava na Bahia e ainda dentro do avião, a comissária já falava: “Estamos chegando na Bahia a convite coisa e tal.” Quando chegava no aeroporto, uma baiana já metia uma fita do Senhor do Bonfim, um banho de axé, já mandava o cara lá para o “bargaço”, enfim, a maior festa. O cara vinha com a esposa porque normalmente eram cinco pessoas – dava uma Van. Levavam o pessoal para fazer um *citytour* pela cidade e, de repente chegavam no Centro de Convenções para fazer um *citytour* também pelo Centro de Convenções,

e aí é que iam entender por que tinham sido convidados. Os caras da cidade diziam: Se o senhor trazer o seu evento para a Bahia, já imaginou como o seu convencional vai se sentir em Salvador? Vão voltar super felizes porque o seu evento vai ser o maior sucesso e, dependendo do tipo de evento, não cobravam pelo Centro de Convenções. Em vez de ganharem no metro quadrado, porque o Centro é estatal, pertence a Bahia Tursa, ganham no imposto que a pessoa vai deixar lá depois que consumir na cidade. Um outro exemplo é Blumenau. Blumenau, que fazia aquele “Oktober Fest” uma vez por ano, sendo que o restante do tempo ficava aquela área às moscas, certo? Então a Associação Comercial tomou a iniciativa, chamou todos para lá e resolveu contratar um pessoal para sair falando com quem decidia eventos para levá-los para Blumenau. Ao chegar em Blumenau, tinha o pôster do evento que ele dizia: “Isso vai acontecer”; mostravam um filme, tudo isso para as pessoas. A Associação Comercial colocava os pôsteres do evento nas lojas e a pessoa que fosse lá comprar malhas, por exemplo, e chegasse com o crachá do evento, tinha desconto. Era uma forma das pessoas incentivarem para que os eventos acontecessem lá; uma forma de incentivo maior que vi agora foi em Manaus, que o Alexandre me mostrou. Manaus está fazendo uma promoção, se os organizadores dos eventos os levarem para Manaus, a Associação tem uma câmara setorial de captação de promoção de eventos programados, que dá R\$ 50,00 para a pessoa convencionar o que vier de fora de Manaus. É brincadeira ou não? R\$ 25,00 na hora em que a pessoa programou o evento e depois do evento R\$ 25,00 pelo resto. Aí fazem um acerto, se a pessoa chutou demais eles descontam, se chutou de menos, acabam pagando mais. Isso é uma maneira de incentivar a ida para lá. São três exemplos que dei que basicamente envolvem a parceria entre iniciativa privada e governo, porque ninguém consegue fazer isso sozinho. Se não juntarmos todo mundo, o destino não se promove; o governo sozinho não consegue fazer, mesmo que tenha a maior vontade política para isso, porque depende de uma conjugação de esforços de toda a comunidade. É isso que tem que acontecer. Vou explicar o que é o São Paulo Convention Bureau. É uma entidade que faz

exatamente isso; chamaram de São Paulo Convention Bureau o primeiro feito em Londres e todo mundo passou a chamar pelo mesmo nome para dizer que faz a mesma coisa. A Bahia Tursa que fazia isso, resolveu criar uma entidade chamada de Salvador da Bahia Convention Bureau. Quando Blumenau descobriu que isso que eles faziam era um Convention Bureau, batizaram de Convention Bureau e levaram o Presidente da Embratur para inaugurar; já fazia cinco anos que realizavam esse trabalho. E certamente Manaus vai acabar chamando ou não disso, mas o importante não é o nome, e sim a atividade que é feita. Acho que nesse contexto as leis devem favorecer para que haja essa atividade aqui no Estado de São Paulo, para que haja essa possibilidade de haver um maior entrosamento entre iniciativa privada e governo, que possamos criar até fundos de promoção, isso é uma idéia da qual o Armando vai falar, mas exatamente dentro dessa idéia que se todo mundo ganha, todo mundo tem que colaborar. Obrigado. (palmas.)

SR. – Com essas veras palavras do Armando, do Aristides e do Alexandre encerramos a parte de exposições do que previa o evento de hoje. Passaremos agora, apesar do adiantado da hora, a promover um pequeno debate. Ficou em aberto na relação do marketing turístico perguntas sobre “Passaporte Brasil” e sobre “*Voucher Único*”. O Elias Borges, que é o Secretário Municipal de Turismo de Bonito, continua aqui; “Passaporte Brasil”, o José Humberto, que fez a exposição, já foi embora, mas o Aristides ou o Prof. Virgílio, que é o Coordenador de Turismo do Estado, podem responder. Ficam abertas as perguntas, não só dessas duas matérias que foram antes do *coffee break* e da que foi exposta agora aqui sobre “Turismo da Melhor Idade”, “Ecoturismo”, “Turismo Cultural” e “Turismo de Negócios e Eventos”. Por favor, pedimos que se identifiquem ao fazer a pergunta.

SR. MANFRED DEL PETERS – Porto Grande Hotel, São Sebastião. Como foi notado, deixe-me formular melhor, a quem pertence o grupo do “Passaporte Brasil”?

SR. – Foi constituída uma empresa chamada Passaporte Brasil S.A., empresa de economia mista e que tem como participação acionária o Aluísio Farias, do Banco Alpha, uma empresa especializada em tecnologia de informática, que é a NOX, e uma empresa de telemarketing, a Vega Net. Esses três detêm a tecnologia e os recursos necessários para implantar esse serviço. Eles realizaram alianças, como ele citou, entre a iniciativa privada e o governo. Aqui no Estado de São Paulo eles têm o apoio da Secretaria do Esporte e Turismo, o Virgílio é atuante impulsionador desse trabalho, pelo resultado que ele vai trazer aqui para a cidade e para o Estado de São Paulo como um todo. Na iniciativa privada temos o São Paulo Convention Bureau, que também apóia o projeto desde o início. Em âmbito nacional o projeto tem o apoio da Embratur e de todos os “Convention Bureaux” do Brasil.

SR. MANFRED PETERS – Há um tempo atrás, mais ou menos há uns seis anos, tínhamos a idéia de fazer alguma coisa similar para o Litoral Norte do Estado de São Paulo. Temos uma pequena agência de viagem, mas o principal fator que nos impediu a princípio foi a existência de muitos proprietários de hotel e poucos hoteleiros, ou seja, como agência de viagem o ganha-pão de uma agência é a comissão – entramos em contato com todas as pousadas e hotéis do Litoral Norte, uma observação, que grande parte das pousadas e alguns hotéis, segundo um estudo do Sebrae, não tem registro, não tem CGC, eles simplesmente não forneciam nenhum tipo de comissão. Então como vocês almejam obter algum retorno econômico para a manutenção do “Passaporte Brasil”?

SR. – Talvez um enfoque moderno de administrar e criar produtos seja diferente do que era no passado. Para se ter idéia, em uma das telas para se entrar no “Passaporte Brasil”, temos o que se chama leilão reverso, ou seja, hoje, ou do dia 15 ao dia 20 de junho, o meu hotel, ou a sua pousada, vendem a R\$ 30,00 ou vendem a R\$ 100,00. O valor é “net”, o valor é de resultado. É o cliente do “Passaporte Brasil”, o cliente do turismo do Brasil que será beneficiado. Não são

diferentes do que possa parecer, não estão fazendo isso para ganhar comissões e sim para ampliar a irrigação do turismo nacional, inclusive por São Paulo. Só hoje à tarde participei de uma reunião, nesse meio tempo, com uma empresa que vai entrar com mil hotéis que vendem diárias até R\$ 60,00 em leilão reverso. Então a dinâmica desse projeto é muito maior do que nós estamos acostumados. Independente de serem donos de hotéis ou hoteleiros, são eles que ainda fazem com que as pessoas permaneçam no Litoral Norte, mesmo sendo donos de hotéis. Foram eles que há muitos anos criaram o destino e têm-se fortalecido com isso, e não porque estão com ou sem CGC. Essa é uma iniciativa e muitas vezes, mesmo no turismo rural, em muitas das propriedades que estão presas ao turismo rural o turismo será atividade complementar à atividade agrícola. Precisamos é facilitar para que os paulistas, os brasileiros, viajem mais com menos custo. A visão do “Passaporte Brasil”, essa sua preocupação não é a preocupação deles. Os patrocinadores é que farão a manutenção do sistema. As 120 linhas, os 6.850 atendimentos semanais da Vega Net, por meio do seu telemarketing. A velocidade de vender é que vai definir o resultado. Eles são um portal, não são um agente de viagem, não vão competir, porque um dos “brokers” desse sistema é um agente de viagem tradicional do Estado de São Paulo. Um dos vendedores de hotéis é uma tradicional central de reservas que trabalha com preços NET, não com comissões. A comissão atrapalha, como atrapalha também na área do governo às vezes.

SRA. ROSE BANDEIRA – Gostaria de perguntar à Mesa, quem quiser e puder responder, aqui se ouviu falar em cifras milionárias, em geração de empregos e sabemos que todos os segmentos que compõem o turismo vão fazer uma grande revolução na área de empregos, na criação de empregos. Gostaria de saber se existe alguma proposta concreta envolvendo as faculdades, as universidades, enfim, que envolva todos esses estudantes que estão na procura do seu primeiro emprego ou o futuro de quem vai realmente atuar nessa área. Gostaria de saber se

existe alguma proposta concreta, seja de qual for a entidade ou governo, para esses estudantes.

SR. – A proposta é de consciência dos estudantes, assim como deve ser a consciência da comunidade nas eleições que chegam aí, primeiro, e também como tudo que devemos fazer na nossa vida. Se vamos procurar uma agência de viagem, primeiro vamos ver se ela tem registro, se ela é regulamentada e se me dá garantia da viagem. Uma companhia aérea da mesma maneira, uma empresa organizadora de eventos, conhecendo pelo menos os seus cinco últimos clientes, ver se nada aconteceu com ela etc.; os estudantes devem fazer da mesma maneira, vendo quem já se formou nessa escola, quais são os professores que estão nela e qual a possibilidade de aprender, não de ser ensinado; o ser ensinado não é aprender, é a capacidade que ele como estudante tem em aprender. E que outras opções profissionais ele deixou de lado para seguir no curso de turismo. Essa é uma primeira avaliação tanto quanto vamos ter que avaliar as pessoas que têm colaborado ou não para o turismo, e nisso reforço o nome de dois deputados presentes à Mesa, que têm se preocupado com a nossa atividade profissional. Então mais do que saber o que os outros vão fazer por nós, o momento é de saber o que eu vou fazer pela minha comunidade. Os estudantes têm a sua frente números que mostram o crescimento da demanda de mão-de-obra preparada e pronta a atender um segmento como o nosso, que prevê trabalho de sete dias por semana, trinta dias por mês, 365 dias por ano. Tendo esse perfil não serão os outros, seremos nós como a música antiga dizia que vamos fazer o nosso caminho, com a consciência de saber quem é o fornecedor do nosso serviço, o político, a escola, a agência de viagens e assim por diante. O direito do consumidor é maior que tudo agora. Temos que ser bons consumidores e não consumidores protegidos. Acho que esse é o caminho e essa é a informação que eu daria.

SR. – Só queria complementar, Professor, por favor. A Universidade de São Paulo e o sindicato, o Sindiprom, estão finalizando um acordo no sentido de um treinamento praticamente da atividade profissional no setor de feiras e de eventos. Vamos começar com o levantamento de alguns dados, e de uma certa forma aquilo que o Virgílio falou, uma transferência de conhecimento prático daquilo que acontece. Também complementando o que o Alexandre falou, viemos de um ano muito ruim na área de eventos, o ano de 99. Como falei, naquela virada de moeda que tivemos em janeiro foi muito difícil de se mudar esse modelo importador para modelo exportador com uma coisa que se fez um ano antes, quem se convidou etc. Para se ter uma idéia, tivemos uma queda de público em São Paulo de quase um milhão de visitantes, que atrapalhou o setor hoteleiro, o setor de feiras e muitas atividades correlatas, como o Alexandre colocou. São 120 atividades ligadas, interligadas e algumas dependentes. O aluguel de Vans para o Anhembi, para o Center Norte, caiu de tal forma que algumas empresas se mudaram de São Paulo porque tivemos, por exemplo, o cancelamento de dois grandes eventos do setor automotivo. Isso abala a estrutura de uma cidade.

SR. – Queria dirigir uma pergunta ao Diretor do Parque Campos do Jordão, João Evangelista. Queria parabenizar pelo sucesso da gestão do Parque, conheço o Parque e sei que está muito bem equipado, muito bem administrado. Gostaria de uma opinião sua, João, a respeito da iniciativa do governo do Estado de estar terceirizando a administração de alguns parques e de alguns setores da administração do parque, em contraposição ao que é feito em Campos do Jordão, onde na base das pequenas parcerias também há uma forte integração com a comunidade. Como você avalia, como está sendo esse processo que a Secretaria está fazendo? E aproveitar o Secretário Elias, se ele está sabendo alguma coisa sobre como está evoluindo a criação do Parque Estadual da Serra da Bodoquena na Região de Bonito. Obrigado.

SR. JOÃO EVANGELISTA – A sua pergunta possibilita também atender a pessoa que se preocupou com a geração de empregos. Temos assistido isso no Parque Campos do Jordão, a formação de turmas de guardas-parque pela Escola Senac. Por três, quatro anos, o Parque atende às necessidades práticas dessa escola e não temos assistido nenhum desses formandos se empregar não só no Parque Campos do Jordão, mas como também não vemos em nenhuma das unidades de conservação do Estado. É uma necessidade que se tomem mecanismos que possibilitem o emprego dessa mão-de-obra que vem sendo formada. Mas no Parque de Campos de Jordão geramos hoje, por meio da iniciativa privada, 100 empregos diretos por meio do que o Professor mencionou – pequenas empresas, empresas familiares que trabalham na conservação e manutenção, no monitoramento da visitação, na proteção do Parque e em atividades de auxílio administrativo, além da prestação direta de serviços como a produção e venda de mudas, hospedagem e alimentação servida aos visitantes. Esse é o modelo que acreditamos ser o ideal, que não privatiza nenhum parque, não terceiriza por completo nenhuma estrutura, porque acredito que ocorreria a omissão do Estado. O Estado não pode abrir mão da proteção, da vigilância, da conservação desse patrimônio da população e da comunidade. Mas deve sair de atividades outras que são muito melhor desenvolvidas por essa comunidade, como esses serviços setorizados, principalmente os que alcançam o atendimento do uso público como a recreação, a educação conservacionista e até o apoio à pesquisa científica desenvolvida nessas unidades. Essa prática é a que temos feito no Parque de Campos de Jordão, atestada com sucesso por um crescente número de visitantes, que alcança hoje a cifra de 150.000 pessoas anualmente.

SR. – Tenho aqui uma pergunta que foi feita por alguém que já foi embora, mas como acho que pode ser do interesse de todos, vou ler e dar a resposta; o debatedor também foi embora mas deixou a resposta aqui. A pergunta era para o Sr. Walter, que é do Sindicato dos Jornais da Capital: “Qual é o critério para a

seleção de pauta, matérias, e até que ponto o fator comercial interfere no trabalho?”. A resposta é simples e curta: o critério é comercial.

Tenho agora uma pergunta que alguém fez por escrito, a Andréa Ventura, dirigida ao Armando Arruda – Andréa da Universidade Anhembi-Morumbi, do 3º semestre: “Como nós, estudantes, mesmo com um mínimo de experiência devido à faculdade, poderíamos entrar na área de eventos, já que essa parece muito fechada? Por meio de empresas? Quais as empresas que poderiam nos dar oportunidades e em quais setores?”

SR. ELIAS BORGES NOGUEIRA – Deputado, só respondendo a segunda parte da pergunta que foi a mim dirigida. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena, na Região de Bonito, que engloba os quatro municípios da Serra, Porto Mortinho, Jardim Bonito e Bodoquena, teve um erro de estratégia na concepção do Parque, onde houve a mobilização da entidade ruralista do Estado do Mato Grosso do Sul, que vetou em nível de Brasília a criação do Parque. Acredito que o erro primordial em todo o levantamento, até na elaboração da idéia principal, que era a criação do Parque, foi justamente de não ter a comunidade envolvida em toda a concepção para que ela pudesse assimilar a criação do Parque. Na hora em que os organismos ambientalistas necessitavam de respaldo da comunidade, não puderam contar porque a comunidade não sabia para que veio, nem para que serviria o Parque. Desse modo ficou muito fácil que ficasse rechaçada a proposta segundo o plano. Por enquanto está administrado dessa forma.

SR. – Não sei se devia me meter nisso, porque não sei se me passou despercebido na sua palestra, Elias, mas o importante da sua visita aqui hoje, além de conhecer Bonito como conhecemos, era a questão do “*Voucher Único*”. Se você falou, desculpe-me, não percebi que lá em Bonito vocês têm aquela organização em que cada passeio tem um número limitado de pessoas, é um passeio que tem que ser acompanhado por guias. É dentro desse espírito que o “*Voucher*” tem essa

importância, porque não são passeios em que qualquer um pode ir, em qualquer lugar. Você passou esse sistema que vocês usam lá, porque como a importância da sua presença era explicar o “*Voucher Único*”, seria importante que você passasse também como é que funciona esses 26 passeios fechados, não é isso?

SR. ELIAS BORGES NOGUEIRA – Rapidamente, o Conselho Municipal de Turismo trabalha afinado também com o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente, que tem legislação própria em relação aos empreendimentos turísticos a serem licenciados na área rural. O Município só dá o alvará de funcionamento dos atrativos turísticos mediante consulta com documentação totalmente alicerçada na legislação ambiental do Município para que eles funcionem. Nesse licenciamento ambiental dos atrativos turísticos já está o planejamento em relação à capacidade do suporte de cada atrativo turístico que ele pode receber ao longo do planejamento diário, com intervalo de meia em meia hora, de quarenta minutos, seja qual for, com um número máximo de turistas que cada guia possa conduzir. Temos os atrativos turísticos limitados numa escala de mais ou menos 100 pessoas a 305, que é a Gruta do Lago Azul, atrativo que recebe o maior fluxo de visitantes/dia do Município. Totalizando os 25 atrativos turísticos do Município, dia a dia, caso houvesse a lotação máxima de todos esses atrativos, teríamos aí de disponibilidade de vagas em atrativos turísticos em torno de 3.500 vagas ao dia e isso não é extrapolado.

SR. – Acho que agora ficou mais fácil de entender a questão do guia. Antes da próxima pergunta, já tem uma para o Armando, da estudante Andréa Ventura da Universidade Anhembi-Morumbi: “Fiz essa pergunta já que o senhor tocou no nome dos estudantes, não só o senhor, mas as pessoas que falaram sobre eventos; parece-nos, a nós que estamos tentando entrar na área, que essa área de eventos é um pouco restrita. As pessoas conseguem estágios em área de hotelaria, em companhias aéreas e em área de eventos, parece a mim e às pessoas que estudam

comigo que ela é um pouco restrita, inclusive temos até aulas na Faculdade de organização de eventos, só que não conseguimos entrar na área. Parece-nos muito difícil.”

SR. – Vou contar uma historiazinha rápida, porque senão de novo vão me mandar nadar. Na verdade, Andréa, as empresas organizadoras de eventos são empresas enxutas, porque elas planejam, organizam, criam e administram. Quando chega na hora de finalizar o evento, hoje as empresas são especializadas. Vou fazer um roteirinho rápido. Vamos pensar em um Anhembi. Uma pessoa aluga o Anhembi, que só para vocês terem uma idéia de número, custa R\$ 105.000,00 por dia. Vazio, sem luz e sem água. A pessoa organizadora que vendeu uma feira um ano antes vai lá com uma ferramenta fantástica, um pedacinho de giz. Ele tem uma planta que fez no computador, bonitinha e tal, mas ele vai marcar o que se chama “marcar o chão”. Dali a pouco, quando esse chão estiver marcado, vai entrar um monte de jamantas lá dentro carregando piso, vai soltar o piso; dali a pouquinho essa jamanta vai embora, vão chegar umas empilhadeiras distribuindo TS perfis de alumínio e dali a horas, por incrível que pareça, há uma cidade montada. Aí entra um electricista, um encanador, um iluminador, um decorador, um jardineiro, alguém que ponha o carpete. Cada um desses serviços que estou rapidamente falando, é de uma empresa diferente. Hoje cabe a quem organiza, promove um evento, uma atividade prévia, durante e após o evento, mas na estruturação e na ação, por exemplo, quando você chega no evento, chegou com o seu crachá com código de barras, alguém passa uma caneta leitora. É uma empresa terceirizada; ela presta esse serviço. Assim, chegamos em um tal nível de especialização em eventos que, quando o Alexandre falou que são 127 setores, quem sabe sejam 127 empresas. Não só o organizador. Não basta só bater na porta da Alcântara Machado, da Francal, da Guazeli, da Fenasoft. Claro que você deve, mas então vou te dar o endereço: “www.brat.com.br”; você vai ter a relação das empresas, mande o seu currículo. Os contratos das pessoas que trabalham em eventos para algum tipo de atividade são contratos temporários e você fala, com acerto, de uma certa

dificuldade nas empresas organizadoras de eventos, como elas têm muito pouca gente, porque na verdade o serviço foi todo terceirizado, é mais difícil entrar. Mas como disse o Prof. Virgílio, se você quiser trabalhar 30 dias, os 365 dias, ele só esqueceu de um detalhe: quem trabalha em eventos tem um percurso de horário, são 24 horas por dia. E se você tiver alguma dificuldade de uma relação maior de empresas, entre em contato conosco que posso lhe fornecer pelo Sindicato 1.300 empresas que temos cadastradas no Estado. Obrigado.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA DE MELLO – Deputado, permita-me uma colocação. Uma das motivações desse seminário seria, desde o início, colocarmos a necessidade dos senhores deputados garantidamente terem uma leitura mais clara do que é hoje o setor de turismo no nosso Estado, no nosso país, e também de ouvirem as nossas dificuldades. Quando se trata de disputar destinos, como foi colocado pelo Convention Bureau, na realização dos eventos, como foi colocado pelo Alexandre, é muito importante que quando se vá votar os orçamentos do Estado se pense na criação de um fundo de apoio à promoção de eventos. Hoje não existe mais essa atividade dissociada das verbas de comunicação, das ações de marketing e da necessidade de recursos dando uma visão geral. Precisamos que o nosso Estado seja mais divulgado, todos os destinos do interior e do litoral sejam divulgados, como disse o Manfred, com a dificuldade que ele tem, que cada região tem a sua dificuldade comercial, se tem CGC ou não, não importa. Precisamos é gerar empregos e gerar riqueza para nossa população. Acreditamos que é muito importante a criação de um fundo de promoção de eventos. Não seria um fundo de promoção turística, porque isso seria muito mais abrangente, mas especificamente um fundo de promoção para as atividades geradoras de eventos. Era isso que queria colocar. Muito obrigado.

SR. – Sei do que o Armando está falando, porque fui prefeito de uma cidade turística, que é São Sebastião. Lembro da minha última gestão, de 89 a 92,

investimos muito na divulgação e em contato com o pessoal da Globo – por exemplo, tem lá uma Globo Vale do Paraíba, eu tinha um dado que eles me passaram de que aquela região de Minas, São Lourenço, Cambuquira, Caxambu, juntou-se e fez uma grande campanha publicitária pegando todo o Vale do Paraíba. Deu um aumento de 40% na ocupação durante um bom período por conta desse anúncio. Aquela história que meu avô já dizia, como o Aristides falou, a propaganda é a alma do negócio realmente. Está registrado, Armando. Vai fazer parte das nossas propostas.

SRA. ANGÉLICA – Parabéns ao Deputado Nabi Abi Chedid e ao Deputado Paulo Julião pela condução dos trabalhos, por esse Fórum; parabéns ao Prefeito de Bonito, que está fazendo um bonito trabalho, o senhor, por favor, mande os parabéns de uma aluna, porque realmente ele conseguiu fazer no seu Município o sonho de todo turismólogo, fazer com que o turismo seja feito de uma forma sustentável, que gere recursos, que obedeça à capacidade de carga do local sem que danifique o ecossistema, que as pessoas possam conhecer as belezas do nosso país e que o município arrecade recursos para poder estar gerindo o turismo de uma forma sustentável, rentável e sendo bom para a comunidade. Parabéns ao Sr. Evangelista de Mello Neto, com quem tivemos a oportunidade de fazer um trabalho na nossa Universidade Unip, lá no Parque Campos do Jordão, que inclusive é a maior reserva de araucárias do Estado de São Paulo; se estiver errada o senhor me corrija. Muito belo, muito bonito, o trabalho que o senhor está fazendo lá, está de parabéns, é excelente, é um lugar que todos deveriam conhecer e deveria ser um exemplo, porque é um parque onde não há invasões, que não há queimadas, porque há muitos parques, muitas unidades de conservação, como o senhor falou, que são abandonadas por falta de recurso. Na verdade, só mesmo conhecendo para preservar. Quem conhece, preserva. Conheci e levanto bandeira para o Parque Estadual de Campos de Jordão, porque é maravilhoso. Todos os estudantes de turismo e todas as pessoas deveriam ir lá. Ainda vou querer fazer

aquele passeio no centro histórico. Gostaria de perguntar para o Sr. Armando Arruda Pereira de Mello se o governo deve arrecadar em divisas dessas feiras alguns milhões de reais. Essa geração de divisas feitas por essas feiras aqui no Estado de São Paulo, por esses pavilhões, o Anhembi, Expocenter, enfim, essas divisas não significam nada para o governo, nem para a prefeitura para a melhoria do entorno dessa localidade, porque eu posso dizer por morar na Zona Norte. O entorno ao redor do Parque Anhembi, do Centro de Exposições, a infra-estrutura é péssima, o trânsito é horrível, as calçadas são quebradas, mendigos nas ruas batendo nos vidros; eu estudo do lado do Expocenter, estudo ao lado; não tem um dia em que eu vá para a faculdade que não tenha mendigo batendo na porta, no meu vidro. Quer dizer, é esse o cartão postal que a nossa cidade mostra para os estrangeiros que aqui vêm fechar negócios vultosos. O que é que se faz para cobrar do governo algo de retorno em relação a todos esses recursos que estão sendo obtidos com essas feiras e qual é a resposta do governo? Por favor, se é que existe resposta.

SR. – Vamos por partes. Você tem toda razão nas suas colocações. Vemos pouquíssimo investimento do Estado, tanto do governo do Estado, quanto do governo municipal. O Complexo do Anhembi passa por dificuldades de infra-estrutura terríveis, há erros violentos na infra-estrutura. Para se ter uma idéia, aqueles geradores que se vêem lá do lado, pois algumas feiras precisam de suporte extra de carga de energia elétrica, são particulares, não são da Prefeitura; nós pagamos. Todos os cabos do subsolo do Anhembi nós trocamos; a sala da presidência onde se recebem as principais delegações estrangeiras foram reformadas pela Obraf, não pelo Poder Público, ou seja, o Anhembi, que é a maior marca de São Paulo em termos de turismo de eventos, um investimento de 30 anos de marca, é um destino do nosso país – existe gente que chega no aeroporto, vai ao Anhembi, assiste uma feira e volta para o aeroporto no mesmo táxi, mas sabe onde é o Anhembi. Infelizmente não há investimento. Na verdade, nos pavilhões de

exposições hoje, o mercado tem atendido, a iniciativa privada tem atendido, posso dizer para você quem sabe não em um padrão internacional, mas quanto a espaço mais ou menos está. O que realmente falta na cidade de São Paulo como equipamento, e por favor, aqui que o Convention Bureau me corrija, seria um auditório para mais ou menos oito mil pessoas para que possamos disputar os eventos mundiais, internacionais, de igual para igual com qualquer cidade do mundo. Essa é a grande falha de equipamento. Quanto ao entorno que você coloca, é perfeitamente acertada a sua colocação, cada vez que vai haver um evento, uma daquelas 120 atividades que temos, é falar com o CET, é falar com a polícia, é falar com o bombeiro, aqueles cavaletinhos que se vê na rua também não são da Prefeitura, somos nós que pagamos, ajudamos a disciplinar o trânsito, pagamos aquilo tudo, é um serviço pago. Infra-estrutura para fazer eventos na nossa cidade é cara e complexa. Existem, por exemplo, voltando para dar o exemplo da “Amesse”, algumas em que se entra em uma esteirinha e você vai andando. Não conseguimos até hoje que a cidade fizesse um braço do metrô para o Anhembi. São 30 anos só que está ali o Anhembi e ainda vou complementar, por que é que o Anhembi não está pronto, tem um esqueleto? Porque uma lei mudou os incentivos fiscais; aquilo foi um projeto de incentivos fiscais de turismo e num certo momento o Congresso Nacional votou uma lei que só podia ter no Nordeste. Está lá micado até hoje, aquilo é um exemplo da nossa santa incompetência. O cartão postal da economia brasileira e o principal cartão postal do Mercosul tem um esqueleto vivo do lado. Quando você fala de entorno é quando temos os eventos dos promotores que já têm uma certa experiência, conseguimos inter-relacionar o CET, a polícia, o bombeiro etc., e se consegue melhorar o entorno. Em alguns eventos de promotor de pequeno porte que não tenha essa possibilidade, ele passa a ter algumas dificuldades de trânsito, de segurança etc. E temos ainda um problema pelo qual hoje a cidade passa, que é o problema de limpeza. Realmente precisaríamos da limpeza. E tem um problema muito grave na cidade de São Paulo que se chama sinalização. Eu me perco; imagino aquele meu companheiro da “Amesse” Frankfurt

recém-chegado de 30° abaixo de zero, com seu sueterzinho de gola olímpica procurando uma rua para chegar no ITM; provavelmente ele chegará em Sorocaba, que é uma cidade muito boa. Não há uma placa na cidade, não há um projeto de sinalização turística, é um conflito de prefeitura, disso, daquilo, daquele outro, ou então é proibido. Na minha apresentação tinha todas as coisas chatas que procurei hoje pular, vamos tratar delas num seminário de legislação; quero só dar um exemplo de algo que estamos enfrentando, uma legislação municipal: no dia 30 de dezembro de 1999, todas as taxas municipais ligadas à área de eventos subiram 916%. Cada um destes painéis aqui paga para a Prefeitura, por uma taxa de vistoria de publicidade, R\$ 42,00, sendo que era de quatro reais; com a virada da Ufir ia para R\$ 5,07, virou 46.67. Porém, dado o avançado da hora, se passássemos da meia-noite e amanhã fosse outro mês, do 31 para o 1º, você pagaria as taxas de novo. Isso é o que a Prefeitura faz para ajudar; conserva mal, dá má estrutura, não melhorou o Anhembi em 30 anos em coisa nenhuma e aumentou as taxas municipais em 916%.

SR. – Não, os vereadores agora perceberam que deram uma escorregadinha e então estão trabalhando. Domingos faz parte da comissão, Convention, Abeoc, do Convention Bureau na Secretaria de Finanças do Município; a pessoa que estava lá encarregada nos atendeu, atrasou uma hora e quarenta e nos pôs para fora. Esse é o atendimento da municipalidade.

SR. – Pessoal, estamos segurando algumas pessoas que nos prestigiaram até agora e têm aula, já estão atrasadas. Sugeriria que fizéssemos o sorteio da estadia em Maresias, senão daqui a pouco vai ficar para nós. (pausa.) Sorteado para Ana Henriqueta do Prado; quem não estiver, fica a ver navios. (pausa.) Alexandre Resende de Oliveira, que está ausente. (pausa.) Eliana de Moraes. Parabéns, Eliana. (palmas.) Você acabou de ganhar uma estadia de um fim de semana em Maresias com um acompanhante, com direito a café da manhã. Depois

você entra em contato com a gente para marcar o dia, não pode ser feriado. Tem que ser um fim de semana comum. Tem mais uma. (pausa.) João Henrique Alves. (palmas.) Da cidade de Cachoeira Paulista, não é? Parabéns, João. Obrigado pela presença de quem tem que ir embora, mas o Mané quer fazer mais uma pergunta. A última pergunta da noite.

SR. MANFRED PETERS – Só umas colocações que talvez sejam interessantes. Como se faz na Alemanha, seria interessante um escalonamento das férias escolares, pois lá se escalona em três vezes. Não é todo mundo que tira férias de uma vez só; há dois pontos positivos: os hotéis vão ter um período maior com uma boa ocupação e vão cobrar menos por ela, porque não tendem a receber dinheiro de uma vez só para funcionar o restante do ano. Outra coisa, a respeito da dificuldade, como sei falar alemão e trabalho com alguns turistas, grande parte dos turistas quando vêm aqui para São Paulo têm, como vocês notaram, uma dificuldade de comunicação com o taxista. Certa vez no Frankfurt Messe e no Hannover Messe, havia um folheto em alguns táxis, não em todos, que é um dicionário entre inglês e alemão, turco e alemão, com palavras básicas, como “me leve a tal lugar” – acho que aqui em São Paulo deveria haver alguma coisa similar a isso.

SR. – Respondendo rapidamente, todos os organizadores de eventos colocam isso no seu manual de expositor, porque na verdade o expositor é responsável pelo seu marketing, pelo seu visitante. Ele é um elemento multiplicador. Não sei quem é o convidado dos expositores, mesmo porque eles são concorrentes. Em uma feira de um segmento temos todos os concorrentes; um não conta quem é o cliente. Agora, forneço todo o material para eles e eles têm que disseminar isso entre os seus convidados.

SR. MANFRED PETERS – Mas não seria interessante que todos os táxis, principalmente de aeroporto, que atendem aos principais hotéis em São Paulo, tivessem esse micro dicionário, um dicionário de palavras básicas?

SR. – Acho que seria um bom material para pedirmos para algum patrocinador fazer para a cidade de São Paulo.

SR. MANFRED PETERS – Certo. Outra coisa, uma pequena observação. Aqui no salão vocês viram algum pôster da cidade de São Paulo? Estamos falando do Estado de São Paulo. Estou vendo aqui Nordeste, Brasília, Foz do Iguaçu, Paraná. Acho que nós também devíamos aparecer, porque afinal de contas São Paulo é um destino. São essas as observações.

SR. – Pela oportunidade, a organização, principalmente a nossa assessoria do Deputado Paulo Julião, a nossa da Assembléia, do Fórum São Paulo Século 21, toda a equipe buscou e não conseguiu, porque parece que tinha esgotado.

SR. – Esse material todo veio da Embratur e realmente não veio de São Paulo, o que é uma pena. Mas só para fazer uma propaganda do Mané, ele tem, além do Hotel Porto Grande lá em São Sebastião, tem também, que é da família, aquele hotel famoso lá na Praia do Forte, que administra agora com o irmão. A questão das férias escolares partilhadas já é objeto de um projeto de lei no Congresso Nacional, que está sendo discutido em nível de Brasil. Inclusive aqui, no ano passado, esteve um grupo da comissão que estuda esse projeto para discutir essa questão com a Assembléia de São Paulo, que influências teriam aqui no Estado de São Paulo. Estão fazendo isso em todo o Brasil para chegar a um consenso de uma média do que possa ser esse projeto, que contemple e não cause problemas, porque não pode ser de uma única forma, pois o Brasil é um país continental. De qualquer maneira entendemos que essa questão é importante, que

poderia ajudar bastante no incremento do turismo. E o Virgílio completa, porque acho que ele tem mais informações do que eu sobre isso.

SR. VIRGÍLIO – Essa comissão se reúne depois de amanhã em Brasília, vou estar lá, representando até o Secretário Marcos Arbaitmann, quando nos reunirmos com o Ministro da Educação, a Frente Parlamentar de Turismo, a Subcomissão de Turismo, a Secretária de Educação do Estado de São Paulo, a Embratur e o novo Ministro de Turismo, o Melli. O que vai ser proposto é exatamente a transferência de 50% do mercado brasileiro, ou seja, São Paulo em uma experiência do ano 2001, transferindo suas férias de julho para agosto. Uma primeira experiência. Já que falamos de números e mercados, se transferirmos 50% de julho para agosto, isso já é normal no calendário escolar, já que todos aqueles que fazem primeiro e segundo graus já fazem provas trimestrais, ou seja, fazem fevereiro, março e abril, maio, junho e julho e tiram férias em agosto. Essa é uma primeira experiência e devemos experimentar, porque desarticular todo o calendário ou os outros 50%, que é o resto do Brasil, para tentar ver se vai dar certo, é mais fácil fazer com 50% do mercado. Quanto a não ter nada de São Paulo, este não era um evento comercial e por uma decisão nossa, da Secretaria, está à disposição de todos os cartazes de São Paulo, mas não achamos que fosse conveniente trazer aqui os cartazes para um evento que era altamente técnico. Temos vocação muito clara dos eventos e como eles devem ser feitos. Quando um evento é técnico, vamos discutir propostas, não vamos fazer marketing, mas convidamos todos para depois de amanhã às duas horas da tarde participarem dos “workshops” do Estado de São Paulo, onde a maioria das empresas que faz o receptivo do Estado de São Paulo e os municípios interessados no desenvolvimento turístico estarão participando de um evento que será comercial. Lá não vamos discutir férias, porque às vezes as pessoas confundem. Como no passado o turismo era concurso de “miss” e fanfarra, a coisa era um pouco misturada. O turismo hoje já tem vocação definida. Quando vamos discutir técnica é técnica, por isso vocês receberam e nas pastas de muitas pessoas

estão os guias e as informações numéricas da importância do turismo. Convido todos, Terraço Itália, depois de amanhã, às 14:00 horas, para o lançamento dos “workshops”. Serão 18 “workshops” no Estado de São Paulo, no Brasil e três fora do Brasil. Lá será um evento comercial. Lá aqueles que forem vão comprar o produto São Paulo. Os que vieram aqui, vieram para discutir a nova proposta do turismo para o Século 21. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. PAULO JULIÃO – Sem muitas formalidades, até porque a hora se faz adiantada, queríamos encerrar e agradecer a presença de cada um dos senhores debatedores que estiveram aqui, que estão aqui – em nome do Prof. Virgílio, que é o coordenador de turismo do Estado – , que abrilhantaram esse dia de hoje, dizer do trabalho da nossa assessoria, minha e do Nabi, na pessoa do Mauro, da Sílvia, da Cleide, da Cati, mas, acima de tudo, agradecer a cada um dos senhores, que na verdade são os grandes responsáveis por este evento, que discutimos, em nível de Assembléia, junto com o “trade” do turismo, com reuniões quinzenais para discutir toda problemática do turismo. E ela é enriquecida com esses seminários, e desde já quero convidá-los a participar e divulgar que no dia 20 de junho estaremos realizando o último dos seminários, que vai completar o nosso trabalho, para então saírem as propostas para São Paulo Século 21, que tratará fundamentalmente da legislação. Deixamos para o fim para que todas as discussões caminhassem, até para conjuntamente se discutir todo tipo de mudança de legislação, aperfeiçoamento que seja necessário para que possamos propor isso ao governo do Estado, no que for competência do Executivo para nós mesmos da Assembléia, mas acima de tudo que essas propostas sejam dirigidas inclusive a todos os municípios do Estado de São Paulo, que mandaremos como sugestões para que cada um possa melhorar o seu turismo.

Finalizando, só para quem não estava aqui, acho que houve gente que não estava aqui de manhã, estamos hoje por conta desse evento de turismo. Estamos com uma lei tramitando de autoria do Nabi e minha, uma lei que institui o dia 20 de

março como o “Dia Estadual do Turismo”. Ficou alguma dúvida, pois já existem algumas datas, mas não existe realmente um “Dia Estadual do Turismo”. Ficou então para o dia 20 de março. Vai ficar com uma lei que está tramitando aqui na Casa em caráter de urgência. E hoje, estamos aqui, assinamos agora e estamos dando entrada em uma lei que também foi fruto de uma discussão aqui dos conselheiros, o Virgílio sugeriu-a, de minha autoria junto com o Nabi, que institui a “Semana Estadual de Conscientização Turística”, a ser realizada anualmente na semana do dia 20 de março, combinando com o “Dia Estadual do Turismo”, e que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Esporte e Turismo, Educação e Cultura, promoverá perante as redes de ensino de primeiro e segundo graus um programa de conscientização sobre a importância do turismo. Acho que algumas questões práticas já estão em andamento, é pouco mas são uma série de ações que com certeza somadas, imagina-se que possam contribuir para uma maior conscientização do turismo. No mais, muito obrigado pela presença de vocês, vocês realmente são as pessoas mais importantes neste dia de hoje. Muito obrigado. (palmas)

Desculpem-me, mas se fosse uma reunião do “Rotary” teríamos que premiar aqui a caravana mais distante e a mais distante aqui é a de Bonito. Estou oferecendo, então, como já sorteamos as duas estadias, para o Secretário Municipal de Bonito uma estadia de fim de semana em Ilha Bela, que ele vai escolher sem ser no feriado. Muito obrigado mais uma vez. (palmas)

02.06.2000

- Sonia Marly Arruda Miranda – Professora
- Sérgio Belleza – Professor. Representante do Sr. Caio Luiz de Carvalho, Presidente da Embratur
- Domingos Chiapetta – Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares e Similares do Estado v
- Armando Arruda Pereira de Mello – Diretor Executivo da UBRAFE-União Brasileira dos Promotores de Feiras

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Senhoras e senhores, há dez anos trabalho tentando sistematizar o ramo do direito chamado direito do Turismo, mas até agora não consegui por causa da complexidade dessa área de direito. O estudo do turismo envolve as demais ciências que existem, tanto que turismo ainda não é considerado uma ciência, mas teoricamente é um fenômeno e no caso precisaria ser uma ciência para podermos criar esse ramo do direito do turismo que é muito interessante.

O estudo da teoria do turismo é algo tão profundo porque é multidisciplinar e não sobrevive sozinho, pois turismo em si, a exemplo da medicina, não existe. O que existem são os segmentos da atividade turística. Não é isso Professor Sérgio? (falando longe do microfone. Inaudível). A escola Suíça já vem há algum tempo estudando e tentando sistematizar o turismo para transformá-lo em ciência. A última conclusão dos estudos diz que somente a hora em que nós pudermos pegar a atividade turística e sistematizar, ou seja, o mercado, é que nós teremos a ciência do turismo.

SR. SÉRGIO BELLEZA – No caso da Legislação Turística Federal, ela carece de uma modernização, que é uma das quatro estratégias que a Embratur tem hoje no plano de ação do governo federal. No retrospecto há de se considerar um fator muito importante, porque o turismo nunca foi levado a sério. As leis que norteiam essa atividade são antigas, fora de moda, o uso e costume, hoje, na prática trouxe coisas que podem ser implementadas dentro da realidade nacional e da mentalidade – felizmente, sem ser política a posição que estou colocando, começou-se a falar em turismo seriamente a partir do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir dali se encontro óbices, como a senhora sabe, são da Lei Sarney de 1986, que conturbou completamente o que existia, ficando-se sem saber o que era e o que não era, e o pior de tudo que ainda invalidou o que era válido e validou o que não deveria ser válido. Com isso estamos tentando hoje trazer a legislação turística à realidade atual, e evidentemente isso depende do

Senado, da Câmara Federal porque são decretos, mas as normativas devagarzinho estão trazendo à realidade aquilo que se pretende implantar. Assim sendo, gostaria de sugerir que façamos qualquer coisa em nível estadual que não confronte com o que já existe para que amanhã não tenhamos um problema de confronto entre uma lei e outra, e o grande suporte de apoio que poderá ser dado à Embratur é o trabalho da Assembléia Legislativa perante a Câmara Federal, alertando, porque lá também temos uma comissão de turismo, da necessidade de eles abreviarem o que está lá tramitando e sem solução. Resumindo, é muito oportuno registrar a oportunidade que esta casa de leis dá para apresentar sugestões dizendo que está mexendo na lei e apreciaria muito que a Câmara Federal passasse, em parceria, a discutir o problema conjuntamente.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Gostaria de fazer uma retificação com a sua permissão. Não diria que o turismo tenha começado a ser levado a sério no governo Fernando Henrique, mas, sim, na época do governo Itamar Franco, quando foi elaborado um artigo dedicando e elevando a atividade turística em nível ministerial. Foi quando a coisa começou realmente a ser levada a sério.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Mas foi por meio da Câmara Setorial.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Sim, Câmaras Setoriais criadas, diga-se de passagem, pelo Caio Luiz de Carvalho. A ele sim é que devemos todo esse “boom” do turismo que temos hoje.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Depois veio a Secretaria de Turismo, porque a Embratur era uma peça folclórica na época, não é?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – A criação dessa Secretaria Especial de Turismo e Serviço serviu para o objetivo final, ou seja, alertar a área de turismo e ao mesmo tempo fazer com que a Embratur reforçasse. Na hora que foi extinta, inclusive nem chegou a ser regulamentada, foi quando o Caio Luiz de Carvalho foi para a Embratur e começou todo esse trabalho que temos hoje em dia. Esse é um dado. Um dado muito importante que deve ser lembrado é que a atividade turística no Brasil é muito recente. O mercado turístico é antigo, mas a atividade em si, com todo esse estudo, com essa profundidade que falamos hoje em dia, realmente, é muito recente, vem desde a época quando foi elevado à categoria de assunto ministerial e a criação do Ministério pelo próprio Presidente Itamar Franco. Foi ele que criou o Ministério da Indústria e Comércio do Turismo que a mim me parece seria perfeito.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Tenho uma dúvida professora: se foi no governo Itamar ou no governo Fernando Henrique Cardoso que foi criado o Ministério da Indústria e Comércio e Turismo.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Foi no governo Itamar, e, se não me falha a memória, a Lei é 6.089. Se precisar tenho tudo isso.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Na época me parece que foi Presidente do Banco Bamerindus, se não me engano. Do Ministério da Indústria e Comércio e Turismo, não tenho certeza.

SRA. SONIA MARLY – Isso é irrelevante, mas de qualquer forma tenho tudo isso anotado. Mas posso lhe dizer com certeza que foi no governo Itamar.

SR. DOMINGOS CHIAPETA – Sou da Federação de Hotéis. A senhora falou que o turismo está sendo visto com bons olhos há pouco tempo. Quanto ao turismo

como fonte geradora de emprego e na adequação das leis, como bem disse o Sérgio Belleza, a legislação é desatualizada e faz-se necessária essa adequação, temos a maior oportunidade dentro desta Casa de programar e incentivar o turismo. Daqui vai sair a nova legislação que o turismo necessita para ser o “boom” do Século 21, não é?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Tem razão, e é por aí mesmo. Tenho a sensação que o nosso grupo de trabalho precisaria, e peço o apoio da doutora Cleide, em relação ao tempo determinado, porque esse trabalho vai desenvolver um tempo bastante longo para que seja feito realmente algo aproveitável. Creio que os meus colegas concordam. Por exemplo, como plano de trabalho para discussão, primeiramente teríamos que levantar toda essa legislação estadual e, alguma parte já temos, verificarmos a legislação de 77 a 80 – inclusive, me parece que de 80 em diante já foi levantada pela Casa – e, ao mesmo tempo, fazermos um estudo de quais delas deveriam ser revogadas, quais poderiam ser aproveitadas e, depois, a proposição de novos projetos de lei para atualização dessa legislação estadual.

Para citar um exemplo, trouxe um parecer decorrente de um projeto de lei do Estado, que pertence à Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, cujo número parece ser 255/84, não tenho certeza porque não dá para ver direito. Esta comissão, estudando a matéria, considerou-a de interesse público, pois havia a Lei 8.904, a qual disciplinava a localização e a zona de uso para motéis, cinemas e lanchonetes ao ar livre. Por que trouxe este parecer? Para dar uma demonstração de como o campo é vasto e, apesar de, diante da lei federal, motéis não serem considerados meios de hospedagem de turismo, a Embratur num acesso direto, não legisla em cima de motéis, creio podermos trazer em nível estadual, em primeiro lugar. Em segundo lugar, em alguns municípios do Estado há um trabalho sendo desenvolvido pela Aviesp e pela Abav, em que alguns prefeitos por meio de um projeto de lei aprovaram que para agência de turismo só liberam o alvará de

funcionamento se estiver devidamente cadastrada na Embratur, o que é perfeito na minha opinião. É uma maneira de ordenar as nossas empresas e também seria outra coisa a ser estudada se pudéssemos estender isso para os demais segmentos da área.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Peço desculpas à doutora mas nem de helicóptero conseguiria chegar na hora e aí a covardia, porque os “baixinhos” são sempre explorados.

A título de informação para a assessoria, coletamos, da legislação municipal, alguns entraves, inclusive o Domingos tem nos acompanhado nas nossas lides contra algumas taxas municipais. Há uma taxa federal que atrapalha muito a promoção no exterior porque incide 15% sobre a remessa de dinheiro para o exterior para fazer promoção, o que atrapalhou e muito o esforço exportador, pois quem tinha uma verba, se for votada, vai diminuir 15% ou vai ter que arrumar um reforço de 15%. No que diz respeito às leis estaduais, a assessoria já coletou material, e das leis federais o Sérgio já providenciou a normatização, porque na verdade, tem mais normas do que lei.

SR. SERGIO BELLEZA – O que houve é que a legislação é antiga e precisaria ser modernizada. Aliás, vou repetir. É um dos quatro planos estratégicos do plano de ação do governo Fernando Henrique por intermédio da Embratur. Está atualizada e, a partir de 1986, por meio do decreto-lei de autoria do então presidente Sarney, a coisa conturbou completamente e, foi-se obrigado a adotar a utilização de normativas para poder dar uma certa atualizada, e assim temos um emaranhado de normativas completando aquilo que a lei deixou de prever quando foi promulgada.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – No âmbito do Estado, a idéia, espero que a doutora esteja de acordo, é não mexer, por exemplo, com a legislação que trata de Estâncias, calendários por acharmos que se trata de uma

atividade política. Talvez pudéssemos discutir se cabe ao Estado de São Paulo ter cidades diferentes mas em outro seminário. Discutir se vale a pena o interesse turístico da estância turística ou qualquer coisa assim que requer uma discussão mais extensa, filosófica na minha opinião.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Atualmente consideramos alguns fatores como estância ou municípios com potencial turístico. Potencial é uma coisa, outra coisa são aqueles que já têm essa qualificação e recebem um selo característico. A respeito disso, a Secretaria que legisla e pratica sobre esse assunto tem normas práticas que deveriam ser previstas para entrar exatamente no que você acabou de dizer: tem que ser tratado diferentemente, uma e outra.

Outro detalhe importante que deve ser realçado é que existe mais de uma dúzia de câmaras municipais tomando a iniciativa, por meio do legislativo municipal, de criar uma lei que obriga aqueles que queiram se cadastrar e receber o alvará de funcionamento da prefeitura ou credenciamento prévio da Embratur. Portanto, isso também deveria ser previsto, porque é um incentivo à atividade legal.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Estava elogiando exatamente essa iniciativa da Aviesp e da Abav e podemos estender isso aos demais segmentos.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Gostaria de repetir, sem ser cansativo, que fiz uma injustiça. Esse é um trabalho que a Aviesp, em particular, tem feito e merece uma atenção toda especial e o nosso aplauso com certeza, porque está fazendo um trabalho bonito – ao mesmo tempo o município recebe vantagens porque não só se credencia mas passa a poder receber impostos, o que diferencia da atividade legal que está evidentemente deixando de cumprir essa necessidade legal e criando melhores condições para o município ter uma empresa legalizada e receber recursos que voltam em prol dele próprio.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Gostaria de passar a palavra para a doutora para que ela nos municiasse numa proposta do que poderíamos discutir, porque, no meu caso, não sou bacharel em direito e sim um ilustre ignorante das leis – procuro até nem respeitar todas, porque senão não tem graça. Na verdade tenho algum conhecimento do nosso setor que é o de feiras e eventos do qual tenho material coletado e sei das minhas dificuldades e tudo o mais. Aqui é muito mais abrangente, inclusive a parte da hotelaria, da alimentação e das agências de viagens. No nosso setor, o meu e do Alexandre, que é Presidente da Abeoc, está muito mais fácil digerir e enfrentar os problemas, porque é em menor número e isso temos mais ou menos tabulado, vou passar para a assessoria na segunda-feira. A minha idéia é que pudéssemos sair com o roteiro definido, ou seja, segmentar agência de viagem, hotelaria, gastronomia, eventos, enfim, vou precisar do apoio da senhora, que é fundamental.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Tudo bem, apenas não concordo quando você disse que não é nada. Claro que você é, porque é presidente duma entidade bastante importante, em primeiro lugar. Em segundo lugar, você tem outra grande vantagem: o seu nome é Arruda como o meu. (Risos).

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Essa é a boa vantagem. Eles não conhecem o poder dos Arruda.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Isso é pretensão de sabedoria em miniatura, não é?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Acontece que nos pequenos frascos ..., não é mesmo Sérgio?

SR. SÉRGIO BELLEZA – ...tem os grandes venenos.

SRA. SONIAMARLY – Dizem que a arruda “fede” longe, não é? Então está aí ... Não é verdade Armando? Não é isso? Não mexa com arruda que não vale a pena.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Ainda bem que são suas essas palavras.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Não é verdade, quando a gente passa perto da planta arruda ela exala um cheiro forte. Inclusive costumam brincar na família dizendo que a arruda fede longe porque é cheia de frescura e ao mesmo tempo dizem que a arruda “quebra panela”. Portanto, aqueles que “quebram panela” são do mesmo “ramo”, não é? Desculpe, mas estou fazendo só um aparte. Contam que na árvore genealógica os Arruda vieram em três irmãos para o Brasil. Um ficou no norte, outro no centro e outro no sul. Quer dizer, tem Arruda em qualquer canto do Brasil.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Além do mais professora, é um antídoto contra feitiçaria.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Tem mais essa ainda. Quem conta essa história é o Paulo Bonfim, cujo nome completo é Paulo de Arruda Bonfim, que é nosso parente e tem a árvore genealógica de toda a sua família. Vamos voltar ao nosso assunto principal.

Tenho conversado bastante com a Cleide e, inclusive, pedi-lhe algumas coisas para que pudéssemos desenvolver um bom trabalho técnico, e é por aí que me vejo. Numa das nossas conversas fui informada que parece que foi aprovado um grupo de trabalho técnico para fazer exatamente este estudo da área de direito propriamente dita. Tenho em mãos o nome de quatro indicações de pessoas que além de serem formadas em direito também atuam na área de turismo. Um deles é

um professor de direito constitucional da Unimep e também é meu assistente no Senac de Águas de São Pedro. Temos o Dr. Nelson Perandréia, que assumiu recentemente, e por esse motivo não está presente, a Procuradoria do Memorial da América Latina, por meio dum concurso onde ganhou o primeiro lugar e que está fazendo a sua titulação de mestrado na área de turismo. Temos a Dra. Glória Widmer, formada em direito e turismo na USP. Atualmente, dá aula na USP e no Senac junto comigo. Temos também o Dr. Rui Aurélio, que está se formando na área de direito mas já tem alguns cursos de turismo fora do Brasil e, inclusive, ganhou uma bolsa de estudos de direito internacional público para estudar na Sorbonne. Portanto, são pessoas que realmente têm estrutura para desenvolver um bom trabalho técnico – e os nossos colegas da procuradoria, cuja presença é imprescindível nesse seminário.

Em princípio, pensei desenvolvermos um estudo da legislação existente e, em seguida, separarmos aquelas normas que poderiam ser revogadas e as normas que poderiam ser atualizadas, por meio de novo projeto de lei, e, ao mesmo tempo, propormos novos projetos. Inclusive, Armando, pensei em nos dedicarmos a cada segmento da atividade, porque teríamos a estrutura feita para depois podermos discutir cada problema de segmento da atividade. Sei que não é um trabalho rápido, pois demanda tempo e só esse estudo vai levar um bom tempo; pensei também na possibilidade, e a coloco para discussão do conselho, de termos um prazo limitado, não um prazo fixo, para término desse estudo. Não sei como poderíamos fazer isso. Quais seriam os elementos?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Todos da atividade turística, inclusive como todos falaram, a Abeoc tem problema, transportador tem problema, agência tem problema, enfim, teriam condições de discutir e saber o que seria viável juridicamente para o atendimento à atividade.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – O primeiro problema é que temos um prazo muito curto, dia 30 de junho, para entregar o relatório e imagino seja também muito curto para elaborar esse trabalho que a senhora está propondo. Sugiro que façamos um esboço de mudanças para depois continuarmos e, uma vez completado esse estudo, apresentá-lo aos deputados.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – A minha sugestão é que talvez pudéssemos justificar esse pedido mencionando alguns problemas da atividade de cada segmento.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – A minha sugestão também seria essa, porque o importante é fazermos a espinha dorsal. As outras não vamos conseguir trabalhar todas devido a exigüidade do prazo. Outra coisa importante, inclusive o Domingos já entregou o seu estudo, cada setor apresentar os seus nós. Por exemplo, o que tem que ser discutido é isso que estamos levantando, os nós estão aqui como um alerta para os senhores deputados, e o nosso grupo, trabalhando no sentido de apoiar o Legislativo, vai cortando os nozinhos ou desatando-os, se possível for, aos poucos. A idéia da senhora é perfeita, primeiro estipular essa espinha dorsal, solicitar às entidades que nos mandem quem sabe até o positivo mas pelo menos o negativo, as reivindicações, e o nosso grupo rapidamente conseguir coletar todas essas reivindicações. O que gostaria de pedir aos nossos companheiros é tentar mudar a data, porque para o dia 13, depois de amanhã, é impossível, e a reunião marcada para o dia 17 ou 18, porque acredito que de acordo com o projeto que o Sérgio colocou, que vai ser apresentado pela Secretaria de Turismo do Estado e me pareceu ser bastante interessante por causa da descentralização por afinidade e não por região administrativa, é muito provável que se demande uma legislação específica em curtíssimo prazo. De nada vai adiantar correremos para depois brechar tudo, voltar atrás e depois retomar. Como o nosso grupo não é público, poderíamos deixar para o final e marcar a nossa reunião

de trabalho com mais tempo para os preparativos. Na verdade, tendo a espinha dorsal determinada, e recebido os problemas de cada setor, praticamente o trabalho inicial está resolvido. Essa é a minha sugestão.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Acrescentaria que em cima dos relatórios de cada segmento da área de turismo, o grupo de trabalho pudesse se reunir para montarmos uma justificativa para pedir essa prorrogação.

Não vejo necessidade específica, a não ser que seja norma da casa, que este grupo de trabalho que eu chamo técnico, essas pessoas e mais os procuradores, precisemos nos reunir oficialmente no conselho.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Não, não precisa.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Nesse caso poderíamos trabalhar à parte, desenvolver esse trabalho à parte, iríamos trazendo ao conselho do fórum as nossas andanças. Porque se não fizermos uma retrospectiva nesta legislação, não vamos chegar naquilo que vocês querem. Inclusive gostaria de ouvir a opinião dos nossos colegas procuradores.

SRA. – Na verdade estamos apenas há dois dias discutindo – inclusive quando conversei com o Mauro e com a Cleide para que nos fornecessem a legislação – e assim foi muito pouco o que pudemos ver até agora. Só deu para perceber a complexidade e como nós não sabíamos a extensão do que seria necessário, e também não imaginava que fosse abranger agência de turismo, transportadores, enfim, tudo o que foi colocado, porque imaginei que fosse ficar só no ramo de hotelaria. Realmente é bem abrangente e vai demandar um certo tempo até para confrontar com todas as normativas da Embratur, como o Sr. Sérgio colocou para não chocar, e também vamos ter que sentar para dividir o trabalho, não é?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Pensei em cada um de nós pegar por períodos. Cada um ficaria com um para tentarmos mastigá-lo, e uma vez por semana ou uma vez cada quinze dias mais tardar nos reuniríamos para discutir. Por isso que eu disse anteriormente que é um trabalho que demanda tempo.

SR. – Gostaria de sugerir usarmos um pouco da tecnologia disponível. Se usarmos a Internet, vamos agilizar bastante esse trabalho, porque poderemos fazer reuniões virtuais. Por exemplo, se eu tenho uma dúvida, passo um *e-mail* para a senhora que me responderá imediatamente, não é?

SR. ALEXANDRE – Por exemplo, da Avenida Paulista até aqui demorei 45 minutos. Nesse caso, passo um *e-mail* para a senhora.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Esse trabalho é técnico e, desculpem a expressão que vou usar, vamos precisar dessas entidades, ou seja, as entidades representativas após o estudo desta legislação, porque vai ser apenas conversa de advogado, conversa jurídica. Ou seja, como deve fazer, como não deve fazer, se pode ou não, o que a lei permite, o que a lei não permite.

SR. ALEXANDRE – Mas é para essa conversa de advogados que estou sugerindo que vocês usem a tecnologia.

E se é preciso estar reunidos no mesmo local fisicamente?

SRA. – Não é preciso dividir tarefas?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Sim, com certeza vamos dividir tarefas, senão não vamos chegar a um acordo.

SR. ALEXANDRE – Seria uma subcomissão do conselho?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Não sei.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Gostaria de apresentar como sugestão, embora não seja advogado mas admiro muito a profissão, seria injusto atribuir a esse grupo de trabalho a solução de um problema que há anos vem girando em nível: federal e estadual – praticamente a nível municipal não existe nada. Não vai ser possível fazer isso em trinta, sessenta ou noventa dias. Lido na parte prática e conheço muito bem os problemas existentes. A minha sugestão prática seria formarmos uma coluna dorsal e um projeto de lei que pudesse posteriormente ser inserido as outras alternativas visíveis, pegando como prioridade quais as atividades turísticas existentes. Por exemplo, feiras, eventos etc., meios de hospedagem, transportadoras, agências de viagem, guia de turismo, tudo isso previsto na legislação federal.

Portanto, se nós fizermos na espinha dorsal o básico dentro de 30, 60 dias antevendo que ela deverá ter uma precaução de não confrontar com o que já existe na lei federal, seria o primeiro passo, e este grupo de trabalho em caráter permanente. Porque seria exigir de vocês uma coisa que ninguém conseguiu fazer ao longo de todos esses anos.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Sabe por quê? Não foi por falta de alguém ou “alguéns” para fazer. É porque sempre começam do final para trás. É isso que não dá certo. Há dois anos tivemos um seminário internacional sobre legislação do qual também participei, só que os problemas de cada entidade foram colocados de tal forma, e sei que são problemas gravíssimos, mas para serem solucionados é preciso começar do princípio. Tenho trinta anos de trabalho na área do turismo, conheço bem a parte prática e hoje domino um pouco da parte teórica.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Devemos inverter o processo. Primeiro devemos firmar as diretrizes básicas para depois ouvirmos aqueles que têm queixas a fazer.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Na legislação estadual temos várias normas que podem ser perfeitamente aproveitadas, somente atualizadas, e a nossa legislação estadual é mais antiga do que a legislação federal. A legislação federal começou em 80 e a criação da Embratur deu-se em 60, mas realmente a legislação foi em 80 e todos nós sabemos muito bem disso. Temos coisas na legislação estadual de 1916, está certo que é uma coisinha ou outra, mas depois disso houve uma época que a Secretária de Turismo trabalhou muito bem. É um trabalho que a Secretaria vem pedindo há algum tempo. Todo coordenador, todo secretário pede esse trabalho, o que demanda tempo, e nem sempre o tempo é o esperado pelas posições políticas.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Há alguns anos houve uma comissão encarregada de fazer uma legislação estadual da qual a ilustre professora participou e eu também, só que a coisa ficou girando em torno da perfeição, do ideal, e muitas vezes o ótimo é o inimigo do bom. Na minha opinião, devemos trabalhar em torno do que já temos, porque a grande iniciativa, que é o exemplo, é conscientizar essa casa das leis que está sendo feito um trabalho no sentido de se elaborar uma legislação estadual e, por meio disso, fazer com que todos sintam que turismo hoje é gerador de emprego, é a segunda ou a terceira prioridade do governo etc.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – O que é mais importante, que é uma atividade seríssima, é uma atividade profissional que deve ser encarada como qualquer outra atividade.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Gostaria de fazer mais uma sugestão referente ao deficiente, seja ele físico, auditivo ou visual, porque a Embratur já tem um trabalho

de acessibilidade baseada na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, que dá todas as condições para hotéis, ônibus, aviões etc., e já estamos fazendo um trabalho, que inclusive passei para todos vocês, de hotéis que já têm essa acessibilidade. Por oportuno, pretendo fazer isso no final, mas reservo o direito de fazer um destaque no que diz respeito à iniciativa que a Abrese acabou por tomar na semana passada de um trabalho que ela estava querendo fazer há muito tempo. Para não cansá-los, vou falar no final.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Voltando à questão da data, gostaria de sugerir o dia 26, segunda-feira, em vez do dia 13. Poderia também ser no dia 30, sexta-feira.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Desculpem porque falo demais, mas é meu desejo colaborar. A hora que vocês quiserem posso servir de ligação com a Promotora da Justiça e do Ministério Público, porque existe uma comissão pró-regulamentação da acessibilidade para deficientes, inclusive temos lá um colega de vocês que é o Dr. Lauro, que tem propostas maravilhosas para regulamentação de tudo isso que estamos falando. Portanto, a hora que vocês quiserem, me coloquem em contato, porque vão receber uma colaboração do Ministério Público por meio de uma comissão que está lá colaborando exatamente e com dificuldades, porque esbarram sempre na falta de apoio jurídico.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Gostaria de fechar a data porque a assessoria tem que tomar uma série de providências. Poderia ser no domingo, dia 30? Tudo bem? Poderíamos fazer a reunião o dia inteiro, só que para vocês poderíamos abrir no período da tarde. Vejam bem, a nossa reunião não é aberta ao público. Seria apenas apresentação e uma discussão final do que esse grupo de trabalho fez em termos de montar uma espinha, e depois em outras reuniões iríamos acertando essa montagem. Realmente não vamos concluir esse

trabalho em tão pouco tempo. Não entendo de leis, mas se tivesse uma lei que fornecesse o roteiro de todas as atividades para depois ser complementada – não sei se isso é possível e se existe, o que seria fantástico.

SRA. – Seria uma espécie de código de turismo, não é?

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Isso mesmo, um código de turismo. A idéia é sugerir a criação de um código de turismo como alternativa. Outra coisa que gostaria de colocar: Estamos vivendo um ano econômico muito difícil e estamos sendo ameaçados com uma reforma fiscal trágica, por parte do governo federal, para o setor de serviços. Trágica. São dois novos impostos para o único setor que gera empregos, que é o setor de serviços. Porque a indústria não dá, bancos não dão, enfim, ninguém está gerando empregos neste país. E vamos ter dois impostos: IVV e IVA. Nessa espinha dorsal que vamos montar não podemos deixar de trilhar os caminhos a serem percorridos, ao invés de termos um monte de caminhos, temos também que tratar dos problemas sérios que são o ICM na alimentação, o ISS nos serviços, enfim, o nosso grupo vai apresentar um trabalho para esse grupo de trabalho, uma avaliação sobre a reforma fiscal, um trabalho sobre impedimentos federais e um trabalho sobre as dificuldades municipais. Curiosamente o governo estadual, por meio da Secretaria de Turismo e Negócios, praticamente não tem dificuldades porque enfrenta essas dificuldades, que são normais nas grandes cidades, mas recebe apoio dos serviços do Estado, pois é uma coisa que não precisa de lei, porque as leis já existem. Era o que tinha a falar. Portanto, a nossa reunião fica marcada para o dia 30 ou não? Essa reunião precisa ser feita aqui?

SRA. – O evento precisa ser encerrado até o dia 30. Não tem mais jeito. Estamos pedindo para que seja prorrogada a data da entrega do relatório.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Vamos tentar fazer a reunião no dia 30?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Para mim tudo bem, mas vamos apenas apresentar um relatório. Só.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – A senhora sintetizou muito bem. O que precisa ser dito é o que precisa ser feito efetivamente para não ficarmos apenas na discussão. Nesse seminário que a senhora mencionou também estive participando, e uma parte dos documentos que vou entregar agora já entreguei nesse seminário e não consegui pegá-los de volta.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Onde estão esses documentos? Seria interessante resgatá-los.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Estão em lugar incerto e desconhecido.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Professora, gostaria de fazer uma sugestão prática. Para começo de conversa: Artigo 1º. São consideradas instituições turísticas: a) tal, tal, tal, tal, ou seja, vamos definir o nosso campo de trabalho. Quais serão as atividades que vamos tentar legislar sobre elas. Depois podemos pegar da letra “a” e entrar com alguma coisa que já existe. Da letra “b”, o que já existe a respeito. Por exemplo, meios de hospedagem, hotéis, sobre transportadoras, sobre agências de viagens, sobre guia de turismo. Nessa coluna dorsal vamos definir em que vamos trabalhar. Podemos dizer o seguinte, por exemplo: é atividade turística o automóvel que pega o cliente no aeroporto e o leva para casa? Não, não é. A diferença entre o receptivo oficial de uma agência legal e aquele ônibus que pega e leva, a própria legislação federal diz que a segunda não é atividade turística. É

transporte. É transporte urbano ou regular. Portanto, definindo o campo de trabalho começamos a facilitar o andamento das coisas que devem ser inseridas nesse contexto.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – É uma boa sugestão e podemos pensar nessa possibilidade, mas acredito que não podemos dar uma certeza absoluta, porque precisamos ver o que já existe e não podemos contrariar as normas que estão ainda em vigor. Por outro lado, se esta Casa está firme em desenvolver um trabalho de legislação turística, poderia ser nomeado o grupo de trabalho. A própria Assembléia Legislativa não pode nomear o grupo de trabalho? E nós poderíamos trabalhar em conjunto com o conselho?

SR. SÉRGIO BELLEZA – Quem indica esse grupo de trabalho é o conselho.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Esse conselho não poderia oficializar com prazo maior para que pudéssemos trabalhar?

SRA. – Estamos trabalhando dentro dos objetivos do Fórum São Paulo Século 21, ou seja, o Grupo de Turismo e Serviços é um grupo do fórum, que foi criado no final do ano passado e que tem o seu término previsto para o final do ano 2000. O Fórum: cada grupo tem que terminar o seu trabalho até o dia 30 de junho. Ou seja, tem que apresentar o relatório de tudo o que foi feito. Vou enviar ofício ao Presidente solicitando que possamos entregar esse relatório em agosto, mas as nossas atividades necessariamente deverão ser encerradas até o dia 30 de junho. Se vamos poder ou não continuar trabalhando, tanto o Deputado Nabi quanto o Deputado Paulo Julião já se dispuseram a tentar viabilizar perante a Presidência da Casa qual seria a forma desse grupo permanecer trabalhando. Por hora, ainda temos essa limitação.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Esse nosso pleito para que esse grupo continue trabalhando. inclusive com alguns representantes de outros grupos de trabalho, é porque acreditamos que conseguimos sensibilizar alguns deputados dentro daquilo que nós representamos, mostrando as nossas dificuldades. Na verdade precisamos é nos organizar, e enquanto sociedade não podemos ficar aguardando que só os deputados gerem esses conceitos e essas idéias, mesmo porque quem sabe eles não têm os conhecimentos técnicos que essa comissão possa subsidiar. Nós que estamos interessados em equacionar e posicionar o nosso segmento econômico, ou seja, pedimos esse espaço nesta Casa, acreditamos que vamos conseguir mesmo, porque as entidades presentes: UBRAFE, ABEOC, ABREDI etc., por meio dos seus representantes, vão continuar esse trabalho, porque entendemos, e particularmente agora entendi, como é que isso aqui funciona. Não é muito fácil entender. Mas ao longo do tempo se formos apresentando trabalhos fundamentados, independente de ter fórum ou não, de ter reuniões internacionais de legislação ou não, se fizermos as nossas tarefas por menores que elas sejam, porque nesta Casa existem profissionais técnicos que saberão nos apoiar e encaminhar os nossos trabalhos, independentemente até dos deputados, porque logo teremos eleições e conseqüentemente mudarão os deputados. O pessoal técnico vai permanecer e vão saber o que estamos fazendo. Por exemplo, podem chegar ao deputado “x”, “y” ou “z” e dizer: Olha, esse negócio de turismo que não é o forte do senhor funciona assim. Temos um trabalho bom que deve seguir nessa linha porque estão trabalhando nisso há anos. Inclusive o nosso Ministro de Turismo me parece que entende é de “café”! Não é isso? Tudo bem, enquanto isso vamos tomando um cafezinho e vamos explicando para ele como funciona nossa atividade.

SR. SÉRGIO BELLEZA – A grande vantagem é que ele aceitou dizendo que tem uma função política muito grande e colocou os técnicos para trabalharem no seu lugar. Aí é que vai funcionar.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Só precisa arrumar um pouco mais de dinheiro para o turismo, quem sabe junto com a cafeicultura.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Já demos um bom passo nesse sentido das verbas. Aos poucos as coisas vão-se arrumando.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Professora, quando a senhora definir, por meio desse trabalho, qual é o nosso campo de ação, legaliza oficialmente aquelas que devem ser legalizadas para permitir, amanhã, que as ilegais não tenham o mesmo espaço de trabalho.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Perfeito, não há dúvida nenhuma. Está certo.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Vamos fazer as reuniões técnicas tantas quantas forem necessárias para coletar material etc., mas a reunião técnica que terá a presença de alguns convidados, de acordo com a nossa proposta, fica marcada para o dia 30 de junho, para termos mais tempo para organizar, porque realmente para o dia 13 não temos condições, infelizmente. Na verdade, esse assunto legislação deveríamos ter começado no primeiro dia, quem sabe estaríamos noutro estágio. Infelizmente erramos e vamos assumir a nossa parcela de erro.

SR. – O Deputado Federal Pisolati e a Deputada Federal Nair Lobo estarão presentes no seminário do dia 30?

SR. SÉRGIO BELLEZA – Se forem convidados, com certeza estarão presentes.

SR. – A minha preocupação é a seguinte: dia 30 é o último dia de funcionamento do parlamento tanto ao nível federal quanto ao estadual. Os deputados, na semana que antecede o dia 30, costumam votar LDO, PPA, projetos emergenciais, tudo isso, e a casa tradicionalmente entra no dia 1º de julho trabalhando e vai até as sete horas da manhã. Pelo menos eu estou acostumado assim em São Paulo. Em Brasília é a mesma coisa, e é assim que funciona.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Tenho certeza que tanto o Pisolati quanto a Nair Lobo vão se interessar, porque é uma casa legislativa estadual a qual interessa fazer uma parceria nesse sentido. É preciso fazer uma consulta prévia.

SRA. – Conclusão, vamos deixar em aberto o dia 26 ou o dia 30?

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Dia 26 com certeza não dá, porque tem um congresso em Minas Gerais e boa parte dos nossos conselheiros estará presente nesse congresso.

SR. – Professora, esses assuntos são considerados atividades ou instituições do turismo, o que entra numa questão de competência. Estamos criando serviços, criando profissões, regulamentando – enfim, o universo dessa atividade é muito grande. Não sei se chegaram a tomar conhecimento desse Regime Jurídico do Turismo que tem uma sistematização.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Foi escrito pelo Joandre e consta do livro Teoria e Técnica do Turismo.

SR. – ... E tem muita coisa do âmbito federal. Se não houver o comprometimento dos representantes da Câmara Federal, o nosso trabalho fica

prejudicado. Portanto, é importante o comparecimento dos nossos colegas de Brasília, e o Sérgio como é da Embratur pode nos dar um subsídio enorme para o nosso grupo. Ou seja, a partir do momento que este grupo passa a formular as questões básicas para a montagem da espinha dorsal como foi proposta, sem um representante de Brasília, o nosso trabalho fica prejudicado.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Podemos também convidar o Dr. Júlio Cesar Barbosa, Procurador Chefe da Embratur em Brasília, para que ele venha no mesmo dia em que forem convidados os deputados. O universo do seu conhecimento é em nível nacional, conhece muito bem na prática os problemas setoriais e regionais, inclusive. Gostaria..., porque ficou marcado o dia 30 de junho?

SRA. – Por uma questão de tentarmos postergar, porque estava marcado anteriormente para o dia 13 mas está muito em cima e não vai dar tempo de nos prepararmos a contento; assim pensamos na última semana de junho.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Por que não marcarmos para depois que serenar todo esse ambiente, pois a Câmara Federal também tem recesso. Porque precipitar para o dia 30 de junho se podemos fazer a reunião em julho?

SRA. – O nosso problema é entregar o relatório.

SR. – Primeiro apresentamos o relatório e em agosto nos reunimos novamente para prepararmos o arcabouço.

SÉRGIO BELLEZA – Perfeito.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Gostaria de lembrar uma coisa. Perdoem-me, sou professora. A minha atividade atualmente é professora autônoma. Dou aulas de segunda a sábado direto e pelo Brasil inteiro. Na semana passada estava em Natal e na semana anterior estava em Campo Grande. Portanto, tenho uma agenda um pouco apertada.

SR. SÉRGIO BELLEZA – A cabeça de chave é quem comanda o espetáculo. Portanto, a senhora como coordenadora e os representantes da procuradoria só precisam acertar datas comuns, porque podem ser feitas independentemente das datas marcadas para as pessoas convocadas. Sabendo das dificuldades, é evidente que precisamos marcar uma data que esteja de acordo com todos, pois todos têm compromissos, tanto os assessores quanto os deputados. Se esse grupo de trabalho tiver a liberdade de fazer a reunião na hora que encontrarem campo propício, com certeza com a maior satisfação estaremos presentes também. Entretanto, nós como representantes interessados podemos nos intercalar dentro do contexto de vocês para tornar a coisa mais fácil e prática, entendeu?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Gostaria muito de cooperar com esse grupo de trabalho, porque um dos meus objetivos é que nossa atividade turística seja encarada como atividade séria, da maior importância econômica e social. Da mesma forma o federal está se reunindo para atualizar a legislação turística que é necessária – todos nós sabemos, a estadual está parada há tantos anos – e precisamos levantar tudo isso, e no nosso caso, seríamos o espelho para o municipal. Por exemplo, teríamos que começar pela política urbana do Estado de São Paulo e seguirmos até a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Seria o início de tudo dentro dessa legislação.

SR. SÉRGIO BELLEZA – Isso torna mais fácil, porque a senhora pode reunir o seu grupo independentemente. A partir do momento que houver um interesse

comum de data, podemos nos reunir novamente. Sabemos muito bem que a senhora vive das suas aulas, não podemos tirá-la das suas aulas.

SR. – O material que foi entregue pela Federação já está nas mãos da professora? Esse material consta de toda a legislação municipal, estadual e federal da área. A legislação municipal tem tudo o que a senhora acabou de mencionar: lei de zoneamento, todos os decretos. A lei estadual trouxe de 86 para cá.

SRA. – Fora a legislação, consta também quais são os problemas relativos à legislação ou não? Ou só a legislação?

SR. – Não, só o que é específico da minha área de hotelaria e gastronomia, inclusive com a última alteração do ICMS que está para ser assinada.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Concordo plenamente.

SR. – Gostaria que até o dia 30 estivesse nesse relatório que a senhora está propondo encaminharmos algum projeto para podermos dar seqüência naquilo que o Sérgio Belleza comentou, abrir caminho, bem entendido.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Uma coisa posso garantir, que o grupo de trabalho terá o maior prazer realmente de oferecer, se for o caso, um projeto de lei, desde que isso não colida nem com o federal nem com o municipal.

SR. – Se a professora me permite, a senhora disse que esse trabalho pode servir de espelho para a legislação municipal. Acho que ele pode servir de espelho para a legislação federal, para o Brasil todo. E São Paulo tem a chance de sair na frente, uma chance única de sair na frente e contamos com o patrocínio da Casa para fazermos esse trabalho. Isso é muito importante.

SR. – Daí a importância de trazermos para cá os representantes da comissão de turismo, que muito pode facilitar porque não precisamos de *lobby*. Por exemplo, amanhã poderemos ter uma parceria que vai ser a extensão do que se pretende fazer e posso garantir que a hora que souberem que estamos fazendo isso aqui, com certeza vão correr.

SR. – Já estão sabendo. O Deputado Pisolati inclusive já está aguardando a data do convite. Preciso entrar em contato com ele imediatamente para preveni-lo que seria para o final do mês, inclusive a Carta de Goiás que está anexada, que marca o início do planejamento do turismo para o Brasil.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Além da Carta de Goiás, a Embratur já tem em nível federal oficializado. Você trouxe Sérgio, ou não?

SR. SÉRGIO BELLEZA – Ainda não, mas posso trazer.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Por favor, porque ali tem diretrizes que podemos seguir.

SR. MAURO – Hoje entregaremos à senhora todo o material do Domingos e vou pedir para o nosso pessoal da informática que imprima todo o material da Embratur para entregar-lhe também.

SR. – Mauro, não seria interessante os procuradores receberem cópias também?

SR. MAURO – Já passei para a Fátima o disquete e na semana que vem teremos o primeiro contato, quando então estaremos em sintonia.

SR. – A copia do que deixei também?

SR. MAURO – Isso não tenho.

SRA. SONIAMARLY – Vamos precisar, porque vai ser necessário distribuí-la para cada membro do grupo de trabalho para podermos separar os períodos e cada um trabalhar a sua parte.

SRA. – A propósito, podemos usar aquela sala de reuniões lá da procuradora, porque nesse trabalho técnico, essa disposição é muito ruim, uma mesa redonda seria melhor.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Seria melhor fazermos um cronograma até o dia 30 para que todos fiquem preparados e com tarefas, não é?

SR. – Gostaria de sugerir o seguinte: o Armando, o Aristides do Convention Bureau e eu estávamos planejando a preparação de um fórum das três entidades para discutir assuntos ligados a eventos. Acabei de propor para o Armando, que aceitou, que os trabalhos dessas três entidades fossem incluídos nesse nosso trabalho, porque o assunto é exatamente o mesmo.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Pode ser incluído sim. A sua proposta é perfeita, e seria interessante que cada entidade pudesse discutir seus problemas e trazê-los para o grupo de trabalho, porque, obviamente, não

conhecemos os problemas do dia a dia de vocês. Podemos ter uma idéia, mas não conhecemos os problemas do dia a dia.

SR. – Na verdade não vamos discutir problemas de entidades, mas problemas da atividade em si. Se a Embratur pudesse participar desse fórum seria excelente e completaria o quadro.

SR. – Gostaria de colocar uma questão de ordem prática e saber se o conselho está de acordo. Falamos em traçar a espinha dorsal mas não deixar de traçar os problemas. Se estiverem de acordo, gostaria de solicitar à assessoria que todas as entidades que integraram o nosso grupo, apesar de sermos poucos no dia de hoje, recebessem uma consulta sobre seus entraves legais e que os remetesse a esse grupo de trabalho até uma data “x”, porque não podemos estipular uma data longa, ou seja, se não conseguirmos concluir o trabalho em data hábil, pelo menos ficamos de posse do material e não corremos o risco de ele parar em outro lugar novamente.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Excelente idéia. Estou de acordo.

SR. – Portanto, todas as entidades que fizeram parte do nosso grupo, desde o início, vão receber um pedido assim: “Por favor, relacionem as leis federais, estaduais e municipais que envolvem as suas atividades empresariais até o dia tal”, que a senhora vai determinar no cronograma. Inclusive, existem várias outras entidades do *trading* que não se encontram presentes talvez por causa de problemas; enfim, de nossa parte, é preciso documentar que estamos consultando. Vejam bem, todas as entidades que fizeram parte do nosso fórum. É mais extenso. Do nosso grupo de turismo e serviços. Dos vinte grupos. Entre os vinte grupos encontram-se presentes apenas quatro representantes mais a professora que não

estava e se incorporou e a procuradoria. Portanto, estamos apenas em cinco. Estão faltando quinze. Gostaria que todos esses quinze recebessem um pedido.

SR SÉRGIO BELLEZA – Tudo bem, mas é preciso saber qual é o universo para não convidar amanhã quem não tem uma atividade turística legal, entendeu? Porque você vai ouvir reclamação de perueiro.

SR. – Não, não. Acredito que vamos fazer uma revisão em que estiveram presentes somente entidades oficiais, aquelas que fizeram parte desse fórum, num total de 20. Simplesmente uma extensão dos nossos pares dizendo o seguinte: “Até o dia tal, por favor, coloquem as leis nos três âmbitos que envolvem a sua atividade empresarial, inclusive favor acrescentar o Sindetur que foi aprovado.” Também, não só a legislação pertinente como também os problemas, os entraves existentes.

SR. – Gostaria de registrar uma iniciativa inteligente, altamente profissional, sobretudo no campo social, de uma profundidade muito grande. O Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional de Turismo e da Abrese, e outras entidades como a Confederação Nacional de Hotéis, Bares e Restaurantes, enfim, têm um universo de atividades produtivas e legais invejável.

Há algum tempo o Dr. Nelson e a sua equipe de trabalho vêm trabalhando preocupados, porque no Brasil cerca de cento e oitenta milhões de habitantes, dez por cento, são deficientes de alguma forma: auditivos, visuais ou físicos. É uma parcela ponderável da população que deixa de consumir e produzir novos empregos, de ambos os lados, prestando ou recebendo serviços. Nos Estados Unidos representa uma parcela considerável de remuneração ao trabalho turístico, pois têm acessibilidade, como ir, aonde ir e onde ficar.

No Brasil, por falta de regulamentação, de conscientização e de cultura esta parcela da população que tem direitos garantidos pela Constituição Federal, que é o direito do lazer também, está impedida de consumir essa possibilidade porque não

tem como fazê-lo. O Dr. Nelson, por meio de sua equipe, lançou uma campanha, em nível nacional e internacional, para que os turistas tanto brasileiros quanto estrangeiros venham ao Brasil, porque terão hotéis e restaurantes em condições de recebê-los. Esse trabalho é tão importante, porque ao lado da atividade nobre que está sendo feita por esse conjunto de entidades, tem o lado prático em poder oferecer e receber uma parcela considerável de recursos que vai gerar novos empregos e lazer àqueles que têm direitos previstos na constituição.

Portanto, gostaria de submeter à apreciação dos senhores duas coisas: primeiro, o nosso conselho, por meio dos seus representantes, Deputado Paulo Julião e Nabi Abi Chedid, deve enviar um ofício ao Dr. Nelson cumprimentando-o pela iniciativa do trabalho, inédita no país inteiro.

O Dr. Onim Champeta, diretor da casa, e tomei a liberdade de falar porque senão seria insuspeito, gostaria que ele falasse complementando o que eu ainda não consegui atingir, porque estivemos lá pessoalmente participando e a Embratur já deu todo o apoio institucional e logístico para que o Dr. Nelson de Abreu comece a fazer esse trabalho que vai trazer resultados bem produtivos para nossa indústria hoteleira, para nossa indústria do turismo e, sobretudo, é outro fator de geração de empregos – uma vez que ele tem pernas que não pode mexer, não quer dizer que a cabeça, os braços e membros não estejam funcionando. Só que há uma cultura que ainda não sabe aproveitar essa mão-de-obra.

SR. – O Sr. Sérgio Belleza, por meio da Abrese, da Confederação Nacional de Turismo e da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo, em conjunto, cumprimentou o Dr. Nelson pela feliz iniciativa. Essa idéia faz parte do planejamento junto com a frente parlamentar de turismo e foi um assunto tratado juntamente com os deputados citados e vai gerar, em nível nacional, sessenta mil empregos para deficientes. No Estado de São Paulo vai gerar trinta mil empregos entre deficientes físicos e terceira idade. A visão social está dentro da

programação e foi o que a professora acabou de dizer, que o turismo não serve somente para arrecadar verbas, mas é o turismo social. Obrigado.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Gostaria de complementar e dar meus parabéns pelo trabalho que está sendo feito, dizendo que tenho muito contato com a Nilda que está à frente desse movimento e é uma pessoa extraordinária.

SR. – Com todo respeito que a Nilda merece, esse trabalho foi feito por uma equipe técnica do Sr. Nelson de Abreu, que vai englobar, futuramente, a melhor idade da qual a Nilda faz parte.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Mas a Nilda também representa a Abrese, não é?

SR. – Sim, ela também faz uma parte.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – A título de colaboração e essa equipe já deve saber, temos uma farta legislação federal e municipal na área de deficientes físicos. Não só físicos como deficientes de modo geral. Acredito que todos devem ter essa legislação.

SR. – Esse programa já tem nome, para facilitar o envio do pedido desse ofício?

SR. SÉRGIO BELLEZA – Deveria constar também a “melhor” idade no direito ao lazer, porque nos países desenvolvidos, tanto nos Estados Unidos como na Europa, as pessoas sexagenárias estão trabalhando nos restaurantes, nos hotéis, e a experiência trouxe uma qualidade de tolerância e aplicabilidade naquilo

que ele está fazendo que muitas vezes supera o trabalho dos mais novos. Estou defendendo a minha classe.

SR. – Poderíamos trazer um consultor técnico ou alguém do governo, por exemplo, da Espanha, onde o turismo deu muito certo, para servir como consultor. Na verdade é uma jogada de marketing “muito bem feitinha” para chamar as luzes para nós e não deixar cair no esquecimento.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Atualmente a profundidade maior de estudos na área de turismo vem sendo na França. Inclusive, a unidade europeia tem diretivas na área de turismo e estou até aguardando, porque é difícil conseguir, mas estou aguardando, que serve para toda a União Europeia. É por aí que precisamos seguir em nível nacional.

SR. – Respondendo à pergunta formulada, o programa chama-se Capital e Trabalho Geração de 660 mil empregos. Complementando, o convênio que foi firmado entre a Abese com a União Europeia é a ANDE – Associação Nacional Europeia dos Deficientes Físicos. Em novembro próximo estaremos inaugurando em Atlanta, nos Estados Unidos, o início desse trabalho com os deficientes físicos.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Entre os vários exemplos que poderíamos aproveitar, além de outros, mas o principal, dentro dos moldes dos Estados Unidos e da Europa, é o da previdência privada, porque os nossos aposentados realmente deixam a desejar, no sentido de ganho. Com certeza, o motivo principal pelo qual os aposentados não têm uma fatia gorda na atividade turística é o da previdência privada.

SR. – Outra sugestão que gostaria de fazer e que muito poderia ajudar a melhor idade, seria um estudo sobre as cooperativas de turismo que estão começando a surgir, porque a maioria não está dando certo.

SR. – Gostaria que partíssemos para a elaboração do nosso cronograma, porque temos uma série de providências de ordem prática a serem tomadas e temos a plena convicção que não vamos completar, nem a comissão nem o nosso grupo nos dias 26, 28 ou 30. Professora, quais seriam as datas em que a senhora poderia estar presente com esse grupo a fim de fazermos os convites e marcarmos a data-limite em que as entidades deverão apresentar à assessoria desta Casa os seus conteúdos referentes à legislação?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – A princípio no dia 8, que é uma quinta-feira, tenho um pedaço na parte da tarde, porque dou aula pela manhã e à noite. Poderia ser das 3 às 5 horas da tarde.

SR. – Quem a senhora gostaria que estivesse presente nessa reunião?

SRA. SONIA MARLY – Se estiverem de acordo, sugiro o grupo técnico que indiquei e a procuradoria. Inclusive pedi aos participantes desse grupo de trabalho que quando viessem, pela primeira vez, trouxessem um mini currículo para que os senhores pudessem conhecê-los. Dia 13 também podemos nos reunir nesse mesmo horário. Dia 13 ou dia 15.

SR. – Gostaria de sugerir que o dia 13 fosse a data-limite para o recebimento dessa consulta.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Nessa data-limite, se alguma entidade tiver algum assessor jurídico indicado, poderia vir a essa mesma reunião para esclarecer quaisquer dúvidas existentes.

SR. – Caso haja interesse de enviar um representante, a reunião será no dia 13 às 14 horas?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – O que me preocupa é vir mais gente à reunião, porque grupo de trabalho muito grande acaba não trabalhando. A experiência demonstra isso. Se me permitissem, gostaria de iniciar os trabalhos pelo menos com este grupo formado, depois com certeza à medida que formos precisando da presença de cada entidade, aí sim convocamos os assessores de cada entidade e de cada área.

SR. – Gostaria de sugerir que cada entidade indicasse um contato para que a comissão estabelecesse uma linha direta com cada uma no aspecto jurídico. As duas primeiras reuniões serão técnicas do grupo de trabalho. A segunda reunião fica marcada para o dia 16, às 14 horas. A terceira reunião fica marcada para o dia 27, das 15 até as 17 horas. O fechamento fica marcado para o dia 30, com início às 10 horas, com maior período possível, com a presença dos convidados do grupo – não seria só a comissão técnica, o conselho mais os convidados do conselho para o fechamento dessa mesa redonda ou quadrada ou retangular.

SR. – No dia do fechamento seria muito interessante convidar o pessoal da Câmara Municipal de São Paulo, os cinco vereadores da comissão de turismo, inclusive o

Vereador Murad, para ver se podemos dar uma luz para eles, não é?

SRA. – A comissão de turismo completa da Câmara Municipal ou só o Vereador Murad?

SR. – Os cinco vereadores da Comissão de Turismo: Adailza, Murad, Cardoso, Jorge Taba e o Antonio Goulart. Só que é o último dia de trabalho deles também. O mesmo problema que vamos ter em Brasília, na Assembléia Legislativa de São Paulo, vamos ter na Câmara Municipal também.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Gostaria de deixar o meu *e-mail* que é o seguinte: soniamarly@telnet.com.br. Depois que entrei na área de turismo, não tenho mais sobrenome. As pessoas me conhecem só como Soniamarly. O Arruda Miranda o pessoal esquece.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Na primeira reunião do grupo primeiramente vamos conhecer uns aos outros e montar o nosso trabalho do grupo.

SRA. – Não podemos montá-lo agora?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Não, porque não sei a disponibilidade de cada um.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Apesar de que a procuradoria até a primeira reunião já terá feito um apanhado da legislação estadual, já terá recebido a legislação federal, e a municipal eu entrego na segunda-feira e também os entraves federais e municipais.

SR. – O pessoal de Piracicaba está de acordo com as datas marcadas?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Estou marcando sem falar com eles, mas de qualquer maneira fazendo a primeira reunião, depois eles terão tempo para desenvolver. Acredito que nem todos eles poderão estar presentes, pois um deles estará defendendo a sua tese de mestrado no próximo dia 15. De qualquer

maneira, passo a cada um deles as tarefas que forem agendadas e cada um vai trabalhando em cima disso, o que vai ser problema de cada um.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – As dificuldades na lição de casa o *e-mail* resolve.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Vou deixar o número do meu telefone celular para qualquer eventualidade. O número é o seguinte: 91044613. O telefone da minha casa, que é fone-fax: 30649644. É o lugar onde menos me encontram, mas pelo menos podem deixar recado.

SR. ARMANDO ARRUDA – Alguma observação a mais para ser feita ou não?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Pela primeira vez visualizo que poderemos fazer um bom trabalho. Muito obrigada.

SR. – E quanto ao convite para o consultor francês?

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Vamos deixar esse assunto para o final, porque primeiro precisamos organizar a nossa casa e discutir os meios de discussão com ele. O próprio grupo primeiro precisa tomar conhecimento do que existe, senão vamos discutir o quê com eles?

SR. – Com certeza, mas é preciso deixar agendado.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Na eventualidade de darmos continuidade à extensão da espinha dorsal e for preciso envolver mais

entidades, aí sim seria interessante trazer alguém de fora do país, mas após termos compilado, organizado e termos uma proposta de trabalho, porque, quem sabe, uma experiência internacional vá servir para analisar o que estamos propondo, ou seja, vai nos dar um senso crítico para aquilo que estamos achando que seja bom, mas que com uma experiência que eles já tenham passado, em algum momento, possamos corrigir. Primeiro, tem um prazo legal que precisamos cumprir.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Existe na Europa uma legislação federal, como se fosse o código de turismo, que são as diretivas, e a partir dessas diretivas é que cada município tem as suas regras, a sua legislação pertinente. Aliás, é como pretendemos dar a partida, inclusive o próprio PNMT fala disso, entendeu? A vocação de cada município. Partimos do princípio de que somente quem conhece a sua casa é que sabe os seus defeitos e as suas qualidades.

SR. – Um dos representantes internacional é um dos palestrantes no 14º Congresso do CEAT que vai ser realizado em setembro.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Talvez possa esticar a sua presença, porque até lá talvez possamos ter alguma coisa definida e tentar elaborar uma agenda paralela ou incorporar – enfim, encontrar uma maneira para manter essa discussão.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – O que eu gostaria e para mim é mais difícil, é pedir a legislação dos países, essas diretivas, ou seja, esse convidado internacional talvez pudesse nos trazer a legislação turística do seu país para servir de espelho para nós.

SR. – Nós temos essa legislação e vou passar para a senhora.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – É muito difícil conseguir por meio das embaixadas. Certa vez tentei levantar toda a legislação do Mercosul e não consegui, também em nível das embaixadas, que só ficaram prometendo que enviariam mas até hoje não recebi nada. Inclusive, na Internet não tem nada a respeito. Não consigo entender como uma legislação que a princípio é pública, porque é publicada no Diário Oficial, possa ser guardada debaixo de sete fechas. As normas jurídicas precisam ficar à disposição do público de modo geral.

SR. ALEXANDRE – Se a senhora fizer esses pedidos, por meio da embaixada brasileira, nos respectivos países, não agilizaria? Porque é uma coisa de governo para governo.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Foi a única que ainda não fiz.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Vou tentar conseguir através dos *mailing*. Não digo que vou conseguir. Vou enviar uma carta da minha entidade para as Câmaras de Comércio que desenvolvem uma participação ativa no que diz respeito às feiras, lá fora o turismo é mais organizado, quem sabe tenham mais facilidade em obter essas legislações, inclusive, por meio da Câmara Brasil/Estados Unidos e Brasil/Alemanha, que são os nossos grandes parceiros. Prometo manter essa incumbência com os diversos países por meio das Câmaras de Comércio.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Talvez os próprios deputados, por meio da Assembléia Legislativa, possam conseguir esses documentos para nós.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Portanto, vamos fazer esses esforços para conseguir esses documentos. Alguém gostaria de falar mais alguma coisa ou não? Não.

SRA. SONIA MARLY ARRUDA MIRANDA – Da minha parte só tenho a agradecer o apoio recebido. Muito obrigada.

SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA C. MELLO – Agradecemos a presença de todos e está encerrada a reunião. Muito obrigado.

17 e 18.06.2000

- Paulo Julião – Deputado. Coordenador do grupo temático Turismo e Serviços
- Virgílio de Carvalho – Coordenador de Turismo do Estado de São Paulo
- Armando Arruda Pereira de Mello – Diretor Executivo da UBRAFE-União Brasileira dos Promotores
Diretor Executivo da UBRAFE-União Brasileira dos Promotores
- Nilce Signorine – Prefeita de Ilhabela
- João Siqueira – Prefeito de São Sebastião
- Regina – Representante de Ubatuba
- Jarbas Favoretto – Representante do Conselho Estadual de Turismo
- Mário Carlos Beni – Coordenador do Departamento de Turismo e Relações Públicas da Escola de Comunicações e Artes da USP
- Wagner Ferreira – Professor. Coordenador do convênio da Univeste com a Universidade de Liège da Bélgica
- Ana Maria Marcondes Machado – Coordenadora Geral do Programa Nacional de Municipalização do Turismo
- Cláudio Amaral –
- José Luiz Zupani – Arquiteto, paisagista, especialistas em espécies nativas da Mata Atlântica
- Aristides de La Plata Cury – Diretor Executivo do SPC&VB São Paulo Convention & Visitors Bureau
- Domingos Chiapetta – Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares e Similares do Estado de São Paulo

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos o Exmo. Deputado Paulo Julião, Coordenador do Grupo Temático “Turismo e Serviços” do Fórum São Paulo Século 21, para dar início aos trabalhos.

SR. PAULO JULIÃO – Boa-noite a todos do Fórum São Paulo Século 21, “Pensando São Paulo”. Em agosto do ano passado, a Assembléia Legislativa, por meio do seu Presidente Vanderlei Macris e do Deputado Arnaldo Jardim, que é o relator, se dispôs a um ousado programa: discutir com a sociedade uma proposta para o desenvolvimento de São Paulo no Século 21. Dentro dessa proposta formou-se um grande conselho que é formado pela sociedade de maneira geral, desde Dom Paulo Evaristo Arns, até Antônio Ermírio de Moraes, Vicentinho, enfim, houve uma idéia de convidar toda a sociedade para discutir problemas como saúde, educação, desenvolvimento urbano, cidadania, pacto federativo, e entre os 16 temas escolhidos um deles é “Turismo e Serviços”. Cada um desses 16 temários tem um deputado coordenador e um deputado relator. Tive a honra de ser indicado como coordenador desse Grupo Temático “Turismo e Serviços” e, como relator, o Deputado Nabi Abi Chedid, que hoje está em Recife mas amanhã estará aqui conosco. Estamos já trabalhando desde agosto do ano passado, primeiro sistematizando, conversando sobre como conduzir essa discussão na área de Turismo e Serviços, na medida em que o turismo é uma matéria tão complexa e não tem soluções prontas, e para isso cada grupo temático desses é formado por 16 a 20 conselheiros. O nosso é composto por 21 conselheiros, que representam a mais significativa parte do *trade* turístico do Estado de São Paulo, desde a Abav até a Associação dos Promotores de Eventos e Feiras, Ecoturismo, transportadores rodoviários, agências de turismo, enfim, 21 profissionais de entidades representativas, além da Secretaria do Estado de Turismo, que tem o Prof. Virgílio, que é o coordenador do Turismo no Estado e que tem estado presente a todos os eventos do Fórum, que na verdade são reuniões permanentes deste Conselho, para

discussões e alguns seminários, nos quais a participação de outros segmentos é também importante.

Já realizamos três seminários, incluindo aí uma discussão sobre a “Nossa Caixa”, que é hoje o único Banco do Estado de São Paulo, um banco que vai ser fortalecido pelo governo do Estado e hoje é o quinto maior banco do país, embora em ativos, embora em liquidez, ainda precise resolver algumas questões, sendo que há uma idéia de se vender uma parte das suas ações, na medida em que 99% das ações pertencem ao Estado, quando então será um banco de fomento – inclusive há uma proposta deste Fórum em fazer da Caixa, na área de turismo, também uma entidade tipo BNDES no Estado de São Paulo; além de já ser agente financeiro do BNDES, mas que também fosse, com recursos próprios, seja do governo do Estado, seja da própria Nossa Caixa, mais uma entidade que possa trabalhar também na área do turismo.

O último tema do nosso trabalho, que termina agora no mês de julho, seria “Regionalização do Turismo” e, junto, a “Legislação do Turismo”. Depois de todas as discussões a idéia era ver que legislação precisa ser alterada, o que precisa ser sensibilizado, tudo em nível de governo do Estado e até em nível federal, para que do Fórum saíssem então as propostas, e depois, com o que sair do relatório, esse trabalho será apresentado ao grande Fórum São Paulo Século 21, que terá o segundo semestre para analisar todos os relatórios de todos os grupos temáticos, e, aí sim, até o fim do ano sairá uma proposta de desenvolvimento do Estado de São Paulo. A Assembléia está trabalhando para que esse Fórum tenha como resultado a melhor expressão possível da vontade da sociedade paulistana. Posso afirmar a seriedade do trabalho, o interesse das pessoas que nele estão envolvidas, grandes discussões já foram feitas, de todos os temas, na Assembléia. Como turismo é uma questão muito especial, quero agradecer de público à atenção do Presidente da Casa, Deputado Vanderlei Macris, que está hoje aqui representado, que permitiu que este fosse o único seminário realizado fora da Assembléia Legislativa, devido às dificuldades – dificuldade financeira, dificuldade de estrutura – , mas mesmo

assim ele concordou, escolhemos o litoral Norte e os conselheiros acabaram nos privilegiando com a escolha de São Sebastião para este seminário. Após essa discussão de regionalização do turismo, discutiremos até a semana que vem a questão da legislação, que será uma reunião muito técnica, enfim, no fim sairá uma proposta que será a vontade dos 21 conselheiros que fazem parte deste seminário.

Queria cumprimentar o nosso Prefeito de São Sebastião, Sr. João Siqueira, bem como o Prefeito de Ilha Bela, Sr. Nilce Signorine. Quero também justificar a ausência do Prefeito Antônio Carlos, que teve que viajar ontem; Ubatuba também está aqui representada pela Regina, que coordena o Contur, que é o órgão de turismo de Ubatuba. Pediria que a Regina fizesse parte da Mesa. Queria cumprimentar o Sales, que representa o Deputado Vanderlei Macris; cumprimentar o Dr. Virgílio, que é o Coordenador de Turismo do Estado; o Jarbas Favoreto, do Conselho Estadual do Turismo, Secretário Executivo de Turismo, entre outras associações que o Jarbas faz parte, e dizer que tudo isso é motivo de especial orgulho para nós, poder realizar este fórum aqui em São Sebastião. Espero que o resultado deste trabalho, que teremos amanhã, com todas aquelas programações que fazem parte do que entendemos fosse uma média dos principais temas, que é a questão da sustentabilidade do turismo, questão da hidrovia Tietê/Paraná, que é uma grande estrada que está lá por ser desenvolvida, não só na área econômica, no transporte de mercadorias, mas acima de tudo na questão de proposta de regionalização do turismo, no problema nacional de municipalização do turismo, temas que serão debatidos amanhã, a questão dos conselhos municipais de turismo e, por fim, os alicerces. Escolhemos alguns palestrantes que falarão primeiro sobre o turismo rural e ecológico, o turismo náutico, o turismo de feiras e eventos e o turismo de hospedagem e alimentação; são debatedores da mais alta competência, entendidos na área de todas essas questões citadas, tenho certeza que, embora pessoas tão representativas na área do turismo, acho que o mais importante, na verdade, são vocês, que vieram prestigiar e participar do nosso trabalho, que certamente vão contribuir para que possamos, nesse tema Regionalização e

Municipalização do Turismo, ter o melhor dos resultados, dessa interação entre vocês e os representantes que farão as palestras.

Muito obrigado pela presença de todos. Declaro aberto o seminário. (Palmas.)

SR. VIRGÍLIO CARVALHO – Cada vez mais a regionalização deve ser uma forma de inclusão ou de exclusão dos produtos turísticos do Estado de São Paulo. Queria também agradecer em nome do Dr. Marcos, que infelizmente não pôde estar entre nós, ainda amanhã de alguma maneira ele deve estar dando uma passada durante o seminário, mas me pediu que o representasse, que primeiro parabenizasse a Assembléia porque esse é o primeiro passo que o turismo do Estado de São Paulo dá, sendo reconhecido por aqueles que estabelecem a legislação do Estado de São Paulo, estabelecem o programa de participação cuidando do assunto turismo. Ele fez algumas anotações que quero aqui tentar passar aos senhores, que ele gostaria de conversar no dia de hoje. Queria primeiro parabenizar toda a iniciativa do Fórum São Paulo Século 21, na pessoa dos Deputados Paulo Julião e Nabi Abi Chedid, que são dois exemplos de interesse pelo turismo do Estado de São Paulo, um pela área das estâncias do turismo, vamos chamar interno, ou turismo feito não ao longo do litoral, dos 610 km que temos, mas que representa também um interesse muito grande pelo assunto. Parabenizar a Mesa, os prefeitos, em especial o Secretário de Turismo de Caraguatatuba, que complementaria toda a Mesa representada do litoral desta região, e também o Presidente do Cone Leste, Sr. Ramon Duron, Presidente do Sindicato de Hotéis dessa região, Vice-Presidente da Federação de Hotéis. Hoje respondendo em nível municipal, com os prefeitos, a prefeita, e em nível estadual, com os deputados, seremos cada vez mais articuladores e fomentadores do turismo. O Estado provedor não tem mais espaço para interferir no turismo; ele podia interferir no tempo em que o turismo era concurso de misses e concurso de fanfarras, porque hoje a atividade é transformar toda matéria-prima que temos no Estado de São Paulo em produto turístico. E isso os empresários sabem e devem fazer cada vez

mais com qualidade. Nós, que representamos não só o Executivo do governo Estadual, mas representamos o Legislativo na Assembléia, temos que dar facilidade para que isso possa acontecer. Estado provedor não tem mais lugar numa sociedade moderna como a nossa, mas tem que cada vez mais ajudar a fazer acontecer a infra-estrutura necessária, ou seja, o Deputado Paulo Julião só não chegou no horário porque estava caminhando para atingir os 65%, até o fim do governo Covas, de esgoto tratado e os 85% de esgoto captado numa região que é dividida em 610 km, chegando a 95% da água encanada do Estado de São Paulo. Quando discutimos fora de São Paulo, esses números são diferentes do que o resto do Brasil precisa, pois quando discutimos infra-estrutura fora de São Paulo estamos discutindo ainda saneamento básico, assistência médica e acesso aos lugares ou aos atrativos turísticos. Não podemos nos esquecer nessa visão de desenvolvimento que um fim de semana ensolarado traz ao litoral de São Paulo um número de turistas do ano todo da Bahia, fazendo com que o mercado de São Paulo seja utilizado dentro de São Paulo mesmo, ou seja, São Paulo é um exemplo claro de que é destino do seu próprio mercado. Somos 42% do consumo nacional, em contrapartida já representamos 60% do receptivo nacional de turismo. Como muitas vezes estamos entretidos no nosso negócio, enquanto empresários, ou envolvidos em problemas sociais maiores, como os prefeitos, os deputados, às vezes não atentamos para isso, mas essas formigas chamadas micro e pequenos empresários da área de hotéis, restaurantes, bares e similares, aqui representados pelo Dr. Nelson de Abreu Pinto e Domingos Chiapeta, representam as formigas que fazem o turismo andar, que fazem caminhar, porque eles sim, como Frans, dono deste hotel, responsável por São Paulo hoje ser a capital mundial da gastronomia, porque há 25 anos, enquanto chefe de cozinha do Hilton São Paulo possibilitou que muitos “Severinos” conhecessem o que era higiene e manipulação de alimentos, conhecessem o que era um cardápio mundial, e pudessem se transformar nos principais cozinheiros que hoje São Paulo e o mundo tem de origem nordestina. Então essa visão de cultura de negócios do turismo fez com que desde o dia 16 de

março de 1998, o governador prestasse atenção, no Palácio, depois da sua terceira sessão de quimioterapia, nos empresários de hotelaria e de turismo de uma maneira geral, pois iria recebê-los por 15 minutos e ficou entre eles três horas e meia e não queria terminar o assunto quando soube que o Estado de São Paulo teria nos próximos cinco anos, naquela época, há dois anos, investimentos da ordem de nove bilhões de reais, dos quais 157 novos hotéis, gerando entre parques temáticos, marinas, centros de eventos e hotéis, alguma coisa como 300 mil novos empregos. Não é o governo que vai fazer isso; acho que pela primeira vez vocês se assustam, alguém que representa o Secretário do Estado, representa o governador neste momento, dizer que não é o governo que está fazendo, porque em governos passados os compromissos pareciam que eram só dele. Agora é o turismo junto com a agricultura que farão gerar os novos empregos para o Estado de São Paulo, e com uma vantagem, nossas atividades, de turismo e de agricultura, geram emprego a cada 25 mil reais, exatamente quanto o dono deste hotel investiu, com seu sacrifício próprio, sem qualquer incentivo da Nossa Caixa, qualquer incentivo do BNDES, porque hoje temos um bilhão de reais à disposição do empresário, do BNDES, mas não temos a sensibilidade de 100 mil reais. Então essa visão do Fórum São Paulo Século 21 vem transformar, como vem transformar e favorecer as quatro macroestratégias básicas do turismo no Estado de São Paulo. Primeiro, a formatação do produto, ou seja, um marketing agressivo transformando toda nossa matéria-prima em produto turístico. Ninguém virá ao litoral, ninguém irá às estâncias, ninguém irá para a hidrovia do Tietê/Paraná se não souber quantos dias tem que ficar, o que vai fazer e quanto vai custar, e sempre por meio do seu agente de viagem. Então formatar produto é básico; não vamos conseguir mais motivar apenas porque temos um destino bonito, uma queda d'água ou um barco que às vezes não chega na margem do rio. A visão da formatação, então, está clara para o Estado de São Paulo, está resolvida já em 18 *workshops* que foram realizados, cinco nesse primeiro semestre dentro do Estado de São Paulo, nas regiões com maior potencial de consumo – terminamos ontem em Ribeirão Preto, dia 29

estaremos em São José do Rio Preto, estivemos em São José, Campinas, Santos e caminharemos agora para as cidades emissoras de turismo para o Estado de São Paulo, no Brasil todo. Transformar, então, isso em produto está resolvido hoje no *site* na Internet, que é “7/sp.gov.br”, no qual a energia local fará com que os empresários, os municípios coloquem à disposição dessa comunicação aquilo que há nos seus destinos, principalmente colocando à disposição dos internautas a forma de consumir tudo isso; não é mais um folheto feito numa secretaria, às vezes de uma forma até empírica, que vai resolver o destino. Ele será feito pela energia local, e mais uma vez a regionalização pensando globalmente, atuando localmente, fará com que todos aqueles que estiverem com vontade de ganhar dinheiro em turismo possam ganhar, porque aqui nesta Mesa já vemos a harmonia do Legislativo, do Executivo municipal e estadual disponibilizando essas ações, buscando os instrumentos e as ferramentas que os empresários dessa área precisam para empreender turismo e querer ganhar dinheiro com turismo. Turismo é negócio da iniciativa privada, deve ser executado pela iniciativa privada com todo apoio que tem sido disponibilizado. Ainda esta semana, com a presença da Prefeita, foi feito o lançamento de Ilha Bela, “esta é a maneira de pensar regionalmente”. Ilha Bela então já teve o seu lançamento, teve visita, encontro com operadores e agentes de viagem, fazendo com que os hoteleiros, as pessoas que têm equipamentos náuticos pudessem disponibilizar isso e transformar em produto. A infra-estrutura vem caminhando, e sabemos quanto os prefeitos dessa região, prefeitos do Estado de São Paulo têm-se envolvido para que isso aconteça, inclusive com o apoio muitas vezes do governo do Estado. A formação profissional empresarial, costumo dizer, em nome do Secretário digo isso hoje, mais do que formar trabalhadores, esses trabalhadores que já têm caracteristicamente uma criatividade, uma vontade de mostrar o seu lugar, tem que formar empresários empreendedores – os donos de hotel, os donos de restaurante, os donos de agências de viagem cada vez mais perderão lugar neste negócio de turismo. A velocidade será dos empreendedores, alguém que, com segurança, com apoio da

área governamental, saiba que poderá investir e empreender para que as pessoas possam chegar por estradas, possam ter água, esgotos e assim por diante. E a desregulamentação e financiamento, que acontecerão principalmente nessa reunião na próxima semana, em que o levantamento dessa legislação será revisto, principalmente uma proposta e uma ambição forte do Fórum São Paulo Século 21 de regulamentar isso, reduzir o número de normas e leis, que muitas vezes são desnecessárias, apenas fazendo com que o hoteleiro durante 30 anos estivesse dentro de um regime antidemocrático, uma ação que era da Sunab, e esta nos obrigava, como hoteleiros, a prever que qualquer hora poderia ter o tonelamento, tínhamos que ter tarifas sempre altas. A visão moderna é ter tarifas comuns; tenho que ter disponível ao meu cliente a tarifa verdadeira, não mais duas, uma que é a “tarifa balcão” e a outra a “tarifa negociada”, o que fazia que às vezes um hotel com tarifas de 100 reais, na hora do fechamento do negócio vendesse por 40 reais. Então é melhor que já se faça a conta dos 70 reais e todos tenham acesso a 70 reais de tarifa, ou a 60 ou a 40 reais, mas que seja para todos, para que a pirâmide de consumo possa fazer isso de uma maneira objetiva. Exemplo claro, e os hoteleiros mais tradicionais têm se preocupado com isso, mas isso virá e será comum, inclusive em regiões como a do litoral, projetos de marcas econômicas como o IBIS, que saiu em Paulínia, no Estado de São Paulo, por 49 reais de diária. Paulínia que não tem nenhum atrativo turístico, a 49 reais, há dois meses funcionando, tem ocupação média de 65, o que dá um pleno retorno ao investimento feito. Cada vez mais a conta terá que ser feita como nós portugueses fazemos, que é de trás para frente; é do meu cliente, o que ele pode pagar, e quanto eu devo investir para ter o meu retorno. Essas contas serão cada vez mais também motivadas, incentivadas, pelo governo, no sentido de que o empresário não se prejudique no seu investimento e cada vez mais tenha apartamentos; não podiam trazer grupos integrados em outros hotéis ou integrados ao longo do litoral, poderão trazer 20 num hotel, 30 no outro, que o empresário não tenha mais medo de investir, não tenha perseguições como tiveram durante anos a SUNAB e outros

instrumentos de governo, mas cada vez mais um governo atuante, livre – como ele dizia, ninguém mora na União, ninguém mora no Estado, todos moram no município. Então a célula menor da democracia está exatamente no município, onde o José encontra o prefeito a hora que ele quer; os paritários de turismo devem cada vez mais ter o papel importante no desenvolvimento turístico, e não mais a responsabilidade de delegar para cima, os deputados ou para o governador ou para o Secretário de Turismo saberem quanto devo pôr e quanto devo tirar. O empresário mais do que ninguém sabe que não pode brincar com os recursos que muitas vezes foram conquistados durante anos. A sensibilidade ao turismo é outro aspecto importante, não só no aspecto das pessoas portadoras, mas cada vez mais criar condições para que o ponto de equilíbrio dos valores possa fazer com que mais pessoas possam viajar, possam trazer os recursos que precisamos no nosso município, tudo isso com uma visão muito clara de que o resultado do nosso negócio estará no nosso trabalho local, e tendo em vista cada vez mais uma visão moderna do atendimento; quem não conhece a sua cidade não valoriza o trabalho que vem sendo feito nela, comparada a outras com dificuldades maiores. Até para que todos os irmãos nordestinos que recebemos hoje, como imigrantes do próprio país, possam ser recebidos com oportunidade de trabalho ou possam fazer o principal papel do turismo, que é fixar o homem à terra: onde ele nasce ele deve continuar vivendo, se for opção dele. Que deputados do Nordeste não ganhem mais na loteria como têm ganhado e possam transformar em infra-estrutura necessária aquilo que o Nordeste precisa para também fazer com que essa população possa passar a ser consumidora, cidadã brasileira para consumir no turismo de São Paulo aquilo que podemos dar e não mais apenas as pontes mal ocupadas. Boa sorte e vamos caminhar juntos. Obrigado. (palmas)

SR. SALES – O Deputado Paulo Julião nos passou os trabalhos relativos ao Fórum São Paulo Século 21, pois aconteceram alguns fatos que o obrigaram a dirigir-se até a sua cidade, Americana, e pediu que o representássemos. Diante

disso, quero agradecer principalmente ao Deputado Paulo Julião e ao Deputado Nabi Abi Chedid, que são o coordenador e o relator do Grupo Temático “Turismo e Serviços”, e parabenizá-los dizendo que realmente se faz muito importante dentro do Fórum São Paulo Século 21 esse tema, que é importantíssimo para o Estado de São Paulo. Acho que não tenho muito mais o que dizer, somente agradecer e desculpar a presença do Presidente, desejar muito sucesso a esse tema durante os debates de hoje e também de amanhã. Boa sorte a todos. (palmas.)

Convidamos o Exmo. Sr. Armando Arruda para fazer uso da palavra.

SR. ARMANDO ARRUDA – Estou aqui representando os meus 20 e poucos companheiros de conselho deste grupo de trabalho. Já foram realizados outros seminários, outros painéis e esse grupo tem trabalhado com uma amplitude bastante importante. A atividade que foi criada pela Assembléia Legislativa nos permitiu um acesso que achávamos até um pouco complicado, como falar com a classe do povo que nos representava; esse acesso foi aberto; há um projeto do Deputado Nabi Abi Chedid criando o dia 20 de março como o “Dia do Turismo” e uma semana de estudos, o que irá nos propiciar que de ano em ano possamos comparecer à Assembléia Legislativa, fazer apresentações pertinentes e, quem sabe, seja o início de uma nova fase para o turismo.

Este painel da “Regionalização do Turismo” e da “Municipalização do Turismo”, sendo realizado fora de São Paulo com a aquiescência do Sr. Presidente da Assembléia, também é uma demonstração de que é nos municípios que as coisas têm que acontecer. Sou diretor-executivo da Ubrafe, União Brasileira dos Promotores de Feiras, e do Sindipron, que é o Sindicato do Estado de São Paulo que representa mais ou menos um mil e 300 empresas que organizam, promovem e montam eventos. Temos apenas certeza de que cada cidade tem o seu papel a desempenhar no desenvolvimento do turismo, mas é muito importante que cada região também fale a mesma língua. Estamos aqui reunidos no litoral Norte, uma das coisas muito importantes que deve sair para que se pense é que se faça um

calendário da região. Acreditamos que será muito importante também a apresentação pela Secretaria de Turismo do Estado do trabalho de regionalização por vocação; isso não tem nada a ver com a divisão de regiões administrativas do governo do Estado. É muito importante que as regiões possam oferecer os produtos, como o Virgílio colocou, uma forma de integração, quer dizer, o litoral vai oferecer coisas comuns, ótimo, mas elas têm que estar ordenadas, organizadas. Não adianta todo mundo fazer uma festa no mesmo dia, essas festas têm que ser programadas, os eventos têm que ser programados para que aquele visitante da região possa participar deles, gerando uma movimentação no comércio, na hotelaria, nos prestadores de serviço de turismo ecológico, de passeios náuticos, de uma forma ordenada.

Queremos também destacar um painel, uma palestra que será muito importante, “Conselhos Municipais de Turismo”, com o Jarbas Favoreto. Caberá aos conselhos municipais de turismo a função de explorar todas as possibilidades que cada uma das cidades tenha para se desenvolver, mas caberá também a esses conselhos procurarem os seus vizinhos, os seus municípios próximos para que se integrem em termos de calendário. Quem sabe nesta discussão neste fim de semana possamos sair com um tema que será muito importante para todo o Estado de São Paulo, que é a “organização dos calendários”. Temos as belezas naturais, como o Virgílio colocou, temos investimento e infra-estrutura, precisamos nos organizar. Acredito que a organização de todos os profissionais e a integração das cidades é que trará um número de visitantes cada vez maior.

Agradeço a oportunidade de representar aqui os meus companheiros conselheiros e dizer que continuaremos trabalhando o tema da “legislação”, vamos entregar o relatório no próximo dia 30, como o Deputado colocou, na Assembléia Legislativa, continuaremos trabalhando durante todo o ano para que na próxima semana, que se iniciará no dia 20 de março de 2001, se tenha mais propostas e se receba uma avaliação melhor de todo o resultado dos trabalhos de todos os

municípios do Estado de São Paulo. Muito obrigado, um bom trabalho a todos.
(palmas)

SR. JOÃO SIQUEIRA – Discutimos o turismo no Fórum São Paulo Século 21. São extremamente importantes para nós essas discussões, desejamos que se chegue a resultados extremamente importantes para o desenvolvimento da região de São Sebastião, litoral Norte. Os municípios de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilha Bela e São Sebastião têm interesses comuns no desenvolvimento do turismo e podem, como disse o orador que me precedeu, discutindo calendários e programas, fazer com que durante todo o ano o litoral Norte do Estado de São Paulo tenha uma ocupação eficiente, seja bastante visitado por todos aqueles que gostam do litoral. Agradeço a Assembléia Legislativa por trazer esse Fórum para cá e desejo sucesso na discussão. Muito obrigado. (Palmas.)

SRA. NILCE SIGNORINE – Exmo. Sr. Dr. Virgílio Carvalho, por meio do qual quero cumprimentar os demais membros da Mesa, quero agradecer-lhe a oportunidade. Acho que no litoral Norte estamos engatinhando no turismo, porque se fizemos um retrospecto histórico, posso falar de Ilha Bela, em 1989 tínhamos hotéis que nada pagavam para poder se instalar no município. Para poder atrair investidores as pessoas nada pagavam de impostos para o município. Se formos pegar cada hoteleiro que veio para o litoral, cada um tem uma história, sendo que todos tinham realmente uma expectativa de desenvolver o turismo na região. Porém o nosso litoral, posso dizer que engatinhou e está alçando vôo na infra-estrutura. Precisamos pensar numa saúde regionalizada, porque quem tem filhos pequenos a primeira coisa que verifica é se tem saúde, no seu convênio, se ele pode ser atendido, bem como infra-estrutura, saneamento, segurança, uma série de coisas. Não adianta também atrair turistas quando não temos uma infra-estrutura sedimentada a oferecer. Acho que já caminhamos muito nesse sentido, mas temos muito que aprender. Temos aí as quatro cidades, temos nossos parques, nossa

mata, que acho que precisam ser explorados com sustentabilidade, que é muito importante, assim como deve ser explorado o ecoturismo, a parte náutica, pois este será o grande desenvolvimento para unir as quatro cidades. Não temos um aeroporto na nossa região e não adianta cada um olhar para o seu próprio umbigo e querer que tenha um aeroporto em cada cidade. Temos que ter um aeroporto num determinado local, que seja viável, e depois o sistema náutico que venha desenvolver e interligar todas as cidades do litoral Norte. Temos muitas coisas para descobrir; estamos trabalhando também a parte cultural, porque o turismo depende também dessa parte. Por o litoral Norte ter trazido, ter atraído tantas pessoas de diversos Estados, de diversas cidades, fomos aos poucos perdendo a nossa identidade cultural, que precisamos resgatar. Nenhum turista vem para uma cidade se esta não tem os seus pontos históricos, se não tem a sua história também para demonstrar. Acho então isso muito importante. Temos aí uma quantidade de navios que foram naufragados, uma história toda para resgatar, podemos ter um grande museu, porém isso tudo tem que ser pensado, tem que ser discutido. Acho que realmente este é o momento; nesta virada de milênio acho que chegou a hora e a vez do litoral. Quando o Dr. Virgílio falou da formatação, fizemos um trabalho em parceria com o DADE, um trabalho de primeiro mundo, em que pudemos vender o produto hoje, Ilha Bela, que antes não tínhamos, e a infra-estrutura e a formação profissional que realmente são muito importantes para que possamos desenvolver o turismo. Quero agradecer a oportunidade e parabenizar a todos. A festa é de todos, todos nós estamos ganhando. Muito obrigada. (palmas)

SRA. REGINA – Gostaríamos de agradecer ao Deputado Paulo Julião, que representa aqui a Assembléia Legislativa e que é o nosso representante do litoral Norte na Assembléia Legislativa, a oportunidade de estar trazendo parte desse Fórum para a nossa região. Temos o maior prazer de participar desse evento; eu já estive numa discussão do Fórum e voltei bastante encantada com o nível das palestras, das próprias discussões. Acreditamos que a partir desse Fórum vários

problemas vão estar sendo resolvidos em função desse debate franco e aberto entre a Assembléia e os setores de turismo do Estado de São Paulo. Agradeço a oportunidade e parabênzo a todos os presentes na pessoa do Prefeito Dr. João Siqueira, de São Sebastião, e a Mesa na pessoa do Deputado Paulo Julião. Muito obrigada. (Palmas.)

SR. SECRETÁRIO DE TURISMO DE CARAGUATATUBA – O Carlos da Silva pediu para que eu transmitisse a todos vocês o quanto ele acredita no Fórum; gostaria de cumprimentar o Deputado Paulo Julião, Coordenador do Fórum São Paulo Século 21; também o Dr. Virgílio de Carvalho, aqui representando o Secretário Estadual Marcos Arbaitman; o Prefeito Dr. João Siqueira; o Prefeito Nilce Signorine; a Regina, representando Ubatuba; e todos os demais da Mesa. O Fórum representa ação. Este Fórum é importante, ele realmente representa ação. Já estive também presente na Assembléia e quero destacar a ação de todos desta Mesa, sem exceção, que têm brigado pelo turismo, reconhecendo isso. Muita coisa no seminário vocês vão ver mais detalhadamente, mas aqui foram mencionadas todas as nossas necessidades. Uma coisa fica clara, essa união regional das quatro cidades que compõem o litoral Norte de São Paulo, pois juntos poderemos fazer muitas coisas; em todos os debates, em todas as oportunidades que tenho eu enfatizo isso, estamos muito perto, uma natureza belíssima, que precisa e tem que ser explorada. O turismo é a forma mais rápida de termos um retorno do investimento feito. Com ele poderemos tornar esta região a melhor possível, sempre pensando no turismo auto-sustentável, mas já observamos que todos os segmentos do turismo podem ser explorados aqui, e bem explorados. Nada disso, nem, como foi citado também, essa união, Poder Legislativo e Poder Executivo, seria completa se não fosse o empreendedor. Por isso eu digo que esse Fórum é mais ação que o empreendedor vai descobrir nele, e vai descobrir que é uma grande arma para ajudá-lo, isso é o mais importante. Temos aqui pequenas ações que precisam já ir demonstrando essa união do litoral e mostrando que estamos tentando atingir o

empreendedor. Esse é o nosso objetivo principal. Sucesso para o seminário, parabéns a todos, principalmente ao Deputado Paulo Julião, que tem trabalhado incansavelmente para que o Fórum seja um sucesso. (Palmas.)

SR. JARBAS FAVORETO – Realmente o nobre deputado defende muito a nossa região; embora seja deputado do Estado, temos que reconhecer que é um excelente baluarte para as necessidades da região. Só por isso passei a colaborar com o Grupo Temático “Turismo e Serviços” da Assembléia, pois se fosse um deputado que eu não gostasse não estaria lá em hipótese alguma. Queria abençoar a presença do Virgílio de Carvalho; eu posso falar do Virgílio, pois já tive atrito com ele, de forma que se faço elogio ele sabe que não é confete; realmente, depois de estar 31 anos no Conselho Estadual de Turismo, é a primeira vez que temos um secretário que entende de turismo e esportes, é a primeira vez que temos um governador que entende das necessidades não do empresariado, mas das necessidades verdadeiras do turismo, que recaem exatamente sobre o empresariado. É sempre bom registrar que estamos na cidade de São Sebastião, onde tem uma moça que é uma formiguinha, uma baluarte de São Sebastião, a Diretora de Turismo Célia, que é sempre uma pessoa dinâmica e também uma embaixadora da cidade em todas as funções. Coitado de quem falar da cidade perto dela, pois inclusive, pelo tamanho do braço, o tapa é pesado. O Armando já falou em nome dos conselheiros do Grupo de Trabalho, eu estou falando em nome do Conselho Estadual de Turismo, representando aqui a palavra de 26 entidades que prestigiam essa administração do secretário Marcos Arbitman. É preciso que os senhores entendam que passamos certas turbulências políticas, administrativas etc., mas temos atualmente a chance de fazer muitas coisas que não conseguimos nas últimas décadas. Esta possibilidade se dá por um secretário competente, coordenador competente, os prefeitos estão, graças a Deus, acordando; temos particularmente no litoral de São Paulo, litoral Norte e Sul, um passado onde os prefeitos não conversavam entre si e, se pudessem, um pisava na garganta do

outro, principalmente no litoral Sul, onde havia uma desarmonia maior. Nos últimos anos temos visto um melhor progresso, coincidentemente quando começaram acordar para a importância do turismo, as coisas necessárias para o benefício da população, da cidade e como um todo, do Estado. Temos que agradecer a recepção da cidade de São Sebastião, não esquecendo que esta recepção é estendida às demais cidades do litoral Norte. Tive o prazer de ontem ficar o dia inteiro com a camisa do litoral Norte, que alguém me deu há muitos anos. Acho isto um paraíso, vocês estão de parabéns. Vamos ouvir principalmente os painéis de amanhã. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. PAULO JULIÃO – Antes de encerrar esta parte do seminário queria pedir desculpa pelo atraso no início dos nossos trabalhos. Tenho o prazer de informar aos senhores que a Sabesp e o governo do Estado deram início hoje, às 10h30, às obras da rede de esgoto do bairro de Boiçucanga, uma obra importante, uma obra que vai dotar aquela praia dessa infra-estrutura tão sonhada; é uma obra de 9 milhões e 200 mil reais, valor oficial. Tivemos depois convenções municipais dos nossos partidos em São Sebastião, o que nos atrasou sobremaneira, por isso peço desculpas. Queria também agradecer aos prefeitos de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilha Bela e São Sebastião, porque apesar do pouco espaço de tempo que tivemos quando decidimos organizar este evento aqui no litoral, prontamente atenderam a nossa solicitação, recebendo os nossos assessores – enfim, se não fossem os prefeitos, realmente teria sido muito difícil realizar este evento aqui hoje. Queria agradecer também de maneira especial à proprietária aqui do Hotel Canto da Praia, que não mediu esforços para oferecer todas as condições necessárias para a realização deste evento. Graças a isso tudo pudemos trazer esse evento aqui para Juquehy.

Queremos, por fim, agradecer a presença de todos e declarar encerrada esta parte da cerimônia. Em seguida, partimos para um coquetel dançante, com música ao vivo, aqui no 4º andar, para relaxar um pouco. Muito obrigado. (palmas)

Declaro encerrados os trabalhos de hoje.

* * *

SR. JARBAS FAVORETO – Damos por aberto os trabalhos de hoje. Queria recomendar aos presentes que a formulação de perguntas só será aceita por escrito. Se houver necessidade, o palestrante poderá optar por algum diálogo, mas a ordem é formular as perguntas por escrito. Queria deixar claro que estaremos sendo mais rigorosos com o tempo, porque foi a crítica maior que recebemos no seminário anterior, aliás foi esta a única reclamação. Solicitamos aos senhores palestrantes que se atenham ao tema, que foi outra reclamação, é verdade que em menor escala, mas é também digna de registro.

Passamos a palavra inicialmente para o Prof. Dr. Mário Beni, coordenador do Departamento de Turismo e Relações Públicas da ECA-USP, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, que falará sobre o tema “A Sustentabilidade do Turismo”.

SR. MÁRIO BENI – Quero inicialmente agradecer o honroso convite que me foi formulado pelo Deputado Paulo Julião, que vem realmente desenvolvendo um grande trabalho com relação ao turismo no Fórum São Paulo Século 21, em conjunto com o Deputado Nabi Abi Chedid, que é o relator desse grupo temático.

Gostaria de chamar a atenção para o seguinte: turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, quando e a que preço. Esse processo, é evidente que intervém em inúmeros fatores de realização pessoal, social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica, científica, que dita uma escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte, o alojamento, bem como o próprio objetivo da viagem, conteúdos de sonho, de desejo, de imaginação, de enriquecimento existencial histórico, humanístico, profissional e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros, espontâneos ou

dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original, dos atrativos turísticos, da oferta diferencial e das atrações, dos equipamentos que a ela são agregados em mercados globais, com produtos de qualidade e competitivos. Isso tudo para dizer a vocês que turismo é fundamentalmente roteiro. Não adianta imaginar que havendo um hotel temos o turismo desenvolvendo; hotel é parte agregada à oferta original de recursos naturais, culturais etc. Como então formatar um modelo de desenvolvimento de gestão e controle do turismo que resulte numa ação imediata que deverá ser compartilhada entre o Estado e a iniciativa privada? Sabemos que a estrutura dos recursos do Estado está cada vez mais fragilizada e se encontra extremamente comprometida com outras áreas de maior prioridade; vejam então que a contínua integração da economia mundial que se intensificou neste final do século com o advento da globalização, não tem resultado numa redução das desigualdades entre países e regiões. Ao contrário, o acirramento da concorrência em nível internacional tem ocasionado um sensível aumento das disparidades internacionais e, sobretudo, inter-regionais. No momento em que o conhecimento assume uma função proeminente no processo produtivo, o ritmo das inovações se intensifica e encontra o ponto na emergência do regional para o local. Vejam que mesmo no interior dos grandes países desenvolvidos assumem uma posição de destaque aquelas regiões cujo sistema produtivo encontra-se articulado internamente e apoiado por uma série de fatores externos que permitem a obtenção de elevados níveis de competitividade nos mercados globais. Isso não é diferente se imaginarmos esta região do litoral Centro e do litoral Norte, que precisa, para realmente alavancar o seu desenvolvimento, ter uma articulação de todo o seu sistema produtivo, onde efetivamente o turismo se insere como um grande e destacado elemento. Esse fenômeno acontece porque o caráter global de competição não elimina a importância da base a partir da qual os produtos são lançados ao mercado. Em outras palavras, em mercados abertos os aspectos macroeconômicos, aqueles referentes a padrões de concorrência de diversas atividades desta cadeia produtiva, são fundamentais e reforçam sempre a dimensão

espacial onde se organiza essa cadeia produtiva. Vivemos aqui no litoral Norte uma situação muito especial. Temos uma malha rodoviária excelente, é evidente que não é ainda aquela malha desejada, mas há estradas que realmente cortam esta região em todos os sentidos; ainda não são estradas com duas pistas, que facilitam o deslocamento de veículos que se concentram nas épocas de picos, de feriados etc., mas evidentemente são estradas de excelente qualidade, muito diferente de outras regiões no Norte e Nordeste do país, que não apresentam a mesma infra-estrutura logística de intermodalidade de transportes e, evidentemente, de escoamento para transportes de massa. Essa característica, então, de um processo concorrencial, regional, vem abrindo um espaço para um conceito ou para uma política de formação de *clusters*. É muito importante esse conceito de *clusters* para que possamos realmente entender como a partir desse conceito se pode efetivamente imaginar o desenvolvimento sustentável da atividade de turismo. O que é um *cluster*? É um conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico dotado de equipamentos, serviços, instalações com excelência gerencial concentrado num espaço geográfico delimitado. O maior exemplo que posso oferecer de *cluster* é o Caribe. Muitos de vocês já esqueceram os países que compõem o Caribe, porque o Caribe é vendido como um todo e, a partir daí, se obtém tarifas altamente competitivas em hotelaria, em transporte, com o pacote turístico para o Caribe. O que queremos focar nesta idéia é começar a examinar o turismo por meio da ótica regional. O Plano Nacional de Municipalização do Turismo teve a virtude de levar ao nível local e municipal um processo de conscientização do turismo. Agora é preciso que se amplie isso sob a ótica regional. É exatamente neste sentido que nos encontramos esta manhã nesta praia de Juquehy, para discutir esta dimensão regional. A expectativa do consumidor, do turista potencial e o seu grau de satisfação dependem dos elementos que vão influir na sua percepção final da qualidade do *cluster*. Gostaria então de lembrar que se localiza nesta região algumas das mais belas configurações da costa do Atlântico Sul, como baías, ilhas, serras, florestas, praias, rios, lagoas e o próprio ecossistema regional, formando um

conjunto único, como se pudesse ser traduzido pela sua excelência paisagística ambiental para uma farta dimensão, que é um verdadeiro tesouro de extraordinário valor ambiental e de extraordinário diferencial turístico pelos seus recursos naturais e culturais. O que quero comentar é que cada *cluster*, em razão do seu potencial, pode às vezes ser composto de micro *clusters* diferenciados e que competem em diferentes mercados. Esta idéia nos remete a algo muito importante, a um conceito fundamental, que não são mais regiões que competem entre si, que não são mais balizes que competem entre si, são *clusters*, são produtos, e é preciso que tenhamos isso muito claro na preparação e na comercialização desses produtos, que vão ser objeto da palestra do Prof. Virgílio. Efetivamente já planejamos, já de alguma forma identificamos o potencial do nicho do Estado de São Paulo, está na hora agora efetivamente de comercializar esse produto. É preciso então analisar todos os fatores que influenciam o grau de satisfação de um turista em um determinado *cluster* ou micro *cluster*, e não apenas a sua oferta, pois para competir em um determinado mercado é necessária, além dos atrativos naturais, a presença de uma infra-estrutura de serviços que permitam ter uma vantagem competitiva sustentável a longo prazo. Temos uma infra-estrutura viária, temos uma razoável infra-estrutura urbana nos centros urbanos da região e, evidentemente, é preciso que agora os produtos identificados sejam comercializados dentro de um processo interativo. Na parte então de todas estas considerações, gostaria de lembrar que dominando todas essas ações intersetoriais, sejam elas públicas, sejam privadas, desde o planejamento até a execução de programas integrados, estratégicos, deve estar o conceito de turismo sustentável. Vejam que sempre me refiro a turismo sustentável, economia sustentável, ao contrário de outros que sempre colocam reiteradamente dito, economia sustentada, turismo sustentado; não existe economia sustentada e nem turismo sustentado. Sustentado pressupõe uma situação absolutamente de otimização de resultados, que nem em países do primeiro mundo se observa. O que ocorre, então, para termos muito claramente esse conceito de sustentabilidade do turismo, é importante que se possa garantir e assegurar os

componentes dos diferenciais turísticos; processo racional de exploração desses recursos ambientais, naturais, histórico-culturais e temático-artificiais. Nos recursos ambientais exige-se de um processo de ocupação espacial a preservação máxima possível de suas características originais, e aí existem alguns conceitos importantes, que infelizmente muita gente ainda não entendeu e confunde ecoturismo com turismo ecológico. Ecoturismo pressupõe, sim, controle ambiental rígido, pressupõe impactos, tudo do impacto ambiental, pressupõe fundamentalmente uma capacidade de carga, um plano de manutenção, ou seja, um projeto que realmente venha a ter um monitoramento permanente com esse estudo de capacidade de carga. No Brasil existem pouquíssimas regiões realmente que poderíamos dizer que se tratam de ecoturismo, porque são controladas ambientalmente. Fora disso temos efetivamente o turismo ecológico, em que há uma conscientização de preservação dos recursos naturais, do ecossistema, mas não com a rigidez que se pretende com o ecoturismo. É evidente que essa preocupação é importante para que a natureza se preserve e seja intensamente utilizada com controle ambiental.

Com relação aos recursos históricos culturais, é importante o tombamento, o restauro, a conservação e a ressignificação. Compete ao Estado o tombamento; quanto ao restauro, já não há recursos a partir do Estado para se restaurar efetivamente esse patrimônio histórico cultural. Aí então é preciso estabelecer-se contatos com a iniciativa privada, para que ela apóie o restauro desse patrimônio histórico cultural; é evidente que o empresário só irá contribuir se ele tiver retorno dos seus investimentos. É aí que entra então o processo de reutilização e ressignificação. Todos vocês conhecem monumentos históricos culturais que depois de reutilizados foram ressignificados. Isso está ocorrendo no Norte, Nordeste, no Sul e mesmo no Estado de São Paulo. É então muito importante antigas fortalezas e fortificações estarem efetivamente sendo aproveitadas dentro desse processo de reutilização e ressignificação. Desde que preservada a arquitetura externa, internamente é possível se reutilizar com uma série de equipamentos em

instaurações para se ter efetivamente uma renda e um aproveitamento empresarial. Nos temáticos artificiais se flexibiliza basicamente o tratamento dos temas e o aproveitamento do espaço com estrita observância da legislação. Por sustentabilidade devemos entender o desenvolvimento que satisfaz as nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas próprias necessidades no futuro. Trata-se, portanto, de uma perspectiva e um prazo mais longo que o usual ao tomarmos decisões hoje que envolvam a necessidade de uma política de gestão estratégica com o necessário planejamento integrado do *cluster* turístico. O conceito de sustentabilidade, então, claramente do meio ambiente, da população residente e os sistemas econômicos, estamos cansados de assistir neste país grandes empreendimentos na área do turismo que pouco beneficiam aquela população residente que nasceu e sempre viveu nos locais e ao longo deste litoral Norte do Estado de São Paulo. Temos inúmeros exemplos que demonstram que a população local não se inseriu no processo de desenvolvimento regional; não se inseriu no processo, não se engajou nesse planejamento e continua vivendo numa marginalidade social, por meio dos vários problemas de especulação imobiliária etc. O que é preciso então? É preciso realmente essa inserção social. Turismo deve sempre gerar emprego e trabalho. É a única forma efetiva de alavancarmos o desenvolvimento regional, senão aumentaremos ainda mais o nível de desemprego. O Deputado Paulo Julião tem conversado muito comigo, é uma das suas preocupações esse problema de geração de trabalho, geração de emprego ao longo de toda região, uma solução para um efeito substitutivo do turismo regional, concentrado em algumas áreas densamente povoadas – eu diria que, basicamente São Sebastião, Caraguatatuba, Guarujá, têm aquilo que conhecemos como turismo sedentário residencial; este é o turismo que não se renova, são sempre as mesmas pessoas que, tendo a sua segunda residência se deslocam para ela, ocupam-na durante algum tempo, não consomem no local porque trazem os carros abarrotados de compras feitas nas suas origens, são pessoas que têm a segunda residência, ocupam-na em épocas

de pico, de feriados, férias e o resto do ano ela fica fechada. Há casos dramáticos nesse litoral, como no Guarujá, onde o Fórum local, por meio de uma pesquisa pessoal que eu fiz, revela que estão indo a leilão mais de 10 a 15 imóveis por mês, por falta de pagamento de IPTU, portanto de imposto, e por falta de pagamento de despesas condominiais. Este é um drama que está ocorrendo com o desemprego, as pessoas tentam locar os seus imóveis para ter um rendimento extra e só o conseguem na alta temporada, assim mesmo por preços absurdos, para tentar fazer frente às despesas decorrentes durante todo o ano. Isso tem solução e não é novidade. Aconteceu em Torre Molinos, aconteceu em Miami na década de 70, uma superoferta imobiliária; então isso é possível de se imaginar, não o processo do *Time Shering*, que é um processo que entrou no Brasil desacreditado, mas um processo efetivo do *pool* imobiliário, no qual as pessoas colocam o seu imóvel nesse *pool* para atender efetivamente uma demanda reprimida que está em São Paulo e que não tem equipamentos hoteleiros ao longo de todo este litoral, pelo menos não tem aqueles equipamentos compatíveis com o perfil sócio-econômico dessa demanda. Temos, e o Guarujá é exemplo disso, hotéis de alto luxo, em áreas extremamente caras, que não competem ao lado de outras expressões como hotéis mais acessíveis mas que não atendem a essa demanda reprimida. É uma forma efetiva de se alavancar desenvolvimentos. Imagino que em todo esse litoral se esse sistema fosse admitido, fosse imaginado, pensado, planejado e calculado, teríamos alguma coisa como 100 mil leitos em oferta, com 50 mil unidades habitacionais. Isso, evidentemente, operado por um sistema de gestão com tradição hoteleira, dará um resultado importante e, acima de tudo, deverá gerar alguma coisa entre 35 mil empregos diretos e mais de 60 a 70 mil empregos indiretos. É uma das fórmulas que se pode imaginar. Temos conversado muito sobre esse assunto. Quero chamar atenção sobre o seguinte, que o turismo sustentável estimula uma compreensão dos impactos do turismo no ambiente natural, cultural e social, assegura uma distribuição justa de custos e benefício, gera empregos locais, tanto diretos no setor de turismo, como indiretos nos vários setores de suporte e de gestão de recursos,

estimula nichos de negócios lucrativos, hotéis e outras modalidades, como essa que acabei de colocar do turismo habitacional, injeta capital, dinheiro novo na economia local e regional, diversifica a economia local, toma decisões entre todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais, de forma que o turismo e outros usuários de recursos possam coexistir; estimula o desenvolvimento estratégico e logístico da própria intermodalidade de transportes regional e local, das comunicações e de outras infra-estruturas básicas da comunidade. Cria as facilidades de recreação e auxilia a cobrir custos com a restauração e a preservação de sítios arqueológicos e históricos culturais.

Chamaria atenção ainda para um aspecto importante, que é a política de planejamento e administração, como proposta essencial ao problema do mau uso de recursos naturais e humanos para o turismo. É uma abordagem que geralmente não é contra o crescimento, mas enfatiza que há limites para ele e que o turismo deve ser administrado dentro desses limites. Isso nos remete a um outro problema muito sério observado aqui no litoral Centro e Norte do Estado de São Paulo, que é a presença das ONGs, normalmente integradas por elementos do Ministério Público, por atores do meio ambiente, que são contra qualquer empreendimento turístico ao longo da faixa litorânea próxima à franja da praia. Aí é muito importante que o agente público, os prefeitos, os conselhos municipais de turismo e o Conselho Regional de Turismo, ao desenvolverem um plano integrado regional de turismo, tenham em mente a identificação correta dos agentes sociais e dos agentes institucionais da região. Normalmente se lembra da área de ensino, enfim, de todas as áreas, e se esquece do Ministério Público, do curador do meio ambiente, o que é comum neste país. Desenvolve-se um projeto e na hora de implantá-lo vem o curador do meio ambiente com problema ambiental etc., ou a ONG, pois é preciso trazer esse pessoal todo para uma mesa de discussão, de integração regional para que eles participem desde o início daquela idéia que está sendo elaborada. A preocupação da gestão de turismo sustentável não é apenas ambiental, mas é também econômica, social, cultural, política e administrativa de gestão. A

abordagem enfatiza a importância de satisfazer necessidades e aspirações humanas, o que implica uma preocupação notória com a igualdade e a justiça social. Todos os participantes desse processo precisam e devem ser consultados, porque eles é que tomam decisões na área do turismo e também precisam estar informados sobre as questões de desenvolvimento sustentável. Todo mundo então tem que estar nessa mesa de negociação, de integração, essa mesa de decisão: o promotor público, os vereadores, o prefeito, a comunidade, por meio das suas representações de classe, as faculdades, sejam elas de turismo, sejam de economia, sejam de administração, tudo isso leva à mesa de decisão e de discussão do problema regional. Há freqüentes conflitos de interesses sobre o uso de recursos, o que significa, na prática, que pode ser necessário abrir mão de determinadas vantagens competitivas, lucrativas e estabelecer compromissos a médio e a longo prazo.

Queria ainda colocar que no cenário nacional surgiu recentemente um avanço no sistema de parceria, em virtude da fragilidade do Estado na solução dos problemas sociais com responsabilidade e justiça, e pela escassez dos recursos, tanto do governo estadual, quanto do federal ou do municipal. O próprio governo federal vem conferindo uma certa importância à formação de organizações sociais, que é ainda um tema de farta discussão. É evidente que quando falo em organizações sociais imediatamente vocês pensam nas ONGs – há uma série de níveis em que elas se apresentam – , eu falo numa organização social evoluída, não evidentemente integrada por xiitas, que não querem sequer conversar, não têm a disposição de diálogo para o planejamento integrado e sustentável; simplesmente querem negar tudo a todos. Parte-se agora para o denominado “Terceiro Setor”, formado por essas organizações da Sociedade Civil que, em conjunto com o setor privado e com o Estado, vai pactuar um novo contrato social, com a redefinição de suas próprias responsabilidades.

Para concluir, gostaria de lembrar que na atual situação econômica e social se fará sentir seus drásticos efeitos até a primeira década do século 21, e o Fórum

foi organizado para ter esta visão. Mantendo-se inalteráveis todas as condições vigentes, proponho a adoção de uma gestão mista para os órgãos públicos de turismo. Estou me referindo às agências de desenvolvimento regional. Vocês têm vários exemplos na região de como funcionaram essas agências. O maior exemplo foi a Agência de Desenvolvimento de Cubatão, porque foi por meio da iniciativa privada, em conjunto com o Estado, que se solucionou um dos problemas mais graves do planeta; Cubatão era a cloaca do mundo, ou seja, a região mais poluída, e isso foi resolvido por meio de uma Agência de Desenvolvimento. Vocês terão à tarde uma exposição sobre a ADTP – Agência de Desenvolvimento Tietê/Paraná, que é outro exemplo expressivo de uma agência capaz de efetivamente promover o desenvolvimento. Sugiro então que esta região também tenha a sua agência de desenvolvimento regional, na qual o turismo também esteja regularmente inserido, por meio de um consórcio municipal de desenvolvimento turístico entre os municípios da região e que possa efetivamente se desenvolver.

Lembraria ainda, especialmente ao Deputado Paulo Julião, que lidera a comunidade regional, segunda-feira estaremos numa reunião na Universidade de São Paulo com o Paulo Augusto Viváqua, que é o Presidente da Fundação Centro/Leste, corredor Atlantis, que está definindo as mesas de gestão regional ambiental a partir também das mesas de integração em cada porto da América do Sul em função do Mercosul. É muito importante, gostaria de convidá-lo, Deputado, para esta reunião, passarei depois as coordenadas, mas vai ocorrer no Fundespa, na Universidade de São Paulo, onde se discutirá a primeira fase do planejamento exatamente dessa região do litoral Norte, que já está constituindo o primeiro grupo do qual temos a honra de integrar. É uma faixa que vem desde Vitória, Rio, até Santos; amanhã se discutirá, então, exatamente essa região, que já foi alvo de um planejamento excepcional na década de 70, sugiro inclusive ao Deputado Paulo Julião que requisite da Embratur uma cópia do “Projeto Turis”, que foi baseado no “Projeto Turis” da BR-101, no qual foi planejada cada praia deste litoral.

Evidentemente é um projeto que precisa ser reatualizado nos seus dados, mas é um projeto muito importante para alavancar o desenvolvimento desta região.

Creio ter dado a vocês, dentro do tempo que me foi concedido, uma contribuição para despertar o realizado turismo institucional público e privado, considerado o mais moderno e rentável modelo de gestão compartilhada hoje disponível no mundo. O processo e o conceito de *cluster* está sendo adotado e trabalhado pela Universidade de São Paulo, em conjunto com a Universidade de Cálvare e outras grandes universidades que estão aí desenvolvendo esse trabalho. Diria que a nova economia é basicamente estratégica. Planejar e administrar hoje, e amanhã fazer a ação, instaurar-se, é inspirar para a ação e fazê-la acontecer. Muito obrigado. (palmas)

SR. PAULO JULIÃO – O Prof. Mário Beni é um dos grandes especialistas na área de turismo. Com certeza ele tem muito mais a dar e a oferecer ao incremento do turismo e tenho certeza que é um parceiro para qualquer hora, para criar uma área, para ter como alguém, como companheiro. Obrigado pela sua presença aqui hoje.

SR. JARBAS – Lembrando àqueles que chegaram com pequeno atraso, que as perguntas deverão ser feitas por escrito, encaminhadas à mesa, podem ser feitas à medida que forem surgindo as dúvidas, pois serão todas respondidas sucintamente ao término dos três palestrantes. Com vocês agora para abordar o tema Hidrovia Tietê/Paraná, o Professor Wagner Ferreira, que é responsável pelo célebre estudo avançado de navegação. Ele hoje é coordenador do convênio da Univeste com a Universidade de Liège da Bélgica. Com vocês o Professor Wagner Ferreira.

SR. WAGNER FERREIRA – Bom-dia a todos, estou nessa reunião hoje convocado pelo Deputado Paulo Julião, porque quando o deputado convida uma

pessoa para uma reunião, ele convoca também acreditando nesse projeto que hoje ele coordena. A minha conversa com vocês está baseada em muitas ilustrações. Então, vou pedir para montar o retroprojetor que vai facilitar o entendimento do tema. Pode parecer estranho que em pleno litoral, uma pessoa venha falar em turismo no interior. Isso é bastante interessante até, porque são atividades complementares. Nunca se pode dizer que o turismo numa região exclui a outra. Esse turismo no interior, principalmente nos lagos que foram formados pelas represas de geração de energia, tem uma vocação muito grande de atender a um pessoal que nem sempre tem condições de se deslocar 700 quilômetros até o litoral. E, por outro lado, como vocês vão ver na exposição, é a primeira fase de um turismo interno, um turismo trabalhado de dentro do Estado para dentro do Estado. Além disso, é uma área de influência. Hoje se fala em blocos do Mercosul e todo turismo do Mercosul poderá se encaminhar para essa região em pouco tempo e com esse trabalho que vamos demonstrar. (pausa)

Chegando em São Paulo, eu contei da maravilha escondida que tinha por aqui, falei de Juquehy, Barra do Una, Maresias, essa coisa toda. E quando falei em Juquehy, alguém pensando que eu estava maluco naquela época, disse se eu não estaria confundindo com Juqueri, que era uma casa de loucos que tinha em São Paulo. Isso para ver num curto espaço de tempo – de 40 anos – , o que foi o desenvolvimento dessa região que era totalmente desconhecida da região metropolitana. Não passávamos de Guarujá e Bertioga. E agora, essa parte da Hidrovia Tietê/Paraná que vou discorrer tem muito a ver com esse passeio histórico, o primeiro que fiz nessa região, em 1958. A partir daí, uma série de planos foram sendo feitos, a região foi sendo ocupada e hoje o litoral Norte do Estado de São Paulo é o que conhecemos. A região em que estamos hoje aqui conversando, ela começa aqui em São Paulo, na região de Piracicaba e na região de Conchas no interior, vai pelo Rio Tietê até São Simão em Goiás, até Lua Vermelha em Minas e desce pelo Rio Paraná até Foz do Iguaçu. É uma região formada por uma sucessão de lagos que foram sendo construídos por meio de barragens para geração de

energia. Pouca gente sabe que hoje já é possível se fazer uma viagem de navio ou barco praticamente de Piracicaba até Foz do Iguaçu, uma distância de aproximadamente 2.500 quilômetros. (próxima transparência) Falando de uma coisa que é moderna, integração, globalização, e principalmente no que diz respeito a Mercosul e Cone Sul, vemos que essa região está completamente integrada, desde a região de Campinas, se estendendo até Piracicaba, até Buenos Aires, no Rio da Prata. Ainda com uma interrupção em Itaípu, que deverá ser estudo, já está sendo, de como será feita essa transposição, dependendo de estudos de mercado, de estudos econômicos que viabilizem uma transposição de Itaípu. (próxima) Essa região Tietê/Paraná pega o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás e Minas Gerais. Ela tem 76 milhões de hectares, significa 8,5% do território brasileiro, tem 206 municípios diretamente impactados, população diretamente ligada, 50 milhões de habitantes, 32% do total brasileiro, a renda *per capita* é a maior de toda América Latina; nessa parte de interior, 70% do consumo brasileiro é feito dentro dessa região, investimentos previstos até o ano 2008 chegam a 7 bilhões de reais e o potencial de investimento identificado em todos esses planos que estão sendo trabalhados vai a 30 milhões de dólares. Aqui um comparativo até 2010 da renda no Brasil e da renda da região de influência da hidrovia Tietê/Paraná. (próxima) Aqui temos um *zoom*, uma aproximação do que significam esses lagos em termos de turismo e de infra-estrutura já colocada. A Hidrovia Tietê/Paraná está colocada entre dois eixos principais de rodovias, que é a Bandeirantes, Anhangüera e Washington Luiz, e a Marechal Rondon a partir de Bauru. O que se coloca? Ela está nunca a mais do que 80 quilômetros dos maiores eixos rodoviários do país e da América do Sul. Todos eles com rodovias duplicadas e com rodovias e ferrovias cruzando o restante da área. Para se ter uma idéia da grandeza dessa região, desses lagos, basta dizer o seguinte: este lago de Três Irmãos, que começa aqui em Ilha Solteira, tem 132 quilômetros de comprimento, muito mais do que de Bertiooga a São Sebastião, e em alguns trechos chega a ter 17 quilômetros de largura. Isso mostra a grandeza dessa região que pouca gente conhece. Acredito

que aqui mesmo, neste núcleo que está começando, pouquíssimas pessoas sabem que existe isso no interior do Estado de São Paulo. (próxima) Outros aspectos industriais importantes da região: ela está inserida nesse domínio de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba e Marília. Aqui dentro desta região, existem 3 universidades estaduais, o maior número de universidades privadas, o maior número de centros de tecnologia instalados. Temos São Carlos, Piracicaba, Bauru, então, essa é uma região que tem toda a infra-estrutura necessária para o apanho de um projeto ISO. Além disso, dentro desse eixo ao longo do rio, está instalada a maior área de (...) da América do Sul. (próxima) Já foram identificados, num trabalho feito ainda à época da Cesp, os grandes centros de negócios dessa região. Não é preciso nem repetir que vai de Campinas a São José do Rio Preto, Araçatuba, Sorocaba. Aqui estão instalados os maiores centros de negócios do Estado de São Paulo, só comparáveis com a região que vai de Jacareí até Taubaté no Vale do Paraíba, e são regiões que se integram. Então, o que é importante nessa hora em que conseguimos mostrar onde está inserida essa região e o que ela representa em termos de turismo e em termos de integração com o Cone Sul do Mercosul? Em primeiro lugar, temos uma alternativa de turismo interno. A primeira vez que trabalhei nessa região da Hidrovia Tietê/Paraná foi a pedido do governador Franco Montoro, em 1985, que queria criar uma alternativa de turismo para esse povo todo que tem uma distância razoável do litoral, e o Montoro dizia que tem um mar no interior à disposição. Ali existiam, com certeza, mais pessoas e mais tempo para turismo perto de casa, para aqueles que não tinham condições de se deslocar tão longe como seria a chegada até aqui. Uma outra coisa que imediatamente se criou para estudar a região foi um consórcio intermunicipal Tietê/Paraná, no qual chegamos a agregar 78 municípios até 1993. Esse consórcio teve como base um plano de desenvolvimento regional, sem o qual não existe plano de turismo nenhum que resista. E tínhamos coisas curiosas. Em reuniões com prefeitos, o prefeito de uma determinada cidade dizia assim: “Professor, eu queria que o senhor me ajudasse a trazer um porto para minha cidade.” Então nós perguntamos: “Por que o

senhor quer um porto?” “É porque Pederneiras vai ter um.” Eles não tinham a mínima idéia de qual era a vocação da cidade dele, qual era o potencial da cidade em relação ao todo que se planejava. A partir de constatações como essas, chegamos a elaborar, em colaboração com o Cepam, a primeira fase de projeto de desenvolvimento regional, que era o projeto Calha, e hoje se está estudando uma maneira de retomá-lo. Uma outra coisa importante é que essas cidades todas, elas não tinham um plano de desenvolvimento turístico, pelo desconhecimento até das próprias populações próximas do que poderia acontecer se esses lagos fossem efetivamente explorados como todo mundo. A partir desses estudos iniciais, dessa área que foi mostrada, criamos, inclusive, uma faculdade de navegação interior em Jaú, que deveria, entre outras coisas, trabalhar esse aspecto do planejamento regional, incluindo o turismo. Hoje, estamos criando em Piracicaba, um Centro de Estudos Avançados de Navegação Interior, logística e intermodalidade. Dentro de todo esse estudo, a Unimet, na qual está sendo montado esse estudo em colaboração com a Universidade Liège na Bélgica, a Memphis State University, do Estado de Memphis nos Estados Unidos, e a Lousane State, em New Orleans, estamos fazendo um trabalho integrado de turismo, nos lagos de turismo no interior. Depois vou mostrar o porquê dessa relação do turismo do nosso interior com o turismo que estamos trabalhando com essas universidades americanas e com a Bélgica. Ontem, na abertura, o Virgílio falou muito claramente o que é um produto turístico e como se vende um produto turístico. Então, dentro dessa hidrovia, a questão de 4 anos, sobrevoando com professores alemães e belgas exatamente esse lago que falei que tem 132 km, eles perguntavam: “Onde estão os navios? Onde está o turismo? Onde estão os barcos? Vocês se dizem subdesenvolvidos porque querem. Jogam tudo isso fora. Um lago dessa magnitude e não se vê nada. Não se vê um barco, absolutamente nada.” Tudo por falta de um plano maior de desenvolvimento. Então, começamos desde a época do Montoro a fazer algumas viagens pelo mundo, fizemos um primeiro convênio de cooperação tecnológica com a (...), que desenvolveu nos lagos do Mississipi e Tennessee um projeto fantástico

de turismo fluvial do qual vou tentar mostrar uma parte e é onde estamos tentando chegar hoje no projeto desenvolvido junto com a iniciativa privada. A minha empresa, Figueiredo Ferraz, está trabalhando esse projeto, juntamente com empresas de ônibus da região, Fotoban, com as concessionárias de rodovias e com grandes grupos de empreiteiras, para transformação dessa parte do Tietê/Paraná num grande projeto de turismo interior, servindo de exemplo para todo o Mercosul. Então, aqui temos o exemplo de uma marina fluvial, nos Estados Unidos, num grupo que está conosco nesse projeto para desenvolver essa parte no interior de São Paulo, Mato Grosso, e que vai até Foz do Iguaçu. Isto aqui é uma marina no Estado do Tennessee, na divisa com o Mississippi. É de um grupo, a Westreck, que faz hoje um trabalho conjunto conosco de exploração dessa parte do Rio Tietê/Paraná. Então, vemos aqui a quantidade de barcos que existem. Isso é navegação interior, isso é turismo fluvial, não é Miami, e só nessa região tem perto de 600 mil barcos e todas essas condições de apoio. Estou mostrando isso para chegar ao projeto que estamos desenvolvendo para hidrovias, que é muito calcado nesta área. (próxima) Essa mesma marina que vocês viram na paisagem anterior, já está construindo um hotel junto a esse complexo. Então, o que acontece? A marina começa pequena, ela é modulada, e à medida que a demanda vai aumentando, ela também vai ampliando. E hoje, está transformando isso aqui num grande complexo turístico, já com a inserção desse hotel naquela paisagem que vocês viram na figura anterior. Isto aqui é só uma parte, e quem entende de marina sabe que é a parte de manutenção dos barcos, porque é só isso que se faz, os barcos ficam todos na água, até por uma questão de proteção ambiental e de não-impermeabilização das margens. Então, todo sistema de barcos é feito na água. Aqui foi feito porque tinha três maneiras de se colocar um barco na água, um (...), uma empilhadeira com negativo e ainda uma terceira parte que é a rampa. Isso é só ilustrativo. (próxima) Isso aqui é tipicamente uma marina de rio, que é acoplada a um hotel. Então, nos deparamos outra vez com o problema que acabei de falar. A margem é sempre livre e sempre está verde. Tem um projeto de paisagismo que não atinge a margem.

Então, todo sistema é feito por passarelas sobre a água, onde ficam os barcos, as oficinas de uma primeira manutenção. E coisa importantíssima, essa parte que, se chegarmos um pouco mais ao desenho, vamos ver que é o abastecimento dos barcos que é feito aqui por bombas de gasolina, que servem tanto para o pessoal da marina, como para quem vem de longe, que aporta aí. Hoje, ainda temos um problema que se está enfrentando no Tietê/Paraná: “aí não pode pôr a bomba de gasolina, aí não pode fazer não sei o quê; a estrutura da marina tem que estar a 200 metros da margem” – e uma série de barbaridades que emperram o desenvolvimento desse turismo. Vocês sabem muito melhor do que eu essas coisas, como elas vêm acontecendo. Então, como é que você vai fazer uma marina, se o cara tem que carregar um galão de gasolina até o barco, porque não pode pôr a bomba em cima da água, que vai poluir, vai matar os peixes, um monte de besteiras que precisam imediatamente ser revistas e consertadas, ou não iremos conseguir desenvolver o turismo fluvial. Uma outra coisa importantíssima, temos levado esses projetos ao exterior, principalmente aos Estados Unidos e Bélgica, nos quais temos parceiros em potencial. O próprio Cláudio Amaral, que está aqui entre nós, sabe, inclusive, das instituições com as quais estamos mexendo. Quando se leva um projeto desses, a primeira pergunta é a seguinte: qual é a legislação ambiental? O que é que posso fazer e o que não posso? Aí você olha para a cara da pessoa e diz: “é, pois é...”, e coça a cabeça e tenta explicar para ele por que a instalação de uma marina de rio tem que estar a 200 m da margem. São coisas que são feitas para emperrar o turismo e nisso eu vou contar e sempre contei com a ajuda de pessoal como o Virgílio, que enxerga longe e tem cabeça para ajudar a resolver esse tipo de problema. Porque senão, vamos continuar patinando e vamos dizer temos o lugar mais bonito do mundo e o cara nos responde: “E daí?” Isso vem acontecendo freqüentemente. Uma outra coisa: esse nosso grupo da Unimet está estudando junto com a iniciativa privada, Figueiredo Ferraz, Odebrecht, inclusive, que é um modelo de desenvolvimento econômico nessa região. Porque não adianta nada você dizer para o camarada que você está numa região entre os dois maiores

eixos rodoviários da América do Sul, que a renda *per capita* é 7 mil dólares e por aí afora, se ele não sabe que até hoje não foi feito na região da hidrovia um plano econômico, um plano que diga o potencial de desenvolvimento econômico da região. Então, o que é que os investidores vão perguntar: “Onde devo investir? Por que devo investir nesse lugar? Qual é a minha expectativa de retorno? Qual é a legislação sobre isso?” Nada disso tem resposta e nunca teve resposta. E esse nosso grupo hoje, nesse Centro de Estudos Avançados de Navegação, está tentando obter respostas num grupo formado pela iniciativa privada, para que o investidor também tenha certeza do que ele vai fazer e onde vai investir. (próxima)

Esse aqui é aquele mesmo hotel daquela marina que mostrei antes. Então, a margem fica toda preservada e a estrutura de marina fica toda sobre a água. É turismo social. Isso aqui é algo que no Brasil é mistério. A mesma coisa que, em 1958, falar de Juquehy em São Paulo, é você falar em *houseboat*, dentro de uma estrutura de lagos que temos de Piracicaba até Foz do Iguaçu. Isso aqui é um dos lagos do Tennessee, perto de (...). Eles têm, aproximadamente, 500 mil *houseboats* para venda, aluguel, seja lá o que for. Então, o camarada, nas férias, como nós costumamos aqui alugar um apartamento, alugar uma casa, ele aluga um barco desses, que é a própria casa, pelo preço de um apartamento, e ele pode ir do Canadá até o Golfo do México numa viagem dessas. Depois, ele devolve, deixa o barco no destino e existe um sistema de transporte para levar o camarada de volta até a origem. Estamos também estudando com um grupo de São José do Rio Preto, a criação de sistema de *houseboats*, para desenvolver esse turismo. Isso aqui é a capa de uma revista de *houseboats*, só de assuntos sobre *houseboats* existem 26 publicações nos Estados Unidos. Isso é só para um efeito comparativo de algo que estamos jogando fora. Como disse o alemão: vocês têm um lago desse tamanho e não fizeram nada. E depois dizem que são subdesenvolvidos. Ainda temos de ouvir isso. Estamos trabalhando na região de São José do Rio Preto, é uma pena que não há muita definição. Isso aqui é uma barragem em Promissão. Se houvesse um pouco menos de luz, talvez a gente enxergasse melhor a grandeza de cada lago

desses. Esse é um lago pequeno, tem só 80 km de uma barragem a outra, completamente vazio, não há nada, absolutamente nada. Para quem vai investir, é aquele que diz: “estou chegando agora.” (próxima) Esta é uma região perto de São José do Rio Preto, na qual já estamos, nesta área aqui, construindo um navio para 300 passageiros, um terminal de passageiros, uma marina, um hotel e um restaurante flutuante. Isso aqui é a ponte de ligação de Araçatuba para São José do Rio Preto. (próxima) Essa é a área antes do projeto que está sendo executado agora. Isso é uma primeira montagem do navio e do terminal de passageiros que vai sair para uma viagem por duas eclusas. E uma outra coisa importante, a simples operação de uma eclusa é um atrativo turístico. existem pessoas que se deslocam 300 km até Barra Bonita, eu já vi lá automóveis do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Paraná, só por causa de uma eclusa. Em compensação eu vejo pessoal de São José do Rio Preto passando férias em Porto Belo e Santa Catarina. (próxima) Esse é um detalhe da estação de passageiros, e esse é um detalhe do barco em construção, desse navio que está sendo feito para essa viagem de turismo, que deverá começar em março do ano que vem. Se vamos falar de turismo na hidrovia, do histórico disso, teríamos de ficar um dia inteiro, cada tema desses que estão sendo apresentados hoje seriam, evidentemente, temas para um seminário de um dia inteiro. Então, numa rápida pincelada, é isso que estou tentando passar para vocês, como se está trabalhando o turismo fluvial dentro dessa concepção da região da hidrovia Tietê/Paraná. Estamos à disposição, por meio do Deputado Paulo Julião, para qualquer informação (.....) (falha na fita)

SR. VIRGILIO CARVALHO – Há um compromisso pessoal do Deputado Paulo Julião e do Deputado Nabi Abi Chedid de criarem (...) a Semana do Turismo, e que nós, do projeto Paulo Julião, mas com o compromisso maior deles e quero que fique entre nós, é realmente estabelecer o valor de marketing do turismo brasileiro nos anos 80 em 4 milhões de reais, para a comercialização do produto turístico de São Paulo, para que possamos, efetivamente, não mais muitas vezes

com o chapéu nas mãos, nos cooperados com os municípios e com os produtos turísticos do Estado de São Paulo, tentando fazer o que vimos fazendo, com os *workshops*, com os lançamentos de destino e assim por diante. A colocação clara de regionalização, para nós representa a sistematização do desenvolvimento turístico. Primeiro que nós acreditamos que o único amador que deu certo não foi na área de turismo, foi na área bancária, e fez o maior banco particular do país. O profissionalismo cada vez mais deverá representar essa área. Não temos mais espaço para pessoas que apenas tenham relação familiar para serem dirigentes de turismo, que tenham a relação partidária para serem dirigentes de turismo. Turismo é coisa séria, é capaz de gerar um emprego a cada 15 mil reais, a partir de 15 mil reais. Em média, nos 9 milhões que vão ser investidos pela iniciativa privada no Estado de São Paulo, nos próximos três anos, o custo médio do emprego é de 25 mil reais. Ou seja, com o que custa um emprego na área de petroquímica, poderíamos gerar no turismo aproximadamente 500 novos empregos e com as pessoas que vivem no lugar, fazendo com que as pessoas ficassem fixadas à sua terra; vamos por realidades que podem gerar. Nessa visão de regionalização, ele é um caminho, é um elevador de duas mãos. Temos a regionalização a partir dos produtos, dos destinos que podem ser municípios ou apenas alguma região de um município, aquele centro em nível da região de destino, uma região como o litoral. Há muito tempo aprendi com o Secretário Marcos que não temos um litoral dividido em três, temos o litoral Paulista, um grande litoral de 610 km, que não é nem Norte, nem Centro, nem Sul, é o litoral e representa um produto de atração àqueles que gostam do contato com o litoral de água salgada, e temos um litoral interno, chamado o maior mar, que é o Tietê/Paraná, e não sei ainda, e acho que os psicólogos afins ou os psicólogos ligados à área do turismo poderiam nos explicar por que temos vergonha de desenvolver o nosso mar interno. Esse mar interno pode estar ligado a outros segmentos de discussão que não o do turismo, e como vimos pelo Wagner, ele representa realmente um eixo de desenvolvimento, este eixo teve o seu lançamento no governo do Professor André Franco Montoro, e daí

com dificuldades atrás de dificuldades, vem procurando caminhar. Hoje, graças a abnegados como o Wagner, temos conseguido com o Sebrae, com a Secretaria e com os municípios de Barra Bonita e outros municípios, para que pudéssemos fazer os primeiros cruzeiros de águas paulistas. Os cruzeiros paulistas, saindo de Barra Bonita até Ibitinga. Conseguimos desenvolver um trabalho integrado no rio e paralelo ao rio, na região de Santana do Parnaíba e de Itu, onde se faz um outro espaço de utilização do rio, de espaço ainda difícil, porque ali o rio se mescla com dificuldades de poluição. Temos também o principal roteiro já estabelecido, que vai de Piracicaba a Santa Maria – inclusive, abnegados de Piracicaba, o principal agente de viagem da cidade, da Torres Turismo, já foi coordenador, já foi presidente do Conselho Municipal de Turismo – , que é um roteiro de dois dias que vai a Barra Bonita, você vai de barco e volta de ônibus, e já passa a utilizar parte desse rio. E outro aspecto importante, o professor Mário (...) me colocava aqui particular, que o rio ficou fechado. Ficou por uma desorientação, porque quando foi feita a privatização do volume de água, as eclusas foram paradas justamente no período de férias, quando elas seriam mais bem utilizadas pelo turismo, só reabrindo em abril. Mas reabrimos com uma força muito maior, ou seja, inaugurando um navio maior, de 500 lugares, que faz com que pessoas de todo Brasil venham a Barra Bonita e venham ao Estado de São Paulo, para conhecê-lo. Nessa filosofia de crescimento do produto, o que é importante são os produtos, ou seja, os hotéis e os atrativos, com os equipamentos que podem ir se juntando ao município, ou a uma região de um município, criando um destino, em seguida a região homogênea, geográfica de um Estado, para que como o litoral do Estado de São Paulo possam ser vendidos de uma maneira clara. Não possam ser vendidos. Temos que nos colocar sempre, aqueles que dirigem o turismo nos municípios, nos hotéis, no papel do consumidor, nós somos iguaizinhos àqueles outros consumidores. Precisamos saber o que vamos fazer, quanto vamos gastar, e por quanto tempo devemos estar lá. Evoluindo isso, todo trabalho que vem sendo feito pela Secretaria, cada vez mais descentralizada, feito pela Delegacia Regional de Turismo, que muitas vezes – eu

cheguei há um ano e meio na Secretaria – recebia críticas de que eram pessoas indicadas. Hoje elas são pessoas que estão à disposição da comunidade e de tal maneira transparente que se elas não trabalharem, os deputados que os indicaram, ou as forças políticas que trabalharam para que fossem delegados, terão a mesma força de retirarem essas pessoas. Mas, por sorte, desde que chegamos, distribuído o trabalho e valorizando esses profissionais, conseguimos que desenvolvessem trabalhos muito objetivos. Exemplo claro, quero citar a Delegacia de São José dos Campos, à qual essa parte do litoral Paulista está ligada, o Paulo de Tarso, junto com o Cone Leste, tem desenvolvido esse trabalho regional, e a partir de segunda-feira, integrado à Embratur, qualquer equipamento turístico dessa região, do Cone Leste, poderá registrar agências, registrar hotéis, ter informações da Embratur, a partir da Delegacia da Secretaria em São José dos Campos, com o apoio do Cone Leste, do Ramon Turon, que está entre nós, tomando um café. Acima disso, a própria Secretaria, tendo a visão estadual de desenvolvimento do turismo, e acima da Secretaria, desse movimento integrado, a CDI Sudeste (?) que une os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, fazendo um trabalho harmônico da importância do turismo em nossa região. Só para que vocês tenham alguns números do que é a CDI Sudeste, a própria Embratur acordou com uma correspondência que mandamos há 15 dias, quando colocamos que só esta região é responsável por 72% do consumo do turismo no Brasil. Esses números apurados pelos embarques e desembarques. E a responsável pela oferta de 64% dos atrativos brasileiros. E é o principal portão de entrada do Brasil, já que São Paulo, por si, já é o principal portão, afinal recebemos via cidade – só via cidade de São Paulo, os aeroportos de Congonhas, Barra Bonita e Campo de Marte – , no ano passado, 14 milhões de embarques e desembarques. Então, quando recebemos ou comparamos números, temos que tomar cuidado, porque às vezes os nossos professores nos levam a analisar mal isso. Tanto quanto a importância da Espanha, com 40 milhões de turistas, se tivéssemos os vizinhos que eles têm, teríamos os mesmos 40. Mas, se pegarmos o mapa da Europa e colocarmos em cima do mapa

do Brasil, vamos ver que os 36 milhões de brasileiros que viajaram pelo Brasil, são os mesmos, o mesmo número que a Espanha recebeu. Com a diferença que o dinheiro é todo brasileiro, ele não saiu nem entraram novos recursos, ele circulou internamente. Mas, esses números, temos que refletir, até quando a Bahia nos fala em 2 milhões de turistas recebidos o ano passado, isso não passa de um fim de semana ensolarado na região metropolitana de São Paulo. Cumprimos a tarefa de pôr 2 milhões de pessoas viajando, infelizmente, muitas vezes até levando café da manhã e a cerveja que vão tomar naquele lugar. Mas é dinheiro circulando dentro do próprio Estado. Este conceito de regionalização, eu vou passar o mapa que mostra um pouco do que nós imaginamos dessa regionalização, é essa carreira de ida, saindo dos produtos, dos locais de destino dentro de um município, da região homogênea, do Estado. E da descida nessa irrigação que cada vez mais acontecerá. No aspecto de comercialização, a revolução vem agora. Até bem pouco tempo, todo material feito na divulgação do turismo, porque tivemos uma grande experiência no passado, que foi quando o Secretário era um senador, ele fez um folheto para cada município. Isso eu não esqueço, foi tarefa do meu professor, na época o professor Mário Beni, eu tive que levantar toda região de Piracicaba. E já naquela época, quase todos os municípios de São Paulo tinham folhetos correspondentes aos seus municípios. Hoje não. Hoje temos que caminhar para soluções e hoje muito contente recebi uma, chama Turismo Integrado, ou seja, Região Metropolitana da Baixada Santista, fazendo um trabalho claro com informações ainda institucionais de cada município, mas já dando informações que como eu, que não vivo na Região Metropolitana, posso vir aqui para conhecer a cidade A, B, ou C, a exemplo do que fizemos também em conjunto com os municípios do litoral, o ano passado, na Argentina, quando foi lançado o Guia do litoral Paulista, feito pela Secretaria, com muitas críticas – quero que elas continuem existindo, e que sejam feitas cada vez mais, pelo nosso site agora, pois há democratização da informação e o acesso ao visual do turismo no Estado de São Paulo será feito pela energia local. Todo município que puder acrescentar

informações à sua página, acrescentar informações ao site da Secretaria terá mais visibilidade do que aqueles que ficarem falando de nós para nós mesmos. Queremos é mais gente nesse jogo do turismo. Esse aqui é um exemplo claro, pena que só recebi um, mas acho que o representante do Sindicato de Hotéis, e diretor proprietário do Hotel Casa Branca de Santos terá um para cada um, afinal todos nós somos consumidores do nosso produto, devemos ter cada vez mais isso em nós. Então, esse trabalho de articulação será cada vez mais feito pela Secretaria, cada vez mais fazendo com que a regionalização traga as pessoas não para ficarem sentadas nas portas dos hotéis, tomando água como nas estâncias hidrominerais, e se vocês forem às estâncias vão ver que esse perfil mudou muito, mudou de tal maneira que Socorro que era uma estância hidromineral, é hoje o 3º destino de turismo de natureza no Estado de São Paulo. Toda essa mudança de perfil se fez porque a comunidade, um conselho municipal de turismo atuante com micros e pequenos empresários, soube revocacionar a cidade. Não está perdendo o público da melhor idade, mas estão indo buscar os seus netos para que com eles venham, que eles possam continuar tomando os banhos, possam aproveitar desse perfil passado e presente, sou uma pessoa que vou aos banhos todos os dias, mantenho os meus 72 anos com a água sulfurosa de Águas de São Pedro e é isso que me faz ver este mercado da reengenharia das estâncias, faz com que possamos continuar. O Jarbas, eu falei para ele, ele tem um problema de pedra no rim e diz que não opera, primeiro para nos contar que sempre continua com a pedra, senão perderia o assunto, e depois ele não pode ir porque sempre tem uma reunião no dia em que vai fazer a cirurgia. Eu não, eu me mantenho em forma com as águas de Águas de São Pedro e a cada três meses o litoral do Estado de São Paulo. Essa visão de reformatação é importante, às vezes vamos apontando sempre no mesmo lugar, insistindo desnecessariamente, mas cada vez mais devemos ir buscar toda segmentação. A regionalização do turismo também passa por um corte transversal que possa, aos poucos, colocar no jogo do consumo do turismo toda a pirâmide etária, econômica, de atrativos e assim por diante. Não podemos ser mais apenas

um lugar em que vou à praia para curtir o sol. Esse perfil passivo do turista não existe mais. Ele cada vez mais busca o seu entretenimento e por isso o crescimento dos parques temáticos é identificado nessa oferta técnica como o grande potencial de desenvolvimento, mesmo fugindo à busca da natureza, a busca primeira, porque há o entretenimento, eu tenho o envolvimento e eu consigo realmente, quando vou a um parque, esquecer a jaula dourada em que vivo na capital, como caipira da capital. Esse corte, cada vez mais os agentes de comercialização com o turismo estarão envolvidos, os agentes como operadores, informando o produto; os agentes de viagens, que vendem o produto, na participação nos eventos nacionais e internacionais, como os que a Secretaria vem fazendo, os *workshops*, dentro do mercado de São Paulo, para São Paulo mesmo, São José, Campinas, Santos, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, agora as capitais que emitem para São Paulo contatos com os agentes e dentro do Estado de São Paulo, utilizando o maior instrumento que consideramos de comercialização que são os agentes de viagem, principalmente liderados pelo Rochinha, que é o José Rocha da Fiesp, que tem ajudado muito na venda do produto em São Paulo. Outra corrida em que nós estamos agora contra o tempo e da qual temos que participar. Um dia desses tive uma reunião no Passaporte Brasil, quero sugerir o passaporte, mas não só o passaporte, temos entre nós o “Leva eu”, ainda tem ou não? Há o Viaja Brasil, estou falando de *sites*, o Viaja Brasil tem um sentido de irrigação importante, mas quero falar dos sites que já estão aí, o Passaporte, o Leva eu, a Rede Pan, que é o maior instrumento hoje de acesso a agentes de viagem, de facilitação deles, mas cada vez mais eu queria que vocês anotassem o www7st.comset.gov.br, que é o site da Secretaria de Turismo. Porque no passado ficava assim: fala que eu me engano e você também. Então a Secretaria ficava comprometida em fazer e os municípios ficavam esperando que ela fizesse. Compete mesmo à Secretaria, a energia local vai fazer com que eu crie os produtos formados e a comercialização regional e estadual possa ser feita. Então, aqui há a interação. Quando cheguei à Secretaria, tinha uma fila de 100 municípios que queriam que a Secretaria fizesse uma

pesquisa e o planejamento municipal. Imaginem o tempo que esses municípios ficariam parados esperando. Fomos às universidades, elas têm todo ano que decidir o seu trabalho de formatura, dos quartanistas, distribuimos isso que rapidamente foi feito. E aí foi feito dentro da faculdade e ficava dentro da DPP. Agora não. A partir de sexta-feira, isso estará exposto, o município de cada um, os atrativos com as informações serão feitos Intranet, atualizando essas informações. Além de que o site (falha na mudança de lado da fita) automaticamente lincado para em cima da primeira informação, aqueles que querem viajar pelo Estado de São Paulo. Esse instrumento será usado por agentes de viagens, consumidores e principalmente a ação local de cada município, de cada produto. Porque se um determinado hotel ainda não está na relação dos produtos do município, ele entra em contato com o site do município, que vai estar indicado com o seu e-mail, e vai atualizar. Porque turismo é negócio de mão dupla. Todo princípio turístico é o deslocamento por mais de 24 horas de quem sai do seu local de origem e volta a esse local conhecendo novos lugares. Então, também, o turismo, na organização sistêmica dele, tem que ser um canal de duas mãos. E cada vez mais o turismo acontecerá numa região de um município, numa região homogênea, à medida que a energia local queira. Porque de repente, podemos, como foi bom dizer, ter durante anos uma região que tinha toda condição turística, mas não queria receber ninguém de fora, ou não recebia, por exemplo, ninguém durante os seus 5 primeiros anos que tivessem filhos, crianças abaixo de 10 anos. São coisas que são definidas pelo mercado ou por aqueles que querem ou não receber pessoas. Quanto à regionalização, queria só passar rápido aqui o mapa do que já está sendo feito pela área cultural, esse é só como referência, porque vou mostrar um outro que já é o folheto da regionalização de turismo que não consegui imprimir para transcrever a transparência a tempo. Isso foi até o resultado da regionalização. Aqui temos as 12 regiões, só no aspecto cultural. Esse é o material que vai sair agora, sobre o que fazer com o aspecto de cultura popular, na área de manifestações artísticas de cada região e fazer com que aquilo tudo que temos como cultura seja usado no turismo.

Penso o Estado de São Paulo como um todo e, diferente das visões locais, quero a visão regional e estadual. Todos os assuntos que já são tratados e todas as manifestações, para que tenham, inclusive, os horários e os locais. Porque não sei em que momento posso participar de uma Reizada, de uma Congada, no aspecto de utilização da cultura popular como atrativo e como produto turístico. Porque nesse mesmo lugar que vou assistir uma Congada eu posso ter uma comida típica, eu posso ter a tematização desse local. Isso é importante, porque aqui, não só no litoral, mas em todo o Estado de São Paulo, cada vez mais penso que viajo para me divertir, para ter entretenimento, e para conhecer as manifestações autênticas daquela região. As pessoas, aprendi com o Professor Mário Beni, viajam pela autenticidade da cultura, parentesco da história, e a diversidade da geografia. Então, esses princípios básicos não podem ser esquecidos, quando defino o produto turístico. Concluindo, na reunião (...) depois eu circulo para vocês aqui, aqui já há os 14 roteiros básicos do Estado de São Paulo, roteiros homogêneos e também com informação de cada região e o detalhamento das informações de cada município, aqueles que vão caminhar dentro do oceano interno das festas de peão, das festas religiosas, do litoral e assim por diante. Então, com isso tudo, contemplado com o produto autêntico, pela cultura, pelo manifesto da história e pela diversidade da geografia, foram marcados os compêndios a serem desenvolvidos. Tudo isso é feito agora, *on line*, Intranet, com a participação de cada município, de cada hotel, se não estiver, fica fora. Acabou o paternalismo do governo, acabou a ação do manda quem pode e obedece quem tem juízo. Eu como imigrante português, meus pais sempre disseram isso, eu fui ajuizado, mas agora o turismo não tem mais lugar para “sim, senhor”, “não senhor”, tem lugar, sim, para quem numa visão comercial puder avançar, vendendo o que é seu com autenticidade. Se não, ficará esperando o dia em que o cliente se lembre se do seu hotel, do seu restaurante, ou que o seu destino turístico está à disposição. Queria mostrar também rapidamente um vídeo do Estado de São Paulo e depois vou ficar à disposição de perguntas, para que não se fuja do horário. Porque turismo é coisa

que está voltada ao horário, pois podemos perder o trem se não chegarmos no horário. Então, não percam o trem, não percam o avião e aprendam que turismo é bom negócio se com qualidade e com profissionalismo. Lembrando mais uma vez que o único amador que deu certo, foi na área de banco e já não está entre nós. Precisamos fazer com profissionalismo.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. PAULO JULIÃO – Depois dessa palestra, precisamos refletir bastante sobre o quanto temos que fazer em termos de qualquer região aqui representada. Aí você falou em Aparecida, não sei se entendi mal, mas gostaria de fazer um registro, um reparo. Se não me engano, ouvi que um milhão de pessoas por ano comemora a festa. Mas Aparecida recebe por ano 7 milhões e 800 mil pessoas – é a previsão para este ano. E aproveitando, falando em Aparecida, falar que Guaratinguetá também está aqui representada e está entrando com um projeto na Assembléia Legislativa para ser instância religiosa, na medida em que Guará terá o primeiro Santo brasileiro que foi beatificado, que é o Frei Galvão, e quis o destino até que Guará seja uma cidade conurbada com Aparecida, o que nessa linha de turismo religioso você mata dois coelhos com uma cajadada só. Vai-se às duas cidades muito raramente. Quem tem muito pecado tem que ir às duas. Então, será feito esse trabalho lá.

Muito obrigado.

SR. JARBAS – Já que estamos dentro do horário, vamos agora solicitar ao Dr. Mário Beni que responda as perguntas que lhe foram endereçadas. Para economia de tempo, em vez de eu formular e ele fazer a resposta, ele já sintetiza a pergunta e já dá a resposta. Assim fica muito mais prático.

SR. MÁRIO BENI – Queria rapidamente registrar a satisfação em estar aqui. Na verdade já foi diretor da Embratur, hoje é coordenador-geral de turismo de São

Paulo, e é ainda um consultor destacadíssimo da área. Queria cumprimentar rapidamente o Wagner Ferreira pela sua apresentação, conheço bem essa área do Tietê e de Piracicaba no estudo específico da área, nas margens do Tietê naquela região, desenvolvendo alguns empreendimentos turísticos. Pergunta se tenho conhecimento da (...) José Góes (...) da Universidade (...), o Sr. Ermírio (...) da Universidade de Turim, e o Professor Alberto Sessa, da Universidade de Roma, temos trocado correspondências, há um convênio e realmente é um exemplo muito destacado da Europa, (...) atuais que era da região Norte da Espanha, Barcelona, que com os municípios, os consórcios municipais de turismo. Uma outra pergunta. Acho que a grande virtude de TN e TNP, foi exatamente nesse processo de conscientização e da psicologia da hospitalidade, mesmo porque trabalha muito no país pelas características do roteiro nacional. Então, é fundamental que se tenha no *cluster* da região imobiliárias, porque o processo não é fácil, é complexo, depende de aspectos jurídicos muito importantes. É preciso ter uma cessão da permissão de uso para integrar o *pool*, e a permissão de uso é dada pelo proprietário do imóvel e ele precisa evidentemente convencer e registrar por meio da convenção de condomínio que o seu imóvel entrará no *pool*. Isso quer dizer o seguinte: vamos converter apartamentos ou edifícios de apartamentos residenciais, em última análise, num *flat*. E entende que é preciso a concordância dos demais para que este edifício de apartamentos residenciais ingresse no *pool*, e é publicada a parte jurídica. A parte econômico financeira que é a mais difícil também já está equacionada. Para que tenham idéia, rapidamente, um apartamento de 80 m², vamos partir desse padrão, com duas unidades habitacionais, tem, no caso específico do Guarujá, é preciso estudar para cada realidade, ele tem um gasto fixo em torno de 6.500 reais por ano de IPTU e despesas condominiais. Se ele colocar o imóvel no *pool* – e veja que em 10 anos ele praticamente gastou aquilo que seria o valor do apartamento e ele não o vende por 60 mil reais. Então, a idéia é que ele o coloque no *pool* e tenha uma rentabilidade em torno de 9.500 a 10.000 reais, o que lhe dá, evidentemente, um ganho de 4.000 reais. É um primeiro esboço que se

chegou de rentabilidade. Ainda há problemas de ordem jurídica como esse de permissão de uso. Então, isso tudo são idéias que precisam ser debatidas fundamentalmente com os empresários, para que eles possam efetivamente viabilizar aquilo que, eu não tenho dúvida, seria uma mudança do eixo econômico em alguns municípios, gerando emprego, renda e trabalho nesses municípios, alavancando-os para o desenvolvimento.

Acho que eram essas as perguntas que tinha a responder.

SR. JARBAS – Está bom. Qualquer outra coisa, o Professor Mário Beni estará dando a honra da sua presença durante o dia.

SR. – Na minha opinião, o maior obstáculo no desenvolvimento do turismo no litoral Norte é a questão do tratamento de esgoto, o saneamento é uma falha. Gostaria de saber quais são as medidas preconizadas para a solução desse problema. Sem a solução desse problema não haverá futuro.

SR. MÁRIO BENI – Pois não. Mas eu gostaria só de aduzir duas coisas: problema de esgoto, saneamento básico no litoral, principalmente na franja da praia, quando temos os respectivos canais a céu aberto, sou aposentado do tratamento de água e energia elétrica do Estado, trabalhei intensamente nisso, conheço essa realidade. O problema, fundamentalmente, pouco gente sabe, culpam os prefeitos, estou cansado de ouvir críticas, no meu condomínio, ao prefeito do Guarujá. Primeiro, o problema de saneamento é um problema que transcende a área municipal, ganha efetivamente a área Estadual e, dependendo, em alguns aspectos, a área Federal, porque se trata efetivamente de uma área no litoral, na praia que depende também do governo Federal. Fundamentalmente são necessários os emissários oceânicos, captação e lançamento nos emissários oceânicos. São muito caros. Alguns municípios tiveram condições de construir os emissários oceânicos e o problema permanece em outros, o caso da Enseada no Guarujá. Permanece por

quê? Pouca gente conhece esse aspecto. O processo de urbanização do Guarujá, conturbado pela favelização que está ocorrendo em todo o litoral, as ocupações clandestinas. Vejam aqui, o Guarujá tem entraves sociais da ordem de favelas, tem 170 mil favelados no Guarujá morando em construções de palafitas. Aí vem o problema, é preciso urbanizar essas favelas. Para urbanizar essas favelas, evidentemente, a prefeitura tem que dar o título dominial. Parte dessas áreas são de propriedade de terceiros, que ainda estão, evidentemente, numa fase de litígio, a prefeitura não pode legitimar a propriedade e portanto não pode urbanizar, e sem urbanizar, não pode fazer o esgoto, os tributários de um esgoto central, de uma captação central para jogar no próprio emissário. Então, evidentemente, ainda se reflui esse esgoto numa série de canais que acabam chegando à praia. Esse é um problema de áreas bem urbanizadas. Agora, imaginem isso colocado em áreas não urbanizadas. A coisa se amplia enormemente.

Essas eram as colocações.

SR. PAULO JULIÃO – Só gostaria de saber se o senhor pode deixar essa emenda para a sua vez. Se não, vamos acabar de extrapolar o tempo que economizamos. Tem a palavra para as respostas às perguntas que lhe foram endereçadas o Professor Wagner Ferreira.

SR. WAGNER FERREIRA – A primeira pergunta: “Com a privatização da Cesp, o novo grupo tem as mesmas preocupações de desenvolvimento do turismo na área do Rio Tietê/Paraná?” Em primeiro lugar, a privatização da Cesp não altera a matéria do turismo de hidrovia, até porque turismo não é atribuição da Cesp. A Cesp foi uma empresa criada para gerar energia e tinha no turismo, digamos assim, uma seção lateral. Conversando com o pessoal do Departamento Hidroviário, principalmente com o Rosseto que é o diretor, estamos fazendo com eles um levantamento dessas áreas, junto com o mesmo grupo que está trabalhando esse aspecto das marinas na Hidrovia Tietê/Paraná. Por outro lado, a privatização

também não altera o regime de água, porque a privatização é de operação dos reservatórios e geração de energia. A água é de domínio público. Ninguém vai privatizar a água. Então, vejo que o pessoal do Departamento Hidroviário continua com a mesma preocupação, porém delegando essa preocupação a quem de direito deve trabalhar com turismo, que não é o caso da geradora de energia. Tenho aqui mais duas perguntas: “Se o empreendedor do turismo náutico vai encontrar dificuldades para implantar essas atividades.” Ele vai encontrar dificuldades de toda ordem, até pelo que já citei aqui. Não existe uma legislação adequada, existe uma série de clichês para ele resolver um problema que passa pela Secretaria do Meio Ambiente, secretaria disso ou daquilo, a pessoa leva, às vezes, um ano para conseguir aprovar um empreendimento, algumas vezes com uma razão total. Porque também não se pode deixar que cada um faça o que bem entenda nos lagos, porque a exemplo da nossa Região Metropolitana, perdemos os lagos de Guarapiranga e Billings exatamente por não ter um plano de ocupação do solo daquelas áreas. Assim como perdemos os rios Pinheiros e Tietê. Esse grupo de prefeitos que se organizou num projeto de desenvolvimento regional da hidrovia, do qual o Projeto Calha é a base, tinha exatamente a preocupação do desenvolvimento sustentável da região, evitando que essa corrida às margens dos reservatórios acabasse acontecendo da maneira desordenada como foi na região metropolitana. Isso é uma coisa muito séria e esses os obstáculos que o empreendedor vai encontrar – alguns são completamente lógicos, em outros temos que ter, com a ajuda de um Fórum como este, uma maneira de diminuir a burocracia e de se aprovar o empreendimento, porque há coisas que são absurdas. Depois, a outra pergunta: “Sendo a maior preocupação dos ambientalistas o baixo nível de água, como desenvolver hidrovias?” Veja bem, a hidrovia já está desenvolvida, já está pronta. Então, ela não vai ser desenvolvida, o que se está pensando é em desenvolver a atividade turística que esses lagos proporcionam. Agora, o regime de águas na região da Hidrovia Tietê/Paraná é tratado de uma forma diferente e não vemos o reservatório vazio como está a Guarapiranga hoje. Existem os

reservatórios reguladores do sistema, porque senão faltaria energia também. É um sistema muito completo, não dá para descrevermos aqui em poucos minutos como funciona esse manejo das águas nos lagos. Mas nunca faltou água nos lagos da Hidrovia Tietê/Paraná. Para se ter uma idéia, o lago de Promissão a Nova Avanhandava consegue variar no máximo 60 centímetros de nível por ano, em qualquer tipo de regime de chuvas. Tem uma pergunta aqui que é: “A preocupação dos ambientalistas com a água potável, que no futuro o homem não vai ter mais água para beber, e a implantação da hidrovia, como vai ser exatamente essa água etc. e se esse projeto teve alguma relação com esse ponto.” É evidente que desde que começamos a mexer com os municípios, nessa área da Hidrovia Tietê/Paraná, criou-se algo que se diz: o desenvolvimento, mantida a qualidade de vida. Não se pensa de maneira nenhuma em um trabalho de se adensar uma região com um pólo de desenvolvimento turístico que não tenha um tratamento de efluentes e toda a parte de mata ciliar; tudo isso é preservado dentro de um projeto sério. Porque senão, evidentemente, acabaríamos como a Billings em São Paulo. Só queria lembrar duas coisas, que o tempo me permite, o Deputado Paulo Julião disse que Aparecida recebe 7 milhões e 800 mil turistas por ano. Tenho um exemplo de um parque, dos menores, nos Estados Unidos, que recebe 11 milhões de visitantes por ano, dos quais 9 milhões são de turismo interno. Então, o turismo no mundo cresceu muito dentro dessa ótica do turismo interno. Precisamos ter condições de colocar mais gente fazendo turismo, destinos diferentes, ter preços compatíveis, porque hoje, a maioria das pessoas não faz turismo, uma por desconhecimento e outra porque ainda é muito caro o nosso turismo interno. Isso tem que mudar. E uma última coisa, que fizemos no projeto de São José do Rio Preto, dentro de um estudo de mercado: considerou-se como deve ser considerada a chamada Terceira Idade, aí o Professor Mariano Ospina – que é de Boston e de Bogotá, trabalha num projeto fantástico da integração da América do Sul pelos rios – , quando comentei essa parte da Terceira Idade, Ospina disse-me claramente: “Professor, não é Terceira Idade, isso é pejorativo, é a Melhor Idade.” Então, isso é uma coisa que precisa

mudar, o número de pessoas chegando à aposentadoria com condições melhores de turismo, hoje e nos próximos anos, mostra-se claramente que é um nicho que tem de ser explorado e muito bem explorado. E acho que seria isso, qualquer dúvida estamos à disposição.

Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Muito bem, vou ficar a tarde inteira aqui para responder qualquer pergunta que ainda venha a ser formulada. O último companheiro que vai responder às perguntas que foram endereçadas à Mesa, é o Professor Virgilio de Carvalho. Está com a palavra.

SR. VIRGILIO DE CARVALHO – Tem a primeira pergunta, não se identificou, gostaria de conhecer, porque afinal todo mundo que está aqui deve ser conhecido, pois todo mundo é responsável pelo que cativa e pelo que instiga nas suas questões. Então, qual é a perspectiva para profissional de turismo no Brasil, sendo que ainda não é uma profissão regulamentada? Quem fez a pergunta? Gosto de falar sempre de uma maneira muito clara, são 300 mil novos empregos para o Estado de São Paulo, todos têm lugar. Só os donos de restaurantes, que também não têm a profissão regulamentada, são 400 mil no Estado de São Paulo. Mais do que isso, eles tiveram que pôr dinheiro para abrir os seus restaurantes. Então, a regulamentação das profissões, cada vez mais, será a capacidade daquele que se formou em gerar 10 novos empregos a cada oportunidade que ele tiver de trabalho. E principalmente capaz de gerar 6 vezes o seu custo salarial. Sou um ex-aluno da primeira turma, lutei pela regulamentação até o ponto de conceber que a capacidade de regulamentar uma profissão é a capacidade que os profissionais têm de se valorizar. É esta a perspectiva da profissão, que todos nós, antes de entrarmos numa escola ou indicarmos uma escola para os nossos filhos, possamos conhecer quem dá aula e qual é o objetivo da escola, qual o currículo que ela tem e como ela vai formar esses profissionais. A partir daí somos nós, força propulsora

capaz de tornar profissionais adaptados ao mercado. Outro. “Sr. João Evangelista de Melo Neto, (...) como vai a maioria dos parques e reservas públicas?” Tenho resposta a essa pergunta? Alguém sabe a resposta? Ele mesmo disse qual é. A nossa política é que a Secretaria do Meio Ambiente possa abrir os parques para que todos os cidadãos paulistas possam, dentro de uma visão de sustentabilidade, visitar os parques. Essa é a nossa política. Está nas suas mãos, na sua Secretaria, a possibilidade de fazer todo o meio ambiente, de uma maneira sustentável, virar produto turístico. Já temos os clientes, eles não podem entrar, são barrados no baile. Muitas vezes, em muitas situações. Queremos que a sua Secretaria, Instituto Florestal, seja democrático como é o governo Mário Covas, e possibilite que todos os paulistas, de uma maneira sustentável, como é feito em Bonito, possam visitar aquilo que muitos dos brasileiros e paulistas reservaram por ano, durante anos, para ser visitado, de uma maneira ordenada e sustentada. Então, está com você a bola e que Deus ilumine os governantes de São Paulo, sempre para que democraticamente possam estender a todos os paulistas a possibilidade de fazer turismo.

Para encerrar, quero entregar em mãos do Deputado Paulo Julião uma fita dessas que vocês viram, está disponível a todos aqueles que queiram mostrar para muita gente o Estado de São Paulo, em especial o litoral, como teve destaque especial, e que seja um instrumento de venda do produto turístico de São Paulo e que cada apresentação de um hotel, de uma região, de um bairro, de um guia, possa representar a pujança que é o Estado de São Paulo, e as perspectivas que tem para o turismo neste momento.

É seu. Muito obrigado.

SR. – E agora, para encerrar, o Deputado Paulo Julião, com a palavra. Quero só enfatizar, começamos com 10 minutos de atraso e encerramos com 10 minutos de atraso. Consideramos o nosso tempo perfeitamente adequado ao prometido,

eliminando a reclamação que houve no primeiro seminário. Só espero que na parte da tarde, consigamos cumprir esse horário, até porque quero assistir ao jogo.

SR. PAULO JULIÃO – Só queria pergunta ao Jarbas, quanto tempo tenho aqui para encerrar?

SR. JARBAS – Quatro minutos e 25 segundos.

SR. PAULO JULIÃO – Obrigado. Antes das considerações finais dessa primeira parte do Seminário, há uma pergunta para mim: “Deputado Paulo Julião, haverá futuramente um encontro com formação de grupos de trabalho, para que se possa colocar em prática o processo de regionalização do turismo?” É uma pergunta do Fernando, e diz respeito a esse trabalho da Assembléia, futuramente. Inicialmente, como eu disse na abertura, a proposta do Fórum São Paulo Século 21, existem 16 temas, Saúde, Educação, Finança Pública, um deles é Turismo e Serviços, que é o nosso caso aqui. Nós, no penúltimo seminário, o último será no encerramento da legislação. Vai sair por meio do Relatório que será elaborado pelo Deputado Nabi Abi Chedid uma proposta tirada desse quase único trabalho desses conselheiros e desses importantes debatedores que estão e estiveram conosco nos seminários. Então, no final do ano vai sair uma proposta geral do desenvolvimento do Estado de São Paulo. Inicialmente, não haveria esse encontro de formação.

SR. FERNANDO – Desculpe-me, quem vai elaborar essa proposta?

SR. PAULO JULIÃO – No Fórum São Paulo Século 21, nesse Grupo Temático Turismo e Serviços, formamos 21 conselheiros que são os representantes de todo *trading* de turismo do Estado de São Paulo. É o Presidente da Abav, a Apeoc, todo conselho trabalha com turismo. Então, são todos que trabalham com turismo, o Sr. Mário Beni, o Sr. Virgilio Carvalho, são todos profissionais. O que

posso lhe dizer é um testemunho dessa discussão, na nossa última reunião desse grupo, porque não são só seminários, são reuniões a cada 15 dias que fazemos, houve uma proposta do Armando que falou em nome dos conselheiros de que embora esteja terminando o nosso trabalho dentro do Fórum São Paulo Século 21 – agora, com esse último seminário, a legislação e todo relatório final – , ele pediu para que a Assembléia arrume um jeito para que nós continuemos nos reunindo permanentemente num fórum comum. Mesmo a Casa, a Assembléia Legislativa, que promove esses encontros tenha uma Comissão Permanente de Esporte e Turismo, levamos essa idéia ao Presidente e ela foi aceita, e nós vamos encontrar uma maneira para que esse grupo continue se reunindo no período em que vamos discutir e aí, então, poderemos falar sobre isso. É muito válido isso e a idéia dessa formação de um grupo de trabalho fica lançada como uma proposta para que cada região faça a sua parte. Garanto a você que provavelmente eu farei a minha, quando eu tiver a oportunidade, seja como deputado, seja em qualquer outra função que venha a exercer. Há uma outra pergunta que o Professor Mário respondeu para o Manoel Figueiredo, a pergunta, quando ele ia responder eu tentei interferir, ele respondeu de maneira geral, é sobre a questão do destaque do turismo no litoral Norte. Então, eu vou completar a resposta do Sr. Manoel Figueiredo. O governador Mário Covas lançou em 97 um projeto chamado: Compromisso com a Vida, em que se pretendia investir 273 milhões de reais em obras de saneamento, água e esgoto. Desse total, por circunstâncias alheias à vontade do governo do Estado, fora as crises fluviais que comprometeram os recursos da Sabesp e fizeram com que algumas obras fossem paradas, mesmo assim, até 99, foram investidos 112 milhões de reais. E hoje, estão em obras em andamento 77 milhões de reais em obras e teremos, até o final do governo Mário Covas, investimentos que vão superar nada menos que os 273 milhões de reais, dando para o litoral Norte, em cada cidade, aquela meta que era para o mandato anterior, que era 85% do esgoto coletado no município, dos quais 65% tratado e 100% de água distribuída nas casas na área urbana. Dentro dessa linha, quero informar para o senhor que em Baraqueçaba, o

investimento é de 2.500 mil reais juntamente com a prefeitura de São Sebastião, as obras de esgoto terminam agora em setembro/outubro. A prefeitura resolveu destinar uma parte dos recursos e está recebendo de volta por meio de prestações que são de pouco mais de 32 mil reais, que é o custo mensal que a prefeitura tem das contas do uso dos próprios municipais. Aqui em Juquehy, em uma obra de 4 milhões e 800 mil reais que foi retomada em abril, há uma previsão, um organograma do término dessa obra até o fim do ano que vem, mas já por força do cronograma financeiro aqui requerido, já está sendo dada ordem à empreiteira para que acelere a obra, devido ao governo estar precisando de mais recursos, mas a obra de Juquehy já estará até meados do ano que vem com essa obra terminada. Ontem, com a presença da Sabesp, com a minha presença, do governo do Estado, por meio da Sabesp, lançou-se o início das obras do Vale de Boiçucanga, que é uma obra de 9 milhões e 200 mil reais. Essa obra, quem ganhou a concorrência foi a mesma empresa que está aqui em Juquehy, a Empresa Renovação. Em Camburi houve alguns problemas de questionamentos em juízo, que não estão ainda equacionados. A obra iniciou no domingo, e foi interrompida porque houve um questionamento jurídico ambiental que ainda estava pendente. Hoje, não existe nenhuma pendência mais e essa obra já deveria estar sendo retomada. Só não foi retomada porque a água que é o sistema Camburi, Baleia e Barra do Saí, que ainda não é servida pela Sabesp, também foi antecipada, chegou a ser iniciada, mas também houve um questionamento ambiental e o pessoal entendeu que não iríamos ser beneficiados pela água que ia ser captada lá naquela região e entrou com uma ação na justiça que ainda está por ser resolvida. A Sabesp acabou, até diante disso, desistindo de usar o duto de fonte de abastecimento de água e optou por um sistema cristino, que é o rio que é uma fonte de água, que estava previsto inicialmente para complementar os sistemas de Boracéia, que já tem, Juréia, Engenho, Juquehy e Barra do Una. Mas como o manancial é imenso, esse mesmo sistema vai ser usado para abastecer também Cambuí, Baleia e Barra do Saí. Só que é uma obra muito vultosa, então se está estudando e há uma pendência

também judicial ambiental, mas, equacionado isso, a obra será retomada. Por essa razão, o esgoto de Cambuí, não pode ser retomado, na medida em que a Sabesp cobra o esgoto pelo mesmo volume que é característico e gasto como a água. Então, o valor do esgoto é exatamente a metade cúbica da água consumida. Como não há esse parâmetro, a Sabesp está com dificuldade de retomar essa obra e depois ela não poderá ser usada. Estou discutindo com a Sabesp para que se encontre uma forma que seria uma exceção, não existe nada parecido, nada igual, na Sabesp para São Paulo. E quando se tem um parâmetro para medir, tem-se o esgoto da Sabesp e não tem a água, então não tem como cobrar. A Sabesp é uma empresa estatal, mas é uma empresa com ações na Bolsa de Valores, sócios em nível de Estado, então há responsabilidade quanto a isso. Além disso, também em Barra do Saí, estamos em conversações com a Sabesp, com a possibilidade de uma parceria para equacionar essa questão. E em Maresias, temos uma grande possibilidade de até o fim do ano ser licitada a obra de Maresias. Portanto, acho que para quem nunca investiu no litoral Norte, investiu o mínimo em rede de esgoto, nos governos anteriores, acho que estamos em passos bastante largos em direção à solução. A solução, pelo menos, já está em andamento, portanto acho que a sua preocupação em relação a obstáculos ao desenvolvimento, o senhor pode ter certeza de que a solução já está dada. Depois aqui conversaremos, pessoalmente, com mais detalhes.

E, agora, no encerramento, gostaria de agradecer ao Eduardo e ao Rigone pela condução, porque como deputado, nos outros fóruns, tivemos alguma dificuldade em impor os horários aos palestrantes, até pelo lado político que exercemos. Quero registrar que a Assembléia está gravando e tudo isso será disponibilizado na primeira Assembléia, nessa semana que entra, e, se for pedido, em qualquer oportunidade. Gostaria de dizer que aqui na Assembléia, aproveitando essa estada aqui hoje, também tem tomadas do programa sobre Turismo Ecológico, do Ecoturismo Ecológico, que essa região do Barra do Una, Juquehy e todas das redondezas farão parte de programação especial que é um tema aqui da

Assembléia e, portanto, além do aspecto desse Fórum, poderá ser organizado em outra ocasião e também haverá a contribuição desse trabalho na Assembléia Legislativa. Gostaria de informar também aos senhores que aqui foi falado sobre legislação, então, teremos ainda um último encontro deste Fórum que será no dia 30, mas será só com especialistas da área de legislação, em que todas essas questões que o senhor levantou, que foram levantadas em outros seminários, serão discutidas e sairá também uma proposta de mudança da legislação. Quero informar que na abertura deste Fórum, em agosto do ano passado, o governador Mário Covas esteve presente e se comprometeu que, ao receber o relatório final, essa proposta que estaremos fazendo para São Paulo, ele a incorporará ao seu governo, à medida que for possível, e nós, como Assembléia Legislativa, no que for da nossa competência na legislação, é evidente que estaremos promovendo as mudanças da legislação. No que couber à Assembléia, imediatamente após o relatório final deste Fórum que terminará no fim deste ano. Então, estamos muito otimistas com relação a este trabalho que está sendo desenvolvido.

Por fim, a última coisa, informar aos senhores do seguinte, que agora vamos ser líderes. Então, temos aqui na região “n” restaurantes que podem ser utilizados, todos eles de ótima qualidade. Mas aqui no hotel, antes da praia, o proprietário até em função deste Fórum, nos informou que no 4º andar tem um restaurante, que é *self-service* de muito boa qualidade, a um preço por pessoa de 12 reais, que é um preço especial para esse evento. Agradecemos, então, aos presentes agora nesta parte da manhã, certamente, às vezes, são pessoas que optam por um período por causa dos temas, com certeza à tarde, talvez tenhamos algumas pessoas querendo sair, mas pedimos que o retorno seja rigoroso, chegar aqui pelo menos 15, 10 minutos para as 14h, porque devemos iniciar o período da tarde, senão às 14h, no máximo às 14h05, 14h10. Então, eram essas as informações.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Pausa.)

SR. JARBAS – Usar a palavra é algo que sempre me deliciou. Espero que quem não a conheça, passe a admirá-la tanto quanto nós, principalmente a franqueza, tanto quanto eu ela gosta de ser franca, honesta, objetiva. E, considerando que ela tem capacidade, é um prato cheio. Com vocês a Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, Dra. Ana Maria Marcondes Machado. (Palmas.)

SRA. ANA MARIA MARCONDES MACHADO – Boa-tarde a todos, muito prazer em estar aqui em São Sebastião com vocês, rever os amigos, a grata surpresa de que o meu amigo Paulo Julião vai ser candidato, com certeza será eleito; Jarbas, meu companheiro, fiquei meio preocupada quando ao chegar aqui fui ler o programa que não tinha lido ainda e daí era uma coisa que é para falar oito minutos só com o microfone, depois dois minutos, depois troca o microfone e faz o debate, um negócio meio complicado. Falar para vocês sobre municipalização do turismo, eu acho que é desnecessário, porque imagino que todos vocês saibam o que é esse programa que a Embratur coordena, e do qual já estou à frente há 7 anos. Mas, vou falar alguma coisa com vocês do que penso e que possa ser útil para vocês dessa região. Preocupou-me um pouco também, porque na circular que recebi, eu tinha que falar absolutamente sobre a região. E eu não vou falar sobre a região. Vou sugerir coisas para vocês que acho que se adaptam à região. Há um mês e meio, fiz um curso de globalização, meus funcionários, eu e algumas pessoas que convidei de alguns Estados porque só poderiam ser 25, 27 pessoas. Um curso muito interessante, vamos repeti-lo no segundo semestre e outras pessoas serão convidadas, porque globalização é uma coisa que vimos ouvindo falar, e nos pegando pelos ouvidos. Estamos na globalização e muitas vezes não sabemos bem o que é isso. E desse curso eu tirei uma coisa muito importante: o que está globalizado é a comunicação, a economia e a informação. Sendo que da informação, percebemos navegando pelas Internets da vida.

SR. CLÁUDIO AMARAL – Seria uma palestra para mais de 40, 50 minutos em slides etc., mas não vamos ter esse tempo, o que interessa, talvez, seja efetivamente o conteúdo dela. Então, raríssimas vezes fiz alguma palestra que lembra algum documento, geralmente exponho, mostro *slides* e tudo mais. Mas, isso que comento vai ter uma cópia para cada um de vocês, a organização vai entregar isso depois, gostaria de ler esse documento porque ele tem efetivamente um conteúdo múltiplo, que mostra o que esse setor em termos mundiais, o que esse setor em termos de Brasil, com suas sugestões, enfoca nessa região aqui do Brasil, que é o litoral de São Paulo. É impossível falar sobre esse assunto, que é um setor ainda muito iniciante aqui no país, sem falar em exemplos ao redor do mundo. Então, vou ler isso, tentar fazer o melhor possível, dentro do tempo que me foi concedido. O Brasil é reconhecidamente o país com maior potencial no mundo para desenvolver atividades náuticas. Esse reconhecimento vem crescendo a cada ano, quando aqui aportam especialistas (...) Um setor que representa a solução de outros países, 17 bilhões de dólares por ano a cada ano que passa. Isso inclui a produção de embarcações de recreio, veleiros, lanchas, *jet ski*, infláveis, prancha de surf etc., equipamentos para marinas, docas flutuantes, vestuário náutico, peças e acessórios, motores de popa etc. etc. Há um mês, entre os dias 13 e 16 de maio, em Florianópolis, Santa Catarina, reuniram-se os representantes de 25 associações de indústrias náuticas do mundo para o encontro promovido pelo Ipac, International Port (...) Pacifics Committee, o principal comitê da poderosa Icomia – International Council of Marina Industrial Associations, a entidade com maior prestígio no mundo náutico, com sede em Londres. Parte desses importantes visitantes palestraram no mesmo período na Conferência Internacional de Projeto de Water Crown, criado e realizado pelo Instituto de Marinas do Brasil, o qual tenho a honra de presidir desde a sua fundação em 1992. A maioria dessas pessoas nunca havia pisado no Brasil. Eles conheceram apenas um pedaço deste país-continente, ou seja, Florianópolis e região de Angra dos Reis, além da cidade. Como especialistas no assunto de portos

de recreio, marinas, *resorts*, parques, complexo de turísticos no Water Crown, ficaram convencidos de que o Brasil tem tudo para fazer parte do grupo de países, cada vez maior, que se beneficiam das vantagens econômicas e sociais da atividade do turismo náutico. O Caribe continua sendo a mega do turismo náutico mundial, mas nem tudo é céu azul por lá. A atividade se retrai por um bom período do ano, com os furacões e severas tormentas tropicais, derrubando tudo por onde passam. As embarcações, nesse período, costumam se deslocar para outros países ou são ancoradas e amarradas por cabos dentro dos manguezais, tal a devastação que as intempéries provocam. O Mediterrâneo, com enorme frota de embarcações de recreio, leia-se, França, Itália, Turquia, Portugal etc., praticamente pára durante os meses de inverno, pois é insuportável praticar esportes náuticos com o frio europeu. O mesmo acontece com o Canadá, nos Estados Unidos, entre outros países do hemisfério norte. Nos Estados Unidos, por exemplo, existe um milhão e meio de embarcações de recreio guardadas, geralmente em marinas da região. Durante o inverno, o imenso lago congela e esses barcos costumam ser retirados para terra firme. As taxas de permanência em marinas caem pela metade devido a essa sazonalidade. Na Argentina, há uma enorme concentração de barcos na região do Delta do Tigre, e a maioria dos usuários se conforma em explorar os rios estreitos e barrentos que deságuam no Rio da Prata. Durante o inverno, que é rigoroso, o movimento cai expressivamente, diminuindo a atividade náutica, e no verão o calor e a umidade dessa região plana da Argentina provocam o desconforto dos usuários de barcos de recreio. Nada disso acontece no Brasil, onde existem grandes cidades junto ao mar, enormes faixas de áreas litorâneas, com ventos e ondas amenas, além de atrativos naturais como baías, penínsulas, barras e rios, ilhas, além de praias espetaculares. O clima tropical predomina na maior parte das regiões litorâneas. Existem Estados como a Bahia que chegam a ter mais de mil quilômetros de litoral, incluindo atrativos como Abrolhos, Morro de São Paulo, Camamu, Bahia de Todos os Santos. Os ventos alísios sopram eternamente na mesma direção, numa intensidade perfeita para a navegação, conduzindo com

segurança os veleiros que procedem da África e da Europa, em direção ao nosso Continente. O país está conectado por uma rede de aeroportos que atende a praticamente todos os cantos do Brasil. Existe um povo amigável e hospitaleiro a cada porto de chegada. Então, o que está faltando para este país sair de um estágio letárgico de desenvolvimento náutico, para ser um líder nessa área a nível internacional? Por que temos só 27 marinas, ou seja, estruturas de apoio náutico com vagas molhadas acima de 150 vagas e que tenham suporte receptivo condizente? Porque a grande concentração de guarda de barcos ainda é representada pelas 200 garagens náuticas, as quais, com raras exceções, são hangares, balcões, entupidos de barcos, sem segurança, sem operacionalidade e sem conforto para o usuário. Porque a atividade é considerada elitista, já que os iates clubes são fechados ao público, e estão entre esse grupo as 200 estruturas de apoio náutico. Os números desse setor não batem com o tamanho e as posições favoráveis do Brasil para a prática de esportes náuticos. Nosso país tem só 130 mil barcos registrados, 27 marinas e cerca de 200 garagens náuticas e iates clubes. No mundo todo, estima-se que existam, são estatísticas da Icomer, 35 milhões de bases de recreio, 50% das quais estão nos Estados Unidos e no Canadá, 24% na Europa e o restante distribuído por outros países. A relação barco por habitante se destaca na Nova Zelândia, Suécia, Finlândia, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos e Austrália. Setenta por cento dessas embarcações são a motor, onze por cento à vela e dezenove por cento de outro tipo de propulsão, a remo, prancha etc. As estimativas revelam 8.363 marinas na Europa com 1,7 milhão de pontas. Os Estados Unidos têm acima de 12 mil marinas, com mais de um milhão de vagas. Na Europa, 13,2% de todos os barcos de recreio são colocados em marinas. Estima-se que 50% de todas as vagas de barcos estejam nos Estados Unidos e Canadá, 39% na Europa e 11% nos demais países. Voltando ao Brasil, mais especificamente no litoral paulista, nossas pesquisas do Instituto, que datam de 1998, revelam que existiam naquele momento 29 estruturas de apoio náutico entre São Vicente e Ubatuba. O preço médio por barco, pagando por mês, é de 12 reais por 30 pés, ou

seja, um barco de 30 pés custará 360 reais para ser guardado numa garagem náutica mensalmente. Essa é a média que a pesquisa revelou na época. Outro dado importante é que os iates clubes empregam acima de 100 funcionários por estabelecimento. O Iate Clube de Ilha Bela tinha naquele momento 130 funcionários, entre funcionários fixos mais os variáveis; o Iate Clube de Santos, 180 funcionários; o Iate Clube de Ubatuba, 61 funcionários, sendo que as garagens náuticas variam conforme o tamanho. Muitas dessas garagens náuticas surgiram há 50 anos e sobreviveram até os dias de hoje prestando serviços e empregando pessoas da região. Uma atividade legítima a ser por todos nós reconhecida. Acrescentaria aqui também que cada barco, na garagem náutica, usava ter menos funcionários, mas cada barco representa indiretamente 4 empregos por barco, são as pessoas que fazem a manutenção, que reformam esse barco, que pintam, enfim. Apesar do potencial para a atividade do turismo náutico no litoral paulista, existem pouquíssimas marinas operando na região. A concentração maior está no canal de Bertioga, com as marinas nacionais, a vinda do mar, a Tropical Náutica, a Marina do Guarujá e nos ventos do Canal de Santos, Ussingue, a Marina dos Pastores etc. Existem, entretanto, diversas garagens atendendo principalmente a troca de lanchas de menor porte, que podem ser guardadas em terra, sendo puxadas e lançadas à água com tratores ou guinchos elétricos. Muitas delas não têm rampas, utilizando-se da própria praia para rebocar as embarcações. Usa a praia direto, não tem nem um outro tipo de estrutura. Esse litoral, apesar de estar desguarnecido de infra-estruturas de apoio náutico, representa um potencial incrível para a atividade, já que possui tantas características procuradas pelos navegadores de fim de semana, por aqueles de passagem pela região na rota Norte, Sul ou inversa. As escalas naturais são perfeitas para quem, por exemplo, sai de Santos e se destina a Ubatuba. Na saída poderá optar por percorrer o canal de Bertioga, através de um mar de manguezais, um dos mais exuberantes do país. Deixar Bertioga para trás, chegar num ponto abrigado, chamado as Ilhas, já no município de São Sebastião, que é aqui na frente, inclusive. Depois terá pela proa, Ilha Bela, São Sebastião, duas

interessantes opções de cruzeiro, dependendo das condições meteorológicas. A seguir terá a Ilha do Tamanduá em Caraguatatuba como abrigo provisório de passagem. Depois sai do Garimpeiro em Ubatuba ou antes até a Enseada da Fortaleza, entre outras opções dependendo sempre da direção dos ventos, tamanho de onda do mar. Muitas outras opções poderiam e deveriam existir para facilitar e promover a navegação de embarcações de recreio ao longo do litoral paulista. Os próprios rios existentes, que nunca foram dragados e hoje estão praticamente assoreados, devido às construções à montante, são vias navegáveis legítimas que deveriam ser resgatadas pelo Poder Público, criando assim o acesso e uma motivação turístico-náutica que hoje é praticamente impossível. Refiro-me a Barra do Una, Juquehy, às saídas. As cidades, ao longo desse exuberante litoral, deveriam colocar em prática a construção de marinas públicas que fossem não somente um ponto de estacionamento de barcos, mas principalmente o atrativo mais forte de cada uma dessas comunidades, a exemplo do que vem ocorrendo no mundo inteiro. A marina é a janela da cidade, é onde as pessoas se dirigem para descontraírem, para observar o mar, a atividade náutica e as pessoas, não necessariamente para andar de barco. Está provado que mais de 50% dos visitantes em marinas chegam ali por terra, e a maioria não possui barco. É uma massa crítica de consumo que não pode ser ignorada. São Sebastião vem há mais de 10 anos – e aí a Dra. Ana Maria falava em 5 anos, mas sou testemunha de que há mais de 10 – planejando a sua marina pública. Em 1995, a Marinas do Brasil e Associados chegou a realizar um estudo técnico, que resultou num projeto preliminar de uma marina que atenderia os anseios da população, além de receber a famosa regata, que é considerada o evento de maior impacto de mídia mundial, depois da Copa do Mundo e das Olimpíadas. São Sebastião recebeu um evento em 1998, sem ter uma marina apropriada. Os barcos ficaram acomodados no Porto de Cargas daquela cidade. Obviamente essa regata mudou de endereço no Brasil, por não ter recebido em São Sebastião as acomodações previstas. Uma pequena marina (...) em Salvador, está recebendo acima de 10 regatas internacionais por

ano. Quando há uma regata, os usuários da marina, essa marina chama-se Centro Náutico da Bahia, deixam as vagas à disposição dos visitantes e o evento acontece em toda sua plenitude, divulgando Salvador para o mundo. É a criatividade baiana somada à vontade política. Cinqüenta vagas só tem essa marina. Os navios transatlânticos, cada vez mais disputados pelos turistas que procuram barco para lazer, estão chegando ao Brasil com novidades. A linha C, que domina o mercado brasileiro há décadas, já está começando a sentir a concorrência da Royal Caribbean, uma das maiores do mundo, com *megachips* acima de 3 mil passageiros entrando no mercado. Cada *megachip* custa cerca de 300 milhões de dólares e com um valor desses, certamente não correrá riscos de aportar em locais terminais que não estejam preparados para recebê-los. No Brasil, por exemplo, nenhum terminal de cruzeiros marítimos está preparado ou pelo menos equipado adequadamente para operar com passageiros exigentes, acostumados a serem bem recebidos nos portos de destinação de escala. Infelizmente, essa atividade ainda não teve a devida atenção da parte das autoridades brasileiras que cruzam os braços e deixam as coisas como estão, diante do processo tumultuado de privatização dos portos, em que o mais importante dos hóspedes, que é o transatlântico, é ignorado literalmente. Só acontece isso aqui no Brasil. Em Ubatuba, existem profundidades satisfatórias para um navio de passageiros ancorar e realizar o transporte de visitantes até aquela cidade histórica. Sem dúvida que os atrativos turísticos do litoral Norte podem fascinar os visitantes embarcados, desde que exista um mínimo de estrutura em terra firme para recebê-los. Não necessariamente um terminal de cruzeiros marítimos, mas pelo menos um embarcadouro ou píer mais estruturado para essa função. O mesmo potencial existe em Ilha Bela e São Sebastião, onde as profundidades são perfeitas para os *megachips*. Ilha Bela já possui píeres antigos, que podem ser revitalizados para servir de embarcadouro turístico náutico, tanto para os cruzeiros marítimos quanto para o transporte marítimo da travessia para São Sebastião. Enquanto isso, a Ilha de Porto Belo, em Santa Catarina, é hoje o roteiro anunciado em qualquer caderno de turismo pelas linhas de cruzeiros

marítimos que se destinam a Buenos Aires, ou daquela cidade para o Rio de Janeiro. Tudo porque a pequena Ilha de Porto Belo construiu uma estrutura de apoio náutico mínima, explorando os seus atrativos ecológicos, por meio das inscrições rupestres, perante os passageiros que ali desembarcam, enquanto outros são recebidos por ônibus e passam o dia em Blumenau, Beto Carreiro World, Florianópolis e à noite voltam para o navio. Venda garantida para o Estado de Santa Catarina. O descaso do governo Federal, com relação à atividade náutica, é digno de nota. O último Ministro do Turismo recebeu diversas idéias no decorrer de sua gestão para aproveitar o potencial evidente que o país oferece para esse setor. Foi convidado para a Conferência Internacional de Projetos (...), que se realizou em maio último. Foi alvo de cartas do exterior, pedindo sua maior participação e atenção nesse setor náutico. Infelizmente, nunca tivemos sequer uma resposta. O mesmo acontece com a Embratur, que deixa o tempo passar e não participa, não prestigia um setor que, em todo o mundo está crescendo, promovendo o turismo de qualidade, resolvendo a carência de empregos no litoral. Em resumo, o que falta é vontade política, e o que ocorre é falta total de visão dos governantes brasileiros, a maioria dos quais nascido no interior do país e acostumado, portanto, a uma postura de costas para o mar. Parece que o mar não é assunto que lhes diga respeito. Talvez a regionalização e municipalização do turismo possam equacionar esse impasse de uma forma mais prática e local. O que se percebe, num país como o nosso, é que pessoas em Brasília não estão afinadas com detalhes que são importantes para os moradores de Caraguatatuba ou de São Vicente. Se o rio Juqueriquerê deve ser dragado, se a área do antigo Porto de Ubatuba deve ser passada para aquela cidade e destinada ao turismo náutico, se pelos prejuízos do indecente aterro feito em São Sebastião devem ser indenizados os moradores na forma de mão-de-obra, enfim, são muitas questões que localmente importam, mas que para os burocratas de plantão essas reivindicações são remotas e até chamadas de sonhadoras. O tempo que se perdeu no litoral paulista, nós hoje sentimos. Afinal, temos sido vigilantes, observadores nesse setor de turismo

náutico. Foi na verdade uma década perdida e muito se falou sobre marinas, muitos planos que custaram aos cofres públicos ficaram engavetados e praticamente nada se realizou de concreto. A grande maioria das estruturas de apoio náutico que surgiu em São Paulo, nesses 10 últimos anos, foram garagens náuticas mais sofisticadas e nenhuma marina para valer. A resistência a novas idéias, novos projetos, também deixou sua marca danosa. Uma marina aprovada depois de 7 anos de discussão, na Secretaria de Meio Ambiente, mas cuja aprovação foi para (...), ela aconteceu, esse empreendedor já não tinha mais recursos ou interesse em promover esse empreendimento de qualidade. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, mais precisamente na região de Angra dos Reis, o prefeito do PT, Sr. Castilho, na sua terceira administração, está comemorando com seus eleitores o sucesso que vem ocorrendo na região. Novos resorts, marinas, píeres, e até shoppings, (...), com marinas na frente, estão revitalizando a região de Angra, principalmente a parte urbana daquela cidade, que sempre foi o patinho feio daquele paraíso náutico. Empregos e mais empregos estão sendo gerados por meio dessa iniciativa da área privada com o apoio da área pública. Angra já é responsável por 70% do mercado náutico em todo o país, pois assumiu que o barco é o transporte mais coerente para se visitar aquela paraíso. Os seus moradores assumiram que só por meio de resorts, hotéis, marinas e atividades náuticas é que se ganha dinheiro, numa região predestinada ao turismo de qualidade. Enfim, é um exemplo a ser avaliado pelos administradores públicos do Estado vizinho de São Paulo, que, inclusive, por falta de marinas vem perdendo barcos que se mudam todo ano para Angra dos Reis no Rio de Janeiro. Esse processo vem ocorrendo há quatro anos, não só de embarcações de recreio como também quanto na compra de imóveis e resorts, em que os paulistas surgem como um dos principais clientes em Angra dos Reis. Pela inúmeras restrições e dificuldades, principalmente pela falta de estruturas náuticas adequadas como as marinas, espantaram também usuários de embarcações de recreio que optaram pelo interior do Estado de São Paulo, onde as marinas e represas oferecem opções menos complicadas que no litoral. A reflexão dos

administradores públicos com relação a esta realidade, e as tendências acima são fundamentais para o futuro da região. Em países com extrema carência de atrativos naturais e abrigos, o homem priorizou a atividade náutica a um custo bilionário, alcançando resultados positivos. É o caso de Israel, recentemente apresentado na Conferência Internacional de Projeto de Waterpool. Aquele país foi obrigado a fazer enormes formas de engenharia, grandes moldes para suportar ondas de até metros de altura, aterros etc. Acho que não precisamos chegar a esse extremo, pois temos tudo em termos geográficos, físicos, assim como em termos de demanda de mercado, a maior da América Latina, para conseguirmos sucesso a curto prazo. Só nos falta a vontade política, a determinação e a união dos interessados nessa empreitada, que será, com certeza, um modelo a ser seguido por outros Estados e até países. É por aí. Outro caminho corre o risco de termos mais uma leva de tempo perdido, de projetos engavetados, regatas passando ao largo de comunidades desprestigiadas e de costas para o mar. Tempo esgotado. (palmas)

SR. – Se o deputado me permite, vou fazer uma coisa que não fiz até agora, é elogiar uma colocação. Só estava comentando com o Deputado que a Ana devia estar aqui para ouvir e levar isso. Porque isso realmente é para todos. Mas, muito obrigado pela excelente palestra. Quero avisar aos presentes que as perguntas podem ser feitas por escrito, pois ao final elas poderão ser respondidas. O Cláudio vai estar conosco aqui e acho que se alguém quiser ver o *slide* ele está preparado. Como o assunto turismo náutico em muitos aspectos chegou próximo ao turismo ecológico, ao lado do Cláudio está o José Luiz Zupani, Professor de Turismo das Faculdades Mogi das Cruzes e que pode falar com certa credencial, porque trabalha nesta região.

SR. PAULO JULIÃO – Enquanto o Cláudio pega o microfone, deixe-me dizer da nossa alegria e satisfação de reencontrar o Cláudio novamente aqui conosco e

dizer que é uma das pessoas mais entendidas de países do mundo, dizer a ele, Cláudio, que vamos nos encontrar brevemente e desenvolver muito trabalho.

SR. JOSÉ LUIZ ZUPANI – Boa-tarde a todos, Deputado Paulo Julião, nosso amigo do Município vizinho de Bertioga, demais membros da Mesa. Como eu estava dizendo, sou residente em Bertioga, caipira, tornei-me caiçara há alguns anos, sou arquiteto de formação, paisagista e a minha carreira no turismo começou justamente por causa da minha profissão, porque me especializei em espécies nativas da Mata Atlântica e levava as pessoas para conhecer as plantas, pois adquiri viveiros em alguns lugares da Mata Atlântica. Essas pessoas me procuravam para levar os parentes e amigos, porque tinham gostado muito do local ao qual eu as tinha levado, não pela minha planta. Um dia eu resolvi montar uma empresa porque todo final de semana eu estava indo para o meio do mato levar essas pessoas para conhecer, e acabei abrindo uma agência de Ecoturismo há muitos anos, e hoje eu me dedico a isso, tenho pós-graduação em Turismo de Meio Ambiente e vivo disso. Já não faço mais paisagismo. A minha empresa, hoje, nós lá em Bertioga, recebemos gente do Brasil e do mundo inteiro. Por que? Porque são pessoas que não vêm só para fazer um passeio comigo, evidentemente, mas estão no Brasil, ou vêm para Bertioga ou para a região de São Sebastião e ficam sabendo dos nossos passeios e nos procuram. Então, está excelente? Não. Não está excelente. Acho que hoje o Ecoturismo, acompanhado do Turismo Rural, acompanhado do turismo a céu aberto como é dito, é o sentimento que mais cresce no mundo. Porém, estamos muito aquém, aqui na nossa região, acho que os problemas que tenho, vocês têm também, são problemas de legislações federais, estaduais, municipais, falta de incentivo de todos esses órgãos etc. Por que? Porque tudo isso é muito novo também. São empresas como a minha, as ONGs que estão começando a desenvolver os roteiros, as políticas, enfim, como hoje, por exemplo, acredito que não fugiremos mais na nossa região do Ecoturismo. Se o turismo, numa época, acontece na Ilha do Montão de Trigo, vou dar um exemplo,

uma embarcação para lá, tenho certeza que vão fazer uma trilha na Ilha do Montão de Trigo. Temos o Canal de Bertioga, como foi citado, ele é quase todo de manguezal, se não for todo, rios que deságuam no Itapanhau, onde o Ecoturismo é feito em embarcações também. Então, hoje, o que acontece de prático em tipos de Ecoturismo? Temos o Ecoturismo que é caminhada, temos embarcações de motor, a remo, seja caiaque, seja canoa canadense, temos um trenzinho na região de Bertioga, que depois quero até solicitar o apoio de vocês para uma coisa muito séria que vai acontecer, ruim lá, que é a usina hidrelétrica de Itatinga. Temos embarcações de costão, enfim, comodidades e caixas são visitados. E quem é o público-alvo que vem, além desses estrangeiros e pessoas do interior? Temos hoje um trabalho muito grande com deficientes físicos mentais e sensitivos, temos a 3ª idade fazendo Ecoturismo, temos escolas que vêm a todo vapor fazer um estudo do meio. Hoje, a escola acaba sustentando as nossas empresas dos seus gastos, porque recebemos escolas, como por exemplo, Ribeirão Preto está mandando 6 ônibus antes do feriado, chegam amanhã e vão embora na quarta-feira de manhã. E nós, como empresa, temos que nos preparar. Mas acho que a política municipal tem que estar bem voltada para isso. Parece que São Sebastião está desenvolvendo bem essa área. Bertioga também está, mas está muito aquém. Por causa de legislação, empresas fantasmas que vêm degradar o meio ambiente, porque pagam ônibus de empresas não cadastradas no município. Temos um exemplo de Ecoturismo que acontece numa região do Brasil chamado Bonito, que é uma coisa fabulosa. Tem suas falhas, até tem, mas é um exemplo que nós todos deveríamos seguir. Quando uma excursão, um grupo chega em Bonito, é obrigado a ir a uma agência de turismo, ele não vai sozinho, tem que ir acompanhado de um guia formado pelo Sebrae que lá esteve para formá-los. Para ser guia hoje no Brasil é preciso pagar uma fortuna, pelo menos para a nossa região, ou ir a Santos, quando tem, ou ir a São Paulo; cursos que são demorados, e a Embratur não permite que se faça qualquer turismo sem um guia. Só que eles são caros e estamos engessados, porque não há guia na região. E temos um exemplo lá em Bonito; o

Sebrae foi para lá, formou os guias locais, a excursão chegando lá recebe um *voucher* turista de 5 folhas, que é aquela ordem de que pagou os passeios, uma folha vai para o turista, a segunda para o guia, a terceira para o dono da terra que é incentivado a fazer uma infra-estrutura para receber os turistas, a quarta folha fica na agência e a quinta vai para a prefeitura, e não existe sonegação de impostos. Isso acontece e funciona. Porque um guia não pega sozinho um turista sem ter uma agência envolvida, um dono de uma terra não pode, pelo menos ele tem um pacto para não fazer o turismo sem estar vindo de uma agência, deixar alguém visitar a sua terra sem isso. Então não existe degradação, não existe sonegação de impostos, existe uma qualidade de serviços e uma concorrência sadia entre agências e profissionais. Estamos perto de São Paulo, no qual temos tripulação de vôo, que fica 4, 5 dias parada em São Paulo, temos tripulação de navio no Porto de São Sebastião, no Porto de Santos, temos executivos de multinacionais que vêm para o Brasil e que têm 2, 3 dias para visitar e não querem ficar em São Paulo, querem conhecer a mata atlântica, enfim, eu acho que estamos engatinhando e a alternativa é para o frio, não para praia, porque tem gente que gosta de fazer Ecoturismo embaixo de chuva, em dia que não dá praia, e temos o limite, a capacidade de suporte de um trilha lotada em Bertioga, e acho que em São Sebastião deve ocorrer a mesma coisa. Opções de hotéis para lazer. Porque o pessoal que vem para praia, acredito que todos gostam de praia, mas também chega uma hora que não quer mais ir à praia, gostaria de fazer uma outra coisa no litoral, gostaria de ter uma outra atividade. Isso tenho base, porque tenho estande de venda dentro do Sesc de Bertioga que recebe em média 800 pessoas, em semanas diferentes, e eu saio lotado todos os dias, e as pessoas têm uma praia ali fabulosa, uma infra-estrutura fabulosa. Eu vivo disso, hoje estive com um grupo de japoneses até agora, por isso peço desculpas pelo meu atraso, no meio do mato desde as 8h da manhã até as 14h, lá em Bertioga e o meu filão, vou dar uma dica para quem está na área, que está ocorrendo muito, hoje atendendo uma, duas por semana, são empresas que trazem os seus funcionários para fazer um treinamento,

estão tirando psicólogo de dentro da empresa, tirando academia, tirando recreações de dentro da empresa e trazendo os seus funcionários para o meio da mata, para ter uma auto-ajuda do tipo, na hora que acaba, um ajuda o outro a carregar, levantar, carregar coisas, dividir o lanche etc., observamos que existe o seguinte comentário da parte de quem os dirige: “se vocês não tivessem se ajudado mutuamente, vocês não teriam atingido esse ponto que atingimos da trilha, da caminhada etc. E isso, na nossa empresa é assim também que tem de acontecer.” E isso está cada vez ocorrendo mais. Então, com certeza, esse segmento vai crescer. Só que se não tomar cuidado, ele é perigoso, temos animais peçonhentos, ele poderá ser degradado. O exemplo da trilha da Mogi-Bertioga que foi fechada por nós, porque estavam ocorrendo acidentes, várias pessoas tetraplégicas por levar tombos em pedras etc., pessoas perdidas, drogas etc. Então, acho que temos que estar os municípios vizinhos, Estado, União, bem unidos em cima de uma política, porque essa poderá ser também uma alternativa para se somar a essa questão do turismo na nossa região, lembrando a vocês que o serviço internacional de Washington definiu que 70% da biodiversidade do planeta, ou seja, 70% das diferentes espécies vivas estão em 17 países, o Brasil está em primeiro, a Indonésia está em segundo, a Colômbia em terceiro. Aqui no Brasil a Mata Atlântica possui a maior biodiversidade, em seguida está a Amazônia e o Pantanal. Então, vocês sabem que quando um europeu, quando uma pessoa do interior entra no meio da mata e ele percebe que em cima de uma árvore tem centenas de espécies vivas, ele fica pensando que na floresta dele tem no máximo 10 espécies de vegetais. E por isso, cada vez mais, através da Internet, através de um trabalho lá fora, estou conseguindo trazer gente. Não vou me alongar, foi-me pedido um tempo recorde, e entendo e peço desculpas pelo meu atraso, mas só queria deixar um apelo para vocês: temos uma usina em Bertioga chamada Hidrelétrica de Itatinga, essa usina foi projetada pelo ingleses em 1890, começou a ser construída em 1903 e funciona desde 1910, gerando energia ao Porto de Santos. Em 1911, o Porto de Santos desativou todas as máquinas a vapor; para atingir essa usina, anda-se através do

rio de barco, pega-se um trenzinho elétrico, uma maria-fumaça que anda 7 km no pé da serra até chegar a uma vila feita pelos ingleses, em que as casas são de viga de riga, a usina é feita com turbinas alemãs acopladas a geradores americanos, em cima de um piso português, debaixo de uma telha francesa, a água é brasileira, mas há um problema muito sério, a Codesp está privatizando o Porto e vai privatizar a usina que não está tombada pelo matrimônio, pelo Ifan, pelo Condephaat, pela prefeitura de Bertioga. Numa nossa briga conseguimos adiar essa privatização, tem uma visita do Ifan, o Condephaat não foi ainda e não sei se a prefeitura de Bertioga irá tombar. E poderemos amanhecer, de um dia para o outro, com aquilo lá detonado. Enquanto falamos de incentivo de turismo aqui, discutimos, estamos aqui no Fórum, as autoridades estão do dia para a noite quase pegando uma peça, destruindo o solo turístico que as pessoas vêm da Alemanha para cá para ver essa ferrovia que funciona até hoje, desde 1910. Então, fica aqui o meu apelo, leiam o manifesto e nos dêem o apoio, por favor.

Muito obrigado, Boa-tarde. (palmas)

SR. – Amanhã estaremos falando com o Rachid.

SR. – Queremos agora, passar a palavra para o Diretor Executivo do São Paulo Convention Bureau, Aristides de La Plata Cury. O Aristides é um elemento de altíssima importância para o Turismo de Negócios do nosso país, porque ele não só trabalha para uma das maiores cidades do mundo, como disputa o mercado mundial com outras grandes cidades do mundo. Mas Aristides tem-nos acompanhado pelo interior do Estado em cidades de 5 mil habitantes, ele conseguiu mostrar para todos que pode ajudar uma cidade grande, uma cidade pequena. E em matéria de feiras e eventos ninguém sabe melhor do que Aristides de La Plata Cury. Tem a palavra.

SR. ARISTIDES DE LA PLATA CURY – Boa-tarde a todos. O tema aqui é Regionalização do Turismo e queria dizer a vocês que num projeto que fizemos em

conjunto com o Sebrae São Paulo, em 1995, identificamos que um dos vetores principais para a regionalização do turismo no Estado de São Paulo, quer seja no litoral, quer seja no interior, era o turismo de eventos. O poder, a capacidade de irradiação da cidade de São Paulo já estava gerando negócios em outras cidades a partir da busca de opções para a realização de eventos. Vou procurar ser o mais breve possível, até porque também tenho interesse de terminar mais cedo. Então, queria só falar um pouco sobre essa questão do evento. Na nossa terminologia, procurando ser bem coloquial na definição, evento é tudo aquilo que tem a capacidade de tirar o sujeito de dentro de casa para ir a algum lugar. Não, evento é aquela reunião que faz com que as pessoas se motivem a sair de casa. Tem a capacidade de desestabilizar o cara e fazê-lo sair de casa. Nesse sentido, nesse contexto, um evento turístico, ele tem a capacidade de tirar a pessoa da casa dele e ir para uma outra cidade, fazer com que ele se desloque para essa outra cidade para poder participar de alguma coisa. Isso porque a definição de turista, segundo a Organização Mundial de Turismo, é um visitante que fica no mínimo 14 horas fora da sua cidade de origem, passando pelo menos um pernoite na cidade de destino. Se isso é a definição de turista, o Estado de São Paulo é a região que mais recebe visitantes do país. A Capital, a cidade de São Paulo, é a cidade mais turística do Brasil em função do turismo de eventos, turismo de negócios. Queria me ater um pouco aqui, porque qualquer coisa é um evento, casamento é um evento, um aniversário é um evento, seminário aqui é um evento, então queria me ater um pouco aos eventos que eles têm como característica básica acontecerem em cada edição num lugar diferente. Nesse sentido, podem ser divididos segundo a natureza em eventos técnicos, que têm como autor do evento uma empresa, ou uma entidade de classe, pode ser um congresso, uma convenção ou uma feira. São eventos que são sujeitos a um trabalho de convencimento, para fazer com que quem decida o evento escolha uma região diferente da outra, em detrimento de outra. É uma disputa para ver que localidade será a próxima sede desse evento. A esse trabalho de convencimento, de quem decide o evento, fazer com o evento

aconteça nessa região, em detrimento da outra, chama-se captação de eventos. No fundo, no fundo, o que se quer é fazer com que a geração de riquezas que um evento traz aconteça nessa região. Estamos disputando a grana que o evento traz. Porque atrás do evento, vêm as pessoas que vêm participar dele; o evento, em função da sua complexidade, pode até subcontratar 52 tipos diferentes de serviços, e as pessoas que vêm no evento vêm gastar o seu rico dinheirinho aqui. E aí, como dizia meu pai: “dinheiro é como mulher bonita. Você está sempre tendo que tirar de alguém, nunca dando sopa.” Então, estamos sempre disputando onde vai acontecer o evento e com alguém. Desculpe o machismo, o meu pai era uma pessoa super legal. Cada vez mais em função dessa pujança que o evento traz, cada vez mais as cidades estão acordando para a necessidade de trazer os eventos para a sua localidade. Vou fazer uma comparação aqui rapidamente sobre esses atributos que tornam o turismo de eventos a coqueluche mundial pela relação custo/benefício. Primeiro que toda cidade pode captar eventos, independente da necessidade que se tenha de melhorar a infra-estrutura, de melhorar as condições, existem eventos de tudo quanto é tipo, tamanho, então existem eventos que têm condições de vir para cá, para a nossa região, independente da necessidade que se tenha de implementar a infra-estrutura. Então, toda cidade deve captar eventos, pode captar eventos. Uma questão importante é que o turista de eventos gasta mais. Enquanto o turista tradicional de lazer, o dinheiro que ele gasta é ele que está gastando, normalmente no turismo de eventos há uma pessoa jurídica bancando uma parte da viagem. Então, sobra mais dinheiro para o cara gastar. Existe uma outra questão importante também no turismo de eventos, que interessa mais às cidades, é a questão da sazonalidade que já foi dita aqui, que os eventos acontecem em diversas épocas do ano, então não é que a cidade começa a querer acertar um determinado evento, vai trabalhar o evento que tem interesse, vai fazer o evento fora da alta estação, vai procurar fazer o evento nos períodos em que ela precisa receber mais fluxo de visitantes, uma localidade precisa receber mais fluxo de visitantes. Existe uma outra questão de custo/benefício, é que enquanto no turismo

de lazer você tem que fazer um trabalho de tentar atingir milhares ou milhões para que potenciais consumidores realizem centenas ou milhares de viagens, que é o turismo de lazer, no turismo de eventos é o contrário, poucos decidem a viagem de muitos. Talvez um diretor de treinamento de uma empresa vá decidir que irá acontecer um seminário e ele decide por dezenas e até centenas de viagens. Então, essa relação custo/benefício é muito importante e a questão da ciência é descobrir quem decide o evento, porque muitas vezes o cara está escondido, muitas vezes não é claro quem decide o evento dentro de uma corporação ou dentro de uma entidade. Além de gastar mais, o turista de eventos pede nota fiscal, porque ele precisa ser reembolsado, normalmente ele paga as despesas e leva de volta. E isso gera arrecadação para a cidade. Por outro lado, no turismo de lazer, o indivíduo não pede nota fiscal de nada. Mas, no turismo de eventos, o cidadão vai pedir nota fiscal. Isso traz o lado positivo de gerar mais riqueza, mais impostos para a cidade. Uma outra coisa, é que muitas vezes pelo fato do evento acontecer num lugar em que o cidadão não conhece, às vezes ele encontra até dificuldade de chegar no local do evento, ou o evento é perto como este aqui, mas, ao chegar no local, ele encontra coisa que nem sabia que existia lá, faz muito tempo que não ia para lá, a maioria falou diversas vezes isso: “gente como está lindo isso e coisas de primeiro mundo que estou encontrando aqui.” Porque participou do evento. Em seguida, quando retorna, volta como turista de lazer, sem que o destino tenha gastado um centavo nessa promoção. Foi uma promoção que aconteceu em função, em decorrência do evento. Depois ele vem com a família, porque conheceu um hotel maravilhoso, conheceu um artesanato lindo, uma gastronomia que não sabia que existia, uma natureza exuberante, enfim, tudo isso que estamos falando aqui. E se ele não faz isso, quando ele volta para a sua cidade, ele vira o maior propagandista do local, o que é a melhor coisa que existe no turismo, a propaganda boca a boca. Essa é que vende mesmo. E ele faz isso, novamente, sem ter um centavo de investimento do destino, o destino não gastou nada em promoção. Por isso, por todas essas questões é que cada vez mais as cidades estão se organizado para

explorar esse nicho de mercado. Agora, como faz isso, já estamos falando isso aqui o dia inteiro, é pela união das forças. Um hotel sozinho, no caso do evento, porque o cidadão não fica só dentro do hotel, vai querer ir ao restaurante, vai querer fazer um programa fora do local do evento. O Centro de Eventos sozinho também não faz isso, a prefeitura por mais que queira fazer, não depende dela que as pessoas decidam se o evento vai acontecer aqui ou não. Então, a união desses esforços, juntar a turma e tentar ganhar a preferência do evento para que ele aconteça aqui na nossa região em detrimento de outra, é o que acho que seria um encaminhamento muito interessante para que essa localidade, a partir disso, nós aqui, consiga gerar mais riquezas, gerar mais negócios e gerar mais empregos.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. JARBAS – Lembrando que as perguntas podem ser feitas por escrito, dirigidas à Mesa (falha na fita) previsto o Dr. Luiz Figueira de Quental, Diretor Executivo da Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares de São Paulo, da Abrej – Associação Brasileira da Indústria do Turismo e outras entidades coligadas, teve um problema, estava em Belo Horizonte, lá a Vasp cancelou os vôos, ele conseguiu chegar aqui em São Paulo com bastante atraso, mas passou mal. Está em Juquehy, mas não tem condição de ficar de pé, está passando muito mal. Não para morrer, essas coisas, mas está passando mal do estômago, tontura etc. Mas, ele tem aqui o seu diretor da Federação de Hotéis, o Conselheiro de Turismo do Estado e também Conselheiro do Fórum São Paulo Século 21, que gostaria de se dirigir a vocês, com algumas palavras. Tem a palavra o Sr. Domingos Chiapetta.

SR. PAULO JULIÃO – Como estamos com bastante tempo, deixe-me só fazer um comercial, dizer que – repetir o que foi dito ontem – esse grupo turístico é composto de 20 conselheiros, que vão elaborar o relatório final com o Deputado Nabi Abi Chedid, que é o relator desse Grupo Temático que eu coordeno.

O Conselho é formado pelo Secretário de Esporte e Turismo, mas na verdade o coordenador Sr. Virgílio Carvalho, que esteve aqui hoje, é quem participou de todas as reuniões, de todos os eventos. O Sérgio Veneza, que é o diretor da Embratur aqui em São Paulo; o Leonel Rossi, que é o Presidente da Abav – Associação Brasileira de Agências de Viagens; o Sr. Aristides, que falou agora, que é do São Paulo Convention Visitors; o Júlio Serson, que é Presidente da Abih – Associação Brasileira das Indústrias de Hotéis; o Domingos Chiapetta, que é da Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares de São Paulo; o Armando Arruda, que ontem falou em nome dos conselheiros e é campeão brasileiro de corretores de feiras; o Clóvis Menezes, que é Presidente da Adibra – Associação das Empresas de Parques e Diversões do Brasil; Professor Luiz Renato Ignarra – Presidente da Associação Paulista de Albergues da Juventude; o Sr. Pedro d’Aléssio, que é Diretor Comercial da BBTUR – Banco do Brasil Turismo; a

Magda Ramos Ventura e o Sr. Ary Scapin Júnior, o Valmir Martins de Oliveira, que representam o Sebrae São Paulo, também uma participação para sistemas privados; o Sr. José da Silva Costa, que está aqui conosco, que além de ser prefeito de Joanópolis, é o Presidente do Fórum do Projeto Serras e Águas; o Sr. Host Pastile , que é da Abredi – Associação de Bares e Restaurantes Diferenciados; o Professor Mário Beni, que é da ECA – USP; o Sr. Luiz da Silva , que é da Abeccs – Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços; o Sr. Horácio Neves, que é da Ajotesp – Associação Jornalista de Turismo de São Paulo; o Jarbas, que é do Conselho Estadual de Turismo; a Magda, Rita, que é da Assossitur – Associação dos Transportadores de Turistas domiciliares; o Sr. Natal Leo, que é da Social Democracia Sindical. Então, são esses conselheiros que serão os nossos pares na elaboração do relatório final desse Fórum de Turismo e Serviços e evidentemente com cada um dos palestrantes que participaram aqui hoje e também os que participaram dos outros seminários, todos de grande valor, e também aqueles do turismo da área .

SR. JARBAS – Tem a palavra o Sr. Domingos Chiapetta – Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares e similares do Estado de São Paulo.

SR. DOMINGOS CHIAPETTA – Boa-tarde, o Sr. Quental havia preparado um *release* em uma matéria específica de Hospedagem e Alimentação, mas como representante da categoria, tenho a missão de em poucos minutos explicar mais ou menos o que seria. O grave problema que ocorre em São Paulo, na área de hospedagem, é dos pequenos e médios hotéis. É a dificuldade que há de se conseguir perante o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, recursos para poder transformar aquele hotel que já está com seus 20, 30 anos para adequá-lo para concorrer ou sobreviver. Porque o que está ocorrendo é que nesses hotéis tradicionais a tendência é de cerrar as portas, porque não há mais condições de mercado. Isso porque os recursos não chegam a eles. Do BNDES, para o Sudeste não há empréstimo, não há geração de valores, é só Nordeste. O governo do Estado abriu, dentro de um dos fóruns que participamos na Assembléia, a possibilidade de recursos para o pequeno e médio empresário. Isso está sendo articulado, o governador Mário Covas já tomou posição nisso. Então é um caminho para esses pequenos e médios hotéis. No mercado hoteleiro, daqui para frente, com recursos de empresas que estão vindo, grupos espanhóis, grupos japoneses, a tendência não será mais dos grandes hotéis, os hotéis que eram chamados 5 estrelas, o mercado hoje, daqui para frente, para o Século 21, será de 3 e de 2 estrelas até. Existem grupos franceses, como a Corticket e o IBIS, hoje com diárias de 45, 48, 50 reais. Foi falado aqui, eu estranhei, que o litoral Norte, São Sebastião, Juquehy, é para a classe rica. Eu não aceito isso. Estamos discutindo o turismo social, que é aquele em que o empregado, o comerciante, tem condições de também ter o seu lazer. Foi falado tanto em lazer, então esse turista que pode freqüentar os locais de praias ele vai ter condições também com o turismo social. Foi falado que São Sebastião não tem tradição artesanal. É pena que a pessoa não esteja aqui, não gosto de falar quando a pessoa não está presente. Respeito as

ponderações que fez, mas São Sebastião tem artesanato, São Sebastião tem ecologia, tem Ecoturismo. Existe um *banner* aqui no hotel afixado no salão que fala: “liderança, competitividade e trabalho em equipe”. Tudo que foi falado aqui na Mesa demonstrou união, a união por meio de equipes. Então há comissões, litoral Norte, São Sebastião, Ubatuba, mas temos o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares aqui da região, CBA de Ubatuba, o Presidente Claudino, temos o sindicato em Santos, que pega a região Santos/Guarujá, esteve aqui presente pela manhã um dos diretores de turismo. Então, todo litoral Norte tem condições. Alimentação, que se poderia falar que foi a dificuldade de encontrar um local para almoço, ontem, infelizmente num trajeto vindo de São Paulo, de 2h30, fizemos em 4 horas, mais ou menos, foi mostrado tudo o que há na orla, nesses 110 km, o Deputado Paulo Julião teve a oportunidade de ver casas, lanchonetes, pizzarias, restaurantes, é inacreditável falar que só depois do meio-dia, quando aqui no Hotel já estava até funcionando. Quanto à Embratur, também vou falar, porque também estou representando como conselheiro o conselheiro Sérgio Beleza, que é no caso de São Paulo, Embratur, só em legislação turística, em um disquete da Embratur constam 1.300 páginas, tal o trabalho que estamos desenvolvendo sobre legislação, adaptação e adequação para formar dentro deste Fórum São Paulo Século 21, não é que vamos realizar até dia 30, estamos fazendo a visão do Século 21. Não é que a legislação vai ficar parada 100 anos. Não vai ficar parada. Novos deputados, executivos elaborarão projetos nesse desenvolvimento futuro. Mas, precisamos preparar hoje, com o Fórum Século 21, aquilo que será visto no início do Século 21.

Era o que queria falar a vocês. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. JARBAS – Muito bem. Isso feito, temos que registrar aqui e tenho que falar em nome dos palestrantes do dia, de manhã e de tarde, que fui eu quem instalou, que todos nós tivemos realmente muito prazer, teoricamente dois prazeres, o primeiro de vir aqui nesse canto de praia, que é muito bom, muito gostoso – Juquehy eu não conhecia, só passava reto, nem sabia que tinha uma praia gostosa

aqui. Mas, sem saber onde seria o local da reunião, todos os palestrantes se prontificaram a prestigiar o trabalho que vem sendo feito pelo Deputado Paulo Julião, junto com o Deputado Nabi Abi Chedid. Na verdade, essa comissão que está gerindo este seminário conseguiu ser em mil vezes melhor do que uma comissão de turismo que tem na Câmara, na Assembléia, que nos últimos mil anos foi inútil. Eu nunca vi, uma comissão de deputados da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que não é Piauí, não é Roraima, é São Paulo, tem uma Comissão de Esportes e Turismo que talvez tenha feito alguma coisa para o esporte, mas em turismo nada. Inclusive porque se colocam lá deputados como o João do Pulo, que não sabe o que é turismo. O máximo que ele fez foi ficar na banda do esporte, porque de turismo não entende nada. Como é que uma pessoa dessas pode dirigir uma comissão de turismo numa Assembléia do Estado de São Paulo? É com isso que não me conformo. Por isso, Sr. Deputado, quero aqui dizer em nome dos meus colegas que uma das primeiras coisas que vamos pedir em mudança de legislação do turismo, é começar a arrumar a casa, porque queremos estar arrumando a casa dos outros e a nossa está desarrumada. Qual é a nossa? É a nossa Assembléia. A prova é que, permita-me, grande Deputado Paulo Julião e o Nabi Abi Chedid, por qualquer razão, acabaram ficando com essa comissão dentro do Fórum todo e mostraram com quantos paus se faz uma canoa. Você é especialista em balneário, o Nabi especialista em transporte, estância também. Cá para nós: são dois macacos velhos. Então sabem tudo. Pegaram o assunto e conseguiram desenvolvê-lo e a prova está: estamos num domingo aqui, com Fórmula 1 e tudo, e estamos aqui. Porque vocês conseguiram aglutinar, inclusive, um palestrante veio de Brasília, o outro veio de Minas Gerais, outro de Santa Catarina, o outro trabalhou até as 14h30 e está aí. Mas, esta é a primeira modificação que vamos fazer. Segundo, vamos insistir para modificar essas leis idiotas, que não pode fazer a marina a menos de 200 metros. O sujeito que tem de falar alguma coisa, achar ruim isso, primeiro tem que arregaçar as mangas e ir limpar o Rio Tietê e o Rio Pinheiros para depois vir dar palpite. O sujeito fica implicando com certas coisas e não olha que onde ele

mora tem um rio fedido, uma miséria, se vai para Santana do Parnaíba, não se agüenta o cheiro de química, de creolina. E o sujeito fica encrencando. Então, precisamos modificar a cabeça desse pessoal, porque eles não são donos da verdade, assim como eu não sou, ninguém aqui é e eles também não são. Então, vamos colocar em votação se faz assim ou assado. Mas, se não mexermos nas leis, não adianta sentarmos em fórum nenhum. Confiamos o trabalho a vocês, e quero dizer, me pediram para dizer, inclusive, que nós tivemos muito prazer em trabalhar com vocês dois.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. PAULO JULIÃO – Ao encerrarmos este seminário, queremos dizer também da nossa satisfação, por estar encerrando praticamente esse quase um ano de trabalho, a última reunião será no dia 30, mas como falei, será sobre legislação, de propósito porque esperamos todas as discussões e tudo que foi levantado sobre turismo e serviços para que no final ficasse o debate sobre legislação. E acabamos definindo que esse último seminário seria em São Paulo, na Assembléia, e trataria de regionalização do turismo e legislação. Como conseguimos trazer para o litoral esse seminário, então o dividimos em duas partes: a parte de regionalização fizemos hoje, e no dia 30 resolvemos fazer uma mesa redonda, apenas com especialistas da área, junto com os Conselheiros, para discutirmos essa questão da legislação. E é lógico que não vamos discutir a nossa opinião, vamos discutir aquilo que tiramos de todos os seminários e reuniões que fizemos. Entre elas a de hoje, na qual muitas coisas foram colocadas. Portanto, tudo isso está gravado, registrado e isso vai ser discutido e vai fazer parte do relatório. Mas, a maior satisfação que estamos tendo é primeiro, ter tido, eu e o Deputado Nabi, uma assessoria que nos deu uma sustentação muito grande. Para quem não sabe, o trabalho do deputado vai muito além do que às vezes a má imprensa divulga, mostrando os plenários vazios, quando na verdade não explica para a população como é que funciona o Poder Legislativo. O Poder Legislativo funciona,

uma parte das discussões na palavra dos deputados, por meio de uma lista de inscrições em que não há necessidade de ninguém ficar ouvindo, porque aquilo vai ficar registrado, cada um no seu gabinete, a TV Assembléia ouvindo, tem o som falando, e o deputado não está lá à toa, ninguém está na praia como às vezes parece, porque a imprensa está mesmo quando não há gente lá. Quando a Jovem Pan vai à Assembléia e fala que o deputado não está lá, na verdade, trabalhamos em comissões permanentes que existem na Casa sobre turismo, Comissão do Meio Ambiente, Comissão de Justiça, então, terça, quarta e quinta, como a Assembléia tem três plenários, se acumulam todas essas reuniões. Fora isso, as comissões não permanentes, os trabalhos não permanentes. Hoje a Assembléia tem 6 CPIs em andamento, faço parte de duas: CPI dos precatórios ambientais e CPI dos precatórios comuns. Isso já há 6 meses, outro dia fiquei maluco dentro daquela Casa. Acabamos de assumir a coordenação deste Fórum, que foi trabalhoso, aí quero voltar a dizer que se não fosse o Mauro e a Silvia, que estão lá atrás, que são Assessores do Deputado Nabi Abi Chedid, o Wagner, inclusive que é Professor de Direito lá na FMU, estuda Direito no curso de Turismo, a Silvia, a Cleide que é minha assessora, que ficou aqui esse tempo todo, então, se não fossem eles iria ser muito difícil termos conseguido que esse Fórum continuasse. Não haveria tempo para tratarmos dessas questões, como por exemplo, trazer esse evento aqui para São Sebastião, a dificuldade que foi conseguirmos esse espaço, conseguir viabilizar local, recursos, estrutura etc. Os três ali desceram duas semanas seguidas, passaram todos os dias aqui no litoral, primeiro visitando os prefeitos, depois hotéis, pousadas, restaurantes, em São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, Ilha Bela, foram ao Vale do Paraíba em algumas entidades, enfim, quero agradecer a essa assessoria que foi muito eficiente. O Deputado Nabi Abi Chedid era para estar aqui hoje também, acho que algum imprevisto aconteceu, porque estava indo cedo numa reunião da CPD, da qual ele é o vice-presidente, e deve ter acontecido alguma coisa, porque senão ele estaria aqui, com certeza. Mas, quero dizer que a nossa maior satisfação foi dada com a proposta dos conselheiros, por meio do Armando,

que propuseram para a Assembléia, que esta comissão não acabe. Ela terminará agora com o término do nosso trabalho no Fórum, mas pediram que continuássemos de alguma forma com esse trabalho, por um período que vamos discutir, falei com o presidente, ele aceitou e vimos recebendo esse pessoal, esses conselheiros e eles aceitaram, achando que eram mais alguns encontros que iam se realizar. Mas, no fim, acabaram vindo pela seriedade do trabalho e se empenharam. Aliás, se não fosse o trabalho desses conselheiros, a gente também não teria, evidentemente, chegado a esse fim com sucesso. Quero garantir aos senhores que dos 16 grupos temáticos que compõem o Fórum São Paulo Século 21, o tema Turismo e Serviços está sendo um dos mais prestigiados, um dos mais elogiados pela Casa – como disse o Jarbas, ontem, vocês receberam uma ficha de inscrição, na qual há comentários para se fazer a avaliação e todos os seminários que fizemos deu uma média de 89% de aprovação e uma das questões que foi registrada foi aquela que se falou, em função do tempo. Realmente o tema é maravilhoso, empolgante e cada expositor vem aqui e infelizmente eles têm muito mais coisas para falar, mas, se não controlarmos o tempo, acaba chegando no final, as pessoas têm compromissos, têm problemas e é preciso ser bem rigoroso mesmo. O Cláudio Amaral, pessoa que conheço há mais de 10 anos, teve que ler a sua palestra em 25 minutos sem poder expor os seus pensamentos, acabou sendo até prejudicado, mas teremos a oportunidade de ter outras palestras com o Cláudio. Esqueci-me de dizer ontem que mesmo que a Assembléia não pagasse a sua passagem e a estadia, que é o mínimo que se pode fazer quando se convida alguém de um outro Estado para vir fazer uma palestra, ele disse que mesmo assim viria. Então, acho que só essa manifestação mostra o interesse da sua matéria, mostra a importância que se dá a esse evento. Dizer a vocês que na Assembléia temos questões que às vezes merecem apenas registro similar, porque vocês participaram desse e não sabem o que aconteceu nos outros. Foram todos grandes eventos. O Estado de São Paulo produz eventos culturais, artísticos em tal quantidade que é maior do que a quantidade de eventos realizados em toda América Latina, incluindo o Brasil, Rio

de Janeiro etc. E, pasmem! Nem o paulistano sabe. Então, hoje, pecamos por um problema básico que é o de informação. A maior revolução que hoje o mundo atravessa é a informação. E hoje o grande trabalho que se procura fazer em São Paulo é tentar pegar esse turismo de negócios que se mistura com turismo de lazer, que ocupa dois, três dias por semana em São Paulo, que já tornou São Paulo o principal portão de entrada no Brasil, com aqueles milhões, 4,5 milhões de passageiros por ano que entram em São Paulo. Então, o grande trabalho hoje que se está tentando fazer, mais no Estado de São Paulo, é estender, tentar com mais informação fazer com que esse público fique pelo menos mais um dia em São Paulo. (...) na Bolívia, (...) acho que hoje só escapa os Estados Unidos que está praticamente com emprego pleno. Mas, mesmo o emprego pleno também é um problema, porque aí avilta a competitividade e quem sai perdendo é o trabalhador. Mas, essa questão do desemprego não é apenas uma questão econômica, como às vezes querem fazer entender. A oposição hoje faz uma crítica monetária do país. Eu como Tucano e acreditando no meu governo, até quero citar que apesar dos pessimistas de plantão, dos eternos descontentes, os eternos pessimistas que dizem que o Brasil vai entrar no buraco, para azar deles, já há uma previsão no primeiro trimestre deste ano de que a economia no Brasil, que parecia que ia ser negativa, cresceu 3% do PIB. Portanto, os empregos estão sendo recuperados. Mas, a questão do desemprego no Brasil não é só uma questão econômica, a tecnologia também acabou com os empregos. Você entrava numa fábrica de montagem de automóveis antigamente em São Bernardo do Campo, era uma cidade, tinha 20, 30 mil pessoas. Numa linha de montagem tinha 6, 7, 8, 10 mil pessoas. Hoje você entra numa linha de montagem numa indústria automobilística, eu já fui na Volkswagen do Vale do Paraíba, você entra em um ambiente que parece de hospital de tão limpo que é, você vê umas pessoas todas de branco dentro de umas cabines e o restante tem uns reboques colocando porta, os parafusos automáticos, apertando parafuso. Isso, é lógico que também é o responsável pelo desemprego. E isso é uma questão mundial. E a grande

problemática do mundo hoje é encontrar uma solução para esse desemprego. Não só para esse desemprego por conta da tecnologia avançada que vai tomando os empregos, como também da massa de pessoas que cada ano entra no mercado de trabalho, os jovens, por exemplo. Esse é o grande desafio. E nós temos a solução para esse desafio, que é o turismo. Se não estou errado em usar esse dado, o Uruguai é do tamanho de Alagoas, de Sergipe, mas recebe mais turistas, tem uma economia em relação do PIB, no turismo, maior do que a do Brasil. Então, alguma coisa está errada. O Brasil tem 8 mil km de costa, o Estado de São Paulo, com 600 km de costa, o litoral Norte com mais de 300 km de costa, situado num eixo da maior economia do país, entre (...) e Santos, nós não desenvolvemos as nossas potencialidades. Então, acho que está na hora realmente de se rediscutir, e como disse a Ana Maria, o que não se pensava, talvez no começo desse Fórum, o ano passado, talvez vá mais para frente.

Então, fica aqui o nosso agradecimento a cada um de vocês que prestigiaram, participaram deste evento, dizer que estamos à disposição, por meio do nosso gabinete, ajeitar disposição para encaminhar, se for o caso, para qualquer dessas entidades que fazem parte do Fórum, qualquer questionamento, qualquer esclarecimento, qualquer ajuda necessária até para formatar, ou para procurar alguma coisa. Até um outro dia, perguntei para um grande dono de empresa de agências de viagens, por que não tinha pacote turístico para o litoral Norte? Ele respondeu-me: “Olha, vivemos de demanda, na minha empresa não entra ninguém para pedir um pacote turístico para o litoral Norte. No dia em que na minha empresa começar a entrar pessoas pedindo pacote para o litoral Norte, começaremos a fazer.” Na época eu me convenci dessa resposta. Hoje não estou convencido. Acho que, foi falado hoje aqui nas palestras, hoje mudou. Se a empresa não identificar os nichos de possíveis clientes, não for capaz, vão sobrar todas as agências de viagens do país. Porque a modernização, a mudança, a globalização, vai tirar do mercado aqueles que forem incompetentes. Acho que até para isso o Fórum serviu, para mudar a cabeça da gente e aprender muita coisa daquilo que a gente pensava

que sabia. Eu parto do princípio que a vida inteira só se aprende. Morre-se sem saber nada. Portanto, é qualquer coisa que se soma ao aprendizado. Mas, de qualquer maneira, posso dizer que aprendemos muito nesses meses aqui, muito mais do que os 5 anos na Assembléia, na questão do turismo, do qual sou vice-presidente da Comissão de Esporte e Turismo da Assembléia Legislativa. E infelizmente tentando ser presidente, mas infelizmente, na Assembléia, há um jogo político em que cada partido tem um espaço. Então o espaço de Esporte e Turismo foi cedido para o PTB. Atualmente temos atuando o Wadih Helú, também homem do esporte, então não vou lá como presidente ficar carregando piano, quando temos “n” coisas para fazer e não dá tempo de nada.

Então, queria, finalizando agora, dizer realmente da presença de vocês, vocês foram as pessoas mais importantes e isso eu estendo a cada um dos seminários que realizamos, porque vocês, com a participação, com o debate, com as perguntas e como ouvintes têm enriquecido e vão enriquecer realmente o nosso trabalho e a nossa dedicação no sentido de produzir um relatório que propomos ser o melhor possível, para que São Paulo possa realmente explorar as suas potencialidades, já que somos, como aqui foi dito, o maior consumidor de turismo do Brasil. Você vai a qualquer lugar, é só paulista.

Para terminar quero só contar um caso, por ser verídico: em 1983, quando sai da Prefeitura de São Sebastião, fui passar uma semana em Fortaleza. Eu estava na piscina do Novo Hotel, nadando, tinha um grupo num canto, aí um cara olhou para o outro e falou assim: mas que hora de entrar na Ilha Bela. Não falei nada que era daqui, mas são coisas que a gente ouve em todos os cantos.

Muito obrigado. Boa-noite a todos e parabéns para vocês. (Palmas.)

07.08.2000

- Paulo Julião – Deputado. Coordenador do grupo temático Turismo e Serviços
- Armando Arruda Pereira de Mello – Diretor Executivo da UBRAFE-União Brasileira dos Promotores de Feiras
- Domingos Chiapetta – Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares e Similares do Estado de São Paulo
- Alexandre Leite – ABEOC
- Natal Léo – Coordenador de Capacitação e Formação da Contratuh e Fenascon e Depor
- Jorge Miguel – Associtur
- Jarbas Favoretto – Representante do Conselho Estadual de Turismo
- Sônia Marli de Arruda Miranda – Professora
- Maria de Fátima Bassoi –
- Glória Maria Whidmer –
- Izelina Calaça –
- Nelson Petroni – Representante das agências de turismo
- Joandres Terrar –
- Virgílio de Carvalho – Coordenador de Turismo do Estado de São Paulo
- Júlio Serson – Presidente da ABIH-SP

SR. PAULO JULIÃO – Quero pedir a atenção dos senhores para a abertura dos trabalhos. E quero, antes de qualquer coisa, convidar o Armando para fazer parte aqui da mesa, como é uma discussão técnica hoje, ele é quem vai coordenar os nossos trabalhos.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença dos Conselheiros, dos convidados. Quero destacar que estão presentes, até agora, o Domingos Chiapetta, o Armando, que está aqui comigo, o Alexandre Leite, da Abeoc, o Natal, que é da Social Democracia, o Jorge Miguel, que é da Associtur, e o nosso sempre querido Jarbas Favoretto, que é, entre outras coisas, do Conselho Estadual de Turismo, Membro Vitalício. Além de conhecê-lo, eu já comecei provocando-o.

Quero agradecer também a presença dos convidados que vêm enriquecer aqui o final desse trabalho, que está culminando com este debate sobre a legislação.

Agora já estão aqui Professora SONIA MARLY de Arruda Miranda, Dra. Maria de Fátima Bassoi, Glória Maria Whidmer, Izelina Calaça, Dr. Nelson Petroni e Joandres Terrar. Temos outros convidados, que devem chegar ainda.

Mas quero dizer que os nomes dos senhores foram escolhidos a dedo, como as pessoas que têm a maior experiência e o maior conhecimento das questões e da legislação que envolvem o Turismo. E este nosso encontro foi previsto que aconteceria após todos os debates ocorridos nos seminários, nas discussões, com esta discussão final, que é talvez um dos gargalos da questão do Turismo.

Quando iniciamos os nossos trabalhos em novembro de 1999, com a posse dos nossos Conselheiros, tínhamos apenas algumas diretrizes do Fórum São Paulo Século 21 e o ideal de contribuir para o Turismo em nosso Estado.

Depois de oito meses e quatro seminários, nos quais a maioria dos nossos Conselheiros contribuiu sobremaneira com suas participações como palestrantes, debatedores, idealizadores e organizadores, conseguimos ter uma visão mais abrangente do Turismo em nosso Estado, desde a sua infra-estrutura, capacitação de mão-de-obra, segmentação, promoção e regionalização até a questão do

financiamento para o setor. E por proposta do próprio grupo, deixamos para o final, como já disse antes, o tema referente à Legislação Turística, objeto desta mesa redonda, que pela sua própria especificidade ficou restrita aos nossos Conselheiros e aos Técnicos convidados.

Nós temos consciência de que o nosso trabalho não se deve esgotar por aqui. O Turismo, como um dos setores da nossa economia mais promissores para o próximo milênio, deve ter uma atenção constante, não só do Poder Executivo como também do Poder Legislativo.

Por isso, tenho a certeza de que esse trabalho de aperfeiçoamento de nossa legislação estadual sobre o Turismo não pára por aqui nem esgota a questão.

As portas desta Casa, que foram abertas à sociedade paulista pelo Fórum São Paulo Século 21, ampliando significativamente o debate de assuntos de extrema relevância para o nosso Estado, como é o Turismo, não podem mais ser fechadas àqueles que querem contribuir para seu trabalho e sua experiência, em benefício da população.

Em meu nome e no do Deputado Vanderlei Macris, Presidente desta Casa e idealizador deste Fórum, do Deputado Arnaldo Jardim, Relator-Geral do Fórum, e do Deputado Nabi Abi Chedid, bem como dos nossos Assessores, que tiveram um trabalho intenso, o Mauro, a Cleide, a Sílvia, a todos os nossos Conselheiros e a todos os nossos convidados que participaram, sejam como partícipes apenas dos seminários, sejam como palestrantes de segmentos da sociedade do Turismo, que não couberam como Conselheiros do nosso grupo temático de Turismo, e vocês agora aqui presentes, por terem colaborado com os objetivos do Fórum, transformando o nosso ideal em ação efetiva em prol do Turismo do Estado.

Eu tenho uma participação, como prefeito que fui duas vezes e como representante de uma região que trabalha fundamentalmente com a indústria do Turismo, que é o Litoral Norte e uma parte do Vale do Paraíba – nós poderíamos incluir o Vale histórico, Aparecida e outras regiões da Mantiqueira. Então, temos uma visão muito clara deste debate de hoje, da dificuldade que encontram os

empresários do setor na questão do Turismo, não só como prefeitos, mas como a sociedade em geral, para poderem desenvolver seus grandes trabalhos.

Ontem mesmo, como candidato a prefeito que sou lá em São Sebastião, nós estivemos a manhã inteira com empresários da área de Turismo em Maresias, onde a queixa era geral. Ainda hoje alguém lá ainda citou o caso de um grande empreendimento, que vai gerar mais de 500 empregos, que ficou 6 anos para ser aprovado pela legislação, principalmente no que diz respeito à legislação ambiental.

Queremos deixar aqui consignado que com a nova gestão Mário Covas e com a mudança do Secretário para o nosso companheiro, Deputado Tripoli, que é Deputado e está Secretário, já houve uma grande mudança não na legislação, mas pelo menos na aceleração e da convicção do grande problema da legislação, além da sua complexidade e da dúbia interpretação, a ponto dos, como vocês devem ter conhecimento, como advogados, atritos terríveis que tiveram na gestão do Fábio Feldman com a Diretora do IBAMA, com relação a questões fundamentais, que eram apenas de entendimento.

Então, a importância desse debate hoje, das conclusões que nós tiramos aqui, eu acho que talvez seja o coroamento realmente de um trabalho exaustivo que fizemos com o maior prazer, mas com muito mais consideração aos Conselheiros, que largando as atividades a que estão afetos, não pouparam esforços, de durante este ano inteiro estar presentes em nossos eventos. Na medida em que nós, Deputados, temos a obrigação de estar aqui, aqui é a nossa Casa, a idéia partiu daqui, e aqui estamos. Mas os Conselheiros, os colaboradores tiveram de vir para cá, para poderem fazer essa discussão.

Acho que alguns relatos, alguns depoimentos, nos deixam orgulhosos de estarmos no caminho certo. Primeiro, nessa discussão do Turismo. Segundo, até na compreensão do funcionamento do Poder Legislativo e da sua divulgação. Na verdade, algum entendimento diferente do que existe aqui ocorre por culpa talvez maior até do Poder Legislativo, que não teve ainda a capacidade de passar para a sociedade o seu verdadeiro papel e a forma de como ele é tratado.

Com isso, eu declaro então aberta a sessão. Passo agora a palavra, até por coincidência, à dupla Arruda, ao Armando, que é Arruda, e à Professora SONIA MARLY, que é Arruda, mas que não tem nada a ver em relação ao sobrenome, que como Coordenadores da Comissão Técnica Organizadora desta Mesa vão dar início aos nossos trabalhos de hoje e mediar os debates.

Nós estaremos aqui acompanhando. Talvez saia um pouquinho e volte. Mas tenham certeza de que nós ficaremos aqui até o fim, certos de que, como já disse antes, a contribuição de vocês será muito importante para o relatório final, que proporá ao Grande Conselho desta Casa um projeto de desenvolvimento turístico do Estado de São Paulo, que será coroado, ao fim do ano 2000, com as decisões do Grande Conselho desta Casa.

Confirmo agora a chegada do nosso sempre presente Coordenador de Turismo do Estado, um dos grandes conhecedores do Turismo neste Estado, neste país, o Professor Virgílio, que nos acompanha desde o início com sua presença e sua sabedoria, sempre a nos alentar sobre a certeza de que o futuro está aí e só depende de nós. Obrigado.

Gostaria de convidar o Virgílio para sentar-se conosco, como autoridade, ele está aqui representando o Secretário de Esportes e Turismo, pessoa que terá também um grande papel na implantação das propostas que saírem deste seminário.

SR. ARMANDO ARRUDA – Boa-tarde a todos. Nós vamos fazer uma pequena introdução.

Queremos agradecer, em nome dos Conselheiros e dos convidados, esta oportunidade que a Assembléia dá da discussão do nosso tema Turismo e Serviços. Nós temos recebido toda colaboração dos Deputados Paulo Julião e Nabi Abi Chedid e das suas Assessorias Técnicas, da Cleide, do Mauro e da Sílvia. Mas ainda gostaria de destacar a especial colaboração que este grupo de trabalho recebeu. Dra. SONIA MARLY de Arruda Miranda, Dra. Glória Maria Whidener,

Professor Álvaro Sérgio Cavagoni, Procuradora da Assembléia Legislativa, Dra. Maria de Fátima Bassoi, Sra. Izelina Calaça, Bacharel em Direito. E especialmente aos companheiros Domingos Chiapetta, Jarbas Favoretto, Sérgio Beleza, Virgílio Carvalho, aqui presente à Mesa, e Pedro d'Aléssio, que forneceu, enfim, o material que nós pedimos e que estávamos aguardando desde 1998.

Uma menção que eu gostaria de fazer, antes de entrar exatamente no nosso assunto, que é o Turismo, eu não me vou estender, é que nós não tratamos de um setor de serviços, porque nós não conseguimos nem o tempo nem viabilidade para isso. De qualquer forma, uma informação precisaria constar. Existe a Federação de Serviços do Estado de São Paulo, com sede nesta Capital, que é presidida pelo Sr. Luigi Nesi, e que conta com 13 significativos sindicatos filiados e de representação na Confederação Nacional de Serviços.

No material que os senhores receberão existe a descrição, eu não vou perder tempo aqui lendo 13 longos nomes de sindicatos, mas vamos ver que são sindicatos muito importantes, principalmente quando se fala de mão-de-obra, pois nós, do Turismo, temos um envolvimento muito grande, quando há limpeza, segurança, o verde e algumas outras áreas.

SR. – Armando, na área dos empregados, eu os represento.

SR. ARMANDO ARRUDA – O que estou dizendo é que estas aqui são entidades patronais que nós não tínhamos abordado, mas vejo. Tanto quanto nós, a mão-de-obra, o setor de serviços, é o maior empregador do país no momento, não é? Então, ele tem de ser tocado na nossa avaliação final.

A coordenação do grupo de trabalho submete a este Conselho que o nosso assunto precisa ser muito mais discutido e com muito mais profundidade.

O Alexandre, da Abeoc, sempre me lembra, às vezes divagamos um pouco, que nós estamos tratando de um projeto para o Século 21. Nesse aspecto, quero dizer que o que com o que nós temos, a Comissão chegou à seguinte conclusão,

que o que temos hoje de legislação não nos leva ao Século 21. Muito pelo contrário. Ela já nem atende às nossas necessidades de momento. Então, ela precisa ser, com muita dedicação e com muito empenho, trabalhada.

O que nós temos, nessas algumas reuniões que a Professora Sônia vai apresentar, nós trabalhamos com os documentos e legislações das seguintes fontes: Coletânea de Leis e Decretos da Secretaria de Esportes e Turismo, do Inesp, do D.D.I. da Assembléia Legislativa, da Embratur, e o Sérgio Beleza foi quem providenciou toda a legislação, e do Palácio do Governo. É esse material que está na pasta que cada um dos Conselheiros e convidados recebeu.

Eu gostaria de chamar a Professora Sônia para que ela fizesse a apresentação da proposta da Comissão, que é muito simples. Ela nada mais é do que um diagnóstico, mas que gostaríamos que fosse enriquecida com a participação dos senhores presentes. Muito obrigado.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Obrigada.

Primeiro, eu gostaria de agradecer aos Deputados pela honra e pelo convite, e a indicação dos meus diletos companheiros Virgílio e Jarbas Favoretto. Ao mesmo tempo, agradecer à contribuição muito importante, que foi de bastante peso, dos meus colegas que formaram este grupo de trabalho técnico. E mais à nossa Procuradoria aqui da Assembléia, que nos deu assim um amparo bastante bom.

Acho que seria interessante lembrar que nós tivemos muito pouco tempo para uma discussão mais aprofundada. Nós tivemos apenas 7 reuniões, e o que nós tentamos, dentro disso, foi extrair o máximo possível.

Com relação à legislação estadual, depois eu pediria à nossa colega, Dra. Maria de Fátima Bassoi, para falar um pouquinho sobre ela, pois ela tem maior conhecimento do que eu.

Um outro ponto que nos deixou um pouco desapontados, eu diria, foi que nós pedimos, por meio da Assessoria do Deputado, que todas as entidades representativas nos enviassem as sugestões e os problemas existentes em cada

área. Infelizmente, não recebemos quase nada. Então, isso nos deixou, de certa forma, de mãos atadas, porque nós não pudemos trabalhar mais profundamente em cima daquilo que estava sendo pedido.

Com relação à legislação federal, eu pediria, então, à Dra. Glória que fizesse uma exposição em cima disso. Porque no estadual, se me permite, Maria de Fátima, praticamente a nossa legislação existente é uma legislação arcaica, é uma legislação totalmente ultrapassada, e que na sua maioria consta de festividades ou de reconhecimento de estâncias.

De qualquer maneira, eu gostaria primeiro, se a Mesa me permitisse, de ouvir as duas colegas, para depois nós, então, continuarmos com as nossas propostas da Comissão. Obrigada.

SRA. GLÓRIA MARIA WHIDNER – A minha explanação vai ser um tanto quanto simples. Na verdade seria mais uma parte introdutória ao tema mais importante aqui da nossa reunião. Também com relação à legislação federal, a nossa situação não é muito diferente. Nós temos algumas leis que, de forma direta ou indireta, estão relacionadas ao setor, mas que também de alguma forma carecem de alguma atualização. Ou de alguma forma já são supridas por algumas deliberações normativas da Embratur, mas que de forma geral ainda são muito simplórias, no sentido de estarmos ajudando realmente a promover um bom desenvolvimento da nossa área.

Então, se nós fôssemos analisar na verdade do que seria formado o nosso campo de trabalho, nós teríamos várias subdivisões a fazer.

Num primeiro momento, o que se oferece, dentro da área do Turismo, basicamente quando falamos do que se vende ao turista, do que se põe dentro desse mercado, num primeiro momento poderíamos estar falando de atrativos naturais e do que chamaríamos também de atrativos culturais. Seriam os dois pontos principais de enfoque dentro da área. Atrativos naturais formados por todos aqueles bens da natureza. E os culturais, voltados para manifestações folclóricas,

gastronomia, cultura de uma forma geral, tudo aquilo que é formado pela participação humana.

Aliado a isso, para que nós pudéssemos ter uma melhor oferta com relação a esses primeiros componentes, nós deveríamos estar oferecendo a infra-estrutura, que se dividiria em básica e turística. A básica oferecida pelos órgãos governamentais de uma forma geral, fora as terceirizações. E depois uma infra-estrutura turística propriamente dita, que hoje em dia pela lei se torna muito simplória, em face, em contraponto à realidade dinâmica da atividade turística.

Hoje nós temos, considerados por lei, 6 tipos de empresas de Turismo, entre as quais nós teríamos a parte de transportes, eventos, agências de viagem, meios de hospedagem, recreação e lazer eEstá faltando uma aqui. Daqui a pouquinho, me lembro. E isso é muito pouco, se formos pensar na dinâmica da atividade turística hoje em dia, tudo isso voltado a um consumidor.

Basicamente, com relação a esses assuntos, nós teríamos a parte de legislação ambiental voltada aos atrativos, que realmente é uma legislação que está mais enfatizada no nosso setor, muito bem feita e com o último advento de uma das mais importantes, a Lei nº 9.605, que trata dos crimes ambientais, que seria uma coisa em que deveríamos prestar muita atenção dentro dos nossos serviços.

Agora, quando falamos da parte de cultura, não sei, acaba sendo um ponto bem interessante aqui no nosso país, pois realmente nós não nos empenhamos o quanto deveríamos com relação a toda essa parte de atrativos, que também deveria ser posta em xeque, ou vista com maior importância, desde a parte de eventos, que realmente acho que deveria ser muito mais enfatizada, em termos de São Paulo, baseada no nosso Turismo de negócios, que é um dos maiores dentro do país, se não o maior. Realmente, eu vejo a situação muito crítica.

A lei específica, que também trata das empresas de Turismo, a Lei nº 6.505, do ano de 1977, é algo que já não supre, há muito tempo, a nossa realidade, já tendo sido revogada em vários aspectos.

Então, nós temos na verdade um verdadeiro quebra-cabeça, uma colcha de retalhos, que não nos resolve mais muita coisa.

Baseados nessa realidade da legislação federal, temos até algumas dificuldades, em termos da legislação estadual também, que acaba sendo engessada – por isso o nosso sistema de estar-se adequando ao que vem de cima.

Assim, o que realmente eu gostaria de passar a vocês é que a idéia, ou o sistema normativo vem muito caótico já da parte federal, o que, talvez, de alguma forma, dificulte os nossos trabalhos. Mas há algumas coisas que cabem na esfera estadual e que devem realmente ser modificadas, no sentido de, de repente, estar levando o Estado de São Paulo a ser um precursor dessa situação de uma nova realidade dentro da área.

Nós temos algumas opiniões, algumas coisas que deveriam ser tratadas num primeiro momento, dentro do que cabe aqui ao nosso Estado. Gostaria até de dizer que, pela minha experiência na parte docente dando alguns cursos também para agências de viagem, para a base dos vários Estados, que realmente é uma situação, vejo que não só com relação às agências de viagem, mas quanto às empresas de eventos, transportadoras, realmente muita coisa deve ser mudada e que as pessoas realmente não sabem de onde isso parte.

O Estado do Rio de Janeiro já tem também algumas propostas relacionadas à modificação da sua legislação estadual. Eu acho também que deve partir realmente dos Estados onde se desenvolve mais essa atividade turística, com uma força maior, essa mudança.

Na verdade é para isso que estamos aqui. Então, dentro dessa parte toda, caótica, vamos ver o que é possível fazer, no sentido de estar realmente chegando ao Século 21 com uma nova perspectiva para a atividade, que movimenta tanto dinheiro e tantos empregos e recursos no mundo inteiro. Por que não no Brasil, uma das maiores biodiversidades que temos no mundo, podendo ser a tábua de salvação para o nosso país e também para o nosso Estado, que acaba sendo carente em tantos sentidos?

Eu não vou ficar me atendo a uma série de números de leis, que eu acho que nem isso eu senti usar nesta reunião, mas realmente estarmos achando novas propostas. Então, eu gostaria de passar a palavra agora à nossa Procuradora.

SRA. MARIA DE FÁTIMA BASSOI – No tocante à legislação estadual, nós temos aqui de colocar que logo de início nós já verificamos que a legislação existente aqui no Estado, a base da legislação é muito antiga. Então, fica um pouco difícil formalizar, estabelecer um caminho de atuação, principalmente sem a ajuda das entidades. Isso é primordial. Se nós não tivermos a ajuda das entidades de classe, ou mesmo das agências, dos sindicatos, vai ficar muito complicado conseguir elaborar e procurar vislumbrar qual a legislação que tem de ser criada. Muitas vezes até terão de ser criadas leis para suprir a lacuna até do federal. É aí que nós teríamos de entrar basicamente, para não haver um confronto com o federal.

No âmbito estadual, como já disse, a legislação é muito, muito antiga. Nós procuramos alguns itens que seriam interessantes. Mas isso foi só pensando em uma possível codificação.

Por exemplo, na legislação sobre guias de Turismo, só para dar um exemplo, o que temos é um decreto. Não existe uma lei no Estado. O que vamos encontrar de mais novo é uma lei referente ao registro e fiscalização de estabelecimentos de hospedagem. Esta é a lei mais recente que nós possuímos.

Por exemplo, uma lei sobre incentivos fiscais, é um decreto-lei de 1969, para verem como é antigo. Quer dizer, o que nós percebemos é que, em termos de incentivo fiscal, e mesmo agora se falando em ICMS, seriam reduções de alíquotas. Não existe uma legislação específica para isenção. No caso aqui, esse decreto-lei tratava de isenção para bebidas e alimentação de hotéis ligados a interesse turístico.

Quer dizer, hoje, acredito eu, pelo menos nós não conseguimos localizar nenhuma legislação específica sobre isso. O que, em termos econômicos, se

formos partir para esse lado, para um início seria básico ter uma legislação com incentivo fiscal. Não só isso, mas verificar toda a legislação que estabelece, por exemplo, normas para a proteção das belezas naturais de interesse turístico. É muito antiga. É outro decreto-lei complementar de 1969.

Então, precisaria haver uma definição do que e onde estão os problemas básicos do Estado a serem enfrentados. Só diante desse material, em que pudéssemos verificar qual é a efetiva necessidade e quais são os problemas que o Estado enfrenta, é que seria viável se pensar em uma lei, ou quiçá num código. Porque também teríamos de ter a participação do Executivo, pois muito do que se tem aqui são decretos regulamentando as próprias disposições da lei.

Então, teria de haver um intercâmbio entre Legislativo e Executivo. E é lógico, as entidades nos trazendo os problemas. E não só os problemas, mas também as sugestões, quais seriam os principais pontos a serem atingidos para se promover um desenvolvimento.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Fátima, permita-me. Realmente, eu acho que se nós, de qualquer atividade, qualquer segmento, hoje precisamos rever o *modus operandi*, imagine o Turismo, em que a nossa legislação é de trinta anos atrás.

Então, mais do que nunca, isso precisa ser revisto, precisa ser reestudado e principalmente modernizado, para poder atingir o que as entidades reclamam tanto da área de legislação.

SR. ARMANDO ARRUDA – Professora, eu vou pedir um minuto para o Coordenador de Turismo do Estado, Professor Virgílio Carvalho. Depois retomaremos aqui a seqüência.

SR. VIRGÍLIO CARVALHO – Não, não. É a mesma seqüência. É que ela falou do Executivo olhando para mim. Eu não quero lembrar a piada. Eu sou passageiro nessa função. Eu sou da iniciativa privada. Então, eu fico muito à

vontade, não só eu, mas o Secretário Marcos Arbaitman, em dizer que realmente queremos escrever a legislação. Desde o início acompanhamos o trabalho da SONIA MARLY, antes de sermos Coordenadores. Acompanhamos o trabalho do Jo..., talvez a pessoa que, junto com a SONIA MARLY, represente um pouco não a história, mas a vanguarda da legislação. Nós estamos vendo só a história, e de história este país está cheio. Temos vários museus. Precisamos fazer a modernidade. A modernidade não está escrita. O Turismo não está previsto. Este Fórum quer transformar isso.

Então, se eu puder falar em nome do meu Secretário, e representando-o inclusive, é para dizer que exatamente o que nós queremos, é por meio do Legislativo, e nisso tanto o Deputado Paulo Julião como o Deputado Nabi estão dispostos a nos ajudar no Legislativo. E o Secretário Marcos Arbaitman no Executivo. O que nós tivermos de procurar revogar, não da maneira portuguesa, mas da maneira correta, queremos fazer. E queremos modernizar essa legislação. Ela só vai ser feita, eu tenho o compromisso do Secretário Marcos Arbaitman, e com certeza do Deputado Paulo Julião, o Deputado mais próximo do Turismo atualmente, que representa a contribuição das entidades. Então, se em algum momento isso puder ser colocado, não mais vendo um passado, mas claro, servindo como base o passado, pensar claramente onde essa legislação hoje pega, tanto quanto a Embratur já teve a contribuição aí da desregulamentação, muito bem criticada já pelo Joander, para quem acompanha os veículos do *trade*, tem acompanhando o quanto se procurou desregulamentar, regulamentando o que não é correto, mas o que pensamos, em termos das entidades, é aquilo que queremos que aconteça.

Hoje nós temos o Executivo empresarial, quer dizer, um Secretário de Esportes e Turismo que é empresário da área, e temos o futuro prefeito de São Sebastião, que também como Deputado é um empresário da área, voltado à área de Turismo, como proprietário de restaurantes.

Então, ter esse caminho, daqui para frente, o que é do passado, dessa lista nós precisamos mudar, e de que maneira tem de revogar, talvez eu não fico à vontade para falar do Direito ainda, da parte do conceito jurídico, e o que devemos fazer daqui para frente, senão...

Porque nós vimos que temos um governador que na hora em que foi instigado a reduzir o ICMS por uma entidade de classe, o fez, com garantias, quer dizer: Reduzo. Se até setembro permanecer o mesmo volume de arrecadação, nós podemos estudar inclusive uma revogação maior.

Toda questão jurídica deve ser feita de compromisso. Compromisso de manter os patamares de um governo que não ampliou impostos. Pelo contrário, reduziu. E que na atividade de Turismo está procurando dar todo tipo de incentivo.

Então, tentar ver a modernidade disso. Como nós podemos fazer para que o Turismo, com um número menor de leis e de amarras, possa se desenvolver com qualidade e com produtividade.

Era só isso que queria dizer. Como ela falou olhando para mim, eu quis já falar, para ficar à vontade, como vocês. Muito obrigado.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Virgílio, Perfeito.

Eu concordo, em gênero, número e grau. Mesmo porque o Estado de São Paulo é um Estado tão brilhante que nós temos assim uma diversidade muito grande dentro dele.

Então, no meu modo de ver a coisa, minha opinião é que devemos formular uma legislação estadual que conceda aos Municípios a oportunidade de legislar para eles próprios. Porque cada um sabe exatamente o que é necessário para o seu próprio Município.

SR. VIRGÍLIO CARVALHO – A municipalização do Turismo é isso.

SR. ARMANDO ARRUDA – Eu queria voltar a um segundo tópico que a Comissão está apresentando aos Senhores Conselheiros e à Casa, pois num primeiro momento foi feita essa avaliação do que existe na legislação estadual, e uma passada pela federal. É patente, a todos os membros do grupo de trabalho, que se faz necessária a criação de um Código de Turismo do Estado de São Paulo, observadas as normas federais em vigor, que contemple no mínimo as diretrizes de desenvolvimento do setor e os requisitos para, e é aí que nós precisamos efetivamente do apoio dos aqui presentes, para imediatamente participarem, e no futuro essa colaboração para a formatação desse grupo.

Nós elencamos alguns itens, evidentemente não fizemos a mais completa das listas e aceitamos todas as sugestões no sentido de completá-la.

Nós consideramos que é necessário, então, esse Código para o Estado de São Paulo para:

1º) funcionamento dos estabelecimentos de hospitalidade, alimentação e bebida, agência de Turismo e transporte de Turismo de superfície;

2º) promoção de eventos: Eventos esportivos, culturais e científicos, comerciais e de promoção, religiosos e artísticos;

3º) equipamentos de recreação e lazer, parques temáticos e parques estaduais. Segmentos diversos do Turismo: Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo Náutico, Turismo de Pesca.

A própria Comissão acha que não fez uma lista completa, então, gostaria de abrir imediatamente para receber itens que faltem e passar a palavra aos representantes que aqui estão, de alguns desses setores.

Nós temos aqui a Associtur, que poderia falar alguma coisa do transporte de Turismo de superfície. Sobre o funcionamento dos estabelecimentos de hospitalidade e alimentação e bebida, temos aqui o Domingos Chiapetta.

Mas antes eu queria, por favor, pedir uma avaliação do Jarbas Favoretto sobre a nossa lista, o que está faltando na nossa lista, na sua primeira avaliação. Por favor.

SR. JARBAS FAVORETTO – É que eu teria de fazer um apanhado.

(Interferência no som.) (Pausa.)

SR. PAULO JULIÃO – Enquanto o Jarbas tem de desenvolver o pensamento dele, nós teremos de esperar mais um pouquinho.

Isto aqui não é campanha, absolutamente. Eu só estou dando uma informação de que estamos tratando com o pessoal da área do Turismo, propondo que numa futura gestão, uma das propostas nossas é baixar os impostos municipais ao mínimo possível, com o compromisso de que todos paguem. Eu me refiro ao ISS e ao IPTU, que se pegamos um hotel em Maresias, com 150 metros de frente para a praia, vocês imaginam quanto vale a propriedade. E o imposto lá é caro. E não há diferenciação se é hotel, se é residência. Então, nós queremos valorizar isso, como um incentivo ao Turismo. Talvez aqui também caiba essa discussão.

Pode falar agora.

SR. JARBAS FAVORETTO – Bom! Já que estamos em São Sebastião, eu tinha perguntado se o senhor ficou satisfeito com o nosso evento lá.

SR. PAULO JULIÃO – Perfeitamente. Um belo evento.

SR. JARBAS FAVORETTO – Valeu, não é?

Eu queria, antes de qualquer coisa, registrar que respeitamos e bastante o trabalho que a Comissão teve.

Quanto a enriquecer isto aqui, todos nós vamos enriquecer. Claro.

Mas você citou com relação a colaborações. Lembro de ter falado com você por telefone, com o Armando por telefone. Mas eu também entendi que tudo o que

nós colocamos aqui em reuniões anteriores, vocês devem ter levado em consideração.

De maneira que eu não escrevi o que já tinha aqui sido votado e aprovado, nas reuniões que nós fizemos. Mesmo porque não teria sentido fazermos uma porção de reuniões aí e ninguém ler, não é? Eu tinha solicitado, e lembro-me que tínhamos concordado em uníssono, que os Delegados de Turismo da Secretaria deveriam ser escolhidos pela Secretaria, na pior das hipóteses por Conselhos Regionais, e nunca por deputado. Porque a prática nos ensina que é uma tragédia. Possivelmente não chega a 10%, 20% o que se tira de útil. Porque deputado indicar cabo eleitoral para ser Delegado de Turismo é uma praga. Além do que muitos deles são bons em esportes, mas em Turismo *niente*. Então, esse é um assunto que tinha sido deliberado aqui. Então, eu não tinha de escrever porque já tinha deliberado.

Outra coisa. As estâncias, também nós tínhamos pedido para tirar as estâncias da decisão dos deputados e deixar para os técnicos da Secretaria. Ou, na pior das hipóteses, que o deputado respeitasse o parecer contrário do técnico da Secretaria. Porque não tem sentido um técnico da Secretaria dar um parecer contrário e o deputado passar por cima e aprovar.

Estância, de acordo com a lei, a lei foi criada para fazer o quê? Ninguém leva em consideração por que a lei foi criada. Foi criada porque um monte de gente vai para Campos do Jordão, um monte de gente vai para Santos ou São Vicente ou São Sebastião, suja tudo e vai embora. Então, foi criada a lei, para que houvesse um ressarcimento do Estado em relação ao povo do Estado que vai lá sujar, ter uma verba para isso.

O efeito atualmente é ao contrário. O prefeito quer mais dinheiro, ele inventa de pedir para o deputado da região para classificar, para ele receber dinheiro. E não é de agora. Há anos atrás, há muitos anos atrás, há mais de dez anos atrás que uma Ibirá recebia dinheiro de Turismo para fazer bancos e jardins, e o prefeito usava para asfaltar um bairro lá no meio do inferno, para pegar voto daquele bairro.

Então, essas distorções começaram a acontecer, e hoje ninguém mais se lembra porque tinha lei. Esta é uma outra coisa que nós resolvemos aqui, isso tinha de ser mudado.

Falei no plenário de uma audiência pública aqui, e repito, é um absurdo uma Secretaria de Estado como a nossa, de Esportes e Turismo, ter uma verba de 0,25% do orçamento, sendo que, se não me engano, 0,17% é para Esportes e 0,08% é para Turismo. Por que isso? Por que 0,25%? E 0,25% são 500 milhões, se não me engano. São 500. A Cultura sozinha tem 800. Por que não dão 800 para o Turismo?

Ainda tive de ouvir aqui na Assembléia, do pessoal do Planejamento, que para mim não sabem planejar nada, eles acharam que o Turismo não precisa de mais verba porque as outras Secretarias fazem coisas para o Turismo. Eu acho que é uma infelicidade total, um desconhecimento total, para não dizer má-fé. Porque eu não posso afirmar que seja má-fé.

Mas eu acho muita ignorância não levar em conta as necessidades que tem uma Secretaria de Turismo nos dias de hoje. Onde o Presidente da República e o Governador do Estado saem por aí enaltecendo a importância do Turismo, que gera emprego e não sei mais o quê, e na hora do vamos ver, a Secretaria de Planejamento tem uma verba de 650, é o caso de perguntar: o que eles fazem com tanto dinheiro, para preencher papel errado? Por que só 500 para o Esporte e Turismo? Que absurdo é esse?

Então, isso foi uma coisa que decidimos aqui, batalhamos aqui e eu vou continuar batendo o pé; nem que eu seja o único a ficar falando, vou ficar reclamando disso até alguém me ouvir.

Pedimos para separar a Secretaria de Esportes da de Turismo. É uma velha meta nossa. Não sei como está encarado aqui, mas é uma velha meta nossa. Certo?

E se não fizerem essas coisas básicas, não é possível.

Há anos atrás, eu lembro que uma vez, levando cliente, turista lá em Porto Feliz, as senhoras foram à toailete e não tinha papel higiênico. A moça disse que a Secretaria de Cultura não mandava dinheiro para eles também.

Eu acho que de tanto reclamar, eles passaram a ter verba. E nós não estamos reclamando. Nós estamos muito bonzinhos. Nós temos um Secretário que faz assim com o dedo e chove um monte de colaborações. Ele é uma pessoa que tem crédito. Mas e se ele sai? Vem outro lá sem crédito, e então não tem nada.

Então, não adianta. Nós temos de ter uma realidade e nós precisamos tomar uma posição, primeiro reclamar isso de uma certa forma. Ou pedir a separação, para chamar a atenção e termos mais verba. E sobre isso nós tínhamos conversado aqui.

Então, eu não fiz relatório em cima disso. Apenas me lembro de ter telefonado e alertado sobre esses particulares.

Acho que vocês fizeram um trabalho muito bom. Respondendo à pergunta específica do colega Armando, fica até difícil, nos dias atuais, enumerar os segmentos do Turismo com a Secretaria de Esportes e Turismo do jeito que está.

Hoje de manhã, na reunião das Diretorias do Departamento do Virgílio, do Contur, só de guias que estão para ser lançadas existe meia dúzia. Turismo de evento eu nem lembro. São segmentos...

SR. VIRGÍLIO CARVALHO – Saúde. Pesca.

SR. JARBAS FAVORETTO – Pesca. Esse de aventuras também.

SR. VIRGÍLIO CARVALHO – Natureza. Aventura fica elitista.

SR. JARBAS FAVORETTO – Então, vejam só, além de ter segmentos a mais, já estão fazendo guias.

Essas coisas, eu acho que é de um valor espetacular você ter pensado nisso. Eu não tenho no momento a sugestão para te passar. Por escrito, eu te passarei.

Agora, pergunto a vocês. Primeiro lugar, dessas sugestões que você resumiu aqui, eu acho que uma nós temos de saber se vai valer ou não. Porque esta eu acho que é a base para você pôr o pé.

Vai ter uma Comissão Permanente nesta Assembléia Legislativa ou não vai?

Primeiro, precisamos acabar, eu já falei isso, deputado, com essa brincadeira de ter uma Comissão aqui na Assembléia, como sempre teve, Esporte e Turismo, e deixar o João do Pulo vir dar palpite no Turismo. Se for para dar palpite, fique por lá. Não pode.

SR. – Ele já foi embora.

SR. JARBAS FAVORETTO – Já foi embora. Tudo bem. Mas vem outro que não sabe nada.

Então, em primeiro lugar, se vai ter uma Comissão Permanente aqui na Assembléia, que é o lugar para pôr o pé e andar para frente, já é uma coisa que podemos ficar mais tranqüilos e vamos caminhar bem. Sem Esporte no meio, porque estamos cansados de ser explorados pelo Esporte.

Isso feito, o que eu sugiro? Que nós, com a inteligência que Deus nos deu, e com os calos que nós tivemos na mão, seja como agente, seja como transportador, seja hoteleiro, não sei mais o que nós podemos fazer, projetos de lei de per si, especificamente.

Você falou o caso de guias.

Muito bem. Fizemos, em nome da Coordenadoria do Estado e do Conselho Estadual, reuniões com as ABL da vida, Grafite da vida, tal e coisa. Fizemos um modelo de decreto estadual para a figura de monitor. Certo? Para o Cacá aprovar, você vê que está bom, não é? O Cacá só criou caso com os monitores de Campos

do Jordão. O que estou discutindo com ele é se o limite é de 500 metros ou 3 km, porque ele quer estabelecer. Tudo bem. Mas o resto, ele aprovou.

Então, isso aí já é uma coisa que, eventualmente, já que a Embratur passou para o Estado, nós temos esse projeto. É uma minuta que pode ser submetida a esta Comissão, para todo mundo dar palpite, sugestão etc. etc. Uma vez resolvido isso, nós resolvemos um problema. Depois nós vamos pegar o segundo. O transporte turístico, que eu não vi especificamente aqui, por qualquer razão que não vem ao caso. Mas na verdade, o Governo do Estado também pode colocar um ponto final nessa brincadeira de pintarem em qualquer ônibus um número mentiroso de Embratur na porta e sair por aí. Certo? Basta um fiscal não deixar entrar no Tietê nenhum ônibus que tenha a bandeirinha da Embratur e você vai ver o rolo que vai dar.

A Embratur autoriza 5, 6 ônibus, e o sujeito coloca a bandeirinha em 300. Esse é um desrespeito que prejudica aquele que é bom. Certo?

Muito bem. Como está sendo gravado, não há problema depois para você rever.

Muitas prefeituras do Interior, muitas já não são algumas, são muitas, o prefeito já baixou um negócio lá, que até o Joan... tem conhecimento, porque isso passou pelo Sinditur, já faz tempo que eu tinha levado, o prefeito baixou lá que agência de viagem naquela cidade só se tiver Embratur, senão não tem. Então, a própria prefeitura já purifica o ambiente. Está certo? Isso pode ser feito pelo Estado também. Está certo?

Então, o que quero dizer é que vocês tiveram um trabalho muito bom. Vocês discutiram, foram a fundo, a Fátima e a Glória foram a fundo no levantamento e tal, e vocês chegaram a uma conclusão a que nós chegamos também faz tempo.

Quero mudar o Decreto nº 22.814, porque foi o Sr. Laudo Natel que fez em 1969, o Montoro deu uma garibada, acho que foi em 1974, se não me engano, não sei. Eu sei que não existe mais a situação hoje como era naquela época.

Então, vocês já esmiuçaram as leis. Esmiuçaram os motivos. Nós já tivemos um monte de reuniões aqui. Vamos partir para a prática.

Se alguma coisa pudermos oficializar, como essa bendita Comissão Permanente da Assembléia – está certo? – eu acho excelente.

Quanto à criação do calendário, a única coisa a que eu oporia reparo é que a criação de calendário oficial único pode nos deixar na mão de uma São Paulo Convention Bureau e fim de papo. Não precisamos nem fazer lei para isto aqui. Basta um acordo de cavalheiros aqui conosco e acabou.

Então, em resumo, SONIA MARLY, as teses que vínhamos defendendo, eu vou continuar defendendo nem que seja a última coisa que tenho de fazer. Mas, para resolvermos o nosso arroz com feijão, acho que temos de fazer uma minuta e um projeto de lei de cada assunto, procurar uma redação correta e aquela coisa toda, defesa das entidades principalmente, defesa da categoria etc. Vamos pegar um por um, porque uma pizza não se come inteira. Você vai cortando aos pedacinhos e a come toda. Então, nós precisamos fazer isso com relação às leis.

E tentar com o apoio dos deputados – eu não sei se o senhor vai ficar prefeito ou quem é que vem para cá. Eu não sei. Pelo amor de Deus. Precisamos também ver isso.

Agora, é importante andar rápido, o mais que possa, para aproveitar enquanto ele está aqui, para ver se desopilamos isso.

Esta é a colocação que eu faço, em nome do Conselho Estadual de Turismo.

SR. PAULO JULIÃO – Só para responder um pouquinho em relação a algumas coisas que foram colocadas.

Com relação às leis, há um compromisso do governador de, no que diz respeito à competência da iniciativa da lei, o que for de competência do Executivo, elas serão tomadas, dentro do respeito que ele está tendo, que este Fórum está trabalhando com a sociedade. Portanto, seria a voz do Estado de São Paulo.

Segundo, para concordar com você a respeito da nomeação dos Delegados de Turismo. Na minha região, eu nunca nomeei ninguém. Nem quis nomear, até porque é tão ridículo o salário que se paga, que o pessoal acaba tendo de ter alguém que more lá na cidade, onde está a Regional. Às vezes você tem de pegar um funcionário, que já é de carreira, de alguma coisa, porque ganha seiscentos, setecentos reais por mês. Quer dizer, você não desloca um profissional para poder fazer um trabalho como Delegado de Turismo.

Só coloco que realmente acho um absurdo essa questão, e o Virgílio me corrigiu aqui, não é 0,17%, é 0,19% para o Esporte e 0,06% para Turismo. Mas também não posso deixar de fazer uma defesa do governo, com relação a muitos outros recursos que acabam contribuindo sobremaneira para o Turismo.

Então, nós temos hoje um grande plano de saneamento, que, só no Litoral Norte, em obras, tem mais de 100 milhões de reais.

SR. JARBAS FAVORETTO – Só o Guarujá recebeu 400.

SR. PAULO JULIÃO – Perfeito.

Malha viária. Segunda pista da Imigrantes. Infra-estrutura urbana. Então, tem muita coisa que não está à conta do Turismo, mas que são obras que têm tudo a ver com o desenvolvimento dele.

É preciso que talvez as rubricas orçamentárias possam até ser revistas. Mas, de qualquer maneira, mesmo com todos esses investimentos, quer dizer, deixar 0,06% para o Turismo, não há dúvida nenhuma de que isso não é priorizá-lo. Então, nós concordamos.

Com relação ainda à legislação, há um compromisso da Casa em aceitar as propostas que saírem deste Fórum para a questão da legislação, que inclui, como você falou, Jarbas, a criação de uma Comissão Permanente de Turismo e Serviços talvez, e não de Esporte e Turismo.

Então, é para acreditar.

Inclusive, por sugestão de vocês, já foi aceito pela Casa que este Fórum permaneça em continuidade, embora esteja terminando hoje a parte das reuniões, depois faltará somente o relatório para que funcione em caráter permanente, quem sabe até sair aí uma de Conselheiros específica para Turismo.

SR. ARMANDO ARRUDA – Eu queria aproveitar uma colocação que o Jarbas fez. Na leitura que ele fez do material, o Jarbas avançou para um segundo tópico que a Professora ia apresentar. Eu vou inverter um pouquinho a coisa. Eu vou fazer uma rápida leitura do que a Comissão gostaria de apresentar e depois vamos voltar para os representantes de cada um dos setores, a quem pedimos uma avaliação mais específica.

Esta Comissão acredita que é importante a regulamentação das atividades profissionais de atendimento ao Turismo no Estado para a qualificação de mão-de-obra; a criação de um Fundo para promoção e desenvolvimento do Turismo no Estado, para subsidiar as atividades de planejamento e criação de projetos turísticos em todos os municípios; a criação de uma Comissão Permanente na Assembléia Legislativa exclusiva para tratar dos assuntos relativos ao Turismo; e a criação de um órgão público destinado a fomento, planejamento, normatização e regulamentação das atividades turísticas no Estado. Aqui está colocado em parceria com a iniciativa privada, porque acreditamos que o Turismo seja uma atividade da iniciativa privada principalmente. A criação do calendário. Ou teríamos de fazer um Fórum dos Convention Bureau, porque o Convention Bureau é uma atividade de cidade. Então, eles teriam de ter uma organização de Estado. As outras entidades podem colaborar. A criação de linhas de crédito em conjunto com a Nossa Caixa Nosso Banco, órgão financeiro que poderá fomentar e financiar os pequenos e médios empreendimentos turísticos, e a permanência deste grupo de trabalho, para dar continuidade.

Então, isto aqui foi para fazer a leitura, porque o Jarbas avançou na sua avaliação.

Eu gostaria, então, de pedir ao Sr. Domingos Chiapetta para falar alguma coisa sobre o que está no “a” e no “b”, que seria hospitalidade, alimentação e bebidas, pelas entidades que ele aqui representa.

SR. DOMINGOS CHIAPETTA – Excelentíssimo Coordenador do Grupo Temático Turismo e Serviços, Deputado Paulo Julião. Membros do Conselho presentes a esta reunião e demais entidades.

O Século 21 – não é que nós vamos resolver o problema de 100 anos em 7 reuniões da Subcomissão e mais 3 Fóruns que foram realizados. É o início para que possamos ter a qualidade do Turismo e para as pessoas terem essa benevolência que eu falo que seria dentro do Século 21, a qualidade em primeiro lugar.

Por meio de leis e projetos é que esta Casa desenvolve sua atuação.

Temos de cumprimentar o Deputado Paulo Julião e o Deputado Nabi Abi Chedid, quando por meio do projeto de lei nº 280/2000 instituíram a Semana de Conscientização Turística, sendo consignado o dia 20 de março como o Dia do Turismo no Estado de São Paulo.

Diferentes propostas foram estudadas e apresentadas por esse grupo de trabalho e entre as que foram numeradas, como bem disse o Sr. Jarbas Favoretto, que disse que para a permanência do grupo de Turismo, para dar continuidade, duas ficaram de fora, ou seja, a destinação de dez por cento do fundo de melhorias das estâncias para projetos de capacitação de recursos humanos locais e outra que seria a criação de incentivos fiscais para empresas de Turismo que invistam em capacitação de seus recursos humanos.

Se a parceria privada não se juntar para o bem do Turismo, este praticamente ficará à mercê do Estado e, hoje em dia, a parceria é a principal entidade de comunicação para o Turismo.

Dentro da nossa área de hospitalidade, por meio do Decreto 9.871, de 10 de dezembro de 1997, o que foi proposto e está sendo seguido para a hotelaria, quer dizer, nada temos a acrescentar, é o encaminhamento da hospitalidade perante a

Secretaria de Esportes e Turismo, que é a representação referente aos meios de hospedagem. Temos dentro dos impostos de ICMS material que foi distribuído aos senhores no qual há a proposta, desde o Governo Fleury, de que a Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo vem agilizando com pretensões de dar maior qualidade, maior arrecadação e vem conseguindo reduções, como disse a Procuradora Dona Fátima, porque ainda não existe uma legislação específica; enfim, conseguimos reduzir para os meios de hospedagem e restaurantes de 8,4% para 3,5% a partir do mês de maio. Temos prometido, dentro da ação, chegarmos até 2,0% ou 2,5%.

Foi introduzida emissão de cupom fiscal pelo governo do Estado, o que acarretou uma despesa de mais ou menos três mil dólares para a implementação do sistema. Conseguimos, por meio do governo do Estado, aproveitar cinquenta por cento para benefício da redução e conseguimos, dentro dessa comissão, a tentativa da criação de um órgão público destinado a fomento, planejamento, normatização e regulamentação das atividades turísticas no Estado; em parceria com a iniciativa privada, por meio dos conselhos municipais de Turismo pode nascer e ser aperfeiçoado o Turismo no Estado de São Paulo. O Jarbas Favoretto é um desbravador, vem conseguindo, por meio das comissões municipais de Turismo em diversas cidades no interior, que haja o fomento do Turismo nas cidades e nos municípios, ou seja, o Estado de São Paulo tem seiscentos e sessenta e cinco municípios cujas condições o nosso segmento representa.

Referente aos segmentos hospitalidade, alimentos e bebidas é o que temos a manifestar, algumas sugestões poderão ainda surgir, sempre verificando que São Paulo recebe, por meio de eventos, o turista no Estado e nos municípios com uma porcentagem de setenta e cinco por cento de turistas que representam o segmento.

SR. – Na seqüência, gostaria de passar a palavra para o representante das agências de Turismo, o Sr. Nelson Petroni.

SR. NELSON PETRONI – Senhores da mesa, companheiros de trabalho, permitam que também me considere companheiro desse trabalho, imediatamente me associei a essa iniciativa quando soube da sua existência e quero dizer que o Turismo para as agências de viagens é questão de subsistência. Como os senhores sabem, todos os agentes de viagens são grandes fomentadores do Turismo, porque comunicam ao público, com grande insistência e com enorme custo, os planos, as organizações de viagens e as facilidades que procuram conceder às pessoas para estimular o Turismo. Portanto, tudo aquilo que se pensa a respeito das agências de viagens é de grande necessidade para o estímulo, e sei que estímulo é uma coisa que preocupa muito as autoridades, pois quando se fala em estímulo se entende, muitas vezes, em incentivo e incentivo é sinônimo de dinheiro, de verbas, enfim, tudo aquilo pelo qual nós sabemos que as nossas autoridades lutam insistentemente com a carência de recursos; logo, não há assim muita facilidade em distribuir aquilo que todos precisam no Brasil, que é um país carente de tudo e que não tem, infelizmente, recursos para prover de maneira desejável todas suas carências.

Quando me refiro a estímulo, quero dizer tudo aquilo que as pessoas precisam sentir para trabalhar no Turismo e o que o turista precisa sentir para desfrutar no Turismo. Às vezes, nós advogados, militantes na área, nos deparamos com várias ações de desestímulo, e especificamente no campo legislativo deveríamos dizer que o Turismo praticamente prescindia, hoje, de uma legislação. Não existe nenhuma e me refiro no âmbito nacional.

Havia uma Lei 6.505, de 1977, que foi quase inteiramente revogada. Ela foi derogada em grande parte, como todos os senhores sabem. Depois disso nada foi feito, apenas um decreto-lei de 1986 que liberou a atividade completamente. Foi um decreto-lei de um artigo e de um parágrafo. E o parágrafo ambiguamente criou uma forma de obrigar o Estado, no caso me refiro à União, a exercer a devida fiscalização sobre as entidades que ficaram inteiramente liberadas para o exercício de qualquer atividade relativa ao Turismo. Não temos nada. Se não temos nada

contra, também não temos nada a favor – e a favor é coisa que todos devem perseguir quando começam a sentir as coisas que vêm em contrário. Agora achamos oportuno falar de algumas coisas que surgem em desestímulo ao exercício da atividade. Por exemplo, e só posso falar de lei porque decreto, deliberação normativa, resolução, sabemos que têm uma força muito relativa e bastante fugaz. A única lei que está trabalhando insensivelmente, às vezes, indesejavelmente contra o Turismo é uma lei de defesa e proteção do consumidor. Nunca tivemos uma legislação de proteção ao consumidor e quando se criou uma, honra seja feita, ela é digna do Canadá, porque é uma legislação tão rigorosa que para o povo canadense e para o fornecedor canadense viria sob medida, porque sempre que as pessoas queiram respeitar-se mutuamente, consumidor e fornecedor, essa lei não atinge quase nada. E digo quase porque às vezes pode haver sempre uma interpretação divergente e no Turismo a interpretação é que nos preocupa. Portanto, quando queremos propor à comissão que estude os fatos que trabalham em desestímulo, seja com a prática do Turismo, devemos ver o que incomoda. Sem dúvida alguma nós sabemos que a falta de saneamento incomoda muito, mas depende bastante de verbas e verbas. A falta de segurança também incomoda muito e também depende demais de verbas e nós não temos isso em escala suficiente como temos que reconhecer.

Uma coisa que não custa nada é conseguir esse grande elemento que se chama compreensão. A compreensão se consegue com muita facilidade, basta pedir ou exigir se estiver, por exemplo, a solicitação protegida por alguma autoridade capaz de solicitar essa colaboração, e eu quero dizer a respeito de um órgão estadual que está bem no âmbito do Estado de São Paulo, que é um órgão de proteção ao consumidor subordinado a uma secretaria de Estado que age com rigor, não quero dizer maquiavélico, mas com um rigor exagerado em favor do consumidor, mesmo quando o consumidor não tem boa-fé na sua procura ao órgão. Primeiro, essa procura não lhe custa nada. Imediatamente o consumidor com produtos de Turismo – sempre estou me referindo a serviços – procura um órgão

desses para fazer uma reclamação, onde muitas vezes, por mais absurda que seja, ela é inteiramente acolhida, forma um processo e o prestador de serviços notificado se vê diante ... – lamento dizer, nem todas as pessoas que aplicam as leis conhecem seu sentido. Às vezes se prendem exclusivamente a expressão literal da lei e não à vontade do legislador, que é procurar pacificar as partes em torno de um preceito legal, não é fornecer uma espada ao aplicador para que ele atravesse na garganta de todas as pessoas que ele considerar que dentro daquela legenda, dentro daquela escrita, estão infringindo a determinação legal. Essa lei está sendo infelizmente muito mal interpretada. Já tive respeitadas discussões com técnicos e dirigentes do Procon mas só consigo dizer uma coisa e só consigo ouvir outra: “Se o senhor não está satisfeito, trate de mudar a lei”, mas na lei nós não admitimos mudança. Aquilo que está escrito, está escrito. Na verdade é aquilo que incomoda e desestimula o Turismo, e se desestimula o prestador de serviços com certeza desestimula também o praticante do Turismo, o cliente do Turismo, porque ele se julga com muito mais direitos do que na realidade ele poderia se considerar titular e ele se julga com tanto direito que ele diz assim: “Eu reclamo contra a agência de Turismo se o avião atrasa ou se o chuveiro do hotel não está funcionando bem. Eu não comprei a viagem nem na companhia aérea nem comprei a hospedagem no hotel. Comprei tudo na agência e é a agência que tem que me responder.” Ou seja, ele se dirige à agência e não existe o benefício legal que a lei processual civil concede normalmente da denúncia dali nem, digamos, no juizado especial, essa figura não é contemplada, enfim, se o consumidor não fica satisfeito com o resultado da entrevista com o Procon, que é uma tentativa de conciliação e eu chamaria que é uma tentativa às vezes até de coisa diferente porque se naquela hora não fazemos um acordo, pode gerar uma penalidade que pode vir a ser uma penalidade administrativa e uma imediata remessa do caso ao juizado especial.

Portanto, temos o seguinte quadro: a agência tem que abandonar os seus afazeres, e eu como advogado lamento dizer que não posso aconselhar que o agente vá prover a sua defesa sozinho no Procon, porque lá vai se encontrar frente

a um técnico, às vezes com diploma de bacharel, e vai ser, sem dúvida alguma, intimidado ao máximo e quase sempre julgado. Estamos num país cheio de juizes. Por exemplo, a imprensa quando acusa, acusa, condena e julga tudo no mesmo artigo e no mesmo dia, ou seja, hoje em dia precisamos temer a imprensa. Se o nosso nome aparecer no noticiário, aparece com julgamento e condenação juntos e depois para retificar é difícil. No Procon é a mesma coisa. Muitas vezes, respeitosamente, disse aos técnicos do Procon que eles não têm condições de prover julgamento. Mas porque doutor que não podemos julgar? O senhor pode me dizer se não estou autorizado? Digo-lhes: O senhor não está autorizado por lei. Porque o senhor é parte no processo. O senhor é advogado do consumidor? O senhor está advogando a causa do consumidor? O senhor quando muito é meu “ex adverso”, mas não pode ser juiz desse caso, porque ao juiz se exige isenção e é algo que o senhor não pode ter, porque a sua função precípua é proteção do consumidor. Portanto, não podem julgar com isenção. E o agente manda o advogado, paga o advogado – claro, porque advogados de graça não existem, e o advogado não tem nenhum sucesso na área do Procon. O agente paga um advogado no juizado especial e quase sempre o juizado especial emenda a sua ação à ação do Procon, que também propõe imediatamente uma conciliação, e quase sempre o que tenho ouvido é o seguinte: “Mas doutor, a empresa que o senhor representa é tão grande e o consumidor é uma pessoa que se contenta com pouco. Mesmo sem considerar muito os direitos, conceda isto!”. Sou obrigado a dizer que se a empresa sair por aí fazendo benemerências pode deixar de existir muito rapidamente. Se ela começar a pagar o que não deve, sinceramente existem casos cabeludos. Hoje em dia existe, podemos dizer, uma atividade paralela do Turismo. É o turista especulador. Ele vai para a viagem munido de câmeras, gravadores, uma série de coisas para gravar a conversa dele no hotel, registrar com fotografias um carrinho de mão que, muitas vezes, infelizmente está num corredor de hotel para dizer que a empresa o mandou para um hotel que estava em reforma, que o barulho dos pedreiros, a poeira, enfim, tenho quatro advogados trabalhando

numa reclamação desse tipo contra um hotel, por isso estou fazendo referência pessoal. Já perderam em primeira instância mas recorreram e alegaram que a poeira e o barulho faziam muito mal à sua esposa que sofria de asma, e o barulho começava às sete horas da manhã e só terminava às cinco horas. Sabemos que todos os hotéis de grande categoria exercem um serviço de manutenção permanente e nunca existiu esse tipo de obra com poeira, no caso, o hotel estava simplesmente trocando papel de parede de um andar, e sabemos que é algo que se faz com cola e papel. Não se faz com martelo, pá, picareta ou muito menos poeira – enfim, só para exemplificar, porque são coisas que militam no desestímulo.

Portanto, não custa esse técnico dizer: “Se a sua reclamação se deve ao atraso do avião, vamos mandar um representante da companhia aérea para convencer o consumidor a se dirigir ao Procon”, e a companhia aérea muitas vezes dará uma explicação muito aceitável a respeito do atraso, porque muitas vezes esse atraso foi apenas motivado por questão de segurança de vôo, como questões meteorológicas ou problemas técnicos.

O Brigadeiro Gandra, diretor do departamento de aviação civil, escreveu um bonito trabalho a respeito do temor das companhias aéreas, inclusive foi criada uma associação cujo nome do advogado não lembro no momento e também não gostaria de dizer o que eu penso da sua qualificação, apesar de existir advogados de porta de xadrez e existir também advogados de balcão de aeroportos que ficam “catando” turistas que querem fazer reclamações sobre atraso de vôo para mover ações de indenização. Tudo isso, meus caros colegas, é algo muito importante sobre o qual devemos refletir para encontrarmos uma solução sobre o que fazer.

A justiça também é um órgão estadual, e a justiça não se move na interpretação somente das leis. A interpretação é faculdade do juiz. Portanto, a interpretação é faculdade do técnico do Procon. Por exemplo, se a reclamação é contra o chuveiro do hotel, não custa chamar o representante do hotel e ver se realmente o consumidor reclamou com razão que o chuveiro não estava funcionando a contento e dar a oportunidade ao hoteleiro de prover o conserto do

chuveiro ou mudar o turista de apartamento. Nada disso acontece. O turista tira fotografias, capta testemunhas e ainda mais, procura fazer uma linda reportagem a respeito em vez de fazer uma reclamação fundamentada em fatos reais da “porcaria do hotel” e acaba reclamando da agência que tinha a obrigação de saber que aquele hotel estava com chuveiro defeituoso, porque o agente de viagem tem que percorrer diariamente todos os aposentos hoteleiros que vai contratar, inclusive saber, entre outras coisas, se tem o tamanho do travesseiro que o consumidor não gosta.

Essas coisas, me perdoem encaminhar a minha palavra para o campo do ridículo, mas é que o ridículo, muitas vezes, chama mais atenção para aquilo que está acontecendo contra o Turismo. De que adianta o hoteleiro estabelecer um padrão de qualidade, se o seu serviço de manutenção pode falhar? Com certeza pode falhar. A obrigação de todos nós como consumidores, se estivermos de boa-fé, é auxiliarmos o hotel, ou seja, registrarmos a nossa insatisfação com o seu serviço de manutenção. Essa atitude não precisa de dinheiro, apenas de ingerência. Não vamos poder mudar a lei do consumidor que é federal, mas a sua aplicação é feita no âmbito estritamente estadual. Portanto, estes órgãos do Estado, talvez a justiça um pouco mais distante, um pouco mais difícil, porque geralmente os juízes de juizado especial são contaminados com um problema que se chama “Juizite Aguda”, uma vez que é um recém-empossado no cargo e quer mostrar o rigor da sua vara que lhe é outorgada, quer mostrar o quanto é “negra a sua toga”.

Era o tinha a falar, peço desculpas pela longa exposição, mas era preciso colocá-la de tal maneira que suscitasse compreensão. Muito obrigado.

SR. JÚLIO SERSON – Agradeço o convite para participar dessa reunião e parabênizo o trabalho feito. Insisto numa colocação que faço há muitos anos no sentido de que a legislação turística como parte integrante do Direito Econômico é instrumento de um processo de planejamento turístico. Não vejo a legislação turística dissociada de um plano de Turismo. E não temos um plano de Turismo,

nem em nível federal, nem em nível estadual, nem em nível municipal. Portanto, discutirmos a legislação turística sem termos um processo de planejamento, a meu ver é extemporâneo, prematuro e inoportuno.

Por outro lado, no caso específico da legislação do Estado de São Paulo, que já foi bem levantado pelo grupo de trabalho e exposto há pouco, ela se ressentida de vícios de antiguidade e de metodologia porque nunca resultou de um processo de planejamento. Portanto, encontramos leis, decretos, enfim o que seja, falando de roteiros turísticos, de locais de interesse turístico, de oficialização de calendários turísticos com efeitos sempre muito equívocos, falando inclusive nos locais de interesse turístico sem se reportar a uma legislação federal que continua em vigor e por quê? Porque, a meu ver, falta esse processo de planejamento que no âmbito federal estava claro, não estou defendendo ou criticando, mas era claro até 1986 como já colocaram.

Como é que eu vejo esse processo de planejamento. Primeiro, o Estado tem que definir o que ele quer fazer em relação ao Turismo, quer dizer, hoje o papel do Estado na economia está muito mudado em relação há uma década, há cinco anos, ou seja, antes de qualquer coisa o Estado precisa saber o que quer fazer, o que ele pode fazer teoricamente. Ele pode intervir, como foi colocado, sobre a regulação do uso dos atrativos culturais e naturais de modo que o Turismo não mate a galinha dos ovos de ouro, e temos vários exemplos de ocupação desordenada que fizeram com que o fluxo turístico para determinados destinos tenha sofrido uma degradação. Ele pode apoiar investimentos no Turismo e já foi colocado também que o único decreto-lei estadual número 75 sobre ICMS há muito foi superado pela nova sistemática do ICMS, pelo Confaz e por uma série de outros mecanismos e também porque não há nada nesse sentido – aliás também não há nada no âmbito federal, uma vez que terminou em 1986. Ele pode controlar o padrão de qualidade dos serviços turísticos prestados pela iniciativa privada, o que, de novo, no âmbito federal parou de ser feito em 1986 e no âmbito estadual nunca foi feito, e pode finalmente, a meu ver, sem necessidade nenhuma de lei, promover ações de

divulgação, de marketing etc. como se falava há pouco do calendário e não é preciso ter lei para fazer calendário, não tem o menor sentido baixar uma lei para dizer que vamos oficializar um calendário etc.

Acontece que há sempre um dado que me parece esquecido nesse processo, que é a Constituição de 1988. Até então nós vivíamos num Estado unitário onde a União baixava as regras e Estados Federados e municípios tinham que cumpri-las. A Lei Orgânica do Município era um decreto-lei estadual, quer dizer, a autonomia do município era só formal e o Estado, por sua vez, nem tinha constituição pró-forma porque também era subordinada à federal e assim por diante. O que os Estados e os municípios parecem não ter percebido em muitos casos é que a partir de 1988 esse cenário foi radicalmente modificado, inclusive no campo legislativo. Um exemplo é que na Constituição Federal o artigo 24 dá à União, Estados e Distrito Federal competência legislativa concorrente para legislar sobre direito econômico, e o que estamos falando aqui é de direito econômico. Quando quero regular produção, controlar mercados etc., estou falando de direito econômico. Nessa competência concorrente diz que à União cabe tão-somente estabelecer as normas gerais, que até hoje é um conceito jurídico não muito claro do que sejam normas gerais ou específicas, enfim, mas o fato é que hoje, como não há no âmbito federal sequer normas gerais, o Estado, de acordo com o § 2º desse mesmo artigo 24 dá aos Estados plena competência para legislar sobre direito econômico, portanto, se quiser, legislar sobre uso e ocupação do patrimônio de interesse turístico, legislar sobre apoio a investimentos setoriais, legislar sobre controle do padrão de qualidade dos serviços prestados, inclusive, para regulamentar em alguns dos seus aspectos a própria Lei 8.078, é uma norma geral – e o Dr. Nelson bem colocava que ela é tão geral que permite a interpretação mais diversificada possível, e talvez independentemente de uma mudança legislativa federal pudesse o Estado, no âmbito da sua competência concorrente e, no caso das normas sobre defesa de consumo que também se inserem dentro do direito econômico, traçar algumas regras mais delimitadas no tocante ao serviço turístico, para deixar claro que essa

“maldita ou bendita” solidariedade na cadeia de fornecimento impõe aos agentes de viagem uma responsabilidade que já nos põe no ridículo – hoje estou cuidando de uma ação judicial em que o cidadão que comprou um cruzeiro marítimo e no navio comprou uma correntinha de ouro com garantia eterna de boa qualidade da matéria-prima, teve essa correntinha oxidada e se sentiu material e moralmente lesado porque foi ironizado em função de ter comprado uma correntinha com garantia para toda a vida e está acionando a agência que lhe vendeu o cruzeiro. Loja de navio! Seria a mesma coisa que nós comprarmos em uma loja de shopping um CD com defeito e acionarmos a administração do shopping, porque, afinal, a loja se situa dentro dele e assim sucessivamente.

Parece-me que essa meritória iniciativa de vocês precisaria, talvez, passar um pouco e certamente já o fizeram, enfim, tentar formalizar esse tal – não diria plano de Turismo porque é um termo inclusive já meio desgastado, pois o que temos neste país são planos – mas a definição do papel do Estado. Algumas dessas definições de certo modo já constam na medida em que se fala, por exemplo, fomentar, planejar, normatizar e regulamentar as atividades turísticas no Estado. Sem dúvida isso precisa de lei, mas tem que ser feito e não é de iniciativa exclusiva, salvo engano, do Executivo, porque o legislativo tem essa competência. Do mesmo modo, criar linha de crédito em conjunto com a Nossa Caixa Nosso Banco a meu ver independe de lei, basta a vontade política de dizer: destine. Aliás, ou antes basta que a Nossa Caixa Nosso Banco se torne agente financeiro do BNDES ou do Fungetor, coisa que recusa a fazer, e não há lei que vá fazê-la aderir a isso. Ou o patrão manda fazer ou não manda fazer e precisa de lei.

Do mesmo modo, que esse fundo para promoção e desenvolvimento do Turismo no Estado para subsidiar atividades de planejamento e criação de projetos turísticos, imagino que só está sendo proposto em função da magnitude – se é que merece o nome – do orçamento dotado à área de Turismo do Estado. Por exemplo, vou criar um fundo, mas vou dotá-lo com que recurso se eu doto, hoje, a Secretar com 0,06% – aliás, o Jarbas como ilustre conselheiro municipal de Turismo, tem lá a

experiência do Futur, que é um fundo criado exatamente para essa finalidade e que apanha do Executivo para receber as dotações previstas etc. e por quê? Porque tem a lei criando, regulamentando etc. mas ela por si não resolve se de fato não houver a dotação.

Quanto ao elenco de atividades, lembraria alguns aspectos específicos e concordo plenamente com o Jarbas, porque quando pensamos num modelo acabamos não avançando quase nada, pois a coisa fica muito genérica, muito ampla, e de fato existem alguns aspectos específicos da legislação estadual que nem são turísticos em si, que talvez pudessem merecer um tratamento imediato. Por exemplo, fala-se muito hoje em dia em Turismo rural e estabelecimentos hoteleiros ou de hospedagem rural, no entanto, nenhum deles consegue licença porque não conseguem cumprir as exigências de vigilância sanitária nas chamadas áreas frias do estabelecimento. Se o estabelecimento rural é rústico pela própria natureza, não há que se imaginar que vá ter cozinhas e banheiros azulejados até o teto na medida em que muitas vezes são localizados e instalados em empreendimentos antigos da época do Brasil colônia e é isso que os torna atrativos, mas por isso não conseguem se regularizar. Também não conseguem se regularizar enquanto contribuintes do ICMS na medida em que quase sempre são propriedades rurais inscritas como tal no ICMS e não conseguem desmembrar a inscrição no Estado para o fim especificamente hoteleiro. Isso vem sendo debatido há alguns anos, inclusive participei de alguns seminários sobre o assunto, o próprio Sebrae havia se proposto a ser o mobilizador de propostas concretas nesse sentido perante o governo do Estado e nada disso até agora aconteceu.

No tocante às agências de Turismo e mesmo aos meios de hospedagem, o Estado poderia, por exemplo, traçar algumas normas básicas a respeito de um cadastro das empresas. Até hoje, não se sabe no Brasil quantos hotéis existem no país, no Estado, nos municípios etc. É uma pena que o Virgílio não se encontre presente para nos informar sobre os indicadores setoriais que a Secretaria vem fazendo – também dignos de elogios – , a fonte do total de meios de hospedagem é

o Guia 4 Rodas. É incrível que um órgão oficial, delegado da Embratur, não consiga dimensionar a quantidade de ofertas existentes e a qualificação dessa oferta. Também não acho que uma lei prevendo isso vá resolver. A Embratur possui leis que prevêm isso, só que ela também não sabe porque não pratica, não fiscaliza, não aplica, não controla, e é por isso que o Jarbas tanto se bate quanto à atividade clandestina, só que já existe lei vedando o exercício das relatividades mas não há controle, não há fiscalização, não há aplicação.

Desculpem se estou mais atrapalhando do que ajudando, porque na verdade não estou encaminhando soluções, mas levantando uma série de aspectos, talvez seja mais o caso de se definir o grande conceito do papel do Estado; dentro desse grande conceito, pensar esses aspectos específicos. Por exemplo, a legislação do DER sobre os ônibus é de uma época onde Van era apelido de nome de pessoa, e por isso não se consegue regularizar as Vans nesse sentido e não se consegue regularizar o transporte intermunicipal, sequer o *transfer* para Guarulhos, uma vez que é transporte intermunicipal por meio de vans, por meio de automóveis. Existe uma discussão sobre a cor da placa do veículo, se deve ou não ser vermelha, branca, ou amarela e para se conseguir essa informação é muito difícil, e de repente alguém fala: Bem, a locação de veículos com motorista teoricamente está dentro do conceito de transporte turístico, no entanto é outra atividade. Pergunta-se à Embratur e não se obtém resposta, conclusão: A nossa função precípua, que é de orientar as empresas, se torna muito difícil, porque certas normas que formalmente estão em vigor, na prática estão derogadas pela Lei 8.078, pelo Decreto-Lei 22.294 e por tantas outras normas de âmbito federal.

Portanto, existe hoje um grande vácuo na legislação turística brasileira como um todo e o Estado, diante dessa competência concorrente institucional, poderia estar perfeitamente ocupando esse vácuo e traçando normas para tudo isso que foi colocado durante essas reuniões e que pode ser ampliado ou reduzido conforme os problemas considerados mais iminentes.

Do ponto de vista do Sinditur especificamente, no tocante à legislação estadual, foi encaminhado ao Secretário de Turismo há questão de um mês e reapresentado numa reunião que tivemos num final de semana, um ofício em que se falava basicamente da possibilidade de se estudar estímulos do ICMS para aquisição de veículos para transporte turístico tal qual foi feito com táxis – no caso não é mais em nível estadual, mas de interferência do Estado no sentido de que o rodízio municipal não atinja o transporte turístico, porque existem empresas pequenas que possuem um ou dois carros e há dias que não conseguem fazer o transfer ou sequer fazer um passeio em função da placa – e essa regulamentação do DER que está em vias de ser modificada, aliás, está em vias de ser modificada há dois anos e meio, que também passe a prever outras espécies e modalidades de veículos além dos tradicionais ônibus de 36 para mais lugares. Por exemplo, microônibus não podem trafegar em estradas de acordo com a legislação “supostamente” vigente porque também a fiscalização, e o Jarbas falou melhor do que eu, com qualquer agrado faz-se vista grossa e assim vamos perenizando um sistema de muitas normas legais muito pouco praticáveis que acabam dando ensejo aos aplicadores para que, por vezes, façam mau uso das dificuldades criadas para, como sempre, vender facilidades.

Eram essas as observações que tinha a fazer. Agradeço ter recebido a legislação antecipadamente e fazendo uma rápida leitura no dia de hoje, pela manhã, pude observar que a única vez que trabalhei com ela, lá se vão uns sete anos, e de lá para cá não mudou muito, aliás praticamente nada. Portanto, no campo do incentivo fiscal foi muito bem colocado pela Dra. Fátima, mesmo na área do fundo de melhorias às estâncias toda essa ingerência política talvez decorra um pouco da babel que acabou se instalando porque é aquele conceito, muito bem lembrado, da filosofia do fundo de ressarcir o município, ou seja, se recebe uma demanda excepcional, tem um custo por isto ainda que também tenha um resultado, e na área de controle falava-se do transporte turístico, ainda da existência da legislação federal específica.

De novo, talvez a Lei 9.871, que também modificou a de nº 6.556, que também já está defasada porque isenta os hotéis clássicos numa época em que aquela classificação era obrigatória, acabou sendo facultativa e tendo doze hotéis classificados no Brasil pelo novo sistema. Esse sistema é tão fantástico que sensibilizou a grande maioria da hotelaria e também deixou sem sentido a terminologia à nomenclatura utilizada. Por outro lado, a Secretaria de Turismo do Estado, desde o início da lei, nunca mostrou maior interesse em sair atrás, e só recebe e atende quem lhe pede os tais alvarás ou o nome que tem, também não causa preocupação. Em suma, hoje, a meu ver – atendo a BH como assessor jurídico na área hoteleira e o Sinditur – ,o empresário está tranqüilo em termos de não ter com o que se preocupar quanto à fiscalização, salvo a clandestinidade que acaba sendo estimulada e as outras normas que a rigor não são do mundo turístico específico, mas que interferem e muito nas atividades das empresas.

Por outro lado, se queremos um mercado mais organizado, me parece que essa é a filosofia do Fórum Século 21, de fato caberia repensar todo esse processo e legislar de fato naquilo que for necessário e não ficar criando – inclusive também participei da criação de vários modelos que pretenderam ser excessivamente normativos e acabaram não tendo efeito prático, porque eram tantas as normas que ninguém conseguiu ou consegue atendê-las, como mencionei no caso do Turismo rural, por exemplo.

Era essa a colaboração que poderia dar e coloco-me à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que forem necessárias. Obrigado.

SR. JARBAS FAVORETTO – Gostaria de deixar registrado que o artigo 24, § 2º, dá ao Estado o direito de consertar uma porção de coisas. Esta é a colocação sábia que caiu do céu e que precisamos colocar na nossa cabeça conscientemente, porque é onde existe uma brecha para tentarmos minimizar algumas coisas, senão consertar tudo eventualmente.

Gostaria de deixar bem registrado essa parte que o Dr. Júlio colocou, porque para nós deve ser o âmago da questão.

SR. – Gostaria também de enfatizar que o artigo 180 da Constituição, juntamente com o artigo 24, também dá competência à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o Turismo social, específico ao Turismo. Acredito que podemos desenvolver um bom trabalho com os dois artigos juntos. Por outro lado, foi citada a saída do coordenador, mas tenho investimentos programados no Estado de São Paulo, ou seja: 157 hotéis, 22 hotéis inaugurados entre 1999/2000, 135 hotéis programados entre 2000 até 2005, investimento total em hotelaria de cinco trilhões, novecentos e dez bilhões de reais, 25.540 empregos diretos, 80.585 empregos indiretos, num total de 106.125 empregos gerados. Na cidade de São Paulo serão inaugurados 70 hotéis entre 2000 e 2005, 21 hotéis foram implantados em 1999, investimentos totais em hotelaria de 99 a 2005: dois trilhões, duzentos e setenta e três bilhões de reais, 9.668 empregos diretos, 19.336 empregos indiretos, num total de 29.004 empregos gerados. A fonte consultada foi a Secretaria de Esportes e Turismo.

SR. JÚLIO SERSON – Me referia à oferta instalada e não à oferta a instalar. Na oferta instalada a fonte que o senhor mencionou é a do Guia 4 Rodas. Na oferta a instalar são projetos que fazem parte de um programa muito bom que estão desenvolvendo.

SR. – A dificuldade é gerada por meio do município, porque ele obteve o CCM apesar de ter enfrentado dificuldades para atingi-lo por intermédio do cadastro da própria prefeitura do município. No cadastro da prefeitura do município de São Paulo, que é um trabalho que estamos desenvolvendo perante a Prefeitura do Município de São Paulo por meio da Comissão de Turismo e Lazer, foram identificados 664 hotéis, quer dizer, a realidade é bem diferente entre um universo

de 91 mil estabelecimentos no nosso segmento, São Paulo e Grande São Paulo; temos uma margem de quase quatro mil hotéis no Estado de São Paulo, e a prefeitura do município de São Paulo tem um registro menor, ou seja, a BIH em nível nacional também tem a dificuldade de atingir o cadastramento.

SR. – Gostaria de saber se podemos contar com os conhecimentos do Dr. Nelson atendendo o nosso convite, no caso dessa comissão continuar efetivamente.

SR. JOANDRES – Estou à disposição dos senhores dentro do pouco tempo que disponho, mas sempre que possível podem contar com a minha presença com certeza.

SR. – As mesmas palavras do Sr. Joandres servem para o meu caso. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Muito obrigado. Passarei a palavra para a Sra. SONIA MARLY de Arruda Miranda, para estabelecer alguns comentários sobre a apresentação dos Drs. Joandres e Nelson, antes de passarmos a palavra ao Sr. Jorge Miguel, para falar de transporte.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Não me sinto autorizada a falar depois de duas aulas que tivemos aqui. De qualquer maneira, com relação ao que o Dr. Nelson falou, tenho uma colocação nesse sentido. Sou apenas uma estudiosa no assunto. Não estou mais no mercado de trabalho. Então, vejo o assunto nem tanto de um lado, nem tanto de outro. Tento ver o assunto de uma forma geral. Em relação ao que o Sr. falou em referência ao Código de Defesa do Consumidor, vejo que é uma lei que veio ajudar, e muito, o Brasil. Porque o Sr. há de convir comigo que, antes do advento desta lei, o consumidor realmente era o penalizado, e sob todos os aspectos. Não necessariamente na área de Turismo.

Então, isto veio contrabalançar essa posição, porque o consumidor tinha apenas deveres e não tinha direitos. Com relação ao Procon, diria que, apesar de ser um órgão que tem trabalhado de maneira quase brilhante naquilo a que ele se dispõe, acredito que nada mais é do que o desconhecimento do que seja a atividade turística. É um problema que existe, de modo geral, em tudo. Mesmo na parte de magistratura. Os nossos juízes têm preocupação em julgar, mas sem o conhecimento do que seja a teoria do Turismo, do que seja a atividade turística. Então, isto, de certa forma, prejudica.

SR. – Gostaria de dizer a respeito do Código de Defesa do Consumidor, que, sem dúvida alguma, é uma legislação plenamente desejável. A nossa observação foi feita no sentido de que não tínhamos nada, como a Sra. disse, e a única opção do consumidor mal atendido, seja por produtos, seja por serviços, era reclamar ao bispo. E veio a lei do consumidor que trouxe a ele um montante de direitos, todos inestimáveis, absolutos, rigorosamente certos. Porém, é como disse a Casa, é uma legislação digna do Canadá, porque pegou um país cheio de dificuldades, de carências, e aplicou uma legislação que é de primeiro mundo. E estamos, ainda, infelizmente, para baixo do terceiro.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – É, saímos do 8 e fomos ao 80.

SR. – Quero discordar de ambos. Tínhamos a Decretação 161 que defendia o cliente. E o cliente não precisava reclamar ao bispo. Quer dizer, se não era perfeita, era alguma coisa. Na minha opinião, foi a primeira deliberação, não lei. Mas, foi a primeira deliberação que foi feita nesse país para defender o consumidor.

SR. – Correto. Mas previa, somente, os casos de cancelamento e desistência, tanto por parte do consumidor, quanto do empresário. Mas era muito vaga.

SR. – Mas, o que quero dizer, é que nós do Turismo já tínhamos pensado no consumidor antes de qualquer um. No entanto, agora somos os mais prejudicados. Isso que gostaria de registrar.

SR. – Gostaria de um aparte também. Direi como usuário e não como conhecedor de lei. Na realidade, o Código de Defesa do Consumidor deveria pegar muitos desonestos dentro do projeto geral. Na área do Turismo também têm alguns. Temos até alguns casos em que deixaram o trabalhador em má situação dentro de um hotel, onde faltava, principalmente, um grande elo fechando entre a agência de Turismo e o hotel. Se jogou o turista lá e o deixaram na mão. Esse funcionário foi mandado embora porque ele não tinha respostas ao turista. E não tinha aquele vínculo que é fechado numa passagem, num pacote de Turismo. Então, a boa empresa, o bom empresário, esses irão permanecer. Mas o Código de Defesa veio nos ajudar a tirar os desonestos do ramo.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Mas, isso que o Sr. está falando, e com razão, não precisaria, necessariamente, de um código. O próprio mercado de trabalho sabe distinguir quem é bom e quem não é. De qualquer maneira, ainda vejo duas coisas. Com relação à nossa atividade, não podemos nos esquecer que – aí que algumas pessoas, algumas empresas esquecem – trabalhamos com o sonho das pessoas. E é muito difícil você satisfazer sonhos. Porque sonho cada um de nós tem. E, ao mesmo tempo, lembrando e não sei se os Srs. concordam comigo, mas é a minha visão particular, o Brasil vinha sofrendo um processo de desmoralização muito grande. O início dessa moralização onde está?, felizmente, hoje, estamos vendo em andamento, começou com o Código de Defesa do Consumidor. Além disso tudo, ainda há um outro detalhe a que o brasileiro não está acostumado: vivenciamos uma democracia plena. Não estamos acostumados com isso. Então, todos esses probleminhas advindos criaram, ou criam, situações difíceis de resolver. Era só sobre esse aspecto que gostaria de me posicionar.

SR. PAULO JULIÃO – Muito obrigado. Então, passarei a palavra para o Sr. Jorge Miguel, para ser feita uma apresentação daquilo que até já foi citado aqui diversas vezes, do que falta. Por favor.

SR. JORGE MIGUEL – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar a Mesa e, antes de qualquer coisa, me colocar como um dos componentes da comissão também. Apesar de, definitivamente, fazer parte da comissão, mesmo não tendo feito isso com mais regularidade. Mas a minha função, na entidade que represento, é de fomentar exatamente o mercado. Esse trabalho estamos fazendo desde fevereiro, e foi para nos certificarmos que a atividade, pelos próprios componentes, não é levada muito a sério, ou estão muito longe de entender que essa é uma atividade econômica rentável. E isso também está ligado diretamente à própria opinião que os contratantes dos nossos serviços acabam tendo, até os nossos usuários. Queria, antes de qualquer coisa, separar um pouco o que é a transportadora turística da transportadora de passageiros rodoviários. Os nossos representantes, as nossas empresas, vivem, a cada dia, se digladiando com essas empresas rodoviárias de passageiros, porque algumas não querem que façamos Turismo e, por nosso lado, também não queremos que elas o façam. Na verdade, em vez de sugerir alguma legislação que favoreça ou facilite o Turismo por transporte rodoviário, queremos, na verdade, dar uma limpada em algumas coisas e deixarmos que a atividade turística por transporte rodoviário seja mais favorável. As empresas regulares são realmente essas que transportam passageiros por venda de passagens. Elas têm toda a sua estrutura de custo, baseada numa demanda, baseada numa ociosidade dos seus veículos. Enquanto que nas empresas de transporte turístico, elas têm mercado e participam desse mercado para ganhá-lo com preços competitivos. Daí, as empresas rodoviárias acham que isso é dumping, ou coisa parecida, e acabam criando portarias, acabam criando leis que dificultam a nossa atividade. Uma delas até o Sr. Jarbas Favoretto já colocou aqui. Por exemplo, entendemos que toda legislação, todos decretos que existem sobre a nossa

atividade são simplesmente para fiscalizar quem está regular. Então, temos uma dificuldade, porque, por exemplo, se eu quero uma fiscalização para quem é clandestino, isso não irá acontecer. Vai acontecer com um associado que está devidamente registrado. Uma das coisas que o Sr. Jarbas Favoretto já apontou é que se colocássemos uma fiscalização no terminal rodoviário de passageiros, no Tietê, por exemplo, boa parte da frota não poderia entrar, porque ela tem o elo da Embratur. O que nós não queremos é que cada um fique no seu canto. Eles transportam passageiros no Terminal e nós os turistas. Queremos ser parceiros das agências. Só citando mais um exemplo, somos obrigados, com prazo de uma semana de antecedência, a termos uma lista de passageiros. Gostaria de saber aqui dos Srs. da agência de Turismo, se alguém consegue ter uma lista de passageiro, numa viagem turística, com uma semana de antecedência. E essa fiscalização é feita, ao nosso ver, em função de alguns interesses. Em certas épocas essa fiscalização não é feita. Em outras, a fiscalização é tão forte que não passa uma empresa sem tomar uma multa ou coisa parecida. Só um outro exemplo sobre essas portarias do DER: somos obrigados a praticar uma tarifa de 70% da que cobraria a empresa rodoviária de passageiros. E, sobre esse valor, temos que recolher ICMS. Se for um preço menor, tomamos uma multa. Até como direito econômico, isso é um absurdo. Se não bastassem as dificuldades da administradora, temos ainda a dificuldade interestadual. As viagens interestaduais devem ter a autorização antecipada do DER, que deve ser por escrito e só existe um lugar aqui em São Paulo que faz isso. Ao passo que as empresas de transporte regular, as empresas regulares, têm essas autorizações “de monte”, a um preço que não temos acesso. Então, o que queremos demonstrar aqui é que, mais do que legislar sobre esses assuntos, gostaríamos de ter uma liberdade, que possamos prestar um serviço de qualidade também aos nossos contratantes, às agências de viagem, e que tenhamos direitos iguais. Como não temos acesso às linhas regulares, que eles também o façam no nosso meio, permitindo, assim, que possamos trabalhar com mais liberdade. Gostaria de me solidarizar com os

senhores, no aspecto que a nossa associação foi uma das que não mudou com a colaboração. Digo isso com bastante franqueza, porque não faltaram esforços de minha parte, mas, talvez, caindo naquilo que foi dito pelo Sr. Virgílio, estamos mais acostumados a procurar saídas no passado, do que pensar no futuro, que legislar. Então, esse é um trabalho de vanguarda e os nossos associados e nós não estamos ainda acostumados com isso. Então, até sugerir coisas que possam melhorar para nós é muito difícil. Mas, nos colocamos à disposição também para podermos contribuir da melhor forma possível. Era isso que queria falar. Muito obrigado.

SR. – Temos dois trabalhos aqui. Um é a legislação estadual. O outro é o DNF. Se, pelo menos, conseguirmos consertar um, já é uma grande coisa. Em seguida, dependeremos de acertar algo em termos de Embratur, por exemplo, porque a grande praga é aqueles funcionários que não há meio de se aposentarem. Ganham pouco, pouquíssimo! Mas, perguntamos: “Você se aposentando, você ganhará 100%. Por que você vem trabalhar?” “Ah, mas aí é que está o segredo! O faturamento sobe!” Essas benditas licenças, que são, às vezes exigidas, às vezes não, é em função da propina. Essa é a grande verdade. Quando pegamos um fiscal do DNER corrupto na divisa do Rio de Janeiro, fizemos um escândalo, esse fiscal sumiu. No mês seguinte, ele foi encontrado na divisa do Paraná. Quer dizer, esses problemas sempre vão existir, porque a legislação é idiota, é mal feita. O grande problema do transportador turístico é que não há nem um ânimo do cidadão. Porque o carro, o ônibus, sai zero quilômetro da fábrica, passam na primeira balança e são multados por peso. Por que esses idiotas permitem que alguém construa um ônibus no Brasil com peso superior ao permitido? Já pensaram que indústria de multa, debaixo do “caixa 2”, existe? Porque todo ônibus vazio já está acima do peso! Então, são coisas que estão muito erradas e não sei ainda se, em vida, conseguiremos ver isso consertado. Mas quanto à parte de fiscalização, eventualmente, talvez seja possível de alguma forma. A Embratur, em São Paulo,

toda a verba que ela recebe, infelizmente, é destinada, com primazia, para folhetos, para show cases, para essas promoções no Interior, participação da feira da Abav, e não sei mais o que. Não sobra dinheiro para a fiscalização. Eu que convivo mais ou menos próximos a eles não insisto nesse assunto. Porque, se ficar insistindo muito, eles criarão algum tipo de cobrança: taxa disso, taxa daquilo, para fazer caixa para pagar a fiscalização. Tenho proposto que eles estudem uma possibilidade para a terceirização, porque, nesse caso, haveria eventualmente uma saída. De qualquer forma, o mais grave que temos para fazer é na área federal. O que pudermos, eventualmente, fazer no âmbito estadual, faremos. Mas precisaremos um modelo de projeto de lei, uma minuta, para começarmos daí. Senão, ficaremos reclamando sempre a mesma coisa.

SR. PAULO JULIÃO – Gostaria de passar a palavra à Sra. Sônia, para ela nos falar por que chegamos nessas soluções, que chamamos de macro, para serem dirigidas a esse Conselho. Depois, retomamos a palavra para o Sr. Natal.

SR. NELSON PETRONI – Gostaria de deixar um esclarecimento, porque acredito que das minhas palavras resultou o entendimento que não é bem aquilo que quis dizer. Acho que quando falei do Código de Defesa do Consumidor, disse claramente que esse Código foi uma preciosidade legislativa. Digno de um país muito mais avançado do que o nosso, como o é, aliás, toda a nossa legislação. E nesse ponto discordo desse adjetivo aplicado pelo Sr. Jarbas Favoretto para a nossa legislação, porque o nosso Brasil é um país atrasadíssimo em muitos setores, mas em legislação ele está em quarto lugar no mundo. Quando digo que sou contra a interpretação do Código do Consumidor, não quero dizer que o Sr. está errado quando diz que o Código ataca bem firme os desonestos. Agora, é um vício profissional. Sou civilista. Há 40 anos estou acostumado a discutir com os juízes a respeito da interpretação do majestoso Código Civil brasileiro. Digo majestoso porque quando o Brasil precisava de um Código Civil, foram incumbidos dois

grandes juristas, o Dr. Clóvis Beviláqua e o Dr. Teixeira de Freitas para elaborarem, cada um deles, um projeto. Um deles tinha que ser adotado. O projeto “Clóvis Beviláqua”, por uma mais clara perfeição, foi adotado como o Código Civil brasileiro. E temos a honra de dizer que o segundo colocado, o projeto “Teixeira de Freitas”, foi adotado, por concessão brasileira, como Código Civil da Argentina. Até hoje o Código Civil argentino é nada mais, nada menos do que o projeto “Teixeira de Freitas”. Embora hoje o Código Civil, uma legislação de 1916, já tenha merecido várias críticas e atualizações, estou acostumado a discuti-lo há mais de 40 anos com juízes, sob a correta aplicação daquilo que está escrito nele. E é a isso que estou querendo me referir. A lei não é defeituosa. A lei precisa de uma interpretação correta, de bom senso. Por isso, a lei também perfeita obriga os juízes a, antes de julgarem, se manifestarem por escrito, fazendo o relatório, que nada mais é do que aquilo que o juiz extraiu do debate entre as partes a respeito de uma determinada tese, para justificar aquilo que ele vai dizer depois. Porque toda decisão começa: “Vistos, a parte diz isso, diz aquilo.” E, depois: “Decido.” Aí, o juiz vem fundamentar aquilo que já foi explicado em cima mostrando que prestou atenção no que foi dito, que ele esteve atento a tudo o que foi dito. Porque, do contrário, a sentença não tem valor nenhum. E daí, me perdoem, a minha grande contrariedade aos técnicos do Procon quando se travestem de magistrados decidindo tudo sem a devida fundamentação. O direito absoluto é a maior ausência de Direito. É isto que eu entendo que devemos abordar sobre o Turismo. Essa lei, a que nosso companheiro se referiu, lei federal que estabelece e disciplina as atitudes do DNER, já foi, sim, por mim, pessoalmente discutida com as autoridades máximas da 8ª DRF e, sem dúvida alguma, apelando para o bom senso, se viu a presença do bom senso. E eles entenderam que, realmente, um projeto turístico não pode ter uma semana antes uma lista de passageiros fechada, mesmo porque o precioso Código de Defesa do Consumidor permite ao consumidor a desistência até 7 dias antes. Então, vejam bem, existe ali até um conflito de legislação. Mas, o bom senso, a interpretação bem lançada pelos dirigentes do DNER aqui da 8ª Divisão Rodoviária

Federal, em São Paulo, nos permitiu dar uma interpretação da lei mais equânime para a realidade do Turismo. Assunto que tivemos, também, oportunidade de discutir em Brasília com a chefia do DNER. Lá também a nossa observação foi plenamente acolhida. Então, o que precisamos, nós que estamos preocupados em estimular o Turismo, é fazermos com que a interpretação legal possa ser discutida com isenção. Não queremos que seja dada a razão ao mau fornecedor de serviços, porque este age muito mais contra nós, que somos uma entidade de classe séria, que só admitimos associados idôneos e excluimos associados que escapem dessa classificação. É importante que se dê, na legislação do Turismo, o direito de discutir o texto legal, porque por mais que caprichemos, por mais que queiramos aperfeiçoar o texto legal, temos que entender que a legislação deve tratar genericamente de todos os textos. Ela não pode especificar, sob pena de partir para uma omissão indesejada. Muito obrigado.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Dr. Nelson, perfeito! Meus parabéns. A sua exposição foi bastante clara. A minha única preocupação, e creio que o Sr. concorda comigo também, é exatamente a dificuldade que, de modo geral, as pessoas têm do entendimento da atividade. Porque, infelizmente, quando se fala em Turismo, e isso até hoje, se entra numa classe de aula de 1º ano de bacharéis de Turismo, pergunta-se: “Por que vocês vieram fazer Turismo?” “Porque eu gosto de viajar.” Infelizmente o entendimento é esse, de que é supérfluo. De que é uma coisa que todos gostam de fazer porque é “oba-oba.” É um luxo. Enquanto nós sabemos que é uma atividade da mais alta importância econômica e social também. Com relação aos itens, o Sr. Jarbas Favoretto colocou bem. Realmente, nós chegamos a conversar por telefone e não é a primeira vez que trocamos esses dados. Justamente pelo fato de serem tantas as necessidades da nossa legislação e excluindo a federal e, diga-se de passagem, a municipal, pois a participação dela é muito grande, achamos melhor sugerir um código. E, este código, como entendo particularmente este código? Como bem disse o Dr. Nelson, seriam simplesmente

linhas gerais, nas quais caberiam aos municípios legislar em causa própria. Aí, levantamos alguns itens, como a regulamentação das atividades profissionais de atendimento ao Turismo, que seriam, no caso, as monitorias; criação desse fundo para promoção e desenvolvimento do Turismo e, realmente, pensando no maior valor de dotação para a Secretaria de Turismo, ou, então, vejo mais, um órgão que responda pela área de Turismo somente; criação da Comissão Permanente, que já foi discutida aqui; órgão público destinado ao fomento que seria um sonho bem antigo – não importa, no caso, qual a forma, mas precisamos ter um órgão que pudesse trabalhar com mais mobilidade dentro da área, e não uma administração direta como é hoje; criação de um calendário; criação de uma linha de crédito.

SR. JURANDYR – O convênio já existe. Só depende de vontade política.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – E a permanência do grupo, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a participação dentro desse grupo de trabalho, e, se possível, a continuidade para que pudéssemos não só discutir isso, mas realmente colocar isso em prática. Porque desde que estou no Turismo, vejo sempre as mesmas discussões e, infelizmente, não vejo avanço nessas discussões. Vejo, apenas, a discussão. Vejo todos os problemas que são trazidos e discutidos, mas, ao final, fica por isso mesmo. não sei como é que poderia ser feito. A nossa sugestão é que este grupo de trabalho, ou outro grupo de trabalho, permanecesse para que pudesse, aos poucos, ir fazendo isso que o Sr. Jarbas Favoretto fala, devagarzinho pegar um segmento e tentar organizá-lo. E assim por diante, para chegarmos a um ideal.

SR. JARBAS FAVORETTO – Só um aparte. Não vou parabenizá-la porque já o fiz. Mas só não quero que fiquemos mirando na criação de um órgão público para resolver os problemas. Desculpe, mas senti isso. Tenho medo de ficar esperando a criação de um órgão público para resolver e depois não se resolve nada. Essa

experiência já adquirimos. Agora, Sra. Sônia, dou toda a razão para a Sra., mas essa é a primeira vez que estamos discutindo esse assunto dentro da Assembléia. Então, só tem que se repetir aqui aquilo que falamos há 30 anos, porque nunca aqui isso foi dito. Agora, na minha concepção, dá para se fazer alguma coisa. Só queria saber se tínhamos a possibilidade de pedir emprestado a você esse compêndio que você fez do resumo. Se pudéssemos dar uma vista de olhos, com um prazo de 15 dias para devolvermos, talvez já pudéssemos entregar, junto com esse compêndio, algumas minutas como proposta. Isso para termos um ponto de partida. Porque, aqui, o que os Srs. disseram é tudo aquilo que estamos carecas de saber. Então, se for possível, por exemplo, o caso das estâncias, que deve haver umas 20 ou 30, talvez nós, com um pouco de experiência, pudéssemos rapidamente coordenar uma proposta que só posso fazer se tiver isso aqui.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Claro. Está cedido.

SR. JARBAS FAVORETTO – Agora, só para terminar, gostaria de deixar registrado aqui sobre o fundo, só tenho uma pequena dúvida. Porque, enquanto não se deliberar por uma criação de algo parecido com a Bahia Tursa, é melhor não mexermos nesse assunto. Pergunto se os Srs., quando colocaram a criação do fundo, imaginaram uma Bahia Tursa ou imaginaram uma verba específica para ficar com a secretaria, por exemplo?

SR. – Na verdade, quando falamos aqui da criação de um fundo de promoção e desenvolvimento para todos os municípios, esse “todos os municípios” é o forte dessa questão. Porque, o que temos assistido, num plano de municipalização, quer dizer, no qual toda a cidade poderá tentar ser um, numa visão inicial, precisava ser discutido se pode ter cidade diferente. Ou se as cidades devem receber uma atenção para que a coisa possa ser discutida em termos de Turismo. Então, esse

fundo não privilegia ou não estabelece se é de interesse ou estância. Passa a dar direito a todos os municípios.

SR. JARBAS FAVORETTO – Entendi. Só que deveria ser exceto as estâncias, porque elas já têm verba.

SR. – Mas não quisemos tocar tão claramente quanto o Sr. na matéria. Segunda coisa, evidentemente que o modelo, a discussão do modelo que se pretende para organizar, normatizar e regular o Estado, acreditamos que seja até uma coisa mais complicada do que começarmos a trabalhar em pontos como o Sr. falou. Isso vai se tornar, na prática, o famoso código, porque não vamos esperar a formulação. Vamos sugerir. Então, esse modelo desse órgão, que pode ser uma empresa, uma fundação, ou qualquer outra entidade, vai dar alguns caminhos para esse fundo. A discussão do fundo é do modelo, enquanto ela estabelece a mesma chance para todos os municípios, e não estabelece uma coisa que o Sr. colocou muito bem, que é política de uma cidade virar A ou B. Ela tem que ser eminentemente técnica como toda atividade econômica.

SR. IGNARRA – Só gostaria de encaminhar algumas questões de ordem. A primeira delas é justificar a ausência do nobre conselheiro Aristides de La Prata Cury, que ficou preocupado que fosse votado algum prosseguimento de trabalho e ele ficasse de fora. Ele tem o maior interesse em continuar participando daqui. Segunda questão, queria saber da comissão de legislação se essas propostas apresentadas aqui excluem as já feitas pelas outras comissões, ou se elas se acrescem às propostas das outras comissões.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Confesso ao senhor que, realmente, não sei dizer nada, porque não temos o resultado. O senhor está falando do seminário internacional?

SR. – Não. É que, por exemplo, presidi uma comissão de recursos humanos em que fizemos algumas que não estão contidas aqui no documento.

SR. – A comissão que este grupo de trabalho está sugerindo a esta comissão, que é composta de conselheiros e de convidados, um roteiro, tudo o que foi colocado antes, pontos determinados, necessidades prementes etc., quanto à legislação, faz parte do relatório macro. O que nós entendemos é que pela antiguidade das leis, pela falta de estruturação delas como um projeto de uma atividade econômica, a sugestão foi maior. Na verdade, o que não temos é a linha mestra. Nós não temos um código. Procuramos elencar alguns itens para que tudo aquilo que já foi colocado aqui fique apenso em cada um desses itens. E deixamos aberto, até, por favor, vamos inserir os itens que não foram, porque seriam problemas pontuais colocados. As propostas que fazem parte do Fórum 21 são todas vigentes.

SR. IGNARRA – Somente uma outra questão de ordem. A primeira proposta do grupo, que penso que era fundamental e que venho falando há muito tempo, seria: “avaliação e consolidação da legislação estadual existente.” Gostaria de saber do grupo o que significa a palavra “consolidação”.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Aqui, no caso específico, foi a junção de toda a legislação.

SR. IGNARRA – Porque, na minha idéia, o correto seria “revisão”. Porque, afora alguns exemplos que os especialistas já deram, quando entrei na Secretaria em 1983, existia um livro.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – E esse livro foi a base.

SR. IGNARRA – Nesse livro, os senhores irão ver que tem muito mais do que isso que os Srs. apresentaram aqui, leis que, salvo o melhor juízo, ainda estão vigentes. E leis do tipo: “A cinco quilômetros de distância de qualquer rio do Estado de São Paulo, o que for construído, precisará de autorização da Secretaria do Esporte e Turismo.” Ou seja, leis absolutamente anacrônicas, que, na prática, não existem e que não foram revogadas.

SR. – Sr. Ignarra, quando fizemos a apresentação inicial, o Sr. ainda não estava, o estudo completo não é o que foi apresentado aqui, foram alguns tópicos das leis amalhadas nesta Casa. Procuramos fazer isso. Quanto à palavra “revisão”, não gostaria que ela fosse inclusa aqui, porque não fizemos revisão. Fizemos uma leitura e chegamos à conclusão de uma proposta.

SR. IGNARRA – Mas a proposta seria a “revisão da legislação estadual”.

SR. – O grupo de trabalho a está apresentando à comissão exatamente por isso.

SR. IGNARRA – Mas a palavra “consolidação” não cabe aqui. Agora, uma outra questão de ordem, esse documento aqui publicado pelo Fórum, qual o seu objetivo? Existirá outro documento que vai relatar o que essa comissão trabalhou aqui durante alguns meses?

SR. – Será o relatório que ainda não foi feito.

SR. NATAL – Fazendo a minha consideração sobre tudo o que discutimos aqui hoje. Pelo que entendi, e pode ser que tenha entendido, mas, na realidade,

juntou-se na sua proposta, inicialmente foi feito um levantamento e viu-se que tanto estadual, como municipal, como federal, a legislação está bem arcaica. E se criaria um código. Mas, na segunda parte, na realidade, o que percebi, já faz parte da nossa comissão decidir tudo que está aqui. Então, na minha opinião é o seguinte: o primeiro passo é fazer com que essa comissão seja criada e seja permanente. Pode ser que esteja enganado, mas essa comissão vai nos dar tudo aquilo que discutimos para trás e tudo isso que ela está levantando agora. Então, o primeiro passo é que essa comissão seja permanente e constante.

SRA. MARIA DE FÁTIMA BASSOI – Só um aparte. Gostaria de deixar aqui, só a título de sugestão, que nós até elaborássemos um projeto de alteração da resolução para desmembrar a Secretaria de Esportes da de Turismo. A comissão, então, já tem uma proposta aqui que vamos encaminhar.

SR. – Essa aqui é a minuta do projeto pra separar a comissão parlamentar de Turismo e de Esportes. Não se pode jogar na mesma lei?

SRA. MARIA DE FÁTIMA BASSOI – Não, porque aqui é uma questão de resolução.

SR. – Então, onde está a minuta do nosso?

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Não chegamos a fazer isso, porque estamos recebendo sugestões.

SR. – Somos a última comissão que se atrasou na entrega do relatório final. Já por parte da direção do Fórum Século 21, o presidente Vanderlei Macris e o Arnaldo Jardim, pelo conhecimento e até pela boa receptividade, foi o único grupo

temático que propôs que se continuasse para ter essa interlocução com a Assembléia. Portanto, a questão da continuidade desse grupo trabalhando na Assembléia, com a periodicidade que não foi definida ainda, já esta aceita pela Assembléia. Segundo, se do relatório sair a proposta de criação de uma comissão temática permanente da Casa, de Turismo, ou de Turismo e serviços, como está sendo discutida, quem está promovendo o evento é a Casa e ela se comprometeu a aceitar essas propostas que foram trazidas. Com um detalhe: cada grupo temático, ao apresentar o seu relatório final, o juntará aos relatórios finais das comissões de saúde, de educação, e dos 16 grupos que vão trazer. Isso será submetido ao grande conselho, que é o do Fórum, e, no fim, a Casa vai apresentar uma proposta.

SR. – Como bem disse o Deputado, a comissão não vai legislar. A comissão vai sugerir à Casa a criação de normas, de decretos, de leis etc.

SR. – Mas, creio que dentro dessa linha, evidentemente, pode-se incluir minutas de lei.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Só queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar participando deste grupo. Elogiar a coordenação do Sr. Armando, que foi muito boa. E mesmo sentir, porque a comissão tenha se reunido tão poucas vezes. Foram somente 7 vezes. Isso, realmente, é muito pouco para se discutir um âmbito tão grande quanto este. Gostaria, se me fosse permitido, continuar a contribuir. Naquilo que for necessário, estaremos à disposição.

SR. – Professora, muito obrigado à Sra. e a todos os seus colaboradores. Sei que a Sra. precisa se ausentar para dar suas aulas, mas antes gostaria dar duas palavrinhas. Primeiro, o testemunho que acompanhei sobremaneira a questão do Código de Defesa do Consumidor. E, posteriormente, tive oportunidade, como prefeito, de criar uma comissão de defesa do consumidor. Eu mesmo quero dar aqui um exemplo. Ganhei uma cota de um consórcio da Garavelo, na época. O pessoal

do consórcio foi me enrolando e eu perdi até a forma como reclamar. Descobri que depois de um mês que as pessoas recebem o seu bem, elas podem até receber em dinheiro. E nós recebemos, inclusive. Então, nós não estamos acostumados a exigir os nossos direitos. Então, foi um avanço significativo. E, com certeza, foi tão avançado que não estava ao alcance da nossa cultura. Em relação ao Turismo, embora se venda sonhos, é verdade. Quantas pessoas não sofrem por não poderem exigir os seus direitos? Estas questões contempladas no Código de Defesa do Consumidor foram um avanço muito grande. E, no nosso caso, que é Turismo e serviços, quando a parte de serviços tem uma abrangência muito grande, além do Turismo, precisamos tratar essa questão com bastante cuidado, porque ela será talvez uma das grandes bandeiras que podem alavancar a qualidade disso que estamos propondo hoje. Só queria finalizar e dizer a todos os senhores que temos uma oportunidade ímpar de fazer com que o nosso Estado reassuma a vocação que ele sempre teve, que é a de comandar esse país. Podemos fazer uma legislação para a área de trabalho, para a área de Turismo, absolutamente perfeita e fazer com que, mais uma vez, Brasília corra atrás. Temos hoje o poder de mando e não podemos perder essa oportunidade. Gostaria de agradecer à Casa pela solicitude com que nos acolheu e a todos os conselheiros e vamos torcer para que o nosso trabalho continue. Obrigado.

SR. JARBAS FAVORETTO – O que não queremos mais é ouvir novamente o que foi dito hoje, aqui, por duas pessoas, que precisamos fazer alguma coisa. E vamos precisar da boa vontade dos Srs. Arruda de alinhar tudo isso.

A impressão que tive quando conheci o seu nome não foi muito boa, porque as pessoas de São Sebastião diziam que o senhor ajudava todo mundo, menos elas. Mas, na verdade, se o senhor ajudava todo mundo, já fazia muito! Na verdade, convivendo, pouca coisa consigo, desfez-se essa má impressão, que não foi criada por mim. Só esperamos que o senhor, mesmo como prefeito, ainda dê força para

nós, porque tem força política e vamos precisar do seu apoio, mesmo quando o senhor estiver prefeito lá. Gostaríamos de poder homenageá-lo de uma forma mais condigna. Mas, sinceramente, o conselho estadual está esperando sair alguma leizinha. Queira receber o meu respeito, a minha amizade. Felicidades. Muito obrigado.

SRA. SONIA MARLY DE ARRUDA MIRANDA – Só gostaria de lembrar uma coisa, claro que também tive o prazer de conhecê-lo hoje, é que também morei em São Sebastião há 44 anos. Meu pai , Alcindo Guanabara de Arruda Miranda ,foi um dos iniciadores e quem conseguiu o terminal da Petrobrás lá para a região, e posso lhe dizer, conheço todo Brasil, fora do Brasil não conheço. Dentro do Brasil, é o lugar mais lindo que conheço: São Sebastião.

Muito obrigada e desculpe pela minha retirada.

SR. PAULO JULIÃO – Muito obrigado pela colaboração. Doutora, com a palavra.

SRA. – Finalizando, espero que essa comissão possa trazer para nós subsídios para que possamos, realmente, atualizar essa legislação. Isso depende dos Srs.

SR. JORGE MIGUEL – Também espero que esse trabalho comece a dar resultados positivos. Já dá, só pelo fato de estarmos nos reunindo. Sou aprendiz aqui e estou muito comovido com isso. Tento passar o recado para as minhas empresas. É difícil, ma devagar conseguiremos chegar lá. Mas conto com o grupo. Obrigado.

SR. NATAL – Gostaria de deixar duas coisas. Uma, que a área de serviços, realmente, não foi ainda manipulada, trabalhada. Na área do trabalhador, estamos representando toda a área de serviços dentro da Contrato. E gostaria de

parabenizar o meu querido Paulo Julião. Tenho certeza absoluta que vai ser o prefeito de São Sebastião. Estamos à disposição. Muito obrigado.

SR. NELSON PETRONI – Só mais uma pequena lembrança de que falei um pouquinho rispidamente a respeito do Código de Defesa do Consumidor. E isso parece que suscitou algumas dúvidas. Mas gostaria de lembrar que comparei o Código ao Código Civil, e os seus redatores, que conheço todos pessoalmente, ao Clóvis Beviláqua. Então, quero desfazer de uma vez por todas: a lei é perfeita. Os aplicadores é que não estão trabalhando muito bem. Muito obrigado.

SR. DOMINGOS CHIAPETTA – Gostaria de dizer da integração desse conselho e de ter participado nas subcomissões com o Sr. Arruda e coordenador, e prontificando-me a permanecer. Gostaria de continuar esse trabalho para o bem do Turismo de São Paulo e do Brasil, porque a união de Estado e município irá fortalecer muito mais agora no século 21, com as datas próximas que definiremos nessa união. Já que São Paulo é a indústria sem chaminés, como assim o fala o nosso governador Mário Covas, acredito que ela será copiada igualmente na área de serviços. Agradeço a receptividade que tivemos em São Sebastião, onde foi demonstrado o Turismo receptivo. E agradeço de ter permanecido, desde o início do ano, nesta comissão. Obrigado.

SR. IGNARRA – Gostaria de agradecer o convite feito pelo deputado. Já tive a honra de trabalhar com o nobre deputado há 10 anos. Agora me sinto ainda mais honrado de ter participado aqui. Gostaria que esse trabalho tivesse continuidade. Muito obrigado.

SR. – Aqui estou representando o Sindicato dos Trabalhadores e Eventos, e nos colocamos à disposição.

SR. – Nobre deputado, mais uma vez agradeço a oportunidade que nos foi dada, às nossas entidades, ao Sindiprom e à Abrave, todas estão efetivamente dispostas à colaboração. Gostaria de dizer que aprendi muito aqui com os mestres e gurus do Turismo e acredito que também possa prestar alguma colaboração em nome dos grupos de empresas, que são mais de 1.300 no Estado de São Paulo. Agradeço, mais uma vez, aos assessores da Casa, pois sem eles não teríamos chegado a esse termo, e agradeço aos nobres deputados. Temos certeza que contaremos com o apoio dos senhores para desenvolvermos esse importante setor econômico, em leis, mas com muita vontade de fazer algo positivo. Muito obrigado.

SR. PAULO JULIÃO – Chegamos ao fim dessa fase do grupo temático com muita alegria de ter convivido com todos os senhores. Sabemos que foi sacrificante. Como disse o Sr. Armando, todos nós sentimos um aprendizado muito grande na área de Turismo, o que nos fortalecerá mais a trabalhar, seja aqui na Assembléia Legislativa, seja em outras áreas onde poderemos exercer nosso trabalho. Gostaria de dizer que o testemunho que foi dado aqui pelo Sr. Armando, no último seminário, com respeito à questão da Casa como um todo, e que está registrado aqui nos anais da Casa, isso nos engrandece não pessoalmente, mas a nós como uma entidade legislativa. Queria até dizer que tenho interesse, confiança e uma certeza tão grande de que o grande problema, o grande desafio do próximo milênio para o mundo, que é a geração de emprego, que é fruto da questão econômica, mas também é muito mais do que isso, é fruto do avanço, da tecnologia e tenho certeza que o Turismo será a grande alavanca para ocupar aqueles que perderam os seus empregos e aqueles que são, a cada dia, colocados no mercado de trabalho. Dizia ontem, numa reunião na minha cidade, que diferentemente da indústria do automóvel, onde se via antigamente 10 mil pessoas na linha de montagem, e que hoje vemos 150, e é esta a tecnologia a que me refiro, isto não acontecerá no Turismo, porque nenhuma máquina substituirá a camareira, o cozinheiro, o garçom e todos os segmentos e trabalhadores desta área. Portanto, esse é o futuro. E é

dentro desse espírito que estamos trabalhando, e tenho certeza absoluta que no passado já tínhamos essa oportunidade. Quando o prof. Ignarra disse que trabalhou conosco há 10 anos; em 1991, nós como prefeito encomendamos um plano, um diretório de Turismo, que tem uma história engraçada. Eles foram me entregar o produto numa sexta-feira, às seis horas da tarde, achando que às seis e meia já estariam curtindo o fim de semana no litoral. Eles saíram do meu gabinete às dez e meia da noite! Esse é o espírito com que encaramos o trabalho de representação e o trabalho em que você contrata algo que acredita. Queria também deixar claro que tivemos, esse foi o único grupo que teve, da Casa, algumas exceções.

Aproveito para cumprimentar o Sr. José Carlos Gonçalves, coordenador do Fórum, que está aqui presente e que nos tem ajudado, e todos quiseram saber como conseguimos fazer um seminário fora da Assembléia.

Enfim, gostaria de agradecer a todos, em especial, em nome do Sr. Jarbas Favoretto, porque o Sr. Jarbas Favoretto foi uma pessoa toda especial que conseguiu brilhar aqui, mas brilhar com as broncas que até poderiam criar suscetibilidades que prejudicariam o andamento da Casa. Mas, no fim, conseguimos entender que por trás dessa cara feia e de todas essas broncas, está um grande coração, um grande lutador na área de Turismo. Gostaria de dizer ao Sr. Armando, que é nosso ministro em Ilha Bela, que nessa nova função em que estou concorrendo à prefeitura de São Sebastião, vejo um lado muito interessante. Talvez eu possa ser alguém que possa estar levando, não para São Sebastião somente, mas para o litoral Norte, uma idéia de importância da região no contexto do Turismo, que possa ser um modelo a ser seguido. Gostaria de dizer que não estamos concorrendo hoje para pendurarmos as chuteiras, mas entendemos que estamos cumprindo um papel que hoje me cabe resolver, mas que pensamos muito em São Paulo e no Brasil. Por fim, como resultado desse fórum, daqui a uns dez dias estaremos com uma minuta do relatório pronta, que será submetida aos nossos conselheiros para uma apreciação para que, no final, possamos fazer a entrega – eu espero seja juntamente com todos – ao presidente da Casa, o Sr.

Vanderlei Macris, em que também poderemos estar mostrando o interesse e a dedicação de estarmos trabalhando junto com a Casa, pelo Turismo de São Paulo. Fiquei muito feliz quando, no Rio de Janeiro, foi cassada liminarmente uma propaganda, no Canecão, pornográfica a respeito de um evento artístico de um grupo estrangeiro. Num primeiro momento, algo que pode parecer censura. Mas acho que pode contribuir para acabar com a imagem do país como um país de samba e que aqui tudo pode, ligado à natureza sexual, inclusive. Acredito que São Paulo poderá ser também uma grande potência turística, como é hoje os Estados Unidos, que além de ser a primeira potência mundial, tem no Turismo sua maior participação no PIB nacional. Recentemente, numa manchete da Folha, hoje no Brasil 3,4% do PIB nacional já é produzido pela indústria do artesanato. Me refiro aos vasos de marajoara de Belém, às redes do Paraná, as do Nordeste, e toda essa indústria, que às vezes é de fundo de quintal – e que tem o que como incentivo. Temos tudo para contribuir, mudando, quem sabe, a cabeça do nosso governador, que até propôs que nesse segundo mandato o Turismo e a agricultura seriam as prioridades. Mas, que realmente, com 0,05% do orçamento! No mais, agradeço profundamente o interesse de todos os senhores. A Assembléia Legislativa se sentiu muito honrada com a presença e com a participação dos senhores. Muito obrigado. (aplausos)

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Vanderlei Macris

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

Deputado Arnaldo Jardim